

AVES



Aves Ameaçadas de Extinção no Brasil

Luís Fábio Silveira¹
Fernando Costa Straube²

O Brasil possui quatro espécies de aves atualmente consideradas como extintas, sendo que duas destas foram extintas na natureza e duas outras sobrevivem apenas em cativeiro. A extinção provocada pelas ações humanas é um fato comprovado, cujas trágicas consequências ainda não são possíveis de serem plenamente apreciadas e avaliadas por nós. Neste sentido, a criação de listas de espécies ameaçadas de extinção, um instrumento importante de conservação da diversidade biológica, serve como um termômetro e um sinal de alerta, indicando como estamos nos relacionando com os demais habitantes do nosso planeta.

A elaboração de uma lista de espécies ameaçadas atende a diferentes propósitos, além de servir como um alerta sobre a perda de diversidade. Existe também uma dimensão política, cuja fundamentação pode ser relacionada à soberania das nações, incluindo aí a forma de manejar o seu patrimônio natural. Afinal, os recursos naturais são freqüentemente tratados – numa linguagem nada biológica – como bens de propriedade do Estado, cuja gestão cabe unicamente a ele. Por outro lado, há que se considerar também que tais recursos são, muitas vezes, bens compartilhados, visto que as distribuições geográficas de diversos organismos ignoram os limites territoriais. Desta forma, muitas espécies (como aquelas migratórias ou de ampla distribuição) passam a merecer cuidados de todos os países que as abrigam, e estes cuidados podem variar de país para país. Embora as questões políticas e diplomáticas e os seus trâmites e consequências sejam, às vezes, um entrave para programas de conservação efetivos, muitas espécies só poderão ser conservadas se iniciativas conservacionistas, que ignorem fronteiras, forem adotadas. E, neste sentido, as listas mundiais (e.g. BirdLife International, 2005) assumem papel fundamental para nortear tais esforços.

Conhecido por sua impressionante extensão territorial e biodiversidade, o Brasil abriga quase 1.800 espécies de aves, segundo cálculos recentes do Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (CBRO, 2006). Este já elevado número de espécies tende a ser ainda maior graças a uma diversidade “escondida”, que só agora, com modernas revisões taxonômicas, começa a ser plenamente revelada. E nem toda essa riqueza é compartilhada por outros países; nosso país abriga um grande número de espécies de aves que só são encontradas aqui, as chamadas espécies endêmicas. Esse grupo que, apenas entre as aves, compreende mais de 240 espécies, é constituído por elementos cuja conservação depende exclusivamente das decisões tomadas pelos brasileiros.

Se considerarmos a presente lista de fauna ameaçada de extinção no Brasil, perceberemos que quatro de nossas aves já foram extintas na natureza. Esta constatação se deve ao fato de que os estudiosos não mais as registram há muitos anos, indicando com quase toda a certeza que elas já desapareceram por completo. Duas delas, a arara-azul-pequena (*Anodorhynchus glaucus*) e o maçarico-esquimó (*Numenius borealis*), que também ocorriam em outros países, nunca mais poderão ser vistas em seus ambientes naturais; ninguém mais poderá apreciar seu colorido, seu canto ou seu voo e, pior, suas interações com outras espécies de animais e plantas também desapareceram por completo.

Já as outras duas espécies ainda sobrevivem em cativeiro, onde estão ampliando as suas populações visando uma futura reintrodução na natureza. Por coincidência, essas duas espécies, a ararinha-azul-de-spix (*Cyanopsitta spixii*) e o mutum-de-alagoas (*Mitu mitu*) são endêmicas do Nordeste do Brasil, constituindo-se em bons exemplos

¹ Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo – Rua do Matão, Travessa 14, nº 321, Cidade Universitária, CEP. 05.508-900, São Paulo; Seção de Aves, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP) – Caixa Postal 42494, CEP 04.218-970, São Paulo/SP.

² Mülleriana: Sociedade Fritz Müller de Ciências Naturais – Caixa Postal 19.093, CEP. 81.531-980, Curitiba/PR.

de como dois dos nossos biomas, a Caatinga e a Mata Atlântica, sofreram nas últimas décadas com a caça e a destruição absurda. Sobre estas duas espécies pode-se dizer que, embora suas populações estejam em situação terminal, ainda há um fio de esperança de que sejam reestabelecidas no ambiente de onde foram erradicadas. Esta “volta pra casa” depende, claro, de esforços e decisões políticas que viabilizem o complicado processo de soltura e readaptação.

Assim, podemos considerar que, das espécies brasileiras que foram extintas e das quais não existe sequer um indivíduo, nem mesmo em cativeiro, o Brasil compartilha a responsabilidade com vários outros países. Já aquelas espécies que foram extintas na natureza e ainda contam com um reduzido número de indivíduos em cativeiro, a responsabilidade por sua conservação recai exclusivamente sobre nós, visto que elas ocorrem apenas dentro dos nossos limites territoriais.

Estas aves que desapareceram nos mostram em quê e como erramos no passado e, claro, são a mais pura tradução do que irá acontecer com a nossa biodiversidade se o processo de destruição da natureza prosseguir nos níveis e velocidade atuais. E a lista de espécies ameaçadas de extinção é o instrumento que sinaliza quais são as espécies que estão trilhando este caminho sem volta da extinção. A lista brasileira de espécies de aves ameaçadas de extinção é o resultado final de um processo criterioso, que envolve a compilação de uma quantidade enorme de dados e a consulta a diversos pesquisadores.

Para avaliação do status de conservação das aves, a base inicial foi a lista geral de espécies brasileiras, ou seja, todas aquelas aves que têm presença confirmada dentro do nosso território. A partir dela selecionou-se uma fração, composta por aves que apresentam uma área de ocorrência muito pequena, que sofreram grande declínio ou flutuação em suas populações nos últimos anos ou que apresentam problemas especiais de conservação (presentes apenas em algumas ilhas oceânicas, por exemplo).

Em uma segunda etapa, um grupo organizador, liderado por José Fernando Pacheco, analisou caso a caso a situação dessas aves, relacionando a distribuição geográfica de cada espécie com as ameaças impostas nos últimos tempos aos ambientes onde vivem. Graças a estas discussões, foi possível organizar a literatura referente às aves consideradas, formando um banco de dados para facilitar as avaliações. Com base nesse material, a proposta foi divulgada entre os pesquisadores dedicados à ornitologia brasileira. É importante ressaltar que esta foi a primeira vez, na história da conservação brasileira, que se realizou uma consulta ampla à comunidade de cientistas, visando obter a colaboração de todos para a elaboração da lista de espécies ameaçadas.

O histórico de publicação de listas de fauna ameaçada de extinção no Brasil data de 1968 e o material literário a esse respeito é vasto, incluindo aí as discussões geradas nas últimas décadas pela comunidade científica internacional. Não obstante, o esforço agora despendido foi muito maior, mais participativo e, conseqüentemente, mais criterioso. Foi também importante poder contar com a experiência pessoal de dezenas de pesquisadores. Além disso, também pela primeira vez, procurou-se utilizar critérios internacionalmente reconhecidos, neste caso aqueles recomendados pela IUCN (União Mundial para a Natureza), visando evitar, ao máximo, a subjetividade inerente a cada grupo.

A presente lista também priorizou a distribuição dos táxons em território brasileiro, ou seja, mesmo que algumas aves apresentassem distribuição ampla, ocorrendo em outros países, sua inclusão na lista dependia única e exclusivamente da sua situação no Brasil. Além disso, foi considerada a distribuição do táxon em todo o país, e não apenas em determinado bioma. Desta forma, algumas espécies presentes nas listas anteriores foram retiradas da presente, pois, como dito, considerou-se sua situação no país e não em algumas regiões particulares, onde as mesmas podem estar ameaçadas (Pacheco, 2005).

Desta forma, ainda que as três edições anteriores das listas vermelhas de fauna tenham sido construídas sob critérios e períodos distintos, é possível fazer algumas comparações. Foi apenas no final da década de 1960 que o governo brasileiro (tardamente) assumiu o encargo da elaboração de listas nacionais de animais ameaçados, resultando na seleção de 44 espécies ameaçadas no país, publicadas na Portaria 303, de 29 de maio de 1968 (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, 1968). Ali, as aves já predominavam dentre os demais grupos zoológicos, totalizando 25 táxons, 56,7 % do total. Cinco anos depois da Portaria 303, foi publicada outra lista oficial de fauna ameaçada de extinção pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (Portaria 3.481 – Deliberação Normativa de 31 de maio de 1973). Dessa lista constam 29 espécies de mamíferos, 53 de aves, três de répteis e um inseto, num total de 86 espécies, de modo que o total de aves ameaçadas representa 61% do total de táxons presentes na Lista. Somente 16 anos depois, e percebendo-se que essas listas não mais refletiam a situação real da fauna ameaçada no Brasil, a Sociedade Brasileira de Zoologia foi encarregada de



realizar uma revisão da mesma. Esta revisão, que contou com a participação de 12 zoólogos, ocorreu durante o XVI Congresso Brasileiro de Zoologia, em João Pessoa (Paraíba), no mês de janeiro de 1989. O resultado desta reunião resultou na “Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção”, homologada pela Portaria 1.522, de 19 de dezembro de 1989 e divulgada no Diário Oficial da União, bem como em publicações paralelas (e.g. Bernardes *et al.*, 1990). Nesta lista, mantendo a mesma tendência, as aves somaram 108 táxons, compreendendo cerca de 50% de toda a fauna que deveria ser protegida por meio desse instrumento legal. Tratava-se de um esforço importante para a época, uma vez que visava resguardar populações das mais variadas regiões brasileiras, agora sob franca ação de pesquisa e identificação mais segura dos fatores que causavam o declínio e extinção das populações animais (Straube *et al.*, 2004).

A atual lista, elaborada sob os critérios já citados, acabou por se constituir na Instrução Normativa 03 do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2003), que gerou uma publicação a respeito (Machado *et al.*, 2005). Sob tal panorama, e com um universo muito maior de informações, 633 táxons de animais foram considerados como ameaçados de extinção, dos quais 21% são aves. Esclarece-se que, após a publicação da lista, seis espécies, no caso de peixes (05) e invertebrados aquáticos (01), foram reavaliadas e excluídas da Instrução Normativa 05, de modo que o número total de táxons ameaçados no Brasil soma 627, elevando a representatividade de aves na lista para 25,5%. Cabe ressaltar que as diferenças numéricas apontadas temporalmente refletem o avanço de todo o conhecimento zoológico contemporâneo. Isso se percebe pela redução porcentual (mas não em números absolutos) da representação das aves em relação a todos os grupos zoológicos. Neste sentido, é possível notar uma diminuição da fração de avifauna, em comparação com as listas anteriores, que é decorrente da inclusão de outros grupos nunca antes considerados (muitos táxons marinhos, especialmente invertebrados, por exemplo).

Por outro lado, o número bruto de táxons de aves cresceu consideravelmente, decorrente em especial da inclusão de alguns grupos importantes e que não foram considerados adequadamente nas listas anteriores, como as aves marinhas e insulares. Igualmente, passaram a ser tratadas com maior cuidado algumas subespécies, cujo status merece ser mais bem avaliado. Esse procedimento mostrou-se muito importante uma vez que, por seu caráter preditivo, acabou por transformar-se em medida emergencial de proteção para certas aves exclusivas de algumas regiões que se encontram sob fortíssima pressão antrópica, como as aves dos centros de endemismo “Pernambuco” e “Belém”. Além disso, a inclusão destas subespécies serve ainda de estímulo para a realização de estudos taxonômicos que objetivem testar a validade destes táxons.

Da mesma forma que algumas subespécies foram consideradas, também foram descartados alguns táxons cujo status, embora crítico em certas regiões brasileiras, era, de fato, muito menos preocupante em outras regiões. Esse critério norteou muitas das decisões de inclusões ou exclusões da lista final, consolidando o seu caráter nacional e não regional. Muitas espécies de aves acabaram se tornando, ao longo dos últimos anos, verdadeiros ícones da conservação da avifauna brasileira. Por esse motivo, acabaram agregadas a um juízo de que deveriam ser presença obrigatória em listas de espécies ameaçadas, ainda que os argumentos para tanto nunca tenham sido adequadamente apresentados. A sua retirada da lista representa, de fato, algo que vai além da aplicação dos critérios aqui adotados, sendo principalmente um verdadeiro exercício de autocrítica.

Enquanto muitos táxons permitiram com total segurança tanto a sua inclusão como a sua exclusão, outros, devido à escassez de informações básicas, nos levaram a construir uma “lista paralela”, onde foram considerados como “Deficientes em Dados”. Tais aves inserem-se nos tênues limites criados pela dúvida de se tratar ou não de um táxon ameaçado, pela simples carência de argumentos para incluí-las, mesmo que intuitivamente houvesse grande interesse em fazê-lo.

Outro dado que chama a atenção é a presença de 55 táxons, quase um terço do total, que foram descritos no século XX. Estas aves possuem distribuição muito restrita e passaram despercebidas das grandes expedições de naturalistas do século XIX e dos coletores profissionais. Desses táxons recentes, cabe mencionar os onze que foram descritos nas duas últimas décadas, demonstrando que, em muitos casos, as novidades, assim que descobertas, caminham rapidamente para a extinção.

A inclusão de 45 subespécies de aves ameaçadas também foi importante, como dito acima, para estimular as revisões taxonômicas. A consideração destas subespécies visa auferir proteção imediata a populações que ficaram seriamente desprotegidas no passado, uma vez que se enquadravam formalmente em espécies mais comuns em outras regiões. Nesse sentido, servem como bom exemplo as aves do chamado “Centro Pernambuco”, descobertas, em parte, apenas em meados do século XX. Estes táxons vêm sofrendo uma redução tão drástica em suas populações que dificilmente sobreviveriam ao tempo necessário para as revisões taxonômicas.

E a adoção, embora tardia na ornitologia, de conceitos mais modernos da biologia, como o Conceito Filogenético de Espécie, estimula a realização de estudos sobre a validade destes táxons.

A distribuição das espécies ameaçadas nos biomas é desigual e chama a atenção. A maioria (125) ocorre em apenas um bioma; apenas 24 táxons ocorrem em dois biomas e 11 espécies vivem em três ou mais biomas. Esses números refletem a restrição destes táxons a determinados ambientes, e revelam o quanto cada um deles é impactado pelas ações humanas. Esta constatação leva à tomada de decisões e ações de conservação efetivas e localizadas, e nesse ponto é louvável a iniciativa do governo brasileiro e de organizações não-governamentais de fomentar pesquisas dirigidas especificamente para estas espécies ameaçadas.

Sem causar surpresa, 98 dos 160 táxons de aves ameaçados de extinção ocorrem principalmente na Mata Atlântica. Em segundo lugar, também sem causar qualquer surpresa, estão os 26 táxons que ocorrem primariamente no Cerrado. Juntos, somam 124 espécies (78% da lista) e demonstram, por si, o grau de degradação destes dois biomas. As aves endêmicas da Mata Atlântica do “Centro Pernambuco”, por exemplo, sobrevivem em diminutos fragmentos, esparsos, isolados e ainda severamente ameaçados por desmatamento, caça e degradação ambiental. Também é preocupante a situação dos 10 táxons que ocorrem na Floresta Amazônica. Este número, embora modesto quando comparado com a Mata Atlântica, é altamente preocupante, pois todas as aves listadas ocorrem primariamente no “Centro Belém” de endemismo, uma área situada entre a margem leste do rio Tocantins e o Maranhão amazônico. Esta região é única dentro da Amazônia, sendo também a mais degradada deste bioma. Para piorar, a proteção oficial dos remanescentes florestais nesta região é pífia. Vários dos táxons que lá ocorrem estão em situação muito crítica de conservação.

As aves destacam-se dos demais grupos de animais por serem bem conhecidas e despertar ampla simpatia junto ao público. Neste sentido, colaboram para a sedimentação das listas de espécies ameaçadas, pois elas também são autênticas “indicadoras de conservação”, estabelecidas ao longo dos tempos por inúmeros aspectos. Dentre eles, destacam-se a sua considerável riqueza de espécies e da fidelidade ao uso de determinados habitats. Também se observa uma série de facilidades metodológicas para estudos em campo, além de literatura abundante, decorrente de um grande número de pesquisadores ativos nas mais variadas regiões. Adicionalmente, encontramos nas aves um forte apelo social, que é notável no cotidiano, na cultura e no folclore. Nesse sentido, sua utilização como “espécies-bandeira” ou “guarda-chuvas” constitui ferramenta importante para garantir a proteção dos habitats e, por consequência, dos organismos que deles dependem.

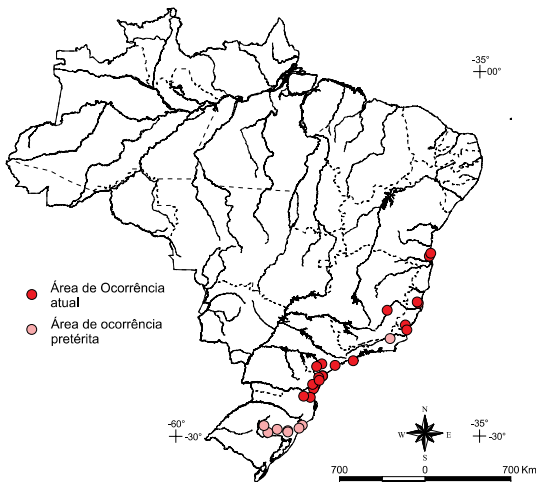
Há um grande caminho a ser trilhado para se conservar as aves e os demais animais brasileiros. Os problemas são múltiplos, bem como os interesses envolvidos. Conciliar desenvolvimento, justiça social e conservação da natureza não é uma tarefa simples e que pode ser alcançada em curto prazo, e a sociedade e os conservacionistas só teriam a agradecer se leis como o código florestal fossem minimamente cumpridas, mas nem sempre isso acontece. O manejo e o monitoramento de ambientes e espécies hoje são partes fundamentais de todo o processo de conservação, embora o nosso conhecimento sobre as técnicas mais eficientes ainda esteja se iniciando. Este é um campo de trabalho muito promissor para os que labutam com a preservação da diversidade biológica e que tende a ser ainda mais ampliado no futuro. A proteção de qualquer ser vivo não é apenas interesse de biólogos ou de pessoas interessadas na natureza. Ambientes bem conservados, onde os processos ecológicos transcorram com todos os seus atores funcionando plenamente, são importantes para a nossa própria sobrevivência. Falar em preservação de seres vivos e dos seus habitats, desta forma, transcende os limites taxonômicos e passa a tratar diretamente da nossa própria qualidade de vida.

Finalizando, gostaríamos de agradecer imensamente aos autores dos capítulos que se seguem. Estamos vivendo um momento muito feliz na ornitologia brasileira, onde não foi difícil reunir especialistas em todos os táxons presentes na lista de aves ameaçadas de extinção. A estes autores, que doaram o seu tempo e o seu conhecimento para reunir toda a informação disponível e ainda acrescentaram informações inéditas, sintetizando-as nos capítulos que se seguem, o nosso muito obrigado. O nosso trabalho de edição foi muito facilitado em função desta equipe de coletas tão competentes. Agradecemos também à Fundação Biodiversitas, em especial a Gláucia Drummond, Rafael Carmo e Breno Versiani, pelo convite para editar esta obra e pelo apoio durante a sua elaboração. Agradecemos especialmente a José Fernando Pacheco, Fábio Olmos, Alberto Urben-Filho e Herculano Alvarenga, colegas com quem temos tido o privilégio de discutir vários dos tópicos abordados acima. Ao Instituto de Biociências e ao Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, pelo apoio às atividades desenvolvidas, bem como aos nossos estagiários, alunos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, pela paciência que tiveram conosco durante o tempo de elaboração desta publicação.



Referências Bibliográficas

- Bencke, G.A., G.N. Maurício, P.F. Develey e J.M. Goerck. 2006. Áreas importantes para a conservação das aves no Brasil: Parte 1 - Estados do domínio da Mata Atlântica. São Paulo: Save Brasil. 494p.
- Bernardes, A.T., A.B.M. Machado e A.B. Rylands. 1990. *Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 64p.
- BirdLife International. 2005. *Species factsheet*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: mar. 2007.
- Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos - CBRO. 2006. *Listas das aves do Brasil*. Versão 15/7/2006. Disponível em: <http://www.cbro.org.br>. Acesso em: dez. de 2006.
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. 1968. *Lista Oficial Brasileira das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção*. Portaria 303 de 29 de maio de 1968.
- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. 1973. *Lista Oficial de Espécies Animais em Perigo de Extinção da Fauna Indígena*. Portaria nº 3.481, Deliberação Normativa de 31 de maio de 1973.
- Machado, A.B.M, C.S. Martins e G.M. Drummond (ed.). 2005. *Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Incluindo as Espécies Quase Ameaçadas e Deficientes em Dados*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 160p.
- Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2003. *Lista das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçados de Extinção*. Instrução Normativa nº 3, de 27 de maio de 2003. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- Pacheco, J.F. 2005. Aves, p.39-41. In: A.B.M. Machado, C.S. Martins e G.M. Drummond (ed.). *Lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: Incluindo as Espécies Quase Ameaçadas e Deficientes em Dados*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 160p.
- Straube, F.C., A. Urben-Filho e D. Kajiwarra. 2004. Aves, p.145-496. In: S.B. Mikich & R.S. Bernils (org.). *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná*. Curitiba, Instituto Ambiental do Paraná. 764p.



Crypturellus noctivagus noctivagus (Wied, 1820)

NOME POPULAR: Jaó-do-litoral; Jaó-do-sul; Jaó

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Tinamiformes

FAMÍLIA: Tinamidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (PEx); PR (EN); SP (CR);

ES (CR); MG (CR); RS (PEx)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4cd; B1ab(i); D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Crypturellus noctivagus noctivagus é uma das maiores formas do gênero, com cerca de 32 cm de comprimento e pesando mais de meio quilo. Possui um colorido vivo, com a parte anterior do pescoço e o peito cinza-chumbo, ventre avermelhado, garganta amarela, uropígio castanho e demais partes amareladas, barradas de negro. Endêmica da Mata Atlântica brasileira, vive no chão das florestas de baixada, em áreas bem preservadas, até 500 m de altitude, sendo muito mais ouvida do que vista. Do fim do verão até o fim do inverno, praticamente não vocaliza, podendo passar despercebida do mais atento observador, mesmo em áreas onde é localmente comum (e.g. Reserva Natural Salto Morato, PR). O sudeste de São Paulo e o leste do Paraná são tidos como os principais redutos da espécie. Tal qual os demais tinamídeos, o jaó-do-litoral é muito apreciado como caça.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Originalmente, o jaó-do-litoral era encontrado nas áreas de Mata Atlântica de baixada do sul da Bahia e leste de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul. Atualmente, é considerado extinto no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O limite sul de distribuição da espécie conhecido atualmente é o vale do Itajaí, em Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Parque Botânico do Morro do Baú, REBIO Estadual do Sassafrás, RPPN Volta Velha (SC); APA de Guaratuba, PARNA do Superagüi (PR); PE da Ilha do Cardoso, PE Intervales, PE Carlos Botelho, EE Juréia-Itatins, PE da Serra do Mar/Núcleos São Sebastião e Cubatão (SP); Estação Biológica de Caratinga, PE do Rio Doce (MG); REBIO de Sooretama (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal causa do declínio populacional desta espécie é a perda de habitat pelo desmatamento. Uma grande porcentagem das áreas florestais da baixada litorânea foi transformada em áreas de agricultura e empreendimentos turísticos, especialmente no litoral dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Uma das três únicas localidades com registro recente da espécie em Santa Catarina, o município de Itapoá (litoral norte) apresentou o maior crescimento demográfico do Estado no período 1991-2000, o que é uma preocupação para esta e outras espécies de baixada litorânea (e.g. *Hemitriccus kaempferi*, *Phylloscartes kronei*). Tal situação repete-se em muitos outros pontos da faixa litorânea do Brasil, cenário que é ainda agravado pela grande pressão de caça existente, originada já nos tempos de colonização, em Estados como Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como resultado, a espécie está extinta em muitas das suas áreas originais de ocorrência (RS, RJ, presumivelmente sul de SC).



ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É imprescindível a proteção dos remanescentes de Mata Atlântica nos quais a espécie ainda ocorre, bem como fiscalização adequada contra a caça, que pode ser complementada com ações de educação ambiental. Em áreas com grande fragmentação, é ainda recomendada a restauração de áreas degradadas que permita uma conectividade entre as matas e reduza, por conseguinte, o isolamento das populações do jaó-do-litoral. A criação em cativeiro com a finalidade de reintrodução em áreas protegidas é outra estratégia importante. Experimentos nesse sentido vêm sendo conduzidos pela Fundação Crax, em Minas Gerais.

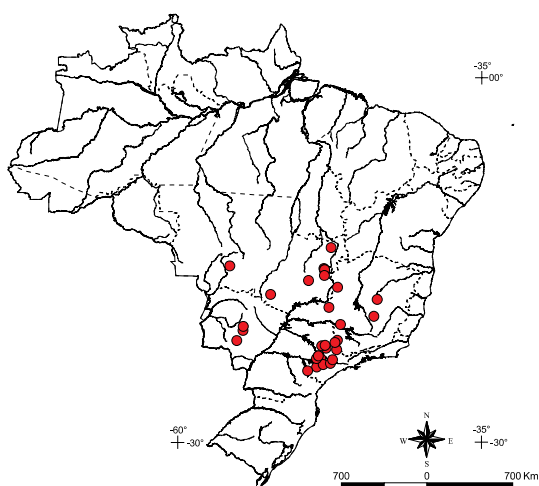
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Roberto Azeredo (Fundação Crax).

REFERÊNCIAS

6, 53, 242, 300, 457 e 489.

Autores: Vítor de Queiroz Piacentini e Fernando Costa Straube



Nothura minor (Spix, 1825)

NOME POPULAR: Codorna-mineira; Buraqueira; Codorna-buraqueira

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Tinamiformes

FAMÍLIA: Tinamidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); SP (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2ce + 4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Nothura minor é uma espécie discreta, endêmica do Cerrado e que habita preferencialmente o campo limpo e o campo sujo, podendo ser sintópica com a codorna-comum (*Nothura maculosa*). Residente e solitária, procura por grãos e pequenos invertebrados, que constituem a base de sua alimentação. A reprodução ocorre entre outubro e fevereiro. A espécie canta freqüentemente ao amanhecer e ao entardecer e sua vocalização é bastante distinta. Quando estimulados pela reprodução de sua vocalização, indivíduos se aproximam do observador, mas são de difícil visualização. As aves desta espécie podem se abrigar em buracos de tatus ou outras cavidades no solo, o que justifica um dos seus nomes populares. A plumagem lembra à da codorna-comum, sendo conhecidas duas fases, uma cinza e outra ferrugínea. Um espécime atribuído a *N. minor* está depositado no United States National Museum, Smithsonian Institution, EUA, que fundamenta o registro da codorna-buraqueira para a região do Parque Nacional da serra do Cipó (MG). Em 2002, entretanto, este exemplar foi examinado, constatando-se que, na verdade, se trata de uma codorna-comum (*Nothura maculosa*). Desta forma, o registro com base neste exemplar para essa Unidade de Conservação deve ser desconsiderado. Embora seja de possível ocorrência na serra do Cipó, há necessidade de maior investimento de campo para se confirmar e documentar a presença da espécie na região.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica do Cerrado, habita preferencialmente o campo limpo e o campo sujo. Originalmente encontrada nos Estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Não são conhecidos registros recentes para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Recentemente, foi registrada para o Paraguai. Foi registrada ainda em diversas localidades nos remanescentes bem conservados de Cerrado nos Estados de Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Há registros para o PARNA da Chapada dos Guimarães (MT); PARNA de Brasília (DF); PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA das Emas, onde é localmente comum e PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO). Foi também registrada na REBIO do Roncador (MT) e na EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A codorna-buraqueira é uma espécie bastante sensível às modificações em seu hábitat. Como o Cerrado brasileiro, especialmente os campos limpo e sujo, foi rapidamente e criminosamente destruído para dar lugar a pastagens e culturas agrícolas, a perda acelerada do seu ambiente preferencial foi o principal fator que contribuiu para a diminuição das populações desta codorna e de outras aves endêmicas e ameaçadas desse bioma. Incêndios criminosos e contaminação dos campos por pesticidas também podem ter causado um efeito negativo sobre a espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Uma ação importante é a procura por novas populações em remanescentes bem conservados de Cerrado nos Estados onde a espécie já foi registrada, utilizando gravações das vocalizações para estimular a resposta das aves. Também deve haver proteção efetiva das Unidades de Conservação onde esta codorna ocorre, principalmente contra os incêndios nos campos. Atualizar o status das populações nessas Unidades e promover pesquisas sobre a história natural e ecologia da espécie são importantes para se definir melhor as exigências de hábitat, que podem ser ferramentas interessantes para refinar as buscas por novas populações.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

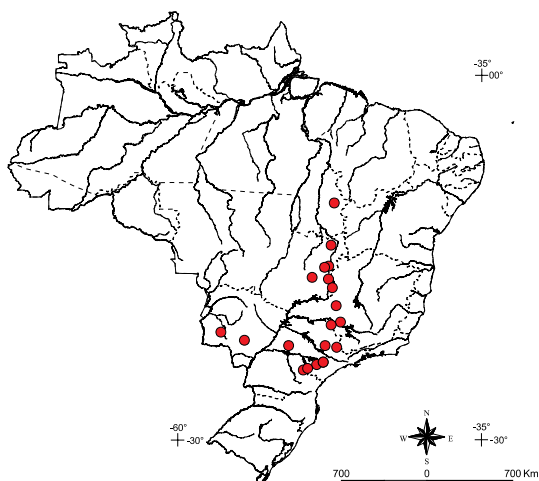
Valter José da Silveira e Roberto Azeredo (Fundação Crax); Luís Fábio Silveira (USP).

REFERÊNCIAS

40, 64, 136, 457, 461, 462, 468 e 469.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Taoniscus nanus (Temminck, 1815)

NOME POPULAR: Inhambu-carapé

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Tinamiformes

FAMÍLIA: Tinamidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); SP (PEx); PR (RE)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Taoniscus nanus é a menor espécie da família Tinamidae, medindo cerca de 16 cm de comprimento total, sendo considerado também um dos tinamídeos menos conhecidos. Como os outros representantes da família, possui plumagem discreta e críptica. É de difícil detecção em campo e vive solitário ou aos pares. Vive no solo e alimenta-se principalmente de sementes de gramíneas. Canta principalmente ao amanhecer e ao crepúsculo e sua vocalização lembra a de um grilo. Inconspícuo, pode passar despercebido e pode ter sido menos raro do que aparentava. O pouco que se sabe sobre sua reprodução vem de relatos de cativeiro. O ninho é feito no solo e apresenta uma cobertura esférica feita de ramos de gramíneas. A postura é de três ovos, que possuem casca de cor ardósia-escura e são incubados apenas pelo macho. Os indivíduos desta espécie apresentam duas fases distintas de plumagem, uma ferrugínea e outra cinza-escura. O conhecimento da vocalização desta espécie é uma ferramenta fundamental para a sua detecção em campo.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Cerrados e campos entre os Estados de Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. Ocorria também na Argentina e no Paraguai. Extinto em boa parte de sua distribuição original. Encontrado em poucas localidades, a maioria delas em Unidades de Conservação, nos Estados de Tocantins, Goiás, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Jalapão e PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO); PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA das Emas (GO); PE de Itapetininga (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça às populações de *Taoniscus nanus* é a perda de hábitat. Boa parte do Cerrado, especialmente os campos cerrados, já foi completamente descaracterizada ou desapareceu para dar lugar a pastagens e culturas agrícolas, especialmente de soja e algodão.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante a procura por novas populações. A utilização da vocalização desta espécie é uma ferramenta importante para a sua detecção. Proteção das Unidades de Conservação onde a espécie ainda ocorre. Estudos sobre a sua história natural são desejáveis, bem como o estabelecimento de um núcleo de criação em cativeiro como forma de se produzir exemplares para futuros projetos de reintrodução.

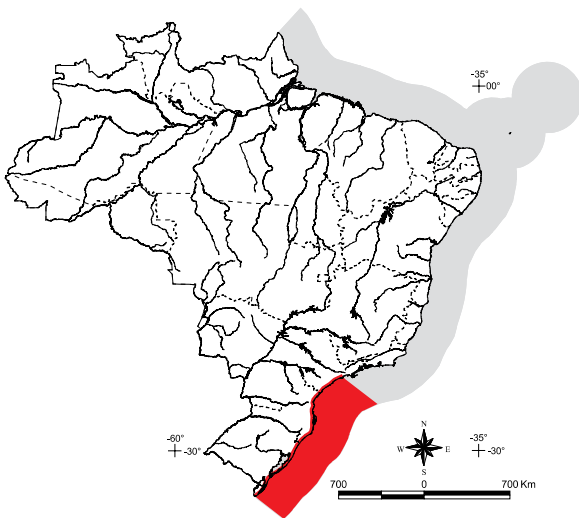
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Valter José da Silveira (UnB); Roberto Azeredo (Fundação Crax); Luís Fábio Silveira (USP); Robson Silva e Silva (Pesquisador autônomo).

REFERÊNCIAS

64, 136, 457 e 469.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Diomedea dabbenena Mathews 1929

NOME POPULAR: Albatroz-de-tristão

SINONÍMIAS: *Diomedea exulans dabbenena*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Diomedidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Diomedea dabbenena, albatroz-errante das ilhas do Atlântico Sul central, ganhou status específico pleno apenas recentemente, com base em estudos moleculares. Diferencia-se de *D. exulans*, das Geórgias do Sul, por apresentar medidas menores de asa (570-616 mm, comparado a 620-675 mm para ambos os sexos de *D. exulans*), tarso (105-109 mm, comparado a 104-127 mm) e, notavelmente, do bico. O culmen varia de 144 a 158 mm nos machos e de 138 a 150 mm nas fêmeas, enquanto *D. exulans* possui culmen de 162-180 mm para os machos e 152-172 mm para as fêmeas. A altura do bico é similar à de *D. exulans*, conferindo um perfil comparativamente robusto às aves. Os machos têm bicos mais altos na base e mais robustos que as fêmeas. Há registro de um macho com 2,83 m de envergadura. Uma característica importante é que *D. dabbenena* não apresenta estágios de plumagem tão claros como os apresentados por *D. exulans*. As fêmeas mantêm por toda a vida uma plumagem mais escura, especialmente na cabeça, pescoço e peito. Uma característica importante é a manutenção de uma faixa peitoral e asas com face dorsal negra, mesmo quando as costas da ave já adquiriram cor quase totalmente branca. Juvenis dessa espécie deixam o ninho com uma plumagem mais pálida e acinzentada que os de *D. exulans*. Adultos em incubação são observados nas ilhas Gough, em janeiro e fevereiro, enquanto filhotes já com o tamanho dos pais, mas cobertos de penugem, estão presentes em setembro, deixando os ninhos em novembro e dezembro. A espécie nidifica bianualmente e o sucesso reprodutivo (número de jovens que voam do ninho / número de ovos postos) varia entre 46 a 69%. Os jovens começam a retornar às colônias com 4-5 anos de idade. A filopatria é bastante elevada (80% das aves voltam à sua colônia natal). Em geral, os albatrozes de Gough começam a se reproduzir entre 8 e 9 anos de idade (10 a 12 em *D. exulans*), alguns chegando a nidificar com 6 anos. A maior longevidade para uma ave anilhada é de 22 anos. Durante o período reprodutivo, o principal item da dieta das aves em Gough são as lulas Histiotheutidae (seis espécies de *Histiotheuthis*), mas pelo menos outras 18 espécies de cefalópodes são



também consumidas. Exemplares acompanhando espinheleiros fora da costa do Brasil alimentam-se tanto de iscas descartadas (lulas, *Illex argentinus*) como de vísceras de peixes, notadamente de fígado de tubarões.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Apesar do nome, o albatroz-de-tristão foi extinto na ilha Tristão da Cunha no início do século XX, em decorrência da exploração de ovos e de filhotes para a alimentação dos habitantes locais. Entre um e três pares nidificam anualmente na ilha Inaccessible, enquanto 1.500 nidificam em Gough, que abriga a quase totalidade da espécie. Exemplares anilhados em Gough têm sido recapturados fora da costa do Uruguai (um registro) e do Brasil (três registros), no sul da África e no sudeste da Austrália. Enquanto os registros na América do Sul e África sugerem deslocamentos para alimentação, o registro australiano indica que aves de Gough realizam migrações circumpolares similares a alguns *D. exulans*. Estudos recentes utilizando rastreamento por satélite confirmam que, durante a reprodução, as aves se alimentam na plataforma continental da América do Sul. Sugere-se que esta região é utilizada principalmente por machos, enquanto as fêmeas forrageiam preferencialmente a leste de Gough. Os registros brasileiros foram feitos entre São Paulo (Santos) e Rio Grande do Sul. O Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (MZUSP) possui dois machos anilhados em Gough, capturados por espinheleiros brasileiros, e quatro fêmeas de *D. dabbenena* não anilhadas e capturadas da mesma forma. Os exemplares foram capturados entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nos meses de outubro e novembro.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida. As ilhas Gough e Inaccessible são possessões britânicas sob regime de proteção especial.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A espécie é capturada incidentalmente por barcos espinheleiros que atuam no sul do Brasil, especialmente na região da convergência subtropical, e também em águas internacionais, fora da plataforma continental, particularmente na região da elevação do rio Grande. Esses barcos visam principalmente a captura de espadartes, tubarões e atuns.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheleira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas. Devem ser incluídas medidas que possam desencorajar ou impedir o acesso das aves aos anzóis iscados. Um Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

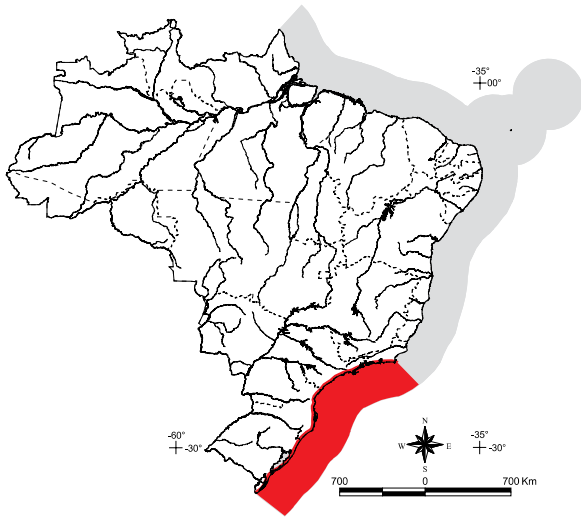
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO), têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo *D. dabbenena*, e são autores do PLANACAP. Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI), têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

66, 67, 102, 109, 126, 148, 149, 151, 152, 322, 323, 328, 329, 334, 341, 437, 438, 439, 448, 449 e 524.

Autor: *Fábio Olmos*



Diomedea epomophora Lesson, 1828

NOME POPULAR: Albatroz-real; Albatroz-real-meridional

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Diomedidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Diomedea epomophora, comparada a *D. exulans* e *D. dabbenena*, apresenta as narinas bulbosas, bico mais largo e robusto e a borda da maxila negra. Os juvenis deixam o ninho com plumagem similar à dos adultos, tendo como diferença a face superior das asas na cor negra e um número variável de penas escuras no dorso, produzindo um efeito de finas manchas. Com o tempo, a face superior das asas começa a ficar mais clara, a partir de sua borda anterior, até tornar-se quase totalmente branca em exemplares muito velhos. A cauda também se torna branca (*D. exulans* mantém a maioria das retrizes com pontas negras). A envergadura máxima de *D. epomophora* é de 3 m, sendo os machos maiores, pesando entre 8,1 e 9,45 kg, enquanto as fêmeas oscilam entre 6,5 e 9 kg. As primeiras posturas são feitas em novembro-dezembro e os ovos eclodem em fevereiro-março. Os juvenis deixam os ninhos após oito meses, em outubro-novembro. Os casais nidificam minimamente a cada dois anos, quando bem-sucedidos. O sucesso reprodutivo na ilha Campbell alcançou a média de 58% ao longo de três anos. Enquanto o albatroz-errante (*D. exulans*) forrageia no talude ou fora da plataforma continental, o albatroz-real é encontrado nas águas, sobre a plataforma. Na ilha Campbell, a dieta inclui 75% de cefalópodos (*Moroteuthis inges*, *Kondakovia longimana*, *Taonius pavo*), 21% de peixes, 3% de crustáceos e 1% de salpas. Dois indivíduos encontrados no Rio Grande do Sul haviam se alimentado do peixe *Ctenosciaena gracilicirrhus* e das lulas *Ommastrephes bartrami*, *Lycoteuthis diadema*, *Cyclotheuthis* sp. e *Grimalditheuthis* sp. Após a reprodução, as aves voam para o leste até a costa do Chile e Peru, sendo observadas sobre a plataforma continental. Dali, elas contornam o cabo Horn e são encontradas sobre a plataforma continental da Argentina (incluindo as Falklands/Malvinas) e Sul do Brasil, onde permanecem antes de migrar pelo Atlântico e Pacífico, retornando às áreas de nidificação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie nidifica apenas nas ilhas Adams, Enderby, Campbell, Auckland e Taiaroa Head (Nova Zelândia). É possível que tenha sido extinta em outras ilhas do Pacífico. Mais de 90% da população mundial de *D. epomophora* utiliza a ilha Campbell. No Brasil, a espécie foi registrada no Rio Grande do Sul (espécimes no Museu de Zoologia da Universidade do Rio dos Sinos) e Rio de Janeiro (espécime no Museu Nacional). Um antigo registro de São Paulo é baseado em um exemplar capturado próximo ao arquipélago de Alcatrazes e hoje no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (F. Denes & C. J. Carlos, *in litt.*). Exemplares capturados no Rio Grande do Sul, um deles por um espinheleiro, tinham sido anilhados em Campbell.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A espécie é capturada incidentalmente pela frota espinheira brasileira que atua no Sul do país. A população de Campbell é estimada em 8.200-8.600 pares reprodutivos, tendo aparentemente se estabilizado após um crescimento aparente na década de 1980. Em 1995, 55 pares estavam presentes em Enderby e cerca de 20 em Auckland e Adams. Nenhum exemplar puro de *D. epomophora* está presente em Taiaroa Head.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas. Devem ser incluídas medidas que possam desencorajar ou impedir o acesso das aves aos anzóis iscados. Um Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

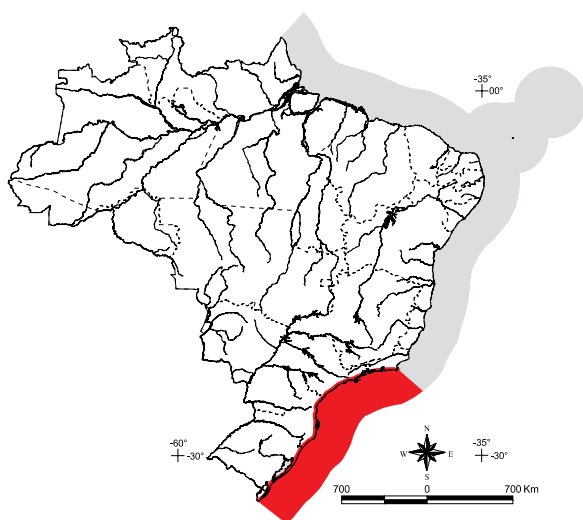
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO), têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo *D. epomophora*, e são autores do PLANACAP. Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI) têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

66, 67, 102, 126, 137, 144, 209, 322, 328, 329, 338, 339, 344, 379, 448, 449, 511, 515 e 524.

Autor: *Fábio Olmos*



Diomedea exulans Linnaeus, 1758

NOME POPULAR: Albatroz-errante; Albatroz-viajeiro

SINONÍMIAS: *Diomedea chionoptera*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Diomedidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (EN); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A1bd + 2bd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Diomedea exulans é um albatroz que nidifica em ilhas do Atlântico Sul. Os juvenis deixam o ninho com plumagem quase totalmente marrom-chocolate, que vai clareando com a idade. Os machos tendem a se tornar mais brancos do que as fêmeas; machos muito velhos adquirem uma plumagem descrita como

“snowy”. Machos das ilhas Geórgias do Sul pesam entre 8,19 e 11,9 kg e as fêmeas têm peso entre 6,35 e 8,71 kg. Os machos são maiores do que as fêmeas, com envergadura que varia de 2,72 até incríveis 3,45 m. Este albatroz nidifica em colônias dispersas e as posturas são realizadas entre dezembro e fevereiro. A incubação dura 11 semanas, sendo dividida entre os pais. O único filhote leva 40 semanas para deixar o ninho, o que ocorre entre novembro e fevereiro. O longo período reprodutivo (55 semanas) faz com que a espécie se reproduza apenas a cada dois anos. Casais bem sucedidos podem retornar à colônia apenas de 3 a 4 anos após produzirem o filhote. Em 1997, havia 19 aves com 39 anos de idade nidificando em Bird Island (Geórgias do Sul) e é provável que alguns indivíduos ultrapassem a idade de 50 anos. Os jovens permanecem no oceano por cinco anos antes de retornar à sua colônia natal, exibindo alto grau de filopatria. Cerca de 50% dos jovens das Geórgias do Sul sobrevivem até essa idade, enquanto adultos, entre 1972 e 1985, tinham uma expectativa anual de sobrevivência de 94%, uma redução de 1-2% em relação à década de 1960, tendo em vista a mortalidade causada pelos espinheiros. Machos têm uma expectativa de sobrevivência 2% maior do que as fêmeas, que se alimentam em latitudes mais baixas e assim parecem interagir mais com embarcações pesqueiras. Machos e fêmeas começam a se reproduzir com cerca de 11 anos. A idade da primeira reprodução tem decrescido recentemente em populações em declínio, por causa da mortalidade causada pela pesca. O sucesso reprodutivo variou anualmente entre 52 e 73% nas Geórgias do Sul, com média de 64%. *Diomedea exulans* e os outros grandes albatrozes capturam presas sobretudo na superfície, tendo capacidade limitada de submergir. Aves das Geórgias do Sul alimentam-se principalmente de lulas (35% da massa consumida pelos filhotes: *Kondakovia longimana*, *Histiotheutis eltaninae*, *Illex* sp., *Galitheutis glacialis*) e peixes (45% da massa consumida pelos filhotes, sendo as espécies mais importantes: *Pseudochaenichys georgicus*, *Chaenocephalus aceratus* e *Muraenolepis microps*). As duas últimas espécies são demersais, devendo ter sido obtidas como descartes ou corpos flutuantes após a desova. Os albatrozes também consomem carniça (como mamíferos marinhos mortos), tunicados, águas-vivas e crustáceos (como “lobster krill” *Munida gregaria*). Alterações nas condições oceanográficas têm forte influência sobre os padrões de forrageamento e de presas capturadas. A maior parte do alimento é obtida durante o dia, embora haja algum forrageamento noturno. Muitas das lulas consumidas são espécies mesopelágicas de grande porte (*Kondakovia longimana* pesa em média 3 kg) e devem ser consumidas como carniça, mas os albatrozes podem capturar lulas grandes na superfície, durante a noite, quando essas lulas realizam migrações verticais. A predisposição da espécie em consumir presas mortas faz com que se associe a barcos pesqueiros para aproveitar descartes, sendo bastante agressiva ao disputar restos com outras aves. Durante o inverno, a maior parte das aves se concentra ao norte da Convergência Antártica. Durante a reprodução, a população das Geórgias do Sul alimenta-se sobre a plataforma das ilhas e para oeste, especialmente ao longo do talude e fora da plataforma continental da Patagônia e sul do Brasil. No verão, as fêmeas utilizam a margem da plataforma continental da América do Sul (norte até cerca de 32°S), enquanto os machos usam as águas fora da Península Antártica. Durante o inverno, os machos se juntam às fêmeas. As viagens de alimentação para as águas do norte da Argentina e sul do Brasil cobrem mais de 9.500 km e duram cerca de 15 dias. A espécie realiza movimentos de grande escala. Indivíduos que nidificam no Atlântico parecem realizar migração circumpolar para Leste, que os leva à costa Sul da Austrália e através do Pacífico, antes de retornar às colônias de reprodução nas ilhas sub-antárticas do grupo das Geórgias do Sul. Aves anilhadas desta população têm sido recapturadas na costa Sul do Brasil (notadamente por espinheiros que operam fora do Rio Grande do Sul e Santa Catarina), África do Sul e sul da Austrália e Nova Zelândia. A frota pesqueira brasileira parece capturar principalmente aves pertencentes à população das Geórgias do Sul (12 recapturas de aves anilhadas até 2001), mas a captura de um exemplar anilhado no sul da Austrália fora do Rio Grande do Sul, pode indicar a presença de aves de outras populações em águas brasileiras.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O albatroz-errante ocorre na maior parte do oceano Austral, das margens do gelo que circunda a Antártica (c. 68°S) até o Trópico de Capricórnio (c. 23°S) e, ocasionalmente, até mais ao norte, com alguns registros fora da Califórnia e no Atlântico Norte. No Brasil, a espécie tem sido registrada do Rio Grande do Sul até cerca de 23°S. No Atlântico, a espécie nidifica no arquipélago das Geórgias do Sul (cerca de 2.000 pares reprodutivos/ano), especialmente Bird Island (60% da população do arquipélago). Também nidifica nas ilhas Prince Edward e Marion (possessões da África do Sul), ilhas Crozet e Kerguelen



(territórios da França) e Macquarie (território da Austrália). A população que nidificava nas ilhas Falklands (Malvinas) se extinguiu em 1959 face à pressão humana.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

É uma das espécies de albatrozes e petréis capturadas incidentalmente por barcos espinheleiros que atuam no Sul do Brasil, especialmente fora da plataforma continental e na região da Convergência Subtropical. A população das Geórgias do Sul diminuiu 28% entre 1960 e 1996 (0,8% ao ano), o que coincidiu com a redução da expectativa de sobrevivência dos adultos e dos jovens. Um declínio anual de 10% na taxa de sobrevivência dos juvenis ocorreu concomitante a uma queda de 2–3% ao ano na taxa de sobrevivência dos adultos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheleira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas, incluindo as que possam desencorajar ou impedir o acesso das aves aos anzóis iscados. Um Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

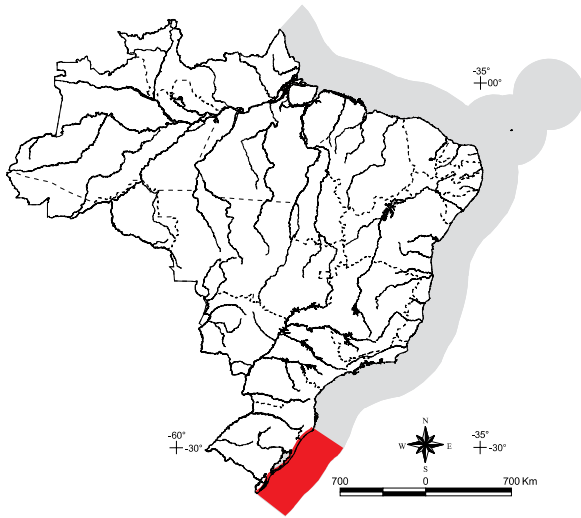
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo *D. epomophora*, e são autores do PLANACAP. Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI) têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

66, 67, 102, 109, 126, 137, 143, 144, 145, 149, 209, 303, 322, 328, 329, 338, 400, 437, 448, 449, 484, 511, 515, 524, 526, 527, 548 e 549.

Autor: *Fábio Olmos*



Diomedea sanfordi Murphy, 1917

NOME POPULAR: Albatroz-real-do-norte
 SINONÍMIAS: *Diomedea epomophora sanfordi*
 FILO: Chordata
 CLASSE: Aves
 ORDEM: Procellariiformes
 FAMÍLIA: Diomedidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada
 Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN
 Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A2c; B1ac(i) + 2ac(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Diomedea sanfordi distingue-se, quando adulto, de *D. epomophora* e *D. exulans* pela combinação única de dorso branco com a face superior das asas totalmente negras. Os juvenis deixam o ninho com plumagem similar à dos adultos; a diferença é que apresentam um número variável de penas escuras no dorso, produzindo um efeito manchado, e algumas penas escuras no alto da cabeça. A espécie apresenta as narinas bulbosas e a borda da maxila negra, como *D. epomophora*, sendo significativamente menor (machos, por exemplo, têm cúlmens de 165-172 mm, comparados a 179-188 mm em *D. epomophora*; a mesma comparação para a medida de asa é de 634-669 mm contra 674-707 mm). Adultos coletados nas ilhas Chatham pesavam de 6,35 a 6,6 kg. As aves começam a retornar às colônias de reprodução em setembro e as posturas ocorrem no final de outubro (em Taiaroa Head) e meados de novembro (nas ilhas Chatham). A incubação dura 79 dias, em média, e o jovem deixa o ninho após 32-38 semanas. A nidificação leva, assim, uma média de 46 semanas, de forma que a reprodução é bianual. Os jovens ficam no mar por um período de 4 a 8 anos antes de retornar à colônia natal. As aves começam a se reproduzir com idade de 6 a 11 anos. A maior longevidade para uma ave anilhada é de 61 anos. Este exemplar estava nidificando e produziu um filhote antes de desaparecer. O sucesso reprodutivo em Taiaroa Head, ao longo de 17 anos, foi de 31%, em média. Estima-se que 57% dos jovens sobrevivam até alcançar idade para reproduzir. A porcentagem de sobrevivência dos adultos na década de 1990 era de 94,6-95,3%, menor que os 98,9% estimados nas décadas de 1940 e 1950. Nas ilhas Chathams, a produtividade anual entre 1990-1996 foi de apenas 18%, em decorrência da degradação da cobertura vegetal, causando a quebra de ovos e a inundação de ninhos. A dieta nas ilhas Chatham é constituída de 85% de cefalópodos (incluindo *Morothaeutis ingens*, *Architeuthis* sp. e *Histiotheuthis atlantica*), 14% de peixes e 1% de salpas. Em Taiaroa Head, as aves consomem 80% de cefalópodes (incluindo polvos aparentemente obtidos de descartes), 15% de peixes, 3% de crustáceos e 2% de salpas. A população das ilhas Chatham (99% da população global) é estimada em 6.500-7.000 pares – 27 casais estavam presentes em Taiaroa Head em 1995, incluindo cinco híbridos com *D. epomophora*. A espécie é listada no Apêndice II da Convenção de Espécies Migratórias (Convention on Migratory Species - CMS).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie nidifica apenas em três ilhotas do grupo das Chatham (Motuhara, Big Sister e Little Sister) e em Taiaroa Head, Nova Zelândia. Esta última população inclui vários híbridos entre *D. epomophora* e *D. sanfordi*, tendo status único. É provável que a espécie nidificasse de forma ampla em outras ilhas da região da Nova Zelândia, incluindo a ilha do Sul, antes da chegada do homem. Após a reprodução, as aves voam para Leste até a costa do Chile e Peru, sendo observadas sobre a plataforma continental, onde se alimentam e realizam a muda. Dali, elas contornam o Cabo Horn e são encontradas sobre a



plataforma continental da Argentina (incluindo as Falklands/Malvinas) e Sul do Brasil, que parecem ser importantes áreas de alimentação. As aves migram através do Atlântico, passando pela costa sul-africana e dali pelo oceano Austral, retornando às áreas de nidificação. Um exemplar foi encontrado nas Falklands oito dias após deixar as ilhas Chatham. A presença da espécie no Brasil é baseada no registro publicado de um exemplar acompanhando um espinheleiro fora de Santa Catarina e de outros registrados fora de Santa Catarina e Rio Grande do Sul pelo programa de observadores do Projeto Albatroz.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A espécie é capturada incidentalmente por barcos espinheleiros em toda a sua área de distribuição, o que também pode ocorrer no Brasil. Interação com barcos espinheleiros que atuam no Sul do Brasil, especialmente na região da Convergência Subtropical, e também em águas internacionais, fora da plataforma continental, em particular na região da elevação do rio Grande. Estes barcos visam principalmente a captura de espadartes, tubarões e atuns.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheleira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas, incluindo medidas que desencorajem ou impeçam o acesso das aves aos anzóis iscados. Um Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

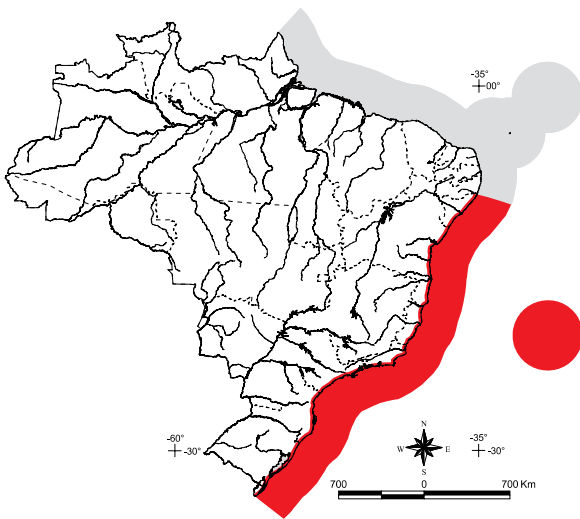
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo *D. epomophora*, e são autores do PLANACAP. Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI) têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

67, 102, 126, 137, 144, 209, 328, 329, 428, 447, 449, 511, 515, 526 e 527.

Autor: *Fábio Olmos*



Thalassarche chlororhynchos (Gmelin, 1789)

NOME POPULAR: Albatroz-de-nariz-amarelo

SINONÍMIAS: *Diomedea chlororhynchos*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Diomedidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A1ad + 2b; B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thalassarche chlororhynchos é uma ave cuja característica principal é a faixa amarela ao longo da face dorsal da maxila, terminando em um desenho arredondado, que é pontiagudo na espécie-irmã *T. carteri*, do oceano Índico. *Thalassarche chlororhynchos* apresenta a cabeça e o pescoço acinzentados, sendo esse mais claro no vértice, enquanto *T. carteri* tem a cabeça branca, exceto por uma sombra cinza na face. É um dos menores albatrozes: a envergadura de quatro exemplares variou entre 1,98 a 2,07 m. Os machos parecem ser maiores, como em outros albatrozes. Exemplares da ilha de Gough pesam entre 1,78 e 2,84 kg. As primeiras aves chegam às áreas de nidificação em meados de agosto. Em Nightingale, a maioria dos ovos é posta entre 10 e 20 de setembro, eclodindo no início de dezembro, após cerca de 78 dias de incubação. Em Gough, as posturas são feitas em setembro-outubro, os primeiros filhotes surgem no final de novembro e no início de dezembro 75% dos ovos eclodem. No final de dezembro, a maioria dos filhotes está grande o suficiente para ser deixada sozinha. Em Tristão da Cunha e Gough, os jovens deixam a colônia no final de abril e início de maio. A espécie nidifica anualmente. A expectativa anual de sobrevivência de adultos em Inaccessible e Nightingale fica em torno de 84%, enquanto que para os juvenis em Inaccessible é de 82%. A dieta e ecologia da espécie são mal conhecidas, mas cefalópodos estavam presentes em todos os conteúdos estomacais de exemplares coletados em Gough, enquanto peixes e anfípodos ocorreram em algumas amostras.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie ainda nidifica em todas as ilhas onde foi registrada historicamente. Atualmente, nidifica nas ilhas do grupo de Tristão da Cunha (Tristan, Nightingale, Inaccessible, Middle e Stotenhol) e em Gough, do Atlântico Sul. As maiores populações estão em Tristão da Cunha e Gough. *Thalassarche chlororhynchos* parece preferir águas mais quentes que outros albatrozes. Na América do Sul, há poucos registros ao sul da Convergência Subtropical, embora centenas tenham sido registrados fora do rio da Prata. A espécie é comum fora da costa sul e sudeste do Brasil (incluindo o Rio de Janeiro) e há vários registros no Nordeste, até Alagoas. No sul da África, ocorre fora do sistema da Corrente de Benguela, novamente preferindo as águas oceânicas mais tépidas. O número de exemplares em ambas as regiões aumenta muito durante o inverno, quando as aves deixam as áreas de reprodução. Exemplares anilhados em Gough, Inaccessible e Tristão da Cunha têm sido recapturados, principalmente no sul da África, mas há recapturas feitas em São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, incluindo aves mortas por espinheleiros. Há registros dessa espécie na Nova Zelândia e sul da Austrália, embora seja muito menos comum que *T. carteri*.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.



PRINCIPAIS AMEAÇAS

Centenas de indivíduos da espécie são capturados incidentalmente por barcos espinheiros que atuam no Sul do Brasil, especialmente na região da Convergência Subtropical, e também em águas internacionais, fora da plataforma continental, especialmente na região da elevação do rio Grande. Esses barcos visam sobretudo a captura de espadartes, tubarões e atuns. Em 1972-1973, estimava-se que a população de Tristão da Cunha era de cerca de 20 mil pares e a de Gough de 7.500. Em 1982, havia 1.100 pares em Inaccessible. Há evidências de que todas as populações diminuíram sensivelmente desde a década de 1980. Em Gough, estimou-se que havia 5.250 casais na temporada 2000/2001 e a população de Tristão da Cunha foi estimada de 21.600 a 35.600 pares na década de 1980. Dados demográficos têm sido coletados por 20 anos em duas colônias em Gough e Tristão da Cunha. Durante o período de estudo, as populações declinaram de 1,1 a 1,2% por ano. Entretanto, modelos populacionais prevêem taxas anuais de declínio entre 1,5 e 2,8% em Gough e 5,5% em Tristão da Cunha. Tais declínios indicam uma redução de 58% ao longo de três gerações da espécie (71 anos).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas, desencorajando ou impedindo o acesso das aves aos anzóis iscados, incluindo o lançamento noturno, uso de linhas espanta-aves (tori lines), lançamento submerso, iscas tingidas de azul e lastros mais pesados nas linhas secundárias. Um Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

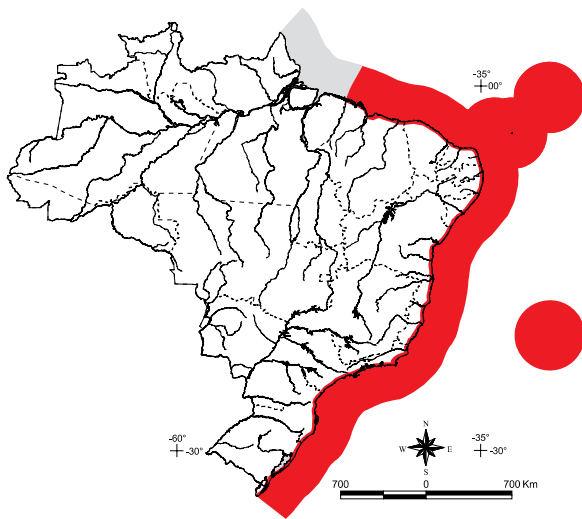
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo *T. chlororhynchos*, e são autores do PLANACAP. Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI) têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

67, 102, 126, 137, 144, 148, 150, 179, 209, 269, 321, 328, 329, 334, 338, 448, 449, 484, 485, 493, 524, 526 e 527.

Autor: *Fábio Olmos*



Thalassarche melanophris (Temminck, 1828)

NOME POPULAR: Albatroz-de-sobrancelha
 SINONÍMIAS: *Diomedea melanophris*; *Diomedea melanophrys*; *Thalassarche melanophrys*
 FILO: Chordata
 CLASSE: Aves
 ORDEM: Procellariiformes
 FAMÍLIA: Diomededidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada
 Estados Brasileiros: PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN
 Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2bd + 3bd + 4bd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thalassarche melanophris é um albatroz que, quando adulto, é branco com asas negras e tem o característico bico alaranjado, com a ponta avermelhada. Há uma evidente faixa ocular escura, que é compartilhada com outras espécies do gênero *Thalassarche*. Os juvenis, quando deixam o ninho, possuem uma faixa peitoral amarronzada e o bico negro, que depois se torna amarronzado, com a ponta enegrecida. A envergadura máxima é de 2,5 m. Nas Geórgias do Sul, os machos pesam entre 3,35 e 4,66 kg, enquanto as fêmeas têm peso entre 2,9 e 3,8 kg. Há diferenças genéticas entre aves das ilhas Falklands/Malvinas e as das Geórgias do Sul, tão grandes quanto entre essas e *T. impavida*, a espécie-irmã, endêmica da ilha Campbell (Nova Zelândia). O tipo de *T. melanophris* foi coletado no Cabo da Boa Esperança, área utilizada pelas aves das Geórgias do Sul, de forma que a população das Falklands/Malvinas talvez necessite ser renomeada. Nelas as aves chegam às colônias no final de agosto e início de setembro, realizando as posturas em outubro. Já nas Geórgias do Sul isso ocorre três semanas depois. A incubação leva cerca de 68 dias e os juvenis deixam o ninho após 116-125 dias (meados de março-abril para as aves das Falklands). O ciclo reprodutivo, relativamente curto, permite que a espécie reproduza anualmente. Mais de 90% dos ovos eclodem e de 29% a 77% dos filhotes sobrevivem até a idade de deixar o ninho. Entre 1975 e 1991, o sucesso reprodutivo nas Geórgias do Sul variou de 0 a 64% (média de 29%), estando ligado à disponibilidade de krill (*Euphausia superba*). Os juvenis retornam às colônias entre 3 e 8 anos de idade e começam a se reproduzir quando têm de 6 a 13 anos. Nas Geórgias do Sul, a filopatria é elevada (58% dos juvenis voltam à colônia natal) e aves adultas não mudam de colônia. A sobrevivência anual dos adultos é de 94% (machos) a 96% (fêmeas) e a dieta é constituída por krill (40% da massa consumida), peixes (como *Myctophidae* e *Channichthyidae*), lampreias (*Geotria australis*, 39%) e cefalópodes (21%, especialmente a lula *Todarodes*). Nas Falklands, as presas principais são lulas (notadamente *Loligo gahi*) e peixes (como *Micromesistius australis*), que constituem juntos 90% da dieta, enquanto medusas e crustáceos (*Munida gregaria*) representam 10%. Dessa forma, há importantes diferenças ecológicas entre as duas populações. *Thalassarche melanophris* possui razoável capacidade de mergulho e pode capturar presas a pelo menos 5 m de profundidade. É notável pelo entusiasmo e agressividade com que acompanha embarcações pesqueiras e forrageia por descartes, agrupando-se em grande número ao redor de espinheleiros em operação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie parece ocupar todas as ilhas onde foi registrada historicamente. No Atlântico, as maiores populações estão nas ilhas Falklands (12 sítios), especialmente em Steeple Jason e Beauchene (cada uma com mais de 100.000 pares reprodutivos). Também há colônias nas Geórgias do Sul e, no limite



entre o Atlântico e o Pacífico, em Diego Ramirez e Islas Ildefonso (Chile). Fora do Atlântico, há colônias nas ilhas Crozet, Kerguelen, Heard, McDonald, Macquarie, Bishop, Clerk, Antipodes, Campbell e Snares. Aves das Geórgias do Sul alimentam-se principalmente sobre a plataforma daquele arquipélago e de South Orkney, durante o período reprodutivo, não se aproximando da plataforma continental das Falklands e da Patagônia. Após a reprodução, deslocam-se em sua maioria para o sul da África, sendo encontradas na região da Corrente de Benguela e Cabo da Boa Esperança. Também há várias recapturas feitas na Austrália e Nova Zelândia, sugerindo um deslocamento circumpolar. No entanto, há alguns registros de aves anilhadas nas Geórgias do Sul que foram recapturadas no Uruguai, na província de Buenos Aires (Argentina), no Rio de Janeiro e no sul da Austrália. As aves de Diego Ramirez utilizam as águas próximas ao Cabo Horn e a costa pacífica da América do Sul, na região sob influência da Corrente de Humboldt. Aves das Falklands/Malvinas parecem se restringir às águas ao redor das ilhas e da vizinha plataforma continental da Patagônia, durante o período reprodutivo. Aves anilhadas ali têm sido recuperadas ao longo da costa leste sul-americana até o Nordeste do Brasil (Maranhão). O maior número de recapturas acontece ao sul do Rio de Janeiro (Cabo Frio), sugerindo que essas aves se deslocam para o norte, talvez acompanhando a corrente das Falklands até a Convergência Subtropical e de lá a língua de águas frias e ricas que se forma sobre a plataforma continental brasileira durante o inverno.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Centenas de indivíduos desta espécie, em sua maioria juvenis, são capturados incidentalmente por barcos espinheleiros que atuam no Sul do Brasil, tanto sobre a plataforma continental como em águas fora dela, especialmente na região da Convergência Subtropical, e também em águas internacionais. Esses barcos visam principalmente a captura de espadartes, tubarões e atuns. A população reprodutiva total de *T. melanophris* era estimada em cerca 680.000 casais – 80% nas Falklands/Malvinas, 10% nas Geórgias do Sul e 3% no Chile. Esta estimativa foi recentemente revisada para cerca de 530.000 – 70% nas Falklands/Malvinas, 20% nas Geórgias do Sul e 10% no Chile. Algumas populações nas Geórgias do Sul sofreram redução de 35% desde 1989-1990. Em 1995, apenas 9.500 pares estavam presentes. No total, todas as populações ali monitoradas decresceram 31% naquele período. O sucesso reprodutivo e a expectativa anual de sobrevivência dos adultos também diminuíram. As Falklands/Malvinas abrigam a maioria da população mundial de *T. melanophris*, com um total de cerca de 458.000 pares em 1995. No entanto, censos feitos em 2000 apontam uma redução de pelo menos 86.000 pares na população das ilhas, estimada hoje em 382.000 pares. A colônia de Steeple Jason, a maior do mundo (com 68% das aves do arquipélago), perdeu 41.200 pares, tendo hoje em torno de 150.000 casais reprodutivos. Estima-se que, nos últimos 20 anos, a população nas Falklands/Malvinas tenha decrescido de 506.000 para 382.000 pares reprodutivos, caindo de 468.000 para 382.000 pares apenas nos últimos cinco anos. Com base nessas taxas, infere-se que a espécie declinará cerca de 65% ao longo de três gerações (65 anos). Como há poucas localidades onde a espécie está em crescimento, um declínio geral de 50% ao longo deste período é esperado.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação da espécie no Brasil é a adoção, pela frota espinheleira, de medidas mitigatórias que impeçam ou minimizem a captura de aves marinhas. Devem ser adotadas medidas que possam desencorajar ou impedir o acesso das aves aos anzóis iscados, incluindo lançamento noturno, uso de linhas espanta-aves (tori lines), lançamento submerso, iscas tingidas de azul e lastros mais pesados nas linhas secundárias. O Plano Nacional de Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP) foi aprovado pelo IBAMA/Ministério do Meio Ambiente e deve ser implementado.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

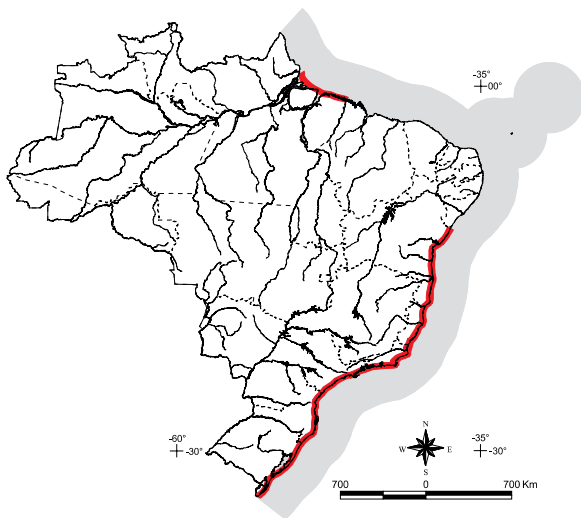
Tatiana Neves e Fabiano Peppes (Instituto Albatroz) e Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) têm trabalhado com a questão da captura incidental de aves marinhas pela frota brasileira, incluindo

T. melanophris, e são autores do PLANACAP Leandro Bugoni e Carolus M. Vooren (FURG) e Jules Soto (UNIVALI) têm estudado a ecologia e distribuição das aves oceânicas do extremo-sul brasileiro, incluindo a sua interação com a pesca.

REFERÊNCIAS

67, 102, 108, 126, 137, 144, 145, 146, 209, 239, 240, 269, 322, 328, 329, 334, 338, 346, 448, 449, 484, 515, 524, 526, 527 e 548.

Autor: Fábio Olmos



Procellaria aequinoctialis Linnaeus, 1758

NOME POPULAR: Pardela-preta

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Procellariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4bcde**

INFORMAÇÕES GERAIS

Procellaria aequinoctialis é uma ave marinha de porte médio, que se reproduz entre setembro e maio em ilhas nos oceanos meridionais. Apresenta plumagem marrom-escura uniforme, bico claro e uma mancha gular branca que por vezes pode estar ausente. A envergadura é de cerca de 1,4 m. As fêmeas, um pouco menores que os machos, pesam cerca de 1,3 kg e os machos podem chegar a até 1,4 kg. Nas colônias reprodutivas, são bastante ativos durante a noite. Fazem seus ninhos em grandes tocas sob a vegetação e colocam apenas um ovo, que é incubado por cerca de 60 dias. Após o nascimento, o filhote recebe alimento dos pais até o terceiro mês de vida e é incapaz de sobreviver sob os cuidados de apenas um deles. Deixa a colônia reprodutiva no mês de maio e somente retorna para sua primeira reprodução após completar seis anos de vida. Durante a incubação, os adultos se revezam nos ninhos e realizam viagens de 3.000 a 8.000 km, que duram entre 12 e 15 dias de duração, para obter alimento. Após o nascimento do filhote, as viagens são mais curtas. Apresentam sucesso reprodutivo entre 40 e 50%. Terminado o período reprodutivo, dispersam-se pelos oceanos austrais (entre 30° e 55°), quando são comuns, durante o inverno, na costa sul-brasileira. *Procellaria aequinoctialis* obtém alimento, freqüentemente, boiando na superfície da água e mergulhando atrás de suas presas a profundidades em torno dos 13 m, podendo permanecer submerso por cerca de 42 segundos. Durante o período reprodutivo, a espécie se alimenta principalmente de krill, peixes e lulas oceânicas, principalmente durante a noite. Após o período reprodutivo, durante suas viagens alimentam-se principalmente de peixes, crustáceos e lulas, além de outros peixes capturados durante o descarte de pescado por barcos de pesca.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Apesar de ocorrer em toda a região sub-antártica, representada por indivíduos vagantes, sua área de ocupação é restrita, reproduzindo-se apenas em algumas ilhas nas regiões oceânicas meridionais. No



Atlântico, nidifica principalmente nas ilhas Falklands/Malvinas e Geórgia do Sul. Porém ocorrem colônias também nas ilhas Crozet, Prince Edward, Campbell, Kerguelen, Auckland, Antipodes e, provavelmente, Macquarie. É visitante meridional em águas oceânicas, comumente aparecendo mortos em praias do litoral brasileiro. No Brasil a espécie já foi registrada nos litorais dos Estados do PA, BA, ES, RJ, SP, PR, SC e RS.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Não utiliza Unidades de Conservação brasileiras para reprodução, mas já foi registrado sobrevoando as proximidades da ilha Deserta, que faz parte da REBIO Marinha do Arvoredo (SC) e, morto, em praias da EE Juréia-Itatins e PE Ilha do Cardoso (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Em sua área reprodutiva, seu hábitat vem sendo alterado pelo aumento populacional de lobos-marinhos e a presença de ratos introduzidos pelo homem. No entanto, a maior causa do decréscimo populacional pelo qual vem passando a espécie é a mortalidade acidental associada às atividades de pesca com o uso de espinhel, nas proximidades da ilha Geórgia do Sul e em suas áreas de invernada, nas costas da África e da América do Sul. É uma das espécies de aves marinhas mais vulneráveis à mortalidade associada à pesca de espinhel e, na costa brasileira, é a espécie mais capturada pela frota que utiliza métodos de pesca tanto pelágicos como de fundo. A pesca com espinhéis pelágicos consiste de uma linha principal com cerca de 80 km, na qual são presos 800 a 1.200 anzóis iscados. O espinhel de fundo tem entre 1.500 a 2.000 anzóis. A isca, em ambos os métodos, é a lula argentina, mas também são utilizadas sardinhas. As centenas de aves que acompanham os barcos mergulham e capturam as lulas, e acabam afundando juntamente com o anzol, vindo a morrer por afogamento. Em meados da década de 1990, a frota brasileira de espinheleiros de fundo matava anualmente cerca de 724 indivíduos de *P. aequinoctialis*, e a pelágica, operando no Sul-Sudeste do Brasil, capturava anualmente, em média, 3.084 indivíduos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Devem ser estimuladas as ações mitigadoras que já vêm sendo testadas e implementadas na frota espinheleira nacional e internacional, tais como o cabo com fitas (tori line), que funciona como espantadores das aves durante o lançamento dos cabos com os espinhéis; o lançamento dos anzóis durante a noite, na lateral do barco ou a partir de grandes profundidades; o uso de iscas pigmentadas e o uso de iscas descongeladas e/ou artificiais. Sugere-se a implantação de campanhas educativas junto aos pescadores e empresas de pesca, visando a interrupção do descarte de restos de peixes no mar, o que acaba atraindo as aves para a proximidade dos barcos.

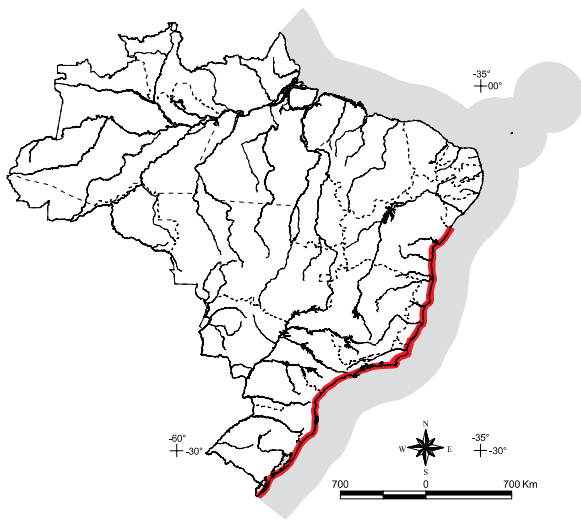
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO); Tatiana da Silva Neves (Instituto Albatroz); Maria Virgínia Petry (UNISINOS); Carolus M. Vooren (FURG); Jules Soto (UNIVALI).

REFERÊNCIAS

53, 55, 56, 161, 231, 324 e 399.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Procellaria conspicillata Gould, 1844

NOME POPULAR: Pardela-de-óculos

SINONÍMIAS: Anteriormente considerada um morfo ou subespécie de *P. aequinoctialis* e atualmente reconhecida como espécie plena

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Procellariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Procellaria conspicillata é uma ave marinha de porte médio semelhante a *Procellaria aequinoctialis*, da qual difere pela presença de uma máscara facial branca e pelo tamanho menor. O peso varia em torno de 1,2 kg. Durante a reprodução são bastante ativos à noite, enquanto estão na colônia. Fazem seus ninhos em grandes tocas sob a vegetação, em solo encharcado ao longo de drenagens e riachos. Põem apenas um ovo, que é incubado por cerca de 60 dias. As posturas são feitas no início de outubro e a maioria dos ovos eclode depois de meados de dezembro. Durante a incubação os adultos se revezam nos ninhos, cuidando do ovo e, mais tarde, do filhote. Após o nascimento, o filhote recebe alimento dos pais até o terceiro mês de vida e é incapaz de sobreviver sob os cuidados de apenas um deles. Os juvenis deixam a colônia entre março e abril e somente retornam para a primeira reprodução após completar seis anos de vida. Obtém alimento, freqüentemente, boiando na superfície da água e mergulhando atrás de suas presas, a profundidades em torno de 6 m. Capturam principalmente cefalópodes, crustáceos e pequenos peixes, inclusive à noite, além de outros peixes capturados durante o descarte de pescado por barcos de pesca. Visitante meridional em águas oceânicas, é um membro regular da avifauna brasileira que comumente aparece morto em praias do litoral brasileiro. Durante o verão, é a espécie mais comum nos grupos de aves que acompanham espinheleiros de fundo sobre a plataforma continental do Sul-Sudeste do Brasil. Durante o inverno praticamente desaparece dessas águas, sendo substituída por *P. aequinoctialis*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Apesar de ocorrer em toda a região sub-antártica, representada por indivíduos vagantes, sua área de ocupação é restrita ao sul do oceano Atlântico, ao norte da Convergência Subtropical, entre 25° e 40° de latitude sul. Aparentemente também ocorria na ilha Amsterdã, o que explica os registros no oceano Índico durante o século XIX. As águas além da plataforma brasileira parecem abrigar a maior concentração da espécie fora de sua área de reprodução, mas também existem concentrações menores fora da plataforma continental do sul da África. Reproduz apenas em um platô da ilha Inaccessible, no arquipélago Tristão da Cunha. Já foi registrada em águas argentinas e angolanas. No Brasil, a espécie já foi registrada nos litorais dos Estados da BA, ES, RJ, SP, SC e RS.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior causa do decréscimo populacional pelo qual vem passando a espécie é a mortalidade acidental associada às atividades de pesca com o uso de espinhel, principalmente em suas áreas de invernada. Nota-se grande crescimento da frota dedicada a esta atividade no Brasil, atuando principalmente ao largo da costa de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e, em menor escala, na cadeia submarina de Vitória-Trindade. *Procellaria conspicillata* é uma espécie bastante vulnerável à mortalidade associada à pesca de espinhel na costa brasileira. Em meados da década de 1990, estima-se que a frota brasileira de espinheleiros que utilizam o método pelágico, operando no Sul-Sudeste do Brasil, capturava anualmente, em média, 568 indivíduos de *P. conspicillata*, enquanto os que utilizavam o método de espinhel de fundo foram responsáveis pela mortalidade de, aproximadamente, 197 indivíduos de *P. conspicillata* por ano, na mesma década. Apesar da mortalidade de aves marinhas associadas à pesca estar historicamente relacionada aos métodos de espinhel, tanto pelágicos como de fundo, outras pescarias como vara e isca viva, redes de emalhe e redes de deriva também têm demonstrado ser potenciais fatores de mortalidade dessas aves. Aparentemente não existem ameaças em suas áreas de reprodução.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Devem ser estimuladas as ações mitigadoras que já vêm sendo testadas e implementadas na frota espinheleira nacional e internacional, tais como o cabo com fitas (tori line), que funciona como espantadores das aves durante o lançamento dos cabos com os espinhéis; o lançamento dos anzóis durante a noite, na lateral do barco ou a partir de grandes profundidades; o uso de iscas pigmentadas e o uso de iscas descongeladas e/ou artificiais. Sugere-se a implantação de campanhas educativas junto aos pescadores e às empresas de pesca, visando a interrupção do descarte de restos de peixes no mar, o que acaba atraindo as aves para a proximidade dos barcos.

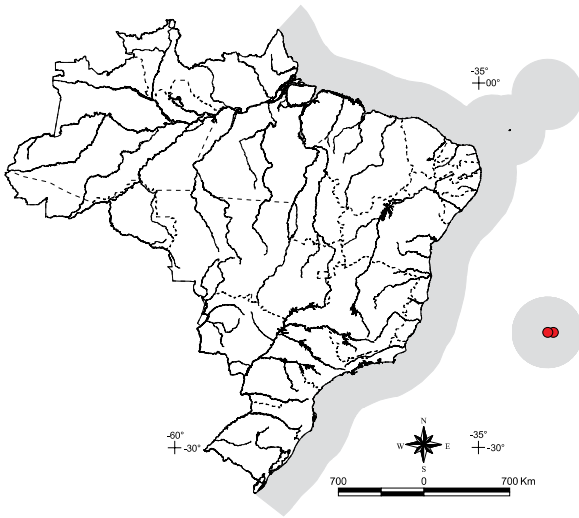
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO); Tatiana da Silva Neves (Instituto Albatroz); Maria Virgínia Petry (UNISINOS); Carolus M. Vooren (FURG); Jules Soto (UNIVALI).

REFERÊNCIAS

53, 120, 324, 336, 345 e 435.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Pterodroma arminjoniana (Giglioli & Salvadori, 1869)

NOME POPULAR: Grazina-de-trindade; Pardela-da-trindade;

Fura-buxo; Petrel-de-trindade

SINONÍMIAS: *Aestrelata sandaliata*; *Aestrelata wilsonii*;

Aestrelata trinitatis; *Pterodroma chionopara*;

Pterodroma neglecta arminjoniana

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Procellariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pterodroma arminjoniana e a pardela de asa-larga *Puffinus lherminieri* têm sido tradicionalmente as únicas representantes da família Procellariidae com registro de reprodução em território brasileiro. Ave marinha de médio porte, mede cerca de 40 cm de comprimento, com envergadura em torno de 100 cm. Apresenta polimorfismo, com três formas distintas. A forma escura apresenta o corpo cinza-escuro. A forma clara tem dorso, cabeça e asas cinza-escuras, e garganta, peito e barriga brancos. A forma intermediária varia entre a primeira e a segunda formas. Não apresenta dimorfismo sexual. Não possui ciclo reprodutivo definido, podendo encontrar-se casais reproduzindo durante todo o ano. Fazem seus ninhos em cavidades naturais existentes nos paredões rochosos de quase todos os picos da ilha da Trindade. Assim como a pardela-de-asa-larga, *P. arminjoniana* também apresenta fidelidade ao ninho e ao parceiro. Os ninhos não apresentam material de construção e o único ovo branco é depositado diretamente no solo ou sobre a rocha. Ambos os adultos incubam o ovo por cerca de 50 dias. O filhote, nidícola, nasce coberto por penugem clara e permanece no ninho por cerca de três meses, sendo alimentado pelos pais. Diferentemente de outras pardelas, tem hábito diurno. Sua alimentação é pouco conhecida, mas existem registros de lulas em sua dieta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

É substituto geográfico de *P. neglecta* do Pacífico e do Índico e dispersa-se pelas regiões tropicais e subtropicais das águas dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Porém a subespécie *P. a. arminjoniana* ocorre apenas no grupo Trindade/Martim Vaz (Atlântico Sul) e na ilha Round I (Mauritius - Índico). Parece reproduzir-se também na ilha Reunion, no oceano Índico. Alguns indivíduos vagantes foram registrados no Atlântico Norte e próximo à ilha Ascension. Há registros também no Reino Unido e nos Açores. Existem registros históricos de reprodução na ilha da Trindade e no arquipélago de Martim Vaz, mas atualmente pouco se conhece sobre sua reprodução em Martim Vaz. Existem registros recentes de ninhos em quase todos os picos da ilha da Trindade, porém os morros do Paredão, do Pão de Açúcar, os picos do Vigia, Nossa Senhora de Lourdes e o conjunto de rochas em frente à Ponta Sul são os sítios reprodutivos mais significativos da ilha. Porém ocorrem ninhos também nos paredões acima da praia dos Portugueses, Ponta Norte, na descida para a praia do Eme e na Ponta do Noroeste. Estimativas recentes na ilha da Trindade apontam uma população em torno de 6.500 aves.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A ilha da Trindade faz parte da Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas da Trindade e Arquipélago Martim Vaz (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O distúrbio nas colônias reprodutivas, a introdução de predadores e a interferência direta do homem são as principais ameaças à espécie. Na ilha Round I, a coleta de ovos, filhotes e adultos para consumo são a principal ameaça. A presença de gatos e ratos (*Rattus rattus* e *R. norvegicus*) na ilha da Trindade potencializa ameaças à reprodução da espécie na ilha, uma vez que, além de predadores, podem transmitir doenças e afugentar casais e filhotes de seus buracos. Existem registros de predação de filhotes pelo caranguejo nativo (*Gecarcinus lagostoma*), abundante na ilha, o que pode vir a ser uma ameaça diante de um desequilíbrio ecológico que promova o aumento descontrolado da população do caranguejo, já que as fragatas, seus principais predadores, também enfrentam ameaças de extinção.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A população de ratos e do caranguejo na ilha da Trindade deve ser avaliada a fim de se saber a real ameaça para *P. arminjoniana* e permitir a elaboração de medidas de controle. Torna-se necessário também o desenvolvimento de pesquisas de ecologia básica, biologia reprodutiva, dinâmica populacional e movimentação, para que se conheçam as ameaças à espécie na área reprodutiva e de forrageamento, bem como permitir a identificação dos reais fatores de risco à sobrevivência da espécie. Sugere-se também a transformação do arquipélago Trindade/Martim Vaz em Unidade de Conservação efetiva, com elaboração e implementação de um plano de manejo e visando também a conservação das espécies existentes.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Francisco Pedro Fonseca Neto (ABCRN); Giovannini Luigi (LIMA/COPPE/UFRJ).

REFERÊNCIAS

21, 120, 198, 274 e 353.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Pterodroma incerta (Schlegel, 1863)

NOME POPULAR: Grazina-de-barriga-branca; Fura-buxo-de-capuz

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Procellariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pterodroma incerta é uma ave marinha de médio porte, possui cerca de 43 cm de comprimento e tem envergadura em torno de 100 cm. Apresenta a cabeça, o dorso, o lado inferior das asas e as penas infra-caudais de cor marrom-escuro. Tem a garganta e o peito salpicados e a característica barriga branca. Não apresenta dimorfismo sexual. Pela dificuldade de acesso e desenvolvimento de pesquisas em sua área reprodutiva, é uma das aves marinhas pouco conhecidas em seus aspectos bioecológicos. São reprodutores de inverno e, nas ilhas Tristão da Cunha, as aves chegam a partir de março. Os ninhos são construídos em buracos cavados em terra macia onde põem um único ovo entre meados de junho e julho. Os filhotes começam a nascer em setembro e permanecem no ninho até dezembro. Com pernas muito curtas, freqüentam as ilhas somente no período noturno e são muito vulneráveis a predadores terrestres. Porém, no mar, têm um vôo muito rápido e capturam suas presas durante o dia e à noite. Indivíduos solitários freqüentemente acompanham navios, mas ocorrem ocasionalmente em pequenos grupos em águas oceânicas, tanto sobre a plataforma continental como em águas mais profundas. Alimentam-se principalmente de cefalópodes (67%), crustáceos (20%) e peixes (13%), o que sugere que forrageiem em associação com outras espécies de aves marinhas. É visitante meridional que eventualmente aparece morto em praias do litoral sul brasileiro. No Brasil, a espécie é comumente registrada viva, ao largo do Rio Grande do Sul, e morta, em praias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2005, por ocasião da passagem do furacão “Catarina”, cerca de 130 indivíduos foram encontrados debilitados no litoral e em localidades situadas a até 420 km da costa, inclusive em altitudes de 1.100 m acima do nível do mar.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

É um petrel praticamente restrito ao Atlântico Sul, com alguns registros esporádicos para o oceano Índico. No mar a espécie se dispersa pela área abaixo do Trópico de Capricórnio, ao longo da Convergência Subtropical, onde é uma das aves mais abundantes. Foi registrado pela primeira vez em 1905, reproduzindo-se na ilha Tristão da Cunha. Posteriormente, registros não confirmados citaram reprodução nas ilhas Inaccessible e Nightingale. Em 1952, foi confirmada a reprodução na ilha Gough, com estimativa populacional de cerca de 100.000 a 1.000.000 de casais. No Brasil já foi registrada em águas oceânicas do RJ, SP, PR, SC e RS. Atualmente é considerado o único petrel endêmico do Atlântico Sul.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.



PRINCIPAIS AMEAÇAS

Apesar de recente estimativa indicar uma população de cerca de 1,8 milhões de casais reprodutores na ilha Gough, modelagens populacionais preliminares indicam declínio neste número. O sucesso reprodutivo nessa espécie é muito baixo, em torno de 20%. Nos sítios reprodutivos, o rato doméstico, *Mus musculus*, introduzido pelo homem, é, provavelmente, o responsável por perdas consideráveis de filhotes. A coexistência com cerca de 6.000 a 8.000 gaivotas-rapineiras *Catharacta* spp. na ilha Gough também são uma constante ameaça para a espécie, uma vez que estas gaivotas são vorazes predadoras de ovos, filhotes e adultos. Em sua área de distribuição marinha, as eventuais catástrofes climáticas podem afetar seriamente bandos de aves durante o forrageamento ou a dispersão. Pouco se conhece sobre os efeitos de ciclones e grandes tempestades sobre estas aves, mas potencialmente podem afetar severamente a espécie. A maioria das aves encontradas na costa sul brasileira em função da passagem do furacão “Catarina” morreu em uma semana. A poluição marinha por hidrocarbonetos também parece ser um problema para a espécie nos mares do Sul do Brasil.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Diante do grande desconhecimento científico sobre a espécie, torna-se necessário, primeiramente, o desenvolvimento de pesquisas a respeito de sua ecologia básica, biologia reprodutiva e dinâmica populacional em sua área reprodutiva. Na costa brasileira, estudos sobre sua movimentação e ameaças à espécie nas áreas de forrageamento são também importantes, bem como identificar os fatores de risco durante o período em que a espécie frequenta águas brasileiras. As aves que aparecem mortas nas praias devem ser investigadas e detectadas as causas da mortalidade, a fim de que se possa estabelecer estratégias de conservação para a espécie.

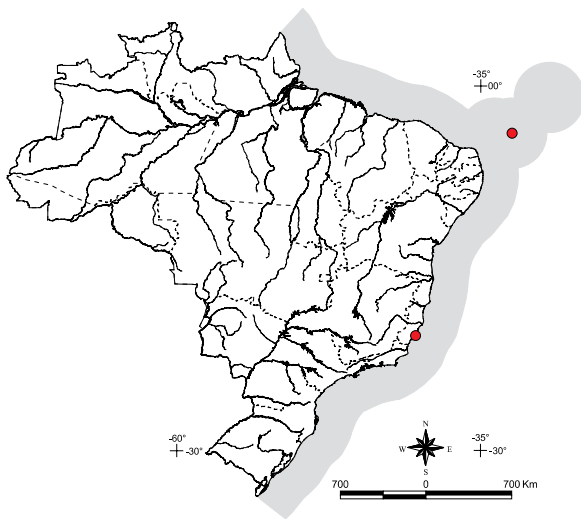
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Leandro Bugoni (CRAM/FURG); Maria Virginia Petry (UNISINOS); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO).

REFERÊNCIAS

107, 120, 147, 181, 257, 334 e 378.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Puffinus Iherminieri Lesson, 1839

NOME POPULAR: Pardela de asa-larga; Pardelinha (ES)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Procellariiformes

FAMÍLIA: Procellariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – D**

INFORMAÇÕES GERAIS

Puffinus Iherminieri é um petrel pequeno, com cerca de 65 a 70 cm de envergadura. Apresenta o alto da cabeça e o dorso de cor marrom-escuro; o lado da face, a garganta e o ventre, brancos; pés e pernas de cor rosada, com o dedo externo e a parte distal do tarso negros. As coberteiras infracaudais são de cor marrom-escuro, principal característica que o diferencia de *P. assimilis*. Os adultos começam a frequentar a colônia reprodutiva a partir de julho, quando passam a pernoitar em seus ninhos. A espécie apresenta fidelidade ao ninho e ao parceiro, retornando a cada ano para reproduzir-se na mesma cavidade. Os ninhos não apresentam material de construção e o único ovo (que mede 52,5 x 36,2 mm e pesa 37 g) é depositado, em agosto, diretamente no solo, em cavidades naturais ou em buracos cavados sob rochas. O período de incubação varia entre 48 e 55 dias. O filhote nasce em outubro, coberto por penugem cinza, e permanece sozinho no ninho durante o dia, sendo alimentado apenas durante a noite, período de maior atividade na colônia, quando os adultos chegam, perambulam perto dos ninhos e vocalizam. Os filhotes deixam os ninhos em dezembro e levam cerca de oito anos para atingir a maturidade reprodutiva. Apresentam hábitos pelágicos e vôo muito rápido, o que torna difícil a visualização e identificação da espécie em alto mar. Além disso, as aves dessa espécie costumam chegar na colônia reprodutiva muito tempo após o anoitecer, saindo antes do dia clarear. Por outro lado, o adulto que fica no ninho durante o dia, cuidando do ovo ou do filhote, permanece em silêncio, sem dar sinal de sua presença. Em Galápagos, apresentam um sucesso reprodutivo de 59%, e na colônia do Espírito Santo, em 1993, foi registrado um sucesso reprodutivo de 100%. As aves forrageiam por extensas áreas oceânicas, frequentemente associadas ao atum ou a outro peixe de grande porte. Algumas vezes juntam-se a outras espécies de aves marinhas para se alimentar. Comem principalmente peixes, lulas e crustáceos, que capturam mergulhando e perseguindo-os sob a água. Também capturam peixes-voadores em pleno vôo e, ocasionalmente, acompanham pequenos barcos de pesca.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

São reconhecidas dez subespécies distribuídas por várias regiões do planeta, a maioria em regiões tropicais. Foram registrados subfósseis em Ascension, Santa Helena, e vestígios arqueológicos em Tikopia e Anuta, na Polinésia, e em San Salvador (Bahamas). Atualmente ocorre nos oceanos tropicais e nidifica nas Bermudas, Bahamas, Pequenas Antilhas, ilhas de Barbados e Tobago. São conhecidas também colônias reprodutivas significativas no arquipélago de Galápagos. No Brasil, as colônias conhecidas estão nas ilhas Itatiaia, no Espírito Santo (cinco ninhos) e nas ilhotas Morro do Leão e Morro da Viuvinha, em Fernando de Noronha (onze ninhos). Indivíduos jovens encontrados sem anilhas no litoral do Espírito Santo sugerem que existam outros ninhos ainda não conhecidos na região.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As colônias das ilhotas Morro do Leão e Morro da Viuvinha estão na área do PARNA Marinho de Fernando de Noronha (PE) e há a possibilidade de haver aves também na APA adjacente.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O marcado declínio de muitas espécies de Procellariiformes está relacionado principalmente ao efeito da exploração humana, à introdução de predadores e à deterioração do hábitat. Fernando de Noronha tem várias espécies de predadores introduzidos (ratos, gatos, cães e teiús) que podem comprometer a reprodução da espécie. A proximidade que a ilha Morro da Viuvinha está da praia coloca-a sob risco de invasão por ratos, que podem dizimar as aves que ali nidificam. As ilhas Itatiaia, apesar de não ter predadores introduzidos, não têm status de área protegida. De acordo com pescadores da região, a espécie é bastante conhecida e costuma investir contra as iscas utilizadas nas pescarias, fato que pode estar ameaçando a espécie no litoral capixaba. Outro fato preocupante é que as ilhas costeiras do litoral brasileiro vêm sofrendo, ao longo dos anos, enorme degradação de seus ecossistemas por estarem próximas ao continente urbanizado e receberem visitas periódicas de pescadores e turistas, o que provavelmente vem contribuindo para a destruição de habitats potenciais para a reprodução da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Monitorar as colônias conhecidas, buscando compreender a dinâmica populacional, a ecologia reprodutiva, movimentação e ameaças à espécie nas áreas de reprodução e forrageamento, bem como identificar os fatores de risco durante o período de dispersão pós-reprodutiva. Buscar novas colônias da espécie, utilizando playback e observações noturnas durante o período reprodutivo. Avaliar a presença de predadores e competidores entre os buracos utilizados pelas aves para a reprodução nas ilhas e estabelecer protocolos de controle. Avaliar a mortalidade associada à pesca artesanal. Identificar os problemas que vêm afetando a reprodução nas ilhas Itatiaia.

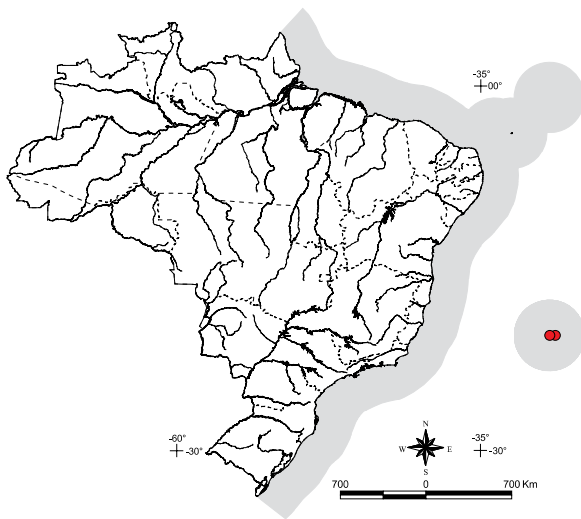
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Márcio Amorim Efe (CEMAVE/IBAMA); César Musso (AVIDEPA); Jules Soto (UNIVALI); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO).

REFERÊNCIAS

111, 174, 232, 233, 306, 324, 334, 351, 353 e 480.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Fregata ariel (Gray, 1845)

NOME POPULAR: Tesourão-pequeno

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Pelecaniformes

FAMÍLIA: Fregatidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(i); D**

INFORMAÇÕES GERAIS

Fregata ariel é a menor espécie do gênero, medindo entre 71 e 81 cm de comprimento total e com uma envergadura em torno de 190 cm. Tem pernas curtas e não pousa no solo ou na água. Alça vôo do seu poleiro e bate asas até atingir as térmicas. Atinge grandes alturas, voando em círculos, e realiza grandes deslocamentos, aproveitando a enorme capacidade de planar. Tem asas grandes e muito frágeis. O macho é todo negro, com uma mancha branca axilar em cada lado do corpo. A fêmea tem cabeça negra, peito branco e o restante do corpo negro, apresentando também a mancha axilar branca. Reproduz-se em pequenas ilhas isoladas no oceano, provavelmente de dois em dois anos. Essas aves formam grandes colônias reprodutivas e podem formar grupos com outras espécies. A corte, principalmente em vôo, apresenta movimentos espetaculares e sincronizados. Constroem seus ninhos com gravetos, palha, algas, penas e algumas vezes objetos artificiais, no topo de árvores altas, onde depositam um único ovo branco, que é incubado por ambos os adultos por um período que varia de 40 a 55 dias. O filhote nasce sem penas e de olhos fechados e realiza o seu primeiro vôo entre 20 e 24 semanas após o nascimento. No entanto, recebe alimento e cuidado dos pais até seis meses ou mais. Os adultos são essencialmente sedentários e permanecem, na maior parte do ano, próximos à colônia. Este parece ser um dos motivos de poucos registros da espécie na ilha da Trindade, onde os indivíduos raramente se afastam do litoral compreendido entre a ponta Norte e a praia do Príncipe. Os jovens, depois que deixam o ninho, vagam por grandes distâncias e chegam a percorrer até 6.000 km antes de voltar. Buscam alimentos sozinhos ou em pares e freqüentemente se associam a barcos de pesca e a mamíferos aquáticos para conseguir alimento. Associam-se também a cardumes de atuns e de bonitos, que encurralam pequenos peixes na superfície para se alimentar. Como têm estrutura óssea muito frágil, não conseguem mergulhar, como outras espécies marinhas. Capturam o seu alimento, principalmente peixes-voadores e lulas, apenas mergulhando o bico e/ou a cabeça na superfície do mar. A espécie obtém a maioria de seu alimento por captura direta. No entanto, para aumentar a sua eficiência alimentar, pratica a pirataria ou o cleptoparasitismo, ou seja, rouba o alimento de outras espécies, perseguindo-as e obrigando-as a regurgitar o alimento. Filhotes de tartarugas e caranguejos também são capturados nas praias e mangues. Ovos e filhotes de aves marinhas, quando desprotegidos nos ninhos, também podem ser capturados e consumidos pelo tesourão-pequeno.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Com três raças reconhecidas, possui ampla área de ocorrência na região pan-tropical nos oceanos Índico, Pacífico e Atlântico. No entanto, está restrita a pequenas ilhas oceânicas isoladas. A única área de nidificação conhecida da raça brasileira, *Fregata ariel trinitatis*, é a ilha da Trindade, onde existia uma pequena colônia com cerca de 15 ninhos, na ponta do Sul, em 1975. Na época, a população total era estimada em 50 indivíduos. Entre 1987 e 1992, ainda havia registros de reprodução da espécie na mesma localidade. Aparentemente, ocorria em Santa Helena e Fernando de Noronha, onde existem



registros subfósseis. Existem registros atuais de reprodução no atol de Aldabra, no oceano Índico, onde a população está estimada em mais de 6.000 casais. Nas ilhas Phoenix e Line, no oceano Pacífico, os números estão estimados em dezenas de milhares de casais. Na ilha da Trindade, os registros continuam sendo esparsos e limitados a observações de aves em voo. Em 1993, raramente se afastavam da área entre a ponta Norte e a praia do Príncipe e tinham a população estimada em algumas poucas dezenas de indivíduos. Entre 1994 e 2000, foi observada em cinco ocasiões sobrevoando as praias de Andradas e Túnel. Não há registro atual de reprodução da espécie na região.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas da Trindade e Arquipélago Martim Vaz (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição ou deterioração do habitat, o distúrbio nas colônias reprodutivas, a introdução de predadores e a interferência direta do homem são as principais ameaças à maioria das populações de fragatas. A sobrepesca de peixes predadores também pode afetar populações de fragatas, uma vez que elas se aproveitam das investidas desses em cardumes de pequenos peixes, principalmente os peixes-voadores, para utilizá-los em sua alimentação. Uma das principais ameaças para a espécie é a derrubada ou descaracterização das árvores utilizadas para reprodução. Em Trindade, restam hoje alguns elementos isolados ou poucos exemplares das comunidades vegetais que ocorriam no passado. A presença de cabras asselvajadas impede a recuperação desses ambientes e pode inviabilizar a reprodução da espécie na ilha. A presença de animais introduzidos, principalmente gatos e ratos, também potencializa as ameaças ao restabelecimento da espécie na ilha. A constante utilização de helicópteros no auxílio ao desembarque militar também causa distúrbios às atividades da espécie, principalmente se coincide com o período reprodutivo. Os impactos oriundos do uso da ilha Martim Vaz pela Marinha do Brasil para treinamento militar podem ser uma das sérias causas de distúrbio e ameaça para a espécie na região.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Torna-se urgente a elaboração de estudos básicos para confirmar a ocorrência de reprodução, definir tamanho e dinâmica populacional e requisitos ecológicos necessários à sobrevivência da espécie na ilha da Trindade e no arquipélago de Martim Vaz. Torna-se necessário promover a recomposição florestal de Trindade, primeiro pela retirada ou confinamento do rebanho caprino e em seguida pelo reflorestamento com as espécies existentes no passado e utilizadas pela ave. Sugere-se que sejam criados instrumentos para garantir a efetivação do arquipélago como Unidade de Conservação de Proteção Integral e um acordo com a Marinha do Brasil para a interrupção de treinamentos militares na região.

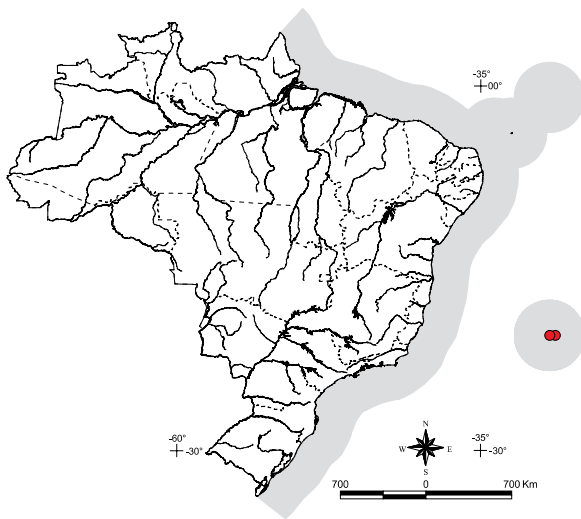
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Francisco Pedro Fonseca Neto (ABCRN); Giovannini Luigi (LIMA/COPPE/UFRJ).

REFERÊNCIAS

21, 198, 353 e 357.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Fregata minor (Gmelin, 1789)

NOME POPULAR: Tesourão-grande

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Pelecaniformes

FAMÍLIA: Fregatidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(i); D**

INFORMAÇÕES GERAIS

Fregata minor mede entre 85 e 105 cm de comprimento e sua envergadura varia de 205 a 230 cm. Tem pernas e pés bem pequenos. Como todas as fragatas, esta também descansa planando, pernoita empo-leirada e nunca pousa no solo ou na água. Possui asas longas, afiladas e angulosas, e por isso atinge facilmente grandes alturas. O macho possui a plumagem toda negra, com o dorso de brilho esverdeado. A fêmea tem cabeça negra e garganta pardacenta, peito branco e o restante do corpo negro. Comparando com outras espécies do gênero, o jovem se diferencia por apresentar a cabeça e o pescoço na cor ferru-gem. *Fregata minor* se reproduz em pequenas ilhas isoladas nas regiões tropicais e subtropicais, prova-velmente de dois em dois anos. Forma colônias reprodutivas em árvores e pode formar grupos mistos com outras espécies de aves marinhas. A corte é feita principalmente em vô. Essas fragatas também constroem seus ninhos com gravetos, palha, algas, penas e, algumas vezes, objetos artificiais, no topo de árvores altas, onde depositam um único ovo, que é incubado por ambos os adultos por cerca de 55 dias. O filhote, nidícola, nasce sem penas e de olhos fechados e realiza o seu primeiro vô entre 17 e 23 semanas após o nascimento. Recebe alimento e cuidados dos pais até cerca de 18 meses e atinge sua maturidade sexual, provavelmente, entre 8 e 10 anos de vida. *Fregata minor* tem sucesso reprodutivo naturalmente baixo. Em Galápagos, atinge 19% e, no atol de Aldabra, cerca de 50% dos filhotes nasci-dos sobrevivem até a fase de vô. Parecem ser menos sedentárias que *F. ariel*. Em Trindade, podem ser vistas sobrevoando toda a ilha em busca de alimento, inclusive a área habitada pela guarnição militar. Os jovens, depois que deixam o ninho, podem vagar por grandes distâncias. Capturam seu alimento de forma direta e também praticam a pirataria ou o cleptoparasitismo (ver *F. ariel*). O roubo de ovos e filhotes em ninhos também pode ocorrer com frequência, como em uma das ilhas do Havaí, onde *F. minor* foi responsável por 64% da predação de filhotes da andorinha-do-mar-preta (*Anous stolidus*). Em Trindade, é comum a espécie capturar filhotes de tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) recém-nascidos que se dirigem para o mar e caranguejos na areia da praia. Alimentam-se principalmente de peixes-voadores e lulas, que capturam mergulhando o bico e/ou a cabeça na superfície do mar.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre principalmente nos oceanos Índico e Pacífico e em duas ilhas no Atlântico, estando restrita a pequenas ilhas isoladas. Cinco raças geográficas são reconhecidas; a do Atlântico, *Fregata minor nicolli* (Mathews, 1914), é endêmica do arquipélago de Trindade/Martim Vaz. O registro mais antigo data de 1874 e descreve um grande número de pares reprodutivos na ilha da Trindade. Posteriormente, voltou a ser registrada, mas sem informações concretas sobre ocorrência de reprodução e tamanho das colô-nias. Não foi verificada por S. L. Olson em 1975, mas o autor indica que poderia haver reprodução da espécie no arquipélago de Martim Vaz. Aparentemente, ainda nidifica em Trindade, na qual parece estar restrita aos paredões da ponta Sul. Entre 1987 e 1992, foi registrada uma pequena colônia nessa região. Em 1986, seis indivíduos foram vistos capturando filhotes de tartaruga. Registros recentes descrevem



a captura de material de ninho em duas praias na ilha da Trindade, mas não confirmam a presença de colônias reprodutivas. A ocorrência e reprodução em Martim Vaz são, atualmente, desconhecidas. Em 1994, cerca de 100 indivíduos foram observados seguindo uma embarcação fora da ilha da Trindade.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Reserva Ecológica Municipal das Ilhas Oceânicas da Trindade e Arquipélago Martim Vaz (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como para *Fregata ariel*, a destruição ou descaracterização do hábitat, o distúrbio nas colônias reprodutivas, a introdução de predadores e a interferência direta do homem são as ameaças mais relevantes para as populações de *F. minor*. Da mesma forma, a presença de cabras impede a recuperação dos ambientes florestados e pode inviabilizar a reprodução da espécie na ilha da Trindade. A presença de animais introduzidos, principalmente gatos e ratos, também potencializa ameaças ao restabelecimento da espécie na ilha. Os impactos causados pelo treinamento de artilharia militar nos paredões das ilhas do arquipélago Martim Vaz, realizado pela Marinha do Brasil, também ameaçam a ocorrência e reprodução da espécie no arquipélago.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Prioritariamente, sugere-se a elaboração de estudos para confirmar a ocorrência de reprodução, definir tamanho e dinâmica populacional e requisitos ecológicos necessários à sobrevivência da espécie na ilha da Trindade e no arquipélago Martim Vaz. É também importante fazer a recomposição florestal de Trindade, a começar pela retirada ou confinamento do rebanho caprino, promovendo em seguida o plantio de espécies nativas existentes no passado e utilizadas pela espécie para reprodução. Sugere-se a transformação do grupo de ilhas em Unidades de Conservação e o estabelecimento de acordos com a Marinha do Brasil para a interrupção de treinamentos militares na região.

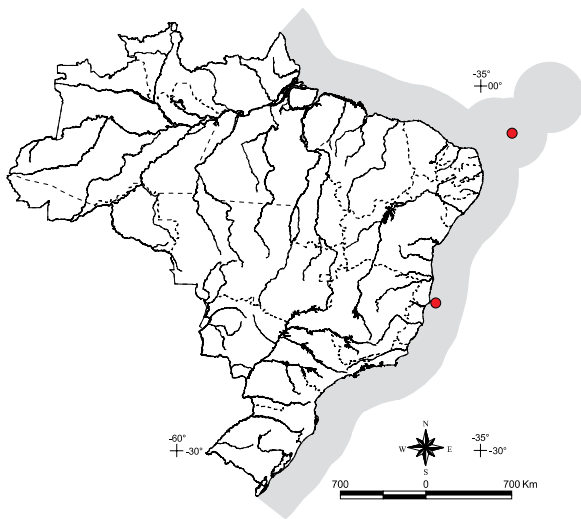
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Francisco Pedro Fonseca Neto (ABCRN); Giovannini Luigi (LIMA/COPPE/UFRJ).

REFERÊNCIAS

21, 198, 296, 353, 357 e 457.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Phaethon aethereus Linnaeus, 1758

NOME POPULAR: Rabo-de-palha-de-bico-vermelho ou Grazina (BA); Rabo-de-junco-de-bico-vermelho (PE)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Pelecaniformes

FAMÍLIA: Phaethontidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D1 + 2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phaethon aethereus é uma ave marinha de médio porte e hábitos pelágicos, com as penas centrais da cauda longas e finas. É a maior espécie do gênero: o corpo mede cerca de 50 cm e a envergadura fica em torno de 1 m. Pesa aproximadamente 700 g. Tem a plumagem do corpo branca, com o dorso rajado de negro e as pontas das asas pretas. Destacam-se uma faixa negra na altura dos olhos e o forte bico vermelho. Essas aves reproduzem-se em ilhas oceânicas, entre outubro e maio, e utilizam as cavidades nos penhascos e espaços entre as rochas no solo como local para o ninho. Disputam vorazmente locais de ninho com indivíduos da mesma espécie e de outras espécies, principalmente petréis e pardelas. A corte, essencialmente aérea, ocorre em grupos compostos por um ou mais pares e apresenta movimentos exuberantes e ágeis. No ninho são, usualmente, silenciosas; no entanto, durante os vôos de corte, são extremamente barulhentas e conspícuas. A espécie é monogâmica e os casais podem permanecer juntos por vários anos, utilizando inclusive o mesmo local de ninho. A postura é de apenas um ovo branco, depositado diretamente no solo e incubado por ambos os adultos por cerca de 28 dias. Os filhotes, nidícolos, nascem com uma penugem acinzentada e bico amarelado. No início, estão sempre acompanhados pelos pais, mas depois de poucos dias passam a ficar cada vez mais sozinhos no ninho. Os filhotes têm crescimento lento e permanecem no ninho por um período de até 90 dias. Aparentemente, atingem a maturidade sexual a partir dos três anos de idade. Deslocam-se no solo com dificuldade, utilizando bico e asas para auxiliar no deslocamento, e são péssimos nadadores. Não existe diferença aparente entre os sexos. Buscam alimento sozinhos ou em par, patrulhando o mar a uma altura aproximada de 20 m. Quando encontram a presa, despencam em um mergulho rápido, que atinge de 3 a 4 m de profundidade. Alimentam-se preferencialmente de peixes-voadores e lulas. Apresentam membrana interdigital e comumente descansam boiando na água. Em Abrolhos, por causa deste comportamento, várias aves têm suas patas arrancadas por grandes predadores. Fora do Brasil, é a espécie menos numerosa do gênero, com estimativa em torno de 20.000 indivíduos. As maiores populações estão nas Américas, com cerca de 1.600 casais no Caribe, de 500 a 1.000 casais no Golfo da Califórnia e vários milhares de casais em Galápagos. No Brasil, a maior colônia reprodutiva localiza-se em Abrolhos, onde a reprodução ocorre em todas as ilhas do arquipélago. Entretanto, apenas cerca de 70 ninhos ativos foram registrados entre 1990 e 1992, sendo a maioria na ilha Santa Bárbara. Em 1991, não foi registrada reprodução da espécie em Fernando de Noronha; em setembro de 1993, foi avistado apenas um indivíduo em vôo.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie distribui-se por mares tropicais e subtropicais, preferencialmente em regiões oceânicas. Fora do período reprodutivo, tem ampla dispersão, mas não realiza migrações. Em 1981, a espécie foi citada como pouco comum no arquipélago dos Abrolhos e nidificava em lugares isolados nas ilhas Santa Bárbara, Redonda e Sueste. Em Fernando de Noronha, em 1982, foram registrados apenas sete indivíduos e, desde janeiro de 1987, apenas dois ninhos foram registrados na ilha do Morro da Viuvinha, sendo,



portanto, considerada rara no arquipélago. Registros esporádicos foram assinalados para a costa do Maranhão e Cabo Frio (RJ).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Reproduz-se nos PARNAs Marinhos de Abrolhos (BA) e Fernando de Noronha (PE) e já foi registrada sobrevoando a REBIO Marinha de Atol das Rocas (RN).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Em algumas regiões do mundo, a coleta de ovos e o abate de adultos e filhotes para o consumo ainda são freqüentes. No entanto, a deterioração dos habitats e a interação com animais introduzidos nas ilhas são as maiores ameaças. No Brasil, não existem registros de coleta de ovos e abate de adultos e filhotes, mas é preocupante o crescimento populacional de animais invasores, principalmente ratos e gatos. Em Abrolhos, existem cabras, coelhos, gatos e ratos. Os dois últimos são conhecidos predadores de ovos e filhotes e o coelho é um potencial competidor pelas tocas disponíveis para a reprodução das grazinas. Pelo menos uma espécie de rato (*Rattus rattus*) está presente em todas as ilhas do arquipélago. Os gatos foram levados para a ilha Santa Bárbara com o intuito de controlar os ratos e se tornaram abundantes e asselvajados. O turismo é outro fator estressante para as aves. Em Abrolhos, apesar de apenas a ilha Siriba receber visita orientada, a aproximação dos ninhos pelos turistas obriga a ave a abandonar momentaneamente o ninho e expõe sua prole aos predadores. Em Fernando de Noronha, a presença de gatos, ratos e talvez do lagarto (*Tupinambis merianae*) é um sério problema para as aves que nidificam na ilha principal e um perigo em potencial para as ilhas próximas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Avaliar a presença de predadores e competidores pelos buracos utilizados pelas aves para a reprodução nas ilhas e estabelecer protocolos de controle são estratégias importantes. Também é necessário erradicar os animais introduzidos, principalmente gatos e ratos, das ilhas onde existe reprodução da espécie, além de avaliar a presença e estabelecer protocolos de controle nas outras ilhas potencialmente disponíveis. Reavaliar o programa de visitação em Abrolhos, a fim de evitar a proximidade de turistas dos ninhos, e obter informações sobre dinâmica populacional e ecologia reprodutiva da espécie são outras medidas necessárias, assim como a busca de novos ninhos em Fernando de Noronha e a identificação de ameaças nos locais com potencial de reprodução.

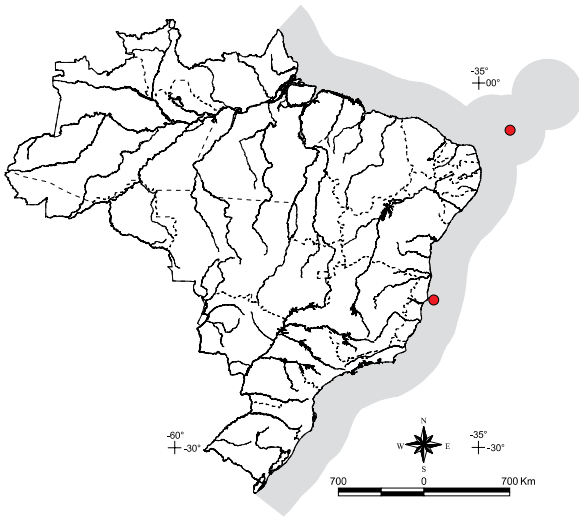
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Vania S. Alves, Ana Beatriz A. Soares, Gilberto S. do Couto e Anna Beatriz B. Ribeiro (Grupo de Estudos de Aves Insulares do Laboratório de Ornitologia da UFRJ); Márcio Amorim Efe (CEMAVE/IBAMA); Albano Schulz-Neto (Programa de Pós-Graduação em Zoologia – UFPB).

REFERÊNCIAS

10, 11, 21, 131, 307, 356, 358 e 446.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Phaethon lepturus Daudin, 1802

NOME POPULAR: Rabo-de-junco-de-bico-laranja (PE);

Rabo-de-palha-de-bico-laranja e grazina (BA)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Pelecaniformes

FAMÍLIA: Phaethontidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D1 + 2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phaethon lepturus é uma ave marinha de médio porte e hábitos pelágicos, com as penas centrais da cauda longas e finas. É um pouco menor e mais leve do que *P. aethereus*, pesando cerca de 300 g. Tem a maioria do corpo branco, com as pontas das escapulares negras, as partes superiores brancas e não listradas, como em *P. aethereus*. Destaca-se uma faixa negra na altura dos olhos e o bico varia de amarelo a alaranjado forte. Também se reproduz em ilhas oceânicas e utiliza as cavidades nos penhascos e espaços entre as rochas no solo como locais para o ninho. Essas aves preferem locais inacessíveis e algumas vezes utilizam buracos em árvores. Os comportamentos de corte são realizados principalmente em vôo e ocorre em grupos compostos por um ou mais pares. Vocalizam muito enquanto realizam manobras aéreas, que são sincronizadas e rápidas. No ninho, normalmente, ficam em silêncio. A espécie é monogâmica e os casais costumam permanecer juntos por vários anos, apresentando também fidelidade ao local de ninho. Põe apenas um ovo, que é incubado pelo casal por cerca de 44 dias, em ninho com pouco ou nenhum material de forração. O filhote, nidícola, nasce com uma penugem acinzentada e permanece no ninho, recebendo cuidados e alimentação dos pais, por um período que varia entre 70 e 85 dias. Depois que abandona o ninho, não recebe mais esses cuidados. Não há informações sobre a idade de maturação sexual. Assim como *P. aethereus*, desloca-se no solo com dificuldade e é péssima nadadora. Também não existe diferença aparente entre os sexos. *Phaeton lepturus* forrageia sozinho ou em pares e captura suas presas por meio de mergulhos superficiais. Alimenta-se preferencialmente de peixes-voadores e lulas, mas tende a capturar presas menores do que as capturadas por *P. aethereus*. Comumente, essas aves alimentam-se de crustáceos, especialmente caranguejos. Em Fernando de Noronha, há registros de restos do caranguejo-aratu (*Grapsus grapsus*) em ninhos de *P. lepturus*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie ocorre nas Antilhas e em outros mares quentes tropicais e subtropicais, geralmente em regiões oceânicas. No Brasil, a única população conhecida está localizada no arquipélago de Fernando de Noronha. Várias raças são reconhecidas e geograficamente separadas: *P. l. lepturus* e *P. l. fulvus* ocorrem no oceano Índico, *P. l. catesbyi* no oceano Atlântico ocidental e *P. l. ascensionis* no oceano Atlântico central e oriental, enquanto que *P. l. dorotheae* ocorre no oceano Pacífico e ilhas da Europa. No Brasil, os registros atuais mostram que sua maior colônia no Atlântico Sul encontra-se em Fernando de Noronha, com uma população, aparentemente estável, de cerca de 300 indivíduos. No arquipélago, existem registros de ninhos nas ilhas do Morro da Viuvinha, do Chapéu, Rasa, do Meio, da Rata, Sela Ginete e Dois Irmãos, bem como nas encostas rochosas da praia do Atalaia. É provável que existam ninhos também nas encostas da ilha principal. Em Abrolhos, o registro da espécie ocorreu em 1992, quando foram encontrados dois indivíduos em ninhos e cinco em vôo. Em anos subsequentes, a espécie continuou sendo registrada, porém nunca obteve sucesso reprodutivo.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA Marinho de Fernando de Noronha (PE). Registros regulares no PARNA Marinho dos Abrolhos (BA) e registros ocasionais na REBIO Marinha do Atol das Rocas (RN).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

É a espécie mais abundante do gênero e a população mais representativa está no Caribe, reunindo mais de 10.000 indivíduos. Nas ilhas Christmas (oceano Índico), sofreu rápido declínio, mas agora a população parece ter-se estabilizado entre 6.000 e 12.000 casais. O abandono do ninho é uma causa importante de falha na reprodução durante o estágio de incubação, tendo em vista os encontros agonísticos entre o casal e intrusos co-específicos, na disputa por esses locais. Esse comportamento agressivo causou sérios problemas à população da espécie em Punta Cruz, Cayo Luis Peña, uma inabitável ilha do Refúgio Nacional de Vida Silvestre de Culebra, em Porto Rico, em 1986. No entanto, assim como para *P. aethereus*, a deterioração dos habitats e a interação com animais introduzidos nas ilhas são as maiores ameaças, principalmente a predação por ratos e gatos. Da mesma forma, o turismo desordenado e desorientado é outro fator estressante para as aves. Em Abrolhos, existem cabras, coelhos, gatos e ratos. Em Fernando de Noronha, a presença de gatos, ratos e talvez do lagarto (*Tupinambis merianae*) é um sério problema para as aves, de forma que é ainda preocupante o crescimento populacional desses animais exóticos nos sítios reprodutivos da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É recomendável avaliar a presença de predadores e competidores pelos buracos utilizados pelas aves para a reprodução nas ilhas e estabelecer protocolos de controle. Também é importante erradicar os animais introduzidos, principalmente gatos e ratos, das ilhas onde ocorre a reprodução da espécie, além de avaliar a presença e estabelecer protocolos de controle nas outras ilhas potencialmente disponíveis. Reavaliar o programa de visitação em Fernando de Noronha, a fim de evitar a proximidade dos turistas aos ninhos, e obter informações sobre dinâmica populacional e ecologia reprodutiva da espécie são outras ações necessárias, assim como buscar novos ninhos em Abrolhos e identificar ameaças nos locais com potencial de reprodução.

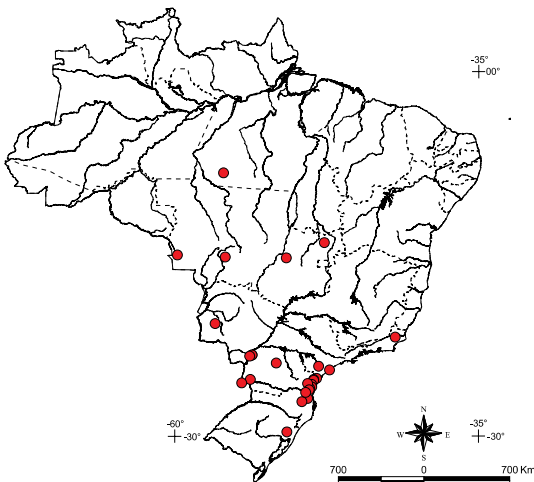
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Albano Schulz-Neto (Programa de Pós-graduação em Zoologia – UFPB); Vania S. Alves, Ana Beatriz A. Soares, Gilberto S. do Couto e Anna Beatriz B. Ribeiro (Grupo de Estudos de Aves Insulares do Laboratório de Ornitologia/UFRJ); Márcio Amorim Efe (CEMAVE/IBAMA).

REFERÊNCIAS

12, 85, 306, 354, 358, 388, 446 e 528.

Autor: *Márcio Amorim Efe*



Tigrisoma fasciatum (Such, 1825)

NOME POPULAR: Socó-jararaca (PR); Socó-boi-escuro

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Ciconiiformes

FAMÍLIA: Ardeidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR); PR (EN); SP (CR); RJ (PEX)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Tigrisoma fasciatum é uma espécie de socó que se caracteriza pela plumagem escura na qual predomina – nas partes dorsais – a cor negra, finamente barrada de branco, apresentando a coroa totalmente preta. A região ventral é branca, com tons amarronzados nos lados da barriga e uma linha irregular amarronzada que transpassa o centro de seu longo pescoço. Salienta-se o colorido das partes nuas: a íris é amarela, a região periocular e a base do bico são verde-amareladas muito chamativas e os tarsometatarsos são curtos e verdes. Tais características se destacam quando a ave é observada na natureza. Jovens são principalmente marrom-acastanhados, com pintalgos de vários tamanhos e formas dispersos pelo corpo, mas com a região ventral clara, sendo notável a linha branca que percorre todo o pescoço, contrastando com o colorido lateral. Trata-se de uma espécie muito tímida, que alça vôo assim que nota a presença humana, eventualmente emitindo um grito crocitante e seguindo pelo curso do rio, desaparecendo rapidamente, protegida pela vegetação densa. Quando encontra um obstáculo fluvial que não lhe permite tal manobra (uma queda de água muito alta, por exemplo), escolhe uma pedra, onde pousa esticando o pescoço, em postura de alerta. Embora prefira percorrer o leito dos rios, freqüentando tanto as margens quanto as pedras que afloram da água, pode empoleirar-se em árvores altas. Via de regra, porém, ocupa exclusivamente os ambientes ribeirinhos, sendo que até o presente não há registro de sua presença fora desse hábitat (no interior da floresta, por exemplo). Alimenta-se de toda a sorte de pequenos organismos que vivem em ambientes fluviais, preferindo peixes de pequeno porte, como cascudos e *Characidium* spp., mas também insetos e larvas diversos e talvez moluscos, crustáceos e até anfíbios e pequenas cobras. É uma espécie com grande exigência de hábitat: restringe-se a rios de pequeno a médio porte, de cabeceiras oligotróficas e correnteza rápida, em terrenos de orografia montanhosa, com águas límpidas e transparentes, sempre densamente florestados em suas margens.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribui-se por uma extensa região, que engloba desde o Brasil Central (MT e GO) até o Sul (RS), inclusive o nordeste da Argentina (Misiones). Trata-se de espécie com distribuição linear, uma vez que é estritamente dependente de rios que apresentem as características descritas acima. Por causa desta peculiaridade, conta com escassos registros no Brasil, o que também pode ser motivado pelo seu comportamento tímido e assustadiço, dificultando a observação e mesmo o estudo de sua biologia. Registros históricos, portanto anteriores a 2005, foram obtidos nos Estados do Mato Grosso (Chapada dos Guimarães, alto rio Guaporé), Goiás (Chapada dos Veadeiros), Minas Gerais (Triângulo Mineiro e alto rio Paranaíba – localidades não precisamente indicadas), Rio de Janeiro (Campos), São Paulo (Estação Ecológica Juréia-Itatins), Paraná (Salto do Cobre no rio Ivaí, Porto Xavier da Silva e ilha do Mutum no rio Paraná, represa do rio São João no Parque Nacional do Iguaçu, serra da Prata no litoral-sul e rio Taquaral próximo à Estação Ferroviária Marumbi), Santa Catarina (Corupá, Lontras e Blumenau) e Rio Grande do Sul (Taquara). Não há registros recentes nos Estados do Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio



Grande do Sul, havendo poucas observações da espécie feitas nos últimos 10 anos no Brasil. Registros recentes foram feitos no Pará: serra do Cachimbo (F. Rodrigues, *in litt.*, 2005); São Paulo: parte baixa do Parque Estadual Intervales, um adulto e um juvenil (este fotografado) pousados próximos em rochas do rio Quilombo, em 27 de novembro de 2002 (F. Olmos *in litt.*, 2005); Mato Grosso do Sul: Boca da Onça, nas proximidades do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em 19 de dezembro de 2004; Paraná: rio Floriano, dentro do Parque Nacional do Iguaçu, em 18 de março de 2004, Cedro (Antonina), rio São João (Guaratuba) e Colônia Castelhanos, em Guaratuba (E. Carrano). Nesse último lugar, o registro, datado de 1997, foi filmado por Havita Rigamonti; Santa Catarina: Pirabeiraba, serra do Quiriri (Garuva) e Parque das Cachoeiras (Corupá).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO); PARNA Iguaçu, PARNA Saint Hilaire-Lange, PE Marumbi, APA de Guaratuba e APA Guaraqueçaba (PR); PE de Intervales e EE Juréia-Itatins (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça à espécie é, sem dúvida, a alteração de seu hábitat, que pode ser interpretada como modificação estrutural das florestas serranas e de planície litorânea, mas também das florestas ciliares e estacionais, por efeito do extrativismo de essências arbóreas e, em especial, da erradicação dos ambientes originais para fins imobiliários ou de outros significados econômicos. Sua grande ligação com o ambiente aquático induz que as intervenções indiretas na qualidade da água dos rios habitados pela espécie também podem representar ameaças. Nesse sentido, incluem-se assoreamento e carreamento de sedimentos, mas também despejo de dejetos, defensivos agrícolas e, em escala maior, de outras substâncias que alteram as condições físico-químicas fluviais (poluentes acidentalmente oriundos do descarrilamento de vagões em estradas de ferro, episódios frequentes na porção serrana da Mata Atlântica paranaense). A retirada de rochas do leito dos rios para fins de pavimentação de estradas secundárias também é uma prática bastante comum em vários pontos de sua distribuição. Em alguns Estados, diversas outras formas de aproveitamento hídrico podem comprometer sensivelmente as populações da espécie, com destaque para os projetos de drenagem e construção de hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte. A introdução de espécies aquáticas exóticas (como trutas) pode afetar negativamente o suporte alimentar da espécie. A perturbação causada pelo turismo sem controle e a invasão de áreas protegidas por grupos indígenas indígenas, que degradam áreas utilizadas pela espécie (caso do Parque Estadual Intervales e Parque Estadual Marumbi) também são problemas que devem ser considerados.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Pesquisa básica sobre a distribuição geográfica da espécie e estudos sobre ecologia populacional, formas de deslocamento e de ocupação de habitats e história natural são recomendados. Também é necessário criar Unidades de Conservação em locais onde a espécie foi positivamente registrada, assim como incrementar as condições daquelas já estabelecidas, incluindo facilidades para a pesquisa e fiscalização. Investigações físico-químicas de rios onde a espécie ocorre devem ser feitas, permitindo o adequado manejo, controle e fiscalização em prol da preservação do potencial hidrológico, com aproveitamento da questão para envolvimento em tópicos de saúde pública e educação ambiental. Recomendam-se ainda o controle e a redução das atividades potencialmente causadoras de danos em grande escala ao ambiente aquático, em particular das ferrovias em uso ao longo da serra do Mar, mas também da formação de hidrelétricas, mesmo as de pequeno porte. O controle e a redução da prática de extração de rochas para fins de pavimentação são também importantes.

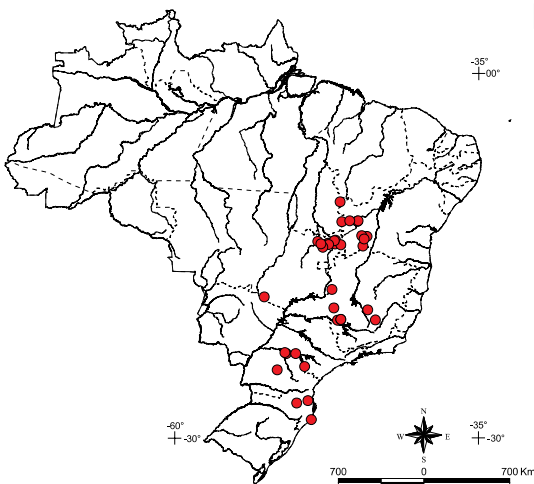
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Entre 1992 e 1993, Fernando Costa Straube (Sociedade Fritz Muller e CBRO) coordenou os projetos “Biologia e conservação do socó-boi-escuro *T. fasciatum* no litoral-sul do Paraná” e “Estudo do status de aves raras ou ameaçadas de extinção no litoral-sul do Paraná”, ambos financiados pela FBPB, dos quais participaram Marcos R. Bornschein (Pesquisador autônomo), Bianca L. Reinert (UNESP – Rio Claro) e Mauro Pichorim (MMA).

REFERÊNCIAS

13, 177, 392, 457, 488, 490, 491 e 551.

Autores: *Fernando Costa Straube, Fábio Olmos e Eduardo Carrano*



Mergus octosetaceus Vieillot, 1817

NOME POPULAR: Pato-mergulhão

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Anseriformes

FAMÍLIA: Anatidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR); SP (PEX); PR (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Mergus octosetaceus é uma das aves mais ameaçadas de extinção em toda a região neotropical, sendo a única representante da Tribo Mergini no Hemisfério Sul. Até recentemente, muito pouco se sabia sobre a história natural desta espécie, mas os estudos conduzidos principalmente na região do Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais, aumentaram significativamente o conhecimento sobre o pato-mergulhão. Sedentário, altamente territorial e monogâmico, ocorria em baixíssimas densidades em rios límpidos e encachoeirados, cercados por florestas e até 1.300 m de altitude, no Brasil, Paraguai e Argentina. Não apresenta dimorfismo sexual de plumagem e, quando o casal é observado junto, o macho é ligeiramente maior do que a fêmea. No período reprodutivo, o topete da fêmea é menor, resultado do desgaste que ocorre durante a cópula. As vocalizações também diferem entre os sexos, e os indivíduos respondem prontamente à imitação do seu canto. Essas aves ocupam grandes territórios lineares nos rios, cada qual com, em média, dez quilômetros de comprimento. É uma espécie extremamente tímida e arredia, afastando-se ao menor sinal de perturbação. Vive aos casais ou em pequenos grupos familiares. A reprodução ocorre principalmente entre junho e outubro. Nidifica em ocas de árvores, mas recentemente foram reportados ninhos localizados em fendas rochosas, o que pode significar uma alternativa à falta de árvores com ocas de tamanho compatível com o ninho da ave. A fêmea coloca até oito ovos de coloração branco-sujo, que são incubados exclusivamente por ela. Os filhotes, nidífugos, abandonam o ninho e são cuidados pelos pais por cerca de seis meses. O pato-mergulhão é o único representante da Tribo Mergini em que o macho auxilia no cuidado com os filhotes. Alimenta-se principalmente de peixes, que pesca com o auxílio de seu bico serrilhado, em mergulhos feitos principalmente nos remansos. Os filhotes consomem uma quantidade razoável de pequenos invertebrados, coletados à flor da água. Nas horas mais quentes do dia, costuma dormir sobre as pedras, no meio do rio. É uma espécie altamente exigente com relação à qualidade de seu habitat. Necessita de águas límpidas e não tolera bem a presença humana.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O pato-mergulhão ocorria em uma grande área nos biomas Mata Atlântica e Cerrado no Brasil, Argentina e Paraguai. Atualmente, acredita-se que esteja extinto no Paraguai; na Argentina, provavelmente



menos de dez aves ainda sobrevivem nos riachos da província de Misiones. No Brasil, a espécie ocorria principalmente na bacia dos rios Paraná, São Francisco e Tocantins, nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Tocantins, estando provavelmente extinta em Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. As populações do pato-mergulhão encontram-se isoladas em quatro Estados brasileiros (Paraná, Minas Gerais, Goiás e Tocantins), e estima-se que existam menos de 250 aves. As maiores populações estão concentradas em Minas Gerais e Tocantins. Foram registradas algumas dezenas de aves no oeste baiano, mas estudos posteriores falharam em localizar novamente essas aves. O status das populações da Bahia permanece ainda incerto. No Paraná, alguns poucos indivíduos foram registrados nos rios Tibagi e Congonhas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Brasil, presente nos PARNAs da Serra da Canastra (MG) e da Chapada dos Veadeiros (GO). O registro para o PARNA das Emas (GO) aguarda ainda melhor documentação. Presente também no PE do Jalapão (TO) e na RPPN Campo Alegre (TO), próxima ao PARNA da Chapada dos Veadeiros. Recentemente, apenas um indivíduo foi observado no PE do Itacolomi, em Ouro Preto (MG). As populações do Paraná e da Bahia não estão protegidas e estão altamente ameaçadas.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça à sobrevivência do pato-mergulhão reside na alteração de seu hábitat. A destruição da mata ciliar elimina os locais ótimos para nidificação e o carreamento de sedimentos turva a água, impedindo que a ave veja as suas presas e se alimente. As atividades de mineração, drenagem e agricultura também foram desastrosas para a espécie. A construção de barragens, que altera todo o regime hidrológico dos rios, tem ainda efeitos drásticos sobre esta ave, que não vive em lagos ou outros ambientes lênticos. Provavelmente, foi o golpe final nas populações argentinas e paraguaias. Tal situação pode se repetir no Brasil, especialmente nas populações que ainda sobrevivem nas bacias dos rios Tocantins e Paraná. Outro fator de ameaça importante é o turismo de aventura, que se utiliza, freqüentemente, do mesmo hábitat do pato-mergulhão, impedindo que os casais usem o seu território. O turismo descontrolado traz consigo uma série de outros problemas, como especulação imobiliária, destruição das matas ciliares, acúmulo de lixo e piora na qualidade da água. Incêndios florestais podem constituir uma ameaça séria, especialmente durante o período reprodutivo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Apesar de sua singularidade e raridade, apenas recentemente o pato-mergulhão foi objeto de iniciativas mais sérias com vistas à sua conservação. A partir da década de 1990, estudos de longo prazo foram conduzidos por diversas equipes de pesquisadores no Brasil, especialmente no Parque Nacional da Serra da Canastra, culminando com a realização de um workshop no ano de 2000, que reuniu especialistas do Brasil e do exterior. Este grupo foi o núcleo inicial que começou a elaborar o plano de ação para a conservação da espécie, que está prestes a ser publicado. O Instituto Terra Brasilis conduz, desde 2001, um bem-sucedido programa de pesquisas e educação ambiental na região do Parque Nacional da Serra da Canastra, onde vivem cerca de 40 casais da espécie. As principais estratégias para a conservação do pato-mergulhão residem na procura por novas populações e pesquisas sobre a história natural e ecologia e, fundamentalmente, na educação ambiental. São também importantes a criação de áreas protegidas (preferencialmente Unidades de Conservação de Proteção Integral) nos locais onde a espécie ocorre, especialmente nos Estados da Bahia e Tocantins. Outras metas de longo prazo a serem alcançadas são a instalação de caixas-ninho na mata ciliar, numa tentativa de aumentar o número de casais reprodutivos, e a criação de um núcleo de aves em cativeiro, para futuros projetos de reintrodução. A ampliação dos limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a retomada dos limites do Parque Nacional da Serra da Canastra também são medidas importantes para a conservação desta espécie.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

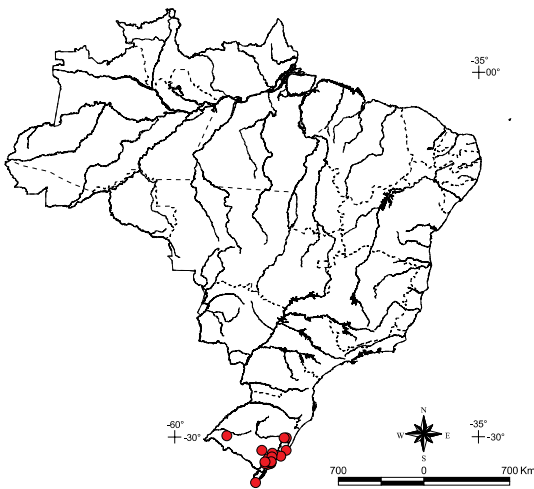
Lívia Lins e Sônia Rigueira (Terra Brasilis). Sônia Rigueira também estudou a espécie em projeto financiado pelo Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira,

coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN. Ivana Lamas (CI); Vívian Braz (UnB); Rômulo Ribon (UFOP); Carlos Bianchi, Yara Barros e Carlos Yamashita (IBAMA); Renato Pineschi; BirdLife International - Programa do Brasil; Luiz dos Anjos (UEL); Luís Fábio Silveira (USP). Atualmente Louri Klemann Júnior (Idéia Ambiental) desenvolve projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira.

REFERÊNCIAS

60, 64, 101, 123, 136, 263, 343, 361, 381 e 470.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Circus cinereus Vieillot, 1816

NOME POPULAR: Gavião-cinza; Tartaranhão-cinza

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Falconiformes

FAMÍLIA: Accipitridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Circus cinereus é um gavião de porte médio, apresentando comprimento total entre 39 e 48 cm, peso entre 340 e 500 g. Nos machos, a cabeça, o dorso, o peito anterior e o dorso das asas têm cor cinza, enquanto o peito posterior, o abdômen e as coxas são brancos, barrados de marrom. Nas fêmeas, a cabeça, o dorso, o peito anterior e o dorso das asas são marrons com estrias mais claras. A espécie habita pântanos, marismas, juncais, campos e regiões arbustivas, desde o nível do mar até 4.500 m de altitude. No Brasil, este gavião é raro, sendo mais abundante nos campos e pântanos de baixa altitude do Rio Grande do Sul, como a área palustre do município de Pelotas, onde é registrado também em arrozais. Aves, pequenos mamíferos e répteis constituem a dieta de *C. cinereus*, mas isso pode mudar de acordo com a região. No sudeste de Buenos Aires, 81% da biomassa ingerida consiste de aves pequenas, enquanto no sul da Patagônia a dieta tem como base lagartixas e roedores. No Brasil, as aves seriam o principal item da dieta de *C. cinereus*, como atesta um estudo feito no Pontal da Barra (Pelotas, RS), relatando pelo menos 17 espécies de aves predadas por este gavião (como *Agelaius ruficapillus* e *Laterallus melanophaius*). A espécie se reproduz de outubro a janeiro, podendo ser colonial. Os ninhos (diâmetro de 30-40 cm, profundidade de 10-30 cm) são construídos no chão, com junco e capim, freqüentemente em áreas úmidas, como bordas de juncais ou campos alagados. A incubação é de cerca de 30 dias e a ninhada é composta por três ou quatro filhotes. No Brasil, os únicos dados reprodutivos publicados foram coletados no Pontal da Barra, entre setembro e fevereiro de 1994-1995 e 1995-1996. Nesse período, foram registrados três ninhos com dez filhotes no total. Os ninhos foram registrados num banhado com vegetação alta e densa (*Scirpus giganteus* e *Cladium* sp.), ambiente que aparenta ser importante na reprodução deste gavião. Outras referências ou indícios de reprodução, como jovens ou casais envolvidos



em exposições, foram mencionados para os banhados de Capão Seco (1993 e 1996, Rio Grande, RS), Vinte-e-Cinco (1997-1999, Rio Grande, RS), Maçarico (Rio Grande, RS) e para o Parque Nacional Lagoa do Peixe (2002, Mostardas, RS). Assim, a região palustre dos municípios de Pelotas e Rio Grande, entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, é a mais importante para a reprodução da espécie no Brasil. Embora seja descrito na literatura como um migrante austral no Brasil, *C. cinereus* foi registrado nos últimos dez anos no Rio Grande do Sul, entre junho e fevereiro, observando-se, inclusive, a reprodução. Isso evidencia que pelo menos uma parte da população brasileira deste gavião é residente. Finalmente, no Rio Grande do Sul, observou-se que a espécie se afasta dos sítios de nidificação após a criação, mas não se conhece até onde chegaria esse deslocamento.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Circus cinereus se distribui por uma área total de cerca de 3.600.000 km², desde o sudoeste da Colômbia, Equador, oeste do Peru, oeste e sul da Bolívia, Paraguai, Chile, Uruguai, Sul do Brasil e Argentina, incluindo a Terra do Fogo e as ilhas Malvinas. A população de *C. cinereus* do Brasil é marginal em relação à distribuição geral da espécie, e os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná são considerados, nas publicações de referência, como a distribuição original no Brasil. Há indício de ocorrência histórica no Estado de São Paulo, como demonstrado por uma pele sem registro de localidade do século XIX. Não há muitos registros detalhados da espécie no Paraná e Santa Catarina, o que dificulta avaliar a sua distribuição atual. Entretanto, já que a maior parte dos registros recentes se limita ao Rio Grande do Sul, é provável que a maioria da população brasileira de *C. cinereus* se concentre nesse Estado, com as maiores populações ocorrendo no litoral sudeste. No Rio Grande do Sul, não há evidência de contração da área original de distribuição da espécie, embora a população local tenha declinado face à destruição de ambientes palustres pela atividade agrícola.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE do Taim, REVISÉ Banhado dos Pachecos, PARNA Lagoa do Peixe e REBIO Ibirapuitã (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Circus cinereus é Vulnerável no Brasil tendo em vista o reduzido tamanho de sua população. A espécie é limitada localmente a um habitat particular (campos e banhados), o que a torna sensível às atividades que afetam essas áreas. As principais ameaças são a perda de habitat geral e a destruição e descaracterização específica dos sítios de reprodução. A perda de habitat reduz as áreas de alimentação, deslocamento e contato com outras populações (Uruguai e Argentina), ocorrendo por causa da transformação dos campos naturais pela agricultura, da invasão de plantas exóticas ou pela silvicultura (e. g. plantações de *Pinus* sp. no litoral do Rio Grande do Sul). A perda de sítios de reprodução tem acontecido por numerosos fatores, como a drenagem ou transformação de banhados em lavouras de arroz ou lagoas para irrigação (a exemplo do Rio Grande, RS), exploração de turfa, urbanização (Pontal da Barra) e queimadas frequentes. Outro fator que pode estar afetando *C. cinereus* são alguns agrotóxicos. Por forragear sobre ou em proximidade de lavouras, pode concentrar níveis perigosos dessas substâncias pela ingestão de presas contaminadas. Não se sabe se a perseguição direta é uma ameaça.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteger os sítios de reprodução, por meio de criação de Unidades de Conservação. A região palustre entre a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim, que alberga o Pontal da Barra e o banhado Vinte-e-Cinco, é prioritária. Localizar novos sítios de reprodução e levantar novos dados da espécie no País. Priorizar regiões da planície litorânea do Rio Grande do Sul, como a Lagoa Pequena, o banhado de Capão Seco, o banhado do Taim, Candiota e regiões do oeste do Estado. Regular ou restringir as atividades que modifiquem drasticamente a paisagem da planície costeira externa do Rio Grande do Sul, como o reflorestamento com *Pinus* sp. ou *Eucalyptus* sp. Avaliar o grau de ameaça à espécie pelos agrotóxicos. Avaliar a presença da espécie em outros Estados, especialmente na planície costeira de Santa Catarina.

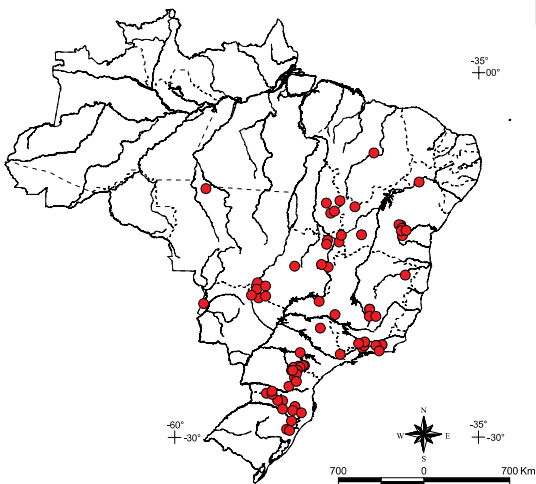
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rafael Antunes Dias (UCPel); Giovanni Nachtigall Maurício (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

2, 48, 86, 169, 170, 173, 292, 313, 440, 457, 512 e 546.

Autores: Gustavo Sebastián Cabanne e Fábio Sarubbi Raposo do Amaral



Harpyhaliaetus coronatus (Vieillot, 1817)

NOME POPULAR: Águia-cinzenta

SINONÍMIAS: *Harpyia coronata*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Falconiformes

FAMÍLIA: Acciptridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN); PR (VU); SP (CR); RS (CR); PA (VU)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C1 + 2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Harpyhaliaetus coronatus é um gavião de grande porte, que pode pesar até 3 kg e atingir 85 cm de comprimento total. A composição de sua dieta não é bem conhecida, mas existem informações de que a espécie se alimenta de anfíbios, répteis, mamíferos e aves. Alimenta-se de animais de médio porte, como tatus (*Dasypos spp.*) e jaritacas (*Conepatos*), consumindo também carniça. É tida como uma espécie crepuscular, embora registros feitos no Cerrado indiquem atividade durante todo o dia. Na região do Cerrado, a espécie se reproduz de julho a novembro e utiliza árvores altas de ambientes florestais para a construção do ninho, onde incuba apenas um ovo. Não existem informações sobre a idade em que atinge a maturidade sexual, nem por quanto tempo os jovens acompanham os pais após abandonar o ninho. É comum observar casais que permanecem juntos ao longo de todo o ano. A águia-cinzenta utiliza principalmente áreas abertas, sendo avistada raramente em habitats florestais contínuos. As informações disponíveis sugerem que este rapineiro depende de ambientes bem conservados para viver. Eventualmente, pode ser visto em regiões com alterações antrópicas, embora a maioria dos registros feitos nesse tipo de ambiente tenha sido em locais relativamente próximos a áreas preservadas. Alguns autores atribuem tal característica à disponibilidade de certas presas (mamíferos de médio porte) associadas a esse tipo de ambiente. A águia-cinzenta é muito rara em toda a sua distribuição, sendo dificilmente encontrada, mesmo em seus habitats preferenciais. Uma estimativa realizada para o Parque Nacional das Emas (GO) indicou uma densidade de aproximadamente um indivíduo para cada 500 km². Atualmente, não há Unidade de Conservação ou mosaico de áreas preservadas com tamanho adequado para manter uma população viável da espécie no Brasil. A região do Jalapão, no Estado de Tocantins, apresenta as melhores condições para a manutenção da espécie.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie provavelmente ocorria desde o Rio Grande do Sul até o norte de Mato Grosso e sul do Pará e Maranhão. Na Bahia, ocorre tanto em áreas de Cerrado como de Caatinga, embora os registros para a última se restrinjam à Chapada Diamantina e uma ocorrência em Curaçá (norte da BA). Existem registros para os campos de altitude no Rio de Janeiro, a leste, e para o Pantanal do Mato Grosso do Sul, a oeste. A distribuição atual não difere da original, embora a espécie esteja cada vez mais confinada a determinados habitats remanescentes dentro de sua extensão. Não existem registros recentes para os campos sulinos.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Chapada Diamantina (BA); PARNA da Chapada dos Veadeiros, PARNA das Emas e PE de Terra Ronca (GO); PARNA da Serra da Canastra, EE do Tripuí e RPPN Santuário do Caraça (MG); PARNA de Brasília, EE de Águas Emendadas e Reserva Ecológica do IBGE (DF); PARNA de Itatiaia (MG/RJ); REBIO do Tinguá (RJ); PARNA da Serra da Bocaina (RJ/SP); PARNA de São Joaquim (SC); EE Serra Geral do Tocantins (BA/TO); PE do Jalapão (TO); EE do Caiúba, PE da Pedra Branca, PE de Vila Velha, PE do Canyon do Quartela e RPPN Papagaios Velhos (PR); PE do Itacalomi (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O principal problema que coloca esta espécie em risco é a perda de habitats adequados. Os campos e outras formações abertas são, em geral, os primeiros ambientes a serem convertidos ou alterados em uma paisagem. O Cerrado, bioma com as maiores populações da espécie, está sendo degradado a taxas alarmantes, em vista da expansão do agronegócio. Não se pode afirmar se os remanescentes são capazes de manter populações viáveis, em função do seu tamanho e isolamento. Outro fator importante de ameaça a ser levado em conta é a perseguição da espécie por fazendeiros, decorrente de eventuais ataques a animais de criação. Há relatos de abate no Pantanal, no entorno do Parque Nacional das Emas e na região do Jalapão. Não há informações sobre o impacto do comércio ilegal ou uso de agrotóxicos sobre a espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Iniciativas para a preservação da águia-cinzenta encontram dificuldades especiais, dadas as características da espécie. A criação de Unidades de Conservação com áreas grandes o suficiente para manter uma população viável da espécie é impraticável atualmente. A criação de mosaicos de Unidades de Conservação, o planejamento do uso do solo e a manutenção de reservas legais e áreas de proteção permanentes podem ser opções efetivas. Também é imprescindível diminuir a perseguição e abate de indivíduos por meio de fiscalização e educação ambiental. Finalmente, é essencial que se estabeleça um programa de conservação *ex situ* para a espécie, antes que sua população atinja níveis críticos.

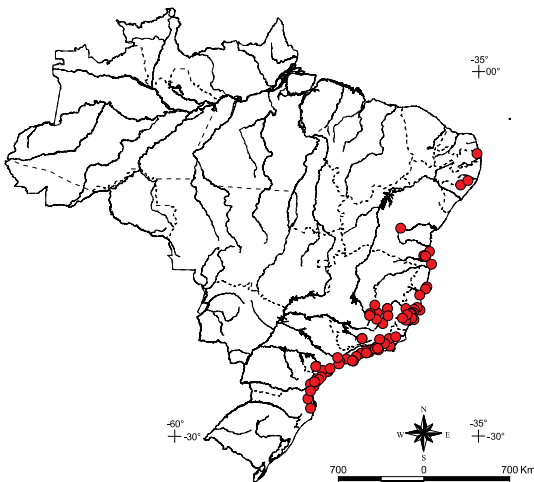
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

SOS Falconiformes; Iury Accordi (SBO); Eduardo Carrano (PUC/PR).

REFERÊNCIAS

33, 64, 122, 136, 192 e 275.

Autor: *Leandro Baumgarten*



Leucopternis lacernulata (Temminck, 1827)

NOME POPULAR: Gavião-pomba; Gavião-pombo-pequeno

NOME ATUAL: *Leucopternis lacernulatus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Falconiformes

FAMÍLIA: Accipitridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); MG (EN); SP (CR); PR (EN)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C1 + 2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Leucopternis lacernulatus é um gavião endêmico do Brasil, restrito ao bioma Mata Atlântica. Apresenta tamanho mediano em relação aos seus congêneres (43-48 cm de comprimento total e 96 cm de envergadura); a plumagem do adulto é predominantemente branca, com o dorso negro, e a cauda é branca com uma banda subterminal negra. A íris é marrom ou amarelo-claro, sendo a cere e os tarsometatarsos amarelados. A plumagem juvenil caracteriza-se por estrias negras de largura variável na cabeça e nuca, pontas das escapulares e coberteiras amarronzadas, dorso manchado de branco e barrado irregular na porção basal da cauda. É uma espécie de interior de mata, encontrada principalmente em florestas de baixada. A maioria dos registros ocorre entre o nível do mar e 500 m de altitude. No entanto, em muitas localidades ocorre acima de 900 m (altitude máxima a 2.890 m, no Parque Nacional do Caparaó), podendo ser registrada junto a *Leucopternis polionotus*. Tendo em vista a perda de hábitat, restringe-se atualmente a remanescentes florestais e áreas adjacentes. Dados sobre a biologia do gavião-pomba, como de todos os representantes do gênero *Leucopternis*, são escassos. Existem registros de predação de insetos, aranhas, moluscos, cobras, aves e mamíferos, obtidos a partir de observações de campo e análise de conteúdo estomacal de poucos indivíduos. Acredita-se, no entanto, que espécies de invertebrados predominem na dieta. A espécie já foi registrada aproveitando-se da movimentação de bandos de macacos para forragear (como observado em outras espécies de gaviões florestais neotropicais, como *Harpagus bidentatus* e *Leucopternis albicollis*), sendo também associada a bandos mistos de aves capturando animais afugentados por formigas de correição. Não há informações sobre reprodução e comportamento migratório.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribui-se na Mata Atlântica do Leste do Brasil, com registros concentrados na floresta ombrófila densa dos Estados da Paraíba, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Embora a distribuição da espécie seja ampla, a maioria dos registros se localiza entre os Estados da Bahia e Santa Catarina. No extremo norte da distribuição, as ocorrências são escassas. Recentemente, um desses registros, um espécime depositado no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, coletado em Alagoas, na Usina Sinimbu, foi reavaliado como sendo um *Leptodon* sp. (L. F. Silveira, com. pess.); em 2000, um indivíduo foi visto em Engenho Coimbra, Alagoas. Existem registros recentes nos Estados da Paraíba, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Embora a distribuição geográfica atual seja muito semelhante à pretérita, a espécie restringe-se aos principais remanescentes florestais, como o Parque Estadual do Rio Doce (MG), a Estação Ecológica Juréia-Itatins (SP) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Guaribas (PB); REBIO Pedra Talhada (AL); PARNA Monte Pascoal, PARNA Chapada Diamantina e RPPN Serra do Teimoso (BA); PARNA Serra do Cipó, PE Rio Doce (C. E. Alencar Carvalho, E. P. Mendes de Carvalho Filho, G. Zorzini, G. D. Mendes de Carvalho, M. Canuto, com. pess.), PARNA Caparaó, PE da Serra do Papagaio, RPPN de Fecho (C. E. Alencar Carvalho, E. P. Mendes de Carvalho Filho, G. Zorzini, G. D. Mendes de Carvalho, M. Canuto, com. pess.) (MG); REBIO Córrego Grande, REBIO Sooretama, REBIO Augusto Ruschi, REBIO Duas Bocas, REBIO Santa Lúcia (T. Sigrist, com. pess.) (ES); PE Desengano, PARNA Serra dos Órgãos, PARNA Tijuca, PE Ilha Grande, REBIO Fazenda União, REBIO Tinguá, REBIO Poço das Antas (RJ); PE Cantareira, PE Ilha do Cardoso, PE Intervales, EE Juréia-Itatins, PE Ilhabela (H. Alvarenga, com. pess., T. Sigrist com. pess.), PE Serra do Mar/Núcleo Picinguaba (SP); APA Guaraqueçaba (Reserva Natural Salto Morato - V. Piacentini, com. pess.), APA Guaratuba, PARNA Superagui, PE Ilha do Mel, FLOE do Palmito (PR); PE Serra do Tabuleiro (SC).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça a *L. lacernulatus* é a perda de habitat, consequência da destruição do bioma Mata Atlântica gerada por diversos fatores, como o avanço de atividades agropecuárias e a expansão da urbanização. Por ser altamente dependente de ambientes florestais, o desmatamento tem restringido a disponibilidade de habitat adequado para a espécie. A perseguição direta também pode ser uma ameaça, já que existem registros de caça em algumas localidades (São Paulo, por exemplo) contra o suposto ataque da espécie a animais domésticos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Algumas estratégias são recomendadas: incentivo a projetos que envolvam obtenção de dados da espécie em campo, visando levantar novas localidades e informações sobre a biologia básica, imprescindíveis a um melhor planejamento das medidas de conservação; criação de novas Unidades de Conservação que maximizem o número de localidades onde a espécie tenha sido registrada recentemente, além da área total de mata contínua; aumento da fiscalização nas Unidades de Conservação.

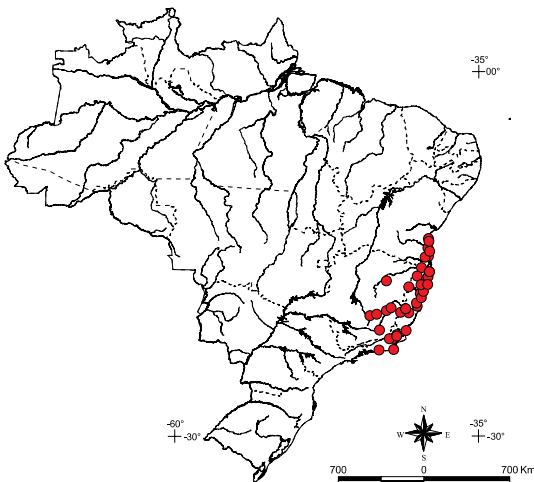
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Fábio Sarubbi Raposo do Amaral (IBUSP); Paulo Martuscelli (Pesquisador autônomo); C. E. Alencar Carvalho, E. P. Mendes de Carvalho Filho, G. Zorzini, G. D. Mendes de Carvalho e M. Canuto (S.O.S. Falconiformes - Centro de Pesquisa para a Conservação das Aves de Rapina Neotropicais).

REFERÊNCIAS

5, 136, 167, 212, 275, 288, 300, 342, 457, 512 e 546.

Autores: Fábio Sarubbi Raposo do Amaral e Gustavo Sebastián Cabanne



Crax blumenbachii Spix, 1825

NOME POPULAR: Mutum-do-sudeste; Mutum-de-bico-vermelho

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR); RJ (PEX); ES (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Crax blumenbachii é um mutum de grande porte (chega a pesar 3,5 kg), endêmico da Mata Atlântica de baixada (até 500 m) e que ocorria originalmente entre o Recôncavo Baiano e a cidade do Rio de Janeiro e o leste de Minas Gerais. Embora existam muitas lacunas sobre o conhecimento da biologia básica desta espécie, sabe-se que o mutum-do-sudeste passa a maior parte do tempo no solo e só se empoleira para dormir, nidificar ou para fugir de predadores. Vocaliza principalmente durante a época da reprodução, que ocorre entre setembro e fevereiro. O ninho, construído principalmente pelo macho, é um cesto trançado, feito com galhos e material vegetal das proximidades, não havendo transporte de material. Os ninhos podem ser construídos a uma altura de 20 m. Apenas dois ovos são colocados, que são incubados somente pela fêmea, durante cerca de 30 dias. Os filhotes, nidífugos, são cuidados pelo pai e pela mãe por cerca de quatro meses e podem dormir longe dos mesmos desde os primeiros dias, o que pode ser uma adaptação para escapar dos predadores. Alimentam-se de uma grande variedade de frutos e sementes, coletados, em sua maioria, no solo. Consomem fortuitamente pequenos vertebrados e invertebrados, cuja demanda pode aumentar durante o período reprodutivo. O mutum-do-sudeste habita apenas as matas primárias ou em avançado estado de regeneração, onde é encontrado aos pares ou em pequenos grupos familiares. Como as demais espécies do gênero *Crax*, o mutum-do-sudeste é extremamente sensível à caça, alteração e fragmentação do seu hábitat.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de tabuleiro (até 500 m) entre o Recôncavo Baiano e a cidade do Rio de Janeiro, incluindo também o leste de Minas Gerais, sendo conhecido de 38 localidades nesta região. Os registros atuais se restringem a 11 localidades nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. A espécie foi reintroduzida em mais três áreas em Minas Gerais – Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Macedônia, Estação de Pesquisa e Desenvolvimento Ambiental de Peti e Estação Ecológica de Fechos.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Una, RPPN Estação Veracruz, PE do Conduru, PARNA de Monte Pascoal e PARNA do Descobrimento (BA); REBIO do Córrego Grande e REBIO de Sooretama (ES); PE do Rio Doce, RPPN Fazenda Macedônia, EE de Fechos (MG).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As maiores ameaças ao mutum-do-sudeste são a destruição das matas de baixada e a caça. A espécie sobrevive apenas em Unidades de Conservação, públicas ou privadas, muitas delas sujeitas a invasões



constantes para retirada de madeira e caça. Incêndios florestais nesta região podem ter efeitos nocivos sobre as populações remanescentes, especialmente durante a época de reprodução. Como a caça é um fator de ameaça importante, este mutum já pode ter desaparecido de algumas Unidades de Conservação no sul da Bahia que ainda não contam com um eficiente sistema de proteção.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

São medidas prioritárias: proteção efetiva das localidades onde a espécie ainda ocorre, combate aos caçadores que invadem estas áreas, retirada dos invasores das Unidades de Conservação e recuperação dos habitats onde a espécie foi registrada. Estudos de campo para determinar parâmetros básicos de história natural são importantes para fundamentar projetos de reintrodução. A criação em cativeiro tem um papel importantíssimo na proteção desta espécie. Graças aos esforços da Fundação Crax, sediada em Contagem (MG), a espécie tem uma situação razoavelmente confortável em cativeiro – são conhecidos cerca de 650 indivíduos. Estudos empreendidos por Roberto Azeredo e sua equipe (Fundação Crax) aumentaram enormemente o conhecimento sobre o manejo e a reprodução em cativeiro deste mutum, o que permitiu aumentar rapidamente o número de aves em cativeiro. A Fundação Crax realiza também um bem sucedido programa de reintrodução da espécie na natureza, com resultados relevantes e expressivos. As técnicas desenvolvidas pela entidade devem ser aplicadas em outras localidades selecionadas, protegidas e adequadamente preparadas para receber indivíduos do mutum-do-sudeste. A reintrodução de cracídeos feita pela Fundação Crax tem provado ser um fator importante na recuperação de algumas espécies ameaçadas e deve ser estendida urgentemente para outras espécies brasileiras na mesma situação.

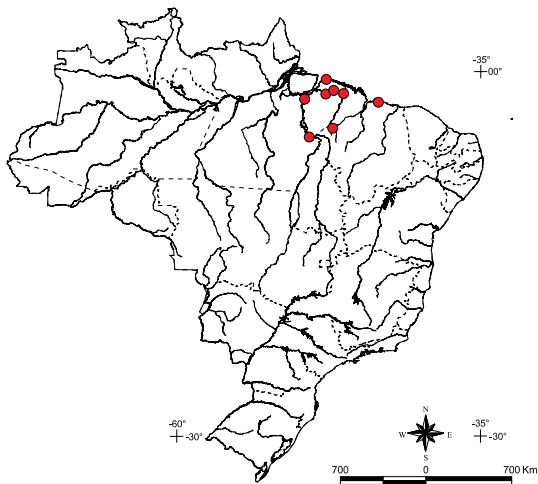
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Roberto Azeredo (Fundação Crax); Anita Wajntal e Luís Fábio Silveira (USP); Cassiano Gatto (IESB); BirdLife International; Paulo H. C. Cordeiro (Ornis); Pedro C. Lima (CETREL). Jaqueline Goerck (SAVE Brasil) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

139, 302 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Crax fasciolata pinima Pelzelin, 1870

NOME POPULAR: Mutum-pinima; Mutum-de-penacho

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Crax fasciolata pinima é um dos táxons menos conhecidos da família Cracidae. Endêmico do “Centro de Belém”, era originalmente encontrado nas florestas de terra firme entre o oeste do Maranhão e o leste do rio Tocantins, no Estado do Pará. O material depositado em museus do Brasil e do exterior é muito escasso, somando cerca de dez exemplares. Atualmente, não são conhecidos exemplares em cativeiro. Os machos são fracamente distinguíveis da forma nominal, enquanto as fêmeas são facilmente separadas das outras formas do complexo *Crax fasciolata*, que conta com mais duas ou três formas descritas. A plumagem das fêmeas é bastante escura e a face inferior da cauda é quase completamente negra, com discretas estrias brancas ou na cor creme. Não há informações sobre a ecologia, hábitos e hábitat desta ave, que não é vista na natureza desde 1978, quando os últimos exemplares foram coletados. Provavelmente, vive (ou vivia) em florestas primárias e se alimenta de frutos, como os demais componentes deste complexo. Os exemplares de *Crax fasciolata* da região da serra dos Carajás, que supostamente poderiam pertencer a este táxon, são típicos da forma nominal e nada têm a ver com *C. f. pinima*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de terra firme entre o oeste do Maranhão e o leste do rio Tocantins, sendo conhecido apenas de oito localidades. Pode ocorrer na Reserva Biológica do Gurupi. Há relatos da presença deste táxon na região de Tailândia e Moju, no leste do Pará. Entretanto, todos os informantes foram unânimes em afirmar que o mutum-pinima é extremamente raro, mesmo nas matas mais conservadas da região, sendo mais raro do que *Mitu tuberosum* (mutum-cavalo ou mutum-castanheira), espécie de maior porte e muito procurada por caçadores. Expedições recentes ao leste do Pará e ao oeste do Maranhão falharam em localizar indivíduos de *C. f. pinima*.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida, mas pode ocorrer na REBIO Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição das matas do Centro de Endemismo de Belém e a caça impiedosa foram os principais motivos para o desaparecimento de *C. f. pinima* em toda a sua área de distribuição. O oeste do Maranhão e o leste do Pará são as áreas mais alteradas de toda a Amazônia, apresentando altíssimo nível de degradação ambiental. Além disso, os cracídeos, especialmente os mutuns, são peças de caça cobizadas, desaparecendo rapidamente das matas onde vivem. Os mutuns são aves que demoram para alcançar a maturidade sexual, possuem territórios extensos e necessitam de matas em bom estado de conservação, sendo sensíveis tanto ao desmatamento quanto à caça. A captura para o comércio ilegal



de animais silvestres parece ter tido pouco impacto nas populações deste táxon, visto que a maioria do material proveniente de zoológicos e depositado em museus refere-se à forma nominal. Provavelmente, desapareceu antes que qualquer criador ou zoológico pudesse capturar alguns exemplares e iniciar um programa sério de criação em cativeiro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomendam-se algumas ações prioritárias: realizar pesquisas em busca deste táxon na Reserva Biológica Gurupi, além de proteger e fiscalizar esta Unidade de Conservação, provavelmente a única onde a espécie pode ocorrer. Coibir a caça e o desmatamento observados nesta reserva é fundamental não só para a sobrevivência do mutum como para as outras aves endêmicas do Centro Belém. Também é urgente a realização de pesquisas de campo para tentar descobrir alguma população remanescente nos poucos fragmentos significativos de floresta que ainda restam em sua área de distribuição. Após descobrir as populações e estimar seu tamanho, deve ser iniciado urgentemente um programa de manejo e reprodução em cativeiro, de modo a garantir a sobrevivência deste mutum *ex situ*, aproveitando a experiência da Fundação Crax, em Minas Gerais. Os programas de reprodução em cativeiro de Cracidae são muito bem-sucedidos e se converteram em legítimas ferramentas para a recuperação das populações com programas de reintrodução. Recomenda-se ainda a criação de Unidades de Conservação no Centro de Endemismo de Belém que também abriguem outros táxons endêmicos, como a ararajuba (*Guarouba guarouba*) e o jacamim-das-costas-verdes (*Psophia viridis obscura*). Outra medida importante é a realização de pesquisas taxonômicas para verificar a validade de *Crax fasciolata pinima* como táxon independente ou não dos outros que compõem este complexo. Devem ser coletadas amostras de tecido de aves que sabidamente pertencem a este táxon para a realização de análises taxonômicas tradicionais.

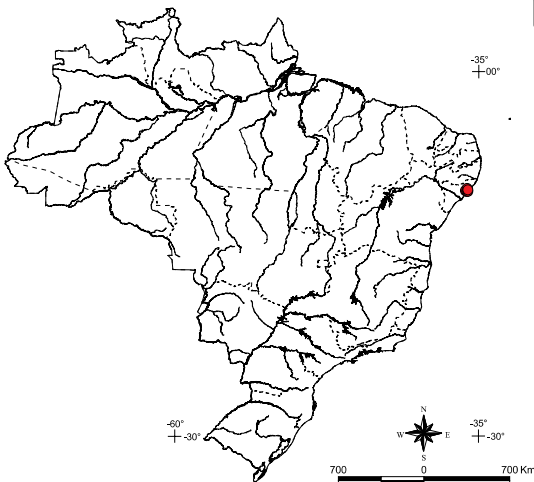
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Luís Fábio Silveira e Anita Wajntal (USP); Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

159, 160, 164 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Mitu mitu (Linnaeus, 1766)

NOME POPULAR: Mutum-do-nordeste; Mutum-de-alagoas

SINONÍMIAS: *Crax mitu*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Extinta

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EW

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EW**

INFORMAÇÕES GERAIS

Mitu mitu foi descrita pela primeira vez no século XVII, mas a primeira coleta de um espécime ocorreu apenas na década de 1950, permanecendo sem novos registros até a década de 1970. Esta espécie foi, por muito tempo, considerada como sinônimo ou como uma raça geográfica do mutum-cavalo (*Mitu tuberosum*). A validade deste táxon foi confirmada por estudos morfológicos e genéticos. Os caracteres morfológicos que corroboram *M. mitu* como espécie plena são encontrados no bico, de base vermelha e porção apical rósea, na região auricular, que é nua, e na cauda, que possui o par central de retrizes totalmente negro e as restantes com o ápice marrom. O mutum-do-nordeste é muito pouco conhecido na natureza. As poucas observações sobre o seu comportamento e a sua história natural não diferem muito daquelas já realizadas sobre o mutum-cavalo, representante amazônico. É uma ave terrícola, observada muitas vezes solitária, aos casais ou em pequenos grupos familiares. Alimenta-se de frutos caídos no solo (Myrtaceae) e pode consumir pequenos animais. A reprodução se dá no segundo semestre, tendo sido reportado um ninho ativo nos últimos meses de 1978. No final da década de 1970, o criador carioca Pedro Nardelli deu início ao programa de criação em cativeiro, capturando alguns exemplares em um fragmento de floresta de baixada nos municípios de Roteiro e Barra de São Miguel, em Alagoas. O plantel inicial era de cinco exemplares, mas apenas três deles produziram filhotes. Na década de 1990, foram formados alguns casais híbridos e, em 1999, a população desta espécie totalizava 44 aves (apenas 12 delas puras). Posteriormente, todo o plantel foi dividido entre dois criadores especializados em Cracidae: a Fundação Crax (Contagem) e o Criadouro Científico e Cultural Poços de Caldas (Poços de Caldas), ambos em Minas Gerais. Com o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de manejo em cativeiro, feitas especialmente pela Fundação Crax, o total de aves ultrapassa 120 indivíduos em 2005, boa parte deles puros. No final de 2001, foram feitas pesquisas em diversos fragmentos em Alagoas, na área de distribuição da espécie, não tendo sido encontrados sequer vestígios da sua presença. Hoje, acredita-se que esta espécie esteja extinta na natureza.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Sua distribuição geográfica remete às matas primárias de baixada de pouca altitude, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas. Entretanto, todos os registros confiáveis (espécimes ou observações) vêm apenas de Alagoas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A omissão dos governos federal e estaduais em relação ao cumprimento de leis antigas e bem conhecidas, como o Código Florestal, contribuiu enormemente para a catástrofe ecológica sem precedentes ocorrida nas florestas nordestinas, que foram quase dizimadas. Esta foi a principal causa da extinção desta espécie na natureza. A caça sem trégua, feita por mateiros e caçadores profissionais e amadores, terminou por eliminar os indivíduos remanescentes. Se os esforços voluntários do Sr. Pedro Nardelli não resultassem em sucesso (mesmo com todos os problemas ocorridos), o mutum-de-alagoas seria conhecido apenas por uns poucos exemplares depositados em museus.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A criação em cativeiro deve ser mantida, ampliada e deve receber aporte financeiro do governo brasileiro. As técnicas de manejo desenvolvidas pela Fundação Crax e utilizadas pelo Criadouro Científico e Cultural Poços de Caldas resultaram em aumento significativo do número de exemplares nascidos em cativeiro. Os indivíduos fenotipicamente “puros” devem ser manejados separadamente dos híbridos, que podem ser utilizados como mães de criação ou como espécimes-piloto, em programas futuros de reintrodução. O manejo genético deve ser mantido. Atualmente, com o aumento do número de exemplares em cativeiro, é importante que o plantel seja dividido entre outros criadores e zoológicos, sempre sob a supervisão do IBAMA, evitando concentrar toda a população mundial da espécie em apenas duas instituições. Os remanescentes florestais de Alagoas devem ser muito bem protegidos contra a degradação e a caça, que ainda persiste como atividade de lazer e não como subsistência, em praticamente todos os fragmentos do Estado. Só com esses fragmentos bem protegidos e, eventualmente, restaurados, é que será possível começar um programa de reintrodução, aproveitando a experiência da Fundação Crax. Programas de educação ambiental nas cidades e vilas no entorno desses fragmentos também podem surtir efeitos positivos para a conservação desta e de outras espécies.

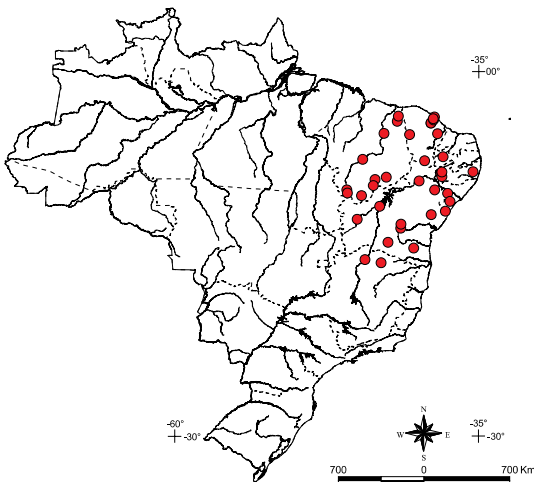
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Roberto Azeredo e equipe (Fundação Crax); Moacyr de Carvalho Dias (Criadouro Poços de Caldas); Pedro Nardelli (Criador/RJ); Dante Martins Teixeira (MNRJ); Fernando Pinto (IPMA); Sônia A. Roda (CEPAN); Anita Wajntal e Luís Fábio Silveira (USP).

REFERÊNCIAS

64, 88, 136, 159, 160, 164, 225, 309, 386, 456, 474, 475, 495 e 501.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Penelope jacucaca Spix, 1825

NOME POPULAR: Jacucaca; Jacu-da-testa-branca; Jacu-goela

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4cd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Penelope jacucaca, endêmica da Caatinga, é a maior espécie de cracídeo deste bioma, vivendo preferencialmente na Caatinga arbórea e nas matas secas. Ocorria em quase todos os Estados do Nordeste brasileiro e em Minas Gerais, aproximando-se da costa em alguns locais. Nas caatingas, prefere as áreas mais úmidas e próximas dos rios, temporários ou não. Tolerava algum tipo de perturbação em seu ambiente, mas é bastante sensível à caça. Essencialmente frugívoro, tem predileção por frutos, como o do joazeiro, consumindo também flores de ipê. Pode ser visto sozinho, aos pares ou em pequenos grupos, que se deslocam rapidamente pelo solo ou pelas árvores, fazendo grande barulho. Essas aves vocalizam principalmente de madrugada e ao crepúsculo, quando se reúnem para dormir. Não são conhecidos os seus hábitos reprodutivos na natureza, mas filhotes têm sido obtidos com certa facilidade em cativeiro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocupava grande área de caatinga arbórea nos Estados do Maranhão (sul), Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia e Minas Gerais, sendo extinto em boa parte de sua distribuição original. Presente principalmente em Unidades de Conservação nos Estados do Piauí, Ceará, Bahia e Pernambuco. Recentemente, foi registrado em Mociminho e Januária (MG). Provavelmente extinto em Alagoas, na Paraíba e na faixa leste de Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Capivara, PARNA da Serra das Confusões, PARNA Sete Cidades e PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba (PI); PARNA da Serra de Itabaiana (SE); PARNA da Chapada Diamantina e EE do Raso da Catarina (BA); FLONA do Araripe, APA da Serra da Aratanha e APA da Serra do Baturité (CE); REBIO de Serra Negra e Reserva Ecológica Maurício Dantas (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Como as matas secas e a caatinga arbórea continuam sendo devastadas no Nordeste do Brasil, a perda de habitat é a principal ameaça à espécie. O jacucaca, como todo cracídeo, também sofre com a caça intensa, desaparecendo rapidamente de muitas áreas. Em função de seu porte, é mais procurado do que o ainda comum jacupemba (*Penelope superciliaris ochromithra*), que é sintópico em grande parte de sua distribuição.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante a proteção efetiva contra os caçadores e a degradação ambiental das Unidades de Conservação onde esta espécie ainda ocorre, especialmente na serra da Capivara, serra das Confusões e serra



Negra. A restauração dos habitats e a formação de corredores ecológicos podem surtir efeitos positivos. A criação em cativeiro é também uma ferramenta importante para a conservação da espécie. Aparentemente, o jacucaca se reproduz com certa facilidade em cativeiro e os filhotes poderiam ser utilizados em programas de reintrodução.

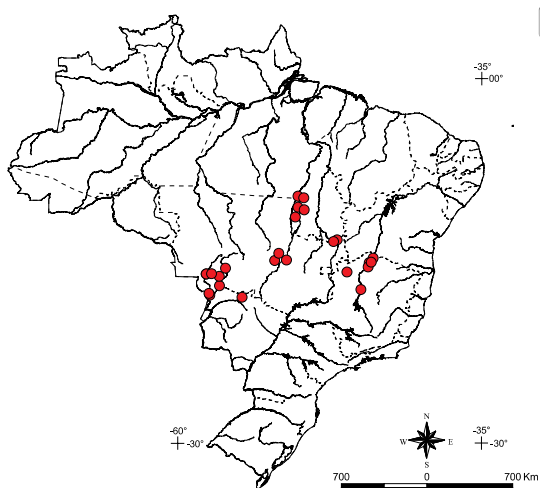
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Pedro Lima (CETREL – Empresa de Proteção Ambiental); Andei Roos (CEMAVE); Galileu Coelho (Pesquisador autônomo); Roberto Azeredo (Fundação Crax).

REFERÊNCIAS

23, 159, 160, 164, 190, 256, 268, 333, 431 e 502.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Penelope ochrogaster Pelzeln, 1870

NOME POPULAR: Jacu-de-barriga-castanha

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Penelope ochrogaster é uma espécie muito pouco conhecida de jacu, cujas populações estão divididas em três áreas distintas: uma no Pantanal, uma no vale do rio Araguaia e outra no vale do São Francisco. Os limites da sua distribuição ainda merecem ser esclarecidos mais a fundo. A maior parte das informações sobre o habitat e os hábitos desta espécie provém de observações realizadas no Pantanal, onde se concentra a maior parte dos indivíduos. Discreto, o jacu-de-barriga-castanha pode ser encontrado em diversas formações florestais, como as matas secas, semidecíduas, matas ciliares e os cambarazais, no Pantanal. Solitário ou em pequenos grupos, vagueia pelas copas das árvores em busca do seu alimento – frutos e flores de ipês, tarumãs e cipós. Não são conhecidos dados sobre a sua reprodução; aparentemente, deve iniciar-se em outubro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocupava as matas secas em três áreas distintas: uma no vale do rio São Francisco, em Minas Gerais, outra no vale do rio Araguaia e a última na região do Pantanal. Em Minas, não existem registros confiáveis desde 1913. Os registros atribuídos a esta espécie na região de Januária, Itacarambi, Manga e Arinos devem ser checados e bem documentados, pois podem se referir também a *Penelope jacucaca*. É muito raro em Goiás, sendo que, no vale do Araguaia, reside principalmente nas Unidades de Conservação.

A espécie sobrevive principalmente em algumas Unidades de Conservação no vale do Araguaia, em Tocantins e no Pantanal, cujas populações são as mais expressivas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Araguaia e PARNA da Ilha do Bananal (TO); PARNA do Pantanal Mato-Grossense (MT/MS) e PARNA do Peruaçu (MG), cujo registro necessita ser mais bem documentado. Registrado também no PE do Cantão (TO) e na RPPN SESC Pantanal (MT), onde se concentra, provavelmente, a maior quantidade de indivíduos da espécie.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de habitat é a principal ameaça a este jacu, pois as matas secas do interior do Brasil sofreram uma enorme redução de área, para dar lugar a pastagens e plantações. A caça também parece ter sido um fator de ameaça importante para esta espécie e os incêndios florestais têm afetado negativamente as populações do jacu-de-barriga-castanha. As recentes invasões em algumas Unidades de Conservação, como o Parque Nacional do Araguaia, certamente trazem um efeito nocivo às populações deste cracídeo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A proteção efetiva das Unidades de Conservação onde *P. ochrogaster* foi registrada recentemente é uma medida importante. O Parque Nacional do Araguaia foi recentemente invadido por indígenas e a situação da espécie ainda não é clara no local. Além disso, o Parque sofre incêndios constantes, provocados por criadores de gado e índios. A procura por novas populações também deve ser incentivada, especialmente em Minas Gerais, cujos registros mais recentes precisam ser bem documentados, para que sejam considerados válidos. É importante que a distribuição da espécie seja conhecida mais a fundo, mediante estudos sobre a sua história natural e ecologia. Não existem exemplares em cativeiro e a formação de um ou mais núcleos de criação deve ser incentivada, com vistas a futuros projetos de reintrodução.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Paulo de Tarso Zuquim Antas (UnB); Dante Buzzetti (CEO); Carlos Yamashita (IBAMA); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO).

REFERÊNCIAS

24, 22, 27, 64, 113, 136, 159, 160, 335 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Penelope superciliaris alagoensis Nardelli, 1993

NOME POPULAR: Jacu-de-Alagoas

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Penelope superciliaris alagoensis é uma forma recentemente descrita, cuja localidade-tipo precisa é desconhecida. A descrição desta raça geográfica é cercada de problemas, pois teve como base o estudo de exemplares de cativeiro sem procedência determinada e que não foram depositados em museus. O destino destas aves é desconhecido e é impossível realizar qualquer comparação mais séria e cuidadosa com as outras formas deste complexo sem o exame deste material ou sem a coleta de mais exemplares. Não são conhecidos os outros exemplares do complexo *P. superciliaris* que o autor da descrição usou para comparar com *P. s. alagoensis*. O único material referido a esta raça é uma prancha colorida, seguida de descrição e diagnose. Em 2001, foram encontrados dois exemplares cativos, sem procedência, no Estado de Alagoas, e que poderiam ser referidos a essa forma. A diferença mais marcante é a presença de uma linha superciliar branca brilhante, sendo os outros caracteres muito semelhantes ao comum *P. s. jacupemba*, que ocorre ao sul do rio São Francisco. Há registros desta ave em cinco fragmentos florestais em Alagoas (L. F. Silveira e F. Olmos). Foram observados grupos de até cinco indivíduos, que se moviam rapidamente na copa das árvores, em florestas bem conservadas, algumas delas em avançado estado de regeneração. Não são conhecidos detalhes sobre hábitos, reprodução e alimentação deste jacu.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

P. s. alagoensis tem presença registrada em Alagoas e Pernambuco. Atualmente, ocorre em cinco pequenos fragmentos florestais e, provavelmente, na Estação Ecológica de Murici, em Alagoas. Também foi recentemente registrado na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, em Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente, ainda ocorre na EE de Murici (AL), em baixíssima densidade, mas não tem sido registrado recentemente. Não são reportados mais detalhes sobre a população da RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Mais de 95% do hábitat onde este táxon poderia ocorrer já desapareceram. O desmatamento foi a principal causa do desaparecimento de *P. superciliaris* do Estado de Alagoas. Embora *P. superciliaris* “sensu lato” seja uma espécie bem tolerante a habitats degradados, aparentemente a forma alagoana não é comum em áreas com um grau de perturbação maior. A caça de lazer praticada em Alagoas vem dizimando os últimos representantes desta forma, assim como numerosas outras aves, como tucanos, papagaios e tinamídeos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Devem ser feitas coletas de exemplares para determinar a validade desta forma. A pesquisa taxonômica é fundamental e precisa ser feita com urgência, contemplando todo o complexo de espécies abrigado sob o nome de *P. superciliaris*. Recomenda-se ainda a proteção efetiva das seis localidades onde este jacu foi registrado e a busca por novas populações, com coleta de exemplares, em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Também deve ser feita a captura de algumas aves para iniciar um programa de reprodução em cativeiro, com vistas à reintrodução nos fragmentos onde este táxon desapareceu.

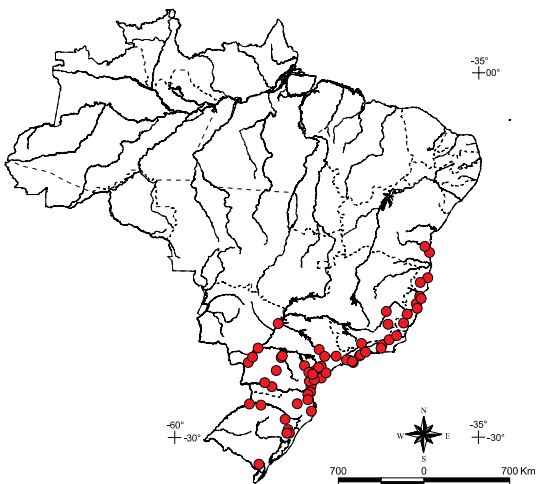
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Luís Fábio Silveira (USP); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO).

REFERÊNCIAS

37, 160, 309, 472 e 474.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Pipile jacutinga (Spix, 1825)

NOME ATUAL: *Aburria jacutinga*

NOME POPULAR: Jacutinga

SINONÍMIAS: *Pipile jacutinga*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Cracidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); RS (CR); SP (CR); RJ (PEx); PR (EN)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4cd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Aburria jacutinga é um dos mais belos e emblemáticos endemismos da Mata Atlântica, talvez tenha sido, no passado, um dos cracídeos mais abundantes neste bioma. Amplamente distribuída, a jacutinga podia ser encontrada desde a Bahia até o Rio Grande do Sul, além de ocorrer na Argentina e Paraguai. Espécie florestal, prefere as matas primárias de baixada e de média altitude, havendo registros até 1.000 m acima do nível do mar. Suspeita-se que possa fazer migrações altitudinais, especialmente na serra do Mar, acompanhando a frutificação de algumas espécies de árvores. Aparentemente, era mais comum ao longo de cursos d'água do que no interior das florestas, de maneira similar às outras espécies do gênero. Passa a maior parte do tempo nas árvores, descendo ao solo apenas para apanhar alguns frutos caídos ou para beber água. Essencialmente frugívora, possui uma dieta ampla, que inclui os frutos do palmito (*Euterpe edulis*), um dos seus alimentos favoritos. Regurgita as sementes ingeridas ou as elimina juntamente com as fezes, apresentando um papel importantíssimo na dispersão de sementes nas florestas onde habita. Solitária ou em pequenos grupos, é discreta e passa muitas vezes despercebida



nas copas das árvores. Ao ser detectada, muitas vezes não foge, demonstrando sua inquietação com um discreto chamado e eriçando o seu topete, sendo considerada “mansa” por caçadores. Chama mais a atenção apenas no final da tarde ou no amanhecer, quando executa barulhentos vôos territoriais, graças às modificações nas suas rêmiges primárias. A reprodução parece concentrar-se no segundo semestre, especialmente entre agosto e novembro. Seu ninho é uma plataforma simples, construída com galhos e ramos no alto das árvores. A fêmea coloca de dois a três ovos de casca branca, que se torna marrom com o passar do tempo. Em cativeiro, já foi reportada a postura de quatro ovos. Os filhotes, nidífugos, acompanham os pais pela ramaria alta tão logo a plumagem esteja seca. As estimativas sobre o tamanho populacional da espécie são escassas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

No Brasil, é amplamente distribuída na Mata Atlântica entre 0 e 1000 m de altitude (mais freqüentemente até 900 m), entre os Estados da Bahia e Rio Grande do Sul. Também ocorre na Argentina e no Paraguai. Extinta na maioria das localidades onde foi registrada. Nos últimos 20 anos, não são conhecidos registros para os Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Brasil, a espécie sobrevive apenas nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. É encontrada principalmente (se não apenas) em Unidades de Conservação, onde é escassa. Ocorria em Unidades como o Parque Nacional do Monte Pascoal, na Bahia, ou a Reserva Biológica de Sooretama, no Espírito Santo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Iguaçu, provavelmente PARNA Itatiaia e PARNA Serra da Bocaina, PE de Carlos Botelho, PE Intervales, PE Ilhabela, PE Ilha do Cardoso, PE Serra do Mar - Núcleos Caraguatatuba, Santa Virgínia e Cunha e EE de Boracéia (SP); PE da Mata dos Godoy, PE das Lauráceas, PE da Graciosa, APA Guaratuba, APA Guaraqueçaba, RPPN Corredor do Iguaçu I e EE Rio dos Touros (PR); provavelmente ainda sobrevive no PE do Rio Doce (MG); PE da Serra do Tabuleiro (SC); PE do Turvo (RS). Em todas essas Unidades, a jacutinga ocorre sempre em baixas densidades.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A caça e o desmatamento exterminaram a jacutinga de boa parte de sua área de distribuição. Extinta na maioria das localidades onde foi registrada, foi uma das peças de caça mais freqüentes em toda a Mata Atlântica, havendo relatos de abates de até 50.000 aves em uma única temporada, em Santa Catarina, há cerca de 150 anos. Tendo em vista o seu temperamento calmo, não fugindo prontamente do observador, era considerada uma presa de fácil captura. Além disso, a brutal destruição da Mata Atlântica alterou ou eliminou os habitats preferenciais da espécie. Atualmente, a maior ameaça continua sendo a caça, praticada por caçadores, índios e palmeiros dentro das Unidades de Conservação.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Indica-se a proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ocorre, principalmente contra caçadores, índios e palmeiros. Estudos de campo visando determinar a densidade populacional e os habitats preferenciais da espécie dentro dessas Unidades são extremamente importantes. A criação em cativeiro com vistas à reintrodução também é um aspecto importante para a conservação da jacutinga, mas as matrizes devem ser criteriosamente escolhidas, pois existem espécimes cativos que são híbridos com outras espécies do gênero. A Fundação Crax já reintroduziu alguns exemplares nascidos em cativeiro na região do vale do rio Doce, em Minas Gerais, e os resultados parecem ser animadores. Há uma possibilidade de reintrodução da espécie também em fragmentos florestais protegidos nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

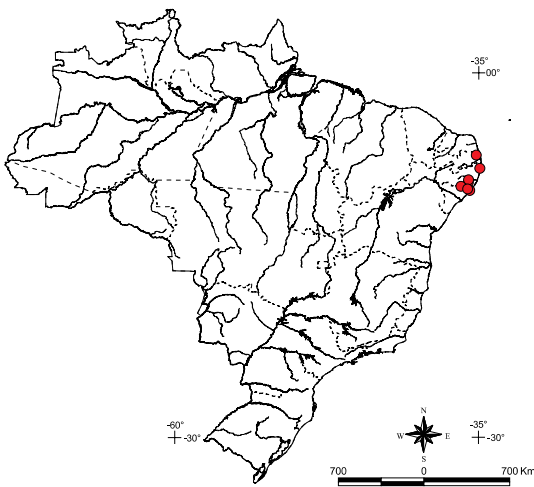
Mauro Galleti (UNESP - Rio Claro) - Pelo IBC, o pesquisador desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlân-

tica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN. Roberto Azeredo e equipe (Fundação Crax); Moacyr de Carvalho Dias (Criadouro Científico e Cultural Poços de Caldas); Victor Fasano (Criadouro Tropicus); Luís Fábio Silveira e Anita Wajntal (USP).

REFERÊNCIAS

5, 20, 64, 136, 211, 226, 289 e 300.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Odontophorus capueira plumbeicollis Cory, 1915

NOME POPULAR: Uru-do-nordeste; Piruinha (AL)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Galliformes

FAMÍLIA: Phasianidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Odontophorus capueira plumbeicollis é uma ave registrada para poucas localidades, sendo ainda muito pouco conhecida na região Nordeste. Habita áreas de florestas primárias ou em bom estado de conservação. Vive no solo das florestas mais densas e escuras, onde é vista aos pares ou em grupos familiares. Forrageia no solo e alimenta-se de frutos e insetos. Essas aves vocalizam em duetos, preferencialmente pela manhã, perto de seus poleiros, que aparentemente são os mesmos, demonstrando territorialidade. Provavelmente, procriam nos primeiros meses do ano, no período seco. Em abril de 2003, foram observados um indivíduo adulto e um juvenil em uma área bem conservada da Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, em Pernambuco. O uru-do-nordeste ocorre em altitudes que variam de 16 m (Maceió, AL) até 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE). A validade de *O. c. plumbeicollis* tem sido questionada, não havendo estudos taxonômicos recentes e sendo extremamente escasso o material existente em museus. Não se conhece o status de conservação nem a distribuição atual deste táxon no Ceará, e pode ser que ele esteja extinto nesse Estado.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, do Ceará a Alagoas, tendo sido registrado em poucas localidades na sua região de ocorrência.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Guaribas (PB); RPPN Frei Caneca (PE); REBIO de Pedra Talhada (AL).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal causa do declínio deste táxon é certamente a destruição/alteração de habitats e o desmatamento na região. Provavelmente, a caça também tenha reduzido o número de indivíduos, apesar de não se ter conhecimento da dimensão e frequência da pressão de caça sobre este táxon.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Medidas de proteção e recuperação de habitats e um programa de translocação de indivíduos para áreas seguras, além de pesquisa sobre a biologia e ecologia deste táxon, poderiam assegurar a sua conservação. Além disso, estudos taxonômicos testando a validade deste táxon são fundamentais.

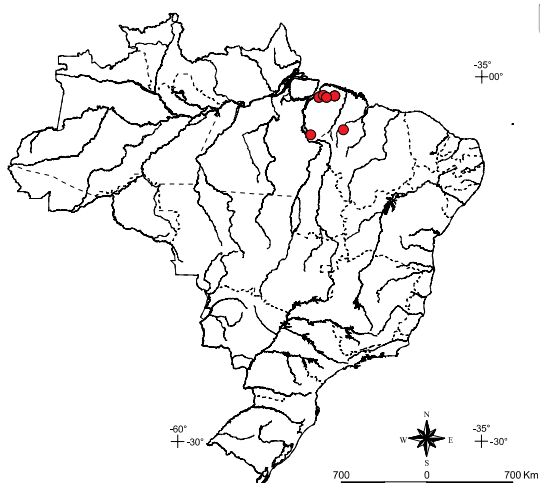
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

97, 178, 390, 389, 421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Psophia viridis obscura Pelzeln, 1857

NOME POPULAR: Jacamim-de-costas-verdes

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Gruiformes

FAMÍLIA: Psophiidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Psophia viridis obscura é uma ave de porte similar ao de um frango doméstico, com pescoço e tarsometatarsos relativamente longos, possuindo cerca de 50 cm de comprimento total e com a massa variando entre 1 e 5 kg. Este táxon possui a cabeça pequena, com o bico forte e curvo; sua cauda é curta e suas asas são arredondadas. Possui potencial de voo reduzido, percorrendo apenas curtas distâncias. Sua plumagem é predominantemente negra aveludada; as terciárias e escapulares são de tom marrom-oliváceo escuro. A ranfoteca e a podoteca dessa ave são marrom-esfumadas; já a região inferior de seu pescoço possui iridescência púrpura. Não há dimorfismo sexual de plumagem aparente nesses animais. Durante a reprodução, instalam-se em buracos espaçosos de árvores ocas, dentro da mata. Seus ovos são arredondados, brancos e com a casca áspera; o período de incubação é de 27 dias. A dieta dos jacamins é essencialmente frugívora; no entanto, uma pequena fração de sua alimentação consiste de invertebrados e pequenos vertebrados. Podem ainda comer insetos, centopéias, sementes, bagas, sendo que as suas atividades podem ser reveladas pela descoberta de locais onde a serrapilheira foi revolvida, deixando a

terra exposta. Essas aves habitam densas florestas tropicais na bacia Amazônica, vivendo em bandos, no solo de florestas de terra firme, onde há grande diversidade de espécies de plantas, alta densidade de árvores e onde o sub-bosque é relativamente aberto, possibilitando livre travessia e maior facilidade para detectar predadores em potencial, sendo capazes de correr rapidamente e empoleirar-se em árvores. Vivem em bandos que variam de três a 13 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O jacamim-de-costas-verdes ocorre na baixa Amazônia. Sua área de distribuição era ao sul do rio Amazonas, no nordeste do Pará e ao leste do rio Tocantins, nos rios Acará e Capim, estendendo-se ao Maranhão. Atualmente, deve ocorrer ainda nos remanescentes florestais bem conservados do nordeste do Pará e oeste do Maranhão. No Pará, provavelmente ocorre nos arredores de Ulianópolis, na fazenda Cauaxi. No Maranhão, possivelmente na Reserva Biológica do Gurupi e na Reserva Florestal da Companhia Vale do Rio Doce, em Buriticupu.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente ocorre na REBIO do Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O leste do Pará e o oeste do Maranhão estão entre as áreas mais severamente impactadas pelo homem em toda a Amazônia. Essas aves perderam muito de sua área de distribuição original, em função da enorme descaracterização dessas regiões. Os jacamins são também sensíveis à caça, desaparecendo rapidamente, e necessitam de uma ampla área para forrageamento. Populações viáveis são encontradas somente em grandes reservas protegidas e em áreas pouco ou nada modificadas pelo homem.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação de *P. v. obscura* é a preservação das áreas de mata remanescentes do leste do Pará e oeste do Maranhão. A criação de Unidades de Conservação no “Centro de Endemismo de Belém” é fundamental não só para este táxon, mas também para muitos outros endêmicos e ameaçados de extinção. O monitoramento e pesquisas básicas sobre a biologia e exigências ecológicas também são importantes. A recuperação de habitats é uma possível medida, visto que minimizaria os efeitos causados pela prévia destruição e/ou alteração dos mesmos. A pesquisa taxonômica é essencial para se testar a validade deste táxon, bem como de outros pertencentes a esse complexo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

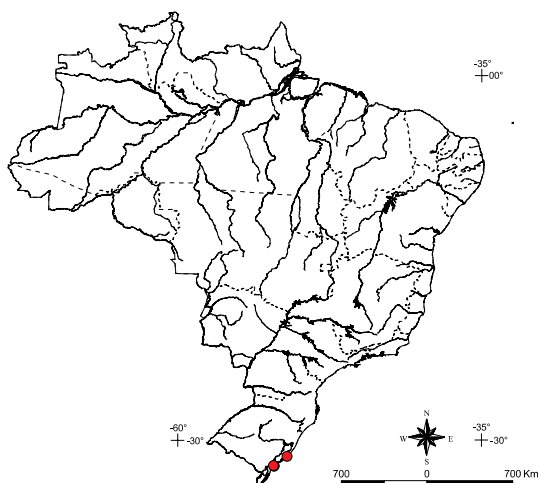
Marina Oppenheimer (USP); Alexandre Aleixo e equipe (MPEG); Maria Paula Cruz Schneider (UFPA/MPEG).

REFERÊNCIAS

118, 162, 230, 432 e 457.

Autora: *Marina Oppenheimer*





Porzana spiloptera Durnford, 1877

NOME POPULAR: Sanã-cinza
 SINONÍMIAS: *Laterallus spilopterus*
 FILO: Chordata
 CLASSE: Aves
 ORDEM: Gruiformes
 FAMÍLIA: Rallidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Porzana spiloptera ocorre na Argentina e Uruguai, com registros recentes no Brasil, baseados em espécimes observados e capturados no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no Rio Grande do Sul, em 1996, 1998 e 1999 (S. Scherer e A. Menezes, obs. pess.). Assim como os demais membros dos gêneros *Laterallus*, *Porzana* e *Coturnicops*, a espécie é bastante inconspícua, preferindo caminhar na vegetação densa a voar. Os registros para o grupo são, portanto, baseados prioritariamente em vocalização. Contudo, o repertório vocal da espécie é desconhecido, denotando-se, dessa forma, sua baixa possibilidade de detecção. Normalmente, a ave pode ser observada quando é espantada da densa vegetação em que vive, voando poucos metros, para novamente se ocultar. As informações sobre sua alimentação, reprodução e comportamento são escassas ou inexistentes. A única menção para a dieta aponta o consumo de insetos, sementes e vegetação de marismas. Quanto à reprodução, as citações são para a província de Buenos Aires, na Argentina (um único ninho perto da capital argentina e um jovem junto a um adulto em Punta Norte, sem detalhamento), e para o Uruguai (um imaturo registrado em fevereiro de 1973). No Brasil, as evidências reprodutivas são de um espécime jovem capturado em dezembro de 1996 e outro em maio de 1999, no Parque Nacional da Lagoa do Peixe (S. Scherer e A. Menezes, obs. pess.). Essas aves habitam áreas úmidas, doces ou salobras, que incluem marismas, banhados e capinzais inundáveis, além de capinzais secos e vegetação arbustiva em beira de cursos d'água. Os registros para o Rio Grande do Sul (regiões do Saco da Mangueira e molhes Leste e Oeste e Parque Nacional da Lagoa do Peixe) e para Buenos Aires se deram em marismas inundáveis, compostas por densas formações halófilas, com predomínio de *Spartina* spp. (Poaceae) e/ou *Juncus* spp. (Juncaceae). No Uruguai, a espécie é conhecida por apenas três menções para a região sul. Na Argentina, existem registros documentados (peles) para as províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, sendo relativamente bem distribuída na primeira, com citações para 16 localidades, oito delas recentes. Entre 1983 e 1996, na Reserva Mar Chiquita (Buenos Aires, Argentina), foram observados 41 indivíduos em 26 ocasiões, com maior abundância em dezembro e janeiro, o que deve estar relacionado ao período de recrutamento. *P. spiloptera* era considerada de freqüente a abundante em Buenos Aires, mas atualmente é rara a razoavelmente comum. A população mundial é estimada em 2.500-10.000 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

É desconhecida a distribuição geográfica pretérita da espécie. Pode-se supor uma colonização recente (o que explicaria o registro da espécie, no Brasil, somente em 1996), relacionada à notável capacidade de dispersão de alguns ralídeos, a despeito de sua aparente dificuldade em realizar vôos maiores que algumas centenas de metros. Outra possibilidade, mais plausível, é de *P. spiloptera* estar presente no Rio Grande do Sul – único Estado brasileiro com marismas – há longa data, passando despercebida devido aos escassos estudos realizados neste ambiente, associado ao seu comportamento inconspícuo e

ao desconhecimento de sua vocalização. A espécie foi registrada continuamente em marismas com domínio de *Spartina densiflora* (Rafael Dias, *in litt.*) e também em marismas dominadas por *Juncus acutus* (Leandro Bugoni, *in litt.*). Contudo, a preferência por determinados tipos de marismas, no Brasil, é um tópico para estudo. No Brasil, a espécie ocorre somente no Rio Grande do Sul, com distribuição pontual no litoral médio e sul. Registrada regularmente no Saco da Mangueira, uma enseada rasa da Laguna dos Patos, na área urbana do município de Rio Grande, e nos molhes Leste e Oeste (canal de entrada para o porto de Rio Grande), nas cidades de Rio Grande e São José do Norte. Há três registros para a base do Molhe Leste (fevereiro e março de 2002 e setembro de 2004), todos referentes à observação de um único indivíduo (Leandro Bugoni, *in litt.*).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Registrada no PARNA da Lagoa do Peixe (L. Mohr, S. Scherer e A. Menezes, obs. pess.) e APA Municipal da Lagoa Verde (RS). Segue-se o sumário dos registros para o primeiro local: um espécime jovem, observado em maio de 1996; quatro adultos e um jovem observados em outubro e dezembro de 1996 (dois adultos e o jovem capturados e anilhados); cinco exemplares observados em março de 1998; três adultos e dois jovens capturados e anilhados em final de abril e início de maio de 1999 (S. Scherer e A. Menezes, obs. pess.).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Tendo em vista a especialização de hábitat (no Brasil, a espécie só ocorre em marismas), *P. spiloptera* está ameaçada pela degradação e destruição desses ambientes. Para a região de Rio Grande, aterros de áreas rasas intermareais e submareais para desenvolvimento portuário, residencial e industrial, ao longo das margens e de pequenas ilhas do estuário inferior da Laguna dos Patos, já destruíram pelo menos 10% da área total das marismas. Isso também pode ocorrer no Saco da Mangueira, uma área prioritária para a conservação da espécie. Adicionalmente, parte considerável das marismas do estuário é utilizada para a criação de gado, sendo observadas diferenças entre marismas pastadas e não-pastadas, quanto à diversidade de plantas e fisiografia do hábitat, e uma perda total das funções do hábitat em marismas frequentemente pastadas. No Parque Nacional da Lagoa do Peixe, o impacto nas marismas ocorre pela presença humana, em vista da falta de regularização fundiária, o que implica trânsito de veículos e pessoas (principalmente durante a época de safra de camarão), além do pisoteio e uso por gado, cavalos, porcos e cães (L. Mohr, obs. pess.). A poluição representa ameaça potencial à espécie, uma vez que a mesma habita o estuário da Laguna dos Patos (principalmente o Saco da Mangueira, enseada semifechada de pouca circulação d'água e que recebe considerável volume de efluentes domésticos e industriais), estando vulnerável à poluição por produtos químicos e/ou petróleo, tanto de indústrias (há um desenvolvido pólo petroquímico em Rio Grande) quanto do porto (um dos maiores do Brasil).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As medidas de conservação no Brasil referem-se à conservação das marismas, ambiente muito pouco representado em Unidades de Conservação. A preservação das marismas é também fundamental para a proteção de outras espécies ameaçadas, como *Larus atlanticus* e *Spartonoica maluroides* (ameaçada no RS). As principais medidas propostas são: criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral no Saco da Mangueira e outras áreas importantes de marismas a serem definidas; regularização fundiária do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, prioritariamente nas regiões contíguas à lagoa e, em caráter urgente, proibir o trânsito nas áreas de marismas; aplicação da legislação referente às Áreas de Preservação Permanente, já que a maior parte das marismas se encontra nessas áreas, e mais pesquisas sobre a biologia, ecologia e distribuição da espécie, incluindo a gravação de sua vocalização.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

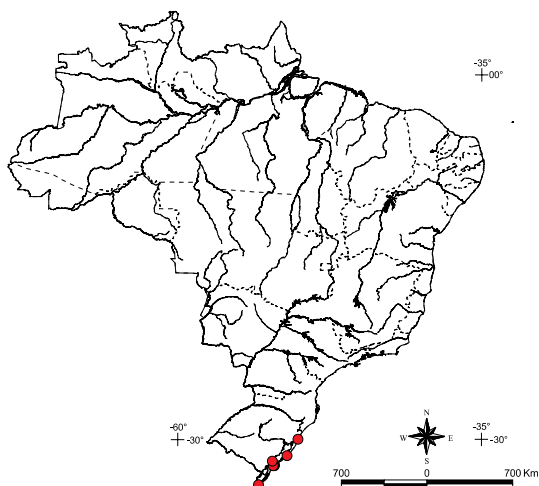
Rafael Antunes Dias (UCPel); Giovanni Nachtigal Maurício (CBRO); Leandro Bugoni (Universidade de Glasgow, Escócia); María Suzana Bó e Juan Pablo Isacch (Universidad de Mar del Plata, Argentina).



REFERÊNCIAS

25, 49, 66, 136, 142, 200, 213, 285, 293, 312, 412, 447 e 494.

Autores: *Leonardo Vianna Mohr, Scherezino Scherer e Ana Cristina de Menezes*



Larus atlanticus Olrog, 1958

NOME POPULAR: Gaivota-de-rabo-preto

SINONÍMIAS: *Larus belcheri atlanticus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Charadriiformes

FAMÍLIA: Laridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ac(i) + 2ac(ii); C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Larus atlanticus habita costas oceânicas, em praias, costões rochosos, lagoas salobras, baías, portos e principalmente estuários. Os adultos possuem massa corporal entre 900-940 g e diferenciam-se do gaivotão *Larus dominicanus* pela larga faixa caudal subterminal preta e pelo bico, que tem banda subterminal preta e ponta vermelha. *Larus belcheri atlanticus* foi elevado à condição de espécie plena com base em diferenças morfométricas e de plumagem, bem como em algumas especializações ecológicas reprodutivas. Desta forma, *L. belcheri* está restrita à costa do oceano Pacífico. No Brasil, *L. atlanticus* ocorre somente no Rio Grande do Sul, sendo considerada um vagante. Contudo, tem sido registrada ao longo do ano, apresentando concentrações de até 14 indivíduos em junho (L. Bugoni, obs. pess.). O primeiro registro no Brasil, em 1971, é de um exemplar capturado em ilha da Laguna dos Patos, próxima à cidade de Rio Grande, e o segundo, um par fotografado na praia deste mesmo município, em 1993. Existem outros registros adicionais. É mais comum no Uruguai, onde é considerada visitante de inverno. A alimentação é constituída primariamente pelos caranguejos da família Grapsidae (*Chasmagnathus granulata*, *Cyrtograpsus angulatus* e *C. altimanus*), fato que forneceu a hipótese para a sua distribuição descontínua ao longo da costa sul do Atlântico, em regiões estuarinas com grandes concentrações desses crustáceos. Durante a alimentação, o ataque do gaivotão (*L. dominicanus*) a *L. atlanticus* sugere competição por recursos entre os dois, forçando o último a se alimentar de presas não preferidas pelo primeiro. Esta competição pode ainda estimular uma especialização alimentar em *L. atlanticus*. Contudo, existem variações na composição da dieta, principalmente durante o período não-reprodutivo, em habitats não-estuarinos e quando existem outras fontes alimentares disponíveis, como peixes e outros descartes pesqueiros, em região portuária na Argentina. Outros itens alimentares incluem insetos, mexilhões e ovos de *C. angulatus*, o cirripédio *Balanus glandula* e os caracóis do gênero *Adelomelon*. A análise de isótopos estáveis sugeriu dieta mais ampla, com o consumo substancial de presas de níveis tróficos mais baixos. Reproduz-se em ilhas da Argentina, nas províncias de Buenos Aires (mais de 90% da população reprodutiva) e Chubut, com população global estimada em 2.300 pares reprodutivos. Onze colônias foram registradas até hoje, sendo freqüente a troca de locais de nidificação. A maior colônia registrada, no estuário de Bahía Blanca, na Argentina, totalizou 1.635 ninhos. Tem sido sempre registrado em

colônias densas, em associação com o gaivotão. Após a reprodução, se dispersa para o norte, atingindo o litoral brasileiro e uruguaio; para o sul, há apenas um único registro, na Província de Santa Cruz (Pablo Yorio, *in litt.*).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhece-se retração na distribuição geográfica, mas deve-se considerar que o primeiro registro desta gaivota para o Brasil é recente. A expansão urbana desordenada ocorrente no litoral do Rio Grande do Sul – em especial na sua porção norte, onde há somente um registro para a espécie – suprimiu a vegetação e descaracterizou regiões estuarinas, como a foz do rio Tramandaí e da Laguna dos Patos. Desta forma, é válido supor uma distribuição geográfica pretérita maior do que a atual, principalmente quanto à ocupação de áreas propícias no litoral norte gaúcho. Atualmente, a espécie se distribui descontinuamente - geralmente associada a ambientes estuarinos - pela região litorânea do Rio Grande do Sul, com registros desde as imediações do município de Tramandaí (litoral norte) até a barra do Arroio Chuí (litoral extremo-sul). Há dois registros para o Parque Nacional da Lagoa do Peixe (municípios de Tavares e Mostardas, litoral médio): o primeiro, obtido em 1994, é atualmente desconsiderado, tendo em vista a falta de informações mais precisas (Inês Serrano, *in litt.*); o segundo é um indivíduo observado na praia em fevereiro de 2003 (L. Bugoni, obs. pess.). Contudo, considerando a existência de hábitat propício e o pouco esforço na procura da espécie, a presença na área é provavelmente subestimada (L. Mohr, obs. pess.). Os registros para a porção inferior do estuário da Laguna dos Patos (municípios de Rio Grande e São José do Norte) são comuns. A espécie foi registrada regularmente, de abril a setembro, na praia e em caranguejais próximos à desembocadura da Laguna. Em geral, os registros referem-se a indivíduos isolados, mas pequenos grupos de até cinco exemplares foram observados (L. Bugoni, obs. pess.). Similarmente, pode ser encontrada regularmente no Saco da Mangueira, uma enseada rasa na área urbana de Rio Grande, durante o outono e o inverno, com um máximo de 14 indivíduos observados em junho. Registros adicionais existem para a ilha da Pólvora (em frente à zona urbana de Rio Grande), para a praia do Cassino, Rio Grande (L. Bugoni, obs. pess.) e para a barra do canal de São Gonçalo, em Pelotas. A ampla maioria dos registros se refere a aves juvenis ou subadultas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Lagoa do Peixe e APA Municipal da Lagoa Verde (RS), uma Unidade de Conservação criada em 2005 e que compreende parte das marismas do sistema lagoa Verde-Saco da Mangueira. Infelizmente houve redução desta área em relação ao projeto original, o que acabou por excluir áreas representativas de marismas (Kleber Grüber da Silva, com. pess.). Um indivíduo foi visto sobrevoando o REVISE Municipal do Molhe Leste, em São José do Norte (RS) em 30 de abril de 2002 (L. Bugoni, obs. pess.). Apenas duas dentre as colônias de reprodução ativas conhecidas localizam-se em áreas protegidas, que mesmo assim sofrem impacto da pesca e recreação (Pablo Yorio, *in litt.*). Além das colônias, é registrada em diversas outras reservas provinciais argentinas.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A pressão humana é a principal ameaça à espécie. A maior colônia reprodutiva (Bahia Blanca) é muito próxima a um porto e a um pólo petroquímico, estando sujeita a distúrbios como ruídos e poluentes líquidos e gasosos. Esta gaivota tem alta especialização de hábitat reprodutivo, sendo as colônias restritas a locais com zonas intermarés lamosas nas proximidades. A espécie busca alimento preferencialmente em áreas com abundância de caranguejos a até 3 km da colônia. *Larus atlanticus* sempre nidifica em associação com *L. dominicanus* e, considerando-se o incremento nas populações e a flexibilidade de hábitat deste último, pode existir competição por espaço nos sítios de reprodução, com efeitos negativos nas populações de *L. atlanticus*. As marismas do Parque Nacional da Lagoa do Peixe abrigam grandes populações de *C. granulata* (abundantes e presentes ao longo do ano) e *C. angulatus* (sazonais) (Maria Lúcia Antunes, *in litt.*). Desta forma, a degradação das marismas pode afetar a sobrevivência desses crustáceos, que constituem importante item na dieta da gaivota-de-rabo-preto. Em vista da ausência de regularização fundiária, este ambiente é impactado pela presença humana, que se traduz no trânsito de veículos e de pessoas (principalmente durante a época de safra de camarão), além do pisoteio e uso por gado, cavalos, porcos e cães (L. Mohr, obs. pess.). Deve-se considerar que especialistas de dieta



são geralmente mais vulneráveis a variações espaciais e temporais na disponibilidade de presas, e alterações de hábitat podem resultar em grandes riscos para a viabilidade da população. Na região de Rio Grande, onde está concentrado o maior número de registros, as ameaças referem-se à destruição, descaracterização e poluição de ambientes estuarinos (em especial as marismas), em virtude da expansão urbana, causando perda de hábitat e afetando a disponibilidade de caranguejos grapsídeos (*C. granulata* é sensível a concentrações elevadas de pesticidas). A espécie freqüenta o estuário da Laguna dos Patos, principalmente o Saco da Mangueira (enseada semifechada de pouca circulação de água e que recebe considerável volume de efluentes domésticos e industriais), estando, portanto, vulnerável à poluição por produtos químicos e/ou petróleo, tanto de indústrias (há um desenvolvido pólo petroquímico no município) quanto do porto (um dos maiores do Brasil). Em relação à perda de hábitat, os aterros de áreas rasas intermareais e submareais para desenvolvimento portuário, residencial e industrial, ao longo das margens e de pequenas ilhas do estuário inferior, já destruíram pelo menos 10% da área total das marismas. Adicionalmente, considerável parte das marismas do estuário da Laguna dos Patos são áreas utilizadas para a criação de gado, com efeitos negativos para as populações de caranguejos e, conseqüentemente, para *L. atlanticus*. São observadas diferenças entre marismas pastadas e não-pastadas quanto à diversidade de plantas e fisiografia do hábitat, e uma perda total das funções do hábitat em marismas freqüentemente pastadas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As medidas mais eficazes de conservação se referem à proteção da espécie nas áreas de reprodução, principalmente quanto à criação de Unidades de Conservação englobando os principais sítios e/ou a restrição de trânsito humano nas colônias durante o período reprodutivo, além do controle da contaminação ambiental. As medidas de conservação no Brasil estão relacionadas à conservação das marismas, ambiente encontrado apenas no Rio Grande do Sul e pouco representado em Unidades de Conservação. A preservação das marismas é também fundamental para a proteção de outras espécies ameaçadas, como *Porzana spiloptera* e *Spartonoica maluroides*. As principais medidas propostas são a criação de Unidades de Conservação no Saco da Mangueira, Pontal Sul e marismas adjacentes; a regularização fundiária do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, prioritariamente nas regiões contíguas à lagoa e, em caráter urgente, proibir o trânsito nas áreas de marisma; aplicação da legislação referente às áreas de preservação permanente, já que a maior parte das marismas se encontra nesses locais; pesquisa sobre o comportamento alimentar e tempo de permanência dos indivíduos no Rio Grande do Sul, além de determinar as colônias de origem por meio de marcadores moleculares ou de sensoriamento remoto.

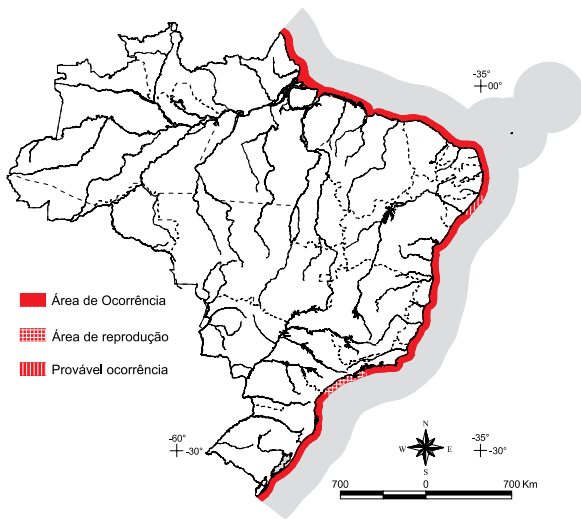
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rafael Antunes Dias (UCPel); Giovanni Nachtigal Maurício (CBRO); Pablo Yorio e Pablo García Borboroglu (Centro Nacional Patagónico, Argentina); Marco Favero (Universidad de Mar Del Plata, Argentina); Pablo Petracci (Facultad de Ciencias Naturales e Museo de La Plata, Argentina); Fundación Vida Silvestre (Argentina).

REFERÊNCIAS

32, 48, 49, 66, 89, 110, 138, 142, 153, 165, 166, 171, 183, 200, 202, 208, 237, 286, 292, 313, 349, 350, 404, 447, 487, 523, 553, 556, 559 E 560.

Autores: *Leonardo Vianna Mohr e Leandro Bugoni*



Thalasseus maximus (Boddaert, 1783)

NOME POPULAR: Trinta-réis-real, Andorinha-do-mar-real

SINONÍMIAS: *Sterna maxima*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Charadriiformes

FAMÍLIA: Sternidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (VU); PA (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D1 + 2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thalasseus maximus é o maior dos trinta-réis que ocorrem no Brasil. Forma colônias reprodutivas muito densas e mistas com outras espécies de trinta-réis, o que constitui uma estratégia para evitar a predação, principalmente por gaivotas do gênero *Larus*. Estas aves são bastante sensíveis durante a nidificação, podendo abandonar a colônia quando minimamente perturbadas. Os trinta-réis “com crista” (com penas nucais arrepiadas) mostram uma série de adaptações antipredatórias nos sítios de reprodução, que incluem, além das já citadas, a frequente troca de sítios e o agrupamento de filhotes com poucos dias de vida em “creches”, onde são cuidados por alguns adultos. No Brasil, o período reprodutivo vai de junho a dezembro. A espécie não constrói ninhos elaborados, depositando um único ovo – raramente dois – em pequenas depressões rasas na areia ou diretamente na rocha. Os ninhos localizados na periferia da colônia têm alta taxa de predação. Os filhotes são nidífugos, deixando os ninhos para juntar-se às creches localizadas na periferia das colônias. Há diferenças quanto ao tempo de entrada na creche, possivelmente relacionadas a distúrbios na colônia, sobretudo os relativos à interferência humana. Nos Estados Unidos, a entrada na creche ocorre em dois ou três dias e na Argentina isso se dá com aproximadamente 20 dias de idade. Nos Estados Unidos, os filhotes abandonam a colônia cerca de 40 dias após a eclosão. Ambos os adultos defendem o ninho, incubam o ovo e cuidam do filhote, até mesmo depois que ele consegue voar, quando ainda é alimentado pelos pais; jovens de até sete meses de idade são alimentados por adultos. Na Argentina, a espécie reproduz-se em colônia mista com o trinta-réis-de-bico-amarelo (*T. sandvicensis*); nas ilhas de São Paulo, associam-se com *T. sandvicensis* e com o trinta-réis-de-bico-vermelho (*Sterna hirundinacea*). Nas principais ilhas onde há reprodução – laje dos Trinta-réis e ilha dos Amigos (no arquipélago dos Alcatrazes) e lajes de Santos e da Conceição – foram registrados cerca de 370 pares reprodutivos. Na Argentina, a ave se reproduz em somente cinco sítios e tem população estimada em 800 pares reprodutivos. Generalistas, os trinta-réis consomem pequenos peixes e, em proporções menores, lulas, camarões, caranguejos e insetos. Modificam consideravelmente a dieta de acordo com a disponibilidade e sazonalidade das presas, ainda que a base da dieta se constitua de poucos táxons. Pescam geralmente solitários ou em pequenos bandos, alimentam-se em águas rasas e regularmente se afastam vários quilômetros da colônia para isso. Comumente, acompanham barcos de pesca de arrasto e consomem descartes, como no oceano próximo à desembocadura da Laguna dos Patos, em Santa Catarina e no Paraná, além da Argentina. É espécie migratória nas praias do Rio Grande do Sul, formando bandos de até 115 indivíduos entre maio e setembro, embora possa ser encontrada em todos os meses. O reduzido número na primavera e verão indica que, neste Estado, as aves são provenientes da Argentina ou Uruguai e não do Sudeste brasileiro, onde a espécie se reproduz no inverno. No Brasil, ocorrem aves provenientes das colônias brasileiras, argentinas, uruguaias e, possivelmente, da América Central e do Norte (na região Norte do Brasil).



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Há menções de que a espécie é comum nas regiões Norte e Sul do Brasil, sendo escassa no Leste. É possível que tenha sofrido retração populacional. Para a costa litorânea do Rio de Janeiro, por exemplo, José F. Pacheco (*in litt.*) indica que a espécie pode ter sido mais freqüente e que muito possivelmente perdeu (não havendo registros concretos) alguns dos poucos sítios de reprodução. Suas observações na década de 1980, que abrangem quase todo o litoral deste Estado (São João da Barra, região dos Lagos e baías da Guanabara e da Ilha Grande), podem estar relacionadas a estoques reprodutivos locais. O primeiro registro de atividade reprodutiva no Brasil é de 1993, no Parque Estadual Marinho da Laje de Santos, em São Paulo. Atualmente, há registros confirmados de ocorrência da espécie em todos os Estados costeiros brasileiros, à exceção de Alagoas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Potencialmente, em sua área de distribuição, a espécie pode ocorrer em todas as Unidades de Conservação costeiras, principalmente no período de dispersão pós-reprodutiva. Os registros obtidos são para o Rio Grande do Sul (PARNA da Lagoa do Peixe e EE do Taim e REVERSE do Molhe Leste – L. Mohr, obs. pess.; L. Bugoni, obs. pess.), Santa Catarina (APA do Anhatomirim, APA da Baleia Franca, RESEX Marinha de Pirajubá, EE dos Carijós e provavelmente na REBIO do Arvoredo e PE da Serra do Tabuleiro – Vitor Piacentini, *in litt.*; M. Efe, obs. pess.), Paraná (PARNA de Superagüi, EE de Guaraqueçaba e provavelmente na EE Ilha do Mel, PARNA Saint-Hilaire-Lange, PE da Ilha do Mel e APA Estadual de Guaratuba), São Paulo (EE Tupinambás, EE dos Tupiniquins, EE de Juréia-Itatins, ARIE Ilhas Queimada Grande e Queimada Pequena, APA de Cananéia-Iguapé-Peruíbe, PE Marinho da Laje de Santos, PE Xixová-Japuí, PE da Ilha do Cardoso, PE da Ilhabela, PE da Serra do Mar e APA Ilha Comprida – Édson Barbieri, *in litt.*; Fábio Olmos, *in litt.*; Fausto P. Campos, *in litt.*), Rio de Janeiro (PARNA da Restinga de Jurubatiba, EE de Tamoios, RESEX Marinha de Arraial do Cabo, PE da Ilha Grande, APA Estadual de Mangaratiba, APA Estadual de Guapimirim e APA Estadual de Maricá – José F. Pacheco, *in litt.*), Espírito Santo (REBIO de Comboios – José Simon, *in litt.*) e Maranhão (PARNA dos Lençóis Maranhenses e APA Estadual das Reentrâncias Maranhenses – Antônio A. Rodrigues, em prep.). Nas áreas de reprodução, a espécie ocorre nos PEs da Laje de Santos e da Ilhabela e na EE dos Tupiniquins e EE Tupinambás, todas em SP.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Em laje dos Trinta-réis, podem ocorrer inundações e perdas de ninhos durante o mar em ressaca. No arquipélago dos Alcatrazes, parte das ilhas é utilizada para treinamentos de artilharia pela Marinha do Brasil, com óbvios danos à biodiversidade. Outra ameaça refere-se aos faróis nas lajes de Santos e da Conceição, expondo as colônias reprodutivas a perturbações durante a manutenção, conforme já registrado para *T. sandvicensis*, no Espírito Santo. A laje da Conceição é freqüentada por pescadores esportivos que às vezes pernoitam no local, resultando na predação dos ninhos pelo gaivotão *Larus dominicanus* e perda de toda uma coorte (Fábio Olmos, *in litt.*). A poluição por derramamento de petróleo e substâncias químicas ameaça as aves marinhas em geral. Porém, a principal ameaça parece ser a forte pressão predatória do gaivotão, que é abundante e se reproduz, sincronicamente, próximo ou nos mesmos locais. Não há quantificação para o Brasil, mas na Argentina o gaivotão foi o principal predador de ovos de *T. maximus*, causando importantes perdas em todas as estações reprodutivas. A presença humana também contribui para o aumento desta predação, já que provoca o abandono dos ninhos e a exposição dos ovos. Há também competição por espaço nos sítios de nidificação. Na Argentina, ocorreu em colônias mistas de *T. maximus*, *T. sandvicensis* e *L. dominicanus*, mas os trinta-réis, em grupos grandes e densos, foram capazes de deslocar os gaivotões. Contudo, um aumento na densidade destes, face à expansão populacional, poderá causar interferências negativas: os trinta-réis podem ser afetados pela reprodução tardia, perda de energia causada pela defesa de território e/ou prolongado período de exposição dos ovos durante as interações. Análises preliminares apontam que a população de *T. maximus* que nidifica no Brasil tem baixa variabilidade genética e é provavelmente isolada das demais.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Em Alcatrazes, é essencial que a Marinha do Brasil cesse os treinamentos de artilharia e que sejam iniciados estudos a fim de verificar a integração da área à Estação Ecológica dos Tupinambás, em especial

a ilha dos Amigos. O barulho e a circulação de homens e helicópteros durante as atividades militares na área, além do inerente dano ambiental físico, interferem na biologia da espécie, principalmente quanto à reprodução e alimentação. Quanto à laje da Conceição, atualmente desprotegida, é prioritário torná-la uma Unidade de Conservação. A fiscalização em todas as colônias, sobretudo durante o período reprodutivo, é importante para impedir o acesso humano e de animais domésticos, evitando inclusive a introdução de espécies exóticas invasoras. É preciso ainda buscar acordo com a Marinha do Brasil, de modo que a manutenção dos faróis seja executada fora do período reprodutivo e, quando estritamente necessário, que isso ocorra segundo orientações ambientais. Outra medida importante é quantificar a predação de ovos e filhotes por gaivotões e, se necessário, estabelecer um programa de manejo, visando medidas de controle populacional em áreas onde atualmente há reprodução e naquelas com potencial para tal. São também necessários estudos para a localização de outras possíveis colônias ao longo da costa do Brasil, assim como a determinação da contribuição das diferentes colônias para as aves ocorrentes em território brasileiro.

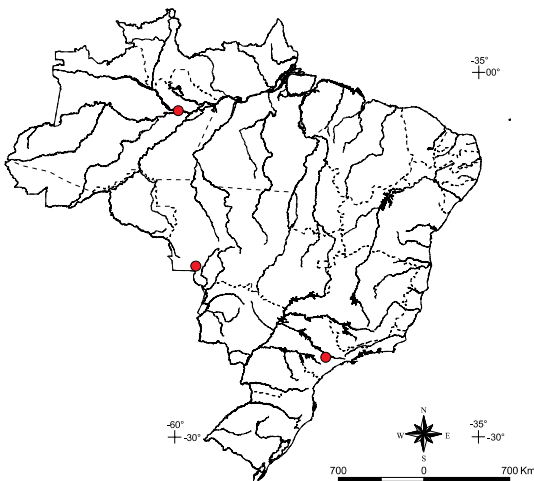
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Pablo Yorio e Flavio Quintana (Centro Nacional Patagónico, Argentina); Fausto Pires de Campos (Instituto Florestal de São Paulo); Danielle Paludo (EE dos Tupiniquins, IBAMA/SP), Patrícia de Jesus Faria (USP) e Steven Emslie (University of North Carolina at Wilmington, EUA).

REFERÊNCIAS

9, 21, 26, 98, 105, 106, 119, 137, 175, 181, 182, 186, 191, 261, 321, 341, 402, 403, 489, 523, 525, 554, 555, 558 e 561.

Autores: *Leonardo Vianna Mohr, Márcio Amorim Efe e Leandro Bugoni*



Numenius borealis (Forster, 1772)

NOME POPULAR: Maçarico-esquimó

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Charadriiformes

FAMÍLIA: Scolopacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Extinta

Estados Brasileiros: SP (PEx)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EX**

INFORMAÇÕES GERAIS

Numenius borealis é um típico representante da família dos escolopácídeos. Possui a plumagem sobriamente marrom-acinzentada, com manchas mais destacadas nas partes dorsais. De porte médio, atinge cerca de 35 cm de comprimento total, destacando-se o bico longo e curvo. É uma ave tipicamente campícola, que ocupa regiões gramíneas com predomínio de plantas herbáceas, mas também a zona costeira tidal e praias marinhas. Mais raramente habita brejos, banhados e terrenos lamacentos. É um frequentador constante de áreas abertas recém-queimadas, onde busca seu alimento e parece fortemente



dependente desse tipo de condição. Em sua dieta, constam com grande preferência os gafanhotos, bem como toda sorte de invertebrados, como besouros, grilos, vermes de solo, formigas, moluscos e crustáceos. Pinça-os diretamente do substrato, graças ao bico curvado, que pode ser facilmente enterrado na lama ou na areia. Eventualmente pode comer também material de origem vegetal, como frutos, em particular os carnosos. O maçarico-esquimó era extremamente comum em sua área de reprodução, que se situava na porção setentrional da América do Norte. Durante a reprodução, habitava quase que exclusivamente a tundra ártica, escolhendo o sítio de ninho em locais abertos, com grande visibilidade. Ali, entre os meses de maio e julho (primavera boreal), depositava de três a quatro ovos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Sua distribuição em período de reprodução era confinada a uma estreita faixa centrada no Canadá, bem como adjacências estadunidenses (Estados da região Noroeste e Alasca). Durante a migração, percorria o oceano Atlântico, cruzava o mar do Caribe e seguia, continente adentro, até a metade meridional da Argentina e Chile, onde invernava. Na América do Sul, distinguia-se como “vagante” (em alguns pontos isolados no Chile e ilhas Malvinas), “migrante de passagem” (Norte da Venezuela, Estados do Amazonas, Mato Grosso e São Paulo) e “residente não reprodutivo” (Sul do Paraguai, metade oriental da Argentina e Uruguai). Talvez fosse comum na América do Sul até as primeiras décadas do século XIX, uma vez que o naturalista Johann Natterer coletou 11 exemplares em três Estados do Brasil, que consistem nas únicas indicações de sua presença em solo brasileiro. Atualmente, no Brasil, encontra-se extinto em toda a sua área de distribuição.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida. Entretanto, a espécie foi capturada, no século XIX, no local coincidente com a FLOE de Ipanema (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

São duas as ameaças que se destacaram para a extinção desta espécie: a caça exagerada durante o período de migração e a conversão de seus habitats em zonas agrícolas e de pecuária extensiva. Somente 4% de seu habitat original, na área de reprodução, encontra-se mantido, uma vez que a maior parte foi alterada pela prática da agricultura, inclusive com a redução dos episódios de queimadas, dos quais a espécie dependia para a obtenção de alimento. Uma de suas fontes alimentares mais importantes, o gafanhoto-das-montanhas-rochosas (*Melanopus spretus*), e outros animais de relevância em sua dieta sofreram um declínio acentuado, em decorrência do uso de defensivos agrícolas, contribuindo para a redução populacional do maçarico-esquimó. No Brasil, todos os registros assinalados na literatura são escassos, de forma que há pouca participação, em território brasileiro, para o seu declínio.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Não há estratégia para a conservação desta espécie. O máximo a ser feito é a realização de buscas, em território brasileiro, para localizar eventuais indivíduos que possam ter se salvado, mas a expectativa, mesmo em áreas onde a espécie era extremamente abundante, é que esteja efetivamente extinta, uma vez que inexistem registros confiáveis desde 1987. Constatações recentes, porém inconsistentes, foram obtidas em 1990 (Cordoba, Argentina) e em 1996 (Manitoba, Canadá).

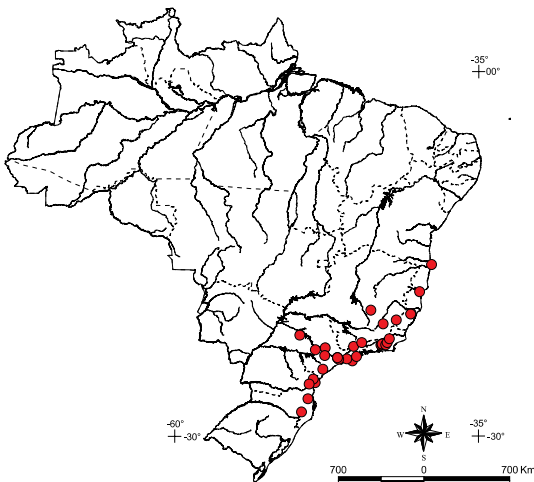
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Não se aplica, uma vez que a espécie é extinta.

REFERÊNCIAS

176, 185, 214, 216, 304 e 516.

Autor: *Fernando Costa Straube*



Claravis godefrida (Temminck, 1811)

NOME POPULAR: Pararu; Pararu-espelho

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Columbiformes

FAMÍLIA: Columbidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR); PR (CR); SP (CR); RJ (EN); ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Claravis godefrida é uma espécie de columbídeo de médio porte (cerca de 25 cm), inconfundível pela coloração cinzento-azulada dos machos, um pouco mais clara no ventre, e marrom apagado nas fêmeas. Nas asas, destacam-se duas faixas bem definidas de coloração castanho-cobreada nos machos e sépio-oliváceas nas fêmeas. Apesar das poucas informações conhecidas, parece tratar-se de uma espécie fortemente ligada a um ambiente particular na Mata Atlântica: os taquarais. É possível que dependa das sementes dessa planta como fonte de alimento importante, bem como acompanhe os episódios de frutificação das mesmas, deslocando-se irregularmente pelos locais onde essa frutificação ocorre. Habita também as florestas densas e úmidas, assim como as bordas e eventualmente alguns tipos de vegetação menos conservada, mas, invariavelmente, em locais montanhosos e de grande declividade. Segundo informações históricas, a espécie vive em pequenos grupos, à exceção do período reprodutivo, quando se isola em casais, buscando por arbustos densos, onde põe seus ovos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Sua distribuição é exclusivamente confinada à Mata Atlântica, com registros desde o sudeste da Bahia e do Espírito Santo, porção leste de Minas Gerais e Rio de Janeiro até São Paulo, Paraná e nordeste de Santa Catarina. Sua área de ocorrência estende-se para oeste, atingindo o leste do Paraguai e nordeste da Argentina e, portanto, o centro e norte do Paraná. A distribuição atual da espécie é quase desconhecida, uma vez que registros recentes são raríssimos e, freqüentemente, carecem de melhor base documental. Observadores inexperientes podem confundi-la com uma outra espécie parecida e mais comum, a pararu-azul (*Claravis pretiosa*), cuja distribuição se sobrepõe à de *C. godefrida*. Acredita-se que tenha desaparecido na maior parte de sua distribuição. Provavelmente, deve existir ainda em florestas bem conservadas nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA de Itatiaia (MG); PARNA da Serra dos Órgãos (RJ); PE da Serra do Mar e REBIO de Boracéia (SP); FLOE do Palmito (PR) e alguns pontos no interior da APA de Guaratuba e APA Guaraqueçaba (PR); REBIO Augusto Ruschi e REBIO Santa Teresa (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça está associada, sem dúvida, à alteração de seu ambiente preferencial, em especial de certos atributos peculiares, como a presença de taquarais. Embora prefira locais de orografia ondulada e montanhosa, portanto menos suscetíveis à exploração econômica, a espécie mostra importante relação



com esses ambientes particulares, geralmente confinados a pequenas manchas no interior da vegetação matricial. A alteração dos taquarais, ainda que em pequena escala e de maneira pontual, pode significar a redução considerável de recursos para a sua sobrevivência. Secundariamente, pode-se indicar também a alteração de frações ainda intactas da Mata Atlântica, cuja degradação foi um dos mais importantes mecanismos para o declínio global das populações de *C. godefrida*.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário um estudo detalhado sobre seus pontos de ocorrência recentes, assim como um cruzamento com datas, a fim de investigar se há relação com períodos sazonais ou mesmo com épocas de frutificação das taquaras. Pesquisas sobre sua história natural também seriam especialmente importantes. A manutenção, fiscalização e estabelecimento de fato das Unidades de Conservação onde a espécie ocorre, bem como a possibilidade de conexão entre elas, são ações igualmente factíveis visando a manutenção das populações ainda existentes, além do contacto e do fluxo gênico, já dificultados pela ação de fragmentação da Mata Atlântica. A espécie foi criada em cativeiro nas décadas de 1980 e 1990, quando se reproduziu sem muita dificuldade. Entretanto, os estoques não foram manejados de maneira adequada e não se conhecem mais indivíduos cativos.

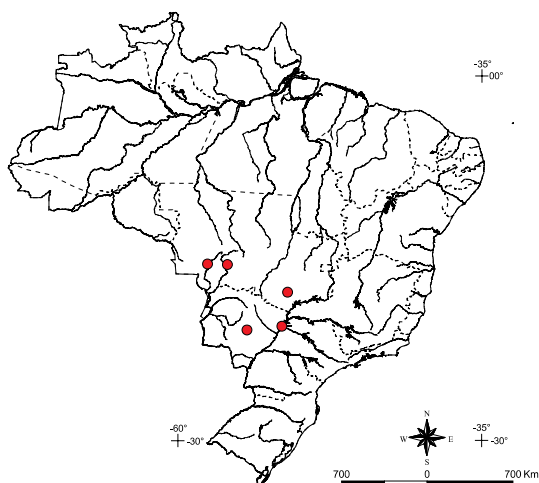
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente, não há pesquisas com a espécie.

REFERÊNCIAS

71, 308 e 405.

Autores: *Fernando Costa Straube, Alberto Urben-Filho e Eduardo Carrano*



Columbina cyanopsis (Pelzeln, 1870)

NOME POPULAR: Rolinha-do-planalto; Pombinha-olho-azul;
 Rolinha-brasileira
 SINONÍMIAS: *Oxytelia cyanopsis*
 FILO: Chordata
 CLASSE: Aves
 ORDEM: Columbiformes
 FAMÍLIA: Columbidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada
 Estados Brasileiros: SP (PEX)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR
 Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Columbina cyanopsis é uma espécie de rolinha de pequeno porte (15,5 cm), morfologicamente similar à rolinha comum (*Columbina talpacoti*), mas diferenciada pela presença de manchas azuis nas penas coberteiras superiores da asa, pela cabeça ferrugínea (no macho) e pela garganta esbranquiçada.

Endêmica do Cerrado, esta espécie é considerada de distribuição ampla, dado o tipo de fitofisionomia em que ocorre, os campos de cerrado, vegetação amplamente distribuída neste bioma. Apesar da distribuição teoricamente ampla, a espécie é conhecida de poucos exemplares depositados em museus e coletados em Goiás, São Paulo e Mato Grosso e de apenas dois registros na natureza, um no Mato Grosso e outro no Mato Grosso do Sul, ambos sem maiores evidências, como fotografias ou gravações. A raridade de *C. cyanopsis* na natureza pode indicar que o seu tamanho populacional é muito pequeno ou que está sendo confundida nos inventários biológicos com a rolinha comum (o que é mais improvável), mascarando o seu status populacional. Pouco se conhece da biologia geral da espécie. Sabe-se que são aves terrícolas, que andam solitárias ou em pares e que ocorrem em altitudes de 150 m, no mínimo, até provavelmente 500 m acima do nível do mar. Nada se conhece sobre alimentação, movimentos migratórios e reprodução. Os prováveis habitats utilizados pela rolinha-do-planalto dentro do bioma Cerrado são as fisionomias abertas, como campo cerrado e campo sujo/limpo, locais onde foi coletada.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Considerando os poucos exemplares coletados na natureza (oito indivíduos), em pontos muito distantes geograficamente, supõe-se que a distribuição pretérita da espécie fosse ampla no Cerrado. Cinco exemplares foram coletados em Cuiabá (MT), entre 1823 e 1825. Depois, a espécie só foi registrada em Goiás, na fazenda Transvaal, próxima a Rio Verde, em 1940 e 1941, mais de 100 anos após a primeira coleta. Atualmente, os últimos registros ocorreram na década de 1980, em Mato Grosso: uma vez em Cuiabá e outra nos limites da Estação Ecológica da Serra das Araras (EESA), quando foram observados em duas ocasiões, aos pares. Outro registro foi realizado na década de 1990, em Campo Grande (MS). Em todas essas ocasiões, não há evidências além do testemunho dos pesquisadores. A altitude da Unidade varia entre 400 e 1.000 m acima do nível do mar; entretanto, como o registro ocorreu nas bordas da Unidade, supõe-se uma altitude mais baixa, em torno de 400 m. Em 2000, a Conservação Internacional realizou a expedição AquaRAP, nas regiões do rio Sepotuba. A Estação Ecológica da Serra das Araras foi amostrada em seus limites, mas a espécie não foi observada.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE da Serra das Araras (MT).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As fisionomias de Cerrado onde a rolinha-do-planalto foi registrada, “campo cerrado”, “campo limpo” e “campo sujo”, estão entre as mais ameaçadas do bioma, em razão de sua fácil conversão em agropastagens. As regiões onde foram coletados espécimes de *C. cyanopsis* – Cuiabá, centro do Mato Grosso (altitude média 170 m); Rio Verde, sudoeste de Goiás (altitude média 700 m) e Itapura, noroeste de São Paulo (altitude média 300 m) – estão entre as áreas de Cerrado mais degradadas do bioma. Com o conhecimento atual, não é possível explicar a raridade natural da rolinha-do-planalto, uma vez que o habitat que a espécie utiliza era amplamente distribuído no Cerrado. Atualmente, as ameaças são a crescente transformação de áreas abertas de Cerrado em áreas destinadas a atividades humanas e a ausência de informação sobre a existência de qualquer população viável da espécie ao longo de sua distribuição.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a realização de expedições que busquem a espécie em áreas onde já foi coletada e em áreas que tenham potencial biológico para abrigar a pombinha-do-planalto. O Parque Nacional das Emas (GO), uma das áreas potenciais indicadas para a presença da espécie, já foi inventariado e nada foi encontrado. No entanto, áreas com Cerrado mais fechado e afloramentos são de difícil acesso dentro do Parque Nacional de Emas e devem ser investigadas mais minuciosamente em altitudes mais baixas. Como existe dúvida sobre a municipalidade da fazenda Transvaal, onde a espécie foi coletada no início do século passado, outros municípios devem ser incluídos como áreas potenciais, como Paranaiguara, Cachoeira Alta e Serranópolis. Como sugestão, apesar de existirem poucos registros, deve-se elaborar o mapa de distribuição potencial da espécie e realizar visitas *in loco*, para confirmar a presença da espécie e elaborar, a partir daí, estratégias mais direcionadas de conservação. Documentar corretamente os registros também é fundamental.



ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Não existem especialistas, porém existe um projeto aprovado no FNMA, sob execução da ONG Oréades Núcleo de Geoprocessamento, em fase de implantação, que tem como um dos objetivos buscar a espécie nas regiões próximas ao PARNA das Emas (GO).

REFERÊNCIAS

35, 64, 136, 234, 376, 457 e 464.

Autora: *Adriani Hass*

Momotus momota marcgraviana Pinto & Camargo, 1961

NOME POPULAR: Udu-de-coroa-azul-do-nordeste; Figudo (AL); Udu (PE)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Coraciiformes

FAMÍLIA: Momotidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Momotus momota marcgraviana é uma ave que habita o sub-bosque médio e alto das florestas, onde forrageia em busca de artrópodes e pequenos vertebrados, além de uma razoável quantidade de sementes e pequenos frutos, principalmente do murici (*Byrsonima sericea*). Eventualmente, segue formigas de correição. Pouco se conhece sobre as necessidades ecológicas e o comportamento deste táxon. Foi registrado em altitudes que variam de 4 m (Recife, PE) à máxima de 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE). O udu-de-coroa-azul é observado com maior frequência em florestas secundárias ou em regeneração do que em florestas mais maduras. É bastante territorialista, podendo-se observar o mesmo indivíduo, por dias seguidos, no mesmo lugar e na mesma hora.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Este táxon foi registrado para vários fragmentos em 26 localidades nos Estados que compõem o Centro de Endemismo de Pernambuco (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, REBIO Saltinho, EE do Tapacurá e RPPN Frei Caneca (PE); REBIO Guaribas (PB); EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição/alteração de habitats e desmatamento são as principais ameaças ao udu-de-coroa-azul. A caça e a apanha parecem não ser frequentes na região.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Programas de proteção e recuperação de habitats minimizariam pressões sobre as populações deste táxon.

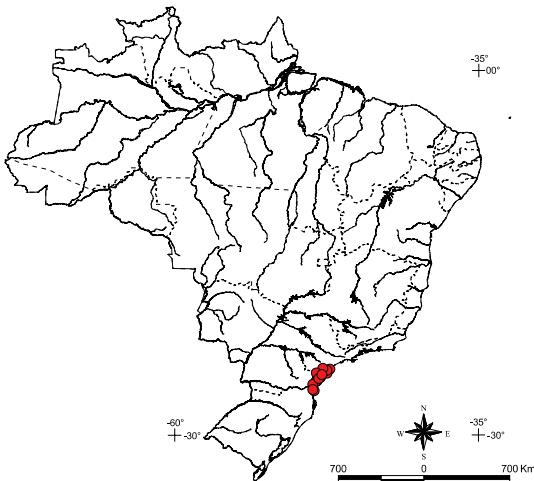
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

391, 421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Amazona brasiliensis (Linnaeus, 1758)

NOME POPULAR: Papagaio-da-cara-roxa; Papagaio-chauá; Chauá

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (CR); PR (EN)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C1**

INFORMAÇÕES GERAIS

Amazona brasiliensis é um papagaio que mede pouco mais de 35 cm, de coloração quase toda verde, tendo, porém, a fronte e o loro vermelhos, a garganta roxa e os lados da cabeça de cor azul intensa. As margens das asas são vermelhas e as coberteiras são marginadas de amarelo. A cauda, multicolorida, tem penas centrais verdes brilhantes, com as pontas amareladas; as penas laterais alternam bandas verde-azuis, vermelhas e amarelas. Trata-se de um psitacídeo de hábitos gregários, vivendo aos pares e em bandos. Divide as suas atividades diárias entre a zona continental, onde se alimenta, e as grandes ilhas das baías de Paranaguá e Guaraqueçaba, no Paraná, e no complexo estuarino-lagunar de Cananéia e Iguape, em São Paulo, que são os locais de repouso noturno, alimentação e reprodução. A espécie é muito ativa nas primeiras horas da manhã e ao entardecer, quando se desloca para as ilhas Comprida, Pinheiro, Rasa e do Mel, em rotas aéreas definidas, o que possibilita a realização de censos e, conseqüentemente, um monitoramento e avaliação de sua população. Habita a vertente leste da serra do Mar, utilizando os mais diversos ambientes, desde a planície litorânea (matas insulares, manguezais, restingas, mata densa, caxetais etc.) até, ocasionalmente, as altitudes próximas a 700 m nas encostas deste



conjunto montanhoso (Mata Atlântica de encosta). Como as demais espécies do gênero *Amazona*, os papagaios-de-cara-roxa nidificam em ocos naturais de árvores vivas e mortas e em palmeiras (*Syagrus romanzoffiana*), onde efetuam uma postura de três a quatro ovos brancos e elípticos, a partir de setembro até fevereiro. A sua alimentação é composta de frutos de mais de 60 espécies de vegetais encontrados na floresta ombrófila densa e em ambientes associados, mas podem também consumir folhas e flores. Alternam sua área de vida entre as ilhas litorâneas das baías e o continente, deslocando-se por vários quilômetros durante o dia, em grandes grupos, facilmente notáveis pela vocalização peculiar e inconfundível “cricri-crécruéu”.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ainda não completamente conhecida. A espécie é restrita a uma pequena área entre as encostas leste da serra do Mar sul brasileira até – e especialmente – a zona litorânea, inclusive no complexo insular das baías de Paranaguá e Guaratuba. Registros atribuídos ao interior de Santa Catarina e a alguns locais do Rio Grande do Sul têm sido descartados por falta de informações mais precisas, uma vez que podem se tratar de equívocos de identificação. Ocorre no litoral sul de São Paulo, em toda a costa do Paraná (até excepcionalmente 500 m de altitude) e litoral nordeste de Santa Catarina (arredores da baía de São Francisco do Sul).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Superagüi, PARNA Saint Hilaire-Lange, PE da Ilha do Mel, PE Boguaçu, EE de Guaraqueçaba, EE Ilha do Mel, EE Guaraguaçu, FLOE do Palmito e RPPN Salto Morato (PR); PE Ilha do Cardoso, PE Jacupiranga e EE Juréia-Itatins (SP). A espécie também pode ser encontrada em outros locais de menor altitude inseridos nas APAs de Guaraqueçaba e Guaratuba (PR), representando parcela importantíssima de sua área de ocorrência atual.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As populações de *A. brasiliensis* encontram-se severamente ameaçadas pela captura ilegal para o tráfico de animais silvestres, que aumentou principalmente do final da década de 1980 até o momento. Alterações ambientais para diferentes finalidades também influenciam o equilíbrio de suas populações, seja na forma de desmatamentos para pastagens e cultivos temporários ou pelo crescimento de balneários e cidades litorâneas. Trata-se de uma espécie com distribuição bastante restrita e até mesmo pequenas alterações devem ser consideradas como ameaças à sua sobrevivência, como a retirada seletiva de madeira, drenagens e outras. O uso de grandes árvores (mesmo mortas e apodrecidas) para a construção de embarcações contribui para o insucesso da reprodução. Viagens turísticas até os dormitórios localizados nas baías de Paranaguá e Guaraqueçaba podem facilitar a predação e afugentar os papagaios; muitas vezes, buzinas são usadas para espantar as aves e facilitar a visualização. O fato de ser espécie símbolo para avicultores e colecionadores de animais em cativeiro torna o papagaio-de-cara-roxa um alvo constante de caçadores para o comércio ilícito de animais silvestres.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

São instrumentos indispensáveis para a conservação desta espécie a proteção integral do seu habitat e a utilização responsável dos recursos naturais. São também importantes a criação de Unidades de Conservação nos âmbitos federal, estadual e municipal e, principalmente, fortalecer as ações de fiscalização e educação ambiental. A manutenção de pesquisas em campo deve ser considerada como estratégia fundamental, sendo prioritário o monitoramento das populações.

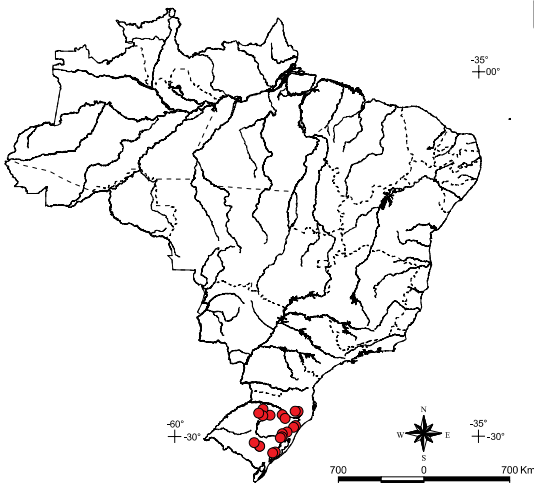
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Pedro Scherer-Neto (MHNCI) pesquisou a espécie desde o início da década de 1980, com apoio de H. Sick, W. Belton e numerosos colaboradores. Posteriormente, estudos foram conduzidos por Paulo Martuscelli (Pesquisador autônomo) e Mauro Galetti (UNESP – Rio Claro), em São Paulo, e pela SPVS, no Paraná.

REFERÊNCIAS

64, 68, 136, 287, 442 e 443.

Autores: *Pedro Scherer-Neto e Fernando Costa Straube*



Amazona pretrei (Temminck, 1830)

NOME POPULAR: Papagaio-charão; Charão; Papagaio-da-serra

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C1**

INFORMAÇÕES GERAIS

Amazona pretrei é um dos menores representantes do gênero *Amazona*, com cerca de 32 cm de comprimento total e 280 g de massa corporal. A plumagem geral é verde, destacando-se a máscara vermelha que nos adultos se estende até a região posterior dos olhos. O encontro das asas e a polaina na base dos tarsos também têm coloração vermelha. O azul é observado na extremidade das rêmiges, enquanto o amarelo aparece na extremidade das penas da cauda. O dimorfismo sexual fica evidente pelo fato de o macho apresentar maior extensão da coloração vermelha, tanto na cabeça quanto nas asas, além do porte ligeiramente mais avantajado, quando comparado com a fêmea. A espécie está intimamente associada às florestas com araucárias do nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina, durante o período de maturação das sementes do pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*), principalmente entre março e julho, quando os pinhões constituem o principal item alimentar dos papagaios. Nos demais meses do ano, contemplando seu período reprodutivo, o papagaio-charão distribui-se por uma ampla área, principalmente no nordeste, centro e sudeste do Rio Grande do Sul. Nesse período, ocupa uma paisagem caracterizada por pequenas formações florestais (capões de mato, florestas ciliares ou fragmentos florestais) em meio a áreas abertas, hoje bastante antropizadas, constituídas por campos ou lavouras. Até meados dos anos de 1980, os bandos de charão concentravam-se no nordeste do Rio Grande do Sul, nas imediações da Estação Ecológica de Aracuri (município de Muitos Capões), especialmente criada para proteger o local em que os papagaios se reuniam durante a fase de forrageamento das sementes de *Araucaria*. Já no início dos anos de 1990, os charões deixaram de realizar grandes concentrações populacionais em Aracuri. Uma nova área de reunião foi localizada em meio aos pinheirais do planalto catarinense, entre os municípios de Paineira, Lages e Urupema. A troca de área de alimentação se deve à diminuição da cobertura florestal com pinheirais na área de entorno de Aracuri, que não oferece mais o suporte alimentar necessário aos papagaios. Fora do período de produção das sementes de *Araucaria*, os charões utilizam em sua alimentação frutos, sementes, folhas e flores de dezenas de espécies de plantas nativas e algumas exóticas. Destacam-se os frutos de guabiroba (*Campomanesia xanthocarpa*), cereja (*Eugenia involucrata*) e sementes de camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*), que são utilizados no período em que os pais alimentam os filhotes. *Amazona pretrei* pode ser considerada uma espécie migratória, pois realiza deslocamentos anuais regulares, considerando-se as épocas do ano e o espaço



geográfico, entre as áreas de reprodução localizadas no Rio Grande do Sul e as áreas de forrageamento com sementes do pinheiro-brasileiro no planalto catarinense. Essa migração inicia-se em meados de janeiro, quando os filhotes já estão recrutados ao bando. O retorno acontece nos meses de junho a agosto, quando os bandos ocupam novamente as áreas de reprodução. Esta espécie pode ser encontrada a partir de 67 m de altitude, onde foi registrado para o município de Amaral Ferrador (Depressão Central), localizado no Rio Grande do Sul, até cerca de 1.600 m no planalto catarinense, nos municípios de Paineira, Urupema e Urubici. A altitude parece não ser uma barreira para a espécie, mas durante o outono e inverno encontram-se em regiões de maiores altitudes, onde os pinheirais são mais abundantes. A população do papagaio-charão vem sendo monitorada de maneira sistemática desde 1991, por pesquisadores do Projeto Charão, e os resultados indicam que a população mínima total da espécie é de aproximadamente 19.000 aves. A análise da evolução do tamanho populacional mostra uma tendência ao equilíbrio populacional, sendo que, nos últimos oito anos, os censos indicaram uma população total com um mínimo de 16.232 aves e um máximo de 19.517.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Amazona pretrei é conhecido dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Não existem registros, até o momento, que confirmem sua ocorrência nos Estados do Paraná e de São Paulo. O limite norte histórico admitido (São Paulo) para a distribuição geográfica de *A. pretrei* precisa de evidências concretas. Alguns poucos indivíduos, ocasionalmente, foram registrados na região de Misiones, na Argentina, e há uma única referência para o Paraguai. Nas últimas décadas, não há evidências da presença do papagaio-charão no Uruguai. Os recentes registros sobre a ocorrência e a distribuição do papagaio-charão pontuam os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Atualmente, a ocorrência da espécie em Unidades de Conservação é eventual, pois suas principais áreas de alimentação e reprodução estão em propriedades particulares. Esporadicamente, pode ser encontrada na EE de Aracuri, PM de Carazinho, FLONA de Passo Fundo, PE de Rondinha e PM da Sagrisa (RS). Apesar de rara, há evidências de sua ocorrência no PARNA dos Aparados da Serra e no PARNA Serra Geral, ambos em Cambará do Sul (RS). Em Santa Catarina, a área que será protegida pelo PARNA de São Joaquim incluirá pinheirais que os charões visitam durante o outono e inverno.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O principal fator de declínio das populações do papagaio-charão foi a grande destruição das florestas com araucárias pela atividade madeireira que, no Rio Grande do Sul, teve o seu ápice entre as décadas de 1910 e 1940. O segundo fator de ameaça é a captura de filhotes nos ninhos para usá-los como animais de estimação, fato ainda comum nas principais regiões de reprodução da espécie. A deterioração dos ambientes florestais por atividades de pastoreio e extração seletiva de madeira compromete a natural regeneração desses ecossistemas, empobrecendo gradativamente a sua estrutura vegetal, diminuindo a oferta de alimentos e de cavidades adequadas para a reprodução dos papagaios. Cabe destacar que, até o presente momento, não há Unidades de Conservação protegendo os pinheirais entre os municípios de Paineira e Urupema, em Santa Catarina, hoje a principal área de alimentação dos charões com sementes do pinheiro-brasileiro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As principais medidas conservacionistas para evitar o declínio populacional do papagaio-charão são a preservação das matas nativas remanescentes, onde a ave encontra condições de nidificação e alimentação, e o incentivo de programas de reposição florestal, em especial com as espécies nativas que propiciem ambientes de nidificação aos papagaios e que lhes forneçam algum item alimentar, com destaque para a araucária. É absolutamente prioritária e urgente a criação de Unidades de Conservação no planalto catarinense, entre os municípios de Paineira e Urupema, preservando os pinheirais que atualmente garantem o suporte alimentar para os bandos de charões. A continuação de campanhas que visem diminuir a pressão de captura de filhotes nos ninhos, orientando as pessoas a não comprá-los,

pode desestimular esse comércio ilegal em médio prazo. É necessário ainda ampliar o grau de proteção dos ambientes florestais remanescentes nas áreas de reprodução do papagaio-charão, para que possam, de maneira sustentável, garantir alimento e cavidades de árvores para a nidificação. Embora exista um programa de instalação de caixas-ninho em curso, é melhor que as próprias florestas possam oferecer cavidades adequadas para ninho.

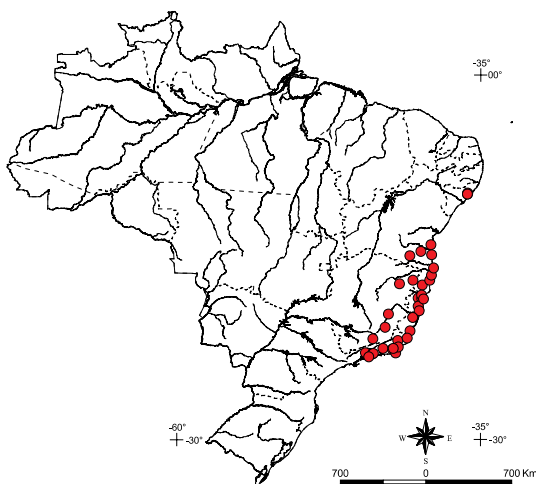
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

William Belton empenhou-se pessoalmente para a criação da EE de Aracuri (RS), onde observou os charões realizando grandes concentrações durante o outono, na década de 1970. Flávio Silva (COA) e colaboradores monitoraram a população de charões que se reunia em Aracuri durante a década de 1980. Nigel Varty e colaboradores realizaram estudos com a espécie no começo dos anos 1990. Em 1991, foi criado o Projeto Charão, um programa de pesquisas e educação ambiental voltado à preservação do papagaio-charão e de seu ambiente, envolvendo a AMA, a UPF, os autores do presente capítulo e outros colaboradores. Ao longo de 14 anos de trabalhos, o Projeto Charão tem realizado pesquisas sobre a biologia, ecologia e etologia do charão, reunindo um conhecimento básico sobre a espécie, que é utilizado na aplicação de estratégias conservacionistas. Entre essas atividades, destaca-se o trabalho com proprietários de terras para o manejo sustentável de seus ambientes florestais, a instalação de caixas-ninho para ampliar a oferta de locais de nidificação, a constante realização de atividades de educação ambiental em escolas na área de ocorrência do papagaio-charão. A população da espécie vem sendo monitorada há 14 anos mediante a realização de censos, enquanto seus deslocamentos e área de vida vêm sendo estudados com o auxílio da radiotelemetria. A variabilidade genética da espécie vem sendo acompanhada com apoio do LGEMA/USP, por Cristina Miyaki e Renato Caparroz.

REFERÊNCIAS

47, 54, 125, 136, 271, 281, 282, 283, 284, 395, 397, 398, 417, 459 e 518.

Autores: *Nêmora Pauletti Prestes e Jaime Martinez*



Amazona rhodocorytha (Salvadori, 1890)

NOME POPULAR: Papagaio-chauá; Chauá

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); SP (CR); MG (CR); ES (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Amazona rhodocorytha é uma espécie de papagaio de grande porte, medindo cerca de 40 cm de comprimento total. É quase totalmente verde, com exceção da fronte, que varia do vermelho-vivo ao



alaranjado, de uma larga nódoa amarela entre o bico e os olhos e da região facial, que é azul clara. Nas asas, há também uma parte de tom vermelho-intenso. Suas relações de parentesco ainda não são bem conhecidas, podendo ser aparentada a uma espécie que ocorre na região das Guianas, no norte da América do Sul. Possui ligação com os ambientes florestais e suas maiores populações são encontradas no Estado do Espírito Santo, em regiões com grandes remanescentes florestais, podendo também ocupar, embora em menor número, áreas alteradas e fragmentos de pequeno porte e em diferentes estágios sucessionais. Foram observados indivíduos alimentando-se em árvores esparsas em campo aberto, em pequenos pomares situados em residências (especialmente mangueiras), em grandes plantações de mamão e cacau. Há indicações de diversas espécies frutíferas utilizadas para alimentação (caju, cajá, abacate, carambola, acerola, jambo, jaca etc.) e até de plantações de café, durante a época de colheita. A espécie pode utilizar esses recursos como fonte alimentar complementar durante determinados períodos do ano, especialmente em regiões desflorestadas. É uma espécie que ocorre principalmente nas planícies litorâneas e, eventualmente, em zonas de altitudes mais elevadas. Estas últimas são fortemente associadas a regiões de clima quente das baixadas, bem como ao longo dos vales de grandes rios que drenam o complexo montanhoso da serra do Mar, que são os seus principais locais de alimentação e reprodução. Em altitudes maiores, com clima ameno e frio, ocorre esporadicamente, sendo avistada geralmente em voo alto durante a primavera e verão, possivelmente em deslocamento. Dessa forma, é possível supor que o papagaio-chauá realize deslocamentos sazonais, a exemplo de alguns congêneros de distribuição restrita; nesse caso, torna-se ainda mais suscetível, por causa dos deslocamentos de larga escala, em geral envolvendo locais de diferentes altitudes, desde as porções planálticas até o litoral, inclusive os manguezais. Para a reprodução, utiliza-se de cavidades (ocos) situadas no alto de troncos em árvores de grande porte, elemento ambiental que se tornou cada vez mais raro, em decorrência do extrativismo de espécies arbóreas de uso comercial. Eventualmente, pode utilizar árvores isoladas em ambientes abertos, indicando a carência, em certas regiões, de condições mínimas para a reprodução, forçando essas aves a fazê-lo em pontos altamente sujeitos a predação. Na copa dessas árvores, a espécie também se alimenta, buscando por frutos e sementes. Suas populações, antigamente compostas por numerosos indivíduos, têm sido reduzidas fortemente, diante do declínio populacional e da fragmentação dos habitats.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie é endêmica da faixa litorânea do Leste do Brasil, nos Estados de Alagoas e Bahia até o leste de Minas Gerais, Rio de Janeiro e litoral-norte de São Paulo. Em 2001, em pesquisa realizada em Alagoas, a espécie não foi registrada em nenhum dos 15 fragmentos pesquisados. Apenas recentemente F. Straube e A. Urban-Filho localizaram uma pequena população com pelo menos três indivíduos, nos arredores de São Miguel dos Campos (AL), em um pequeno fragmento florestal com cerca de 500 ha, já fortemente submetido à pressão exercida pelo extrativismo de espécies arbóreas. Atualmente, está restrita a poucas áreas nos Estados de Minas Gerais (leste), norte de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Alagoas, onde já está praticamente extinta. No sul da Bahia, ainda é encontrada fora de Unidades de Conservação, utilizando, de maneira errática, os pequenos fragmentos florestais ainda existentes.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA de Monte Pascoal (BA); PARNA Serra dos Órgãos, PE Desengano e RPPN Praia do Sol (RJ); PE do Rio Doce e PE Ibitipoca (MG); REBIO do Córrego Grande, REBIO Córrego do Veado, REBIO Sooretama, REBIO Augusto Ruschi, REBIO de Comboios, FLONA de Goytacazes e RPPN Cafundó (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A ameaça mais evidente a essa espécie é a modificação gradual e sensível da quase totalidade de ambientes disponíveis, em sua grande maioria localizados em zonas de grandes contingentes populacionais humanos. Essas áreas são submetidas aos mais variados usos, desde a utilização da terra com fins imobiliários e para atividades agropastoris, até o extrativismo de espécies arbóreas de interesse econômico, que causam alteração nos itens de que esta espécie necessita para alimentação e, principalmente, para a reprodução. A espécie também se encontra seriamente atingida pelo comércio ilegal, submetendo-se a forte pressão de exploração, com a retirada de filhotes e mesmo de adultos para o tráfico de espécies

silvestres. Tais ações são verificadas tanto no âmbito regional quando nas imediações de seu local de origem, e os indivíduos capturados são remetidos para outros Estados e até mesmo para outros países, visando o abastecimento de criatórios.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A busca por novas populações em áreas desprotegidas deve ser incentivada. A proteção efetiva das Unidades de Conservação do sul da Bahia também é uma estratégia fundamental para a manutenção das populações do chauá. Indivíduos isolados em pequenos fragmentos poderiam ser manejados para áreas protegidas, em programas de translocação. A criação de Unidades de Conservação em áreas onde a espécie ainda ocorre é importante não só para proteger o *A. rhodocorytha* mas também outras espécies endêmicas e ameaçadas da Mata Atlântica, que frequentemente ocorrem nas mesmas localidades.

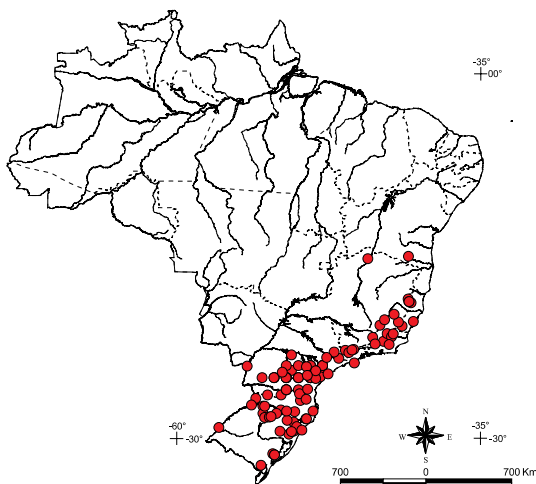
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente sob a coordenação de Louri Klemann Júnior, o Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza - Idéia Ambiental (Curitiba/PR) desenvolve projeto com a espécie no Estado do Espírito Santo, financiado pelo Programa Espécies Ameaçadas da Fundação Biodiversitas, em parceria com o CEPAN, pela Strunden-Papageien-Stiftung (SPS) e a Zoologische Gesellschaft für Arten- and Populationsschutz e. V. (ZGAP).

REFERÊNCIAS

136, 258, 457 e 474.

Autores: Louri Klemann-Júnior, Tiago Venâncio Monteiro e Fernando Costa Straube



Amazona vinacea (Kuhl, 1820)

NOME POPULAR: Papagaio-de-peito-roxo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); ES (CR); MG (EN); RS (EN); SP (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4cd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Amazona vinacea é um papagaio que mede aproximadamente 30 cm de comprimento total e cuja principal característica é a região do peito, com a plumagem de coloração violácea, contrastando com o verde que predomina no restante do corpo. Possui a fronte e a ponta das penas laterais da cauda avermelhadas. A maior parte da população, atualmente, habita as florestas frias, geralmente as matas de araucária, sendo que o grau de dependência desse tipo de vegetação ainda é incerto. Essas aves podem formar bandos grandes



em determinadas épocas do ano, sendo ainda relativamente abundantes em certos municípios do Paraná (General Carneiro, Pinhão e Tunas do Paraná) e Santa Catarina (Aberlardo Luz e São Domingos). Pousam geralmente em árvores emergentes que se destacam no dossel florestal, como araucárias (*Araucaria angustifolia*) e angico-branco (*Parapiptadenia rigida*). Formam dormitórios coletivos, aglomerando vários grupos em uma única árvore, onde podem ser contados centenas de indivíduos. Constatou-se que pernoitam em plantios de pinus, quando adjacentes a remanescentes florestais. Realizam deslocamentos sazonais, possivelmente em escalas regionais, em busca de pinheiros frutificados ou outras fontes alimentares. Em certas localidades, há o relato do rareamento da espécie em determinadas épocas do ano, possivelmente em decorrência desse aspecto. Alimentam-se de pinhões, frutos verdes de cedro (*Cedrela fissilis*), frutos de ibirais (*Achatocarpus*), sementes de *Pilocarpus*, pseudofrutos de pinheiros-bravos (*Podocarpus lambertii*), frutos de jerivá (*Syagrus romanzoffianum*), araçá (*Psidium longipetiolatum*), flores de corticeira (*Erythrina falcata*), papagaieira (*Laplacea fruticosa*) e bracatinga (*Mimosa scabrella*). Espécies botânicas alóctones ao Brasil, como o cinamomo *Melia azedarach*, também fazem parte de sua dieta. Indivíduos da espécie foram vistos em lavouras de milho, presumivelmente alimentando-se, e em pomares de laranjas, podendo ocasionalmente causar danos aos plantios comerciais. Nidificam a grandes alturas, em ocos e ramagens de árvores emergentes (*Araucaria angustifolia*, *Parapiptadenia rigida*, *Cedrela odorata*, *Nectranda* spp., *Ocotea* sp.), onde realizam a postura, que pode variar de dois a quatro ovos brancos medindo entre 35-38 e 27,5-29 mm, que são incubados por aproximadamente 25 dias. Os filhotes permanecem no ninho por cerca de 70 dias.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorria na Argentina, no Paraguai e no Brasil, da Bahia e Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. As populações na porção norte da sua distribuição geográfica encontram-se muito reduzidas ou mesmo extintas. O papagaio-de-peito-roxo foi coletado, no século XIX, no planalto da região de Vitória da Conquista (BA), onde não foi mais registrado. No Sul do Brasil, sua distribuição é coincidente com a da floresta ombrófila mista, salvo alguns casos de ocorrência marginal, como as matas semidecíduas (e.g. São Lourenço do Sul, RS) e, no vale do rio Ribeira (divisa entre os Estados do Paraná e São Paulo), com a floresta ombrófila densa. A retração de sua distribuição em todos Estados do Sul é notada em decorrência da supressão das matas de araucária, extinguindo-se em várias localidades com registros históricos de ocorrência. Em seu limite setentrional de distribuição, *A. vinacea* parece ter sido uma espécie menos abundante do que no sul. Na Bahia, os únicos registros recentes derivam de espécimes cativos que, segundo o criador, foram capturados de uma população local. No Espírito Santo, observou-se acentuado declínio populacional e as populações remanescentes podem ter se extinguido. Há registros recentes nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo (onde não é incomum na região de Campos do Jordão, por exemplo), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Ibitipoca, RPPN Feliciano Miguel Abdala (ex-Estação Biológica de Caratinga), PARNA do Caparaó, PARNA da Serra da Canastra, PE da Serra do Papagaio (MG); PE Campos do Jordão, PE de Jacupiranga, PE de Intervalos, PE do Alto Ribeira, PE da Serra do Mar - núcleo Jacupiranga (SP); PE Mata do São Francisco, EE do Rio dos Touro, PE de Campinhos, PE das Lauráceas, PE Rio Guarani (PR); REBIO Estadual do Sassafrás, PE das Araucárias, PE da Serra do Tabuleiro (SC); PE do Espigão Alto, PE de Rondinha, PE do Turvo, PARNA dos Aparados da Serra e FLONA de São Francisco de Paula (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição de seu hábitat preferencial, a floresta ombrófila mista, consiste em uma das principais e mais preocupantes ameaças à preservação desse papagaio. Segundo dados recentes, levantados pela Força-Tarefa das Araucárias (Ministério do Meio Ambiente), restam menos de 1% da cobertura original desse tipo vegetacional no Brasil. Adicionalmente, o corte seletivo de árvores de grande porte e a coleta de pinhões para a comercialização (bastante apreciado na culinária da região Sul do Brasil) limitam os sítios de nidificação, repouso e pernoite e de uma de suas principais fontes alimentares, influenciando, ainda, nos deslocamentos sazonais que a espécie pode fazer. Nos poucos locais em que populações mais

numerosas são registradas, é o papagaio mais comercializado e assiduamente visto como animal de estimação nas residências. A caça dessa ave para servir como alimento já foi constatada.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Para a conservação dessa espécie faz-se necessária a criação de Unidades de Conservação que salvaguardem os poucos remanescentes de floresta ombrófila mista no Sul e Sudeste do Brasil, bem como a ampliação daquelas já existentes. O diagnóstico dos impactos gerados à fauna em decorrência da coleta dos pinhões é uma atitude emergencial, para que sejam tomadas as devidas medidas legais de proteção desse recurso natural. Adicionalmente, o pouco conhecimento de aspectos da biologia dessa ave aponta para a importância de se descobrir novas populações remanescentes no seu limite setentrional de distribuição. Por fim, considerando que a espécie é bastante visada para a criação como animal de estimação e para tráfico de animais silvestres, a fiscalização mais efetiva coibindo a supressão vegetacional e o aprisionamento deste papagaio e o desenvolvimento de programas de educação ambiental são práticas recomendadas.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

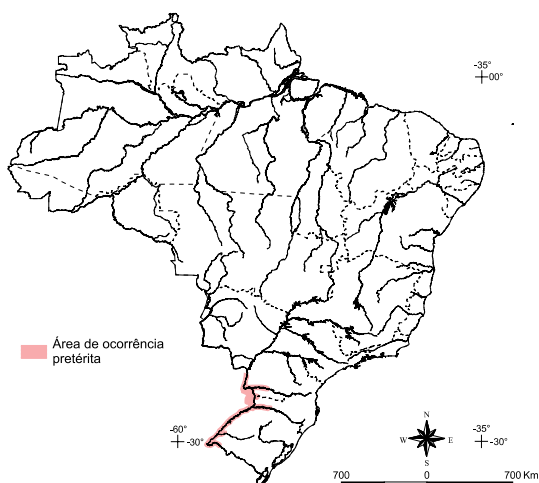
Ligia M. Abe (MHNCI) estuda uma população desta espécie na região leste do Paraná, cujos resultados visam a proposição de planos de educação ambiental e subsídios para planos de manejo de Unidades de Conservação nas adjacências da área de estudo. Kristina Cockle (Fundación de História Natural Felix de Azara, Argentina), por meio do “Proyecto Selva de Pino Parana”, dedica-se ao estudo da biologia e distribuição geográfica da espécie no Paraguai e Argentina e tem apresentado propostas para planos conservacionistas, enfocando especialmente a educação ambiental.

REFERÊNCIAS

1, 5, 193, 260, 295, 339, 367, 374 e 396.

Autores: Alberto Urben-Filho, Fernando Costa Straube e Eduardo Carrano





Anodorhynchus glaucus (Vieillot, 1816)

NOME POPULAR: Arara-azul-pequena

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Extinta

Estados Brasileiros: RS (RE)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EX**

INFORMAÇÕES GERAIS

Anodorhynchus glaucus era uma arara que media entre 68 e 72 cm de comprimento total. Morfologicamente semelhante à *Anodorhynchus leari*, possuía, porém, plumagem de coloração azul pálido e esverdeado, cabeça grande, de plumagem acinzentada, bico potente e cauda muito longa. A área nua na base da mandíbula possuía formato quase triangular e tom amarelo-pálido. O anel perioftálmico era amarelo, mais pálido do que a região em torno da mandíbula, e o tarsometatarso era cinza escuro. Era comum ao longo do rio Paraná, no início do século XIX, porém existem poucos dados sobre a espécie e não há notícias de exemplares vivos desde 1912, quando morreu a última ave conhecida, no Zoológico de Londres. Há indícios de que a espécie habitava savanas arborizadas entremeadas com matas e palmares, como as palmeiras de butiá-jataí (*Butia yatay*), especialmente ao longo de rios com barrancos escarpados. Em relação à reprodução, há relatos de que escavava seus ninhos em barrancos íngremes dos rios Paraná e Uruguai ou utilizava ocos de árvores ou paredões rochosos, onde colocava apenas dois ovos. O coco do butiá-jataí era supostamente o principal alimento da arara-azul-pequena, mas há indícios de que os cocos do butiazeiro (*Butia capitata*) podem ter sido utilizados pela espécie em locais onde o butiá-jataí era ausente. A espécie, que provavelmente nunca foi numerosa, teria se tornado rara a partir da segunda metade do século XIX. Registros indicam que o principal período de declínio da espécie ocorreu após 1830. Não se sabe ao certo a causa de seu desaparecimento. Entre as explicações propostas, estão epidemias e esgotamento genético, embora haja consenso de que o principal fator de declínio tenha sido a perda de hábitat decorrente da descaracterização dos barrancos dos rios e da remoção dos palmares dos quais a espécie dependia, em virtude de atividades de agricultura e criação de gado. Isto teria ocorrido tanto pela retirada direta das palmeiras como pela ausência de sua regeneração por causa do sobrepastoreio. Um dos fatores também apontados como causadores do declínio populacional da espécie foi a Guerra do Paraguai (1865-1870), que teria afetado a qualidade do hábitat, considerando os impactos de manobras navais e movimentação de tropas sobre as barrancas dos rios utilizados pela espécie para reprodução. Evidências do século XVIII indicam que esta arara foi alvo de caça e captura para comércio. Não são conhecidos exemplares de museus obtidos na natureza depois de 1860. Existem atualmente dois exemplares no Museu de Nova York, dois no Museu Britânico e um no Museu de Paris. Há especulações de que a espécie ainda possa sobreviver na natureza, mas, se isso ocorrer, os números devem ser extremamente baixos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorria originalmente em uma região restrita nas fronteiras entre Paraguai, Brasil, Uruguai e Argentina. Informações referentes à sua ocorrência indicam as regiões de bacias de grandes rios no centro-sul da América do Sul, incluindo os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. No Brasil, há indicações de ocorrência em todos os Estados da região, embora pouquíssimos desses registros possuam evidência material conclusiva. Além disso, de forma geral, também são consideradas áreas ao sul e sudeste do Paraguai,

nordeste da Argentina (província de Corrientes) e norte do Uruguai. Atualmente, não são conhecidas evidências da presença desta espécie na natureza.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Existem duas Unidades de Proteção Integral no Brasil que teriam potencial para abrigar a espécie, por possuírem ambiente semelhante àqueles descritos como preferenciais para a espécie, em especial os cânions: PARNA do Iguaçu (PR) e PE do Turvo (RS). Entretanto, em razão da intensa modificação das áreas adjacentes a essas Unidades, as chances de registro para a espécie nessas áreas são remotas.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A espécie sofreu rápido declínio nas áreas onde ocorria. Considerando as baixas densidades populacionais e o grau de especialização de sua dieta e tipo de habitat, especula-se que a ocupação humana teria causado a destruição de seu ambiente, tendo como consequência o seu desaparecimento. Alguns autores afirmam ainda que sua extinção poderia estar associada a uma depleção genética ou a uma epidemia. A captura para coleções em cativeiro também pode ter acelerado o desaparecimento da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Apesar de ser considerada extinta, não há registros de buscas em campo efetivamente detalhadas para localizar a espécie. Assim, a estratégia mais importante a ser implementada no momento seria a realização de expedições sistematizadas que pudessem varrer toda a área de ocorrência histórica da arara-azul-pequena. O uso de ferramentas para modelagem de distribuição poderia ser utilizado para identificar regiões de potencial ocorrência da espécie, visando direcionar os esforços de amostragem em campo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

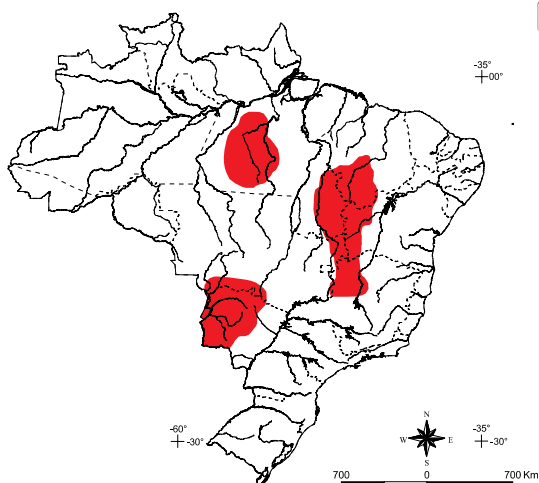
Não se aplica, pois a espécie é extinta.

REFERÊNCIAS

124, 136, 200, 252, 457, 550 e 552.

Autores: *Carlos A. Bianchi e Yara Barros*





Anodorhynchus hyacinthinus (Latham, 1790)

NOME POPULAR: Arara-azul; Arara-azul-grande; Arara-preta; Araraúna

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR); PA (VU)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2cd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Anodorhynchus hyacinthinus é considerada a maior espécie de arara, podendo medir até 1 m de comprimento total. Possui um bico extremamente forte e poderoso, plumagem azul, anel perioftálmico e região em volta da mandíbula amarelos. Tem hábitos conspícuos, sendo facilmente reconhecida. Habita diversos tipos de ambientes, desde áreas florestais amazônicas até áreas mais abertas, como os cerrados do Brasil Central. Levantamentos populacionais efetuados em diferentes épocas, nas áreas de distribuição da espécie, somam uma população de aproximadamente 6.500 indivíduos, assim distribuídos: cerca de 4.200 aves na porção centro-sul do Pantanal (Mato Grosso do Sul) e 800 na porção mais ao norte (Mato Grosso), também no Pantanal; cerca de 1.000 aves no Brasil Central, na região conhecida como “Gerais” (confluência dos Estados de Tocantins, Piauí, Maranhão e Bahia), e aproximadamente 500 indivíduos na região amazônica, ao sul do rio Amazonas. Existem também relatos de cerca de 200 aves vivendo nas regiões abertas da Bolívia e não se sabe quantos indivíduos restam no Paraguai. Estas araras se reproduzem em cavidades de árvores, palmeiras ou paredões rochosos, dependendo da região onde são encontradas; embora não iniciem uma cavidade, podem escavar uma já existente, moldando-a de acordo com suas necessidades. Estudos populacionais no Pantanal revelam que as araras-azuis têm baixas taxas reprodutivas, com postura média de dois ovos e comumente apenas um filhote sobrevivente. Os filhotes permanecem nos ninhos por cerca de 107 dias e, mesmo depois que o abandonam, continuam dependentes dos pais por um período que pode variar de 12 a 18 meses. A baixa disponibilidade de cavidades parece ser um fator limitante para reprodução da espécie. Sua alimentação é bastante especializada. As araras-azuis-grandes se alimentam basicamente de duas a três espécies de cocos em cada localidade de ocorrência, destacando-se a bocaiúva, o acuri, a piaçava e o catolé. Podem alimentar-se de outras plantas e também utilizar barreiros, mas tais itens não chegam a compor mais do que 10% de sua dieta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie, provavelmente, apresentava distribuição ampla e contínua, na forma de um semicírculo, abrangendo as regiões amazônica (provavelmente apenas ao sul do rio Amazonas), de cerrados e de pantanal. Desta forma, ocorria desde o leste do Amazonas, estendendo-se ao Pará e Amapá e até os Estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e oeste da Bahia, seguindo na direção sul até Goiás, norte e noroeste de Minas Gerais e depois para oeste, até Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Há registros também para a Bolívia e o Paraguai. A distribuição atual da espécie é disjunta, existindo três populações principais. A menor delas está na região amazônica, a partir do norte do Pará, em direção ao rio Madeira (Estado do Amazonas), seguindo até ao sul da Serra do Cachimbo (PA). A partir daí, distribui-se em direção ao leste, na região do rio Araguaia, ilha do Bananal e região de Parauapebas (PA); porém, informações mais precisas sobre estas populações e suas áreas de ocorrência são escassas. A segunda população ocorre no

Pantanal, desde o sul do Mato Grosso do Sul, estendendo-se ao oeste até o Paraguai e a Bolívia. Indivíduos desta população também se distribuem para o norte, alcançando o Mato Grosso, próximo à região de Barão de Melgaço. Finalmente, a leste, distribui-se até a região do Alto Taquari (MS), possivelmente alcançando também Crixás e Uruaçu, em Goiás. A terceira população, que ocorre nos “Gerais”, estende-se desde as proximidades de Carolina e Araguaína, no Maranhão, seguindo a leste até o centro-sul do Piauí e daí para o sul, passando pelo chapadão ocidental da Bahia até próximo de São Domingos (GO). Segue para o noroeste, pelas encostas da serra Geral de Goiás, passando pelo Jalapão e alcançando a região da terra indígena dos Craôs, no Tocantins.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Dada a sua ampla distribuição, a espécie está presente em diversas Unidades de Conservação, de diferentes categorias. Na região amazônica, onde sua distribuição é mais ampla, não existem registros sistematizados em Unidades de Conservação, mas sua ocorrência é bastante provável em várias delas. No Pantanal, foi registrada nas reservas do SESC (MS), na RPPN Fazenda Rio Negro (MS) e no PARNA do Pantanal Mato-grossense (MT/MS). Na região dos Gerais, as Unidades de Conservação de Proteção Integral são a EE do Jalapão e PE do Jalapão (TO); e PARNA das Nascentes do Parnaíba e EE Uruçuí-Una (PI).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais ameaças à espécie são a destruição de ambientes, o tráfico e a caça, que variam de intensidade em cada uma das regiões de ocorrência. No Pantanal, a arara-azul sofre com a descaracterização do ambiente decorrente de desmatamento e queimadas para a criação de áreas destinadas à pecuária. No Estado do Tocantins, a principal ameaça refere-se à instalação de hidrelétricas nos rios da região, sobretudo no rio Tocantins. Na região Norte, existe ainda demanda pela coleta de penas para a confecção de artesanato indígena, enquanto em áreas como a serra do Cachimbo, seguindo para o norte, o desmatamento tem sido o fator mais importante. Nos Gerais, o assombroso desmatamento dos cerrados para a produção de soja está determinando o desaparecimento da espécie. Além disso, o intenso tráfico de aves vivas ainda existente nos Estados do Tocantins, Bahia e Piauí (tendo a cidade de Corrente como porta de saída) contribui para a redução das populações na região.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

O Comitê para a Conservação da Arara-azul, criado pelo IBAMA em 1996, vem discutindo diversas estratégias, baseando-se sobretudo na população do Pantanal, que vem sendo estudada há muitos anos. Recentemente, um estudo sobre a distribuição e status populacional foi realizado na região dos Gerais. Como recomendação do Comitê, o IBAMA está finalizando a elaboração de um plano de ação nacional para a espécie, a ser publicado em breve. Entretanto, algumas ações ainda são necessárias, destacando-se o levantamento do status da população sobretudo na região amazônica, implantação de projetos de pesquisa com envolvimento das comunidades locais, desenvolvimento e aplicação de técnicas de manejo de ovos, ninhos e filhotes, caso seja uma necessidade identificada, e a criação de Unidades de Conservação nas áreas de ocorrência.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

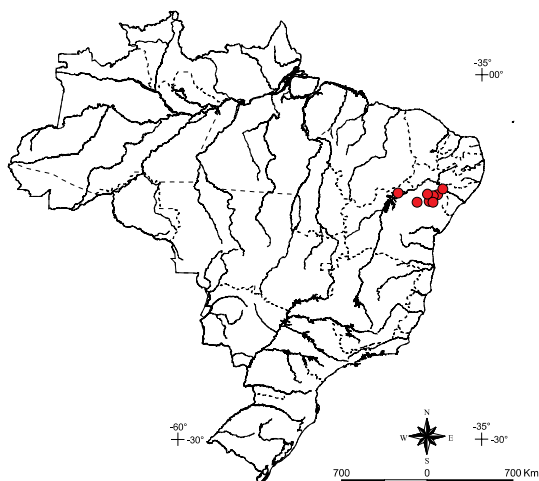
Neiva Guedes (UNIDERP); Paulo de Tarso Zuquim Antas (SESC Pantanal); Pedro Scherer Neto (MHNCI); Sandro Parreira (Naturae); Carlos A. Bianchi (Oregon State University, EUA); Yara Barros e Carlos Yamashita (IBAMA).

REFERÊNCIAS

62, 215, 227, 228, 229, 254 e 305.

Autores: *Neiva M. R. Guedes, Carlos A. Bianchi e Yara Barros*





Anodorhynchus leari Bonaparte, 1856

NOME POPULAR: Arara-azul-de-lear

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Anodorhynchus leari é uma arara de porte médio, cujos indivíduos medem entre 70 e 75 cm. Possui um possante bico negro e a plumagem da cabeça e do pescoço é azul-esverdeada. O ventre é azul-pálido e o dorso, as asas e a cauda são azul-cobalto, sendo o anel perioftálmico em tom amarelo-claro. Também apresenta uma área nua, de formato triangular, na base da mandíbula, de coloração amarelo-enxofre, ainda mais clara do que a observada no anel perioftálmico. Esta espécie foi descrita apenas em 1856. Desde então, poucas informações estavam disponíveis e a sua área de ocorrência permaneceu desconhecida por mais de um século. A espécie foi descoberta na natureza apenas em 1978, no nordeste do Estado da Bahia, ao sul do Raso da Catarina, sendo endêmica da região. Em 1979, sua população era estimada em cerca de 60 indivíduos. Censos posteriores revelaram um número maior e estimativas atuais indicam que a população é de aproximadamente 500 indivíduos, o que pode refletir tanto aumento populacional quanto melhoria no conhecimento e aprimoramento da metodologia de censo das aves. O principal item alimentar da arara-azul-de-lear é o coco da palmeira licuri (*Syagrus coronata*). Estima-se que o consumo diário de uma arara adulta seja de 350 cocos (21 g de endosperma). Enquanto um grupo de araras se alimenta, pelo menos um indivíduo permanece pousado em galhos altos de árvores grandes, revezando-se com outras araras nesta função de vigia. São apontadas como fontes de alimentação esporádicas: pinhão (*Jatropha pohliana*), umbu (*Spondias tuberosa*), mucunã (*Dioclea* sp.) e milho (*Zea mays*), ainda verde. A espécie pernoita e nidifica em cavidades existentes nos paredões de arenito e sai da área de repouso ao amanhecer, partindo para as áreas de alimentação. No final da tarde, os bandos retornam aos seus abrigos, chegando logo após o pôr-do-sol ou ainda mais tarde. O deslocamento sazonal é pouco conhecido, mas acredita-se que esteja relacionado à disponibilidade alimentar. Existem dois sítios de nidificação e pernoite conhecidos: um na Toca Velha (Estação Biológica de Canudos), município de Canudos (BA), e outro na serra Branca, município de Jeremoabo (BA). Vários casais podem nidificar em um mesmo paredão, desde que este contenha diversas cavidades. O período reprodutivo está associado à época de chuvas, tendo início no mês de setembro e prolongando-se até abril. Esta época coincide com a maior produtividade do licuri, que vai de fevereiro a abril. O período observado entre a eclosão do ovo e o início da saída do filhote do ninho é de 87 dias. Foram observados de um a três filhotes deixando os ninhos, sendo que macho e fêmea se revezam no cuidado parental.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Além da distribuição atual, há indícios de que a espécie ocorreria, no passado, até o município de Curaçá, na região da serra da Borracha (BA). Atualmente, a espécie ocorre do nordeste da Bahia ao sul do Raso da Catarina, ocorrendo nos municípios de Canudos, Euclides da Cunha, Paulo Afonso, Uauá, Jeremoabo, Sento Sé e Campo Formoso.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE do Raso da Catarina e Estação Biológica de Canudos (BA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça à espécie é a captura para o comércio ilegal, que tem sido muito freqüente, principalmente pela ausência de ações de fiscalização regulares. Além disso, a perda de hábitat e, sobretudo, a redução do licuri, principal item alimentar da espécie, têm um impacto importante sobre as populações desta arara. Há pouca regeneração da palmeira do licuri, principalmente por causa das queimadas e derrubadas para plantio de roças e sobrepastoreio. Os licuris não estão se renovando em área onde há presença de gado e, aparentemente, a produção de cocos é escassa em certas épocas, sendo que muitas das palmeiras adultas das áreas de alimentação da arara-azul-de-lear apresentam sinais de senescência. Outro fator é a utilização pelo homem das folhas e frutos do licuri. Os fazendeiros da região usam os frutos ainda verdes, no inverno, como suplemento alimentar para o gado, além de folhas novas desta palmeira, podendo limitar o suprimento alimentar para as araras. A diminuição na quantidade de licuri disponível faz com que as araras busquem alimento em plantações de milho, onde acabam sendo alvejadas pelos produtores.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Em 1993, o IBAMA criou um grupo de trabalho para a espécie, que se transformou, em 1999, no Comitê para Recuperação e Manejo da Arara-Azul-de-lear, visando o estabelecimento de estratégias de conservação da espécie. O plano de ação para a espécie está sendo finalizado e contempla as seguintes ações: fortalecimento da legislação vigente de proteção da fauna, em especial aquela referente à proteção da espécie e seu hábitat; incentivo a práticas agrícolas eficazes e de baixo impacto ambiental; ampliação da extensão de áreas protegidas dentro da área de ocorrência da espécie; fiscalização efetiva; pesquisa biológica, incluindo manejo de ninhos; busca por novas populações; recuperação e manejo de hábitat; monitoramento do status populacional; mapeamento, monitoramento e manejo das áreas de alimentação. Além disso, estão sendo desenvolvidas ações como o estabelecimento de novos centros de reprodução, realização de trabalhos de envolvimento da comunidade, educação ambiental e melhoria da qualidade de vida da população local. O programa de reprodução em cativeiro conta atualmente com 39 indivíduos dispersos pelo Brasil, Qatar e Inglaterra. A estratégia do programa é manejar as aves cativas como uma única população, visando o seu aumento de maneira genética e demograficamente viável, possibilitando futuras reintroduções, se necessário, e também experiências de manejo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Trabalharam com a espécie em campo Dante Martins Teixeira (MNRJ); Luís Pedreira Gonzaga (UFRJ); Ricardo Bomfim Machado (CI); Yara Barros e Carlos Yamashita (IBAMA); João Cláudio Araújo, Luís Francisco Sanfilippo, Angélica Midori e Marcos Aurélio Da-Ré (Pesquisadores autônomos); Pedro Scherer Neto (MHNCI); João Luiz Xavier do Nascimento, Ana Cristina de Menezes, Antônio Carlos Rego, Joaquim Rocha dos Santos e Débora Gomes (CEMAVE/IBAMA). Atualmente, o Projeto Arara-Azul-de-Lear, coordenado pelo CEMAVE/IBAMA, com participação do PROAVES e da Fundação Biodiversitas, conta com uma equipe em campo em tempo integral, que desenvolve estudos sobre a biologia, tamanho e dinâmica populacional, comportamento reprodutivo, manejo e recuperação de hábitat e envolvimento das comunidades locais com a questão da conservação da espécie. As atividades de cativeiro são coordenadas pelo IBAMA e envolvem os zoológicos de São Paulo e Rio de Janeiro, além da Fundação Lymington, Crax-Sociedade de Pesquisa da Vida Silvestre e Al Wabra Wildlife Preservation, no Qatar. Estudos veterinários com a população em cativeiro são conduzidos pelo Dr. Lorenzo Crosta (Loro Parque Foundation, Espanha). A Fundação Biodiversitas mantém um programa permanente para proteção da espécie na Estação Biológica de Canudos (BA).

REFERÊNCIAS

99 e 136.

Autores: *Yara Barros e Carlos A. Bianchi*





Cyanopsitta spixii (Wagler, 1832)

NOME POPULAR: Ararinha-azul

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Extinta

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EW**

INFORMAÇÕES GERAIS

Cyanopsitta spixii é um dos psitacídeos neotropicais mais ameaçados de extinção. Está Extinto na Natureza e existem atualmente cerca de 60 indivíduos em cativeiro. Esta ave é endêmica da Caatinga baiana, de uma área estreita no vale do rio São Francisco. Os representantes da espécie medem aproximadamente 57 cm e possuem a plumagem azul, mais escura nas costas, asas e lado superior da cauda. Têm cabeça azul-acinzentada e mais pálida que o corpo, sendo o lado inferior da cauda cinza-escuro. A área nua na face e o anel perioftálmico são pretos, o bico é preto-acinzentado, a íris é amarela, as pernas têm coloração cinza escuro e as asas são muito longas e estreitas. Não apresentam dimorfismo sexual de plumagem. Espécie rara, após sua descoberta por Spix, em 1818, foi muito pouco registrada novamente. Estima-se que sua população seria composta, no início do século passado, por aproximadamente 30 pares. Em 1986, a espécie foi redescoberta na natureza, com a localização dos três últimos exemplares selvagens em Curaçá, nordeste da Bahia. Em 1990, foi encontrado um último exemplar remanescente neste local, que desapareceu em outubro de 2000. A espécie está associada às áreas de vegetação mais alta, como as que ocorrem em margens e várzeas dos riachos estacionais existentes na Caatinga. Nesses locais, são encontradas muitas caraibeiras (*Tabebuia caraiba*), que são utilizadas para repouso, nidificação e obtenção de alimento, parecendo haver fidelidade a esse tipo de habitat. Dados históricos e observações do último exemplar selvagem indicam que a espécie pernoita em facheiros (cactácea, *Pilosocereus* sp.), provavelmente para proteção. Foi registrada a utilização de dez espécies vegetais como alimento pelo exemplar selvagem remanescente, que em 81% dos registros de alimentação utilizou as euforbiáceas pinhão (*Jatropha molissima*) e favela (*Cnidoscolus phylacanthus*), espécies que não estão distribuídas uniformemente no ambiente, ocorrendo em “manchas”. A alimentação constitui-se basicamente de sementes (90,1%). O período reprodutivo está diretamente relacionado ao regime das chuvas, estendendo-se geralmente de outubro a março. Os ninhos são estabelecidos em ocos abandonados de pica-paus (*Campephilus melanoleucos*) ou ocos naturais formados onde galhos foram quebrados. A principal árvore utilizada para nidificação é a caraibeira (*T. caraiba*). A espécie se reproduz bem em cativeiro e a população cativa aumentou de 17 indivíduos (1990) para 59 indivíduos (2005).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A ocorrência histórica confirmada é o riacho Barra Grande-Melancia, no município de Curaçá, nordeste da Bahia, onde as três últimas aves foram observadas. No entanto, três localidades adicionais são reconhecidas como parte da área de distribuição histórica, tendo em vista fortes evidências de ocorrência recente: riacho da Vargem, nos municípios de Abaré e Chorrochó (Bahia); riacho Macururé, no município de Macururé, e riacho da Brígida, nos municípios de Orocó e Parnamirim, sendo este o único sítio de ocorrência histórica conhecido ao norte do rio São Francisco, em Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais ameaças à espécie (no passado e no futuro, em caso de reintrodução) são a perda de hábitat, especificamente a mata de galeria que margeia os riachos estacionais na Caatinga. Essa perda foi ocasionada pela colonização e exploração da região ao longo do rio São Francisco durante séculos, ocorrendo retirada de madeira, fogo e sobrepastoreio (caprinos). Atividades que podem ter impacto futuro sobre a qualidade do hábitat da espécie são: projetos de irrigação para fruticultura, construção de barragens e hidrelétricas, linhas de transmissão de energia, atividades de mineração e avanço no processo de desertificação. Nos últimos 50 anos, o fator mais relevante para a extinção da espécie na natureza foi a captura para o comércio ilegal, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980. Além disso, o número reduzido de aves conhecidas restantes em cativeiro (12 aves pertencentes ao governo brasileiro, 42 aves mantidas pela Al Wabra Wildlife Preservation, no Qatar e três aves mantidas pelo Sr. Martin Guth, na Alemanha, uma das quais foi incorporada ao Programa de Reprodução em Cativeiro) pode gerar problemas genéticos (depressão endogâmica) e demográficos para a recuperação da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Em 1990, objetivando estabelecer um programa de recuperação para a espécie, o governo brasileiro criou o Comitê Permanente para Recuperação da Ararinha-Azul, que foi dissolvido em 2002. Em 2005, foi criado o Grupo de Trabalho para a Recuperação da Ararinha-Azul, que está finalizando o plano de ação para a espécie, cujas principais estratégias de recuperação são os estudos da biologia de espécies com características ecológicas semelhantes às da ararinha-azul, identificação de sítios de reintrodução adequados, criação de Unidades de Conservação nas áreas de reintrodução, recuperação e estudos de hábitat, busca de populações selvagens remanescentes, aumento da população em cativeiro, reintrodução, conscientização pública, envolvimento das comunidades locais e fiscalização. Atualmente o Programa de Reprodução em Cativeiro da espécie, coordenado pelo IBAMA, envolve o Zoológico de São Paulo, a Fundação Lymington, em São Paulo, o Sr. Martin Guth, na Alemanha e a Fundação Loro Parque, em Tenerife, na Espanha, que foi a principal financiadora do Projeto Ararinha-Azul. No momento, o IBAMA também conta com a cooperação científica do Al Wabra Wildlife Preservation, e busca a futura inclusão no programa das aves mantidas por esta instituição. A estratégia do Programa de Reprodução em Cativeiro é manejar as aves cativas como uma única população, visando o aumento desta população de forma genética e demograficamente viável, possibilitando futuras reintroduções.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

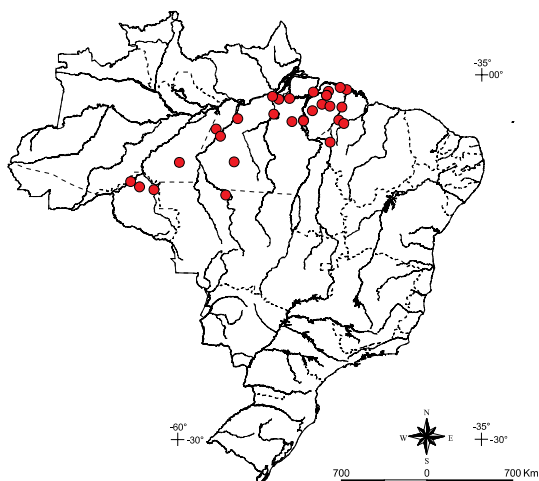
Yara Barros (IBAMA) e Marcos Da Ré (Pesquisador autônomo) trabalharam com a espécie em campo no Projeto Ararinha-Azul. Carlos A. Bianchi (Oregon State University, EUA); Carlos Yamashita (IBAMA); Pedro Scherer Neto (MHNCD); Tony Junniper e Paul Roth (Pesquisadores autônomos) também realizaram trabalhos de campo.

REFERÊNCIAS

34, 41, 136, 158, 204, 250, 251 e 253.

Autores: Yara Barros e Carlos A. Bianchi





Guarouba guarouba (Gmelin, 1788)

NOME ATUAL: *Guarouba guarouba*

NOME POPULAR: Ararajuba; guaruba

SINONÍMIAS: *Aratinga guarouba*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (VU)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2cd**

INFORMAÇÕES GERAIS

Guarouba guarouba é um psitacídeo de médio porte (34-36 cm de comprimento total) que habita principalmente as florestas de terra firme nos Estados do Maranhão e Pará, com registros recentes para o Mato Grosso e Rondônia. Um dos endemismos mais interessantes da avifauna brasileira, a ararajuba chama a atenção pela beleza da plumagem, de coloração amarelo-dourada, com as penas de vôo verdes. Muito pouco se conhece sobre o comportamento reprodutivo e os hábitos desta espécie. São aves residentes e vivem em grupos que podem variar de três a 30 indivíduos. Alimentam-se de uma grande gama de frutos, cocos, flores e sementes. Os registros de reprodução são concentrados entre novembro e fevereiro, embora existam também relatos de aves se reproduzindo em outubro. Em janeiro de 2004, um grupo de 10 ararajubas foi monitorado em uma localidade no leste do Pará, em um ninho com dois filhotes já bastante emplumados. O ninho estava localizado em um angelim (*Dinizia excelsa*, Leg. Mimosoideae) de 41 m de altura e sua abertura situava-se a 30 m de altura. A ararajuba é a única espécie em que a observação dos ajudantes-de-ninho é razoavelmente bem documentada, embora existam relatos de casais que criaram sozinhos os seus filhotes. O grupo estudado defendeu vigorosamente o ninho quando dele se aproximaram representantes das famílias Cathartidae, Psittacidae e Ramphastidae e os filhotes voaram com o grupo alguns dias depois.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre em florestas de terra firme, desde o rio Tapajós (em ambas as margens) até o oeste do Maranhão. Registros antigos para o oeste do Ceará nunca foram repetidos ou confirmados com espécimes, podendo referir-se a indivíduos escapados de cativeiro. Os relatos para o extremo Nordeste do Brasil nunca foram confirmados por exemplares e é bem provável que tenham como base as aves cativas vindas do Maranhão. Atualmente, ocorre em remanescentes florestais bem conservados, principalmente entre o rio Tapajós (em ambas as margens) e o oeste do Maranhão. Registros recentes para o norte do Mato Grosso e Rondônia, além do sul do Amazonas, aumentaram consideravelmente a área de distribuição desta espécie.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Amazonas (AM); FLONA Tapajós, FLONA Caxiuanã e FLONA Itaituba I e II (PA); REBIO Gurupi (MA); FLOEX Rio Preto/Jacundá (RO).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As populações situadas no “arco do desmatamento da Amazônia”, no oeste do Maranhão e leste do Pará, foram grandemente afetadas pela perda e descaracterização de seu hábitat. Além disso, a ararajuba sempre foi uma espécie muito cobiçada por comerciantes ilegais de aves, o que também contribuiu significativamente para a diminuição de suas populações na natureza. A retirada de filhotes de ararajuba para o comércio ilegal de animais silvestres ainda é observada, bem como a captura de animais adultos. Aparentemente, todos os indivíduos retirados da natureza destinam-se a criadores brasileiros, não havendo evidência convincente de tráfico internacional. A derrubada da árvore onde o dormitório ou o ninho está localizado é o meio mais usual para a obtenção de ararajubas. A derrubada dessas árvores, além do evidente prejuízo que representa no recrutamento de novos indivíduos, diminui o número de sítios disponíveis para abrigo e reprodução não somente das ararajubas, mas também de outras espécies que dependem de cavidades naturais. Embora as ararajubas ocorram em algumas Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, a situação da espécie na natureza está longe de ser considerada segura.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A criação de Unidades de Conservação e a proteção dos remanescentes florestais no “Centro Belém” é fundamental não só para a sobrevivência da ararajuba, mas também de diversos outros táxons de aves endêmicos e/ou ameaçados de extinção encontrados naquela região. Além disso, a espécie necessita de proteção especial contra o tráfico de animais silvestres, que ainda é intenso na região onde ocorre. São também necessárias mais pesquisas sobre a história natural da espécie e ações afirmativas de educação ambiental na região de ocorrência da ararajuba para a sua conservação na natureza. O mapeamento e o monitoramento das áreas onde ocorre também é importante. O manejo em cativeiro é uma ferramenta benéfica para a conservação da ararajuba, que se reproduz com relativa facilidade nos criadores e zoológicos. O Projeto Ararajuba, conduzido pela Fundação Rio Zoo, vem obtendo resultados relevantes em relação ao manejo e à reprodução em cativeiro. Alguns criadores, inclusive, já vendem legalmente filhotes de ararajuba nascidos em cativeiro, em lojas de animais de estimação, o que, potencialmente, pode reduzir a pressão sobre as populações de vida livre. Além disso, os filhotes nascidos em cativeiro podem ser utilizados, no futuro, em programas de reintrodução.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

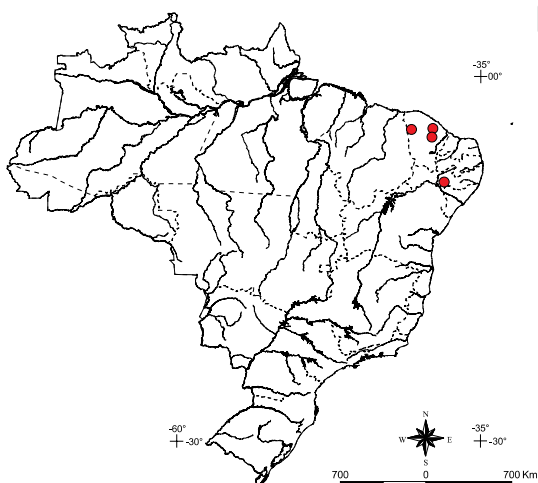
Luís Fábio Silveira (USP); Carlos Yamashita e Carlos A. Bianchi (IBAMA); Renato Pineschi, Denise Wilches Monsores, Luiz Paulo Luzes Fedullo e Márcia Andréa de Oliveira Mocelin (Fundação Rio Zoo).

REFERÊNCIAS

64, 136, 356, 357, 457 e 473.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Pyrrhura anaca Salvadori, 1900

NOME ATUAL: *Pyrrhura griseipectus*

NOME POPULAR: Periquito-cara-suja (CE, PE); Cara-suja (CE);

Tiriba-de-peito-cinza

SINONÍMIAS: *Pyrrhura leucotis griseipectus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura griseipectus apresenta uma situação taxonômica delicada. Algumas das principais organizações internacionais de conservação da fauna ainda não contemplam esta ave em seus programas, por não a considerarem como espécie válida, condição que vem sendo questionada por um número crescente de especialistas. Johann Friedrich Gmelin (1748-1804) descreveu esta ave como *Psittacus anaca*, tendo como holótipo uma iconografia do Período Mauriciano. A falta de exemplares e de indicação de procedência prejudicou a credibilidade em sua existência, até o surgimento dos primeiros espécimes coletados, que estimularam a descrição de *Pyrrhura griseipectus* por Tommaso Salvadori (1835-1923), 112 anos após a descrição de Gmelin. Contudo, ainda restava a questão sobre a sua região de origem. Espécimes coletados sem dados precisos não ajudaram a sanar essa dúvida, até que, em 1913, a coleta desta espécie por Robert Becker, na serra de Baturité (CE) embasou estudos subsequentes e esta localidade foi sugerida como a sua pátria típica. Pelo menos duas coletas foram repetidas nessa região, em 1941 e 1958, havendo vários contatos recentes. Coletas anteriores ao achado de Becker foram aproveitadas tardiamente. Em 1910, Emilie Snethlage obteve esta espécie no Ceará, mas não especificou a sua origem, que correspondia a Ipu. Ainda na região da Ibiapaba, uma ave deste gênero foi narrada com precisão pelo naturalista cearense Antonio Bezerra, em 1885, no povoado de Barroão (atual município de Tianguá, CE, próximo a Ipu). Seis peles procedentes de Quixadá (CE) foram coligidas pelo coletor Emil Kaempfer, em 1926 (Paul Sweet, *in litt.*). A presença desta ave em Quixadá indica que seu hábitat não é restrito às matas mais úmidas, assim como observado em serra Negra (Inajá, Floresta e Tacaratu, PE), onde este periquito também foi coletado. Na serra de Baturité, esta ave ocupa áreas com culturas agrícolas de impacto equivalente ao dos cafezais sombreados por floresta. Recentemente, um casal foi observado nesse ambiente, no município de Guaramiranga, havendo o registro do nascimento de quatro filhotes em uma estação reprodutiva.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O indício desta ave em Tianguá (CE) é plausível por causa das peles de Ipu (CE), mas a região da Ibiapaba permanece pouco conhecida. Entrevistas feitas com antigos moradores apontaram a existência pretérita deste periquito nas serras da Aratanha (Pacatuba-Maranguape, CE), Céu (Canindé-Sta. Quitéria, CE), Machado (Itatira, CE), Maranguape (Maranguape-Caucaia, CE) e Matas (Monsenhor Tabosa, CE), podendo ter existido na serra do Arapuá (Floresta, PE), perto de serra Negra. Há menção para as proximidades de Murici (AL), mas esse registro não foi repetido. Os registros recentes incluem a serra de Baturité, nos municípios de Guaramiranga, Pacoti e Mulungu, no Ceará, e a Reserva Biológica Serra Negra, nos municípios de Floresta, Inajá e Tacaratu, em Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As localidades onde existem espécimes coletados são contempladas pela APA Federal da Serra da Ibiapaba (CE), APA Estadual da Serra de Baturité (CE) e REBIO de Serra Negra (PE). Ao que se sabe, esta ave não ocorre atualmente no PARN de Ubajara (CE), embora essa Unidade de Conservação esteja situada entre dois pontos de ocorrência do mesmo conjunto florestal (Ipu e Tianguá). Supõe-se que o registro feito em Alagoas seja próximo à EE Murici. Somente duas localidades onde existem apenas indícios são contempladas por Unidades de Conservação, ainda que de Uso Sustentável (APA Estadual da Serra da Aratanha e APA Municipal da Serra de Maranguape, CE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O tráfico de animais silvestres é o principal problema para a conservação da maioria dos psitacídeos, inclusive do periquito-cara-suja. A quantidade elevada de estabelecimentos que vendem a espécie demonstra o seu valor comercial (pode-se obtê-la facilmente pela Internet). Aparentemente, o avanço da técnica de reprodução em cativeiro teria diminuído a necessidade de abastecimento do mercado pelo tráfico, mas traficantes internacionais de psitacídeos ainda são eventualmente presos no aeroporto de Fortaleza e de outras capitais, na rota desse tipo de crime. O comércio clandestino deste periquito em Fortaleza (feira dos pássaros) era mantido pela captura com visgo, que apanhava bandos inteiros na serra de Baturité. Por motivos óbvios, portanto, essa espécie tem desaparecido das feiras. A serra de Baturité também sofre com a especulação imobiliária, que compete com as florestas que abrigam este periquito. Outro problema sério é a autorização de criadouros de espécies exóticas, havendo riscos constantes de fuga e conseqüentes desequilíbrios ambientais. Esta ave não era negociada na feira da Madalena, em Recife (Manoel Toscano de Britto, *in litt.*), apesar de um exemplar cativo ter sido encontrado em sua região metropolitana, talvez oriundo de serra Negra (PE).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A reprodução desta ave em cativeiro chega a oito filhotes por postura, quase o dobro do observado na natureza, existindo uma grande população cativa. Programas de introdução de espécimes nascidos no cativeiro em bandos silvestres poderão sanar parte do problema de conservação, desde que assistidos geneticamente. O repovoamento em áreas onde houve a extinção local deve considerar a alta capacidade de aprendizagem do gênero *Pyrrhura*. Contudo, iniciativas desse tipo serão infrutíferas sem ações paralelas de combate ao tráfico, de educação ambiental e de recomposição e proteção de áreas florestais. A serra de Baturité é estratégica nesse processo. Suas florestas, com cerca de 20.000 ha, abrigam a maior população conhecida, enquanto a Reserva Biológica de serra Negra (PE) tem apenas 1.100 ha e uma subpopulação mais suscetível à extinção. Ipu não é estudada há 95 anos, desde a última coleta da espécie, enquanto em Quixadá entrevistas com habitantes da Serra do Estevão apontam a existência dos últimos remanescentes, após quase 80 anos da última coleta. Recomenda-se a investigação de todos os pontos com ocorrência pretérita e áreas similares à Reserva Biológica de serra Talhada (Quebrangulo, AL, Juan Mazar-Barnett, *in litt.*).

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

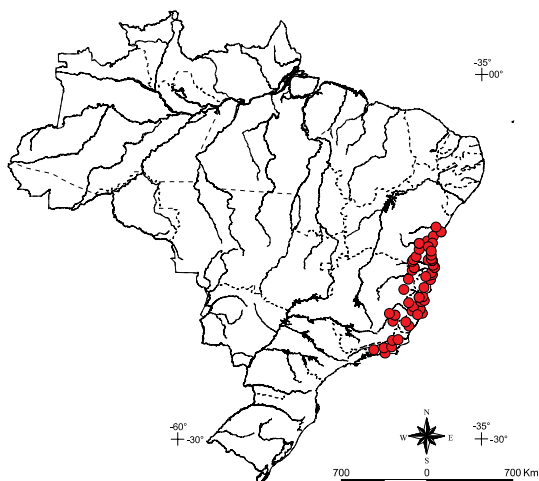
Leo Joseph (Department of Ornithology, The Academy of Natural Sciences, EUA); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO); Camila C. Ribas (American Museum of Natural History, EUA); Alberto A. Campos, Ciro Albano, Thieres Pinto, Weber A. de Girão e Silva (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE, Mulungu, CE).

REFERÊNCIAS

59, 132, 249, 317, 344, 347, 382, 391, 413, 478, 500 e 507.

Autores: *Weber Girão e Ciro Albano*





Pyrrhura cruentata (Wied, 1820)

NOME POPULAR: Tiriba-grande; Fura-mato; Tiriva-fura-mato

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN); RJ (EN); ES (EN)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura cruentata é a maior espécie do gênero, com cerca de 30 cm de comprimento total. Como as demais tiribas, apresenta plumagem predominantemente verde, com uma conspícua mancha vermelha ou carmim no meio do ventre, mesma cor da face inferior da cauda. A cabeça é marrom-enebecida, com as suas laterais e auriculares marrom-amareladas. Parte da garganta e o alto peito apresentam plumagem azul brilhante. Bico e pés são negros e tanto machos quanto fêmeas apresentam plumagem semelhante. Vivem preferencialmente em matas primárias ou em avançado estado de regeneração, mas podem também frequentar capoeiras, bordas de mata e até mesmo pomares, desde que estes estejam próximos à floresta. Habitam especialmente a Mata Atlântica de baixada, sendo mais comuns os registros até 500 m; entretanto, já foram observadas em altitudes de até 800 m em algumas localidades. Voam rápida e ruidosamente entre a galhada, na copa da floresta, o que motivou alguns dos seus nomes populares (que, eventualmente, são também aplicados a outras espécies do gênero). Os fura-matos são encontrados em bandos de até 12 aves, mas grupos de 20 indivíduos também já foram reportados. Passam a maior parte do tempo se alimentando ou cuidando da plumagem e são mais facilmente detectadas quando irrompem em voo no dossel da floresta. A dieta é composta de vários frutos e, na busca destes, podem se alimentar próximo ao solo. Dormem em ocos de árvores, onde também colocam de dois a quatro ovos brancos. A reprodução ocorre no segundo semestre, e quatro filhotes foram observados sendo alimentados pelos pais em dezembro de 2003, no sul da Bahia. Os jovens possuem plumagem semelhante à dos adultos, porém mais escurecida. Aparentemente, neste grupo apenas um casal havia se reproduzido, o que pode sugerir uma baixa taxa de recrutamento. Não são migratórias e apresentam certa fidelidade a alguns pontos da floresta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica do Brasil. Habitava a faixa de Mata Atlântica, preferencialmente de baixada, entre o centro-sul da Bahia até o Rio de Janeiro, passando pelo noroeste e leste de Minas Gerais e o Espírito Santo. Altamente fragmentada em todos os Estados citados acima. Sobrevive principalmente nas Unidades de Conservação e está praticamente extinta nos remanescentes florestais desprotegidos.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Una, PARNA do Monte Pascoal, PARNA do Descobrimento, PARNA da Chapada Diamantina, PARNA do Pau Brasil, RPPN Estação Veracruz, EE Estadual de Nova Esperança, RPPN Ecoparque de Una (BA); APA Bananal do Norte, REBIO Sooretama, REBIO Córrego do Veado, UC Reserva Córrego Grande/Fazenda Klabin (ES); RPPN Feliciano Miguel Abdala (antiga Estação Biológica de Caratinga) e PE do Rio Doce (MG); UC Fazenda União, PE do Desengano (RJ).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento é uma das principais causas que levaram o fura-mato a ser considerado como ameaçado de extinção. As matas de baixada no bioma Mata Atlântica estão entre as áreas, no Brasil, com o maior número de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, a intensa captura para o comércio local e internacional de aves silvestres contribuiu enormemente para a atual situação desta espécie, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Neste período, não era uma espécie rara entre as ofertadas por traficantes e também não era incomum de ser observada nos plantéis dos criadores de aves no Brasil.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção, de fato, dos remanescentes onde a espécie ainda ocorre. O desmatamento impede a nidificação destas aves, que dependem de ocos para se reproduzir. Coibir de forma contundente o comércio clandestino de aves silvestres. Mudanças na lei, de forma a tornar o comércio ilegal de aves e outros animais brasileiros crime inafiançável é uma medida de extrema importância e que terá efeitos benéficos imediatos sobre as populações remanescentes desta e de outras espécies de nossa fauna. Pesquisas sobre a biologia básica da espécie também são importantes. Aparentemente, não é difícil de se reproduzir em cativeiro, e exemplares oriundos de zoológicos e criadores podem ser reintroduzidos em áreas onde o habitat é adequado e onde a espécie ocorria no passado. A experiência de reintrodução desta espécie no Parque Nacional da Tijuca, RJ, levada a cabo entre 1969 e 1970, não resultou em sucesso; entretanto, novas técnicas foram desenvolvidas nas últimas décadas e a experiência deve ser repetida.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

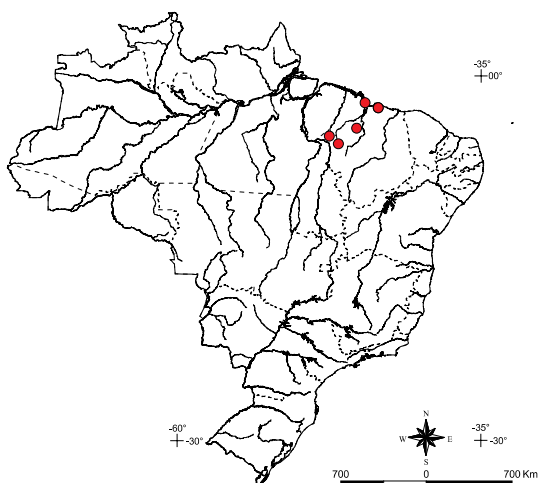
Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

43, 64, 136, 139, 140, 223, 415, 457, 477 e 510.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Pyrrhura lepida coerulescens Neumann, 1927

NOME POPULAR: Tiriba-pérola

SINONÍMIAS: *Pyrrhura perlata coerulescens*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura lepida coerulescens faz parte de um complexo de formas mal-conhecidas e mal-representadas nas coleções de museus e que necessitam de uma revisão taxonômica urgente. Endêmico do centro e norte do Maranhão, este pequeno periquito é praticamente desconhecido em campo. Não há relatos de observações mais detalhadas sobre seu comportamento e exigências de hábitat. Provavelmente, como a maioria das *Pyrrhura* amazônicas, vive em pequenos bandos de até dez indivíduos, que voam rapidamente no dossel e no subdossel, alimentando-se de pequenos frutos e sementes. Florestal, os poucos registros existentes sugerem que este táxon prefere as matas de terra firme.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhecida, mas acredita-se que ocupava uma estreita faixa de florestas na região central e norte do Maranhão. Pode ainda ocorrer em remanescentes florestais desse Estado, mas não são conhecidos registros recentes (e confiáveis) desta forma.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente uma forma deste complexo de espécies ocorre na REBIO Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Boa parte das florestas de baixada onde este táxon ocorria está, atualmente, severamente alterada ou já não existe mais. Não são conhecidos exemplares em cativeiro e a captura para o comércio ilegal de aves silvestres parece não ter tido um impacto importante sobre esta forma.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante procurar por novas populações de *P. lepida coerulescens* no Maranhão e no extremo nordeste do Pará. Pesquisas detalhadas sobre as exigências de hábitat deste táxon são fundamentais para se localizar outras populações, bem como para se estabelecer ações mais efetivas para sua conservação. Criação de Unidades de Conservação nas áreas de ocorrência desta forma. Uma revisão taxonômica deste complexo é urgente e extremamente importante para se estabelecer o status das diversas formas descritas para o “Centro Belém” de endemismo. A criação em cativeiro pode ser uma ferramenta importante para fornecer indivíduos para futuros programas de repovoamento. A maioria das espécies deste gênero reproduz-se facilmente em cativeiro e a restauração dos habitats e a reintrodução podem ser ferramentas importantes para a conservação deste táxon.

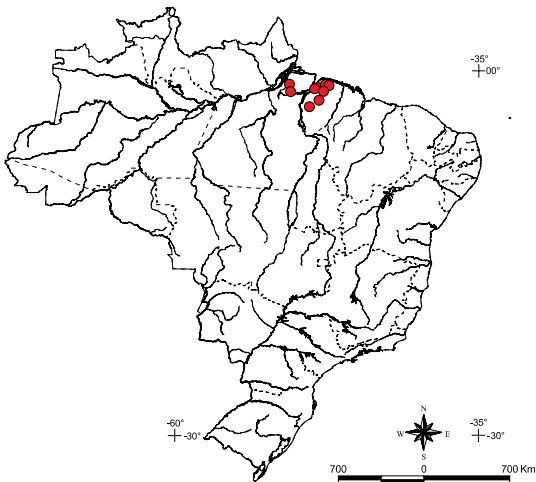
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Luís Fábio Silveira (USP); Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

135, 204 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Pyrrhura lepida lepida (Wagler, 1832)

NOME POPULAR: Tiriba-pérola

SINONÍMIAS: *Pyrrhura perlata lepida*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura lepida lepida é um periquito de pequeno porte (aproximadamente 25 cm de comprimento total), endêmico do “Centro Belém”. Habita as florestas primárias ou em avançado estado de regeneração, podendo, eventualmente, freqüentar capoeiras em busca de pequenos frutos, base da sua alimentação. São geralmente observados voando no dossel ou no subdossel da floresta, em bandos que podem chegar a até 15 aves. Pousam silenciosamente nas fruteiras, e já foram observados consumindo frutos de *Trema* sp. e de *Cecropia* sp. Quando pousadas são extremamente discretas, podendo passar despercebidas. Sua plumagem predominantemente verde oferece excelente camuflagem. Nidificam em cavidades em árvores altas na floresta, e podem utilizar tais cavidades também para pernoitar. Não se associam com outros psitacídeos e, quando em busca de frutos, podem se aproximar do solo. A tiriba-pérola faz parte de um complexo de formas ainda muito mal conhecido e pouco representado nas coleções ornitológicas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhecida. Provavelmente ocupava as florestas primárias principalmente na porção norte e leste do Pará, entre os rios Tocantins e Gurupi, ocorrendo, marginalmente, no oeste do Maranhão. Ainda pode ser encontrado em grandes blocos florestais entre os rios Tocantins e Gurupi, neste último em ambas as margens. Os registros recentes são escassos e mal documentados.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente uma forma deste complexo ocorre na REBIO Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Boa parte das florestas onde este táxon ocorria já foi destruída ou completamente descaracterizada. O brutal desmatamento do leste amazônico é a principal causa de ameaça para todas as espécies endêmicas do “Centro Belém”. Além disso, a tiriba-pérola, nos últimos anos, vem aparecendo com certa regularidade no comércio clandestino de aves silvestres, sugerindo pressão sobre as populações remanescentes.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Criação de Unidades de Conservação na região do “Centro Belém”, uma das áreas de endemismo mais interessantes da Amazônia brasileira. São necessárias pesquisas de campo para se localizar novas po-



pulações deste táxon, incluindo a Reserva Biológica Gurupi, além de revisão taxonômica do complexo para se estabelecer o status das formas que o compõem. Estudos sobre as exigências de hábitat e sobre sua história natural também são importantes. A reprodução em cativeiro vem sendo obtida com grande sucesso e alguns destes indivíduos podem ser úteis em futuros programas de repovoamento.

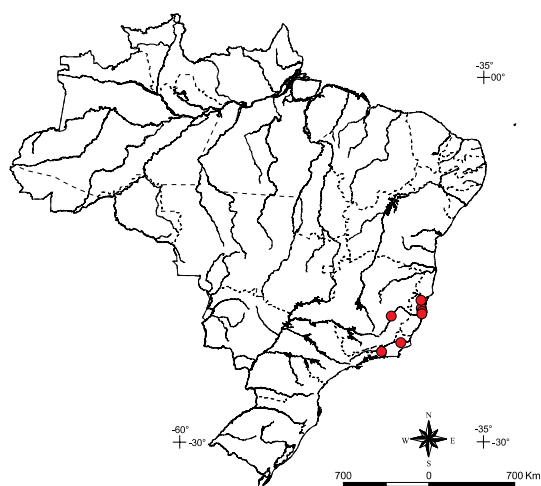
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Luís Fábio Silveira (USP); Alexandre Aleixo (MPEG); Fundação Parque Zoológico de São Paulo.

REFERÊNCIAS

135, 204, 432 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Pyrrhura leucotis Kuhl, 1820

NOME POPULAR: Tiriba; Tiriba-de-orelha-branca

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); ES (EN); MG (VU)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura leucotis é uma espécie pequena, um dos menores periquitos de cauda longa. Possui face marrom com uma mancha auricular branca em destaque e nuca azulada. A plumagem do corpo é predominantemente verde, apresentando uma mancha marrom na barriga. A coloração do bico varia de cinza escuro a negro. Estudos taxonômicos que avaliaram aspectos genéticos, morfológicos e de distribuição culminaram na elevação do táxon para espécie plena, da mesma forma que as demais subespécies do grupo. De hábitos essencialmente florestais, é avistada em pequenos bandos (geralmente entre 15 ou 20 indivíduos) em voo ondulado e muito rápido por entre as árvores da mata. Pode eventualmente visitar áreas mais abertas ou sombreadas, como a vegetação de “cabruca”, na Bahia. Informações sobre a ecologia alimentar são bastante escassas; fazem parte de sua dieta frutos e sementes de diferentes espécies (e.g., *Miconia hypoleuca*), podendo alimentar-se também de alguns grãos. Não há informações disponíveis sobre sua reprodução.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Mata Atlântica, preferencialmente de baixada, entre o sul da Bahia e o Rio de Janeiro, passando pelo leste de Minas Gerais. Atualmente a espécie ocorre desde o sul da Bahia pelos Estados costeiros até o Rio de Janeiro (alguns autores consideram também o Estado de São Paulo, mas não há registros confir-

mados), incluindo o sudeste de Minas Gerais.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Sooretama, FLONA de Goytacazes e REBIO Córrego do Veado (ES); No Estado do Rio de Janeiro, segundo J. F. Pacheco (com. pess.), existem registros da espécie na década de 1980 para a REBIO União (não tendo sido mais avistada em 2003) e registros atuais para a REBIO do Tinguá e o PE do Desengano. Registrada também no PE do Rio Doce (MG).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça sobre a espécie é a destruição de seu ambiente, seguida de desmatamento, captura e comércio ilegal. Por apresentar hábito essencialmente florestal, suas populações declinaram acentuadamente, da mesma forma que outras espécies da Mata Atlântica, levando possivelmente à formação de populações isoladas. Espécies do gênero são bastante sensíveis mesmo a alterações em menor escala, como extração seletiva de madeira. Em algumas regiões a espécie chega a ser mais rara que outras do mesmo gênero. A captura para comércio ilegal também representa um fator importante de pressão sobre a espécie que, embora não muito frequentemente, pode ser encontrada em criadouros no país e no exterior (Estados Unidos e Alemanha).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As estratégias de conservação passam primeiramente pela proteção imediata e integral de habitats remanescentes e pelo manejo/recuperação de áreas alteradas onde a espécie persiste. A recomposição integral de ambientes florestais na área de distribuição aumenta a chance de persistência das populações naturais. Da mesma forma, a intensificação de ações de fiscalização, tanto sobre o desmatamento quanto para coibir a captura e o comércio ilegais, também são estratégias que devem trazer benefícios à espécie. Além disso, tendo em vista a acentuada fragmentação do ambiente, são necessários estudos sobre a biologia e a ecologia da espécie, visando entender os requisitos necessários a sua manutenção no ambiente.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

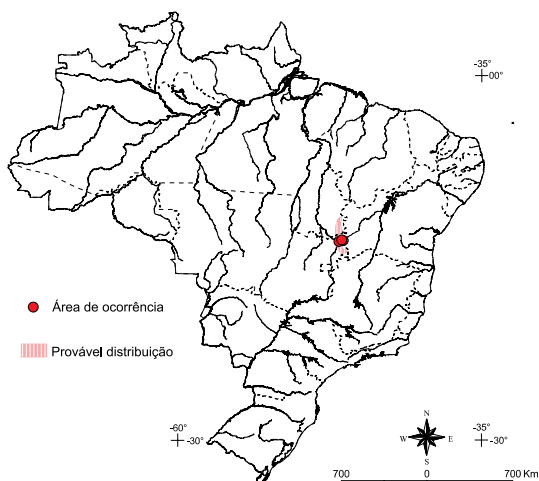
Pedro Paz, Ana C. Venturini (Faunativa); Paulo Cordeiro (Pesquisador autônomo), José Fernando Pacheco (CBRO).

REFERÊNCIAS

203, 210, 249, 275 e 457.

Autores: *Carlos A. Bianchi, Yara Barros e Ana C. Venturini*





Pyrrhura pfrimeri Miranda-Ribeiro, 1920

NOME POPULAR: Tiriba; Ciganinha (GO); Barreirinha;

Chiriri ou Jiriri (GO, TO)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyrrhura pfrimeri é uma espécie associada às florestas do Brasil Central, considerada até pouco tempo como subespécie de *Pyrrhura leucotis*. É um dos menores periquitos de cauda longa, com plumagem do corpo predominantemente verde, face marrom com ausência de nódoa auricular branca (como nos demais táxons relacionados a *P. leucotis*), azul do alto e lados da cabeça até a nuca e o pescoço, mancha marrom na barriga e no dorso, encontro vermelho e coloração do bico que varia de cinza-escuro a preto. Estudos taxonômicos que avaliaram aspectos genéticos, morfológicos e de distribuição culminaram na elevação do táxon para espécie plena, da mesma forma que as demais subespécies do grupo. A espécie tem hábitos essencialmente florestais, porém eventualmente faz incursões para fora da mata, que não chegam a mais de 500 m, retornando em seguida para a borda ou o interior. Com a degradação de seu ambiente natural, utiliza também, com bastante frequência, as matas de galeria para se deslocar entre fragmentos. Embora tenha comportamento tão específico, parece tolerar certos graus de perturbação do ambiente, desde que o mosaico formado contemple áreas florestadas. Voa em pequenos grupos, em média com oito ou dez indivíduos, e sua população está declinando rapidamente devido à fragmentação do ambiente. Dados de campo revelaram um decréscimo da ordem de 10.000 indivíduos/ano entre 1997 e 2001. A quantificação das diferentes fisionomias de ambientes que existem na área de ocorrência da espécie e que são ou não utilizados por ela revelou que, de 90 km² avaliados, menos de 10% apresentam ambiente adequado para sua permanência e mais de 70% já foram convertidos para áreas de pastagem ou plantio. Alimenta-se de frutos e sementes de diversas árvores, tanto de matas decíduais como matas de galeria. Quando voa para fora da mata, busca alimentar-se em roças de arroz ou de sementes de mentastro (Labiatae) que crescem nas cercanias de áreas alteradas, como pastagens abandonadas, beira de estradas e habitações. O período reprodutivo parece ocorrer entre outubro e janeiro, baseado na observação de aves em corte e cópula em meados de agosto e setembro. Indivíduos aparentemente jovens foram observados no princípio de março, recebendo alimentos de alguns adultos e voando com menor destreza no sub-bosque das matas. Embora não haja registros de ninhos, possivelmente nidifica em ocos de árvores nas áreas florestais.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie sempre esteve associada às formações de florestas decíduais e semidecíduais do Brasil Central, e sua localidade-tipo, Santa Maria de Goiás, atualmente conhecida como Taguatinga, hoje situa-se na porção norte de sua distribuição. Possivelmente a área de distribuição da espécie podia ser representada por um polígono com 300 km de extensão por, no máximo, 60 km de largura, sempre acompanhando as formações florestais na região. Sua distribuição atual é bastante restrita, indo do sudeste de Tocantins ao nordeste de Goiás, nas áreas onde ocorrem os afloramentos rochosos de calcário e florestas decíduais associadas. O limite norte está nos municípios de Ponte Alta do Bom Jesus, TO, e Novo Jardim; a oeste

até os municípios de Arraias, TO, passando pela serra do Prata, em Nova Roma, GO, e seguindo até Iaciara, GO. A porção leste limita-se à linha da serra de Calcário paralela à serra Geral de Goiás, desde Posse e Guarani, em GO, até Taguatinga, TO, passando pelo complexo de cavernas de São Domingos, GO. O limite sul está nos municípios de Mambá e Alvorada do Norte, em Goiás.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Existem três Unidades de Conservação na área de distribuição da espécie. Somente uma única reserva é de Proteção Integral, o PE Terra Ronca (GO), com 57.469 hectares, que protege as áreas de afloramentos calcários e as principais cavernas da região de São Domingos. As outras duas UCs são de Uso Sustentável: a APA da Serra Geral de Goiás (também estadual, com cerca de 60.000 hectares), que é relevante, embora proteja uma pequena porção do hábitat da espécie, e a FLONA da Mata Grande (GO), com 2.010 ha, estabelecida em um dos últimos remanescentes de floresta decidual em área plana na região, próximo ao rio Paranã.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais ameaças sobre a espécie são a perda e a degradação de hábitat, que continuam ocorrendo de forma intensa, iniciando-se pela extração seletiva de madeira (e.g., aroeira e ipê), seguida da queima e conversão para áreas de pastagem e, mais recentemente, até para o plantio de soja. Este processo tem reduzido de forma drástica as populações naturais em curto espaço de tempo. Pastagens e áreas degradadas ainda são muito comuns dentro das poucas Unidades de Conservação existentes, e a indefinição sobre a regularização de grande parte destas áreas oficialmente decretadas como Unidades de Conservação atrasa o processo de regeneração do ambiente, visto que elas continuam sofrendo impacto da atividade pecuária. Outro problema potencialmente grave refere-se ao tráfico de animais. Embora ainda não haja uma estimativa oficial segura do número de aves comercializadas, por se tratar de uma espécie endêmica e de distribuição restrita, as populações naturais que sofrem pressão de captura podem ser levadas a um declínio acentuado.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Estratégias de conservação devem considerar, prioritariamente: a proteção integral dos habitats remanescentes, visando garantir a existência de formações florestais primárias com tamanhos adequados para a manutenção de populações viáveis; a recuperação de áreas degradadas, principalmente por meio da regularização fundiária das terras já decretadas como Unidades de Conservação e de outras áreas potenciais para a implantação de corredores florestais entre os fragmentos; a proteção e o manejo das formações florestais circundantes aos afloramentos calcários, visto que são os únicos remanescentes de ambiente da espécie; e ação integrada de fiscalização, visando combater a extração seletiva e a derrubada ilegais de madeira, bem como o tráfico.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

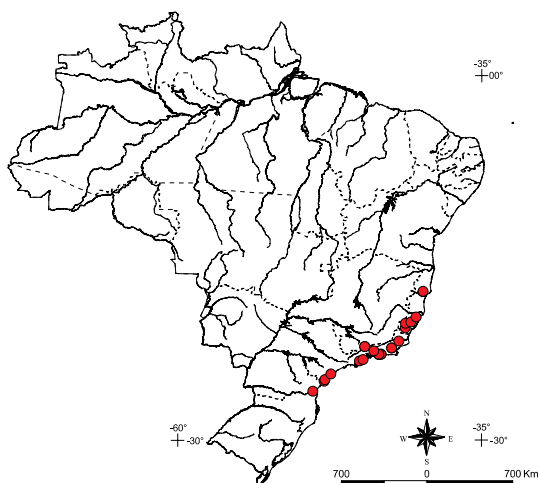
Carlos A. Bianchi (Oregon State University, EUA); José Maria Cardoso da Silva (CI); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO); Robson Silva e Silva (Pesquisador autônomo) e Jardim Zoológico de Brasília.

REFERÊNCIAS

61, 249, 344, 456 e 462.

Autor: *Carlos A. Bianchi*





Touit melanonota (Kuhl, 1820)

NOME ATUAL: *Touit melanonotus*

NOME POPULAR: Apuim-de-costas-pretas

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Psittaciformes

FAMÍLIA: Psittacidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); SP (CR); RJ (VU); ES (EN)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Touit melanonotus é um genuíno enigma da Mata Atlântica, endêmico de uma estreita faixa de florestas entre o sul da Bahia e o Paraná, onde apenas recentemente foi registrado. Poucos ornitólogos viram e identificaram com segurança esta espécie em campo, nos últimos anos. Pertencente a um dos gêneros menos conhecidos de Psittacidae da região neotropical, o apuim-de-costas-pretas é também, certamente, um dos seus representantes cujas informações sobre biologia, hábitos e habitat são ainda muito escassas ou inexistentes. Os poucos registros mostram que a espécie pode ocorrer desde o nível do mar até cerca de 1.400 m de altitude, mas não se sabe se realizam migrações altitudinais. Parecem preferir florestas maduras, úmidas, onde ocupam as copas das árvores, mas também já foram registrados em restingas. Vivem em grupos que podem chegar a até dez aves. Muito pouco se sabe sobre os seus hábitos, mas há registros de que se alimenta de sementes, especialmente de leguminosas. Como as demais espécies deste gênero, quando pousados passam a maior parte do tempo quietos, sendo de difícil detecção. São mais frequentemente observados quando em voo, quando são bastante ruidosos. Seu repertório vocal é praticamente desconhecido, e não existem informações seguras sobre gravações desta espécie. Sua vocalização pode ser confundida com a do seu congênere, e muitas vezes sintópico, *T. surdus*, que, embora raro, é mais comum do que *T. melanonotus*. Os poucos dados recentes que existem sobre sua reprodução apontam para um casal alimentando filhotes em uma *Clusia*, no ano de 1995.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhecida, mas acredita-se que ocorria em uma faixa de Mata Atlântica desde o sul da Bahia até São Paulo. Um reflexo deste desconhecimento é o alegado registro para o Estado do Paraná, feito recentemente. Restrito a pouquíssimas localidades desde o sul do Estado do Espírito Santo até, provavelmente, Paraná.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Santa Lúcia (ES); PARNA da Tijuca, PARNA da Serra dos Órgãos, PARNA de Itatiaia, PE da Pedra Branca e PE do Desengano (RJ); PE da Ilha do Cardoso, PE Intervales, PE da Serra do Mar e APA Cananéia-Iguape-Peruíbe (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Não são muito claros os motivos que levaram as populações de *T. melanonotus* a seu atual estado de conservação. Certamente o desmatamento e a fragmentação de ambientes tiveram efeitos nocivos nesta

espécie, que pode ter perdido a capacidade de realizar migrações altitudinais em função da maior destruição das matas de baixada. Não é uma espécie procurada para o comércio de aves silvestres, e os poucos indivíduos que foram mantidos em cativeiro sobreviveram por, no máximo, quatro meses. Parece ter sido sempre uma espécie rara e que ocorria em baixas densidades em toda a sua área de ocorrência, o que agrava sua situação.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção, de fato, das áreas onde a espécie foi registrada recentemente. Pesquisa intensa em campo para se determinar exigências de habitat e obter dados sobre sua história natural. Gravação do repertório vocal da espécie, de preferência com registros visuais ou fotográficos (preferencialmente) concomitantes, obtendo-se, desta forma, registros documentados inequívocos. A gravação da vocalização desta espécie é fundamental para se descobrir novas populações, já que, como as demais espécies do gênero, *T. melanonotus* responde rapidamente à imitação do seu canto, aproximando-se do observador.

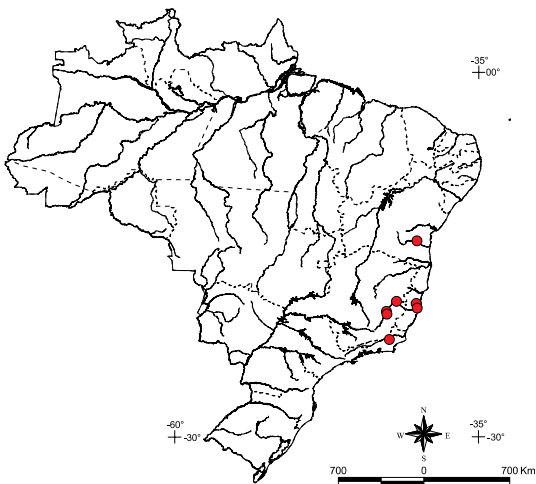
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não estão sendo realizadas pesquisas com a espécie.

REFERÊNCIAS

38, 43, 64, 136, 457 e 545.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Neomorphus geoffroyi dulcis Snethlage, 1927

NOME POPULAR: Jacu-estalo; Jacu-porco; Jacu-taquara; Jacu-queixada; Jacu-molambo; Jacu-verde; Aracuã-da-mata

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Cuculiformes

FAMÍLIA: Cuculidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Neomorphus geoffroyi dulcis é um dos maiores representantes da família Cuculidae no Brasil e um dos táxons menos conhecidos de cucos. Seu grande porte, aliado ao comprimento da sua cauda, o torna semelhante a um jacu ou a uma aracuã (Cracidae), que não são relacionados aos cucos. É terrícola, utilizando os poleiros eventualmente durante o dia ou então para dormir. Vive solitário ou formando casais nas matas primárias de baixada. Aparentemente, sempre foi uma ave rara, discreta e muito difícil de ser observada. Segue formigas de correição em busca de invertebrados e pequenos vertebrados, base de sua alimentação, e que são afugentados por esses insetos. Quando perturbado, produz um som alto,



resultado do estalar das maxilas, similar ao barulho produzido por porcos-do-mato, de onde deriva alguns dos seus nomes populares. Ao contrário de boa parte dos cucos, o jacu-estalo cria os seus próprios filhotes e não é reportado o comportamento de parasitar o ninho de outras espécies de aves.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre em matas de baixada nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e sul da Bahia. Conhecido de pouquíssimas localidades, provavelmente extinto no Rio de Janeiro e sem registros nos últimos 20 anos em Minas Gerais e na Bahia. Há alguns anos, também não são vistos exemplares da espécie em Linhares e Sooretama (ES).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Sooretama (ES); PE do Rio Doce (MG).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As matas de baixada existentes nos Estados onde ocorre o jacu-estalo foram quase que completamente dizimadas, sendo a destruição de hábitat a principal causa para a sua quase extinção.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a ave foi registrada. Buscas intensivas devem ser feitas nessas áreas, especialmente em Linhares, Sooretama e Parque Estadual do Rio Doce, para uma melhor avaliação do status das populações remanescentes. Estudos sobre a história natural de *N. g. dulcis* são importantes para refinar o conhecimento sobre as suas exigências básicas de hábitat e, dessa forma, otimizar as pesquisas de campo. É também importante realizar estudos taxonômicos para testar a validade desta raça.

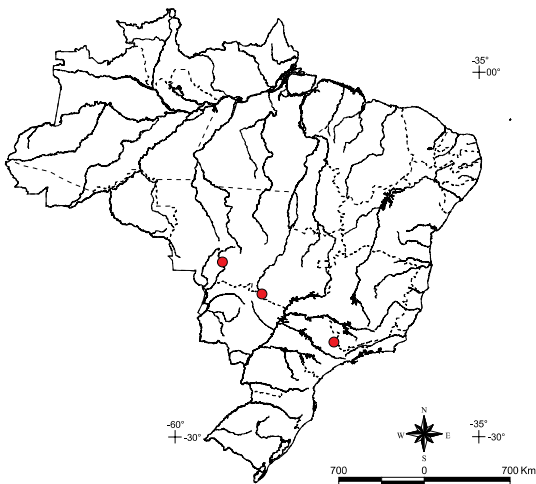
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não existem pesquisas sendo desenvolvidas com este táxon.

REFERÊNCIAS

435 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Caprimulgus candicans (Pelzeln, 1867)

NOME ATUAL: *Eleothreptus candicans* (Pelzeln, 1867)

NOME POPULAR: Bacurau-de-rabo-branco

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Caprimulgiformes

FAMÍLIA: Caprimulgidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (PEX)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i); C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Eleothreptus candicans é uma ave endêmica do Cerrado, ocorrendo em fisionomias abertas do tipo “campo sujo” e “campo limpo”. É uma ave noturna, que utiliza arbustos e topos de termiteiros para diversas de suas atividades biológicas, como exibições da plumagem durante a corte às fêmeas e na captura de insetos. Dados sobre a reprodução desta espécie advêm de duas populações, uma no Paraguai (Reserva Natural del Bosque Mbaracayú, Canindeyú) e uma no Brasil (Parque Nacional das Emas, Goiás). No Paraguai, os machos de *E. candicans* formam agrupamentos, possível sistema de acasalamento poligínico, do tipo arena ou “lek”. No Brasil, os machos permanecem próximos uns dos outros, sendo que cada macho se exhibe isoladamente em seu próprio poleiro, de modo similar a territórios, reagindo de modo agressivo ao playback, ao longo do ano inteiro. O período de reprodução, no Brasil, situa-se entre outubro e início de dezembro, sendo muito curto. O ninho localiza-se no solo e o período de incubação é de 16 dias (dados para apenas uma fêmea da população do Paraguai). Para o Brasil, ainda não existem dados sobre incubação, mas fêmeas foram encontradas em seus abrigos diurnos em túneis feitos com capim, que podem ser os locais de nidificação. Machos foram mais frequentemente capturados no Paraguai (razão sexual machos:fêmeas 1:0,4; n=22) do que no Brasil, onde a razão sexual foi de 1:1,3 (n=166). No Paraguai (87%), esses pássaros utilizam com maior frequência cupinzeiros como poleiro; no Brasil, foram encontrados com maior frequência em arbustos (50%), sendo que o mesmo indivíduo pode escolher pousar entre cupinzeiro e arbusto em horas ou dias diferentes. Ainda não existe muita informação sobre a área de vida de *E. candicans*, mas existe a estimativa, no Paraguai, de 12 hectares para uma fêmea. No Brasil, cerca de 30 animais marcados com transmissores estão sendo ainda acompanhados no Parque Nacional das Emas. Sabe-se que o fogo tem importante papel na dinâmica populacional da espécie, sendo que áreas recém-queimadas (cerca de dois meses) são frequentemente utilizadas como sítios de alimentação/reprodução e áreas não queimadas (com capim alto) servem como abrigo diurno, áreas de escape de predadores e locais para nidificação. Alimentam-se de insetos que tentam escapar da linha de fogo, como também em áreas de plantio de soja, na borda do Parque Nacional das Emas. No Brasil, a estimativa populacional é de cerca de 6.000 indivíduos, sendo essa a maior população dentro da distribuição geográfica da espécie. A população do Paraguai é estimada entre 30 e 50 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Espécimes coletados em Oriçanga, localidade próxima à cidade de Espírito Santo do Pinhal, em São Paulo (holótipo), em Cuiabá, no Mato Grosso, e no Parque Nacional das Emas, em Goiás, são os únicos registros em território nacional. Há registro de um macho coletado na Bolívia, na Estação Biológica de Beni, da população da Reserva Natural del Bosque Mbaracayú (descoberta em 1997) e, recentemente,



te, nos arredores dessa região. Distribui-se em áreas de Cerrado aberto, do tipo campo sujo e limpo, provavelmente de Cuiabá até São Paulo. Atualmente, no Brasil, resta apenas a população localizada no sudoeste de Goiás, no Parque Nacional das Emas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA das Emas (GO).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Perda, descaracterização e fragmentação de hábitat são as principais ameaças. Historicamente, a espécie sempre esteve restrita a áreas de Cerrado aberto, fisionomia amplamente transformada em plantações de grãos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As estratégias de conservação dependem do encontro de novas populações em território brasileiro. Esforços nesse sentido vêm sendo empregados, mas sem sucesso até o momento. Preservar *E. candicans* no Brasil, na atualidade, significa manejar o Parque Nacional das Emas, principalmente o fogo, importante aspecto da história de vida da espécie. Aparentemente, a população do Parque Nacional das Emas tem aumentado, graças à estratégia do IBAMA de não combater incêndios de origem natural (causados por raios, principalmente). Isso tem permitido o surgimento de um mosaico de áreas queimadas e intacas, que a espécie utiliza para realizar as suas atividades.

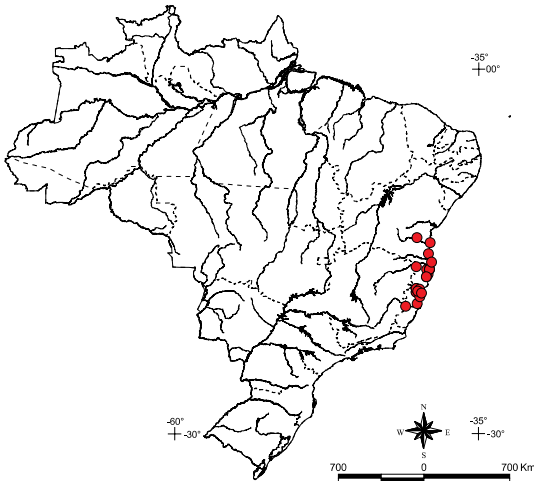
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rob Clay (Guyra Paraguay, Paraguai). Dados sobre variabilidade genética da população brasileira, área de vida, reprodução, estimativas populacionais mais refinadas, distribuição potencial e contaminação por agrotóxicos estão sendo obtidos ainda pela equipe do projeto Conservando *Caprimulgus candicans* no Brasil (financiado pela FBPN e MMA). Adriani Hass e Flavio Rodrigues (UFMG); Paula Schneider e Evonnildo Gonçalves (Laboratório de Polimorfismo de DNA/UFPA); Ricardo Bonfim Machado (CI); Demerval Gonçalves e equipe (Oréades Núcleo em Geoprocessamento); Valdemar Tornisielo e Sady Valdes (CENA/USP); Dante Buzzetti e equipe (CEO).

REFERÊNCIAS

128, 129, 130, 154, 234, 394 e 430.

Autora: *Adriani Hass*



Glaucis dohrnii (Bourcier & Mulsant, 1852)

NOME POPULAR: Balança-rabo-canela; Beija-flor-canela

SINONÍMIAS: *Ramphodon dohrnii*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Apodiformes

FAMÍLIA: Trochilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Glaucis dohrnii é um beija-flor florestal muito pouco conhecido. Habita, solitário ou em pares, o estrato inferior das florestas primárias abaixo de 500 m, principalmente ao longo de córregos e onde há abundância de helicônias, mas pode freqüentar áreas adjacentes à floresta. Alimenta-se de néctar e de pequenos artrópodes. Os poucos dados sobre a sua reprodução apontam para a nidificação entre os meses de setembro e fevereiro. A fêmea coloca dois ovos brancos, chocados exclusivamente por ela, durante aproximadamente 15 dias. Os filhotes abandonam o ninho entre 20 e 27 dias depois de nascidos. A população é estimada em menos de 1.000 aves, sobrevivendo em localidades muitas vezes isoladas e distantes entre si. Aparentemente, esse beija-flor não é raro localmente, sendo capturado com certa freqüência em redes-de-neblina estendidas no interior da floresta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de baixada (até 500 m) entre a Bahia, ao sul da cidade de Salvador, e o Espírito Santo. Recentemente registrada em Minas Gerais, o que pode legitimar um antigo registro feito no município de Nanuque, que foi apontado como duvidoso. Restrito a poucas localidades, muitas delas isoladas e distantes entre si. Os registros recentes, na Bahia, vêm da Reserva Florestal da Companhia Vale do Rio Doce, em Porto Seguro, Parques Nacionais do Descobrimento, do Monte Pascoal e do Pau Brasil, Reserva Biológica de Una, Reservas Particulares do Patrimônio Natural Estação Veracruz, Serra do Itamarujá e Fazenda Rio Capitão. No Espírito Santo, os registros atuais são provenientes da Reserva Florestal de Linhares, embora a espécie não tenha sido registrada com freqüência. Recentemente, este beija-flor foi registrado pela primeira vez em Minas Gerais, na fazenda Duas Barras, município de Santa Maria do Salto, no vale do Jequitinhonha.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Descobrimento, PARNA do Monte Pascoal, PARNA do Pau Brasil, REBIO de Una e RPPN Estação Veracruz (BA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de habitat foi a principal causa do quase desaparecimento desta espécie, que foi apontada como muito rara e à beira da extinção desde que as primeiras listas de animais ameaçados foram publicadas. Aparentemente, é um beija-flor exigente com relação à qualidade do habitat. A sua pequena área de distribuição, em uma região altamente impactada por ações antrópicas, contribuiu para a sua quase extinção.



ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário fiscalizar e proteger, efetivamente, as Unidades de Conservação onde a espécie ainda pode ser observada. A proteção contra os desmatamentos e os incêndios florestais, especialmente no sul da Bahia, é fundamental não só para esta espécie mas também para muitas outras endêmicas e ameaçadas que são encontradas nessa região. Mais estudos sobre a biologia básica da espécie são importantes para se conhecer e determinar, entre outros aspectos, qual é o seu hábitat preferencial, de modo a fundamentar as buscas por novas populações. A criação de uma Unidade de Conservação nos remanescentes florestais do vale do Jequitinhonha, onde este beija-flor foi recentemente registrado, é também uma ação importante.

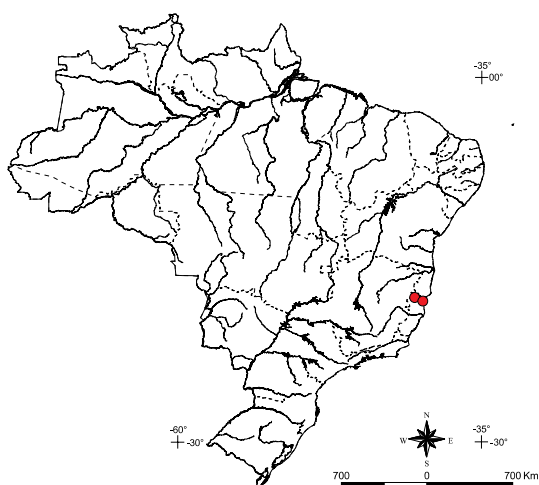
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Jacques Vielliard (UNICAMP); Paulo Cordeiro (Ornis); Rômulo Ribon (UFOP).

REFERÊNCIAS

64, 136, 139, 266, 415, 436 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*

**Phaethornis margarettae** Ruschi, 1972

NOME POPULAR: Rabo-branco-de-margarette

SINONÍMIAS: *Phaethornis ochraceiventris margarettae*; *Phaethornis malaris margarettae*; *Phaethornis superciliosus margarettae*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Apodiformes

FAMÍLIA: Trochilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phaethornis margarettae é um táxon cuja validade, relações de parentesco e distribuição são ainda obscuras e sujeitas a intenso debate. Alguns autores consideram *P. ochraceiventris camargoi*, endêmico do “Centro de Endemismo de Pernambuco”, como sinônimo do presente táxon. Entretanto, dadas as diferenças de plumagem entre as duas formas e a evidente disjunção geográfica (*P. margarettae* é privativa das matas de baixada entre o extremo-sul da Bahia e o norte do Espírito Santo, enquanto *P. o. camargoi* ocorre apenas ao norte do rio São Francisco), os dois táxons são considerados aqui como distintos. O rabo-branco-de-margarette é, provavelmente, um dos beija-flores mais ameaçados de extinção em todo o mundo, sendo conhecido apenas de pouquíssimos exemplares depositados em museus e por poucos registros confiáveis em campo. Medindo aproximadamente 17 cm e com cerca de 10 g de massa, habita (ou habitava) as matas primárias de baixada. Nos últimos anos, diversos pesquisadores trabalharam nos remanescentes florestais do extremo-sul da Bahia e norte do Espírito Santo, não tendo

sido reportados registros confiáveis desta espécie. Quase nada é conhecido sobre as suas exigências de hábitat e seus hábitos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Os registros de espécimes provêm das Reservas Biológicas do Córrego Grande e Córrego do Veado (antiga fazenda Klabin, localidade-tipo), ambas no Estado do Espírito Santo. Conhecido de pouquíssimos registros entre o extremo-sul da Bahia (provavelmente região do rio Mucuri) e o norte do Espírito Santo. Atualmente, a distribuição é pouco conhecida. A antiga fazenda Klabin (hoje Reserva Biológica do Córrego Grande/ES) sofreu enorme redução na sua extensão e passou por um incêndio de grandes proporções em 1986. Não são conhecidos registros recentes desta espécie, que pode, inclusive, estar no limiar da extinção.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente na REBIO do Córrego Grande (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Esta espécie sofreu, como tantas outras da Mata Atlântica de baixada, enorme redução na sua área de distribuição, em função do desmatamento acelerado, principalmente após a década de 1960. A redução do seu hábitat original e o empobrecimento dos fragmentos podem ter sido desastrosos para a sua conservação.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a proteção adequada da Reserva Biológica do Córrego Grande, principalmente contra incêndios e desmatamento, assim como a busca ativa por indivíduos da espécie, tanto na Reserva Biológica quanto em outros fragmentos na mesma região. Quando alguma população for encontrada, estudos sobre suas necessidades de hábitat serão importantes para subsidiar novas pesquisas em áreas semelhantes. Embora o número de exemplares em museus seja reduzido, estudos taxonômicos são fundamentais para se estabelecer o status deste táxon.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

224, 444, 522 e 545.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Phaethornis ochraceiventris camargoi Grantsau, 1988

NOME POPULAR: Besourão-de-bico-grande

SINONÍMIAS: *Phaethornis margarettae*; *Phaethornis malaris margarettae*; *Phaethornis camargoi*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Apodiformes

FAMÍLIA: Trochilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i, ii, iii, iv)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phaethornis ochraceiventris camargoi é uma espécie que necessita de estudos taxonômicos urgentes. Foi determinado como um táxon novo para a região do “Centro Pernambuco”, mas é questionado como sendo uma forma isolada de *P. margarettae*. As diferenças de plumagem e a disjunção geográfica entre essas duas formas nos levam a considerá-las como táxons diferentes. Florestal, também frequenta as bordas não muito densas (Usina Cucaú, PE). Pouco se conhece sobre a sua história natural. Costuma forragear em bromélias e *Heliconia* sp. Comum nas proximidades de corpos d’água (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE) ou em áreas alagadas no interior das florestas (Engenho Coimbra, AL e Usina Trapiche, PE). É visualizado com frequência no sub-bosque baixo a médio dessas áreas alagadas, onde vocaliza intensamente, sempre que outros beija-flores (principalmente *Glaucis hirsutus*) surgem nas proximidades. A altitude mínima de registro é de 5 m (Reserva Biológica Saltinho, PE) e a máxima é de 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Entre o norte de Pernambuco e Alagoas, incluindo aí a localidade-tipo, no município de Vicência (PE).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, REBIO de Saltinho e RPPN Frei Caneca (PE); EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça para este e muitos outros táxons endêmicos do Centro Pernambuco é a perda, destruição e descaracterização de habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A proteção e a recuperação de habitats, além da criação de novas Unidades de Conservação de Proteção Integral e de corredores ecológicos, são importantes. Além disso, estudos taxonômicos e de história natural deste táxon são medidas que podem incrementar as ações de conservação.

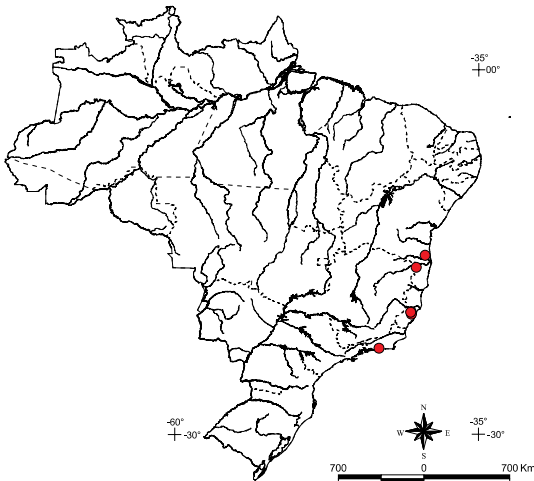
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil; Rolf Grantsau (Pesquisador autônomo).

REFERÊNCIAS

224, 238, 428, 421, 422, 424, 444, 474 e 506.

Autora: *Sônia Aline Roda*



Popelaria langsdorffi langsdorffi (Temminck, 1821)

NOME ATUAL: *Discosura langsdorffi langsdorffi*

NOME POPULAR: Rabo-de-espinho

SINONÍMIAS: *Popelaria langsdorffi langsdorffi*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Apodiformes

FAMÍLIA: Trochilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Discosura langsdorffi langsdorffi é uma das menores espécies de beija-flores do Brasil, com comprimento total que varia de 7 (fêmeas) a 12 cm (machos, incluindo a cauda). Como o próprio nome popular indica, os machos desta espécie apresentam as penas da cauda alongadas e altamente modificadas, com um estreitamento dos vexilos e um espessamento da raque. A cauda também é bifurcada, sendo este aspecto especialmente visível quando a ave está voando. Discreto, este beija-flor prefere as copas das árvores, onde procura por flores. Solitário ou aos casais, já foi registrado alimentando-se das flores do ingá (*Inga* spp.). O bater de suas asas produz um discreto zumbido, semelhante ao produzido por outras espécies do gênero ou por outros beija-flores de pequeno porte. Na Bahia, este beija-flor foi observado alimentando-se nas mesmas árvores onde também foram registradas outras espécies, como *Discosura longicauda*, *Florisuga fusca*, *Thalurania glaucopis* e *Anthracothonax nigricollis*. Pouco se sabe sobre o comportamento e os hábitos da forma nominal; a maioria das informações vem da forma amazônica (*D. l. melanosternum*). O ninho é em forma de taça, localizado a cerca de 10 m do solo. Como acontece com os outros beija-flores, a postura é de dois ovos e a incubação é realizada apenas pela fêmea. Reproduz-se entre novembro e fevereiro e o período de incubação é de aproximadamente 13 dias. O pequeno porte e o comportamento pouco conspícuo podem contribuir para a sua raridade, havendo poucos registros recentes desta espécie.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de baixada até média altitude entre a Bahia e o Rio de Janeiro, incluindo também os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Pouco conhecida e altamente fragmentada, os registros atuais vêm da região da Serra das Lontras, na Bahia, da fazenda Duas Barras, em Minas Gerais, e da região de Santa Teresa, no Espírito Santo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Augusto Ruschi (ES).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

Aparentemente, sempre foi rara na Mata Atlântica, sendo discreta e, muitas vezes, de difícil detecção. Boa parte da sua área de distribuição original desapareceu ou foi severamente alterada, e esta espécie parece não sobreviver em áreas muito modificadas. Não sofreu, como outras espécies de beija-flores, grande perseguição em função de sua plumagem.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante promover buscas por novas populações na Mata Atlântica, além de proteger as localidades onde a espécie ainda ocorre. Recomenda-se ainda a criação de Unidades de Conservação na região da serra das Lontras e no extremo nordeste de Minas Gerais, onde a espécie foi recentemente registrada, juntamente com outras espécies de aves endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. A recuperação de habitats e a conexão entre os fragmentos podem ter um efeito benéfico para a espécie.

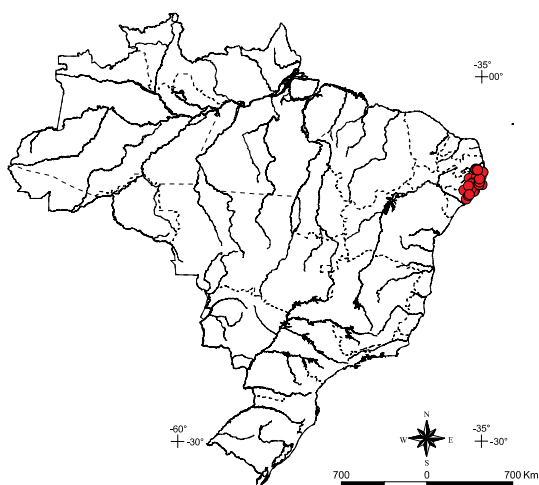
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não existem pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

224, 415, 435, 444, 457, 477, 522 e 545.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Thalurania watertonii (Bourcier, 1847)

NOME POPULAR: Beija-flor-das-costas-violetas

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Apodiformes

FAMÍLIA: Trochilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thalurania watertonii é uma espécie endêmica do Nordeste do Brasil (Pernambuco, Alagoas e Sergipe, possivelmente também no nordeste da Bahia). Há dúvidas sobre a exatidão da localidade-tipo, a espécie foi descrita como proveniente da Guiana Inglesa com registros também para o Pará. No entanto, pesquisadores atuais a consideram como de ocorrência apenas na Mata Atlântica. Os registros históricos para a região do recôncavo baiano poderiam ter sido devidos ao intenso tráfico de aves para ornamentação de roupas e adereços. É raro em matas urbanas, no entanto é abundante em várias grotas úmidas e densamente sombreadas de florestas tardias na serra do Mascarenhas (e. g. Mata do Estado e Mata da Macambira, em São Vicente Ferrer, PE). O período reprodutivo desta espécie em Pernambuco e Alagoas

coincide com os períodos de seca na região, de outubro a março. Habita o interior de florestas tardias ou secundárias, podendo freqüentar a borda de florestas mais estruturadas. É o principal polinizador de várias espécies de bromélias na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, em Pernambuco. A altitude mínima de registro é de 5 m (Reserva Biológica Saltinho, PE) e a máxima é de 980 m acima do nível do mar (Brejo dos Cavalos, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, nos Estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. Nesses Estados foi registrada em 33 localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); EE de Gurjaú, PM Vasconcelos Sobrinho (ou Brejo dos Cavalos), REBIO de Saltinho e RPPN Frei Caneca (PE); REBIO de Itabaiana (SE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça para *T. watertonii* e muitas outras espécies da Mata Atlântica é a perda, destruição e descaracterização de habitats. A serra de Itabaiana tem sofrido severas perdas de área devido a incêndios.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

São importantes a proteção e a recuperação de habitats, além da criação de novas Unidades de Conservação de Proteção Integral e corredores ecológicos. Inventários, coleta, estudos e divulgação dos resultados nas áreas de floresta do Estado de Sergipe seriam medidas para identificar se realmente esta espécie ocorre neste Estado ou se trata de *T. glaucopsis*.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

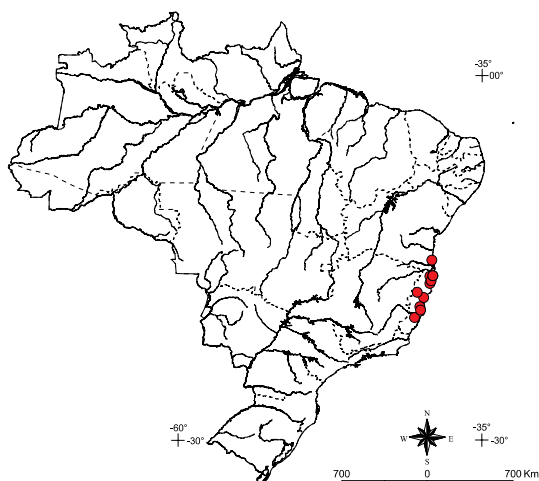
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

224, 350, 421, 422, 424, 426 e 444.

Autora: *Sônia Aline Roda*





Celeus torquatus tinnunculus (Wagler, 1829)

NOME POPULAR: Pica-pau-de-coleira-do-sudeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Picidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Celeus torquatus tinnunculus é um dos pica-paus menos conhecidos do Brasil, sendo muito raro até mesmo nas coleções científicas. É endêmico de uma estreita porção da Mata Atlântica de baixada, nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, e já extinto em boa parte dessas áreas. Quase todos os aspectos da sua biologia são ainda completamente desconhecidos. As poucas observações já feitas reportam a presença deste pica-pau no estrato médio e nas copas das árvores mais altas. Ele evita árvores isoladas ou troncos expostos no meio da floresta e prefere matas primárias ou em avançado estado de regeneração, podendo também ser visto em restingas bem conservadas. A vocalização é alta e conspícua e a ave responde prontamente à imitação do canto, aproximando-se do observador com o topete eriçado. Canta mais pela manhã, embora vocalizações tenham sido ouvidas também nos horários mais quentes do dia. Frequentemente solitário ou aos pares, de maneira similar ao comum pica-pau-de-cabeça-amarela (*Celeus flavescens*), que pode ser seu vizinho em algumas áreas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Originalmente encontrado em matas de baixada entre o leste de Minas Gerais, norte do Espírito Santo e sul da Bahia, sendo Provavelmente Extinto em Minas Gerais. Os registros atuais são provenientes de pouquíssimas localidades, todas no Espírito Santo e no sul da Bahia.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA de Monte Pascoal, PARNA do Descobrimento, PARNA do Pau Brasil, REBIO de Una, RPPN Estação Veracruz (BA); REBIO Augusto Ruschi, REBIO do Córrego Grande e REBIO de Sooretama (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Táxon naturalmente raro, esta ave parece necessitar de áreas primárias para sobreviver. A perda e alteração de hábitat são as principais causas do seu declínio.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante que se revise o status taxonômico para verificar a sua diagnosticabilidade em relação a outros táxons incluídos no complexo *Celeus torquatus*. Além disso, é necessário buscar novas populações no vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, especialmente nas fazendas Sossego do Arrebol e Duas Barras. A proteção dos remanescentes de floresta de baixada contra o corte seletivo e as queimadas é vital para a conservação da espécie. Pesquisas sobre a história natural deste pica-pau são também

fundamentais para conhecer, entre outros aspectos, os requisitos ambientais básicos para que os planos de conservação sejam bem fundamentados.

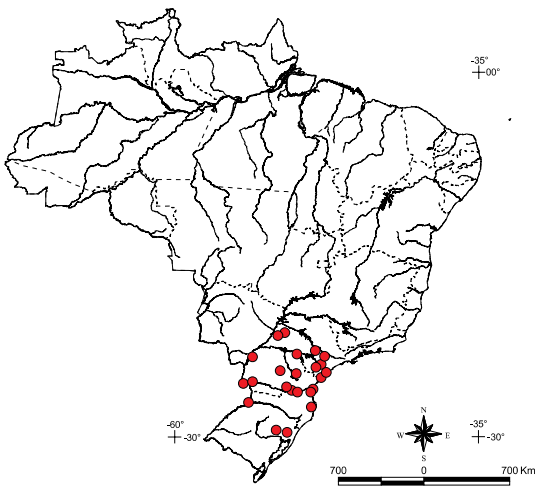
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Paulo Cordeiro (Ornis Meio Ambiente e Desenvolvimento).

REFERÊNCIAS

139, 451 e 457.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Dryocopus galeatus (Temminck, 1822)

NOME POPULAR: Pica-pau-de-cara-amarela; Pica-pau-de-cara-acanelada

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Picidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (CR); SP (CR); RS (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dryocopus galeatus é um pica-pau de grande porte, com quase 30 cm de comprimento total. Sua plumagem apresenta um destacado colorido, predominantemente marrom, barrado de branco e preto na barriga e marrom claro no uropígio. A cabeça é quase que inteiramente vermelha, com um longo topete de mesma cor e com as faces finamente barradas de marrom, preto e bege, o que lhe confere a aparência de “cara-suja”. Exclusivo das matas, voa por entre as árvores de grande porte, emitindo sua vocalização característica, audível a grandes distâncias. Ali, subindo pelo tronco, como todos os parentes de sua família, busca por insetos escondidos na casca ou no interior do tronco, que destrói com vigorosas batidas do bico. A espécie faz seu ninho em buracos no tronco das árvores, entre 2 e 3 m de altura do solo. É restrita à Mata Atlântica, em particular nas porções planálticas, mas também no litoral. Apesar de conhecida na área de floresta ombrófila densa, parece preferir outras formações vegetacionais de sua periferia, como a floresta ombrófila mista (mata de araucária) e a floresta estacional semidecidual (mata estacional).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica da Mata Atlântica sulina, a espécie ocorre desde o centro-sudeste de São Paulo, seguindo pelo Paraná até o Rio Grande do Sul, mas também nas regiões adjacentes do leste do Paraguai e nordeste da Argentina. Atualmente, está restrita a algumas poucas Unidades de Conservação dentro da sua área de distribuição original.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Iguaçu e PE Rio Guarani (PR); PE de Intervalos, PE Carlos Botelho e PE da Ilha do Cardoso (SP); PE do Turvo (RS). Há informações, ainda, de ocorrência na RPPN Volta Velha (SC) e no PARNA de Iguazú, na Argentina.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Até agora, a maior parte dos registros obtidos indica que se trata de uma espécie restrita a ambientes razoavelmente preservados, quando muito ocupando zonas de borda de grandes maciços florestados. Nesse sentido, a maior ameaça está na destruição dos últimos remanescentes conservados em sua área de distribuição, notadamente aqueles que ainda mantêm certas peculiaridades de micro-habitats, como árvores de grande porte, vivas ou mesmo apodrecidas, das quais depende para sua alimentação e reprodução.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A manutenção adequada, o incremento e a fiscalização das Unidades de Conservação onde a espécie foi registrada ou ainda daquelas em que potencialmente ocorre são ações imediatas que podem proteger grande parte das populações remanescentes. Pesquisas visando o reencontro com a espécie nos fragmentos de mata de araucária do interior do Paraná e São Paulo, bem como nas zonas marginais com florestas estacionais, poderão resultar na obtenção de informações adicionais sobre sua história natural e particularmente das dimensões mínimas para o estabelecimento de futuras Unidades de Conservação visando a sua proteção, bem como de vários outros táxons ameaçados do Sudeste e Sul do Brasil.

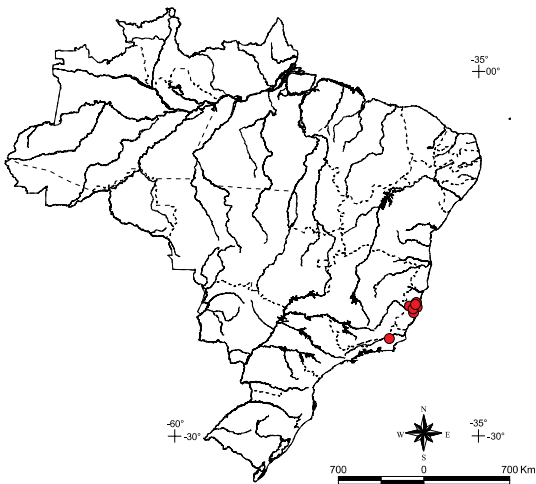
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente, não existem pesquisas sendo realizadas com esta espécie.

REFERÊNCIAS

136, 277 e 308.

Autores: Fernando Costa Straube e Alberto Urben-Filho



Piculus chrysochloros polyzonus (Valenciennes, 1826)

NOME POPULAR: Pica-pau-dourado-escuro-do-sudeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Picidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Piculus chrysochloros polyzonus faz parte de um grande complexo de formas (aproximadamente nove) que se distribuem por diversas formações florestais, desde o Panamá até a Argentina, sendo que algumas delas podem merecer o status de espécies plenas. A presente forma é privativa das matas de baixa altitude dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro e poucos espécimes estão depositados em museus. Pouco se sabe sobre os seus hábitos e exigências de habitat e até mesmo a sua distribuição ainda é muito pouco conhecida. Não são conhecidos registros recentes para o Estado do Rio de Janeiro, onde a ave pode estar extinta. Diferentemente das outras formas do complexo, parece ser exigente em relação ao habitat.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de baixa altitude nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. A coleta de espécimes na região do rio Doce, no Espírito Santo, sugere que este pica-pau pode ocorrer também em Minas Gerais. Atualmente, é conhecido de poucas localidades no Espírito Santo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Sooretama (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de habitat foi o principal fator que contribuiu para o atual status de conservação deste pica-pau. Embora as outras subespécies possam ocorrer em áreas secundárias, *P. c. polyzonus* não parece tolerar distúrbios em seu habitat.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A procura por novas populações deve ser incentivada, incluindo estudos no Parque Estadual do Rio Doce, em Minas Gerais, onde seria necessária a coleta de espécimes para se certificar se é mesmo *P. c. polyzonus*. Os novos registros devem ser publicados rapidamente e estudos sobre as suas exigências de habitat e hábitos devem ser conduzidos. As áreas onde este pica-pau ainda ocorre devem ser protegidas e a pesquisa taxonômica é fundamental para se estabelecer seu status.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

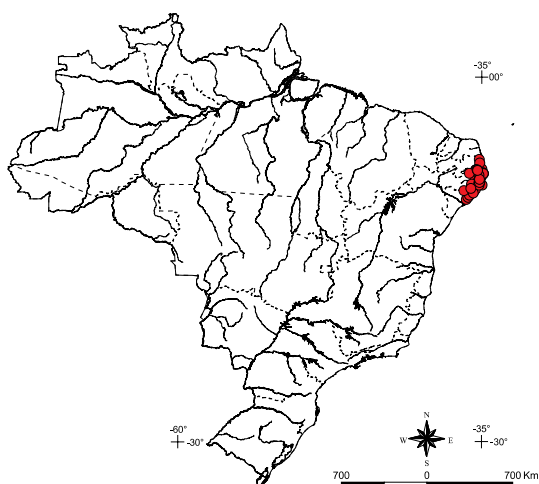
Atualmente não estão sendo realizadas pesquisas com esse táxon.



REFERÊNCIA

547.

Autor: Luís Fábio Silveira

**Picumnus exilis pernambucensis** Zimmer, 1947

NOME POPULAR: Pica-pau-anão-dourado;

Pica-pau-anão-de-Pernambuco

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Picidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Picumnus exilis pernambucensis é uma ave bem distribuída, principalmente nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Não é muito exigente em relação ao hábitat e pode ser observada em jardins, bordas de florestas, capoeiras e clareiras, assim como em florestas mais estruturadas e secundárias. Vocaliza intensamente quando está forrageando em grupos familiares (até cinco indivíduos, Mata da Macambira, em São Vicente Férrer, PE), aos pares ou em formação com bandos mistos. As principais espécies observadas em formação de bando misto com *P. e. pernambucensis* são *Xenops minutus*, *Xiphorrhynchus fuscus atlanticus*, *Dendrocincla fuliginosa*, *Herpsilochmus rufimarginatus* e *Tangara cyanocephala*. A altitude mínima de registro é de 3 m (Recife, PE) e a máxima alcança 1.067 m acima do nível do mar (Taquaritinga do Norte, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, desde a Paraíba até Alagoas. Atualmente, ocorre nas áreas florestadas de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Os registros para a Paraíba são recentes (maio-2005, S.A. Roda & F. Olmos).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); EE do Tapacurá, EE de Gurjaú, PE Dois Irmãos, REBIO de Saltinho, EE de Caetés, RPPN Frei Caneca e RPPN Carnijó (PE); REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); REBIO Guaribas e RPPN Fazenda Pacatuba (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Apesar de sua plasticidade ambiental, as principais ameaças para este táxon residem na alteração e destruição de habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats são ações recomendadas.

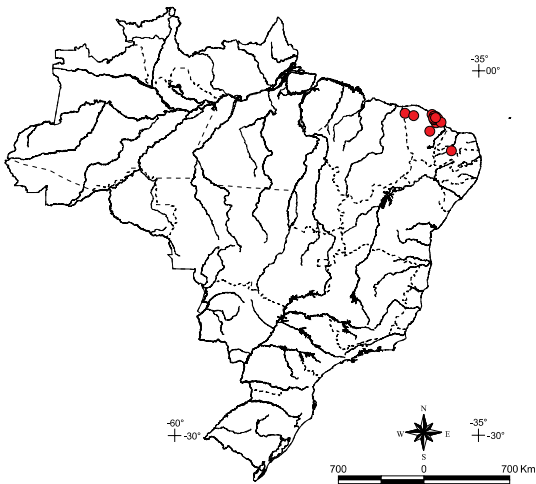
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

330, 421, 422, 425, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Picumnus limae Snethlage, 1924

NOME POPULAR: Pinica-pau-miudinho (CE); Pica-pau-anão-da-caatinga

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Picidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): EN – B2ab(ii)

INFORMAÇÕES GERAIS

Picumnus limae deve seu nome a uma homenagem ao Sr. Francisco de Queiroz Lima, um assistente da ornitóloga Emilie Snethlage, que em agosto de 1915 coletou sete exemplares de um pica-pau desconhecido. Ao identificar aonde havia sido feita a coleta, Snethlage indicou a serra do Castelo, localizando-a erroneamente ao sul do Ceará, ao invés de ao sul de Fortaleza, no norte deste Estado. Posteriormente, esta localidade foi identificada como a serra de Maranguape, sem que houvesse novos registros até 1958, quando a espécie foi coletada na serra de Baturité (CE). A falta de informações sobre este pica-pau induziu à falsa idéia de que ele seria restrito às serras úmidas cearenses, situação agravada pela divulgação de dados errôneos sobre sua distribuição (Chapada do Araripe). Tendo em vista o seu tamanho reduzido, este pica-pau não necessita de árvores espessas para construir seu ninho e pode ser observado em áreas degradadas, inclusive na zona urbana da capital cearense. Habita indistintamente o sertão e as serras úmidas, não sendo uma espécie incomum. Sua vocalização não é discernível da emitida por *Picumnus fulvescens*, uma espécie similar que a substitui no sul do Ceará, ocorrendo até Alagoas. Esses pica-paus coexistem nos municípios situados nas imediações de Pedra Branca (CE), onde foram observados juntos em uma serra, havendo indivíduos com plumagens de coloração intermediária à de ambas as espécies.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Supõe-se que a distribuição pretérita seja coincidente com a atual. Ocorre em praticamente todo o norte do Ceará, tendo seu registro mais oriental efetuado no município de Icapuí, avançando pelo Estado do



Rio Grande do Norte (Jorge B. Irusta, *in litt.*). O registro mais ocidental corresponde à proximidade da serra da Ibiapaba (CE), enquanto os registros mais extremos ao sul foram feitos em Iguatu (CE), um pouco mais ao sul de Pedra Branca, com exemplares depositados no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Sua área de ocorrência deve corresponder a aproximadamente 10.000.000 ha.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Parque Ecológico do Rio Cocó, EE do Pecém, Parque Botânico do Ceará, APA da Serra de Baturité, APA da Serra da Aratanha, APA da Serra de Maranguape, APA do Pecém, APA da Lagoa do Uruaú, APA do Rio Pacoti, RESEX do Batoque, RPPN Monte Alegre, RPPN Fazenda Não Me Deixes e provavelmente APA da Serra da Ibiapaba e FLONA de Sobral (CE). No Rio Grande do Norte, esta espécie ocorre na EE Seridó (Jorge B. Irusta e Francisco Sagot, *in litt.*).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Esta ave habita áreas degradadas e íntegras, não sendo alvo do tráfico de animais silvestres nem da caça. O único fator que pode ser considerado como ameaça é a sua distribuição relativamente restrita.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a realização de estudos, principalmente censos distribuídos por sua área de ocorrência, ajudando na estimativa do tamanho populacional, o que pode levar a uma melhor avaliação quanto ao seu estado de ameaça.

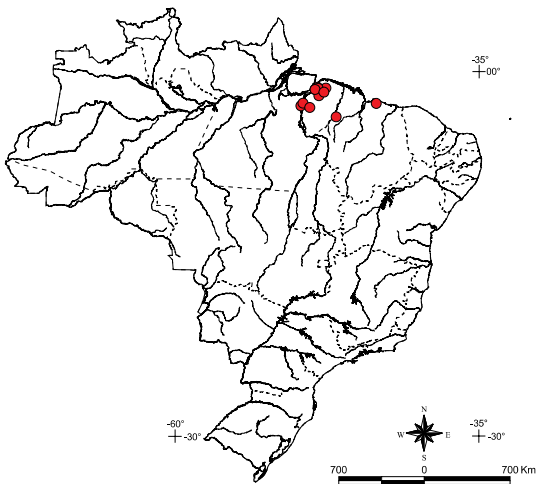
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Antônio Cláudio Conceição de Almeida, Alberto A. Campos, Ciro Albano e Thieres Pinto (Pesquisadores autônomos); Weber A. de Girão e Silva (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE).

REFERÊNCIAS

7, 79, 315, 347, 390, 499 e 504.

Autores: *Weber Girão e Ciro Albano*



Pteroglossus bitorquatus bitorquatus Vigors, 1826

NOME POPULAR: Araçari-de-pescoço-vermelho

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Piciformes

FAMÍLIA: Ramphastidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pteroglossus bitorquatus bitorquatus é uma pequena espécie de araçari com cerca de 38 cm de comprimento total. Florestal, vive em pequenos grupos que se deslocam pela copa das árvores altas da floresta. Pode freqüentar áreas secundárias e capoeiras, onde busca frutos, insetos e pequenos vertebrados. Pouco se sabe sobre o seu comportamento mas, como a maioria dos tucanos, nidifica em ocos nas árvores.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie era originalmente encontrada nas matas de baixada entre a margem direita do rio Tocantins até o norte do Maranhão. Boa parte do leste amazônico já foi completamente descaracterizada. Enormes áreas de floresta primária deram lugar a pastagens e a projetos de agricultura. Não se sabe com certeza em quantas localidades esta espécie ainda é encontrada, mas registros recentes em Tailândia, no Pará, sugerem que é rara localmente. Provavelmente ainda ocorre em grandes fragmentos florestais remanescentes entre a margem direita do rio Tocantins e o norte do Maranhão.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente na REBIO Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça a esta espécie é a perda de hábitat. O leste amazônico é, dentro deste bioma, a região que mais sofreu com o desmatamento.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no leste da Amazônia, na região do “Centro de Endemismo Belém”, onde se concentram todos os táxons de aves ameaçadas de extinção na região amazônica brasileira. Também deve haver controle e fiscalização do desmatamento, que ainda continua na região. Estudos sobre a biologia desta espécie são importantes para traçar efetivas medidas para a sua conservação.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

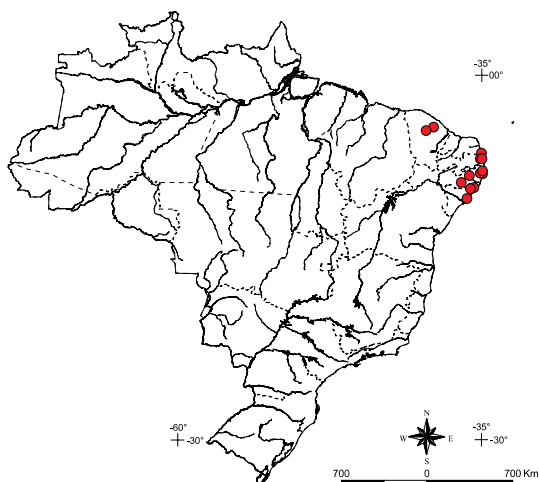
Alexandre Aleixo (MPEG).



REFERÊNCIAS

230, 432 e 457.

Autor: Luís Fábio Silveira

**Conopophaga lineata cearae** (Cory, 1916)

NOME POPULAR: Sabiazinha (CE); Chupa-dente; Cuspidor-do-nordeste

SINONÍMIAS: *Conopophaga cearae*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Conopophagidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Conopophaga lineata cearae foi descrita com base em espécimes coletados por Robert Becker em 1913, na serra de Baturité, no Estado do Ceará, motivo pelo qual foi nomeada como *Conopophaga cearae*. Descrita originalmente como uma espécie plena, esta ave é atualmente considerada como uma subespécie de *Conopophaga lineata*, o que a mantém fora da avaliação de entidades conservacionistas internacionais (União Mundial para a Natureza - IUCN, BirdLife International) responsáveis pela elaboração da lista de táxons globalmente ameaçados de extinção. Seu status taxonômico original, entretanto, vem sendo cada vez mais aceito, embora estudos específicos sobre esse tema estejam ainda em andamento. *Conopophaga lineata cearae* habita as florestas úmidas nos estratos inferiores da mata, utilizando inclusive a vegetação de borda, buscando insetos e frutos. Tolerava áreas degradadas em regeneração, nas quais chega a nidificar, mas essas áreas ficam geralmente próximas a uma floresta mais conservada. No Ceará, restringe-se a poucas serras, onde se encontra a vegetação úmida, habitando áreas de baixada em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O registro de sua presença no norte da Bahia requer confirmação. A espécie apresenta dimorfismo sexual e tanto a fêmea quanto o macho cuidam da criação dos filhotes, que são geralmente em número de dois. Os ninhos são construídos em uma altura máxima de 2 m, mas são mais comumente encontrados bem próximos ao solo. Os machos exibem-se produzindo ruídos nas penas modificadas das asas e são mais ouvidos no crepúsculo, quando é mais fácil detectar a sua presença. Nesse horário, o macho exibe um supercílio branco, que se destaca no escuro da vegetação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

No Ceará, esta ave pode ocupar ou ter ocupado as serras próximas do maciço de Baturité, como Aratânia, Maranguape e Uruburetama, mas não foram realizados estudos adequados nesses locais. As serras de Uruburetama, Matas e Meruoca são ainda desconhecidas pelos ornitólogos e estão próximas da distribuição de *Conopophaga roberti*, podendo abrigar uma ou as duas espécies. Além do Ceará, *C. l. cearae* distribuíam-se por toda a Mata Atlântica ao norte do rio São Francisco, da qual restam apenas 2% da cobertura original. Atualmente, ocorre no Ceará: serras de Baturité e do Machado (Itatira e Canindé); no Rio Grande do Norte: Baía Formosa; na Paraíba: Mamanguape e Rio Tinto; em Pernambuco:

Quipapá, Recife, São Lourenço da Mata, Brejão, Igarassu, Paulista, Caetés e Caruaru; em Alagoas: Pedra Talhada, São Luiz do Quitunde, Pontal do Coruripe e Murici.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

APA da Serra de Baturité (CE); REBIO Guaribas (PB); EE de Tapacurá, EE de Caetés, REBIO Saltinho, Parque Ecológico Municipal Vasconcelos Sobrinho e Parque Ecológico Dois Irmãos (PE); REBIO Pedra Talhada e EE Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Conopophaga lineata cearae não é alvo do tráfico de animais silvestres nem da caça, sofrendo especificamente com a perda de hábitat. A população recentemente encontrada na serra do Machado (CE) está provavelmente fadada à extinção; segundo levantamento recente (Sociedade Nordestina de Ecologia), restam cerca de dez fragmentos florestais, que somam pouco mais de 70 ha. As florestas entre o Rio Grande do Norte e Alagoas também estão extremamente fragmentadas e os maiores remanescentes florestais têm aproximadamente 3.500 ha. A serra de Baturité tem uma floresta com cerca de 20.000 ha, apresentando trechos em diferentes estados de conservação. Entretanto, esta ave não ocorre em toda a sua extensão, apesar de relativamente tolerante aos ambientes alterados.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Estudos relacionando variabilidade genética, assimetria flutuante, parasitismo, distribuição e densidade podem ajudar a dimensionar os efeitos da fragmentação florestal sobre as populações de *C. l. cearae*. A criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de corredores ecológicos parece ser a única estratégia que beneficiaria este pássaro. Técnicas de reprodução em cativeiro são desconhecidas, inviabilizando iniciativas de repovoamento. Em último caso, translocações poderiam minimizar os efeitos de um isolamento reprodutivo. Estudos sobre o seu status taxonômico são fundamentais.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alberto A. Campos, Ciro Albano, Thieres Pinto e Weber A. de Girão e Silva (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE/Mulungu/CE); Sônia Aline Roda (CEPAN); Caio José Carlos (FURG); Gilmar Bezerra de Farias, Sidnei de Melo Dantas e Glauco Alves Pereira (OAP).

REFERÊNCIAS

8, 28, 30, 53, 141, 188, 190, 326, 339, 391, 421, 426, 427, 474, 517 e 529.

Autores: *Weber Girão e Ciro Albano*





Conopophaga melanops nigrifrons Pinto, 1954

NOME POPULAR: Chupa-dente-de-máscara

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Conopophagidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Conopophaga melanops nigrifrons é uma ave bastante tolerante a alterações de hábitat. Habita o chão e o sub-bosque de florestas em diferentes estágios de regeneração, tanto nas bordas como no interior mais úmido e escuro, áreas de crescimento secundário e capoeirões no meio de canaviais. É abundante em áreas bem preservadas e pouco impactadas (e. g. Engenho Água Azul, PE; Engenho Coimbra, AL; Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE; Mata do Estado, PE; Estação Ecológica Murici, AL). Três indivíduos coletados no mês de outubro (Mata do Estado, PE) apresentavam as gônadas bem desenvolvidas e placa de incubação, evidenciando o período reprodutivo deste táxon na região. Pode ser observada só, aos pares ou em pequenos grupos (cinco a oito indivíduos). Tem o hábito de acompanhar correições de formigas junto com outras aves, principalmente *Pyriglena leuconota pernambucensis* e *Formicarius colma*. Alimenta-se de artrópodos capturados no solo. Em algumas localidades, ocorre simpatricamente com *C. lineata cearae*. Estudos recentes apontam para uma divisão do grupo *C. melanops* da Mata Atlântica em duas populações alopatricas distintas, de acordo com a combinação dos caracteres de plumagem da fronte (nos machos) e do alto da cabeça (nas fêmeas). *Conopophaga melanops nigrifrons* é uma forma endêmica do Centro de Endemismo de Pernambuco e que provavelmente foi separada da forma nominal (*C.m. melanops*) por barreiras geográficas (e.g. o rio São Francisco).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Mata Atlântica nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Este táxon era desconhecido para o Rio Grande do Norte até 2003. Atualmente, é amplamente distribuído na região de Mata Atlântica entre Alagoas e Rio Grande do Norte. Foi registrado para diversos fragmentos em 39 localidades nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); REBIO Guaribas (PB); REBIO Saltinho, RPPN Frei Caneca, EE de Gurjaú, RPPN Gurjaú, EE do Tapacurá e Parque Dois Irmãos (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição/alteração de habitats, desequilíbrio ecológico e desmatamento parecem ser os principais tipos de ameaça para este táxon.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Ações de proteção e recuperação de habitats e melhor entendimento da biologia deste táxon auxiliariam em programas de conservação. Um sistema eficiente de corredores ecológicos seria importante para a

manutenção de populações isoladas, já que este táxon se adapta bem a ambientes modificados. Revisões taxonômicas são também importantes, para elucidar o status desta forma endêmica do Centro de Endemismo de Pernambuco.

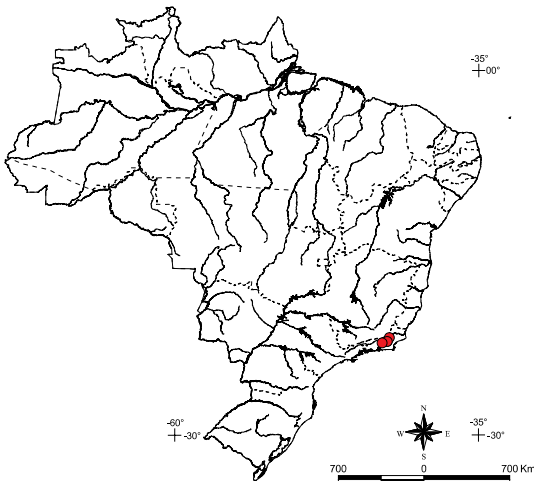
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); Rodrigo Oliveira Pessoa (USP); BirdLife - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

339, 375, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Calyptura cristata (Vieillot, 1818)

NOME POPULAR: Tietê-de-coroa; Anambé-mirim

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Calyptura cristata é a menor espécie da família Cotingidae, medindo cerca de 8 cm de comprimento total. Endêmica do Estado do Rio de Janeiro, a espécie é conhecida por cerca de 50 exemplares, todos coletados no século XIX. Os exemplares e os registros confiáveis são de poucas localidades neste Estado, como Cantagalo, Rosário, Nova Friburgo e Teresópolis. Os registros para o Espírito Santo e São Paulo nunca foram confirmados por observações confiáveis ou espécimes. Ocorre (ou ocorria) em altitudes que variam entre o nível do mar e 900 m. Os relatos sobre o hábitat incluem a presença da espécie em florestas primárias e capoeiras, onde parecia ser mais comum. Muito pouco se sabe sobre os seus hábitos e, com base em relatos antigos, pode-se afirmar que é um pássaro discreto e que vive aos pares na vegetação do dossel; aparentemente, evita expor-se na copa das árvores. Alimenta-se de pequenos frutos e de invertebrados. Não são conhecidos dados sobre a sua reprodução e a plumagem do jovem ainda não foi descrita. A vocalização é reportada como alta e desagradável, mas não há gravações. A espécie passou mais de 100 anos sem ser registrada, sendo que alguns autores a julgavam extinta. Foi redescoberta por Ricardo Parrini em 27 de outubro de 1996, na encosta da serra dos Órgãos, quando apenas um indivíduo foi observado. As observações foram repetidas em mais dois dias no final de outubro, mas nenhum outro exemplar foi visto novamente, apesar dos intensos esforços despendidos em campo. Esta é uma espécie extremamente rara e que, em função do seu pequeno porte e de seus hábitos discretos, pode ainda passar despercebida pelos observadores, o que pode contribuir para a ausência de registros.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Os espécimes provêm de uma pequena área no Estado do Rio de Janeiro, nos municípios de Cantagalo, Rosário e Nova Friburgo. A espécie é conhecida apenas de três registros feitos na encosta da serra dos Órgãos, em Teresópolis, Rio de Janeiro, em 1996.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ocorre, provavelmente, no PARNA da Serra dos Órgãos (RJ).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Não são muito claros os motivos pelos quais a espécie está ameaçada. O desmatamento das florestas abaixo de 1.000 m pode ter sido o fator mais importante que contribuiu para a virtual extinção da espécie. Existem poucos remanescentes de floresta na região de Cantagalo e Nova Friburgo, de onde veio a maior parte dos exemplares coletados no século XIX.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário que prossigam as buscas por populações remanescentes na região da serra dos Órgãos, bem como em Nova Friburgo, Rosário e Cantagalo. A descoberta e a gravação das vocalizações da espécie pode ser uma ferramenta importante para a sua detecção em outras localidades cujo hábitat é propício. Unidades de Conservação na mesma região, como o Parque Estadual do Desengano, podem abrigar alguma população remanescente. A proteção efetiva das Unidades de Conservação da região contra o desmatamento é outro fator importante para a conservação da espécie.

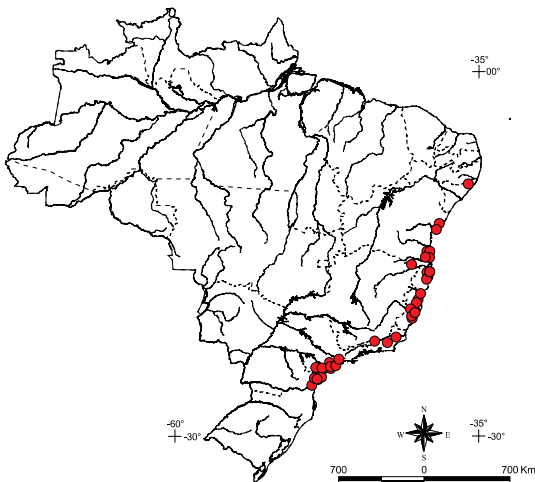
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Fernando Pacheco (CBRO); Luiz Antônio Pedreira Gonzaga (UFRJ); Ricardo Parrini (Pesquisador autônomo).

REFERÊNCIAS

64, 136, 363, 367 e 482.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Carpornis melanocephalus (Wied, 1820)

NOME POPULAR: Sabiá-pimenta; Pião-batata (PR);

Corocoxó-do-litoral; Cochó

NOME ATUAL: *Carpornis melanocephala*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); SP (CR); PR (VU); ES (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Carpornis melanocephala é um frugívoro de médio porte, com plumagem pouco chamativa. Vive principalmente em florestas primárias de baixada e na restinga, que parece ser o seu hábitat preferencial. Pode ocorrer em florestas até 700 m de altitude. É endêmico da Mata Atlântica e ocorria originalmente numa estreita faixa de floresta entre os Estados de Alagoas e Paraná. As populações remanescentes encontram-se, em muitos casos, isoladas pela fragmentação florestal. O sabiá-pimenta prefere a copa das árvores ou o estrato médio da vegetação. Sedentário, é freqüentemente encontrado sozinho e seleciona certos locais da floresta para cantar. Pode ser localmente comum e há tendência à agregação de indivíduos em certas áreas. O seu canto característico pode ser ouvido a grandes distâncias, emitido em intervalos regulares. *Capornis melanocephala* responde bem à imitação de sua vocalização, aproximando-se rapidamente do observador para defender o seu território, demonstrando a sua irritação, muitas vezes, da copa das árvores. A reprodução parece concentrar-se no segundo semestre. Em setembro de 1997, Pedro Develey (com. pess.) observou, na restinga da Estação Ecológica da Juréia (SP), um indivíduo carregando um pequeno galho no bico, sugerindo a construção de um ninho nessa época do ano. Alimenta-se principalmente de frutos (Myrtaceae, Annonaceae, palmito *Euterpe edulis*), mas ocasionalmente pode consumir insetos. Pode ser observado em fruteiras, alimentando-se junto com outras espécies da família, como *Xipholena atropurpurea*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Capornis melanocephala ocorria originalmente em uma estreita faixa da Mata Atlântica que se estendia de Alagoas até o norte do Paraná, em uma área total de cerca de 23.000 km². Populações desta espécie podem ter se extinguido nas seguintes localidades: Bahia – Pitanga, Cajazeiras, Itabuna e Cachoeira Grande. Espírito Santo - Rio Itaúnas, Lagoa Juparanã, Colatina, Ibirapu, Santa Cruz e Santa Leopoldina. Rio de Janeiro - Nova Friburgo. São Paulo - Alto da serra de Paranapiacaba e Estação Engenheiro Ferraz. O sabiá-pimenta não foi extinto em nenhum dos Estados onde ocorria originalmente. Atualmente, entretanto, as populações estão restritas ou isoladas em uma série de reservas privadas ou Unidades de Conservação nos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Recentemente, foi feito o primeiro registro para o Estado de Minas Gerais, na fazenda Sossego do Arrebol, município de Bandeira, no vale do rio Jequitinhonha.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); REBIO de Una, RPPN Ecoparque de Una, PARNA do Monte Pascoal, PARNA do Pau Brasil, PARNA do Descobrimento e RPPN Veracruz (BA). REBIO de Sooretama, REBIO do



Córrego Grande, REBIO Estadual Duas Bocas (ES); Proximidades do PE do Desengano e REBIO Fazenda União (RJ); PE da Ilha do Cardoso, PE Intervales, PE Jacupiranga, PE Sete Barras, PE Jurupará (Develey, com. pess.) e EE Juréia-Itatins (SP); PARNA do Superagüi, RPPN Salto Morato, APA Estadual de Guaratuba e APA Federal de Guaraqueçaba (PR).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça à sobrevivência de *C. melanocephala* é a perda de hábitat. As restingas e florestas de baixada ainda sofrem com o desmatamento e esta espécie parece ser pouco tolerante a habitats alterados. A retirada de palmito também parece afetar o sabiá-pimenta, diminuindo a disponibilidade sazonal de alimento. Os incêndios florestais e invasões nas Unidades de Conservação podem ainda afetar negativamente as populações da espécie, especialmente ao norte do Estado do Rio de Janeiro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

O sabiá-pimenta é encontrado em várias Unidades de Conservação estaduais e federais. Entretanto, elas devem ser efetivamente protegidas contra o desmatamento, a retirada de palmito, as invasões e os incêndios florestais. Novas pesquisas devem ser feitas em áreas propícias, em busca de novas populações. A relação desta espécie com o palmito deve ser investigada mais a fundo, bem como outros aspectos de sua biologia, como tamanho do território e exigências ambientais básicas, que podem subsidiar melhor os planos para a sua conservação.

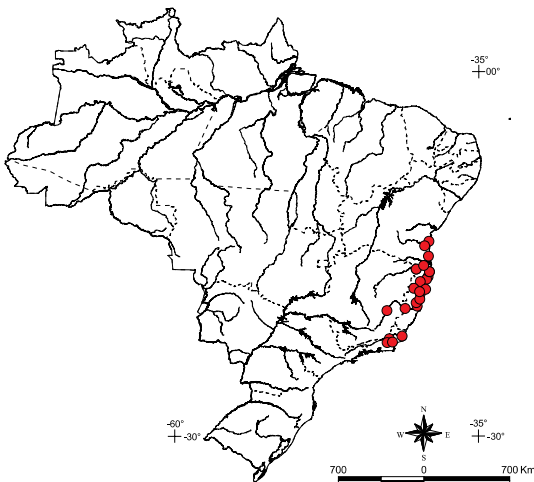
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Paulo Cordeiro (Ornis Meio Ambiente e Desenvolvimento); Pedro Develey (BirdLife International).

REFERÊNCIAS

64, 136, 139, 140, 415, 482 e 510.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Cotinga maculata (Statius Muller, 1776)

NOME POPULAR: Cotinga-crejoá; Crejoá; Pássaro-azul (ES)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (PEx); MG (CR); ES (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Cotinga maculata é endêmica de uma estreita faixa de Mata Atlântica úmida de baixada, entre o sul da Bahia e o Rio de Janeiro, podendo ser vista em matas de até 200 m de altitude. Habita as matas primárias ou em avançado estado de regeneração, onde ocupa as copas das árvores. Pode, eventualmente, visitar as capoeiras em busca de pequenos frutos, base de sua alimentação. Apresenta notável dimorfismo sexual de plumagem, sendo os machos vivamente coloridos. As fêmeas apresentam uma plumagem marrom discreta e muitas vezes passam despercebidas de observadores mais atentos. Frequentemente solitária e silenciosa, a ave pousa nos galhos secos das árvores mais altas, de onde os machos marcam o seu território. Pode permanecer por muito tempo em um mesmo galho, imóvel, o que dificulta a sua detecção. Alimenta-se basicamente de frutos (e. g. *Ficus*), mas também consome ocasionalmente insetos e outros invertebrados. Mais de um indivíduo pode ser registrado em uma mesma fruteira, onde convive com outros representantes da família Cotingidae, como *Xipholena atropurpurea*. Os poucos registros de reprodução apontam para o final do segundo semestre (outubro-novembro). O ninho é uma pequena cesta feita com gravetos, na forquilha de um galho na copa das árvores. O registro de nidificação em um ninho fechado, construído em um cupinzeiro arborícola, aguarda confirmação. Aparentemente, só a fêmea cuida da construção do ninho e do cuidado com os filhotes. Sempre foi considerada uma espécie rara, até mesmo pelos primeiros naturalistas que percorreram a região no século XIX. Embora os machos exibam vistosa plumagem, em função do seu comportamento e por habitar as copas de árvores nas matas primárias, tende a passar despercebido pelos observadores, o que pode contribuir para que existam poucos registros, inclusive recentes. Como os outros membros do gênero, é mais facilmente registrado mediante observações feitas em torres altas, construídas no meio da mata. Nessas torres, especialmente os machos são facilmente registrados.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas de baixada entre o sul da Bahia e o Estado do Rio de Janeiro, passando pelo leste de Minas Gerais, incluindo o vale do rio Doce. O crejoá não é registrado no Rio de Janeiro desde o século XIX e em Minas Gerais desde 1940, tendo sido novamente observado apenas em 2003, na fazenda Duas Barras, Santa Maria do Salto, no vale do Jequitinhonha (MG). Os registros atuais, além deste, são restritos a poucas localidades no sul da Bahia e ao norte do Espírito Santo, principalmente nas Unidades de Conservação da região.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Monte Pascoal, PARNA do Descobrimento, REBIO de Una, RPPN Estação Veracruz (BA); REBIO de Sooretama e REBIO do Córrego Grande (ES); provavelmente PE do Rio Doce (MG).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

As populações desta espécie sofreram um enorme impacto, em função do desmatamento observado na maior parte de sua distribuição geográfica. As matas de baixada foram as primeiras a desaparecer no bioma Mata Atlântica e ainda são as mais ameaçadas pelo corte, seletivo ou não, e por incêndios florestais. As populações remanescentes do crejoá encontram-se hoje muito fragmentadas e, aparentemente, a espécie necessita de amplos territórios para sobreviver. A captura para comércio de animais vivos parece ter pouco impacto sobre esta espécie, mas isso pode ser mais um reflexo da sua natural raridade do que a falta de interesse de traficantes e criadores de aves silvestres. É reportado o uso das penas dos machos para artesanato, bem como o uso da ave na alimentação humana. Estes também podem ter sido fatores que, no passado, contribuíram para a redução ou extinção de algumas populações do crejoá em certas localidades.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A efetiva proteção dos habitats remanescentes é fundamental para a sobrevivência do crejoá. A recuperação de habitats, bem como a conectividade entre os fragmentos onde a espécie ocorre, também pode ser importante para a sua recuperação. Pesquisas sobre a biologia básica da espécie são importantes para a definição dos seus habitats preferenciais, podendo levar à descoberta de novas populações. No vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, a área onde o crejoá foi registrado deve ser imediatamente protegida contra o desmatamento e incêndios. Novas pesquisas para verificar se a espécie ocorre no Parque Estadual do Rio Doce (MG) devem ser incentivadas, bem como o uso de torres de observação, que podem ser uma ferramenta adicional importante para a detecção da ave em certas áreas.

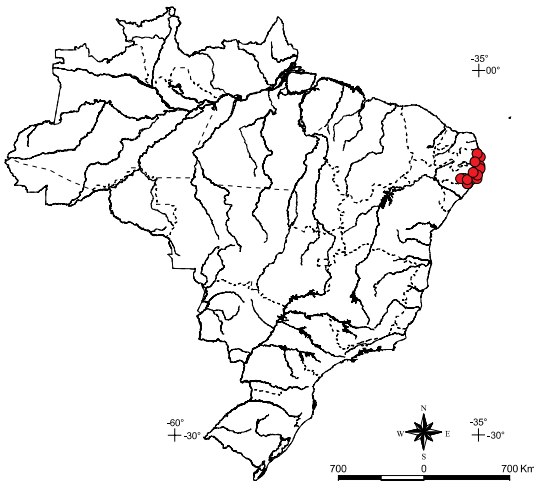
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rômulo Ribon (UFOP); Paulo Cordeiro (Ornis).

REFERÊNCIAS

64, 139, 413, 434, 457, 481, 482 e 510.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Iodopleura pipra leucopygia Salvin, 1885

NOME POPULAR: Anambezinho; Anambé-de-crista

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tityridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Iodopleura pipra leucopygia é um dos menores e menos conhecidos táxons da família, conhecido por apenas cinco exemplares. De plumagem discreta, pousa solitário ou em pequenos grupos, por longos períodos, em galhos expostos na copa das árvores. Prefere matas primárias ou em avançado estado de regeneração. Pode, eventualmente, freqüentar a borda das florestas, em busca de frutos e pequenos insetos, que constituem a base da sua alimentação. Alimenta-se na copa das árvores e parece ter predileção por frutos de ervas-de-passarinho (Loranthaceae). Os dados sobre a sua reprodução são raros, mas sabe-se que em maio de 1984 um casal foi visto nidificando na região da Estação Ecológica de Murici, em Alagoas. Parece ser naturalmente raro e é difícil de ser detectado, quando não se conhece a sua vocalização. A imitação de sua vocalização provoca uma resposta agressiva do pássaro, que se aproxima do observador. Nessas ocasiões, pode se afastar consideravelmente da borda das florestas, pousando a menos de 3 m de altura. Os machos, quando excitados, exibem um pequeno tufo de penas violetas no flanco.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Os registros são provenientes de poucas localidades nas florestas costeiras dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Os registros da Bahia merecem ser avaliados mais a fundo. Alguns indivíduos observados pelo autor (L. F. Silveira) nesse Estado não apresentam a faixa branca na região do uropígio, característica deste táxon, e são mais afins à forma nominal, o que faz, inclusive, mais sentido biogeográfico. Se os registros da Bahia forem confirmados como pertencentes à forma nominal, *I. p. leucopygia* será restrita às florestas ao norte do rio São Francisco, em um padrão biogeográfico concordante com outros táxons de aves que pertencem ao Centro de Endemismo de Pernambuco. Os registros mais recentes foram feitos na Estação Ecológica de Murici, em Alagoas. O status das demais populações nordestinas é desconhecido. Este táxon está provavelmente extinto na maioria das localidades onde foi registrado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); REBIO Guaribas (PB); PM Dois Irmãos (Recife), Refúgio Ecológico Charles Darwin, EE de Gurjaú e RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Como outros táxons endêmicos do Centro de Endemismo de Pernambuco, *I. p. leucopygia* se encontra em situação de quase extinção, em função do virtual desaparecimento das florestas ao norte do rio



São Francisco. O desmatamento ocorrido nesta região pode ser considerado como uma das maiores catástrofes ecológicas do Brasil, e é justamente nesta região que se concentra enorme quantidade de táxons de aves endêmicas e/ou ameaçadas de extinção, incluindo o anambezinho.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Algumas medidas são consideradas fundamentais: proteção efetiva dos remanescentes florestais do Centro de Endemismo de Pernambuco, incluindo a Estação Ecológica de Murici; procura intensiva por novas populações ao norte do rio São Francisco; estudos sobre a história natural e necessidades básicas de habitat; pesquisas taxonômicas mais aprofundadas, com a coleta de exemplares no Estado da Bahia, para testar a validade deste táxon, bem como refinar a sua distribuição.

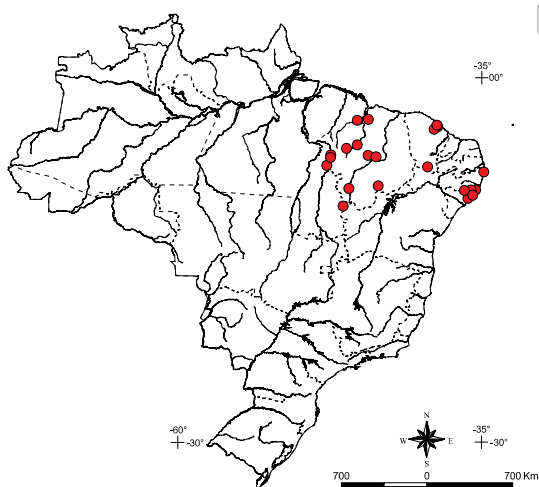
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não há especialistas desenvolvendo pesquisas sobre a espécie.

REFERÊNCIAS

64, 136, 481 e 482.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Procnias averano averano (Hermann, 1783)

NOME POPULAR: Araponga-de-barbela; Araponga-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Procnias averano averano apresenta um notável dimorfismo sexual de plumagem, sendo os machos brancos, com a cabeça marrom, apresentando também, na região gular, expansões carnosas em forma de filamentos, que ficam pendentes. As fêmeas e os jovens possuem plumagem discreta e críptica, sendo esverdeadas com estrias negras amarronzadas. Táxon florestal, habita as copas das árvores altas, de onde os machos demarcam os seus territórios emitindo a sua vocalização típica, uma forte martelada metálica, que pode se estender por alguns minutos. Frugívora, a araponga-de-barbela engole pequenos frutos inteiros, dispersando as sementes pela regurgitação ou pelas fezes. Quase nada se sabe sobre a forma nominal. Acredita-se que esta espécie seja migratória, pelo menos em parte de sua distribuição. Registrada em diversas altitudes, parecia ser mais comum nas matas de baixada. Habita as matas secas e de transição do interior e as matas primárias da faixa atlântica. Parece ser pouco tolerante a ambientes

alterados. Nas matas secas, de onde provém a maioria dos registros recentes, parece preferir as áreas onde as árvores são mais altas (baixões) ou os brejos de altitude, onde a mata é mais úmida.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A forma nominal desta araponga é endêmica do Brasil, sendo encontrada desde o Maranhão e norte de Tocantins até Alagoas. Antigamente, *P. averano averano* era encontrada desde o norte do Tocantins, centro e leste do Maranhão até Alagoas, tanto nas matas secas de transição do interior quanto na Mata Atlântica de baixada, nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Altamente fragmentada, principalmente na porção leste da distribuição, provavelmente extinta em Pernambuco e muito rara em Alagoas. Não são conhecidos registros recentes para a Paraíba. Nas matas secas dos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e norte de Tocantins, a espécie ainda é relativamente comum em algumas localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra das Confusões e EE Uruçuí-Una (PI); FLONA Araripe (CE); PARNA do Mirador (TO); EE Murici e REBIO de Serra Talhada (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de hábitat é a principal ameaça à sobrevivência da araponga-de-barbela. Mais de 95% do seu hábitat na Mata Atlântica já foram destruídos e a espécie está no limiar da extinção na porção leste da sua distribuição. A situação não é confortável nas matas secas e de transição do interior, onde há, atualmente, intensa atividade de extração de madeira e de transformação das áreas nativas em plantações de soja e outras monoculturas. Além da perda de hábitat, a captura para o comércio ilegal de animais silvestres tem um impacto extremamente importante nas populações desta ave. A araponga-de-barbela é considerada uma ave rara e é muito cobiçada por colecionadores. A maioria das aves apreendidas ou vistas nos criadouros é proveniente do Ceará, Piauí e Maranhão.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Algumas medidas são recomendadas: proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ainda ocorre; combate ao tráfico de aves silvestres, com imediata destinação das aves apreendidas a centros de reabilitação e criação em cativeiro; estudos de campo para se compreender os possíveis movimentos migratórios e as exigências de hábitat, com vistas a uma conservação mais efetiva. As populações da Mata Atlântica de Alagoas, Paraíba e Pernambuco devem ter o seu status taxonômico investigado mais a fundo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

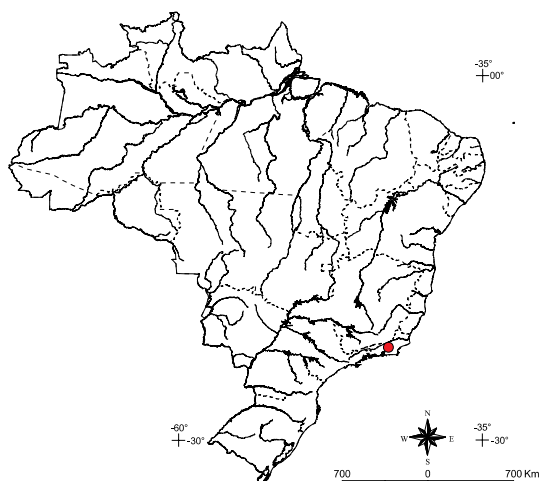
Luís Fábio Silveira (USP); Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO); José Fernando Pacheco (CBRO); Sônia Aline Roda (CEPAN); Rolf Grantsau (Pesquisador autônomo); Fernando Pinto (IPMA).

REFERÊNCIAS

457 e 482.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Tijuca condita Snow, 1980

NOME POPULAR: Saudade-de-asa-cinza

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D1 + 2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Tijuca condita foi descrita apenas em 1980, sendo ainda muito pouco conhecida, até mesmo pelos ornitólogos. Endêmica do Estado do Rio de Janeiro, tem sido registrada em apenas três localidades sendo que em uma delas (serra dos Tucanos, município de Nova Friburgo), o registro é recente. Apenas uma fêmea foi coletada e uma descrição formal do macho permanece ainda em aberto. A plumagem desta ave tem coloração predominantemente verde-oliva no dorso e mais amarelada na região do ventre. As asas são verde-oliva e as penas de vôo são cinzentas. Aparentemente, a espécie sempre foi rara e de ocorrência muito localizada, habitando as matas nebulosas, preferencialmente entre 1.800 e 2.000 m de altitude, em montanhas de difícil acesso. É detectada mais facilmente pelo seu canto, um pouco mais curto do que o emitido por sua provável espécie irmã, *Tijuca atra*. Pode ser observada na copa da mata ou então em galhos expostos acima da linha das árvores. Vive solitária ou aos pares e a reprodução parece ocorrer no segundo semestre (uma fêmea capturada em novembro de 1980 possuía sinais de que estava incubando). Alimenta-se de pequenos frutos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre provavelmente na Mata Atlântica serrana, entre 1.400 e 2.000 m de altitude, no Estado do Rio de Janeiro. É restrita a apenas três localidades, todas na região serrana, nos municípios de Tinguá, Tere-sópolis e Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra dos Órgãos e REBIO do Tinguá (RJ).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Não são claros os motivos da aparente raridade de *T. condita*. Incêndios florestais podem ser uma ameaça, especialmente na região do Parque Nacional da serra dos Órgãos. Como a espécie habita uma área de difícil acesso, o desmatamento não parece ser uma ameaça das mais significativas. A situação da população recentemente descoberta na Serra dos Tucanos merece ser averiguada em detalhes.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A gravação de mais exemplos do repertório vocal da espécie pode ser fundamental para a descoberta de novas áreas de ocorrência. Pesquisas de campo sobre exigências de habitat e hábitos são também relevantes e devem ser feitas em um curto prazo. Também deve ser feita pesquisa em busca de novas populações da espécie. A população recentemente descoberta na serra dos Tucanos deve ser protegida.

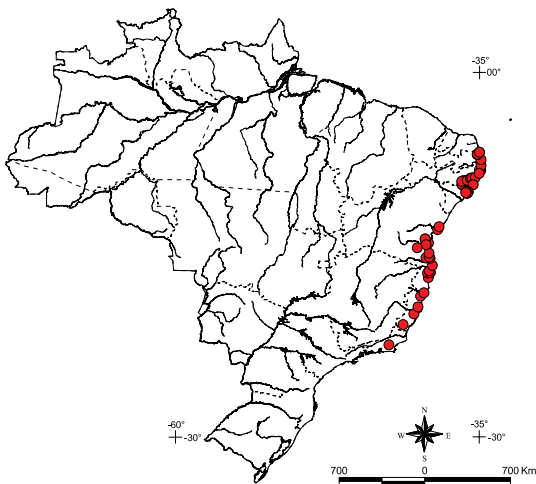
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Ricardo Parrini e Marcos Raposo (MNRJ).

REFERÊNCIAS

64, 136 e 482.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Xipholena atropurpurea (Wied, 1820)

NOME POPULAR: Anambé-de-asa-branca

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cotingidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (EN); ES (CR)

Anexos da CITES: Anexo I

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Xipholena atropurpurea é um inconfundível cotingídeo, endêmico da Mata Atlântica, entre os Estados da Paraíba e Rio de Janeiro. Os machos possuem uma bela plumagem de coloração púrpura-escura, com as asas brancas, que se destacam quando a ave voa. A íris é esbranquiçada ou amarelada. A fêmea possui plumagem discreta, sendo bastante críptica. Habita principalmente as copas das árvores, enquanto os machos possuem especial predileção por poleiros expostos ao sol, onde permanecem parados durante muito tempo. Essas aves ocupam principalmente as matas primárias ou em avançado estado de regeneração, nas baixadas, embora existam registros até 900 m de altitude. Também podem ocupar matas semidecíduas ou matas secundárias, embora sejam menos frequentes nestes tipos de hábitat. Alimentam-se de uma gama variada de fruto e flores; insetos são também consumidos, especialmente durante o período reprodutivo. A reprodução parece concentrar-se entre os meses de agosto e fevereiro. Os machos exibem-se para as fêmeas em elaboradas cortes, que incluem sons não vocais, produzidos pelas asas, que possuem penas modificadas para essa finalidade. O ninho é uma pequena tigela, construído em meio a cipós, a grande altura. Censos realizados na Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracruz (BA), cujos resultados foram extrapolados para as outras Unidades de Conservação onde a espécie ocorre, apontam para um total de aproximadamente 12.000 aves. Este número deve ser encarado com reservas, visto que as densidades da espécie certamente variam dentro de sua extensa área de distribuição e que as Unidades de Conservação onde ocorre apresentam características e histórias particulares.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Mata Atlântica, entre os Estados da Paraíba e do Rio de Janeiro. Presente em todos os Estados onde originalmente ocorria, principalmente nas Unidades de Conservação. Fora dessas áreas, é muito rara.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Guaribas (PB); EE do Tapacurá, Parque Dois Irmãos, RPPN Frei Caneca (PE); REBIO de Pedra Talhada, EE de Murici (AL); REBIO Una, EE Estadual de Nova Esperança, RPPN Estação Veracruz, PARNA do Descobrimento, PARNA Pau Brasil e PARNA Monte Pascoal (BA); REBIO de Sooretama (ES); PE do Desengano (RJ).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento é a principal ameaça às populações deste belo cotingídeo. Boa parte do seu hábitat já foi destruída e as aves estão restritas, principalmente às Unidades de Conservação. Não é procurado como ave de gaiola ou para a alimentação.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a proteção efetiva das áreas onde a espécie ainda ocorre. Também dever ser feita pesquisa básica sobre hábitat e hábitos, de forma a fundamentar políticas de manejo, monitoramento e recuperação desta ave. Procura por novas populações em remanescentes florestais ainda não protegidos é outra medida importante. Esta ave deve ocorrer no nordeste de Minas Gerais, e as fazendas Duas Barras, em Santa Maria do Salto, e fazenda Sossego do Arrebol, em Bandeira, podem abrigar representantes da espécie.

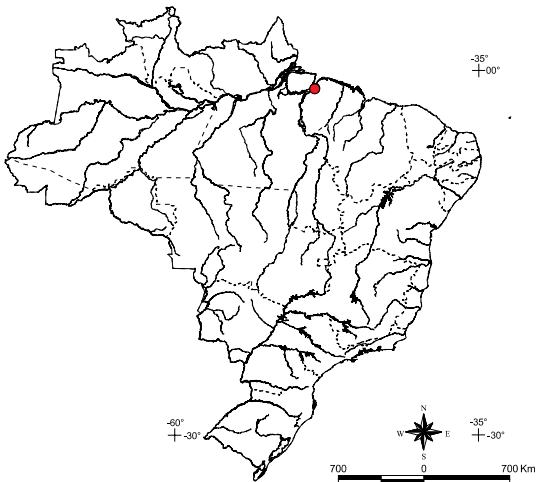
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Boa parte do conhecimento sobre a biologia básica e o hábitat do anambé-de-asa-branca fundamenta-se nos estudos realizados pela equipe do Prof. Dante Martins Teixeira (MNRJ). Sônia Aline Roda (CEPAN).

REFERÊNCIAS

37, 64, 136, 139, 140, 190, 421, 428, 457, 477, 482, 505 e 510.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Dendrexetastes rufigula paraensis Lorenz, 1895

NOME POPULAR: Arapaçu-galinha

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dendrexetastes rufigula paraensis ocorre em florestas de terra-firme ou sazonalmente alagadas em vários estágios de sucessão, preferindo, no entanto, florestas em estágio sucessional mediano, próximas à água. A forma nominal ocorre também em florestas sobre solos arenosos, localizadas em ilhas de rios amazônicos. Forrageia predominantemente em material seco, como folhas mortas de palmeiras, preferencialmente no estrato superior da floresta. Aparentemente, o arapaçu-galinha é sensível a alterações ambientais, como a retirada seletiva de madeira. A área de vida na Amazônia peruana foi calculada em 14 ha (subespécie *D. r. devillei*). Nidifica em ocos naturais ou telhados de palha durante a estação seca (forma nominal) e a postura varia entre dois e três ovos brancos. Taxonomicamente, parece ser mais próxima à forma nominal, alopátrica, do que ao táxon de distribuição parapátrica mais próxima (*D. r. moniliger*).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Região de Belém, no leste do Estado do Pará, porém não existem registros desde 1959.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição de habitat, que se intensificou na região a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a busca sistemática pela espécie ao longo da bacia do rio Guamá, que parece ser o centro histórico de distribuição do táxon no leste do Pará. Também é importante dar início a um estudo taxonômico sobre a validade do táxon *D. r. paraensis*.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

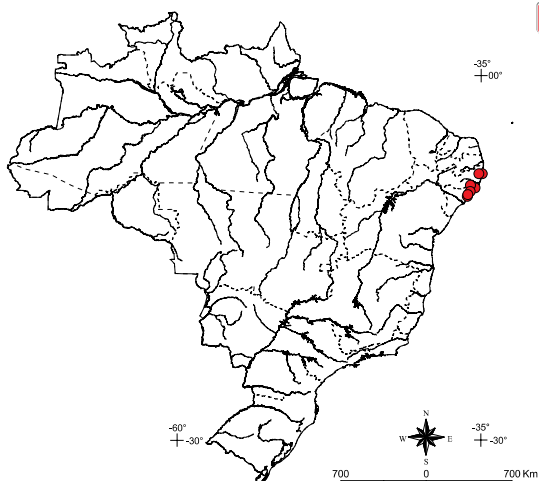
Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

278 e 327.

Autor: *Alexandre Aleixo*





Dendrocincla fuliginosa taunayi Pinto, 1939

NOME POPULAR: Arapaçu-pardo-do-nordeste

SINONÍMIAS: *Dendrocincla taunayi*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dendrocincla fuliginosa taunayi ocorre em floresta ombrófila úmida madura da Mata Atlântica do Nordeste brasileiro. As afinidades filogenéticas deste táxon dentro do complexo *Dendrocincla fuliginosa/D. turdina* são ainda controversas e devem ser investigadas por meio de um estudo taxonômico que utilize vários tipos de caracteres. Em um estudo realizado em Alagoas, *D. f. taunayi* ocorreu unicamente em três de um total de 15 fragmentos inventariados. Os três fragmentos selecionados pela espécie foram os maiores e/ou com cobertura vegetal em bom estado de conservação, sendo que em um deles (Mata do Engenho Coimbra, Usina Serra Grande), a espécie se mostrou relativamente comum. Forrageia predominantemente no sub-bosque da floresta, às vezes em conjunto com bandos mistos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Mata Atlântica nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Em Alagoas, ainda ocorre nos maiores e mais bem preservados fragmentos de floresta.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RPPN Frei Caneca (PE). Presença inferida para as REBIO de Saltinho (PE) e Pedra Talhada (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição e fragmentação de habitat, com os efeitos negativos, em longo prazo, na estrutura genética de populações em ambientes fragmentados.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação do habitat apropriado, além de fiscalização.

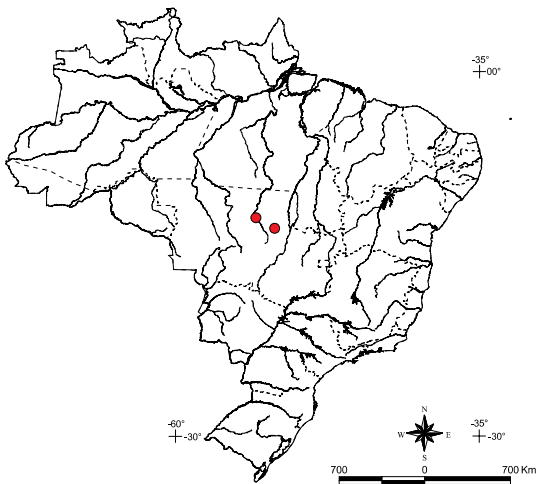
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN).

REFERÊNCIAS

37, 278 e 474.

Autor: *Alexandre Aleixo*



Dendrocincla fuliginosa trumaii Sick, 1950

NOME POPULAR: Arapaçu-pardo-do-xingu

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dendrocincla fuliginosa trumaii é um táxon com distribuição restrita e aparentemente pouco diferenciado da forma *D. f. atrirostris*, conhecida para o interflúvio Madeira-Tapajós. Reavaliação taxonômica do grupo *Dendrocincla fuliginosa* (sensu Marantz *et al.*, 2003) dentro do complexo *Dendrocincla fuliginosa/D. turdina* é imprescindível. É associado predominantemente a matas ciliares e, em menor escala, a florestas secas, sendo aparentemente um dos Dendrocolaptidae mais comuns nesses tipos de ambientes na região de ocorrência do táxon. Forrageia freqüentemente próximo a colunas de formigas de correição, preferindo o sub-bosque da floresta (altura média de 2,5 m). Aparentemente, é mais ativo vocalmente (emitindo canto territorial) entre maio e dezembro. O período reprodutivo parece situar-se entre junho e dezembro, sendo a muda de penas confirmada para o mês de dezembro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Região do alto Xingu / serra do Roncador, no Mato Grosso. Não existem levantamentos de aves recentes na região, mas é provável que ainda ocorra em áreas de floresta ciliar associadas a florestas secas vizinhas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Presença inferida no PARNA do Xingu (MT).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição de hábitat.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se um amplo estudo taxonômico com o complexo *Dendrocincla fuliginosa/D. turdina*, bem como a busca por registros recentes no campo. Indica-se ainda a proteção e criação de novas Unidades de Conservação de Proteção Integral na região do alto Xingu/serra do Roncador.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

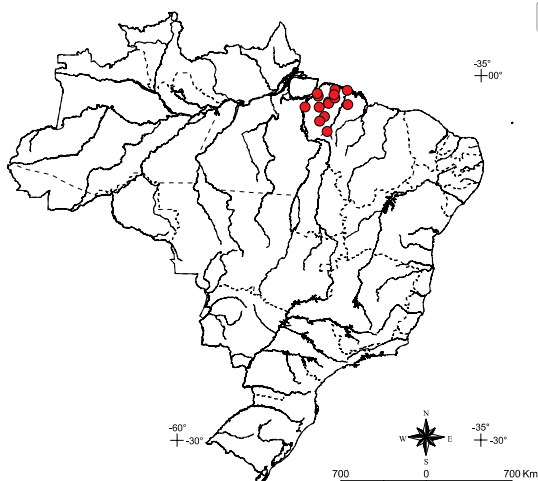
Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

207, 278 e 452.

Autor: *Alexandre Aleixo*





Dendrocincla merula badia Zimmer, 1934

NOME POPULAR: Arapaçu-da-taoca

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dendrocincla merula badia é encontrada predominantemente em floresta de terra-firme, penetrando ocasionalmente em florestas sazonalmente alagadas. Prefere o sub-bosque do interior de florestas em avançado estágio sucessional, em detrimento de ambientes mais perturbados. Ocasionalmente, ocorre na beiras de pequenos igarapés. Utiliza-se do estrato mais baixo da floresta, forrageando predominantemente abaixo de 1 m de altura e exclusivamente junto a colunas de formigas de correição (*Eciton burchelli* e *Labidus praedator*). Sua dieta consiste de artrópodos (destaque para besouros e himenópteros) e, em menor escala, de pequenos vertebrados. Os indivíduos se movimentam bastante, procurando colunas ativas de formigas de correição, podendo se deslocar vários quilômetros por dia. O período reprodutivo estende-se, provavelmente, de junho a outubro. Ninhos e ovos são desconhecidos. *Dendrocincla merula badia* é geralmente comum em ambiente apropriado, mas se torna uma das primeiras espécies a desaparecer ou sofrer redução significativa em caso de fragmentação ou extração seletiva de madeira. Aparentemente, precisa de uma área mínima de 300-400 ha para sobreviver por um longo período de tempo, embora seja capaz de se deslocar por ambientes alterados, como capoeiras. Sua existência é diretamente associada à das formigas de correição.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre na região Amazônica, do rio Tocantins para leste até a Amazônia maranhense. A espécie é bastante rara ou localmente extinta na maior parte da região bragantina (do nordeste Paraense ao norte do rio Guamá, incluindo Belém), uma das áreas mais antropizadas da Amazônia brasileira. Ocorre em maior densidade na zona Guajarina (do leste do Pará, ao sul do rio Guamá e leste do rio Tocantins). O status das populações maranhenses é desconhecido.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Presença hipotética na REBIO Gurupi (MA). Não confirmada em outras Unidades de Conservação localizadas entre o rio Tocantins e o leste do Maranhão.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição, fragmentação e degeneração da floresta de terra-firme são as principais ameaças. Estudos preliminares indicam que a espécie é uma das mais comuns em florestas de terra-firme não-perturbadas. No entanto, sua abundância parece declinar bastante em florestas fragmentadas e/ou secundárias, como aquelas exploradas por corte seletivo de madeira. Pode se extinguir localmente em regiões com florestas fragmentadas e degradadas, como nos arredores de Belém, onde a espécie já era bastante rara no final da década de 1960. Na região de Manaus (táxon *D. m. obidensis*), a pre-

sença desta espécie em florestas está intimamente associada à resposta das formigas de correição às alterações antrópicas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Indica-se a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral entre o leste do rio Tocantins e oeste do Maranhão. Áreas reservadas para o corte seletivo são uma opção para a conservação da espécie, desde que manejadas adequadamente. A formação de corredores entre Unidades de Conservação localizadas na zona bragantina do leste paraense também é uma medida importante.

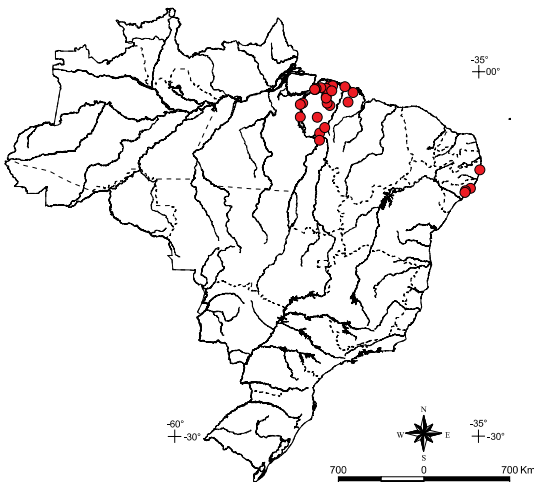
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alexandre Aleixo (MPEG); Evonnildo Gonçalves, Paula Schneider e Tibério Burlamaqui (UFPA).

REFERÊNCIAS

278 e 535.

Autor: *Alexandre Aleixo*



Dendrocolaptes certhia medius Todd, 1920

NOME POPULAR: Arapaçu-barrado

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Dendrocolaptes certhia medius é freqüente em florestas de terra-firme, várzea e capoeiras em avançado estágio de sucessão. Ave predominantemente insetívora, alimenta-se também de pequenos vertebrados, como pequenos lagartos e anuros. Associa-se freqüentemente tanto a colunas de formigas de correição quanto a bandos mistos de aves, embora não seja dependente de nenhum deles para forragear. Esta ave forrageia em vários estratos da floresta, especialmente sub-bosque e estrato médio, fazendo investidas aéreas contra folhas de diversos tipos e trepadeiras. Em ambiente de várzea, parece ter preferência por folhas vivas do açaí (*Euterpe oleracea*). Parece procriar entre outubro e junho, sendo que, em alguns locais, o ciclo de reprodução pode durar entre 9 e 10 meses. Os pares permanecem juntos ao longo de todo o ano. *D. c. medius* nidifica em cavidades naturais e ocos escavados por pica-paus (Picidae), colocando geralmente um único ovo branco, medindo 30 x 24 mm. Aparentemente, ambos os sexos cuidam da ninhada. A muda de penas parece se seguir à procriação.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste brasileiro (Pernambuco e Alagoas) e leste da Amazônia, do leste do rio Tocantins ao Maranhão amazônico. A população do Nordeste parece estar extinta na maior parte da sua distribuição, uma vez que não foi encontrada em levantamentos recentes realizados na área de ocorrência pretérita da espécie. Há apenas um registro recente para o Estado de Pernambuco. A população amazônica distribuída na área original é aparentemente tolerante a alterações ambientais, tendo em vista a presença freqüente de *D. c. medius* em capoeiras com diversos estágios sucessionais.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Presente na RPPN Frei Caneca (PE). Ocorrência inferida na REBIO do Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição e fragmentação de hábitat constituem ameaças, apesar de certa tolerância da espécie a alterações na estrutura de florestas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Uma importante medida é a implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no leste amazônico, entre o leste do rio Tocantins e o Maranhão, e zona da mata de Alagoas e Pernambuco. Também deve-se investir na elaboração de um plano de manejo para o táxon e na procura por outras populações nordestinas, não encontradas nos últimos levantamentos realizados na região.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

37, 278 e 537.

Autor: *Alexandre Aleixo*



Drymornis bridgesii (Eyton, 1850)

NOME POPULAR: Arapaçu-platino

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Drymornis bridgesii habita florestas secas e campos salpicados de palmeiras ou vegetação arbóreo-arbustiva espinhenta situados entre o nível do mar e 1.000 m de altitude. No Brasil, a espécie está estritamente associada à vegetação de parque espinilho, uma savana de algarrobos (*Prosopis nigra*), inhanduvás (*Prosopis affinis*), espinilhos (*Acacia caven*) e outras arvoretas espinhentas típicas da extremidade oeste do Rio Grande do Sul. Existem registros adicionais para campos com arvoretas esparsas no Brasil e para plantações de eucalipto e bosques urbanos no Uruguai e Argentina, respectivamente. O arapaçu-platino vive solitário, aos pares ou em pequenos grupos familiares. Utiliza o seu longo bico para desalojar insetos, aranhas e centopéias de fendas em troncos e ramos de arvoretas e cactos, especialmente daqueles mais espessos. Também procura alimento em epífitas e no solo. Pode se beneficiar do pastejo do gado, visto que forrageia no chão, em áreas onde a vegetação é rala. Ocasionalmente, busca alimento junto com outras espécies de aves terrícolas típicas de parque espinilho, como o igualmente ameaçado coperete (*Pseudoseisura lophotes*). É residente ao longo de sua distribuição geográfica. Embora seja observado com certa regularidade no extremo-oeste do Rio Grande do Sul, não existem evidências concretas de sua reprodução no Brasil. Esta ave nidifica em cavidades com profundidade de 20–50 cm, situadas a 1,5–2 m de altura, em arvoretas e palmeiras, podendo ocupar ocos escavados por pica-paus. A postura, de três ovos, é depositada sobre um leito de folhas ou cavacos e ocorre entre o início de outubro e dezembro. O período de incubação é de 14 dias e os filhotes permanecem no ninho por 21 dias. Na Argentina, é possível que seja mais abundante em savanas de arvoretas maduras, por causa da maior disponibilidade de cavidades naturais. Em função da reduzida extensão de seu hábitat, é provável que poucos indivíduos subsistam no Brasil. Foi considerado incomum no Parque Estadual do Espinilho, nas décadas de 1970 e 1980, condição que, aparentemente, perdura até hoje.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribuído do sul da Bolívia e oeste do Paraguai ao centro-leste da Argentina, Uruguai e sul do Brasil. Atualmente, no Brasil, existem registros para o Parque Estadual do Espinilho, no município de Barra do Quaraí, extremo-oeste do Rio Grande do Sul, e para uma localidade situada 30 km a nordeste dessa Unidade de Conservação.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição e descaracterização das savanas de algarrobos, inhanduvás e espinilhos do oeste gaúcho são as principais ameaças à espécie. Áreas outrora recobertas por essa vegetação foram extensivamente



desmatadas para a obtenção de lenha e para dar lugar à pecuária e ao cultivo de arroz. O pastejar do gado e o corte e queima das arvoretas para a “limpeza” do campo impedem a regeneração das arvoretas, contribuindo para isolar os poucos fragmentos que restam. No Brasil, os maiores remanescentes estão localizados no Parque Estadual do Espinilho e somam 1.200 ha. Essa Unidade de Conservação, entretanto, apresenta problemas de implementação e seu isolamento pode não ser capaz de assegurar, em longo prazo, a sobrevivência da reduzida população brasileira da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A plena implementação do Parque Estadual do Espinilho e a aplicação de seu plano de manejo são fundamentais para a sobrevivência da espécie em território brasileiro. A recuperação e proteção dos remanescentes de parque espinilho dependem de campanhas de educação ambiental que alertem para a importância e singularidade desse ecossistema. Uma fiscalização mais efetiva contra desmatamentos e queimadas e o estímulo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural são formas de consolidar a conservação dessa vegetação. Experimentos de exclusão do gado devem ser conduzidos no Parque Estadual do Espinilho, visando determinar o grau de dependência da espécie em relação ao pastejo. Também é necessário avaliar as vantagens e desvantagens de estabelecer reservas lineares de parque espinilho ao longo da faixa de domínio de estradas públicas. Estudos sobre história natural, abundância, grau de isolamento e dinâmica da população brasileira são igualmente prioritários, visto que a conservação desse arapaçu de ocorrência marginal no Brasil depende, provavelmente, de conectividade com populações maiores e mais bem distribuídas do Uruguai e Argentina.

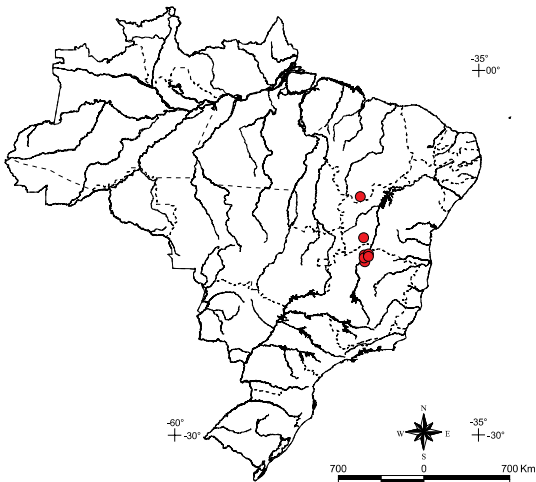
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Glaysen Ariel Bencke (FZB/RS); Carla Suertegaray Fontana e Jan Karel Felix Mähler Jr. (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

3, 32, 48, 53, 157, 163, 259, 299, 418 e 457.

Autor: Rafael Antunes Dias



Lepidocolaptes wagleri (Spix, 1824)

NOME POPULAR: Arapaçu-escamado-de-wagler

SINONÍMIAS: *Lepidocolaptes squamatus wagleri*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Lepidocolaptes wagleri é um pássaro de distribuição relativamente restrita ao Nordeste, em florestas secas (matas decíduas e semidecíduas e caatinga arbórea) e mata de galeria. Ocorre no interior e na borda de matas e também em florestas (mesmo fragmentos) com vegetação secundária desenvolvida. A dieta é pouco conhecida, presumivelmente constituída de artrópodes. Forrageia solitário, em casais ou frequentemente em bandos mistos, principalmente nos estratos médio e superior da floresta. Em geral, tende a ocupar floresta relativamente intacta, sendo por isso moderadamente sensível ao desmatamento.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Oeste do rio São Francisco, no norte de Minas Gerais, Bahia e Piauí. Estudos adicionais são necessários para avaliar o impacto do desmatamento extensivo sobre populações desta espécie em sua área de ocorrência.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA Cavernas do Peruaçu (MG).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição das florestas secas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se o início de um estudo ecológico e genético objetivando a elaboração de um plano de manejo para a espécie, assim como levantamentos adicionais na Bahia e Piauí, visando descobrir novas populações. Também são importantes medidas de fiscalização contra a destruição de habitat e criação de novas Unidades de Conservação na área de ocorrência da espécie.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

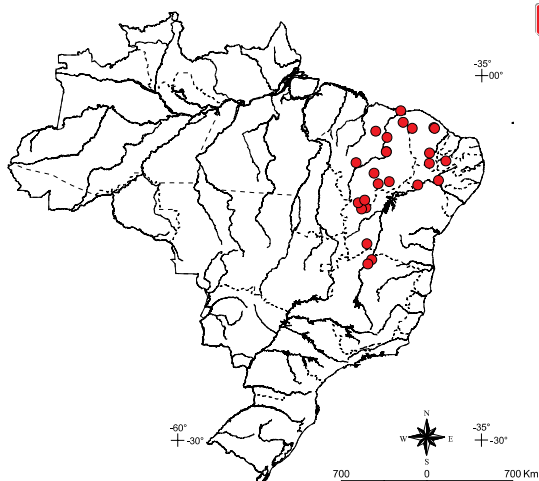
Atualmente não existem pesquisas sendo realizadas com a espécie.

REFERÊNCIAS

255, 278, 410 e 465.

Autor: *Alexandre Aleixo*





Xiphocolaptes falcirostris (Spix, 1824)

NOME POPULAR: Arapaçu-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Xiphocolaptes falcirostris é um pássaro que mede pouco menos de 30 cm. Apresenta coloração notavelmente ferruginosa, com várias faixas longitudinais nas costas e especialmente no ventre, sob fundo marrom-claro, um pouco mais escuro no peito. Uma longa linha superciliar acastanhada percorre-lhe a parte superior dos olhos, atingindo os lados da cabeça, ladeada por uma linha preta, que a contorna. O bico é longo e forte. A espécie habita especialmente as matas secas e decíduais do Brasil Central e Nordeste do país, que têm sido pouco reconhecidas por sua fauna e flora endêmicas, estando atualmente bastante ameaçadas. O arapaçu-do-nordeste também pode ser encontrado na Caatinga arbórea e mesmo em matas de beira de rios. Vive aos pares, solitário ou formando pequenos grupos familiares, percorrendo o interior das matas, escalando as árvores à procura de seu alimento, que é localizado por debaixo das cascas ou em reentrâncias do córtex. Alimenta-se de toda a sorte de invertebrados, destacadamente insetos (besouros, formigas, borboletas) e suas larvas, mas também caramujos, aranhas e outros itens.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica do interior do Brasil, incluindo porções não litorâneas do Nordeste e Brasil Central, desde o sul do Maranhão e Piauí e oeste de Pernambuco e Paraíba até o norte-nordeste de Minas Gerais. Atualmente, a distribuição está bastante fragmentada, mas ainda ocorre em todos os Estados da distribuição original.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA Cavernas de Peruaçu (MG); PARNA da Serra da Capivara e PARNA da Serra das Confusões (PI); PARNA de Ubajara e APA do Maciço do Baturité (CE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento e a destruição das matas secas ao longo do vale do rio São Francisco, convertidas em áreas de agricultura irrigada, bem como dos enclaves dessa vegetação no Nordeste brasileiro, utilizada principalmente para a produção de carvão, põem em risco a sobrevivência da espécie. O uso do solo para atividades agrícolas diversas, entre elas de essências arbóreas, como o eucalipto, colabora para o seu declínio. Além disso, as populações desta espécie encontram-se cada vez mais isoladas, em virtude da própria distribuição de seu ambiente preferencial. Seu hábitat é um dos mais negligenciados pelas ações conservacionistas de uma forma geral, embora seja área de ocorrência de inúmeras espécies ameaçadas do Brasil Central, algumas delas restritas às matas secas. Além disso, trata-se de um ambiente assentado sobre solos muito ricos e por isso extremamente suscetíveis à utilização para a agricultura, o que amplifica a vulnerabilidade da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As matas secas do Nordeste e do Brasil Central vêm sendo historicamente negligenciadas, tanto do ponto de vista de pesquisas quanto da conservação. A proteção de áreas com essa fitofisionomia é o primeiro passo para a conservação do arapaçu-do-nordeste, devendo vir acompanhada de uma fiscalização eficiente contra o desmatamento irregular e de ações de recuperação de áreas degradadas. São também importantes estudos mais aprofundados sobre taxonomia e distribuição desta espécie, considerando que, além dos escassos pontos onde a espécie já foi assinalada, certas questões de parentesco ainda permanecem obscuras. Entre as ações sugeridas, constam estudos para o estabelecimento de áreas protegidas nos seguintes locais: margem esquerda do rio São Francisco, entre Barra (BA) e Itacarambi (MG), sul do Piauí e centro-sul do Maranhão.

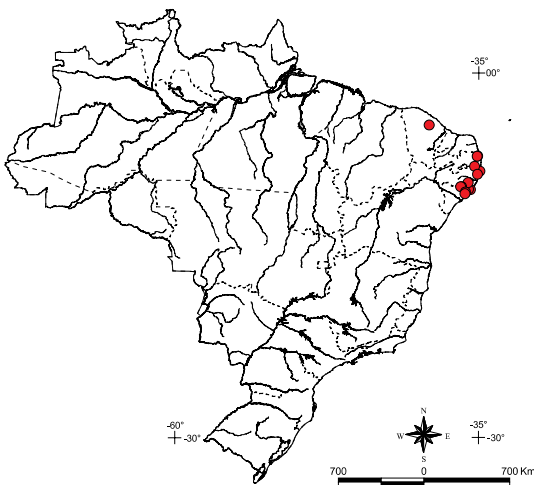
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Maria Cardoso da Silva (CI); David Oren (TNC); Marco Antônio de Andrade (UFLA).

REFERÊNCIAS

84, 136, 255 e 466..

Autores: *Fernando Costa Straube e Vitor de Queiroz Piacentini*



Xiphorhynchus fuscus atlanticus (Cory, 1916)

NOME POPULAR: Arapaçu-de-garganta-amarela-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Dendrocolaptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Xiphorhynchus fuscus atlanticus é um pássaro que ocorre em florestas úmidas da Mata Atlântica do Nordeste brasileiro. Um estudo recente em Alagoas mostrou que *X. f. atlanticus* esteve presente em apenas dois de 15 fragmentos amostrados, que são os maiores e com a vegetação em melhor estado de conservação. Aparentemente, porém, sua presença em fragmentos florestais está mais associada às condições da vegetação do fragmento do que simplesmente ao seu tamanho. Forrageia no sub-bosque denso da floresta, freqüentemente em companhia de outras espécies integrantes de bandos mistos de aves. Dados obtidos de gônadas e placas de incubação indicam que a estação reprodutiva vai de setembro a dezembro. *X. f. atlanticus* nidifica em cavidades com entrada próxima ao solo, colocando entre 2 e 3 ovos, que medem em média 25 x 18 mm. Aparentemente, os machos não participam da incubação.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre no Nordeste brasileiro, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, estando confinado aos maiores e mais bem conservados fragmentos de florestas na zona da mata. A ocorrência nas chapadas do Ceará requer confirmação.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição, alteração e fragmentação de florestas úmidas no Nordeste.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Fiscalização e implantação de novas Unidades de Conservação na área de ocorrência da espécie são medidas importantes. Em relação às demais formas agrupadas em *X. fuscus*, a independência evolutiva do táxon *X. f. atlanticus* merece um estudo filogenético detalhado, uma vez que existem diferenças apreciáveis na plumagem e no canto. Também devem ser realizados estudos ecológicos, genéticos e taxonômicos visando elaborar um plano de manejo para o táxon.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Cristina Yumi Miyaki e Gustavo Sebastián Cabanne (USP).

REFERÊNCIAS

278 e 474.

Autor: *Alexandre Aleixo*



Caryothraustes canadensis frontalis (Hellmayr, 1905)

NOME POPULAR: Furriel-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Cardinalidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Caryothraustes canadensis frontalis é um pássaro cuja biologia pouco se conhece. Sabe-se apenas que é onívoro, alimentando-se tanto de insetos quanto de frutos, sementes e folhas. Geralmente, a espécie forma grupos de quatro até 15 indivíduos (Engenho Coimbra, AL), associando-se pouco a bandos mistos. No Engenho Coimbra, esses pássaros já foram observados na companhia de *Herpsilochmus rufimarginatus*, *Thraupis palmarum*, *Tangara cayana*, *Tangara fastuosa*, *Tachyphonus rufus*, *T. cristatus*, *Hemithraupis flavicollis*, *H. guira*, *Dacnis cayana*, *Coereba flaveola*, *Picumnus exilis*, *Euphonia pectoralis*, *E. violacea* e *Thraupis sayaca*. Entretanto, é mais encontrado em grupos independentes. Frequenta as copas das árvores e bordas mais densas, onde é comum ser observado a pequena altura do solo. A espécie foi encontrada próximo ao nível do mar (8 m, em Mangabeira, AL) até 590 m (Engenho Coimbra, AL).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A distribuição pretérita é desconhecida. Provavelmente, apresentava distribuição bastante ampla no Nordeste brasileiro, ocorrendo do Estado de Alagoas até o Ceará. Distribui-se atualmente em Alagoas e Pernambuco. Não se sabe o status do táxon no Ceará, onde, provavelmente, a espécie já foi extinta.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais causas do declínio deste táxon foram, muito provavelmente, o desmatamento e a destruição e/ou alteração de habitat. A perseguição ou apanha também pode estar colaborando para o seu desaparecimento.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, fiscalização e educação ambiental são medidas que podem auxiliar na conservação do táxon. Estudos sobre a biologia também podem ser úteis para elaborar estratégias de conservação. São ainda importantes estudos taxonômicos visando testar a validade deste táxon.



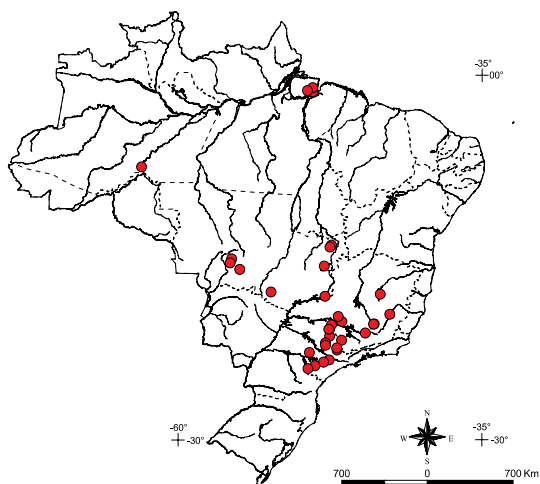
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife International - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Coryphaspiza melanotis (Temminck, 1822)

NOME POPULAR: Tico-tico-do-mato; Tico-tico-de-máscara-negra

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c + 3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Coryphaspiza melanotis é um pássaro de ocorrência restrita aos campos naturais no Brasil Central e Amazônia. Este pequeno emberizídeo (cerca de 13 cm de comprimento total) possui a mandíbula amarela bastante vistosa, tem coroa e lados da cabeça na cor preta, com grande faixa superciliar branca, dorso oliva com estriação escura, ventre branco e cauda graduada, sendo a ponta das retrizes externas brancas. Ocorre em campos secos e úmidos cobertos por gramíneas naturais de porte avantajado, entremeadas por árvores de pequeno porte ou pastagens bastante alteradas/queimadas, com muitas arvoretas e arbustos. Provavelmente, se reproduz entre setembro e dezembro. Dados preliminares de E. Krauczuk (com. pess.) para a Reserva Florestal Rincon Santa María, na província de Corrientes, Argentina, revelam registros apenas nos meses de verão (dezembro, janeiro e fevereiro), o que permite especular que algumas populações realizem migrações e deslocamentos, assim como alguns emberizídeos do gênero *Sporophila*. A ecologia desta espécie é pouco conhecida e mais estudos se fazem necessários.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Interior do Sudeste, Sul e Centro-Oeste brasileiros (DF, GO, MG, SP, MT, MS, PR) e ilha do Marajó (PA). População isolada no sudeste do Estado do Amazonas (Humaitá), provavelmente relacionada às populações da Amazônia boliviana e peruana. Embora citada para o Paraná por Sick (1997), não há, até o momento, qualquer evidência de que ocorra naquele Estado, ainda que registros próximos sugiram sua ocorrência potencial. Reduzida no Brasil Central, sendo que na ilha do Marajó ainda abriga populações numerosas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA das Emas e PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO); PARNA de Brasília (DF); PARNA da Serra da Canastra e PE do Rio Preto (MG); FLONA de Ipanema, EE Estadual de Santa Bárbara e EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Além da redução de hábitat, queimada de campos e sobrepastoreio, também a invasão de gramíneas exóticas e uso de pesticidas constituem ameaças à espécie. A situação das populações amazônicas nos enclaves de Cerrado pode ser mais delicada ainda, tendo em vista a expansão das atividades agropecuárias.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Deve ser feito inventário mais detalhado dos enclaves de Cerrado amazônicos entre a ilha do Marajó e a região de Humaitá, nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, demarcando as Unidades de Conservação nesta região, além do Brasil Central. Estudos ecológicos e de biologia reprodutiva visando a elaboração de um plano de manejo para a espécie também são importantes.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

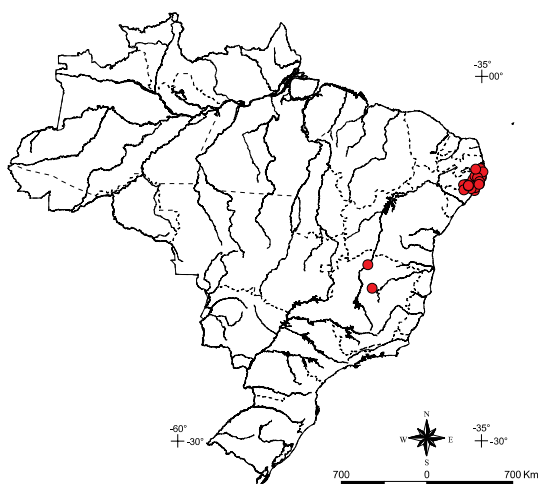
Alexandre Aleixo (MPEG).

REFERÊNCIAS

66, 454 e 457.

Autores: Vítor de Queiroz Piacentini, Alexandre Aleixo e Fernando Costa Straube





Curaeus forbesi (Sclater, 1886)

NOME POPULAR: Anumará

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Icteridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Curaeus forbesi utiliza tanto as áreas mais secas como as alagadas, nas proximidades das florestas, para forrageio. Os indivíduos freqüentam as bordas das florestas, ocupando inclusive as árvores altas, onde permanecem durante horas sem vocalizar. São bastante ativos nas áreas abertas e alagadas, onde ficam forrageando no solo ou em capinzais. Utilizam bastante os canaviais para se alimentar, consumindo principalmente as pequenas sementes das inflorescências da cana-de-açúcar. Apresenta hábitos onívoros, alimentam-se de frutos, sementes e insetos, coletados principalmente no solo. Constrói ninhos em árvores frondosas, como a mangueira (*Mangifera indica*, Anacardiaceae). O ninho, em forma de cesta funda e bem trançada, mede 180 x 125 mm de largura e possui 84 mm de profundidade. É construído com capim seco e maleável (Engenho Coimbra, AL). Na Mata do Estado (PE), em novembro de 2001, foram observados ninhos em duas mangueiras: uma delas apresentava três ninhos desativados e a outra apenas um ninho, que era visitado freqüentemente por dois indivíduos. Em Engenho Coimbra (AL), em junho de 2003, seis ninhos sem ovos foram encontrados em uma mangueira. Outra árvore, um Jamboleiro (*Syzygium jambolan*, Myrtaceae), também apresentava dois ninhos, um deles com dois ovos de coloração azul-esverdeada, com pequenas pintas brancas em um dos pólos. Um desses ovos media 26 x 14 mm. *Curaeus forbesi* forma grupos pequenos, com até quatro indivíduos (proximidades da Mata do Pinto, AL, março de 2003) ou bastante numerosos, com mais de 70 indivíduos (Mata do Estado, PE, outubro de 2002) ou 150 (Quebrangulo, AL). O primeiro indivíduo de *C. forbesi* foi coletado por W. A. Forbes em 1880, no Estado de Pernambuco. Foi identificado na época como a graúna *Gnorimopsar chopi*. Estudos posteriores realizados por Sclater o levaram a descrever a espécie como *Agelaius forbesi*. Este táxon foi reexaminado por K. E. Stager e E. R. Blake, em 1967, que decidiram incluí-lo no gênero *Curaeus*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Leste do Brasil, em Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Pedra Talhada e EE de Murici (AL); PE do Rio Doce (MG); RPPN Maurício Dantas e EE de Gurjaú (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desequilíbrio ecológico e a perda de hábitat contribuem para a diminuição das populações desta espécie, que também são afetadas pelo nidoparasitismo, realizado principalmente pelo chupim (*Molothrus bonariensis*).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A proteção de habitats no entorno de florestas, onde a espécie vive, é fundamental. Outra medida importante é a diminuição do uso de pesticidas e de adubos químicos nas áreas próximas a florestas e cursos d'água.

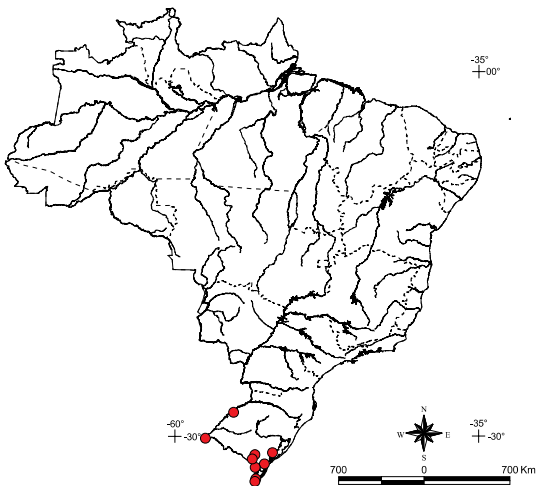
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil; Anita Studer (Pesquisadora autônoma). Pela SNE, Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

72, 136, 189, 256, 421, 426, 429, 474, 492 e 543.

Autora: Sônia Aline Roda



Gubernatrix cristata (Vieillot, 1817)

NOME POPULAR: Cardeal-amarelo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (EN)

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – A4d; C2a(i, ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Gubernatrix cristata habita bosques abertos, savanas, regiões arbustivas semidescampadas e campos com arbustos, do nível do mar até aproximadamente 700 m de altitude. No Brasil, a espécie foi registrada em áreas abertas com árvores esparsas, cercas-vivas e parque espinilho (uma savana de arvoretas espinhentas e retorcidas típica da extremidade oeste do Rio Grande do Sul). Alimenta-se de sementes, frutos e insetos que encontra no chão, sendo geralmente vista aos pares ou em pequenos grupos. Em determinadas regiões da Argentina, entretanto, pode ocasionalmente formar bandos de até 50 indivíduos. Põe de três a quatro ovos em um ninho em forma de tigela, construído de gravetos, fibras e raízes e edificado em ramos e forquilhas de árvores, a 3 m de altura. Na Argentina, a postura ocorre em novembro e dezembro. Embora uma ave imatura tenha sido coletada na região de Pedras Altas, em março, não existem evidências seguras de sua reprodução no Brasil. Visto que a espécie é residente ao longo de sua distribuição geográfica, é possível que a ausência de registros regulares no Brasil seja consequência de deslocamentos populacionais desconhecidos ou fruto da pressão de captura exercida pelos passarinhos. O cardeal-amarelo pode ter sido mais abundante no passado, conforme sugerem



dados de coletas realizadas no litoral do Rio Grande do Sul até meados do Século XX. Essa ave já era escassa no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e atualmente subsiste em números extremamente reduzidos. Indivíduos observados no extremo oeste do Estado provavelmente pertencem à mesma população registrada na porção ocidental do Uruguai. Na serra do Sudeste, entretanto, a população local aparenta estar isolada.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre no Sul do Brasil, Uruguai e leste da Argentina. Registros brasileiros provêm das porções oeste e sul do Rio Grande do Sul, principalmente junto à fronteira com o Uruguai. O cardeal-amarelo aparentemente foi extinto no litoral gaúcho e os únicos registros recentes foram obtidos em alguns pontos da Serra do Sudeste, em Barra do Quaraí e na extremidade noroeste do Estado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O cardeal-amarelo é ameaçado pela captura crônica de indivíduos na natureza para criação em cativeiro ou abastecimento do mercado ilegal de pássaros silvestres. A plumagem vistosa e o canto agradável tornam a espécie uma das mais cobiçadas pelos entusiastas de aves canoras. Visto que a captura envolve o emprego de chamarizes – indivíduos cativos que ao cantar atraem as aves silvestres para as armadilhas –, a proporção de machos territoriais apanhados na natureza acaba sendo maior. A escassez de machos de cardeal-amarelo em algumas populações argentinas é a possível causa para o número cada vez maior de registros de híbridos entre essa espécie e o diuca (*Diuca diuca*). Não se sabe de que modo a destruição e descaracterização do hábitat promovidas pela expansão da orizicultura e pecuária no litoral e extremo-oeste do Rio Grande do Sul contribuíram para o declínio deste pássaro. A recente conversão dos campos da serra do Sudeste em plantações de eucalipto constitui uma ameaça adicional à diminuta população brasileira.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É preciso intensificar a repressão à captura de indivíduos na natureza e ao comércio clandestino mediante fiscalização efetiva por parte das instituições competentes e aplicação rigorosa das penas previstas na legislação. Campanhas de educação ambiental que alertem para a situação dramática do cardeal-amarelo devem ser realizadas, de modo a desestimular a captura, o tráfico e a compra de aves silvestres. Também é fundamental executar um zoneamento econômico-ecológico na serra do Sudeste, para limitar o plantio de florestas de eucalipto e outras árvores em regiões campestres, assegurando a proteção ao hábitat. A localização de populações de cardeal-amarelo no Brasil e a criação e implementação de Unidades de Conservação públicas e privadas em áreas de ocorrência da espécie são medidas fundamentais para garantir a sua sobrevivência no País. Estudos de história natural e dinâmica populacional devem ser igualmente estimulados.

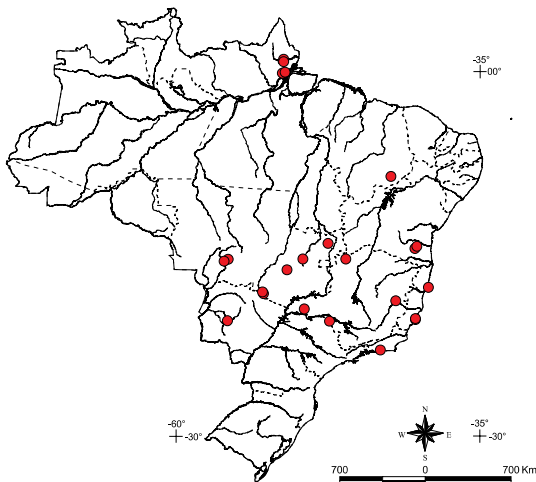
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Claiton Martins Ferreira (UFRGS).

REFERÊNCIAS

48, 53, 57, 58, 66, 136, 155, 241 e 417.

Autor: *Rafael Antunes Dias*



Oryzoborus maximiliani (Cabanis, 1851)

NOME ATUAL: *Sporophila maximiliani*

NOME POPULAR: Bicudo; Bicudo-verdadeiro

SINONÍMIAS: *Oryzoborus crassirostris maximiliani*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (CR), SP (PEx), RJ (PEx); PA (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – A4d**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila maximiliani é um pássaro bastante popular e procurado como ave de gaiola, especialmente nas regiões Central e Sudeste do Brasil. Mede cerca de 15 cm e os machos são quase totalmente negros, com plumagem brilhante e luzidia, de reflexos verdes e azuis, dependendo da iluminação. Nas asas, há uma pequena mancha branca, muito notável pelo contraste com o colorido geral; as partes de baixo das asas também são brancas. As fêmeas, por sua vez, são pardas, mais escuras no dorso e com a parte de baixo das asas esbranquiçada, cor que se repete também nos machos jovens. O que mais chama a atenção nessa espécie, extremamente visada por criadores de pássaros em cativeiro, é o bico – ocráceo-esbranquiçado, com inúmeras máculas negras –, que é desproporcional, por ser muito alto e grosso, destoando do tamanho da cabeça. É espécie muito rara ou incomum em grande parte de sua distribuição. Habita desde vegetações arbustivas e fruticetos adensados da margem dos rios até brejos e banhados, podendo ocupar mesmo áreas abertas, como plantações (de arroz, por exemplo). Pode ser considerada uma espécie fortemente ligada a ambientes próximos a corpos d'água, tendo grande predileção por brejos com gramíneas emergentes. Alimenta-se basicamente de sementes, algumas vezes as mais duras, que podem ser facilmente quebradas graças ao seu bico poderoso. Em algumas épocas do ano, como na reprodução, podem comer insetos e suas larvas, que também servem aos filhotes como fonte de proteína. Em condições especiais de cativeiro, pode cruzar com o curió (*Sporophila angolensis*), gerando o “bicurió”, tal como tratado pelos criadores.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Possui distribuição aparentemente disjunta: ocorre na parte setentrional da América do Sul, entre o leste da Venezuela e o delta da foz do rio Amazonas e adjacências, mas também se dispersa pelo Brasil Central (Rondônia, Mato Grosso), Nordeste (Alagoas e Bahia), Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo) e Sul (talvez noroeste do Paraná). Essa área, contudo, não representa com clareza a sua distribuição, em geral baseada em ocorrências pontuais e dispersas, em poucas localidades. É provável que a espécie tenha se extinguido em vários locais onde outrora foi constatada, em especial no Nordeste e Sudeste do Brasil. A distribuição atual é muito pouco conhecida. Registros recentes são raríssimos e poucos ornitólogos conhecem esta espécie em campo. Há apenas um registro recente para o Parque Nacional das Emas, em Goiás, onde um macho imaturo foi visualizado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA das Emas (GO); Serra da Capivara (PI); Grande Sertão Veredas (MG). Já foi encontrada em locais que hoje coincidem com os PARNAs da Chapada dos Guimarães (MT) e Chapada dos Veadeiros



(GO). É possível que ocorra no PARNA de Ilha Grande (PR) e na APA Federal das ilhas e várzeas do rio Paraná, na divisa entre Paraná e Mato Grosso do Sul.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Trata-se de uma espécie ligada a ambientes abertos ou semiflorestados, como o Cerrado, muitas vezes aceitando habitats mais alterados. Por esse motivo, a alteração dos ambientes em que vivia é pouco relevante como explicação para o seu declínio. As principais ameaças à sua sobrevivência em ambiente natural ligam-se à enorme e constante pressão que sofre por parte de pessoas que o capturam para o cativeiro, o que causou importantes reduções da população na maior parte de sua distribuição. É espécie que atinge elevadas cifras no comércio ilegal de fauna silvestre, uma vez que seu canto é apreciado. Por esse motivo, também se torna mais difícil toda e qualquer proposta para a sua reintrodução, ainda que tal atividade seja não apenas necessária, mas urgente. Além disso, sessões de treinamento de canto, realizadas com indivíduos cativos desde juvenis, podem ter alterado o padrão comportamental de emissão e reconhecimento específico, especialmente nos exemplares potencialmente passíveis de reintrodução. O desconhecimento de sua distribuição também favorece a carência de informações mais substanciáveis em prol de sua conservação, até porque está surpreendentemente ausente na grande maioria das listas de espécies ameaçadas e, dessa forma, dos desdobramentos de conservação que isso implicaria.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Devem ser feitas pesquisas de campo visando a localização de populações, em particular nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, para se ter uma noção mais confiável de sua distribuição e exigências ecológicas. Como apresenta diversas raças geográficas, estudos taxonômicos são fundamentais para se testar a validade dessas formas e devem ser conduzidos antes de qualquer projeto de reintrodução. A reintrodução de indivíduos utilizando o estoque e progênes de cativeiro é também viável, ao menos como tentativa para o restabelecimento de áreas onde confirmadamente ocorreu e mesmo para incremento de certas populações remanescentes. É imperativo o aumento da fiscalização, de forma a coibir toda e qualquer prática de aprisionamento, que ainda são francamente voltadas a essa espécie.

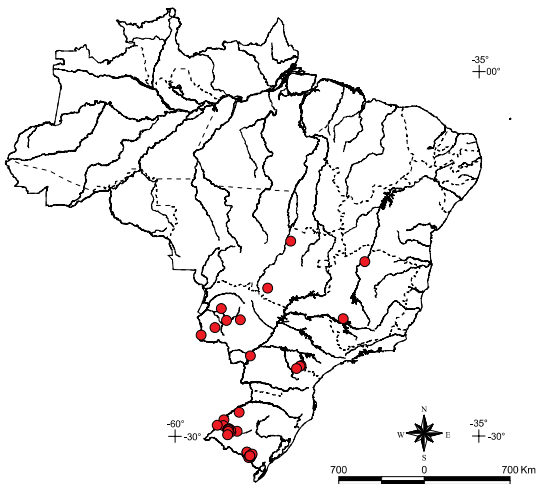
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Vários tópicos, em geral avaliados a partir de exemplares de cativeiro, têm sido considerados. Beatriz Goldschmidt (Pesquisadora autônoma) e colaboradores, por exemplo, estudaram a composição cromossômica da espécie; N. R. S. Martins (Pesquisador autônomo) e colaboradores estudaram a mortalidade por infestação por nematódeos; José Fernando Pacheco (CBRO), Luís Fábio Silveira (USP), Bret M. Whitney e Paulo Sérgio Moreira da Fonseca (Pesquisadores autônomos) estudam a distribuição atual da espécie no Brasil.

REFERÊNCIAS

75, 333 e 457.

Autores: Fernando Costa Straube e Alberto Urben-Filho



Sporophila cinnamomea (Lafresnaye, 1839)

NOME POPULAR: Caboclinho-de-chapéu-cinzento (RS); Caboclinho-vermelho-coroadado (PR); Caboclinho-vermelho (SP)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (CR); RS (EN); PR (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila cinnamomea é uma pequena espécie de papa-capim, que mede cerca 10 cm, sendo mais robusto e raro que seus congêneres *S. hypoxantha*, *S. bouvreuil* e *S. melanogaster*. Apresenta dimorfismo sexual marcante, com macho castanho-escuro, coroa-cinzenta (em alguns casos estendendo-se até a nuca), asas e cauda negras margeadas de cinza. Grande espéculo branco nas asas e bico geralmente amarelo-claro, podendo ser cinza ou negro. As fêmeas e jovens seguem o padrão de coloração de outros caboclinhos, predominantemente pardos em todo o corpo com as partes ventrais um pouco mais claras. Vive em capinzais, macegais úmidos e margens de áreas pantanosas (brejos e banhados), além de campos ricos em vassouras (Asteraceae). Costuma freqüentar bandos com outros congêneres, principalmente durante as migrações. No Estado do Rio Grande do Sul, costuma não se associar a outras espécies de caboclinhos durante o período de reprodução, sendo visto junto a bandos de *Sicalis flaveola*, *S. luteola* e *Volatinia jacarina*. Como outros caboclinhos, é especializado no consumo de sementes de gramíneas nativas, principalmente do gênero *Paspalum*. A associação entre os papa-capins do gênero *Sporophila* e as gramíneas nativas de cujas sementes se alimentam ainda é pouco estudada, mas supõe-se que os movimentos migratórios realizados por essas aves sejam sincronizados com o período de amadurecimento das sementes de diferentes espécies de capins ao longo de suas rotas de migração. Fora do período reprodutivo costuma viver em grupos, mostrando-se mais agressivo do que outros caboclinhos e com vocalização mais alta e diferenciada. Eventualmente, pode passar despercebido quando misturado com outros *Sporophila*, principalmente fêmeas e jovens. Aparentemente, no Estado do Paraná possui menor plasticidade ambiental que *S. hypoxantha* e *S. bouvreuil*, tendo desaparecido de algumas áreas que sofreram interferências humanas, com a substituição da vegetação original por agricultura, plantios de *Pinus* e *Eucalyptus*, espécies exóticas invasoras, uso do fogo e ação do gado. No Brasil, a única população reprodutora conhecida localiza-se nos campos da região de Bagé, Rio Grande do Sul.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Registros no Estado de Goiás (rio Araguaia), Mato Grosso do Sul, Minas Gerais (alto rio São Francisco), São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Além de registros na Argentina (províncias de Corrientes e Entre Rios e Buenos Aires), Uruguai (Departamento de Rocha) e Paraguai (Departamento de Itapúa). – Registros recentes para Goiás (Parque Nacional das Emas), Mato Grosso do Sul (Aquidauana, Porto Murtinho, Campo Grande, Bonito), São Paulo (Itirapina), Paraná (Piraí do Sul, Jaguariaíva, Arapoti e Parque Nacional de Ilha Grande) e Rio Grande do Sul (Bagé, Candiota, Itaqui, Maçambará) além de localidades esparsas da Campanha e Planalto das Missões. Há um registro para o rio São Francisco, Minas Gerais.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA das Emas (GO); PARNA de Ilha Grande, APA da Escarpa Devoniana e APA Federal das Várzeas e Ilhas do rio Paraná (PR); REBIO do São Donato (RS); EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais ameaças à espécie são a rápida perda de habitat, a supressão e descaracterização de ambientes campestres através de ações humanas, principalmente com a expansão da agricultura, pecuária e plantio de arbóreas exóticas (*Pinus* e *Eucalyptus*); drenagem dos ambientes úmidos (campos, várzeas e banhados); a prática ilegal das queimadas; perda dos pontos de parada para alimentação e repouso ao longo de suas rotas migratórias; introdução de forrageiras exóticas; mineração de carvão (RS); captura e comércio ilegal (principalmente sobre indivíduos machos) causando decréscimos populacionais acentuados; efeitos dos pesticidas aplicados nas lavouras.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A criação urgente de Unidades de Conservação de Proteção Integral que contemplem áreas de campos naturais; a intensificação na fiscalização, coibindo alterações ambientais, e principalmente, a repressão à captura e comércio ilegal; contenção do avanço indiscriminado dos plantios de *Pinus* e *Eucalyptus* em áreas de campos naturais; fiscalização efetiva da prática ilegal das queimadas e drenagens de áreas úmidas; realização de estudos detalhados sobre a biologia, exigências ecológicas, além da distribuição atual e tamanho das populações; desenvolvimento de programas de educação ambiental.

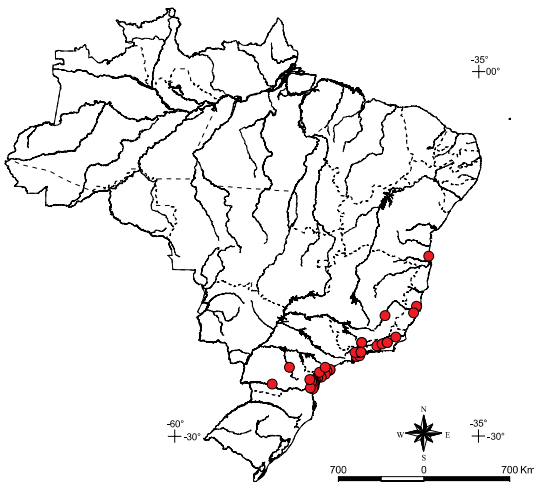
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Eduardo Carrano (PUC/PR); Glayson Ariel Bencke (FZB/RS).

REFERÊNCIAS

64, 200, 300 e 457.

Autor: *Eduardo Carrano*



Sporophila falcirostris (Temminck, 1820)

NOME POPULAR: Cigarra-verdadeira; Cigarrinha (PR);

Patativa-chiadora (MG)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN); RJ (EN); ES (CR); SP (CR); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)b**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila falcirostris é uma das espécies florestais do gênero, que é típico das áreas abertas. Mede 11 cm de comprimento, sendo os machos cinzentos nas partes dorsais, com asas e cauda um pouco mais escuras, partes ventrais quase brancas, sendo mais escuras nos lados do abdômen. Apresentam pequena mancha branca no espelho, que se destaca da cor marrom escura das rêmiges, visível em voo. Fêmeas e jovens possuem coloração parda, com o abdômen amarelado. Ampla variação na coloração dos machos, desde fuligem-escuro até inteiramente cinza, sendo o ventre de brancacento até totalmente branco. Possuem ainda partes brancas em torno dos olhos, sobrancelha, garganta, lados do pescoço e nas coberteiras superiores das asas, formando uma faixa. A coloração do bico também é bastante variável: nos machos, predomina o amarelo (cor de milho), às vezes com a maxila negra, sendo inteiramente preto ou ocre nas fêmeas e jovens. A forma do bico se destaca em ambos os sexos, apresentando uma maxila estreita e angulosa dobrada sobre a mandíbula, que é duas vezes mais grossa. Pequena variação de tamanho entre os sexos. A espécie habita os estratos baixo, médio e alto da floresta ombrófila densa da Mata Atlântica, desde as terras baixas (restingas) até a regiões elevadas da serra do Mar, onde é mais comumente encontrada. Conta ainda com registros pontuais na floresta ombrófila mista (floresta com araucária) no Estado do Paraná. Eventualmente, alimenta-se em áreas abertas, onde a mata foi derrubada, principalmente de navalha-de-macaco (*Hypolitrum* sp.), como também em áreas de agricultura, especialmente arrozais, raramente distante de áreas florestadas. Assim como seu congênere *S. frontalis*, possui uma associação com taquarais, sobretudo durante a frutificação de taquaras nativas dos gêneros *Merostachys*, *Bambusa* e *Chusquea*. É uma espécie altamente especializada, alimentando-se de gramíneas nas bordas de matas, dependendo igualmente do ambiente florestal onde se reproduz. No entanto, ao contrário de *S. frontalis*, é mais rara e não costuma habitar áreas urbanas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Centro-leste da Bahia, região Sudeste do Brasil e Paraná. Atualmente, o limite setentrional de distribuição no Brasil é, provavelmente, o município de Una (Bahia). Possui registros pontuais em Minas Gerais (Caratinga), Espírito Santo, ao longo da faixa costeira e serra do Mar, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, neste último com registros ocasionais no interior (floresta com araucária). Recentemente, foi registrada para Santa Catarina (Garuva, Itapoá), nos limites com o Paraná (E. Carrano, com. pess.). Conta ainda com registros pontuais no nordeste da Argentina (Misiones) e leste do Paraguai (Departamento de Canindeyú).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Una (BA); REBIO do Tinguá, PARNA do Itatiaia e PE do Desengano (RJ); PE da Serra do Mar, PE de Jacupiranga, PE da Ilha do Cardoso, PE de Intervales, PE de Ilhabela, EE de Juréia-



Itatins e APA Cananéia-Iguape-Peruíbe (SP); PE do Pico Marumbi, PE da Graciosa, FLOE do Palmito, PARNA Saint-Hilaire-Lange, EE do Guaraguaçu, APA de Guaraqueçaba, APA de Guaratuba, RPPN Salto Morato e RPPN Fazenda Monte Alegre (PR); RPPN Volta Velha (SC).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça à espécie é causada pela excessiva captura e comércio ilegal, estando, ao lado de *S. frontalis*, como uma das espécies mais representativas em cativeiros no litoral do Paraná (Morretes, Antonina). Possivelmente, esta região paranaense, bem como as Áreas de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Guaratuba, salvaguarda as populações-fonte desta espécie, considerando sua distribuição global. Em algumas localidades litorâneas do Estado de São Paulo (Santos e Iguape), a espécie foi extinta por ações humanas. Ressaltam-se também outras ameaças, como a perda de habitats florestais (supressão e fragmentação) e a ação de pesticidas em arrozais próximos a essas áreas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Algumas medidas são necessárias e urgentes para a conservação da espécie: intensificação na fiscalização, coibindo alterações ambientais e principalmente a repressão à captura e ao comércio ilegal; proteção de seus ambientes naturais e melhoria no manejo de Unidades de Conservação; realização de estudos detalhados sobre a biologia, hábitat, exigências ecológicas e sua relação com a floração/frutificação de taquaras; distribuição e tamanho das populações; programas de conservação *ex situ* utilizando exemplares oriundos do tráfico ilegal para criação em cativeiro, visando à obtenção de um banco genético e possíveis reintroduções em áreas naturais; desenvolvimento de programas de educação ambiental.

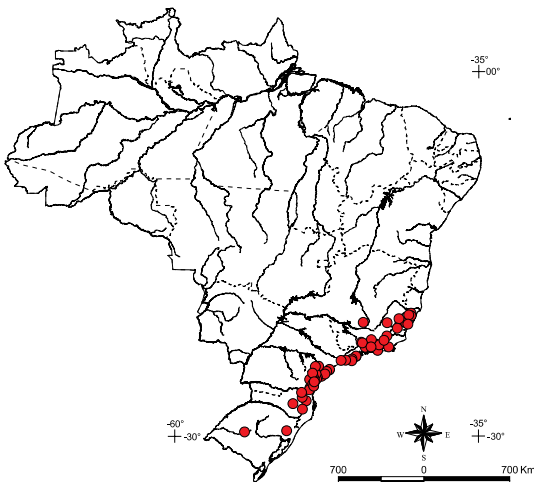
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Eduardo Carrano (PUC/PR)

REFERÊNCIAS

64, 136, 275 e 457.

Autor: *Eduardo Carrano*



Sporophila frontalis (Verreaux, 1869)

NOME POPULAR: Pichochó (SP, PR); Pixoxó (RS); Chanchão, Catatau (MG); Estalador, Pichochó-estrela, Chachá (SC)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN); RJ (EN); ES (CR);

SP (CR); PR (VU); RS (PEX)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila frontalis é um dos maiores representantes do gênero *Sporophila*, medindo entre 13 e 16 cm, sendo os machos de maior porte. Possui bico grosso, de tamanho variado, sendo a maxila mais estreita que a mandíbula. Os machos apresentam coloração marrom-esverdeada, quase acinzentada, destacando-se na cabeça uma mancha frontal bege e uma linha pós-ocular esbranquiçada. A garganta é branca, seguida por uma área peitoral cinza-claro que se estende pelos flancos do abdômen, que é amarelado e destaca o conjunto ventral. As asas exibem coberteiras orladas de branco, formando duas barras transversais e uma mancha também branca na região do espelho. A grande variação no colorido se deve à idade, sendo que os machos mais velhos tendem a exibir mais áreas brancas, como branco puro na fronte, píleo, lados do pescoço, além de uma nítida estria malar da mesma cor, sendo chamados popularmente de “estrela”. As fêmeas e jovens, comumente chamados de “taquara”, apresentam um colorido discreto, sendo marrom-esverdeados, diferindo dos machos adultos pela ausência de áreas esbranquiçadas ou brancas, principalmente na linha pós-ocular. A ave possui um canto característico, uma espécie de açoitar “tchó-tchó-tchó”, interpretado popularmente como “pichochó”. Ambos os sexos cantam, sendo o canto mais elaborado e potente nos machos. Ocupa todos os estratos da floresta, preferencialmente o médio e superior, nos quais os machos buscam um poleiro para vocalizar, numa espécie de competição. Ocorre desde as baixadas litorâneas (restingas) até as encostas íngremes da serra do Mar (onde aparentemente é mais comum). Conta ainda com alguns registros esparsos em regiões interioranas (floresta com araucária), possivelmente durante seus deslocamentos atrás de taquarais em frutificação. Assim como seu congênere *S. falcirostris*, possui uma associação com taquarais, especialmente durante a frutificação de espécies nativas dos gêneros *Merostachys*, *Bambusa* e *Chusquea*. É especializado no consumo de sementes dessas espécies, que frutificam abundantemente em intervalos regulares de poucos anos até algumas décadas, atraindo centenas de aves de diversas espécies, que utilizam esse recurso como importante fonte alimentar. Por ocasião da frutificação dessas plantas, os pichochós entram em intensa atividade reprodutiva. A espécie ocorre ainda em áreas de agricultura, principalmente arrozais próximos às florestas, onde busca alimento. Ao contrário de *S. falcirostris*, costuma habitar áreas urbanas, sendo frequentemente observado em alguns municípios do litoral do Paraná (e.g. Morretes, Antonina).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Regiões Sudeste e Sul do Brasil. Ocorre também no leste da Argentina (província de Misiones) e extremo leste do Paraguai. Provavelmente, os limites de distribuição no Brasil sejam o Estado do Espírito Santo (ao norte) e a serra do Trombudo, município de Bom Retiro, Santa Catarina (ao sul). Ocorre pontualmente no sul de Minas Gerais, tendo sido extinto em outras localidades, e ao longo da Mata Atlân-



tica nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Possivelmente, apresenta casos de extinções locais nos municípios de Serro e Santa Bárbara (Minas Gerais), além de encontrar-se provavelmente extinto no Rio Grande do Sul e Paraguai. A ocorrência na Bahia requer confirmação.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Itatiaia, PARNA da Serra dos Órgãos e PE do Desengano (RJ); REBIO de Sooretama (ES); PE do Brigadeiro (MG); PE de Jacupiranga, PE da Serra do Mar, PE de Intervales, PE Ilha do Cardoso, Reserva do Morro Grande e EE de Juréia-Itatins (SP); PE Pico do Marumbi, PE do Pico Paraná, PE da Graciosa, PE das Lauráceas, Parque Florestal do Rio da Onça, FLOE do Palmito, PARNA Saint-Hilaire-Lange, PE do Boguaçu, EE do Guaraguaçu, RPPN Salto Morato, APA de Guaraqueçaba e APA de Guaratuba (PR).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça à espécie é causada pela excessiva captura e pelo comércio ilegal. Ao lado de *S. falcirostris*, é uma das espécies mais representativas em cativeiro no litoral do Paraná. Somente no primeiro semestre de 2005, o CETAS/PR (PUC-PR/IBAMA) recebeu mais de 500 indivíduos apreendidos no comércio ilegal, em sua maioria recém-capturados na natureza e provenientes da região litorânea paranaense. Possivelmente, esta região e as Áreas de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Guaratuba salvaguardam as populações-fontes da espécie, considerando a sua distribuição global, necessitando assim de aumento na fiscalização. Ressaltam-se também outras ameaças, como a perda de habitats florestais (supressão e fragmentação) e a ação de pesticidas em arrozais próximos a essas áreas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Algumas medidas são consideradas importantes para a conservação da espécie: intensificação na fiscalização, coibindo alterações ambientais e principalmente a repressão à captura e ao comércio ilegal. Proteção de seus ambientes naturais e melhoria no manejo de Unidades de Conservação; realização de estudos detalhados sobre a biologia, distribuição e tamanho das populações, habitat, exigências ecológicas e sua relação com a floração/frutificação de taquaras; programas de conservação *ex situ* utilizando exemplares oriundos do tráfico ilegal para criação em cativeiro, visando a obtenção de um banco genético e possíveis reintroduções em áreas naturais; desenvolvimento de programas de educação ambiental.

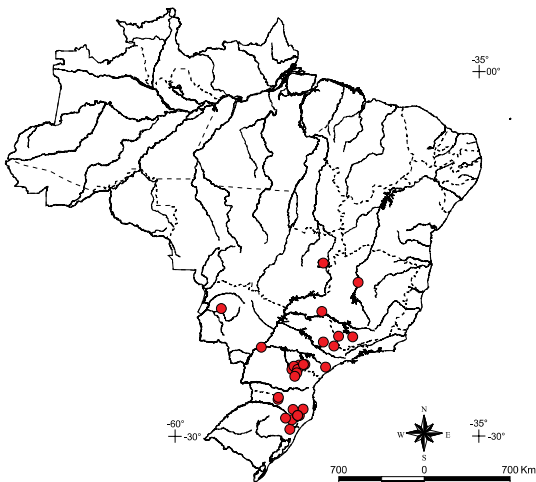
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Eduardo Carrano (PUC/PR); Marcelo Ferreira de Vasconcelos (UFMG).

REFERÊNCIAS

64, 136, 200, 275, 300, 433, 457 e 519.

Autor: *Eduardo Carrano*



Sporophila melanogaster (Pelzeln, 1870)

NOME POPULAR: Caboclinho-de-barriga-preta (MG, SP, SC, RS); Caboclinho-preto (PR); Caboclinho-bico-de-ferro (MG)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); RS (VU); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila melanogaster é uma espécie endêmica do Brasil (Sick, 1997), medindo cerca de 10 cm de comprimento. Apresenta dimorfismo sexual marcante, sendo os machos cinzentos, tendo garganta, peito, abdômen, asas e cauda negros, espéculo branco e bico amarelo ou negro. As fêmeas e jovens são pardos, seguindo o padrão dos outros caboclinhos. Após o período reprodutivo, os machos adultos apresentam plumagem de descanso (ou eclipse), predominando o pardo, com poucas áreas enegrecidas ou acinzentadas. A vocalização lembra *Sporophila bouvreuil*, sendo, no entanto, mais curta. Habita áreas abertas, como campos sujos e limpos, campos de altitude (RS, SC e MG), áreas de transição com Cerrado (PR), além de ambientes úmidos, como várzeas e banhados. Nidifica em brejos isolados em paisagens campestres de altitude, no nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina (Sick, 1997; Fontana *et al.*, 2003). Nos Estados do Sul do Brasil, costuma ocorrer ao lado de *S. hypoxantha* e da patativa *S. plumbea* (Sick, 1997). Em Jaguariaíva, no Paraná, além das espécies supracitadas, outros três congêneres (*S. bouvreuil*, *S. cinnamomea* e *S. palustris*) também formavam um bando em atividade de forrageamento (E. Carrano e C.F. Ribas, com. pess). Assim como outros congêneres, esta espécie alimenta-se de pequenas sementes de *Paspalum naumannii* (Gramineae), *Rhynchospora corymbosa* (Cyperaceae) e *Sisyrinchium macrocephalum* (Iridaceae) e do canelão *Echinochloa crus-galli* (Sick, 1997; Machado *et al.*, 1998). Durante a época de reprodução, ingere também artrópodos, considerados importantes itens alimentares na dieta dos filhotes de várias espécies da família (Sick, 1997). A associação entre os papa-capins do gênero *Sporophila* e as gramíneas nativas de cujas sementes se alimentam ainda é pouco estudada, mas supõe-se que os movimentos migratórios realizados por essas aves sejam sincronizados com o período de amadurecimento das sementes de diferentes espécies de capins ao longo de suas rotas de migração (Silva, 1999). Durante seus movimentos migratórios, a espécie foi registrada em altitudes de até 1.600 m, em Poços de Caldas, Minas Gerais.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Brasil meridional, do nordeste do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal. A distribuição atual não difere da pretérita.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA da Serra Geral, PARNA de Aparados da Serra e PE do Tainhas (RS); PARNA de São Joaquim (SC); PE do Guartelá, APA da Escarpa Devoniana e EE do Caiuá (PR); EE de Itirapina (SP).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais ameaças à espécie são a rápida perda de hábitat e a supressão e descaracterização de ambientes campestres pelas ações humanas, principalmente com a expansão da agricultura, pecuária e plantio de arbóreas exóticas (*Pinus* e *Eucalyptus*). Outras ameaças importantes decorrem da drenagem dos ambientes úmidos (campos, várzeas e banhados); da prática ilegal das queimadas; da perda dos paradores de alimentação e repouso ao longo de suas rotas migratórias; da introdução de forrageiras exóticas; da captura e do comércio ilegal, principalmente sobre indivíduos machos, causando decréscimo populacionais acentuados, e dos efeitos dos pesticidas aplicados nas lavouras.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a criação urgente de Unidades de Conservação de Proteção Integral que contemplem áreas de campos naturais. Também é preciso intensificar a fiscalização, coibindo alterações ambientais, e principalmente a repressão à captura e comércio ilegal. São ainda importantes medidas de contenção do avanço indiscriminado dos plantios de *Pinus* e *Eucalyptus* em áreas de campos naturais; fiscalização efetiva da prática ilegal das queimadas e drenagens de áreas úmidas; realização de estudos detalhados sobre a biologia, exigências ecológicas, distribuição atual e tamanho das populações; e desenvolvimento de programas de educação ambiental.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Eduardo Carrano (PUC/PR); Glayson Ariel Bencke (FZB/RS).

REFERÊNCIAS

64, 121, 200, 275, 300, 433 e 457.

Autores: *Eduardo Carrano e Fernando Costa Straube*



Sporophila nigrorufa (d'Orbigny & Lafresnaye, 1837)

NOME POPULAR: Caboclinho-do-sertão; Caboclinho-campo-grande

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila nigrorufa é uma espécie pequena, medindo cerca de 10 cm, rara e pouco conhecida. Faz parte de um grupo de dez espécies popularmente conhecidas como caboclinhos. O macho adulto, semelhante ao de *Sporophila bouvreuil bouvreuil* (caboclinho-frade), é caracterizado por possuir as partes superiores negras, sendo os lados da cabeça, as partes inferiores e o uropígio ferrugíneos. A cor do bico varia de pardo a negro e, como nas outras espécies de *Sporophila*, o bico é grosso, cônico e forte, adaptado ao hábito granívoro. As fêmeas são muito semelhantes quanto ao tamanho e à plumagem, que varia entre o pardo e o amarelado. A espécie ocorre em paisagens abertas e campos úmidos no Pantanal. A região dos Campos do Encanto, próxima a Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) é, provavelmente, a única localidade do Brasil onde a espécie pode ser encontrada em grandes bandos e presumivelmente a única onde a espécie se reproduz. É possível que ocorra apenas como migrante de inverno em algumas das outras localidades onde foi registrada.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie é conhecida somente nos Cerrados do Brasil Central, especialmente na porção oeste dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ocorre também no leste da Bolívia. Recentemente, tem sido registrada no Centro-Oeste brasileiro, na região de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) e Corumbá (MS). Registrada também em três outras localidades: Porto Limão, proximidades de Cuiabá (Recanto Passárgada) e entre Poconé e Porto Jofre (MT).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Pantanal Mato-Grossense (MT).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Boa parte das espécies de caboclinhos não se adapta a ambientes muito alterados pelo homem. Além disso, a área de ocorrência do caboclinho-do-sertão é limitada, o que torna a espécie ainda mais suscetível à perda de habitat. Como se trata de uma espécie rara e pouco conhecida, é cobiçada por colecionadores de pássaros.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A proteção das poucas áreas onde a espécie ocorre é fundamental. A região dos Campos do Encanto, onde o caboclinho-do-sertão é ainda relativamente comum, se encontra sob forte pressão e sua proteção é fundamental. Também é importante realizar mais estudos sobre a biologia básica da espécie, que ainda



é bastante desconhecida. Não se sabe, por exemplo, qual é a sua área de vida e se realiza algum tipo de movimento migratório.

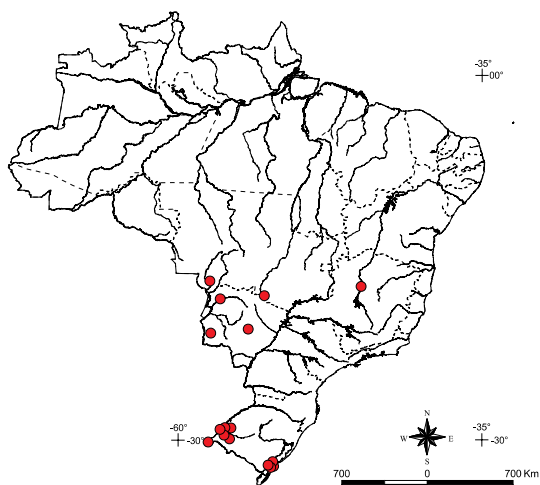
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

136, 417, 441 e 471.

Autora: Érika Machado Costa Lima



Sporophila palustris (Barrows, 1883)

NOME POPULAR: Caboclinho-de-papo-branco; Caboclinho-papai-noel

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Emberizidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN); SP (CR); RS (EN); PR (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): EN – B2ab(ii)

INFORMAÇÕES GERAIS

Sporophila palustris é um dos representantes de um grupo de dez espécies do gênero *Sporophila* popularmente conhecidas como caboclinhos. Mede cerca de 10 cm de comprimento e é uma espécie ainda pouco conhecida. Os machos adultos são caracterizados por possuir as partes superiores cinzentas, uropígio e barriga castanhos, lados da cabeça, garganta e peito em tom branco puro, além de um espéculo branco na asa. O bico, cuja cor varia de negro a amarelo, é grosso, cônico e forte, adaptado ao hábito granívoro, motivo pelo qual a espécie é popularmente denominada de papa-capim. As fêmeas e os machos jovens possuem as partes superiores pardas e estes últimos se distinguem por possuir a garganta e o peito esbranquiçados. Estas aves vivem em banhados e em capinzais úmidos ricos em espécies sementíferas, em áreas de Cerrado, nos Campos Sulinos e no Pantanal. É uma espécie considerada como membro regular de bandos mistos de *Sporophila* no Parque Nacional das Emas, ao sul do Estado de Goiás. Também pode ser encontrada em bandos com outras espécies de *Sporophila*, na região de Jaguariá (PR). O conhecimento sobre seus movimentos migratórios limita-se ao registro de indivíduos ao norte de sua distribuição, possivelmente correspondentes a migrantes de inverno.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie era originalmente encontrada desde o centro do Brasil, em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estendendo-se por Minas Gerais, sul da Bahia, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Provavelmente, ocorre também em Tocantins e Santa Catarina. É registrada ainda no Uruguai, Argentina e Paraguai. Recentemente, foi encontrada no Paraná, no município de Querência do Norte, nas várzeas do

rio Paraná, e no município de Jaguaraíva, na região do vale do rio das Mortes. No Rio Grande do Sul, ocorre em duas regiões distintas, sugerindo a existência de duas populações, uma no sudeste e outra no sudoeste do Estado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA das Emas (GO); PE do Espinilho, REBIO do Ibirapuitã e REBIO do São Donato (RS); EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça está ligada às alterações de seus habitats, como atividades agropecuárias, drenagem de solos e incêndios nos capinzais onde se alimenta e nidifica. Machos de várias espécies do gênero *Sporophila* são muito procurados pelo comércio clandestino, e esta espécie não escapa à regra. A captura é intensa, especialmente de machos, o que leva a um grande desvio na razão sexual, podendo ocasionar o surgimento de híbridos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Faz-se necessária a proteção e recuperação de áreas de ocorrência da espécie. A fiscalização e a proibição da captura e do comércio ilegal são medidas igualmente importantes. Além disso, devem ser incentivados programas de educação ambiental nas áreas onde a espécie ocorre.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

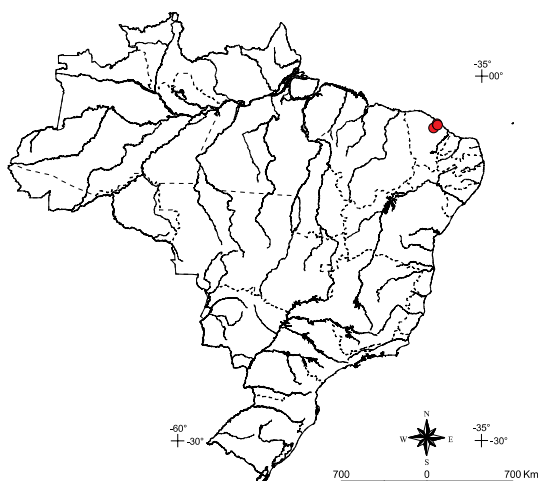
Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

136, 280 e 441.

Autora: *Érika Machado Costa Lima*





Tangara cyanocephala cearensis Cory, 1916

NOME POPULAR: Pintor, Pintor-da-serra-de-baturité; Soldadinho (CE)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thraupidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

INFORMAÇÕES GERAIS

Tangara cyanocephala cearensis foi o nome escolhido por Charles Barney Cory para designar, em 1916, sete exemplares de uma ave coletada por Robert Becker na serra de Baturité, em 1913. Este táxon assemelha-se em tamanho aos representantes do Sul e Sudeste do Brasil (*T. c. cyanocephala*), sendo maior do que os espécimes da Mata Atlântica ao nordeste do rio São Francisco (*T. c. corallina*). Diferenças na plumagem e uma distribuição restrita sugerem que esta ave seja uma espécie filogenética, mas não existem estudos aprofundados nesse sentido. Esta ave frugívora ocupa o dossel em pequenos grupos, às vezes em bandos mistos, descendo até estratos inferiores pela borda da mata, alimentando-se nos arbustos (e. g. melastomátáceas). É restrita ao Ceará, normalmente observada acima dos 500 m de altitude, onde existe maior oferta de frutos e temperatura amena. Não é muito exigente quanto à qualidade do habitat, ocupando áreas de cultura de café sombreadas por floresta, lavouras similares e sítios, aonde chega a nidificar. Os machos apresentam um manto negro no dorso, que nas fêmeas tem pintas verdes. Sua capacidade de deslocamento entre fragmentos é considerável e pode ser reproduzida em cativeiro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Este pássaro é encontrado nas serras cearenses de Baturité, Aratanha e Maranguape, que somam cerca de 26.000 ha de florestas relativamente pouco fragmentadas. Não foram feitos registros da ave em nenhum ponto além dos três que compõem sua distribuição geográfica atual. As matas das serras de Uruburetama e do Machado abrigam as florestas mais próximas que poderiam mantê-lo, não tendo sido estudadas satisfatoriamente.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nenhuma Unidade de Conservação na categoria de Proteção Integral coincide com a área de ocorrência desta ave. Três Áreas de Proteção Ambiental englobam a sua distribuição: APA Estadual da serra de Baturité, APA Estadual da Serra da Aratanha e APA Municipal de Maranguape, todas no Ceará. Na Serra da Aratanha, existe ainda a RPPN Monte Alegre.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O tráfico é a principal ameaça para a conservação desta ave, pois o colorido de sua plumagem aumenta seu valor no comércio clandestino de animais silvestres. A fragmentação poderá tornar-se um problema mais sério, mas atualmente esta ave aparenta estar bem distribuída em seus poucos pontos de ocorrência. A autorização de criadouros locais de aves exóticas para as serras de Baturité, Maranguape e Arata-

nha é um risco constante para as aves nativas, inclusive para *T. c. cearensis*, podendo transmitir doenças e trazer desequilíbrios decorrentes das inevitáveis fugas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

O combate ao tráfico de animais silvestres seria a medida mais contundente para a conservação desta ave. A manutenção das florestas das serras onde habita deverá garantir o hábitat necessário à sua perpetuação, mas a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral (em Maranguape e Aratanha) ajudaria a conservar este táxon de forma mais eficiente, beneficiando outros animais ameaçados que ali se encontram. Na Serra de Baturité, a união de proprietários de florestas visando a criação de uma rede de reservas particulares seria de grande valia para a conservação desta ave, desde que acompanhada por iniciativas de educação ambiental.

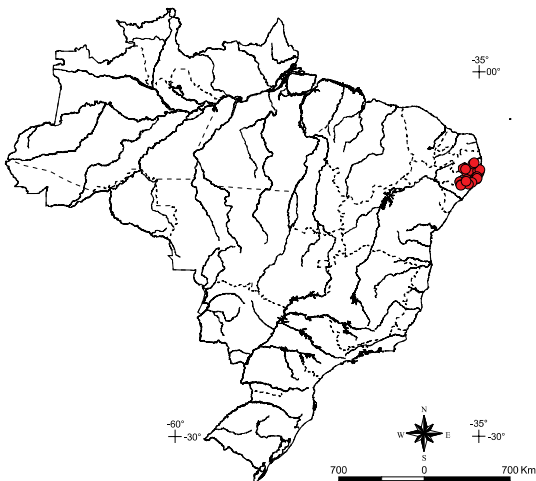
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alberto A. Campos, Ciro Albano, Thieres Pinto e Weber Girão (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE/Mulungu, CE).

REFERÊNCIA

97.

Autores: *Weber Girão e Ciro Albano*



Tangara cyanocephala corallina (Berlepsch, 1903)

NOME POPULAR: Pintor-mirim, Feitor, Saíra-torpedo, Soldadinho (PE); Saíra-de-lenço

SINONÍMIAS: *Calospiza cyanocephala corallina* Berlepsch, 1903

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thraupidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): Não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Tangara cyanocephala corallina forma pequenos bandos, às vezes mistos, nas copas das árvores da Mata Atlântica, onde busca frutos para a sua alimentação. A abundância de *Tangara fastuosa*, *Tangara velia* e *Tangara cyanocephala corallina* oscila entre diferentes matas, onde cada um pode ser predominante em relação aos demais. Fatores como o tamanho de fragmentos, altitude, biogeografia e tráfico interagem de forma imprevisível, tornando esta ave mais vulnerável ao desaparecimento em alguns pontos do que em outros.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Deveria ocorrer em toda a Mata Atlântica, entre o Rio Grande do Norte e Alagoas, da qual restam apenas 2% da cobertura original. Possui registros recentes em Pernambuco e Alagoas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

APA de Guadalupe, PM Ecológico Vasconcelos Sobrinho, Reserva Ecológica de Gurjaú, REBIO de Saltinho (PE); EE Murici e REBIO Pedra Talhada (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça à conservação deste táxon é a fragmentação da Mata Atlântica nordestina, seguida do tráfico de animais silvestres. O avanço da cultura da cana de açúcar na época do Programa Nacional do Alcool, definido em novembro de 1975 e acelerado a partir de julho de 1979, removeu grande parte das matas de Pernambuco e Alagoas. Os fragmentos remanescentes são muito pequenos e distantes entre si, inviabilizando cruzamentos e aumentando a consangüinidade das populações deste pássaro. As maiores porções de matas têm cerca de 3.500 ha. Esta espécie aparece eventualmente nas feiras clandestinas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Paradoxalmente, a melhor chance de conservação desta ave advém de iniciativas de proteção das florestas remanescentes pelo setor sucroalcooleiro. Tais grupos empresariais detêm as melhores matas remanescentes entre Pernambuco e Alagoas. Iniciativas como a do Instituto para a Preservação da Mata Atlântica (IPMA) ajudam a sensibilizar os proprietários dessas florestas quanto à gravidade da perda de biodiversidade, promovendo a criação de um sistema particular de proteção à natureza. A educação ambiental e o combate ao tráfico de animais silvestres precisam ser implementados de forma preventiva no interior das fazendas onde se encontram as matas e não somente nas feiras das cidades.

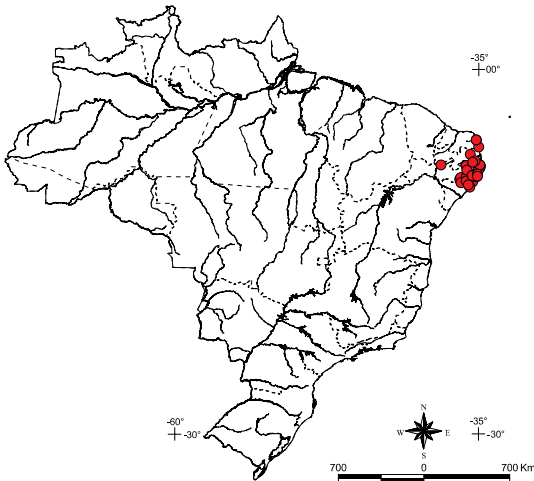
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); Caio José Carlos (FURG); Gilmar Beserra de Farias, Sidnei de Melo Dantas e Glauco Alves Pereira (OAP).

REFERÊNCIAS

133, 190, 201, 265, 319, 320, 387, 421, 423, 427 e 474.

Autores: Weber Girão e Ciro Albano



Tangara fastuosa (Lesson, 1831)

NOME POPULAR: Pintor; Pintor-verdadeiro

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thraupidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Tangara fastuosa, uma das mais belas espécies de aves brasileiras, é endêmica do Centro Pernambuco, ocorrendo apenas na Mata Atlântica nordestina, ao norte do rio São Francisco, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas. Originalmente, era encontrada nas matas costeiras e em alguns “brejos” do interior do Nordeste. Essencialmente frugívora, aparentemente prefere áreas ricas em Melastomataceae. Pequenos artrópodes também fazem parte de sua dieta. Frequentemente forma bandos mistos, que incluem tanto espécies frugívoras quanto insetívoras, podendo também ser vista em grupos ou pares. Pouco se conhece sobre o seu comportamento reprodutivo, sendo reportados ninhos construídos em bromélias, no mês de janeiro. Frequentemente ocorre tanto no interior quanto na borda das florestas, sejam primárias ou secundárias, e parece tolerar um certo grau de perturbação em seu ambiente.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribui-se na Mata Atlântica, entre os Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas, principalmente na faixa costeira, ocorrendo também em alguns “brejos” do interior. É restrita a diversos fragmentos florestais isolados, em sua maioria pequenos.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE Dunas de Natal e PE Mata do Pau Ferro (RN); RPPN Frei Caneca, Reserva Ecológica Brejo dos Cavalos, EE Charles Darwin, REBIO de Saltinho e Reserva Estadual do Gurjaú (PE); EE de Murici e REBIO de Pedra Talhada (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A brutal perda de hábitat – só restam cerca de 2% de seu hábitat original – e a intensa captura para o mercado ilegal de aves silvestres são as principais causas que tornaram o pintor-verdadeiro uma das aves mais ameaçadas de extinção no Brasil. O comércio de aves é uma prática comum em Alagoas e não é raro ver adultos e crianças capturando esse pássaro, mesmo em áreas protegidas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ainda ocorre e combate enérgico à captura e comércio de animais silvestres na região são medidas essenciais para a conservação da espécie.



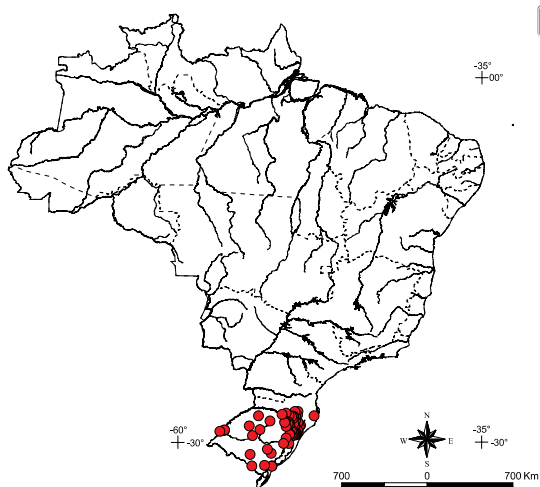
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Roda (CEPAN); Fernando Pinto (IPMA).

REFERÊNCIAS

64, 136, 187, 244, 421, 428 e 476.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Xanthopsar flavus (Gmelin, 1788)

NOME POPULAR: Veste-amarela

SINONÍMIAS: *Agelaius flavus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Icteridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Xanthopsar flavus é um pássaro que habita o ecótono campo/banhado, sendo registrado do nível do mar até 1.100 m de altitude. No Brasil, vive em regiões campestres permeadas por banhados de turfa, um tipo de área úmida recoberta por ciperáceas (*Scirpus giganteus*, *Cladium* spp.) e gravatás (*Eryngium* spp.) e que é particularmente comum ao longo de pequenos vales formados por linhas de drenagem. Também busca alimento em campos arados, restevas e cultivos situados nas imediações dos banhados. Alimenta-se de insetos e de suas larvas, forrageando principalmente no solo de campos e lavouras. Reúne-se em bandos e associa-se com outras espécies de aves durante o forrageio, especialmente com a noivinha-de-rabo-preto (*Heteroxolmis dominicana*). Ao anoitecer, grupos de *X. flavus* congregam-se para pernoitar em dormitórios situados nos banhados. Embora os bandos exibam grande variação numérica ao longo do ano, a espécie é considerada residente. É possível, entretanto, que essa ave realize deslocamentos locais em busca de alimento e sítios adequados de repouso e nidificação. Reproduz-se colonialmente durante a primavera e o início do verão, nidificando em trechos de vegetação densa da borda dos banhados. As colônias contêm de 3 a 24 ninhos, espaçados entre si por distâncias que variam de 7 a 30 m e podem cobrir uma área de 0,43 a 1,2 ha. O ninho é uma tigela profunda construída de folhas grosseiras e amarrada a plantas do banhado (*Scirpus giganteus*, *Eryngium*, *Ludwigia*). A postura, de um a cinco ovos, ocorre principalmente em novembro. A fêmea incuba os ovos durante 12 ou 13 dias e os filhotes permanecem no ninho por cerca de 12 dias. Ambos os membros do casal alimentam a prole e podem contar com o auxílio de outros indivíduos da colônia nessa tarefa. No Rio Grande do Sul, seu êxito reprodutivo foi estimado entre 31,8 e 36,6%. Dentre as causas de insucesso na reprodução figuram a queima de ninhos ativos e de filhotes pequenos, o pisoteio desses pelo gado, a predação de ovos e jovens e as elevadas taxas de parasitismo pelo vira-bosta (*Molothrus bonariensis*),

um pássaro que deposita seus ovos no ninho de outras aves e lhes imputa a tarefa de criação dos filhotes. O veste-amarela é considerado localmente comum e relativamente freqüente em alguns setores do Planalto das Araucárias do nordeste do Rio Grande do Sul, sendo escasso no restante do Estado. Aparenta ser mais raro em Santa Catarina. É possível que a espécie tenha declinado em função das recentes mudanças no uso do solo no Planalto das Araucárias, seu principal reduto populacional no Brasil.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribuído das porções meridionais do Paraguai e Brasil ao Uruguai e leste da Argentina. No Brasil, ocorre no planalto do sudeste de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Neste último, existem registros para o Planalto das Araucárias, Planalto Médio, serra do Sudeste e, em menor escala, para determinados sítios do litoral, vale do rio dos Sinos e região oeste. Ainda não foi extinto nos Estados brasileiros onde originalmente ocorria. A menção para o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (SC) deve ser tratada com cautela, visto que essa região está inserida em área de Mata Atlântica, onde a espécie não é registrada. Ademais, essa Unidade de Conservação encontra-se relativamente isolada do planalto basáltico do sudeste de Santa Catarina, principal área de ocorrência do veste-amarela no Estado. Curiosamente, esse registro foi omitido em recente publicação sobre as aves de Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA dos Aparados da Serra (RS/SC); PE do Tainhas e REVISE Banhado dos Pachecos (RS); PE da Serra do Tabuleiro (SC).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A drenagem de banhados para urbanização e cultivo de arroz e a conversão de campos em plantações de soja, batata, pinus e eucalipto constituem as principais ameaças à espécie. A alarmante expansão do cultivo de pinus nos Campos de Cima da Serra e de eucalipto na serra do Sudeste está suprimindo o ambiente campestre e pode alterar a drenagem das áreas úmidas, comprometendo a sobrevivência do veste-amarela em longo prazo. Ademais, o pinus invade espontaneamente a borda dos banhados, alterando a composição e estrutura da vegetação. Áreas úmidas situadas em vales são freqüentemente barradas para o estabelecimento de açudes e pequenos lagos, inundando completamente o hábitat desse pássaro. Além de eliminar dormitórios, a freqüente queima de banhados pode destruir ninhos e filhotes durante o período reprodutivo. Quando realizadas no campo, as queimadas podem contribuir para limitar a disponibilidade de alimento para a ave. O pisoteio e o sobrepastejo promovidos pelo gado ameaçam ovos e filhotes e reduzem a densidade da vegetação palustre, facilitando a predação e o parasitismo dos ninhos. Não se sabe de que forma os inseticidas utilizados nas monoculturas que avançam sobre os ecossistemas nativos dos Campos de Cima da Serra e da serra do Sudeste afetam a espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É imperativo que Unidades de Conservação públicas e privadas sejam criadas e implementadas em áreas de ocorrência da espécie. O status dessa ave em Santa Catarina deve ser averiguado e sua ocorrência potencial no Parque Nacional de São Joaquim (SC) precisa ser verificada. A recuperação e proteção do hábitat do veste-amarela dependem de campanhas educacionais que compatibilizem o manejo do gado e das pastagens nativas com sua conservação. Um zoneamento econômico-ecológico-turístico deve ser realizado nos Campos de Cima da serra e na serra do Sudeste, com vistas a limitar a expansão de florestas plantadas e monoculturas extensivas, garantindo a integridade do hábitat. Projetos de florestamento e de construção de pequenas barragens em áreas úmidas onde esse icterídeo ocorre devem ser submetidos a um processo de licenciamento ambiental que considere a importância desses ecossistemas para a ave. Também é preciso estudar a influência do gado e do fogo sobre a espécie e avaliar o grau de contaminação das populações por agrotóxicos. A contagem e o monitoramento das populações brasileiras constituem medidas conservacionistas adicionais.



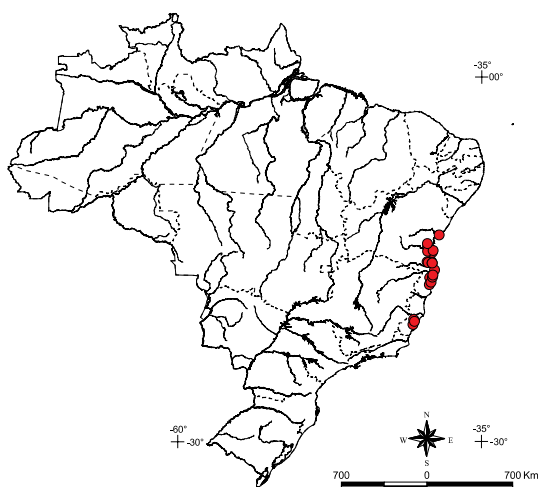
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Carla Suertegaray Fontana e Giovanni Nachtigall Maurício (PUC/RS); Rafael Antunes Dias (UCPel).

REFERÊNCIAS

31, 48, 50, 53, 117, 136, 172, 199, 206, 241, 248, 293, 371 e 433.

Autor: *Rafael Antunes Dias*



Grallaria varia intercedens Berlepsch e Leverkühn, 1890

NOME POPULAR: Tovacuçu

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Formicariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU); MG (VU) (incluindo também a forma *G. v. imperator*)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Grallaria varia intercedens é muito pouco conhecido na natureza. Os poucos dados disponíveis apontam, nas fêmeas, uma massa corporal que varia entre 125-150 g. Provavelmente, seus hábitos não diferem muito dos observados em outras formas aparentadas, como *G. v. imperator*, encontrada mais ao sul. Os tovacuçus vivem nas matas montanas, onde permanecem solitários a maior parte do tempo, caminhando lentamente no solo, em busca de pequenos insetos e outros invertebrados, base de sua alimentação. Vivem em florestas bem conservadas, onde o sub-bosque é mais limpo, facilitando a sua caminhada pelo solo. Cantam principalmente pela manhã e ao crepúsculo. Quando excitados pela imitação da sua vocalização, podem empoleirar-se em galhos horizontais, a mais de dez metros do solo. Voam pouco, evitando percorrer grandes distâncias. Em um novembro, foi registrado, no Espírito Santo, um ninho com dois ovos. Espécimes coletados neste Estado possuíam, em março, a plumagem em muda.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Centro-sul do Espírito Santo, na região serrana (Santa Teresa, Santa Leopoldina) e Domingos Martins. Também ocorre da Bahia até Pernambuco. Entretanto, em Pernambuco, a localidade que fundamenta o registro para este Estado é ainda desconhecida e não se conhecem mais espécimes ou registros publicados ao norte do rio São Francisco. Na Bahia, são conhecidos exemplares de Belmonte, Cajazeiras e do rio Gongogi. As populações do leste de Minas Gerais geralmente se referem a essa forma, embora seja necessário realizar coleta de espécimes e revisão taxonômica mais cuidadosa. No Espírito Santo, ainda é observada em Santa Teresa e Santa Leopoldina. Existe um exemplar no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo - USP, cuja procedência é Chaves (ES) e que poderia pertencer a esta forma, mas seus caracteres concordam com aqueles de *G. v. imperator*. A maior parte dos registros, contudo, provém do sul da Bahia.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Existem registros recentes para a EE de Nova Esperança, RPPN Ecoparque de Una, RPPN Estação Veracruz, RPPN Serra do Teimoso, REBIO de Una e PARNA do Descobrimento, PARNA do Pau Brasil e PARNA do Monte Pascoal (BA). Já no Espírito Santo, persiste na REBIO Augusto Ruschi. Em Minas Gerais, as populações do PARNA do Caparaó e do PE da Serra do Brigadeiro precisam ser investigadas, pois podem pertencer a esta forma.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As maiores ameaças às populações deste tovaçu parecem ser o desmatamento e a descaracterização de seus habitats. Como é uma espécie sensível, que ocorre em baixas densidades e, aparentemente, necessita de amplos territórios, em grandes e bem preservadas áreas, as modificações feitas pelo homem podem ter tido um efeito desastroso nesta raça geográfica. Parece também ser bastante susceptível ao efeito de borda, já que evita áreas ensolaradas até mesmo dentro das florestas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A pesquisa taxonômica é fundamental para esclarecer os limites de distribuição entre as diversas formas deste complexo, incluindo *G. v. intercedens*. Gravações do repertório vocal, aliadas à coleta de exemplares e de tecidos para estudos moleculares, são importantíssimas para testar a validade desta forma, conhecida por pouquíssimos exemplares e gravações, que não são associados entre si. As populações do leste de Minas Gerais são geralmente atribuídas a *G. v. intercedens*, mas faltam espécimes que permitam uma conclusão mais precisa. Definir melhor as necessidades básicas de hábitat e procurar por novas populações, especialmente ao norte do rio São Francisco, é também uma estratégia importante. Os remanescentes florestais do Espírito Santo e do sul da Bahia devem ser protegidos contra a descaracterização e incêndios florestais, que podem ter efeitos desastrosos para este táxon.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

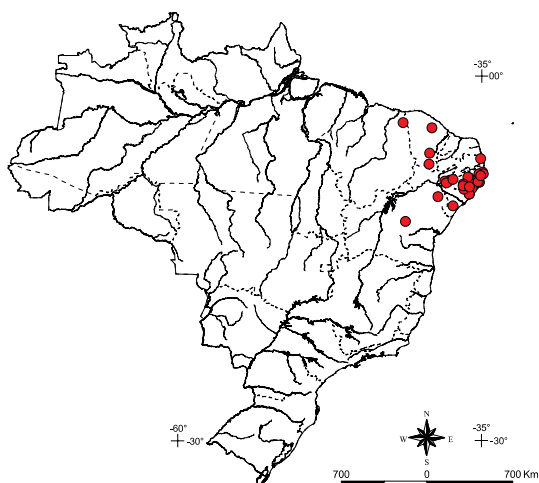
Atualmente não há especialistas trabalhando com a espécie.

REFERÊNCIAS

43, 139, 190, 457, 477 e 545.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Carduelis yarrellii Audubon, 1839

NOME POPULAR: Coroinha, Pintassilgo-do-nordeste,

Pintassílvio (PE); Pintassilgo-baiano

SINONÍMIAS: *Spinus yarrellii*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Fringillidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

Anexos da CITES: Anexo II

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2d + 3d; B1ab(i)c(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Carduelis yarrellii é um pássaro que mede cerca de 10 cm de comprimento total e o macho desta espécie se distingue do pintassilgo comum por possuir um boné negro e os lados da cabeça e todo o lado inferior, uropígio e coberteiras superiores da cauda na cor amarela. A fêmea não apresenta o boné negro. No Brasil, ocorrem três espécies do gênero *Carduelis*, sendo duas nativas: o pintassilgo-do-nordeste (*C. yarrellii*) e o pintassilgo (*C. magellanica*). O gênero é considerado relativamente homogêneo quanto à morfologia e vocalização, que possui um padrão típico. *Carduelis yarrellii* é uma espécie que habita capoeiras e bordas de mata, tanto em áreas de Caatinga quanto em áreas de transição com a Mata Atlântica. Ocupa também, embora esporadicamente, plantações, principalmente de espécies sementíferas, já que se alimenta basicamente de grãos. Machos das duas espécies brasileiras são cruzados com fêmeas do canário-do-reino (*Serinus canaria*) e o híbrido obtido, chamado pintagol, é muito apreciado por causa do seu canto.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie ocorre nos Estados do Piauí, Paraíba, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Alagoas e norte da Bahia. Outras populações ainda são encontradas no norte da América do Sul, na Venezuela. Existem vários registros recentes para os Estados de Alagoas e Pernambuco. Há registros da década de 1980 para Saltinho, em Pernambuco, serra da Capivara, no Piauí, e próximo a Jeremoabo, na Bahia.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); PARNA do Catimbau, Estação Biológica de Tapacurá (pertencente à UFRPE), REBIO de Saltinho, REBIO de Serra Negra, RPPN Maurício Dantas, EE de Caetés e Parque Ecológico Municipal Vasconcelos Sobrinho (PE); EE de Murici (AL); EE do Raso da Catarina (BA); PARNA de Ubajara, Parque Ecológico de Guaramiranga, APA da Serra do Baturité e FLONA do Araripe-Apodi (CE); PARNA da Serra da Capivara (PI).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

No Brasil, é uma espécie considerada ameaçada em razão de sua limitada área de ocorrência atual. A destruição e/ou alteração dos habitats é um fator que, aliado à grande captura para suprir o mercado clandestino de aves silvestres, também contribuiu para a redução populacional da espécie, hoje já bastante rara na natureza.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

São necessários estudos para determinar a atual área de ocorrência e as exigências ecológicas da espécie, especialmente em Alagoas e Pernambuco, onde parece ocorrer com mais frequência. É igualmente importante incrementar a proteção dos habitats da espécie e a fiscalização, para impedir o comércio ilegal. Além disso, é recomendável realizar programas de reintrodução em áreas protegidas, utilizando especialmente os exemplares recém-capturados.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Não há, atualmente, especialistas trabalhando com a espécie.

REFERÊNCIAS

70, 136, 426 e 441

Autora: Érika Machado Costa Lima



Acrobatornis fonsecai Pacheco, Whitney & Gonzaga, 1996

NOME POPULAR: Acrobata

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Acrobatornis fonsecai é um pássaro de pequeno porte (mede cerca de 15 cm) pertencente à família do joão-de-barro. Foi descrito das matas de tabuleiro do sudeste da Bahia, onde ocorre desde as margens do rio de Contas até a margem norte do rio Jequitinhonha, e há registros recentes para Minas Gerais. Vive em altitudes que variam entre o nível do mar e 800 m. O acrobata habita especialmente as copas das cabruças, nas plantações de cacau. O habitat original ainda é pouco conhecido e os registros atuais se restringem às cabruças e outras formações vegetais já alteradas pelo homem. Ocupa também o dossel de árvores isoladas à beira de florestas primárias e secundárias. Insetívoro, procura por alimento sozinho, aos pares ou em pequenos grupos, provavelmente familiares. A procura e a captura de alimento são feitas mediante movimentos acrobáticos que incluem, freqüentemente, “escaladas negativas” nos galhos. Participa de bandos mistos de copa. A reprodução ocorre entre os meses de setembro e outubro, já tendo sido reportada a presença de “ajudantes de ninho”. O ninho é esférico, feito com gravetos e situado na copa das árvores mais altas. A câmara oológica é feita com musgos e folhas e a presença de mais de um ninho por árvore já foi assinalada. O acrobata pode construir ninhos falsos, que não possuem câmara oológica ou entrada, usados para confundir predadores ou como reserva de gravetos para a manutenção do ninho ativo. O acrobata é o único representante da família Furnariidae cuja plumagem dos jovens, predominantemente marrom, difere radicalmente daquela observada nos adultos, que possui o alto da



cabeça, asas e cauda na cor negra e o restante do corpo coberto por penas cinza-claras. O tarsometatarso e os dedos são róseos, o que constitui outra característica morfológica distinta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

É endêmico do sul da Bahia e extremo nordeste de Minas Gerais. Atualmente, está restrito a uma área com cerca de 2.500 km². Foi registrado no sul da Bahia, em um polígono formado pelo município de Ibirataia ao norte, o rio Jequitinhonha ao sul (município de Teixeira do Progresso), Ipiaú a oeste e as proximidades da cidade de Itabuna a leste. Foi recentemente registrado em Minas Gerais, na fazenda Sossego do Arrebol, município de Bandeira.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça à sobrevivência do acrobata é a perda de hábitat. A presença do fungo “vassoura de bruxa” (*Crinipellis pernicioso*) nos cacauais do sul da Bahia foi desastrosa não só para a economia local mas também para o acrobata. Grandes extensões de cabucas foram derrubadas, para dar lugar a outras culturas agrícolas, como o café, ou para a pecuária de corte. O hábitat original do acrobata não é bem determinado, e a espécie é especialmente abundante nas cabucas, de onde parece ser dependente.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A criação de Unidades de Conservação na região é fundamental para a preservação do acrobata e de dezenas de outros táxons de aves endêmicos e/ou ameaçados de extinção. A região da serra das Lontras e da serra Bonita, na Bahia, e as fazendas Sossego do Arrebol e Duas Barras, em Minas Gerais, despontam como potenciais candidatas para abrigar essas Unidades, graças à presença de extensas e bem conservadas matas, entremeadas com cabucas, bem como pela presença de muitos outros táxons endêmicos e ameaçados de extinção. O manejo da paisagem deve ser incentivado localmente, restaurando as cabucas e procurando melhorar a sua conectividade. Os remanescentes de floresta em Minas Gerais (fazendas Sossego do Arrebol e Duas Barras) estão entre os últimos representantes das outrora extensas e pouco conhecidas matas do vale do Jequitinhonha. Como o acrobata pertence a um gênero cujas relações filogenéticas com os demais Furnariidae são incertas, mais pesquisas sobre a sua sistemática, biologia, distribuição e necessidades ecológicas podem contribuir para elucidar esta e outras questões.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Fernando Pacheco (CBRO); Luiz Antônio Pedreira Gonzaga (UFRJ); Rômulo Ribon (UFOP); Bret Whitney (Museum of Natural Science, Louisiana State University, EUA); BirdLife International; SAVE Brasil; e IESB.

REFERÊNCIAS

64, 366, 411, 415 e 532.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Asthenes baeri (Berlepsch, 1906)

NOME POPULAR: Lenheiro

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Asthenes baeri é um pássaro que habita diversas formações vegetais abertas de regiões secas ou semi-áridas do centro-sul da América do Sul, sendo registrado do nível do mar até 1.300 m de altitude. No Brasil, ocorre principalmente em parque espinilho, uma savana de algarrobos (*Prosopis nigra*), inhanduvás (*Prosopis affinis*), espinilhos (*Acacia caven*) e outras arvoretas espinhentas e retorcidas encontradas no extremo oeste do Rio Grande do Sul. Não é inteiramente dependente dessa vegetação, podendo ser encontrado em matagais densos a moderadamente esparsos de espinilho, em meio a formações campestres da porção ocidental da Campanha gaúcha. É visto solitário ou aos pares, catando besouros, formigas, gafanhotos e outros animalejos, em ramos de arbustos ou no solo. Embrenha-se no interior da vegetação baixa ou nas copas das arvoretas e por vezes desce ao chão. No Brasil, o período reprodutivo dessa espécie residente estende-se entre o final do inverno e o início do verão. O par constrói um ninho globoso medindo de 20 a 35 cm de diâmetro por 20 a 25 cm de altura, constituído de gravetos espinhosos sobre galhos internos de arbustos, arvoretas ou cactáceas. A ave é seletiva quanto à espécie e ao tamanho das plantas utilizadas como suporte. Na Argentina, as plantas-suporte medem em média 3,3 m de altura e os ninhos estão localizados a 2,3 m do solo. Põe três ovos (às vezes quatro ou cinco), que são incubados durante um período de 14 a 15,5 dias; os filhotes permanecem no ninho por 14 dias. A postura dessa espécie pode ser parasitada pelo vira-bosta (*Molothrus bonariensis*), um pássaro que deposita seus ovos no ninho de outras aves e lhes imputa a tarefa de criação dos filhotes. No Rio Grande do Sul, sua densidade foi estimada em 0,05 par por hectare. Coletas realizadas no início do século XX, nos arredores de Imbaá e Uruguaiana, sugerem que a espécie era mais abundante no passado, hipótese reforçada pela extensiva destruição e descaracterização de seu hábitat. O lenheiro é comum e bem distribuído somente no Parque Estadual do Espinilho (RS), sendo considerado escasso nas demais localidades onde foi registrado no Brasil. Entretanto, uma população expressiva subsiste, aparentemente, na fazenda Espinilho, em Barra do Quaraí, onde está localizado o que talvez seja o último remanescente de parque espinilho do Brasil, além daquele conservado no Parque Estadual do Espinilho.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre do sudoeste da Bolívia e oeste do Paraguai ao centro-leste da Argentina, incluindo o Uruguai e o Sul do Brasil. Os registros no Brasil estão restritos aos municípios gaúchos de Barra do Quaraí, Uruguaiana e Alegrete.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda e descaracterização dos matagais de espinilho são as principais ameaças à espécie. Na região da Campanha gaúcha, esse arbusto é considerado inço (erva daninha) e prontamente cortado ou queimado pelos pecuaristas com o objetivo de “limpar” o campo. Além disso, extensas áreas originalmente recobertas por essa formação vegetal foram convertidas em lavouras de arroz. Apesar de ser uma planta de crescimento rápido, agrupamentos de espinilho são raros hoje em dia e geralmente ocorrem em áreas ciliares, beiras de estrada e margens de lavouras e pastagens.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário efetivar a implementação do Parque Estadual do Espinilho e aplicar seu plano de manejo. Programas de educação ambiental que alertem para a importância dessa vegetação são igualmente prioritários, especialmente para promover a recuperação de áreas degradadas e a proteção de trechos que ainda abrigam a espécie. A localização de populações adicionais ao longo de rios da Campanha e a identificação de áreas apropriadas com vistas à criação de novas Unidades de Conservação devem ser estimuladas. Estudos que avaliem a abundância, grau de isolamento e dinâmica das populações brasileiras também são bem-vindos, visto que a conservação dessa espécie de ocorrência marginal no Brasil provavelmente depende de conectividade com populações maiores e bem distribuídas do Uruguai e Argentina.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Glaysen Ariel Bencke (FZB/RS); Carla Suertegaray Fontana e Jan Karel Felix Mähler Jr. (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

48, 53, 163, 299, 310, 382, 418 e 457.

Autor: *Rafael Antunes Dias*



Automolus leucophthalmus lammi Zimmer, 1947

NOME POPULAR: Barranqueiro-de-olho-branco;

Barranqueiro-do-nordeste (PE, AL)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B1ab(i) + 2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Automolus leucophthalmus lammi é um pássaro florestal muito pouco conhecido, usualmente encontrado aos pares. Prefere as áreas mais estruturadas e úmidas, raramente freqüentando as bordas da floresta. Algumas vezes, associa-se a outras espécies (e.g. *Habia rubica*, *Xiphorhynchus fuscus atlanticus*, *Basileuterus culicivorus*), formando pequenos bandos de sub-bosque. Essas aves movimentam-se e vocalizam intensamente quando estão forrageando. Procuram alimento principalmente em folhas secas, nos emaranhados de cipós e lianas, em hastes não muito grossas de árvores jovens e pequenos arbustos florestais. São dependentes de micro-habitat especializado; a presença da espécie está associada à existência de pequenos riachos no interior das florestas (como, por exemplo, na Reserva Particular do Patrimônio Natural Pacatuba, PB, e em Engenho Coimbra, AL). Pouco se conhece sobre os hábitos reprodutivos deste táxon. Muito provavelmente, também constrói ninhos em cavidades, como as demais espécies do grupo *A. leucophthalmus*. A espécie foi registrada desde o nível do mar (Recife, PE) até 700 m de altitude (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Provavelmente, a espécie era bem distribuída nas florestas mais úmidas e densas, próximas ao litoral, entre os Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte. Atualmente, é restrita à Mata Atlântica de baixada e submontana, em Alagoas, Pernambuco e Paraíba, três dos quatro Estados que compõem o Centro de Endemismo Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú (PE); EE de Caetés, REBIO de Saltinho, RPPN Frei Caneca e PE Dois Irmãos (PE); RPPN Fazenda Pacatuba e RPPN Garjaú (PB); EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça é o desmatamento, seguido pela destruição e/ou alteração de seus habitats. Da área original do Centro de Endemismo Pernambuco, restam cerca de 2% apenas, a maioria sob a forma de pequenos fragmentos com aproximadamente 50 ha. Desta forma, as espécies estritamente florestais são as mais afetadas.



ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Medidas de proteção e recuperação de habitats, aliadas a um programa de conexão de fragmentos florestais envolvendo áreas protegidas, públicas e particulares, são importantes para evitar a perda contínua de habitat e assegurar a proteção deste táxon. O status taxonômico precisa ser revisto. Há uma possibilidade de que este táxon esteja relacionado a *Automolus infuscatus*, restrito à Amazônia, ao invés de *A. leucophthalmus*, como originalmente descrito.

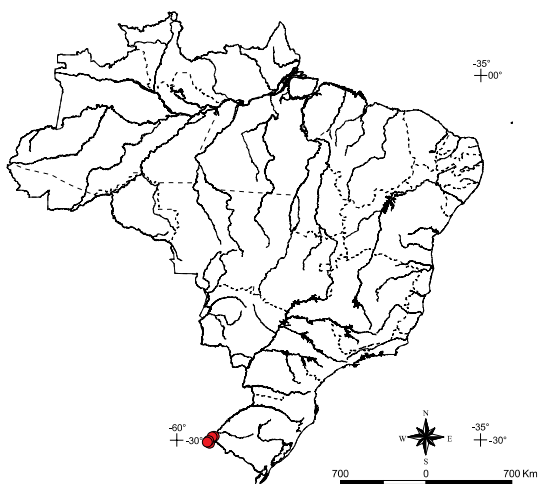
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife International - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

420, 421, 425, 474 e 565.

Autora: Sônia Aline Roda



Coryphistera alaudina Burmeister, 1860

NOME POPULAR: Corredor-crestudo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não ameaçada

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B2ab(iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Coryphistera alaudina é um pássaro registrado desde o nível do mar até 500 m de altitude, em diversas formações vegetais abertas de regiões secas ou semi-áridas do centro-sul da América do Sul. No Brasil, está aparentemente restrito à vegetação de parque espinilho, uma savana de algarrobos (*Prosopis nigra*), inhanduvás (*Prosopis affinis*), espinilhos (*Acacia caven*) e outras arvoretas espinhentas típicas da extremidade oeste do Rio Grande do Sul. É possível que no passado também ocupasse ambientes marginais a esse ecossistema. Vive em pequenos bandos ou grupos familiares que variam de quatro a sete aves e que podem conter até 20 indivíduos no período não-reprodutivo. Consome besouros, formigas, grilos, aranhas e outros invertebrados que encontra sobre o solo, muitas vezes ciscando o chão e remexendo estерco atrás de presas. Embora se abrigue nos arbustos e arvoretas, busca alimento em áreas de vegetação rasteira, podendo se beneficiar da ação de pastoreio do gado. No outono-inverno, ocasionalmente, forrageia em bandos mistos com outras aves terrícolas típicas de parque espinilho, inclusive com o coperete (*Pseudoseisura lophotes*), espécie igualmente ameaçada de extinção no Brasil. Residente ao longo de sua distribuição geográfica, provavelmente se reproduz no Brasil entre setembro e janeiro. Constrói um ninho globoso de gravetos espinhosos, medindo de 30 a 100 cm de diâmetro, em forquilhas de arvoretas entre 2 e 5 m de altura, que pode ser utilizado como dormitório fora do período reprodutivo. O ninho ostenta uma entrada lateral adornada com esqueletos de anfíbios, pedaços de pequenas serpentes secas

ou cacos de vidro colorido, que conduz, através de um túnel curvo, ao interior da câmara de incubação. A postura, que varia de três a quatro ovos (raramente cinco), ocorre entre fins de setembro e janeiro. Grupos sociais observados no período de reprodução sugerem a existência de auxiliares de ninho ou um sistema reprodutivo não-monogâmico. Ocasionalmente, *C. alaudina* utiliza ninhos de coperete para nidificar ou pernoitar. A julgar por coletas realizadas no início do século XX, era aparentemente mais abundante no passado. Nas décadas de 1970 e 1980, foi considerado comum no Parque Estadual do Espinilho. Contagens realizadas nessa unidade de conservação em fevereiro de 2002 revelaram a presença de quatro ou cinco bandos, totalizando apenas 20 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Distribuído do sudeste da Bolívia e oeste do Paraguai ao centro-leste da Argentina, incluindo o Uruguai e o Sul do Brasil. No Brasil, foi registrado em cinco localidades dos municípios gaúchos de Uruguaiana e Barra do Quaraí. As únicas menções atuais provêm do Parque Estadual do Espinilho e da fazenda Espinilho, localizadas em Barra do Quaraí (RS).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O corredor-crestado está ameaçado pela destruição e descaracterização das savanas de algarrobos, inhanduvás e espinilhos do Rio Grande do Sul. A vegetação de parque espinilho do oeste gaúcho foi suprimida para o estabelecimento de pastagens e lavouras de arroz e também para a obtenção de lenha. A regeneração é limitada pelo pastejo do gado e pela ação de pecuaristas, que queimam ou cortam a vegetação arbóreo-arbustiva para “limpar” o campo. Os maiores remanescentes no Brasil totalizam 1.200 ha e estão situados no Parque Estadual do Espinilho, Unidade de Conservação que apresenta problemas de implementação. O reduzido tamanho dos fragmentos e seu crescente isolamento podem contribuir para comprometer a sobrevivência da espécie em longo prazo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Consolidar a implementação do Parque Estadual do Espinilho e colocar em prática o seu plano de manejo são medidas essenciais para a conservação deste furnarídeo. A proteção aos remanescentes de parque espinilho deve ser encorajada por meio de fiscalização contra desmatamentos e queimadas e criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, especialmente na fazenda Espinilho. Programas de educação ambiental que versem sobre a importância desse ecossistema são fundamentais para possibilitar um aumento na área de hábitat disponível mediante a proteção e recuperação da vegetação. Também é necessário avaliar os prós e contras do estabelecimento de reservas lineares de parque espinilho ao longo da faixa de domínio de estradas públicas e determinar o grau de dependência da espécie em relação ao pastejo a partir de experimentos de exclusão do gado no Parque Estadual do Espinilho. Considerando que a conservação dessa espécie de ocorrência marginal no Brasil depende, provavelmente, de conectividade com populações maiores e bem distribuídas do Uruguai e Argentina, estudos sobre história natural, abundância, grau de isolamento e dinâmica da população brasileira devem ser estimulados.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

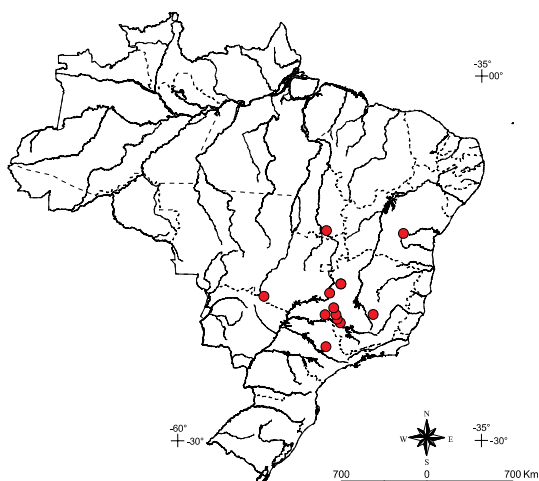
Glaysen Ariel Bencke (FZB/RS); Carla Suertegaray Fontana e Jan Karel Felix Mähler Jr. (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

48, 53, 157, 163, 382, 418 e 457.

Autor: *Rafael Antunes Dias*





Geobates poecilopterus (Wied, 1830)

NOME ATUAL: *Geositta poeciloptera*

NOME POPULAR: Andarilho; Abana-cauda; Bate-bunda (GO)

SINONÍMIAS: *Geobates poecilopterus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Scleruridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); SP (PEX)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c + 3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Geositta poeciloptera é um pequeno pássaro de 12 cm de comprimento que até recentemente pertencia ao gênero monotípico *Geobates*. Sua inclusão em *Geositta* baseou-se nas semelhanças de comportamento e vocalização com os representantes deste gênero. O andarilho habita regiões com fisionomias mais abertas do Cerrado, tanto no Brasil Central como na Bolívia, em altitudes que variam entre 600 e 1.300 m. Possui comportamento discreto, caminha no solo em meio à vegetação rasteira à procura de insetos, lembrando um Scolopacidae, especialmente o maçarico-pintado (*Actitis macularius*), pois balança sua curta cauda para cima e para baixo, da mesma forma que este maçarico. É localizado e identificado mais facilmente durante o período reprodutivo, entre julho e dezembro, quando realiza um voo onde permanece parado, pairando no ar, chegando a alcançar até 50 m de altura e vocalizando bastante. Parece preferir áreas recém-queimadas, pois a abundância de insetos nessas áreas é grande e atrai diversos indivíduos da espécie. Seu ninho é construído em cavidades, escavadas pela própria ave, em barrancos ou tocas de tatus.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Possivelmente, ocorria ao longo da distribuição do Cerrado no Brasil Central, abrangendo diversos Estados, entre os quais Bahia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo, quando ainda existiam grandes regiões com fisionomias mais abertas, como campo limpo, campo sujo e campo cerrado, onde a espécie aproveitava as áreas que sofriam queimadas naturais. Atualmente restrito a pequenas áreas altamente fragmentadas, o andarilho é considerado muito raro ou provavelmente extinto em algumas regiões, como no Estado de São Paulo, onde há um registro de reprodução em junho de 1987.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA de Brasília (DF); PARNA das Emas (GO) e EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça para *G. poeciloptera* e para outras espécies típicas do Cerrado é a constante destruição deste bioma, em especial as fitofisionomias mais campestres. A conversão de áreas para utilização pela agricultura (monoculturas de soja, algodão etc.) e pecuária fazem com que a espécie fique restrita apenas às Unidades de Conservação, de forma isolada.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Pesquisa sobre a sua biologia básica e necessidades de habitat são importantes, para que novas populações sejam descobertas. Além disso, a proteção das áreas de campos limpos é fundamental para a manutenção das populações de *G. poeciloptera*. O manejo de fogo no Cerrado, incluindo queimadas controladas, certamente terá impactos benéficos sobre a espécie.

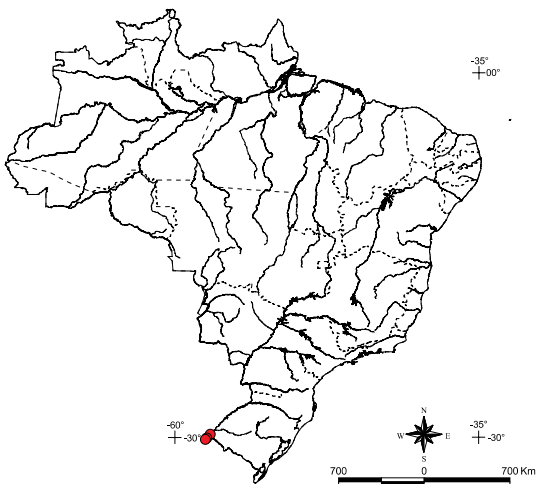
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Robson Silva e Silva (Pesquisador autônomo) está acompanhando a biologia reprodutiva da espécie em Araxá e Tapira (MG); Luis Fábio Silveira (USP) e Dante Buzzetti (CEO) efetuaram observações sobre a sua reprodução no Parque Nacional Serra da Canastra (MG).

REFERÊNCIAS

275, 458 e 539.

Autor: Robson Silva e Silva



Leptasthenura platensis Reichenbach, 1853

NOME POPULAR: Rabudinho

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Leptasthenura platensis é um pássaro registrado em formações vegetais abertas de regiões secas ou semi-áridas da porção centro-meridional do continente Sul-Americano, do nível do mar até 1.000 m de altitude. No Brasil, ocorre exclusivamente em parque espinilho, uma savana de algarrobos (*Prosopis nigra*), inhanduvás (*Prosopis affinis*), espinilhos (*Acacia caven*) e outras arvoretas espinhentas e retorcidas do extremo-oeste do Rio Grande do Sul. Vive isolado, aos pares ou em pequenos grupos familiares, procurando diminutos artrópodes em folhas e ramos de arbustos e arvoretas. Bastante ativo, forrageia tanto na copa quanto nos estratos mais baixos da vegetação, muitas vezes assumindo poses acrobáticas para localizar o alimento. É residente, nidificando em cavidades durante a primavera. Utiliza gravetos, capins, penas e pêlos para construir um ninho em forma de tigela, em ocos naturais, buracos de pica-paus e ninhos abandonados de outros furnariídeos, inclusive de espécies ameaçadas, como o lenheiro (*Asthenes baeri*) e o corredor-crestado (*Coryphistera alaudina*). Presumivelmente monogâmico, põe de dois a quatro ovos, que são incubados durante 14-15 dias. Os filhotes permanecem no ninho por outros 15-16 dias. A postura ocorre entre setembro e dezembro e filhotes pequenos foram registrados de outubro a dezembro. A espécie aparentava ser mais abundante no passado, conforme indicam coletas realizadas no início do século XX. Embora fosse considerada comum no Parque Estadual do Espinilho



nas décadas de 1970 e 1980, somente seis indivíduos foram detectados nessa Unidade de Conservação em fevereiro de 2002. Não existem informações sobre a população na fazenda Espinilho, onde poucas aves foram registradas em maio de 2001 e fevereiro de 2002.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Vive do oeste do Paraguai ao centro-leste da Argentina, Uruguai e Sul do Brasil. Os registros brasileiros estão restritos aos municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí, no extremo-oeste do Rio Grande do Sul.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Esta espécie está ameaçada pela destruição e descaracterização das savanas de algarrobos, inhanduvás e espinilhos do oeste do Rio Grande do Sul. A expansão da pecuária, o estabelecimento de lavouras de arroz e o consumo de lenha eliminaram a maior parte do hábitat da espécie. O pastejar do gado, queimadas e o corte promovido por pecuaristas para “limpar” o campo impedem a regeneração da vegetação. No Brasil, os maiores fragmentos de parque espinilho totalizam 1.200 ha e estão localizados no Parque Estadual do Espinilho, Unidade de Conservação que exibe problemas de implementação e isolamento que podem comprometer a sobrevivência, em longo prazo, da diminuta população brasileira.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A implementação do Parque Estadual do Espinilho deve ser efetivada, colocando em prática o seu plano de manejo. Campanhas de educação ambiental que atentem para a importância e singularidade da vegetação de parque espinilho são necessárias para incentivar a recuperação e proteção dos remanescentes do extremo-oeste gaúcho. Também é preciso intensificar a fiscalização contra desmatamentos e queimadas e estimular a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, especialmente na fazenda Espinilho, onde a espécie foi registrada recentemente. Considerando que a conservação dessa espécie de ocorrência marginal no Brasil depende presumivelmente de conectividade com populações maiores e bem distribuídas do Uruguai e Argentina, é imperativo estudar a história natural, abundância, grau de isolamento e dinâmica da população brasileira. Nesse sentido, é igualmente necessário avaliar os prós e contras do estabelecimento de corredores ecológicos formados por reservas lineares de parque espinilho ao longo da faixa de domínio de estradas públicas.

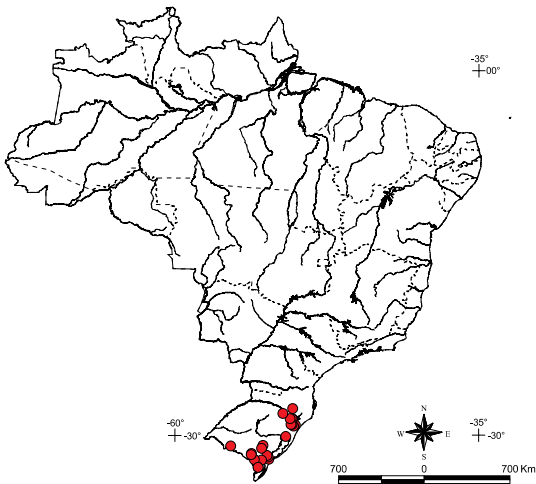
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Glaysen Ariel Bencke (FZB/RS); Carla Suertegaray Fontana e Jan Karel Felix Mähler Jr. (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

3, 48, 163, 299, 318, 382 e 418.

Autor: *Rafael Antunes Dias*



Limnornis rectirostris (Gould, 1839)

NOME POPULAR: Junqueiro-de-bico-reto

SINONÍMIAS: *Limnornis rectirostris*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Limnornis rectirostris é uma espécie de pássaro residente, registrada do nível do mar até 1.100 m de altitude. Restrito a gravatazais – áreas úmidas com densa cobertura de gravatás (*Eryngium* spp.), situadas em linhas de drenagem por entre coxilhas ou nas margens de banhados de turfa, em regiões de vegetação aberta. Vive solitário ou aos pares, consumindo coleópteros, hemípteros, himenópteros e outros artrópodes que encontra nos gravatás. Seu longo bico é uma possível adaptação para catar animalejos por entre as folhas compridas e espinhentas dessa planta. Inconspícuo, permanece embrenhado no interior do gravatazal, vocalizando somente ao amanhecer e no final da tarde. O casal ocupa permanentemente territórios estreitos e de pequeno tamanho, uma decorrência do caráter linear de seu hábitat. No Uruguai, de quatro a cinco pares nidificantes foram registrados em um cinturão de gravatás de 2 a 5 m de largura, na borda de um banhado de 15 ha. O período reprodutivo do junqueiro-de-bico-reto estende-se de setembro a janeiro. Seu ninho é uma estrutura esférica de 20 cm de altura e 15 cm de largura, construído de folhas de macrófitas aquáticas (*Eryngium*, *Scirpus*) e gravetos na base de plantas individuais de gravatá situadas a 20–40 cm do leito do banhado. Uma pequena aba protege a entrada lateral que conduz ao interior da câmara de incubação. A postura, de três ovos, geralmente ocorre em novembro. Ambos os membros do casal revezam-se na tarefa de incubar. Exibe distribuição esparsa, consequência da irregularidade e descontinuidade de seu hábitat. É localmente comum em gravatazais extensos, especialmente nos Campos de Cima da Serra. Em determinadas regiões, notadamente no litoral, a população declinou em função da destruição histórica de seu hábitat.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre no sul e leste do Uruguai, nas províncias argentinas de Buenos Aires e Entre Ríos e nos Estados brasileiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, distribui-se na região dos Campos de Cima da Serra do nordeste do Estado, em determinados setores da serra do Sudeste e em alguns pontos do litoral e das depressões central e periférica. O único registro para Santa Catarina foi obtido em Lages. Atualmente, encontra-se esparsamente distribuído nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA dos Aparados da Serra (RS/SC); PE do Tainhas e REVISE Banhado dos Pachecos (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

É ameaçado pela destruição e descaracterização dos banhados de gravatás onde vive. Essas áreas úmidas são drenadas e aterradas para a expansão de atividades agropecuárias e inundadas por pequenas



barragens construídas para o estabelecimento de lagos e açudes. Em áreas de pecuária, a alteração estrutural da vegetação e o eventual pisoteio de ninhos pelo gado podem afetar a sobrevivência da espécie. Os gravatazais são rotineiramente queimados e/ou cortados por pecuaristas que desejam aumentar as áreas de pastagem do gado ou simplesmente “limpar” a propriedade. A acelerada expansão de florestamentos de pinus e eucalipto nos Campos de Cima da Serra e na serra do Sudeste constitui uma ameaça adicional ao hábitat do junqueiro-de-bico-reto. Gravatazais cercados por florestas plantadas tendem a secar, sendo lentamente invadidos por arbustos e pequenas árvores, comprometendo a sobrevivência da ave. Em função de sua linearidade, as áreas úmidas recobertas por gravatás são particularmente vulneráveis à fragmentação, o que pode facilitar o isolamento de subpopulações desse furnarídeo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É preciso criar e implementar Unidades de Conservação em áreas úmidas que abriguem populações da espécie. O status do junqueiro-de-bico-reto deve ser averiguado em Santa Catarina e sua ocorrência potencial no Parque Nacional de São Joaquim precisa ser verificada. Campanhas de educação ambiental que alertem para a importância dos gravatazais e que compatibilizem o manejo do gado com a conservação deste furnarídeo são imprescindíveis. Também é fundamental realizar um zoneamento econômico-ecológico-turístico nos Campos de Cima da Serra e na serra do Sudeste, com vistas a limitar a expansão de florestas plantadas e garantir a integridade do hábitat da espécie. Projetos de florestamento e construção de pequenas barragens em gravatazais onde o junqueiro-de-bico-reto ocorre devem ser submetidos a um processo de licenciamento ambiental que considere a importância desse biótopo para a ave. É igualmente necessário analisar de que modo a fragmentação do hábitat afeta a espécie e estudar sua história natural e dinâmica populacional.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rafael Antunes Dias (UCPel).

REFERÊNCIAS

32, 48, 50, 163, 184, 270, 293, 371, 416, 433, 455 e 457.

Autor: Rafael Antunes Dias



Philydor novaesi Teixeira & Gonzaga, 1983

NOME POPULAR: Limpa-folha-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i) + 2ab(ii); D**

INFORMAÇÕES GERAIS

Philydor novaesi é considerada uma das aves mais ameaçadas da região neotropical. Ocorre apenas em duas localidades – Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, e Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, em Pernambuco, áreas que ocupam superfícies elevadas do Planalto da Borborema (400-800 m de altitude) e abrigam importantes remanescentes de floresta ombrófila aberta e estacional semidecidual. A falta de informações recentes sobre a presença da espécie na Estação Ecológica de Murici (localidade-tipo) é preocupante. Na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, no entanto, a ave é vista com relativa frequência, tanto solitária como em bandos com várias outras espécies. Em Murici, não se conhece o tamanho nem o status desta população; na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, a população é estimada em cerca de dez indivíduos. A espécie alimenta-se de artrópodos capturados na copa das árvores, em troncos e folhas secas enroladas de bromélias e outras epífitas. Frequenta bandos mistos formados por espécies que habitam as copas e sub-bosque médio a alto. Na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, foi observada em bando misto com *Lophornis magnificus*, *Veniliornis affinis*, *Thamnophilus caerulescens*, *Dysithamnus mentalis*, *Drymophila squamata*, *Phylloscartes ceciliae*, *Tolmomyias flaviventris*, *Ramphocaenus melanurus*, *Parula pitiayumi* e *Tangara cyanocephala*. Em duas ocasiões, formava bando apenas com *Xiphorhynchus fuscus atlanticus* e *Veniliornis affinis*. Quando *P. novaesi* era atraído por playback, as demais espécies o acompanhavam. Embora a Mata do Estado (PE) apresente características estruturais de uma floresta madura, como em Murici e Frei Caneca, a espécie não foi detectada no local, mesmo depois de várias tentativas utilizando a técnica de playback. No entanto, a aproximação de algumas espécies típicas de bandos mistos durante o playback, com o chamado do *P. novaesi*, nos leva a crer que esta espécie pode ter ocorrido na área.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica do Nordeste do Brasil, entre os Estados de Pernambuco e Alagoas. Atualmente, é encontrada em apenas duas localidades: Estação Ecológica Murici, em Alagoas, e Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, em Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição/alteração de habitats e desmatamento são as ameaças mais sérias à conservação da espécie.



ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, fiscalização, educação ambiental e pesquisa científica são ações recomendadas. Todas as estratégias de conservação devem ser aplicadas, para que se possa reverter a situação das florestas onde a espécie habita. Planos de manejo urgentes devem ser elaborados e implementados nas duas Unidades de Conservação onde a ave foi encontrada.

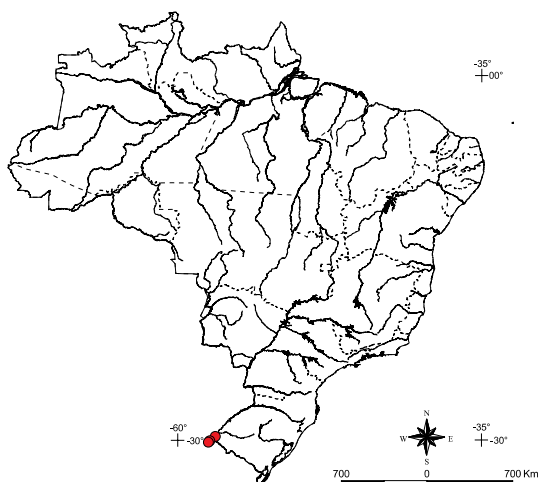
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); Juan Mazar Barnett (Pesquisador autônomo); Dante Buzzetti (CEO); BirdLife - Programa do Brasil. Pela SNE, Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

36, 37, 76, 422, 425 e 426.

Autora: Sônia Aline Roda



Pseudoseisura lophotes (Reichenbach, 1853)

NOME POPULAR: Coperete

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): ameaçada

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pseudoseisura lophotes vive em regiões secas ou semi-áridas do centro-sul da América do Sul, sendo registrado do nível do mar até 900 m de altitude, em áreas recobertas por formações vegetais abertas. No Brasil, está restrito à vegetação de parque espinilho, uma savana de algarrobos (*Prosopis nigra*), inhanduvás (*Prosopis affinis*), espinilhos (*Acacia caven*) e outras arvoretas retorcidas do extremo-oeste do Rio Grande do Sul. É observado aos pares ou em pequenos grupos, que podem conter até cinco indivíduos. Alimenta-se de invertebrados, notadamente besouros e formigas, além de pequenos frutos, sementes e ovos de outras aves. Remexe o chão e o folhço atrás de comida; também revira esterco, às vezes martelando e arrancando a casca e brotos das arvoretas com o bico. Ocasionalmente, busca alimento na companhia de outras aves terrícolas típicas de parque espinilho, incluindo espécies ameaçadas, como o arapaçu-platino (*Drymornis bridgesi*) e o corredor-crestudo (*Coryphistera alaudina*). Embora forrageie no chão, geralmente é visto embrenhado nas copas de *Prosopis* spp. Seu ninho é uma grande massa de longos gravetos (50-150 cm de comprimento), medindo entre 45 e 90 cm de largura e pesando entre 2,5 e 5 kg. A câmara interna tem de 20 a 25 cm de diâmetro e se abre para o exterior.

através de um tubo lateral apoiado sobre um galho horizontal. O ninho é construído entre 4 e 6 m de altura, na coroa de uma árvore. O coperete é seletivo quanto às espécies de árvores-suporte. No Brasil, aparenta nidificar preferencialmente em *Prosopis* spp. É monógamo, reproduzindo-se entre fins de setembro e fevereiro. A postura, que varia de 2 a 4 ovos, é incubada por ambos os pais durante 18-20 dias. O período de permanência dos filhotes no ninho é de 18-23 dias. Na Argentina, verificou-se que 59% dos ovos postos eclodem; nesse país, o gambá *Didelphis albiventris* é o principal predador de ninhos. As únicas evidências de reprodução no Brasil provêm da observação de ninhos e da coleta de um macho com testículos aumentados em novembro. Em fevereiro de 2002, 11 pares ou grupos foram detectados no Parque Estadual do Espinilho e outros dois pares foram observados na fazenda Espinilho. A espécie era aparentemente mais abundante no passado, sendo registrada nos arredores de Uruguaiana, ainda nas décadas de 1970-1980.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Vive do sul da Bolívia e oeste do Paraguai ao centro-leste da Argentina, Uruguai e sul do Brasil. No Brasil, a espécie foi registrada nos municípios de Uruguaiana e Barra do Quaraí, no extremo-oeste gaúcho.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Espinilho (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O coperete está ameaçado pela destruição e descaracterização das savanas de algarrobos, inhanduvás e espinilhos do oeste do Rio Grande do Sul. Áreas outrora recobertas por parque espinilho foram desmatadas para o estabelecimento de pastagens, lavouras de arroz e obtenção de lenha. O pastejo do gado e o corte e queima das arvoretas para “limpeza” do campo impedem a regeneração da vegetação e contribuem para isolar os poucos fragmentos que restam. Os maiores remanescentes de parque espinilho no Brasil totalizam 1.200 ha e estão localizados no Parque Estadual do Espinilho. Esta Unidade de Conservação apresenta problemas de implementação e isolamento que podem comprometer a sobrevivência da espécie em longo prazo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É fundamental que o Parque Estadual do Espinilho seja inteiramente implementado e seu plano de manejo posto em prática. Campanhas de educação ambiental que alertem para a importância e singularidade da vegetação de parque espinilho são vitais para assegurar a proteção e recuperação dos remanescentes no extremo-oeste gaúcho. Também é preciso fiscalizar desmatamentos e queimadas e estimular a criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural, especialmente na fazenda Espinilho. O grau de dependência da espécie em relação ao pastejo deve ser analisado mediante experimentos de exclusão do gado no Parque Estadual do Espinilho. Estudos sobre história natural, abundância, grau de isolamento e dinâmica da população brasileira são igualmente prioritários, visto que a conservação dessa ave de ocorrência marginal no Brasil provavelmente depende de conectividade com populações maiores e mais bem distribuídas do Uruguai e Argentina. É igualmente necessário avaliar as vantagens e desvantagens de estabelecer reservas lineares de parque espinilho ao longo da faixa de domínio de estradas públicas.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

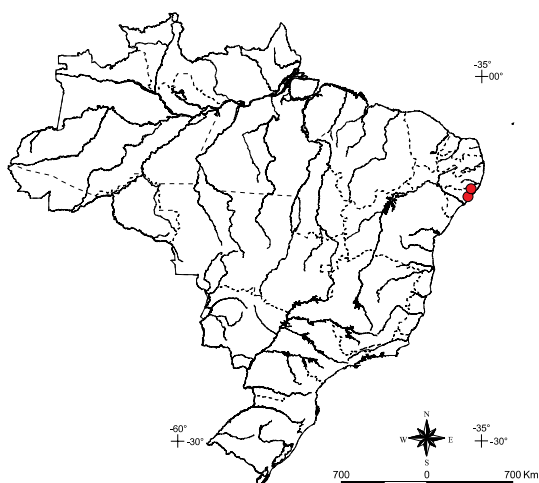
Glaysen Ariel Bencke (FZB/RS); Carla Suertegaray Fontana e Jan Karel Felix Mähler Jr. (PUC/RS).

REFERÊNCIAS

48, 52, 163, 259, 299 e 418.

Autora: *Rafael Antunes Dias*





Sclerurus caudacutus caligineus Pinto, 1954

NOME POPULAR: Vira-folha-pardo-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Scleruridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sclerurus caudacutus caligineus é um pássaro de distribuição restrita, com população atualmente reduzida a apenas duas localidades conhecidas. Apesar das aparentes características para diagnose entre *S. c. caligineus* e *S. c. umbretta*, como menor quantidade de branco na garganta, retrizes anegradas, praticamente sem cor pardacenta e coloração geral oliváceo-fuliginosa mais escura em *S. c. caligineus*, para muitos autores este não é um táxon válido, sendo considerado como pertencente a *S. c. umbretta*, cuja distribuição vai do sul da Bahia ao Espírito Santo. Pouco se conhece sobre este táxon, praticamente nada se sabe sobre sua história natural. Recentemente, algumas vocalizações foram ouvidas em Murici (AL) e, provavelmente, na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca (PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica do Nordeste do Brasil, no Estado de Alagoas e talvez em Pernambuco. Conhecida apenas para duas localidades: Usina Sinimbu (Mangabeira, AL) e Estação Ecológica de Murici (Murici, AL).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Perda e descaracterização do seu hábitat.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Medidas de proteção e recuperação de habitats, além de criação de corredores florestais envolvendo áreas protegidas, públicas e particulares, são importantes para assegurar a proteção deste táxon. O status taxonômico precisa ser revisto.

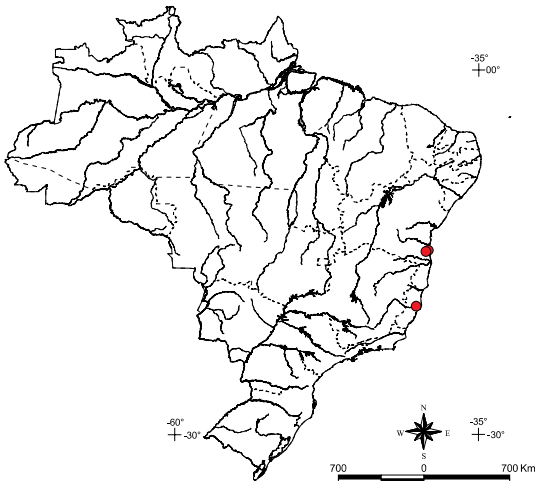
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

97, 387, 411, 421 e 426.

Autora: Sônia Aline Roda



Sclerurus caudacutus umbretta (Lichtenstein, 1823)

NOME POPULAR: Vira-folha-pardo-do-sudeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Scleruridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sclerurus caudacutus umbretta é um táxon pouco conhecido, com distribuição restrita e muito fragmentada, registrado em poucas localidades e aparentemente raro (ou muito inconspícuo) nas áreas em que ocorre. Há questionamentos quanto à validade das formas deste complexo, sendo necessários mais estudos para esclarecer essa questão.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Toda a Mata Atlântica de baixada entre o sul da Bahia e o Espírito Santo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO de Sooretama (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Apesar de não ter valor para os traficantes de animais nem para os caçadores, esta ave deve ocorrer naturalmente em baixas densidades nas florestas. O avançado grau de fragmentação das florestas onde *S. c. umbretta* ocorre potencializa os efeitos deletérios do isolamento genético, tornando este táxon ainda mais sujeito à extinção. O sul da Bahia é uma região conhecida por sua imensa diversidade biológica e problemas sérios de fragmentação florestal e tensão social, bem como o norte do Espírito Santo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A elaboração de um mosaico de Unidades de Conservação abrangendo a maior quantidade de florestas possível parece ser a única alternativa para a manutenção deste táxon. O conhecimento preciso de seus pontos de ocorrência poderá subsidiar a escolha de áreas para reflorestamento. Estudos sobre a sua biologia pouco conhecida também poderão fornecer dados importantes para o manejo.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

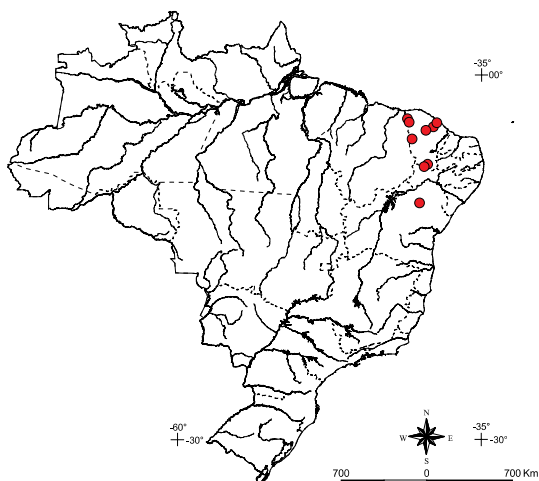
Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

97, 382, 411 e 532.

Autores: Weber Girão e Ciro Albano





Sclerurus scansor cearensis Sneathlage, 1924

NOME POPULAR: Folhaeiro (Chapada do Araripe/CE);

Cisca-folha (serra de Baturité/CE); Vira-folhas-cearense

SINONÍMIAS: *Sclerurus caudacutus cearensis*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Scleruridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)c(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Sclerurus scansor cearensis foi descrito com base nos exemplares obtidos pela ornitóloga Emilie Sneathlage na serra da Ibiapaba, oeste do Ceará, região de fronteira com o Piauí. É relativamente comum nas florestas serranas cearenses, sendo mais raro nos outros Estados nordestinos, onde talvez ocupe as matas de baixada. Vive no solo da floresta, tanto nas matas secas quanto nas matas úmidas, revirando folhas em busca de artrópodes. Essas aves são encontradas aos pares e não apresentam dimorfismo sexual, reproduzindo-se em barrancos, onde escavam seus ninhos. Aparentemente não saem da mata, minimizando a chance de fluxo entre fragmentos distantes. A ocorrência deste táxon no nordeste da Bahia necessita de maiores estudos, assim como os registros de *Conopophaga lineata cearae*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Deve ter habitado todas as serras relativamente úmidas do Ceará, como Meruoca, Uruburetama, Estevão (em Quixadá) e Pedra Branca, e talvez a desconhecida serra da Micaela (Pereiro), podendo ainda ocorrer em alguma dessas áreas. Registros recentes para Ceará: serra de Maranguape, Viçosa, serra de Baturité, Chapada do Araripe, Ubajara, Crateús, serra do Machado e Aratanha. Bahia: Senhor do Bonfim. Pernambuco: Exu.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA de Ubajara, APA Federal da Serra da Ibiapaba, FLONA do Araripe, APA Federal da Chapada do Araripe, APA Estadual da Serra de Baturité, APA Estadual da Serra da Aratanha, APA Municipal de Maranguape, RPPN Serra das Almas e RPPN Monte Alegre (CE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A serra cearense de Ibiapaba, pátria típica deste pássaro, sofre seriamente com a fragmentação de suas matas. A extensa cobertura florestal original foi substituída por lavouras sucessivas, destacando-se atualmente a cana-de-açúcar. A devastação das demais serras cearenses compromete seriamente este táxon. A Chapada do Araripe e as serras de Baturité, Maranguape e Aratanha conservam as melhores florestas onde *S. s. cearensis* não é raro, uma vantagem que precisa ser bem administrada. Sua baixa densidade nas florestas nordestinas fora do Ceará o torna mais sujeito às extinções locais. A caça e o tráfico de animais silvestres não prejudicam diretamente este pássaro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Iniciativas louváveis como a criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra das Almas, no Ceará, preservaram remanescentes de mata seca onde este pássaro se refugia, cercado por lavouras. Outras reservas similares nas serras de Baturité e Aratanha ajudam a manter a cobertura florestal necessária para a existência de *S. s. cearensis*, exemplos que devem ser seguidos para que as Áreas de Preservação Ambiental sejam eficientes na conservação.

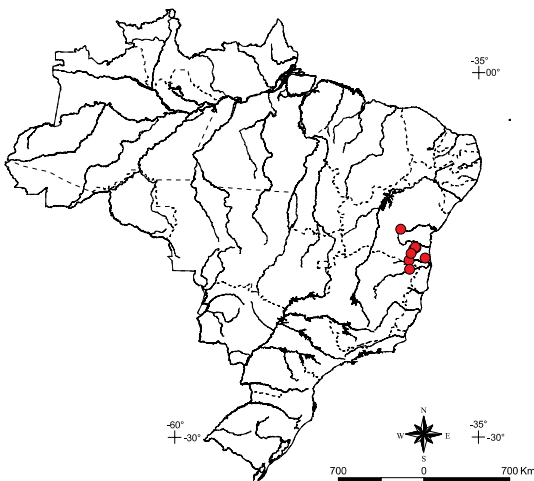
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Ciro Albano, Thieres Pinto e Weber A. de Girão e Silva (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE/Mulungu/CE); Sônia Aline Roda (CEPAN).

REFERÊNCIAS

382, 391, 421, 508 e 529.

Autores: *Weber Girão e Ciro Albano*



Synallaxis cinerea Wied, 1831

NOME POPULAR: João-baiano

SINONÍMIAS: *Synallaxis whitneyi*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Synallaxis cinerea é um pássaro endêmico da Mata Atlântica montana, ocorrendo em uma estreita faixa entre o centro-sul da Bahia e o nordeste de Minas Gerais. O João-baiano habita o estrato mais baixo da vegetação, sempre em meio a brenhas e lianas, preferindo a borda das matas. Espécie florestal, é mais comumente observada entre 700 e 1.200 m de altitude. Vive aos pares ou em pequenos grupos familiares e passa a maior parte do tempo em busca de pequenos artrópodes, dos quais se alimenta. Novos espécimes e dados sobre a vocalização, hábitat e hábitos só foram obtidos da década de 1990 em diante, quando alguns exemplares foram coletados nas florestas do sul da Bahia. Esta população, na época, foi descrita como uma nova espécie (*Synallaxis whitneyi*) que, mais tarde, provou ser sinônimo de *S. cinerea*. Pouco se sabe sobre o seu comportamento reprodutivo; em novembro e maio, foram observados indivíduos com plumagem de imaturo, acompanhando os pais.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre, provavelmente, nas bordas da Mata Atlântica montana entre 700 e 1.200 m de altitude, entre o centro-sul da Bahia e o nordeste de Minas Gerais. Atualmente, é conhecido de poucas localidades



serranas, em fragmentos florestais isolados e distantes entre si, no centro-sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Chapada Diamantina (BA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Boa parte do hábitat original do João-baiano já foi destruída ou muito descaracterizada. Restam poucos fragmentos significativos na região da serra das Lontras e da Ouricana, além das áreas de Mata Atlântica em Boa Nova. A situação da espécie em Minas Gerais não é muito clara, mas também não deve ser muito diferente da condição observada na Bahia.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Um das prioridades é a proteção dos remanescentes florestais montanos do sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais, além da criação de Unidades de Conservação na região da serra das Lontras e de Boa Nova. Essas duas áreas abrigam diversas espécies de aves endêmicas e/ou ameaçadas de extinção e há anos a comunidade científica vem solicitando a criação de Unidades de Conservação nessas regiões. Trabalhos de campo direcionados à descoberta de novas populações também são importantes, bem como estudos sobre o hábitat e história natural. Estudos taxonômicos devem ser conduzidos para testar a validade dos táxons deste complexo, sua evolução e biogeografia, incluindo aí as outras duas formas endêmicas da Mata Atlântica e os táxons andino-amazônicos.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Renata Stopiglia e Marcos Raposo (MNRJ); Luiz Antônio Pedreira Gonzaga (UFRJ); José Fernando Pacheco (CBRO).

REFERÊNCIAS

64, 223, 372, 412, 457 e 477.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Synallaxis infuscata Pinto, 1950

NOME POPULAR: Tatac

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Synallaxis infuscata apresenta estreita dependência com ambientes florestados e habita os emaranhados de vegetação nas bordas e moitas de capim, em clareiras nas florestas. Vive geralmente no sub-bosque baixo, a pouca altura do solo, mas seus ninhos podem ser construídos em lugares mais altos (1 a 5 m em relação ao solo). A espécie forma grupos familiares com até cinco indivíduos, mas na maioria das vezes é encontrada só ou aos pares. Alimenta-se de artrópodes, capturados principalmente em folhas secas ou em troncos. Suporta ambientes com diferentes graus de perturbação. Ocorre em altitudes que variam de 5 m (Rio Largo, AL) a 1.067 m acima do nível do mar (Taquaritinga do Norte, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre no Nordeste do Brasil, nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Atualmente, a espécie está bem distribuída em diversos remanescentes florestais de Alagoas e Pernambuco, tendo sido registrada para 32 localidades nesses Estados.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, PM Vasconcelos Sobrinho (ou Brejo dos Cavalos), RPPN Bitury, RPPN Frei Caneca, RPPN Carnijó, EE de Caetés e REBIO de Saltinho (PE); REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento e a alteração/diminuição de habitats têm reduzido de forma significativa a área de distribuição desta espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats são medidas que podem auxiliar a conservação do táxon. Estudos sobre a biologia também seriam úteis para elaborar estratégias de conservação.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

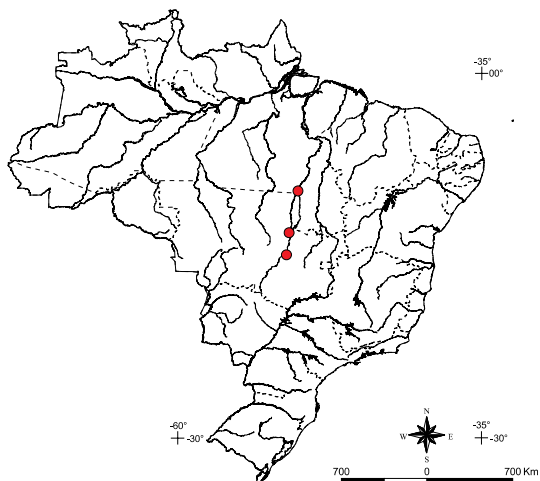
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil; Renata Stopiglia (UFRJ). Pela SNE, Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.



REFERÊNCIAS

81, 190, 330, 331, 385, 421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Synallaxis simoni Hellmayr, 1907

NOME POPULAR: João-do-araguaia

SINONÍMIAS: *Synallaxis albilora simoni*; *Synallaxis gujanensis simoni*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Synallaxis simoni habita as matas de galeria e o saranzal, um tipo de vegetação arbustiva densa que se desenvolve à beira do rio Araguaia. Trata-se de endemismo muito pouco conhecido do vale do rio Araguaia, e as únicas informações recentes são oriundas dos trabalhos de campo de Dante Buzzetti. A espécie forrageia frequentemente no solo, tendo sido reportados dois ninhos no mês de setembro, um deles a 3 m e outro a 70 cm do solo. Como observado em outros representantes do gênero, o ninho é uma grande massa de gravetos com entrada lateral. As diferenças de plumagem e de vocalização entre *S. simoni* e *S. albilora* parecem balizar o status de espécie para o primeiro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endemismo do Cerrado, ocorrendo apenas no vale do rio Araguaia, nos Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PE do Cantão (TO).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento e a descaracterização das matas ciliares no vale do rio Araguaia constituem a principal causa de ameaça às populações de *S. simoni*. A espécie parece não tolerar ambientes degradados.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante realizar buscas por novas populações no vale do rio Araguaia, especialmente nos saranzais, além de pesquisa taxonômica para confirmar a sua independência de *S. albilora*. Estudos sobre a

sua história natural também são necessários para traçar estratégias de conservação. É ainda importante confirmar a presença da espécie no Parque Nacional Araguaia.

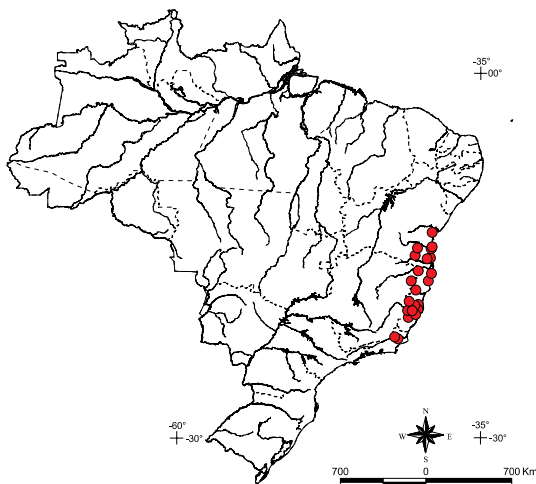
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Dante Buzzetti (CEO).

REFERÊNCIAS

114 e 462.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Thripophaga macroura (Wied, 1821)

NOME POPULAR: Rabo-amarelo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); RJ (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thripophaga macroura é um pássaro endêmico da Mata Atlântica, originalmente encontrado apenas no sul da Bahia, leste de Minas Gerais, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro. Possui cauda longa e plumagem discreta, em tons de marrom, com estrias no peito e no ventre. Seu canto alto e em dueto chama muito a atenção do observador. Habita os estratos médio e alto das florestas primárias, procurando por artrópodes no meio de bromélias e emaranhados de folhas secas. Reproduz-se no segundo semestre, entre setembro e dezembro, ocasionalmente em janeiro. O ninho, esférico, é construído com pequenos gravetos, situado entre 10 e 25 m do solo. Encontrado em florestas primárias e secundárias, desde o nível do mar até cerca de 1.000 m de altitude, é membro freqüente de bandos mistos de copa.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Florestas de baixada e submontanas, entre o sul da Bahia, leste de Minas Gerais, Espírito Santo e norte do Rio de Janeiro. Atualmente, ainda é registrado em todos os Estados onde ocorria originalmente.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Sooretama (ES); PE do Desengano (RJ); RPPN Veracruz, PARNA do Descobrimento, REBIO Una e RPPN Serra do Teimoso (BA).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

A quase total destruição das matas de baixada e submontanas constitui a principal causa de ameaça à espécie, que parece ser sensível a ambientes muito alterados e que não apresentam grande quantidade de epífitas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ainda ocorre e na região do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, onde foi recentemente registrada, é uma das principais medidas para a conservação de *T. macroura*. Estudos sobre a história natural desta espécie devem ser realizados, especialmente na Reserva Biológica de Sooretama, onde *T. macroura* é especialmente comum, para se ter uma noção melhor das suas exigências de hábitat. Também é importante investir esforços na procura por novas populações.

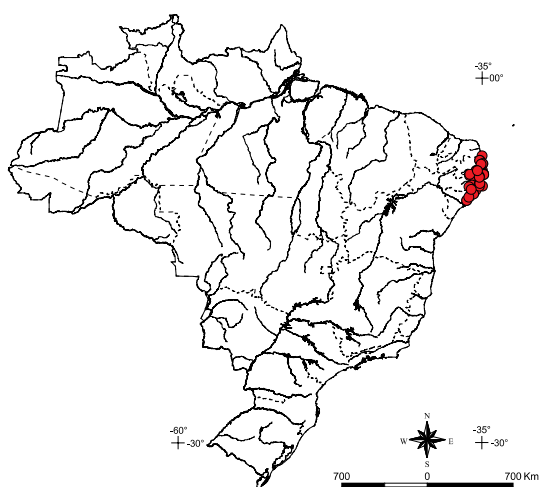
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Paulo Cordeiro (Ornis); Pedro Lima (CETREL).

REFERÊNCIAS

64, 136, 139, 140, 411 e 415.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Xenops minutus alagoanus Pinto, 1954

NOME POPULAR: Bico-virado-liso

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Furnariidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Xenops minutus alagoanus apresenta poucas diferenças quando comparado a outras duas subespécies – *X. m. genibarbis* (leste do Pará) e *X. m. minutus* (Bahia a Santa Catarina) – e necessita de estudos taxonômicos mais aprofundados para uma certificação de seu status de ameaça e endemismo. Habita o interior e as bordas de florestas secundárias e tardias, tanto nos estratos mais baixos como nas copas não muito altas, seguindo bandos mistos formados principalmente por *Herpsilochmus rufimarginatus*, *Tangara cyanocephalla corallina*, *Tangara fastuosa*, *Hemithraupis guira*, *H. flavicollis* e *Dacnis cayana*. No sub-bosque, freqüenta bandos formados principalmente por *Xiphorhynchus fuscus atlanticus*, *Thamnophilus caerulescens pernambucensis*, *Leptopogon amaurocephalus* e *Dysithamnus mentalis*. Algumas vezes, forma grupos familiares com até quatro indivíduos, os quais ficam forrageando a pouca

altura do solo (Usina Cachoeira, AL). Em algumas localidades, ocorre sintopicamente com *X. rutilans* (e.g. Engenho Coimbra e Murici, ambos em Alagoas). Alimenta-se de artrópodes e de larvas, capturados principalmente na superfície de galhos e troncos, nidificando em ocos de árvores. A altitude mínima de ocorrência é de 1 m (Itamaracá, PE) e a máxima chega a 1.067 m (Taquaritinga do Norte, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Faixa litorânea do Nordeste do Brasil, do Rio Grande do Norte a Alagoas. Distribuído em diversas localidades nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); EE do Tapacurá, Parque Dois Irmãos, PM Vasconcelos Sobrinho (ou Brejo dos Cavalos) e RPPN Frei Caneca (PE); RPPN Gargaú e REBIO Guaribas (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como outros táxons endêmicos e ameaçados do Centro Pernambuco, a principal ameaça é o desmatamento, seguido pela destruição e/ou alteração de habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats e criação de corredores ecológicos, além de estudos taxonômicos, são medidas de suma importância para a conservação de *X. m. alagoanus*.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

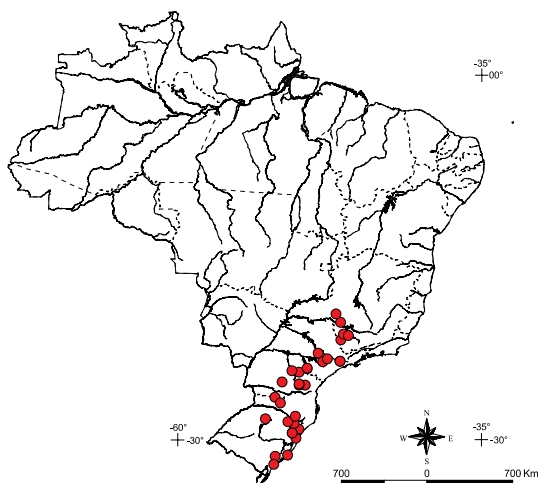
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

97, 347, 387, 411, 421, 422, 426 e 474.

Autora: *Sônia Aline Roda*





Anthus nattereri Sclater, 1878

NOME POPULAR: Caminheiro-grande

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Motacillidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); SP (CR); RS (VU); PR (DD)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A3ce**

INFORMAÇÕES GERAIS

Anthus nattereri é um dos maiores representantes da família Motacillidae no Brasil. Possui cores sombrias e é de difícil detecção em seu ambiente preferencial, que são os campos e macegas com gramíneas de pequeno porte. O dorso é marrom-escuro, com estrias negras e castanho-amareladas; a garganta é branca e o peito possui plumagem de tom amarelo intenso, sendo também marcado por grandes estrias, bastante evidentes em campo. Tal como seus parentes, este pássaro possui os tarsometatarsos longos e a unha do hálux é fina e comprida, o que lhe facilita o deslocamento pelos campos. Habita as paisagens abertas do sul da América do Sul, em especial os campos planálticos, campos cerrados e cerrados e mesmo os campos das terras baixas do litoral. Ocupa áreas campestres tanto secas quanto úmidas, bem como áreas com afloramentos rochosos e mesmo aquelas que foram recentemente queimadas ou utilizadas para pastoreio, parecendo preferir regiões onde o capim é menos denso. Defende o seu território e apresenta-se para as fêmeas de uma maneira bastante peculiar, voando a grandes alturas e deixando-se cair até próximo ao solo, enquanto emite uma vocalização típica. Alimenta-se basicamente de insetos, mas é muito provável que pequenas sementes também façam parte de sua dieta. O ninho é feito diretamente no solo, em forma de taça, e é construído com talos finos de gramíneas, raízes e folhíço, sendo protegido por uma macega de capim.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorria desde a porção meridional do Sudeste brasileiro (áreas de maior altitude em Minas Gerais, centro-leste e sudeste de São Paulo) até o Rio Grande do Sul, inclusive leste do Paraguai e nordeste da Argentina. Atualmente, a espécie está restrita a poucas localidades nos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Registros recentes são escassos.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA da Serra Geral (RS); PE de Vila Velha (PR); EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS:

A espécie é restrita sobretudo às paisagens denominadas Campos Sulinos, um dos ambientes mais negligenciados pela conservação no Brasil. A principal ameaça é, sem dúvida, a modificação dos habitats preferenciais e, por ser espécie restritiva quanto ao ambiente ocupado, sofre drásticas reduções decorrentes de ações humanas, em especial isolamento e fragmentação, mas também queimadas periódicas dos campos e cerrados e utilização excessiva de áreas abertas para uso na agricultura e pecuária.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessária, primariamente, uma busca detalhada por populações desta espécie, com a finalidade de detectar estoques populacionais, acréscimos ao conhecimento de sua distribuição e, especialmente, identificar as características de preferências de hábitat nos ambientes campestres onde ocorre. Uma vez que sua distribuição se associa à dos planaltos do Sul e porções serranas do Sudeste, sua conservação tem íntima ligação com a destruição dos últimos remanescentes de campos naturais dessas áreas brasileiras. É particularmente recomendável a criação de Unidades de Conservação de grande porte que protejam as paisagens de campos, que já se encontram escassos e fortemente alterados pela exagerada utilização em agricultura e pecuária.

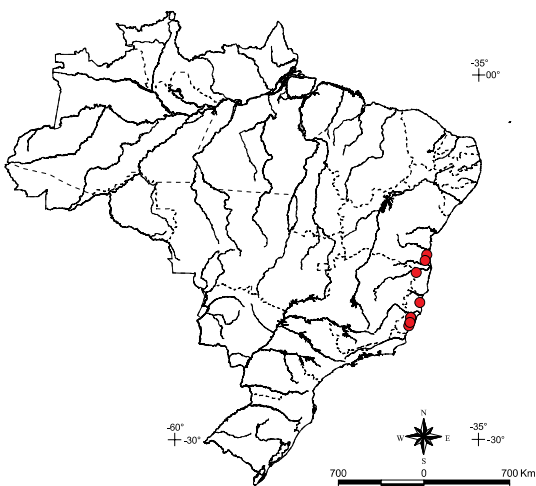
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente, não existem pesquisas sendo desenvolvidas com esta espécie.

REFERÊNCIAS

136, 205, 370 e 468.

Autores: *Fernando Costa Straube, Alberto Urben-Filho e Eduardo Carrano*



Cichlopsis leucogenys leucogenys Cabanis, 1851

NOME POPULAR: Sabiá-castanho

SINONÍMIAS: *Myadestes leucogenys*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Turdidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Cichlopsis leucogenys leucogenys é um sabiá muito pouco conhecido que habita as florestas primárias ou em avançado estado de regeneração, especialmente nas montanhas (acima de 700 m de altitude). Diferentemente da maioria dos sabiás brasileiros, prefere o estrato médio e superior das matas. Sempre foi considerado táxon raro e a primeira menção de localidade confiável data apenas do final do século XIX. Muito pouco é conhecido sobre sua alimentação e hábitos. Um exemplar examinado revelou, na moela, pequenas sementes de uma Myrtaceae e fragmentos não identificados de insetos. Alguns autores sugerem que este táxon pode realizar migrações altitudinais, deixando as baixadas quentes durante o inverno. Entretanto, Willis e Oniki (2002) encontraram registros entre dezembro e agosto nas montanhas do Espírito Santo, o que enfraquece a hipótese de migração, sugerindo que esse sabiá possa ser residente, sendo apenas difícil de ser detectado. Como é uma ave discreta, pode passar despercebida dos observadores menos experientes, que podem até confundi-la com a fêmea do sabiá-una (*Platycichla flavipes*),



muito comum e que ocorre nas mesmas áreas do sabiá-castanho, embora sazonalmente. Na maioria das vezes, é encontrado sozinho ou em pares. Canta no alto das árvores, sempre no meio das folhagens.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmico de uma estreita porção de Mata Atlântica entre o Espírito Santo, Minas Gerais e sul da Bahia. Extinto ou provavelmente extinto em algumas localidades, como Itabuna, na Bahia. Os registros recentes provêm de poucas localidades em Minas Gerais, onde foi registrado no vale do rio Jequitinhonha (700 m de altitude), na fazenda Duas Barras, em Santa Maria do Salto. No Espírito Santo, os registros mais recentes são de Santa Teresa, Domingos Martins, Braço do Sul, Chaves e São Mateus, enquanto na Bahia a espécie foi registrada recentemente apenas nas serras das Lontras e Javi.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO Augusto Ruschi e Estação Biológica Santa Lúcia (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição dos últimos remanescentes de mata de baixada e a descaracterização das matas montanas são as principais ameaças à sobrevivência do sabiá-castanho. Como sempre foi uma ave rara e de distribuição muito restrita, alterações na estrutura da vegetação podem ter efeitos sérios sobre as populações remanescentes.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Os habitats e populações remanescentes devem ser adequadamente protegidos. Estudos sobre a biologia básica desta espécie também são essenciais para fundamentar melhor as buscas por outras populações em habitats adequados. Estudos sistemáticos e taxonômicos também são importantes para se entender as relações entre as populações do Leste do Brasil e norte da América do Sul.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente, não existem pesquisas sendo realizadas com este táxon.

REFERÊNCIAS

43, 223, 455, 477 e 545.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Antilophia bokermanni Coelho & Silva, 1998

NOME POPULAR: Soldadinho-do-araripe; Lavadeira-da-mata;

Galo-da-mata; Cabeça-vermelha-da-mata; Uirapuru-matreiro

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Pipridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR– B1ab(iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Antilophia bokermanni é considerado uma das mais surpreendentes descobertas recentes da ornitologia. Sua existência demonstra que o conhecimento geral sobre aves ainda não é completo. A região de ocorrência da espécie é relativamente bem conhecida, tendo sido percorrida por coletores profissionais (e. g. Emil Kaempfer), ornitólogos e observadores de aves, sem que este pássaro viesse a ser descoberto, até dezembro de 1996, no distrito de Arajara, em Barbalha (CE). A distribuição do soldadinho-do-araripe estende-se pelas encostas norte-orientais da Chapada do Araripe. Habita especificamente as matas ciliares, que hoje em dia, face à ocupação do vale do Cariri, são praticamente restritas às nascentes dos córregos situadas entre 300 e 600 m de altitude. Esta ave é territorialista e majoritariamente frugívora, com sistema de acasalamento aparentemente não-promíscuo, similar ao da única outra espécie do mesmo gênero, *Antilophia galeata*. A razão sexual observada é de aproximadamente um macho para cada fêmea e os ninhos são construídos exclusivamente pela fêmea, sobre os córregos, geralmente a pouca altura (cerca de 1 m), onde são postos dois ovos. Nos estágios iniciais, os ninhos estão mais sujeitos ao abandono por causa de interferências, que são progressivamente toleradas em função do desenvolvimento dos filhotes. Ninhos predados podem ser reutilizados. Entre os predadores potenciais na região, destacam-se o sagüi, localmente conhecido como soim (*Callithrix jacchus*), o gambá ou cassaco (*Didelphis albiventris*) e ofídios, havendo parasitismo dos filhotes por larvas de insetos. Os filhotes saem do ninho no período chuvoso, possivelmente aproveitando-se da maior oferta de frutos. A dieta inclui frutos de espécies ruderais (e. g. *Cecropia* sp. e algumas melastomataceas), indicando uma tolerância a ambientes alterados. Em contrapartida, a sensibilidade à degradação dos mananciais é alta. A primeira estimativa do tamanho populacional sugerida pela BirdLife International ficava entre 50 e 250 indivíduos, tendo sido atualizada para menos de 50 aves. Outros autores, entretanto, sugerem que o tamanho da população seja de aproximadamente 800 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Os buritizais abrigam *A. galeata* a cerca de 400 km a oeste da região de ocorrência de *A. bokermanni*, que deve ter ocupado buritizais equivalentes e matas ciliares do vale do Cariri. Esses ambientes foram suprimidos pelo avanço agrícola e urbano, mas alguns poucos relatos e pequenos remanescentes florestais indicam sua existência pretérita. O desaparecimento local de outras aves associadas aos buritizais reforça tal suposição, como provavelmente ocorreu com a anhuma (*Anhima cornuta*) e a arara-azul (*Anodorhynchus* sp.). O soldadinho-do-araripe ocupa boa parte das nascentes dos mais de 300 córregos na encosta norte-oriental da Chapada do Araripe, localizadas nos municípios cearenses de Barbalha, Crato e Missão Velha, em uma faixa de mata estreita e sinuosa, com menos de 70 km de extensão e largura média de aproximadamente 500 m. Ao todo, menos de 4.000 ha de mata abrigam esta espécie.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A ave tem sua área de ocorrência completamente inserida na APA da Chapada do Araripe (CE), havendo uma RPPN abrangendo sua localidade típica e outra RPPN em processo de criação.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O soldadinho-do-araripe é o tangará mais ameaçado de extinção no planeta e provavelmente sua pequena extensão territorial o manterá permanentemente classificado nessa condição. Análises moleculares apontam baixa diversidade genética, indicando um processo de redução populacional que pode ter ocorrido em decorrência da perda de hábitat. O mau uso da água é a principal ameaça à sua existência, destacando-se a canalização das nascentes. Outro agravante é a redução da vazão de água observada nas nascentes da região, que é potencializada pelo desmatamento da vegetação do planalto da Chapada do Araripe, influenciando na redução das chuvas e na queda do nível do lençol freático. Embora esta ave seja relativamente tolerante à descaracterização da vegetação original, sua densidade populacional aparenta diminuir quanto maior for a degradação. A especulação imobiliária avança sobre os territórios de nascentes e encostas e os incêndios são comuns nos períodos mais secos do ano, havendo um programa de combate ao fogo na região. O tráfico de animais silvestres parece não atingir esta espécie, não sendo um problema até o momento. Contudo, a raridade local de aves com valor comercial sugere uma ameaça constante deste tipo de crime (e. g. pintassilgo, *Carduelis yarrellii*).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Estudos sobre a biologia reprodutiva, comportamento, distribuição e tamanho populacional estão disponíveis para a elaboração do plano de conservação da espécie, em fase de preparação. A aplicação rigorosa das leis referentes às áreas de proteção permanente de encostas, nascentes e matas ciliares ajudaria significativamente na conservação desta espécie. A conservação do hábitat existente talvez não seja o suficiente para a perpetuação do soldadinho-do-araripe, sendo imprescindível a recomposição das matas, principalmente as ciliares. Não existem registros desta ave na Floresta Nacional do Araripe, mas sua influência positiva na manutenção da espécie é incontestável, minimizando desmoronamentos de encostas e preservando o ciclo hidrológico. A sociedade deve ser ambientalmente educada e o tráfico de animais silvestres precisa ser reprimido preventivamente em relação à espécie.

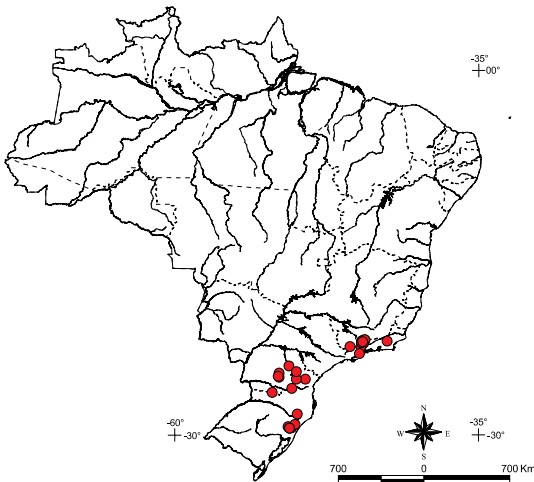
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alberto A. Campos, Ciro Albano, Péricles S. Rêgo, Thieres Pinto, Weber Girão (AQUASIS: Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, Programa de Conservação da Biodiversidade/CE). Jaqueline Goerck (SAVE Brasil) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

29, 69, 134, 272, 279, 325, 369, 467 e 483.

Autores: Weber Girão e Ciro Albano



Piprites pileatus (Temminck, 1822)

NOME ATUAL: *Piprites pileata*

NOME POPULAR: Caneleirinho-de-chapéu-preto;

Caneleirinho-de-boné-preto

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Pipridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (VU); PR (EN); SP (EN); RJ (VU); RS (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Piprites pileata é uma pequena ave que mede cerca de 12 cm de comprimento, possui bico e pernas amarelo-vivos, chamando a atenção no conjunto da plumagem. Os machos são marrom-acastanhados, com uma notável coroa negra e rêmiges pretas, marginadas de amarelo, e área especular branca. As fêmeas se distinguem pelo manto quase verde, bem como a região uropigial castanha. Alimenta-se principalmente de frutos carnosos, mas também de insetos e suas larvas. É uma espécie restrita às regiões de altitudes mais altas, tanto na Mata Atlântica do Sudeste-Sul quanto em matas de araucária. Ocorre em matas primárias mas também em suas bordas e em outros micro-habitats pontuais, como os taquarais. Possivelmente realiza deslocamentos altitudinais sazonais. Alimenta-se especialmente de frutos, mas também de insetos que captura na copa e no estrato médio da mata, ocorrendo eventualmente em bandos mistos. No início do Século XIX, o naturalista austríaco Johann Natterer coletou dez exemplares em plena cidade de Curitiba, onde nunca mais foi encontrada, indicando que tenha sido mais comum anteriormente. O nome correto desse táxon hoje é *Piprites pileata*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica da Mata Atlântica, em regiões de maiores altitudes, em especial no domínio da floresta ombrófila mista (Floresta de Araucária), mas também em zonas altimontanas e montanas do Sudeste. Sua distribuição geográfica se estende desde o sul de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inclusive nordeste da Argentina. Esta distribuição ainda é similar à preterita, mas *P. pileata* está extinto em muitas localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Iguaçu e PE de Lauráceas (PR); PARNA do Itatiaia (SP/RJ/MG); PE de Campos do Jordão (SP); PARNA da Serra da Bocaina (RJ); PARNA de Aparados da Serra, PE da Serra do Papagaio e FLONA de São Francisco da Paula (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Embora seja uma espécie pouco conhecida, é digna de nota sua preferência por habitats bem preservados na zona planáltica do Sul do Brasil ou na zona serrana do Sudeste. Dessa forma, desconsideradas as ameaças a que se submete na região Sudeste brasileira, sua conservação está intimamente relacionada com a das matas de araucária, que foram reduzidas a parcelas ínfimas em comparação com o panorama original. A ameaça à persistência desta espécie está, assim, fortemente ligada à destruição dos rema-



nescentes florestais do planalto meridional, onde se concentra a maior parte de suas populações, agora severamente ameaçadas pela descaracterização dos habitats e pela fragmentação exagerada ocorrida nas últimas décadas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Por se tratar de um pássaro que realiza deslocamentos altitudinais, seu caráter nômade ressalta a necessidade de uma área consideravelmente extensa e com variados gradientes altitudinais, para a manutenção das últimas populações. Além disso, torna-se necessária a criação de Unidades de Conservação de médio a grande porte nas matas de araucária, como forma de manter intactas as condições mínimas para sua sobrevivência, inclusive com presença de árvores de grande porte, bom estado de conservação de sub-bosque e presença de manchas de taquarais. É necessária, também, uma busca detalhada, em toda a sua área de ocorrência, com a finalidade de detectar populações relictuais.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não estão sendo realizadas pesquisas com esta espécie.

REFERÊNCIAS

64, 80 e 136.

Autores: *Fernando Costa Straube e Alberto Urben-Filho*



Schiffornis turdinus intermedius Pinto, 1954

NOME POPULAR: Flautim-marrom

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tityridae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: ES (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Schiffornis turdinus intermedius habita o interior e a borda de florestas secundárias iniciais e tardias, nos estratos médio a baixo da Mata Atlântica do Nordeste. Existem controvérsias quanto à validade deste táxon, acredita-se que não haja diferenças conclusivas entre *S. t. intermedius* (Endêmica do “Centro Pernambuco”) e *S. t. turdinus* (do sul da Bahia e Sudeste do país). No entanto, a coloração da plumagem o aproxima mais das populações amazônicas (*S. t. wallacii*). São bastante territorialistas e geralmente vivem sós. Vocalizam intensamente durante as primeiras horas do dia. Pode ser raro ou abundante em fragmentos de uma mesma localidade, cujas florestas apresentam fisionomia semelhante (e.g., Usina Cucaú, PE). A altitude mínima de registro foi 5 m (Reserva Biológica Saltinho, PE) e máxima de 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Mata Atlântica entre Paraíba e Alagoas. Distribuído nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba, onde foi registrado recentemente em várias localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, REBIO de Saltinho e RPPN Frei Caneca (PE); EE de Murici (AL); RPPN Fazenda Pacatuba (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As principais causas do declínio deste táxon são certamente a destruição e a alteração de habitats, além do desmatamento na região.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, além de estudos taxonômicos, são medidas que auxiliariam na conservação do táxon.

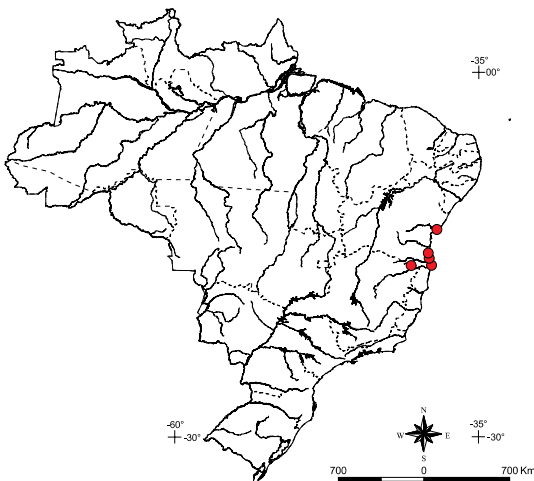
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

387, 421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Merulaxis stresemanni Sick, 1960

NOME POPULAR: Entufado-baiano

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Rhinocryptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Merulaxis stresemanni, uma das espécies de aves menos conhecidas do Brasil, foi descrita com base em dois espécimes. Apenas recentemente foi descoberto um terceiro (fêmea), coletado antes de 1891, sem procedência confiável e depositado no Museu Senckenberg, na Alemanha. Habitante das matas de baixada, entre o Recôncavo Baiano e o nordeste de Minas Gerais, o entufado-baiano era desconhecido



na natureza até 1995, quando um macho desta espécie foi observado por aproximadamente uma hora e sua vocalização foi gravada. Posteriormente, entre 2003 e 2005, mais indivíduos foram gravados, observados e filmados no nordeste de Minas Gerais. De plumagem discreta, vive no solo ou próximo dele, onde procura por insetos e outros pequenos invertebrados. É observado mais freqüentemente solitário e responde à imitação da sua vocalização, aproximando-se do observador. Embora esta espécie seja semelhante a *M. ater*, do Sudeste e Sul brasileiros, a vocalização é bastante distinta, o que reforça a identidade específica de *M. stresemanni*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Provavelmente nas matas de baixada entre Salvador (BA) e nordeste de Minas Gerais. Atualmente, está restrita a apenas duas localidades: fazenda Jueirana, no município de Una (BA), e fazenda Sossego do Arrebol, no município de Bandeira (MG).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Merulaxis stresemanni foi encontrada em região próxima à REBIO Una (BA). Embora vários pesquisadores tenham procurado a espécie nessa Unidade de Conservação, ela ainda não foi encontrada por lá.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento é a principal causa do desaparecimento de *M. stresemanni*. Boa parte das florestas de baixada que existiam na sua pretensa área de distribuição já foram severamente alteradas ou simplesmente desapareceram. Outra ameaça que pode ser importante é a endogamia, causada pelo isolamento e pelo baixo número de indivíduos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomendam-se ações de proteção imediata da área onde a espécie tem sido registrada em Minas Gerais. As matas das fazendas Sossego do Arrebol e Duas Barras, no nordeste de Minas Gerais, estão entre as áreas mais importantes para a conservação da avifauna da Mata Atlântica no Brasil e devem ser adequadamente protegidas. A procura por novas populações nas florestas remanescentes da sua área de distribuição original, utilizando playback para detectar a espécie, é também uma ação importante. Estudos taxonômicos com base em caracteres morfológicos, bioacústicos e moleculares também são fundamentais para se estabelecer a validade deste e de outros táxons do gênero, incluindo a forma *M. rhynolopha*, coletada no sul da Bahia por Wied. Estudos sobre a biologia básica da espécie e de seus requisitos básicos de hábitat são também muito importantes.

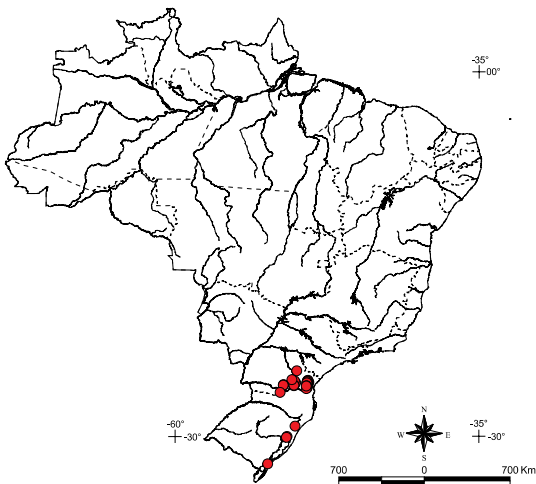
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Rômulo Ribon (UFOP); Luiz Antônio Pedreira Gonzaga (UFRJ); José Fernando Pacheco (CBRO).

REFERÊNCIAS

42, 64, 163, 377 e 453.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Scytalopus iraiensis Bornschein, Reinert & Pichorim, 1998

NOME POPULAR: Macuquinho-da-várzea

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM/: Passeriformes

FAMÍLIA: Rhinocryptidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Scytalopus iraiensis habita formações herbáceas alagáveis (várzeas e banhados) situadas na planície de inundação de alguns rios, do planalto do Paraná ao planalto do Rio Grande do Sul, entre 750 e 1.135 m acima do nível do mar. Em parte da planície costeira do sudeste e leste do Rio Grande do Sul, *S. iraiensis* ocorre em altitudes próximas ao nível do mar. A espécie vive onde a vegetação herbácea é alta (cerca de 60 a 180 cm de altura) e forma uma trama densa e fechada de folhas de capins e ciperáceas. O ambiente considerado ótimo para a espécie é aquele em que, olhando-se do alto, não é possível enxergar o solo, e rente a este há inúmeros “caminhos” estreitos por entre as bases das mudas de plantas, local com luminosidade quase nula, tal qual uma noite. *Scytalopus iraiensis* passa a maior parte do tempo no solo, acessando o topo da vegetação apenas esporadicamente, motivo pelo qual dificilmente é visto. Anda muito e quase não voa, sendo que seu vôo é pesado e curto. Alimenta-se de pequenos artrópodes.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Inúmeros locais com suposta ocorrência ou ocorrência confirmada da espécie foram eliminados por consequência de ações humanas, mas não há indícios, ao menos no momento, que os limites da sua distribuição geográfica pretérita fossem mais extensos que os conhecidos como distribuição atual. Ocorre na região planáltica do centro-leste do Paraná ao nordeste do Rio Grande do Sul, e mais ao sul em áreas de baixas altitudes na planície costeira no leste e sudeste do Rio Grande do Sul. No Paraná, as áreas de ocorrência situam-se em regiões de maiores altitudes das bacias hidrográficas dos rios Iguazu e Tibagi. Em Santa Catarina, foi registrada no município de Jardim Alegre, bacia hidrográfica do rio Iguazu, nordeste do Estado, próximo do Paraná. No Rio Grande do Sul, nos municípios de Cambará do Sul, Viamão e Rio Grande. Muitas regiões de ocorrência ainda deverão ser descobertas, particularmente em Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA de Aparados da Serra e REVISSE Banhados dos Pachecos (RS). Em alguns veículos de comunicação, divulgou-se a ocorrência no PE de Vila Velha (PR), mas a presença da espécie não foi confirmada no local.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça é a subtração de ambiente, e depois a descaracterização de áreas remanescentes. A subtração ocorre por expansão urbana, implantação de agricultura, formação de pastagem, construção de estradas e indústrias, construção de canais de drenagem, mineração e alagamento (por barragens e açudes), entre outras causas. A descaracterização ocorre por pastoreio, drenagem, fogo, superpopulação de



plantas ruderais e substituição da vegetação original por outras plantas nativas, por exemplo. Anos atrás, existia um programa governamental de incentivo à utilização de várzeas para a agricultura (“Projeto Pró-várzea”). No subsolo da maioria das várzeas do leste do Paraná existe areia, que há anos é explorada indiscriminadamente para a construção civil. Alagou-se a localidade-tipo da espécie com a construção de uma barragem, e outros projetos de barragens que alagarão o seu hábitat estão em andamento. Alguns bairros da cidade de Curitiba e outros de cidades vizinhas foram construídos sobre várzeas. Em muitos locais a vegetação original está sendo substituída por taboa (*Typha domingensis*), talvez em consequência de drenagem deficitária causada pela construção de estradas. Embora nativa, as áreas dominadas por essa espécie tornaram-se impróprias para *Scytalopus iraiensis*, ao menos nos locais amostrados.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É urgente a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral que incluam amplas várzeas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Refúgio de Vida Silvestre Banhados dos Pachecos deve ser redefinido como uma Unidade de Conservação mais restritiva. Devem ser implementados programas de fiscalização para se fazer cumprir a legislação ambiental vigente, pois muitas várzeas, senão todas, merecem proteção por serem Áreas de Preservação Permanente. Programas de esclarecimento à população sobre a importância e necessidade de proteção das várzeas também são fundamentais.

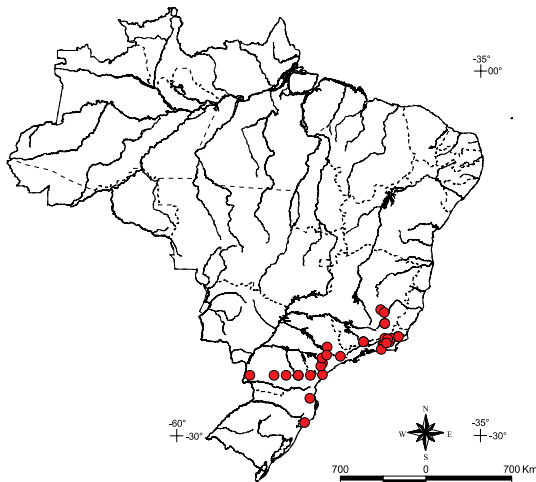
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Marcos Bornschein (Pesquisador autônomo), Bianca Luiza Reinert (UNESP – Rio Claro) e M. Pichorim (MMA) descreveram a espécie e levantaram outras informações no Sul do Brasil. Integrantes do MHNCI procuraram a espécie no Paraná e translocaram indivíduos retirados da Barragem do Iraí, em trabalho coordenado por P. Scherer-Neto. G. Maurício (Pesquisador autônomo) e R. Dias (PUC/RS) descobriram e estudaram a espécie no Rio Grande do Sul, onde outros também a encontraram, como J. Mähler Jr. e I. Accordi. H. Mata trabalha com a filogenia molecular de *Scytalopus* brasileiros, incluindo a espécie. No Paraná, o Município de Pinhais elegeu a espécie como símbolo de uma campanha educacional. Na UFPR, sob a orientação de R. Lessnau e F. Rocha e participação de R. Belmonte-Lopes e equipe, elaborou-se um vídeo sobre a espécie e seus problemas de conservação.

REFERÊNCIAS

4, 46, 49, 64, 95, 96, 163, 267, 290, 293, 294, 291, 300 e 489.

Autores: *Bianca Luiza Reinert e Marcos R. Bornschein*



Biatas nigropectus (Lafresnaye, 1850)

NOME POPULAR: Papo-branco; Chocão-de-bigode

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (VU); MG (EN); SP (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – C2a(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Biatas nigropectus é um pássaro com quase 20 cm de comprimento total, que se caracteriza facilmente pela plumagem inconfundível dos machos. A cabeça e o peito são pretos, sendo destacados por uma mancha, à figura de um colar branco no pescoço. O resto do corpo é marrom-castanho, que sobressai fortemente em relação às demais características pelo contraste de cores. A fêmea, por sua vez, é mais discreta, sendo toda em tom castanho-ferrugíneo, com uma linha superciliar branca, cor que se repete na garganta. Por esse padrão, assemelha-se muito a uma outra espécie sintópica, o trepador-de-coleira (*Anabazenops fuscus*), com a qual também se reúne, entre outras espécies da Mata Atlântica, formando bandos mistos de sub-bosque. O papo-branco é um típico representante da avifauna que tem preferência por taquarais, especialmente aqueles que aparecem no meio da vegetação densa das florestas montanas bem preservadas. Ocorre tanto na área coincidente com a serra do Mar quanto na mata de araucária, mas sempre em locais onde a orografia é fortemente ondulada, com encostas íngremes. Desloca-se agilmente pela ramagem, mostrando destreza na locomoção. Nessa situação, busca, aos casais, os insetos que constituem a sua dieta. Consome insetos grandes e cascudos, os quais destrói facilmente, graças ao bico forte e robusto. Come também larvas, que captura por entre os ramos e embaixo das folhas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhecida. Provavelmente em áreas de Mata Atlântica montana ou submontana, com topografia irregular, desde o leste de Minas Gerais até Santa Catarina. Distribui-se, ainda, na região de Misiones, na Argentina. Atualmente, está restrita a poucas localidades nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Parece ser mais comum nas florestas da região de Misiones.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Itatiaia (RJ/SP/MG); PARNA da Serra dos Órgãos e PE do Desengano (RJ); PARNA do Iguaçu e PE do Rio Guarani (PR); PE da Serra do Mar, PE Intervalles e EE Juréia-Itatins (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Os registros escassos, pontuais e fortemente ligados a este hábitat particular, indicam que se trata de uma espécie naturalmente rara. Além disso, dada a sua forte relação com um determinado tipo de hábitat, suas populações têm sofrido com a modificação dos ambientes naturais onde ocorre, uma vez que é associada aos taquarais que se inserem em blocos contínuos de florestas primárias e, eventualmente, em blocos florestados dispersos, porém conectados entre si. Nesse sentido, as principais ameaças à sobrevivência dessas populações são a alteração contínua e acelerada dos ambientes onde vive e a fragmentação de habitats, muitas vezes sem oportunidade de contacto entre as populações.



ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Esta espécie necessita de um amplo e profundo estudo para a compreensão de suas necessidades quanto ao habitat e toda a sorte de informações sobre sua história natural, bem como estimativas populacionais em regiões onde ainda mantém bons estoques. A proposta de criar novas Unidades de Conservação e o incremento das já existentes, levando-se em consideração a presença de taquarais, são esforços eficientes para a sua preservação, assim como de várias outras espécies restritas a esse tipo de ambiente.

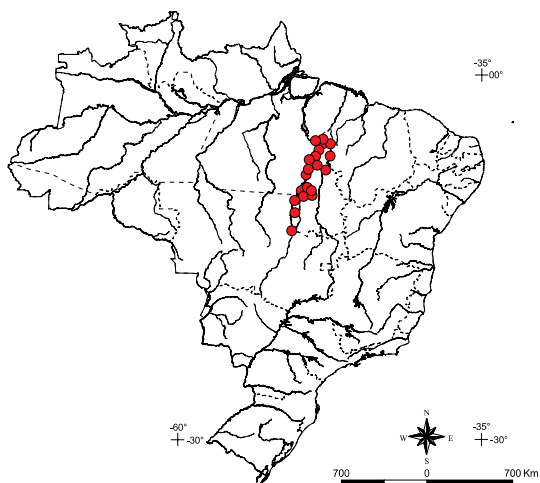
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Não há especialistas ou núcleos de pesquisa trabalhando com a espécie.

REFERÊNCIAS

14, 15, 18, 16, 19, 17, 20, 87, 136, 277, 371 e 457.

Autores: *Alberto Urben-Filho e Fernando Costa Straube*



Cercomacra ferdinandi Sneath, 1928

NOME POPULAR: Chororó-de-goiás; Chororó-do-araguaia;

Chororó-do-tocantins; Cachorrinho (MA)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): VU – A3c

INFORMAÇÕES GERAIS

Cercomacra ferdinandi foi descrita em 1928, a partir de nove espécimes coletados em Furo da Pedra, ilha do Bananal (10°37'S, 50°33'W), bacia do rio Araguaia. Espécimes adicionais ou registros visuais foram posteriormente feitos em Araguatins, Conceição do Araguaia, Santa Isabel do Morro e Parque Estadual do Cantão (TO). A espécie é endêmica da bacia do Araguaia-Tocantins, juntamente com *Paroaria baeri* e *Synallaxis simoni*, sendo dependente de habitats criados pela água ao longo de rios da bacia. Outras aves associadas a esse habitat são *Sakesphorus luctuosus*, *Myrmotherula multostriata*, *Craniroleuca vulpina* e *Thryothorus leucotis*. O chororó-de-Goiás apresenta forte dimorfismo sexual e é comumente visto aos pares ou em grupos familiares, em áreas sujeitas a inundações onde crescem cipoais densos entre árvores e arbustos. Em geral, move-se nessas brenhas a alturas de 2 a 5 m, logo abaixo do “teto” formado pelos cipós, procurando insetos, às vezes em associação com as espécies citadas acima. Essas aves são comparativamente mansas e facilmente atraídas por playback. As florestas ripárias do Araguaia-Tocantins são dominadas pelas árvores *Triplaris gardneriana*, *Alchornea* cf. *castaneifolia* e *Celtis* sp. Outras espécies arbóreas associadas a este habitat são *Clitoria fairchildiana*, *Cecropia* sp., *Genipa americana*, *Inga* spp., *Ficus* sp., *Crataevia tapia*, *Cordia* sp., *Mimosa* sp., *Zygia* sp., *Psidium*

spp., *Eugenia* spp., *Bixa orellana* e palmeiras *Bactris* spp. Em algumas áreas, há grandes árvores muito procuradas por sua madeira, como *Hymenaea courbaril* e *Copaifera langsdorfii*.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre em florestas ripárias inundáveis e em formações sucessionais, ao longo de ambas as margens do rio Araguaia, da ilha do Bananal até a confluência com o rio Tocantins, em alguns afluentes de sua margem direita, e ao longo do rio Tocantins, possivelmente entre a confluência com o Araguaia e Palmeirante (TO). Foi encontrada recentemente em alguns dos afluentes da margem direita do rio Tocantins, no Maranhão.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA do Araguaia (GO/TO) e PE do Cantão (TO).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O hábitat linear da espécie é bastante limitado em rios com planícies de inundação estreitas ou de margens íngremes, sendo muito vulnerável a mudanças no regime de cheias. Há planos do governo brasileiro para construir sete hidrelétricas no rio Tocantins, transformando-o em um grande lago, como já ocorreu nos rios Tietê e Paraná. Outras duas hidrelétricas estão sendo autorizadas no rio Araguaia (Couto de Magalhães e Santa Isabel). Se esses projetos se concretizarem, a área de distribuição poderá ser reduzida às vizinhanças da ilha do Bananal. Não há registro de extinções locais, mas a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, em andamento, deverá eliminar a espécie de parte do vale do rio Tocantins entre a cidade de Estreito (MA) e Babaçulândia (TO), onde serão inundados 434 km².

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A maior ameaça à espécie é a destruição, por atividades agrícolas e, em escala muito maior, por hidrelétricas, de seu hábitat especializado (teoricamente protegido por lei, por serem áreas de preservação permanente). O cumprimento efetivo da lei, no primeiro caso, e a não construção de hidrelétricas nos rios Araguaia e Tocantins podem assegurar a conservação da espécie. A reconstrução de habitats e a posterior recolonização pelas aves talvez sejam possíveis ao longo das margens de alguns reservatórios, se restarem populações-fontes. Áreas protegidas abrangendo afluentes do rio Tocantins e Araguaia são urgentemente necessárias, dada a taxa de desmatamento da região.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Fernando Pacheco (CBRO); Fábio Olmos (Pesquisador Autônomo e CBRO); Robson Silva e Silva (Pesquisador autônomo) e Dante Buzzetti (CEO) estudaram a espécie na bacia Araguaia-Tocantins.

REFERÊNCIAS

66, 332, 418, 464, 479 e 514.

Autor: *Fábio Olmos*





Cercomacra laeta sabinoi Pinto, 1939

NOME POPULAR: Chororó-didi

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Cercomacra laeta sabinoi é um pássaro que apresenta grande plasticidade ambiental, habitando o sub-bosque baixo, muito próximo ao chão, além de bordas ou áreas mais abertas das florestas (como as clareiras em regeneração ou capoeira), onde predominam touceiras de Marantaceae, e em ambientes próximos a riachos. Eventualmente, frequenta ambientes mais altos na floresta (como em Engenho Sacramento, PE e em Engenho Coimbra, AL), possivelmente relacionados à oferta de alimento. Esses pássaros podem frequentar, também, áreas de pasto ao lado das florestas, onde existem arbustos e moitas de capim, mas sempre nas proximidades da água. São facilmente atraídos por playback, apesar de nem sempre responderem com o canto típico. Alimentam-se de artrópodes, capturados principalmente nas folhas de Maranthaceae. Geralmente vivem aos pares, podendo formar grupos de quatro a seis indivíduos. Vocalizam intensamente durante várias horas do dia. Uma fêmea coletada no mês de janeiro apresentava indícios de período reprodutivo, com o ovário entumecido e ovos já desenvolvidos. Este chororó ocorre em altitudes que variam de 4 m (Recife, PE) a 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE). Seu status taxonômico é incerto. Estudos recentes elevaram *Cercomacra tyrannina laeta* ao nível de espécie (*C. laeta*), reconhecendo-se três subespécies, sendo que *C. l. sabinoi* foi considerada endêmica da Mata Atlântica nordestina.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre na Mata Atlântica entre os Estados de Alagoas e Rio Grande do Norte. Recentemente, foi registrada para vários fragmentos em 24 localidades nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Tapacurá, EE de Gurjaú, REBIO de Saltinho e RPPN Frei Caneca (PE); RPPN Gargaú (PB); EE de Murici (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento e a destruição e/ou alteração de habitat são os principais motivos relacionados ao declínio das populações deste táxon.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, fiscalização e educação ambiental são medidas que auxiliariam na conservação deste táxon. Além disso, estudos taxonômicos são importantes para a elucidação do status deste endemismo do Nordeste brasileiro.

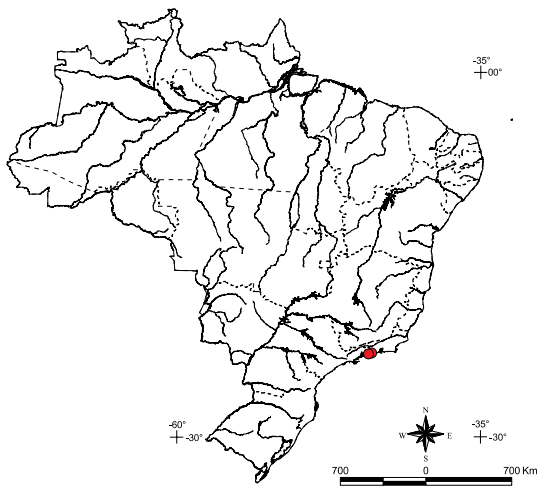
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

63, 383, 384, 422, 426, 428 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Formicivora erythronotos Hartlaub, 1852

NOME POPULAR: Formigueiro-de-cabeça-negra;

Papa-formigas-de-cabeça-negra

SINONÍMIAS: *Myrmotherula erythronota*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Formicivora erythronotos foi descrita no século XIX como proveniente das encostas de Nova Friburgo (RJ), permanecendo por mais de 130 anos conhecida unicamente por cerca de 20 exemplares depositados em museus estrangeiros, o que fez com que chegasse a ser considerada extinta. Em 1987, contudo, um casal desse papa-formigas foi descoberto perto de Angra dos Reis (RJ), em um trecho alagadiço de mata secundária com eucaliptos, entre a rodovia Rio-Santos e uma faixa de manguezal. A partir de 1997, quando uma nova população foi descoberta em capoeiras do vale do rio Mambucaba, ampliou-se muito o conhecimento sobre sua distribuição geográfica e ecológica, bem como sobre sua biologia reprodutiva e preferência de habitat. Um estudo filogenético mais recente corroborou a proposta, feita por ocasião de sua redescoberta, de inclusão dessa espécie no gênero *Formicivora*, em que foi considerada como o táxon mais basal. *Formicivora erythronotos* habita preferencialmente formações secundárias arbustivas ou arbóreas em baixadas costeiras úmidas, onde predominam espécies pioneiras, incluindo *Lantana camara*, *Cecropia* sp., *Morus* sp., *Rubus* sp., *Vernonia* sp. e gramíneas. Tem sido encontrada também em formações secundárias associadas a cultivos abandonados de banana e eucalipto, bem como em restinga antropizada. Embora seja localmente abundante em habitat apropriado (no vale do Mambucaba, por exemplo), sua população total é pequena e muito fragmentada, estando crescentemente ameaçada pela expansão imobiliária e outras formas de utilização extensiva do solo na sua diminuta área de ocorrência, onde nenhuma medida efetiva de proteção foi tomada, desde a sua redescoberta e imediata inclusão em listas de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, no final da década de 1980. Como outras espécies do gênero, vive em monogamia, formando casais que estabelecem e defendem vigorosamente territórios, que são mantidos ao longo de todo o ano. Alimenta-se basicamente de artrópodes, capturados nos ramos e folhagens de arbustos e arvoretas a até 2 m de altura, deslocando-se constantemente por meio



de pequenos saltos e curtos vôos. Ocasionalmente, forrageia junto a outras aves insetívoras, em bandos mistos ou seguindo formigas de correição, que são incomuns em seu hábitat. Os 31 ninhos observados dessa espécie foram encontrados entre meados de agosto e começo de fevereiro. Como de regra na família *Thamnophilidae*, esses ninhos eram tigelas construídas com fibras vegetais por ambos os membros do casal, que também se revezavam na incubação dos ovos, tipicamente em número de dois, e na criação dos filhotes. Todos os ninhos encontrados estavam situados a pouca altura do solo, em plantas herbáceas de vegetação secundária jovem, frequentemente à beira de trilhas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Após sua redescoberta, em 1987, *F. erythronotos* permaneceu com registros esparsos de alguns poucos casais ao longo da costa da baía da Ribeira, na região de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro. Somente em 1997 a espécie foi encontrada fora dessa baía, nas localidades de Mambucaba e São Gonçalo. A partir desse ano, verificou-se sua ocorrência em sete populações geograficamente isoladas ao longo da baía da Ilha Grande e na serra do Piloto. Entre essas localidades, merecem destaque o vale do Mambucaba (156 pares/km²) e a baixada do Ariró (89 pares/km²), que em conjunto concentram mais de 90% da população total da espécie, com menores números registrados em Mangaratiba, Bracuí, São Gonçalo, Taquari e Barra Grande. Sua ocorrência na região de Picinguaba, no Estado de São Paulo, nunca foi constatada. Hoje, é amplamente aceito que as referências antigas da literatura para Nova Friburgo, na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, e para o Estado do Espírito Santo como áreas de ocorrência dessa espécie são errôneas e que ela nunca ocorreu nessas regiões.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A região de ocorrência de *F. erythronotos*, conhecida como Costa Verde, é notória por sua valorização como área de veraneio e turismo de luxo, além de abrigar uma população humana residente em franco crescimento. A redução do hábitat da espécie, como resultado da expansão urbana e infra-estrutura turística (especialmente nos vales do Mambucaba e do Ariró), ao lado do cultivo de monoculturas como a de *Euterpe* sp. (pupunha) e da criação de áreas de pastagem, é a grande ameaça à sua sobrevivência. Na região do Frade, por exemplo, onde a espécie foi registrada na década de 1980, boa parte de seu hábitat foi transformada em um campo de golfe.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A implementação de ações destinadas a conter a expansão imobiliária e disciplinar o uso da terra nos vales do Mambucaba e do Ariró é imprescindível para a sobrevivência da espécie. Dentro desse enfoque, são necessárias as seguintes medidas: implementação de fiscalização permanente e de um efetivo cumprimento da legislação relativa ao licenciamento ambiental; estabelecimento de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral associado a adequado manejo do hábitat e das populações da espécie; desenvolvimento de um estudo de avaliação sócio-econômica da região, seguido de um amplo programa de educação ambiental envolvendo as comunidades de todos os municípios abrangidos pela área de ocorrência da espécie. Além disso, é necessária a ampliação de estudos sobre a biologia e distribuição da espécie, bem como a realização de um programa de monitoramento de suas populações.

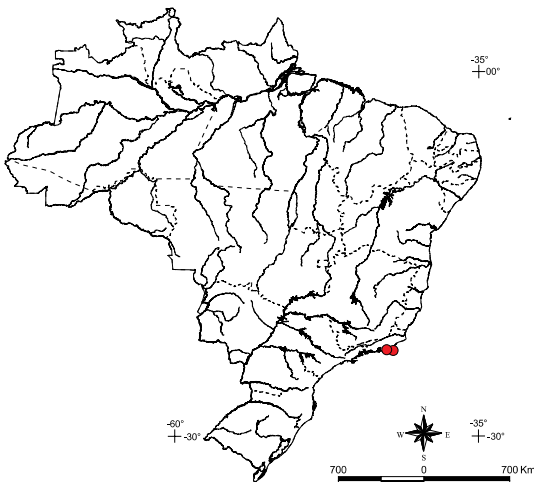
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

A redescoberta de *F. erythronotos* na região de Angra dos Reis deve-se a José Fernando Pacheco (CBRO), que reuniu as primeiras informações sobre seus hábitos e sugeriu sua inclusão no gênero *Formicivora*. Luiz Pedreira Gonzaga (UFRJ) deu continuidade a esse estudo, descrevendo aspectos morfológicos e bioacústicos da espécie e analisando suas relações filogenéticas, bem como orientando um extenso trabalho de Elmiro C. Mendonça (UFRJ), patrocinado principalmente pela FBPn, sobre a biologia reprodutiva da espécie, demografia, distribuição geográfica e ecológica.

REFERÊNCIAS

66, 112, 136, 194, 218, 298, 297, 359, 513 e 563.

Autor: *Luiz Pedreira Gonzaga*



Formicivora littoralis Gonzaga & Pacheco, 1990

NOME POPULAR: Formigueiro-do-litoral; Com-com (Cabo Frio)

SINONÍMIAS: *Formicivora serrana littoralis*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Formicivora littoralis foi descoberta e colecionada pela primeira vez em 1951, mas descrita apenas quase 40 anos depois, como uma subespécie de *Formicivora serrana*. Desde então, não foram feitos estudos mais detalhados sobre a sua biologia ou esforços específicos para a sua conservação. Um estudo filogenético mais recente demonstrou que *F. littoralis* forma um grupo monofilético com *F. serrana* e *F. melanogaster*, com as quais constitui uma superespécie. *Formicivora littoralis* é restrita a uma estreita faixa coberta por formações de restinga arbustiva ou arbórea sobre solo arenoso, ao nível do mar, que são substituídas por uma vegetação arbustiva com abundância de cactos e euforbiáceas (*Croton* sp.), nas vertentes de elevações litorâneas e ilhas costeiras. É considerada a única espécie de ave endêmica do ambiente de restinga. Nenhuma estimativa de sua densidade populacional e da extensão do seu hábitat preferido foi feita até hoje. Embora seja localmente abundante em hábitat apropriado (ilha de Cabo Frio, por exemplo) e capaz de persistir em pequenas áreas isoladas de hábitat remanescente, sua população total deve ser pequena e certamente declinou muito nos últimos dez anos, em decorrência da expansão imobiliária na sua área de ocorrência, onde nenhuma medida efetiva de proteção foi tomada desde a sua descrição e imediata inclusão em listas de espécies ameaçadas de extinção no Brasil, no início da década de 1990. Como as demais espécies do gênero, vive em monogamia, formando casais que estabelecem e defendem vigorosamente territórios, que são mantidos ao longo de todo o ano. Essas aves alimentam-se basicamente de artrópodes, capturados tanto nos ramos e folhagens de arbustos e arvoretas a até 4 m de altura quanto no próprio solo, deslocando-se constantemente por meio de pequenos saltos e curtos vôos. Ocasionalmente, forrageiam junto a outras aves insetívoras, em bandos mistos, especialmente em porções de restinga arbórea. Os únicos ninhos descritos dessa espécie foram encontrados em junho, outubro e novembro, na ilha de Cabo Frio. Como de regra na família Thamnophilidae, esses ninhos eram tigelas construídas com fibras vegetais por ambos os membros do casal, que também se revezavam na incubação dos ovos, em número de dois, e na criação dos filhotes.



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Conhecida de uma estreita faixa litorânea na Região dos Lagos, no Estado do Rio de Janeiro, entre a praia de Jaconé e a praia do Però, incluindo ilhas próximas ao litoral de Arraial do Cabo e Cabo Frio (ilha de Cabo Frio, ilha Comprida) e duas localidades mais interioranas, ambas à margem da lagoa de Araruama. Essa área abrange os municípios de Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, São Pedro d'Aldeia e Iguaba Grande. É possível que, originalmente, a espécie tenha ocorrido ao longo de todo o perímetro da lagoa de Araruama. Nunca foi encontrada na região de Búzios e em outras áreas mais ao norte, onde é substituída pela espécie congênere *F. rufa*, nem a oeste de Ponta Negra, na restinga de Maricá, onde nenhuma espécie do gênero ocorre. Na margem continental da lagoa de Araruama, a espécie encontra-se aparentemente restrita a duas localidades isoladas. Na área nuclear de sua distribuição, na faixa costeira entre Arraial do Cabo e Praia Seca, seu hábitat encontra-se crescentemente reduzido e fragmentado. É provável que tenha desaparecido por completo dos extremos conhecidos de sua distribuição (praias do Però e de Jaconé e Reserva Ecológica de Jacarepiá), onde já era extremamente escassa no início da década de 1990, mas nenhum levantamento metódico que permita corroborar esta hipótese foi feito mais recentemente.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Nenhuma Unidade de Conservação de Proteção Integral existe na área de ocorrência de *F. littoralis*. Embora algumas porções de restinga estejam representadas na APA de Massambaba (incluindo as Reservas Ecológicas de Massambaba e Jacarepiá/RJ) e na APA do Morro do Governo (RJ), essas áreas evidentemente não são alvo de qualquer proteção efetiva permanente. Na única exceção aparente a essa regra, *F. littoralis* deve beneficiar-se indiretamente do controle que é exercido pela Marinha brasileira sobre o acesso de pessoas à ilha de Cabo Frio. Essa área, contudo, abriga apenas uma porção minúscula da população da espécie e dificilmente poderá garantir a sua sobrevivência em longo prazo.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como outras áreas litorâneas próximas a grandes centros urbanos no Sudeste do Brasil, a Região dos Lagos fluminenses, incluindo sua orla marítima, é altamente valorizada como área de veraneio e lazer de finais de semana, além de abrigar uma população humana residente em franco crescimento. Em decorrência disso, a grande ameaça à sobrevivência de *F. littoralis* é a contínua redução e fragmentação de seus habitats pela desenfreada e aparentemente irreversível expansão imobiliária em sua diminuta área de ocorrência.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A implementação de ações imediatas destinadas a conter a expansão imobiliária e disciplinar o uso da terra em áreas de restinga na região de Massambaba é imprescindível para a sobrevivência da espécie. Dentro desse enfoque, são necessárias as seguintes medidas: implementação de fiscalização permanente e efetivo cumprimento da legislação relativa ao licenciamento ambiental e às Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Ecológicas já existentes na região; estabelecimento de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral; desenvolvimento de um estudo de avaliação socioeconômica da região, seguido de um amplo programa de educação ambiental envolvendo as comunidades de todos os municípios situadas na área de ocorrência da espécie. Além disso, é necessária a ampliação dos estudos sobre a biologia da espécie e suas exigências ecológicas, bem como a realização de um programa de monitoramento de suas populações, especialmente na área de Massambaba.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

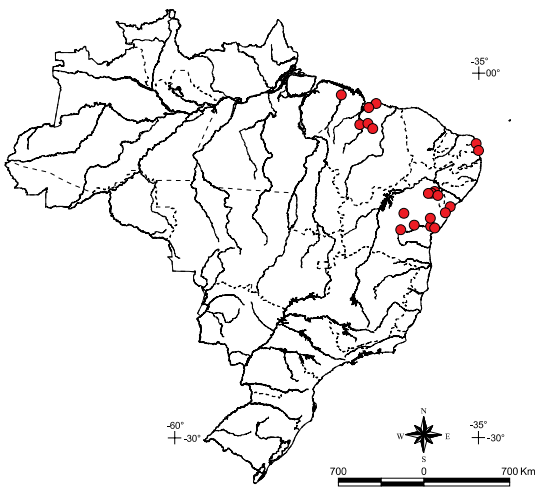
Os estudos iniciais sobre *F. littoralis* foram feitos por Luiz Pedreira Gonzaga (UFRJ) e José Fernando Pacheco (CBRO), que descreveram o táxon e reuniram as primeiras informações sobre seus hábitos, área de ocorrência e hábitat preferencial. L. P. Gonzaga deu continuidade a esse estudo descrevendo aspectos morfológicos e bioacústicos da espécie e analisando suas relações filogenéticas, bem como orientando trabalhos sobre a sua distribuição geográfica e ecológica. Mais recentemente, Maria Alice

S. Alves (UFRJ) e seus orientandos iniciaram um novo ciclo de estudos sobre a espécie, incluindo um projeto patrocinado pela Fundação Biodiversitas e CEPAN, através do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas da Mata Atlântica Brasileira, que visa obter informações sobre a sua distribuição geográfica atual.

REFERÊNCIAS

66, 136, 194, 218, 221, 409, 513, 520 e 563.

Autor: Luiz Pedreira Gonzaga



Herpsilochmus pectoralis Sclater, 1857

NOME POPULAR: Chororozinho-de-papo-preto

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A4c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Herpsilochmus pectoralis é uma espécie facilmente distinguível das outras do mesmo gênero pela presença, nos machos, de uma conspícua mancha negra na região peitoral, enquanto as fêmeas são semelhantes àquelas do chororozinho-de-bico-comprido (*Herpsilochmus longirostris*). Parece ser localmente comum e pode ocupar uma certa variedade de habitats, ocorrendo na mata ciliar, caatinga arbórea, restingas e em matas secundárias em avançado estado de regeneração, sempre abaixo dos 850 m de altitude. Possui hábitos similares aos das demais espécies do gênero, forrageando no meio da folhagem e em todos os estratos, podendo chegar até o solo. É visto frequentemente aos pares ou em grupos familiares e pode fazer parte de bandos mistos. É facilmente localizado pela sua vocalização, que chama a atenção do observador. Alimenta-se de pequenos insetos e larvas. Fêmeas coletadas no final do mês de agosto possuíam o ovário muito desenvolvido. Filhotes acompanhando os pais foram registrados no final de setembro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocupava considerável diversidade de habitats, desde o nordeste do Maranhão até o nordeste da Bahia, passando pelo Rio Grande do Norte e Sergipe. Os registros recentes vêm de poucas localidades, especialmente na Bahia (Jeremoabo e Parque Nacional da Chapada Diamantina), Sergipe (Estação Ecológica de Itabaiana) e Rio Grande do Norte (arredores de Natal).

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Itabaiana (SE); PE Morro do Chapéu, PARNA da Chapada Diamantina e EE do Raso da Catarina (BA); RPPN Mata Estrela (RN).



PRINCIPAIS AMEAÇAS

Os fatores que contribuíram para a diminuição das populações do chororozinho-de-papo-preto não são completamente conhecidos. Embora ocupe uma grande diversidade de habitats, aparentemente sempre foi uma espécie rara e local. As matas secas do interior e as caatingas arbóreas foram dizimadas nos últimos anos para a produção de carvão e para dar lugar às plantações (inclusive de eucaliptos) e pastagens. Além disso, incêndios florestais e o pastoreio nas caatingas, que eliminam ou modificam o sub-bosque, podem ter contribuído para a diminuição da área ocupada pela espécie. Aparentemente, a perda de habitat foi o principal fator que contribuiu para a atual situação desta ave.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É essencial proteger efetivamente as duas Unidades de Conservação onde a espécie ocorre. Também devem ser feitos esforços no sentido de combater o desmatamento nas outras áreas onde esta ave foi registrada e realizar pesquisas de campo em busca de novas populações, bem como fomentar estudos de longo prazo sobre a sua história natural e ecologia. Outra ação importante é criar UCs onde a espécie ainda é registrada, principalmente nas áreas de simpatria com outras espécies ameaçadas, como o arapaçu (*Xiphocolaptes falcirostris*).

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não há pesquisas sendo desenvolvidas com a espécie.

REFERÊNCIAS

64, 136 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Herpsilochmus pileatus (Lichtenstein, 1823)

NOME POPULAR: Chororozinho-de-boné

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Herpsilochmus pileatus foi separada apenas recentemente de um complexo de formas que incluem a recém-descrita *Herpsilochmus sellowi* e *Herpsilochmus atricapillus*. Diferenças na plumagem dos machos e das fêmeas, nas medidas e especialmente nas vocalizações, levaram ao reconhecimento e à correta alocação da distribuição desta espécie, restrita a uma estreita faixa na costa sul da Bahia. Residente e localmente comum, habita as copas das árvores nas restingas, geralmente em solos arenosos. Como

as outras espécies do gênero, participa freqüentemente, aos casais ou em grupos familiares, de bandos mistos da copa, procurando ativamente por insetos e outros pequenos invertebrados. Sua vocalização é conspícua e chama bastante a atenção. Responde prontamente à imitação da sua voz, aproximando-se do observador, quase sempre na copa das árvores. Pouco se conhece sobre a sua história natural.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Desconhecida, mas provavelmente restrita apenas à faixa costeira do sul da Bahia, do Sul da baía de Todos os Santos até às proximidades de Alcobaça.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RPPN Ecoparque de Una, RPPN Estação Veracruz, REBIO de Una, PARNA do Descobrimento, PARNA Pau Brasil e PARNA Monte Pascoal (BA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça às populações do chororozinho-de-boné é a destruição do que resta das restingas no sul da Bahia. Os planos de construção de hotéis e resorts à beira-mar trazem consigo toda a infra-estrutura necessária para a sua instalação e viabilidade econômica, incluindo estradas pavimentadas, aeroportos etc. A expansão descontrolada do turismo nessa região pode ser desastrosa para a conservação da espécie. Embora as espécies de *Herpsilochmus*, em geral, sejam algo tolerantes às alterações de hábitat, não se conhecem suficientemente bem as necessidades de habitat de *H. pileatus*. As modificações na estrutura da restinga podem aumentar ainda mais o grau de ameaça desse táxon.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção contra desmatamento e incêndios florestais nos remanescentes de restinga entre a baía de Todos os Santos e Alcobaça é uma estratégia importante, assim como a proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ocorre. Um maior refinamento sobre sua distribuição, incluindo a procura por novas populações, é também desejável. Estudos sobre a história natural e a biologia são importantes para se determinar as suas exigências de hábitat.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

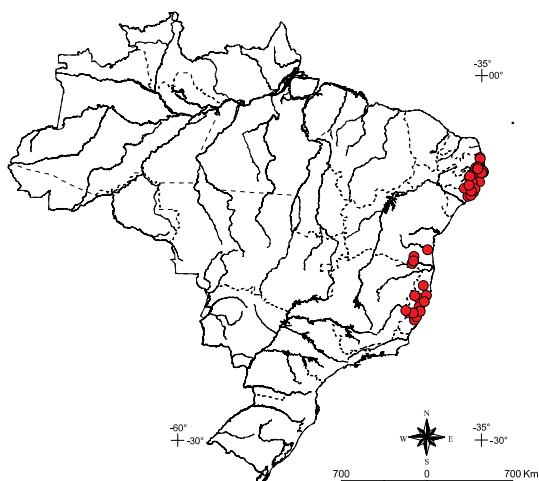
José Fernando Pacheco (CBRO); Bret Whitney (Museum of Natural Science, Louisiana State University, EUA); Dante Buzzetti (CEO).

REFERÊNCIAS

139, 534 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Myrmeciza ruficauda (Wied, 1831)

NOME POPULAR: Formigueiro-de-cauda-ruiva

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (PE_x)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Myrmeciza ruficauda é um táxon composto por duas raças geográficas bastante distintas e que talvez mereçam ser separadas em duas espécies independentes. A forma nominal, *M. r. ruficauda* (Wied, 1831), distribui-se do leste de Minas Gerais (vale do rio Doce), Espírito Santo ao sul da Bahia (rio Jucuruçu e Vitória da Conquista). A raça *M. r. soror* (Pinto, 1940) é encontrada ao norte do rio São Francisco, nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Os poucos dados sobre a história natural e ecologia se aplicam às duas formas. Residentes, vivem aos casais, no solo da floresta primária ou em avançado estado de regeneração, preferindo as matas de baixada. Buscam as áreas mais sombrias da mata e, frequentemente, permanecem em locais onde o sub-bosque é bastante denso. A vocalização é conspícua, emitida principalmente durante a manhã e no final da tarde. Respondem rapidamente à imitação da sua voz, aproximando-se bastante do observador. Alimentam-se de insetos, que são capturados no meio do folhicho, e seguem correições de formigas, juntamente com outras espécies de sub-bosque, como *Pyrglena leuconota*, *P. leucoptera*, *Conopophaga melanops* e *C. lineata*. Reproduzem-se na segunda metade do ano, observando-se ninhos ou indivíduos em atividade reprodutiva entre outubro e dezembro. O ninho, em forma de cesta, é construído com diversos materiais, incluindo folhas mortas. A postura é de dois ovos brancos, densamente manchados de marrom-avermelhado. Macho e fêmea incubam os ovos por 15 dias e os filhotes permanecem no ninho por cerca de duas semanas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A forma nominal, *M. r. ruficauda*, era encontrada em matas primárias do leste de Minas Gerais (vale do rio Doce), Espírito Santo e sul da Bahia (região de Vitória da Conquista e rio Jucuruçu). A raça *M. r. soror* era encontrada nas florestas ao norte do rio São Francisco, nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Atualmente, é considerada Provavelmente Extinta em Minas Gerais e restrita a poucas localidades isoladas entre si. A forma nominal é muito mais rara do que a raça encontrada ao norte do rio São Francisco. *Myrmeciza ruficauda ruficauda* está restrita apenas às Reservas Biológicas de Sooretama e do Córrego do Veado. Na Bahia, é registrada apenas na região de Vitória da Conquista, nos municípios de Barra do Choça, Ribeirão do Largo e Itambé, onde não é rara. *Myrmeciza ruficauda soror* é ainda encontrada em uma série de localidades nos Estados de Alagoas e Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Myrmeciza ruficauda soror: REBIO Guaribas (PB); EE de Murici e REBIO de Serra Talhada (AL); RPPN Usina Frei Caneca, EE do Tapacurá, REBIO do Saltinho, Parque Ecológico João Vasconcelos Sobrinho e Reserva Estadual de Gurjaú (PE). *Myrmeciza ruficauda ruficauda*: REBIO de Sooretama e REBIO do Córrego do Veado (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O brutal desmatamento das matas de baixada no vale do rio Doce, Espírito Santo, sul da Bahia e em todo o Nordeste brasileiro, ao norte do rio São Francisco, foi o principal motivo para o desaparecimento das populações de ambas as raças desta espécie. Atualmente, o desmatamento continua, especialmente na região de Vitória da Conquista (BA). Alterações no sub-bosque, com a retirada de lenha e a presença de gado bovino no interior das florestas, também têm efeitos sérios sobre esta espécie. A maior parte das populações existentes está isolada em fragmentos de tamanhos diversos.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A proteção efetiva das Unidades de Conservação onde a espécie ocorre e a criação de outras no sudoeste baiano, na região de Vitória da Conquista, onde recentemente foram registradas diversas espécies endêmicas e/ou ameaçadas dos biomas Caatinga e Mata Atlântica vivendo lado a lado, são ações essenciais, assim como a procura intensiva, em Minas Gerais, por novas populações, na região de Divisópolis e no vale do Jequitinhonha. Pesquisas básicas sobre história natural são importantes para se refinar o conhecimento sobre as necessidades básicas de hábitat. Estudos taxonômicos também são fundamentais para se estabelecer o status das duas formas atualmente aceitas deste táxon.

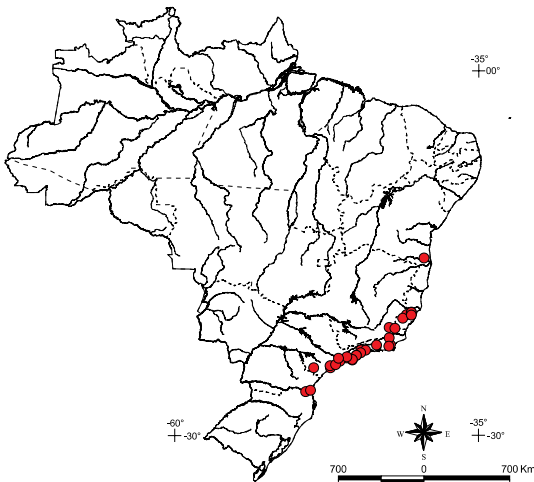
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN).

REFERÊNCIAS

64, 115, 136, 190, 421, 428, 474 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Myrmotherula minor Salvadori, 1864

NOME POPULAR: Choquinha-pequena

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (EN); RJ (VU); MG (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i, ii, iii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Myrmotherula minor é uma pequena espécie de choquinha, com cerca de 9 cm de comprimento total e cerca de 7 g de massa. Habita preferencialmente o interior das matas primárias ou em avançado estado de regeneração, abaixo de 300 m, mas já foi encontrada em altitudes de até cerca de 800 m. Insetívora, procura por alimento na periferia da vegetação, inspecionando também amontoados de folhas secas. Vive sozinha ou em pares e é frequentemente encontrada em bandos mistos de copa. Prefere, nas



florestas, regiões próximas a riachos ou outros cursos d'água e é quase sempre vista em áreas onde as árvores são ricas em bromélias e outras epífitas. Macho e fêmea se mantêm próximos todo o tempo e emitem vocalizações características, o que facilita a detecção desta espécie diminuta no meio da folhagem da floresta. Seus hábitos reprodutivos são desconhecidos e muito pouco se sabe sobre outros aspectos de sua história natural.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Provavelmente ocorria numa larga faixa florestada entre o sul da Bahia, leste de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. Apenas um registro isolado em Santa Catarina sugere que a espécie possa ocorrer também no Paraná, embora nunca tenha sido encontrada. Os registros atuais concentram-se principalmente na região das serras da Bocaina e do Mar, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Parece ser rara no Espírito Santo e na Bahia.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE Juréia-Itatins, EE de Boracéia, PE da Serra do Mar, PE Intervalles, PE Turístico do Alto do Ribeira, Núcleo Caboclos (Gustavo S. Cabanne, com. pess.) e PARNA da Bocaina (SP); RPPN Serra Bonita (BA); REBIO Augusto Ruschi e REBIO de Nova Lombardia (ES); RPPN Fazenda União, REBIO de Poço das Antas e REBIO do Tinguá (RJ); EE do Bracinho (SC).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A destruição das matas de baixada é a principal ameaça à espécie. A retirada seletiva de madeira também pode ter efeitos negativos nas populações desta choquinha.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se a proteção efetiva das Unidades de Conservação onde esta espécie ocorre. Buscas por novas populações em outras áreas nos Estados onde esta espécie não foi mais registrada (Minas Gerais e Santa Catarina) também são importantes. Provavelmente ocorre no Paraná, devendo ser feitas pesquisas específicas com o objetivo de verificar a presença da espécie nesse Estado.

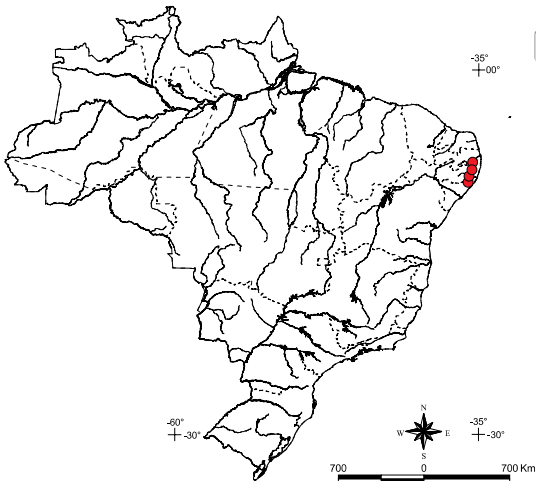
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Fernando Pacheco (CBRO).

REFERÊNCIAS

64, 530, 531, 545 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Myrmotherula snowi Teixeira e Gonzaga, 1985

NOME POPULAR: Choquinha-de-alagoas

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Myrmotherula snowi é uma pequena espécie de choquinha, endêmica do “Centro Pernambuco”. Descrita recentemente, é uma das espécies de aves mais ameaçadas de extinção na região neotropical, ocorrendo apenas em quatro localidades. Residente, habita a mata montana acima de 400 m. Insetívora, procura por alimento aos pares, no estrato médio da floresta, quase sempre em bandos mistos. Forrageia tanto em folhas secas quanto na folhagem ainda verde. A reprodução parece ocorrer no começo do ano, e filhotes foram vistos acompanhando os pais em maio. Pouco se sabe sobre sua história natural, sendo uma espécie rara e de distribuição muito pontual na floresta.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Provavelmente ocorria nas florestas acima de 500 m de altitude nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Mais de 90% do seu hábitat original já foram derrubados. Esta espécie é encontrada apenas na Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, onde é rara, na Mata do Estado, na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca e no Engenho Jussará, em Pernambuco.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL) e RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Mais de 90% do hábitat desta espécie já foram destruídos. Os fragmentos restantes, como os de Murici e da Mata do Estado, ainda sofrem com a retirada ilegal de madeira, o que compromete ainda mais a conservação da espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia é a proteção efetiva das localidades onde a espécie já foi registrada, especialmente em Murici. Pesquisas sobre a história natural de *M. snowi* e de suas necessidades básicas de hábitat são também importantes para subsidiar novas buscas por populações em outras localidades.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

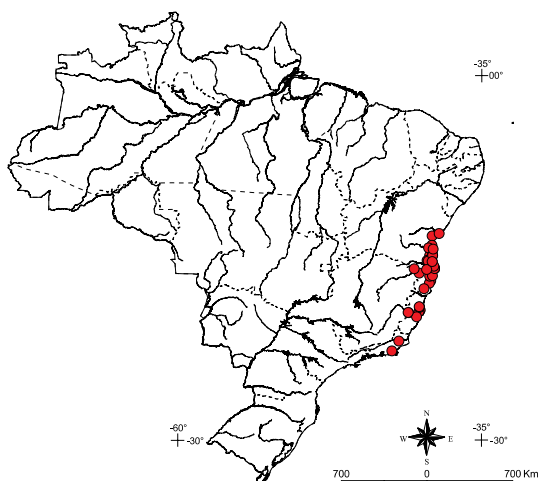
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife International - Programa do Brasil. Pela SNE, Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

64, 136, 190, 421, 428, 530, 531 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*





Myrmotherula urosticta (Sclater, 1857)

NOME POPULAR: Choquinha-de-rabo-cintado

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RJ (VU); MG (VU); ES (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Myrmotherula urosticta vive em florestas primárias ou em avançado estado de regeneração, em altitudes de até aproximadamente 100 m acima do nível do mar. Residente, vive aos casais ou em pequenos grupos familiares nos estratos inferiores da mata, em locais mais secos e sombreados. É quase sempre observada integrando bandos mistos e é facilmente encontrada pela sua vocalização. Insetívora, procura ativamente por invertebrados nas folhas verdes, quase nunca inspecionando amontoados de folhas secas. Pouco se sabe sobre os seus hábitos reprodutivos e demais aspectos da sua história natural e exigências de habitat.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Matas úmidas até cerca de 100 m de altitude, entre o sul da Bahia e o norte do Rio de Janeiro. Recentemente registrada em Minas Gerais, onde se pensava que estava extinta, nas fazendas Duas Barras e Sossego do Arrebol, nos municípios de Santa Maria do Salto e Bandeira, respectivamente. Esta choquinha ainda sobrevive em uma série de localidades, principalmente no sul da Bahia. Registros recentes vêm também dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RPPN Ecoparque de Una, RPPN Serra do Teimoso, RPPN Estação Veracruz, PARNA do Descobrimento, PARNA do Pau Brasil, PARNA do Monte Pascoal e REBIO de Una (BA); REBIO de Sooretama (ES); PE do Desengano e RPPN Fazenda União (RJ).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O desmatamento em boa parte da sua área de distribuição é a principal ameaça à sobrevivência desta espécie. É rara na reserva da Companhia Vale do Rio Doce, em Linhares, apesar do habitat apropriado. Parece que está diminuindo na Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda União (J. F. Pacheco, obs. pess.).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção efetiva dos locais onde a espécie ocorre é a principal estratégia para a conservação da espécie. As pesquisas conduzidas por P. Cordeiro no sul da Bahia revelaram novas localidades onde esta e outras espécies de aves endêmicas e/ou ameaçadas de extinção ocorrem. É importante que as localidades onde há maior quantidade de espécies ameaçadas, aliadas à qualidade e extensão do habitat, sejam elencadas como possíveis locais para a criação de Unidades de Conservação. Buscas por novas populações no

Espírito Santo também são importantes. Criar Unidades de Conservação na região onde a espécie foi recentemente redescoberta em Minas Gerais também é fundamental, não só para esta mas para muitas outras aves endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. Pesquisas sobre a história natural e exigências de hábitat da espécie podem refinar as buscas por novas áreas.

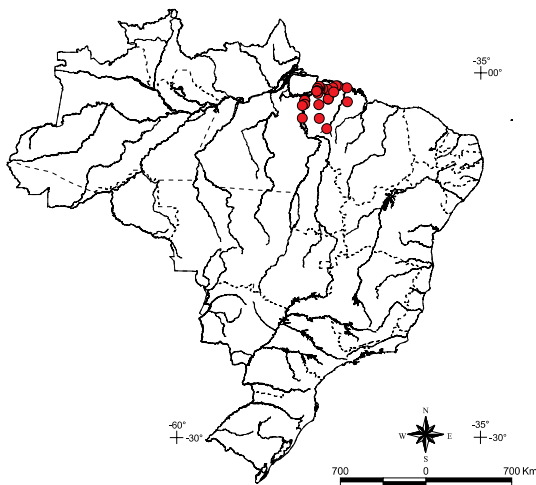
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

José Fernando Pacheco (CBRO); Paulo Cordeiro (Ornis); Rômulo Ribon (UFOP).

REFERÊNCIAS

64, 136, 139, 415, 477 e 530.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Phlegopsis nigromaculata paraensis Hellmayr, 1904

NOME POPULAR: Mãe-de-taoca-pintada

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PA (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – A4c; B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phlegopsis nigromaculata paraensis ocorre no sub-bosque da floresta madura de terra-firme e de várzea, penetrando também, freqüentemente, em fitofisionomias secundárias tardias. Forrageia solitária, aos casais ou em grupos familiares, quase que obrigatoriamente associada a colunas de formigas de correição, percorrendo grandes distâncias em busca de colônias ativas. Às vezes, dezenas de indivíduos atendem uma única coluna, existindo uma forte hierarquia em relação ao domínio dos melhores locais para a captura de presas espantadas pelas formigas. Exerce grande dominância em relação a outras espécies associadas a colunas de formigas de correição. Procria entre agosto e março, quando coloca dois ovos em um ninho aberto, em forma de taça. Os ovos são incubados tanto pelo macho quanto pela fêmea. Aparentemente é mais tolerante à fragmentação e degradação da estrutura florestal do que outras espécies associadas a formigas de correição, uma vez que ainda ocorre em fragmentos relativamente pequenos na área urbana e vizinhanças de Belém. Também parece ser mais tolerante à exploração seletiva de madeira do que outras espécies associadas a formigas de correição.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Leste do Pará, sul do Amazonas, da margem leste do rio Tocantins até o oeste amazônico do Maranhão. Extinta localmente em boa parte do nordeste do Estado do Pará (zona bragantina), mas persistindo aí



em fragmentos pequenos e alterados. Ainda distribui-se amplamente no sul de sua área original de distribuição.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Presença inferida na REBIO Gurupi (MA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição de habitat e fragmentação são as principais ameaças à conservação de *P. n. paraensis*.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A elaboração de plano de manejo para a espécie, bem como a implantação de novas Unidades de Conservação na sua área de ocorrência original, e fiscalização são estratégias importantes.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Alexandre Aleixo (MPEG); Evonnildo Gonçalves, Paula Schneider e Fagner Ramos (UFPA).

REFERÊNCIAS

536 e 563.

Autor: *Alexandre Aleixo*



Pyriglena atra (Swainson, 1825)

NOME POPULAR: Olho-de-fogo-rendado

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyriglena atra é um pássaro de porte médio e cerca de 35 g. Apresenta acentuado dimorfismo sexual, sendo o macho preto, com mancha interescapular branca, sempre visível, e a fêmea marrom, com retrizes enegrecidas e sem mancha interescapular branca. Nos adultos, a íris é vermelha, enquanto no jovem é castanho-claro. Segue regularmente formigas de correição, principalmente *Eciton burchellii*, quando pode ser encontrado aos pares ou até em grupos de 26 indivíduos. Na Bahia, a espécie foi encontrada em altitudes de 20 a 250 m acima do nível do mar, em floresta ombrófila densa e ainda floresta semidecidual e mata de restinga alta. Prefere o sub-bosque denso e sombreado da floresta, em áreas de vegetação secundária ou em estágio avançado de regeneração, principalmente onde ocorrem poleiros horizontais

ou inclinados, entre 1 e 2 cm, evitando os locais de vegetação primária e áreas abertas. Pode sair do interior da mata (até 20 m), se for estimulado pela reprodução de sua vocalização (playback), principalmente o macho. Uma fêmea adulta foi observada movimentando-se entre dois fragmentos, distantes pelo menos 400 m entre si, numa matriz composta por pasto sujo, arbustos e árvores esparsas. Em estudos recentes, *P. atra* foi encontrado em fragmentos com até 50 ha, mas desapareceu ao longo de dois anos de uma área que tinha entre 150 e 200 ha, que atualmente tem apenas 40 ha. Na Bahia, é encontrada com mais frequência e em grupos maiores (até 26 indivíduos), em áreas com mais de 300 ha e mais conservadas, hábitat em que responde bem ao playback. Quando seguem as correições, alimentam-se de pequenos artrópodes, como gafanhotos, baratas, aranhas, besouros, grilos e mariposas (Santos, dados não publicados), que são capturados próximos ao solo, em diversos substratos (folha, ramo ou tronco de arbustos e árvores, respectivamente) ou ainda no ar, quando as presas fogem das formigas. Dados sobre a sua reprodução são: relatos de gônadas desenvolvidas em um macho coletado em outubro de 1977, em Santo Amaro, na Bahia; filhotes independentes em novembro; fêmea capturada com ovo no oviduto e prestes à desova, em janeiro de 2002, na Reserva Particular do Patrimônio Natural Lontra Saudade, em Entre Rios, na Bahia (Santos, dados não publicados); ou ainda o encontro de um filhote (fêmea) fora do ninho, em março de 2003 (Pedro Lobão, com. pess., 2004), e outro (macho), em março de 2005 (Santos, dados não publicados), no mesmo fragmento, em Santo Amaro, Bahia. Um macho adulto, anilhado em um fragmento de 250 ha, em Catu, Bahia, foi observado três anos depois, a 300 m do local de captura inicial.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Até recentemente (1994), *P. atra* era conhecido apenas no meio leste do Brasil, na região do Recôncavo Baiano, Santo Amaro e Cachoeira, quando uma nova população foi descoberta em Crasto, no sul de Sergipe, registrando-se uma extensão de distribuição de 175 km da ocorrência até então conhecida. Depois desse registro, outros pesquisadores voltaram a encontrar a espécie na mesma região (J. Minns, *in litt.*, 2003; Santos, 2005 – dados não publicados). Os limites atuais conhecidos da distribuição da espécie são: ao sul, Saubara; a oeste, Boa Vista de Opalma, Cachoeira; a leste, mais próximo da linha do mar, Reserva do Bu, município de Conde; ao norte, Matas do Crasto. Os três primeiros pontos estão na Bahia e o último em Sergipe. Incluindo dados históricos e recentes, existem cerca de 60 pontos conhecidos com ocorrência de *P. atra*. É possível que sejam estabelecidos novos limites a oeste e norte, a partir de novas investigações de campo.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Pyriglena atra é uma espécie-lacuna, por não estar contemplada por Unidades de Conservação de Proteção Integral, seja em nível federal ou estadual. Recentemente, a espécie foi registrada em três pontos na APA Litoral Norte e em quatro RPPNs (entre as dez distribuídas ao longo da possível área de ocorrência da espécie): Peninha (350 ha) e São Joaquim da Cabonha I e II (257 ha), ambas em Cachoeira; Lontra/Saudade (1.377 ha), em Entre Rios, e Panema (256 ha), em São Sebastião do Passe, todas situadas na Bahia. Há a possibilidade de que esta espécie ocorra dentro dos limites do PARNA da Serra de Itabaiana (SE, IBA SE01).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça à espécie é a perda de hábitat, seguida de descaracterização e fragmentação. Essa crescente ameaça está aumentando o isolamento entre as populações de *P. atra* ao longo de toda a sua área de ocorrência. Tal situação é mais acentuada em Sergipe do que na Bahia. Cabe ressaltar ainda que existe baixa representatividade das Unidades de Conservação para proteger a espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

As estratégias de conservação para *P. atra* devem prever: a proteção dos maiores blocos florestais com ocorrência da espécie, incluindo a criação de Unidades de Conservação na categoria de Proteção Integral e um amplo incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural; formação de corredores florestais, para conectar blocos isolados de remanescentes, incluindo áreas ao redor de Unidades de Conservação; pesquisa científica, abordando aspectos da biologia reprodutiva, ecologia (efeitos da



fragmentação, seleção de habitat, relação com as formigas e estimativas populacionais) e ainda status genético.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Edwin Willis e Yoshika Oniki (UNESP – Rio Claro) estudaram a espécie em 1974. Os dados sobre biologia e ecologia da espécie, disponíveis na literatura, são fruto desse estudo. Marcelo Cardoso de Souza (Pesquisador autônomo) realizou estudos entre 1994 a 1996 e mais recentemente, a partir de 2003 até o momento. Sidnei Sampaio dos Santos (CETREL), desde 1994 até o momento, por intermédio da ABCRN. Outros pesquisadores, arrolados nas referências bibliográficas, mantiveram apenas breves contatos com a espécie. Francisco Pedro da Fonseca Neto (ABCRN) desenvolve projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

136, 254, 360, 368, 389, 418, 457, 486, 508 e 541.

Autor: Sidnei Sampaio dos Santos



Pyriglena leuconota pernambucensis Zimmer, 1931

NOME POPULAR: Papa-taoca

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Pyriglena leuconota apresenta quatro populações isoladas em várias partes da América do Sul, em áreas dominadas por floresta, sendo que *P. l. pernambucensis* é restrita ao Nordeste do Brasil, mais precisamente ao “Centro de Endemismo de Pernambuco”. Este é o representante nordestino disjuncto de uma espécie (ou grupo de espécies) amazônica e deve merecer status específico pleno. Habita áreas florestadas em diferentes estados de conservação, utilizando inclusive as bordas das florestas e áreas em recuperação inicial. Freqüenta os estratos mais baixos da floresta, vivendo praticamente no chão. Alimenta-se de artrópodes capturados no solo, em folhas e troncos e apanha insetos no ar apenas quando estão em correições de formigas. São aves comuns em correições de formigas, estando sempre aos pares ou em grupos mais numerosos, com até 20 indivíduos, ou com outras espécies, como *Conopophaga melanops nigrifrons*, *Myrmeciza ruficauda soror* e *Formicarius colma*. A altitude mínima de registro é de 3 m (Recife, PE) e a máxima é de 690 m acima do nível do mar (Brejão, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, entre os Estados da Paraíba e de Alagoas. Recentemente registrada em 39 localidades nos Estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, EE do Tapacurá, REBIO de Saltinho e RPPN Frei Caneca (PE); REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); EE de Murici (AL); RPPN Gargaú (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como outros táxons endêmicos e ameaçados do Centro Pernambuco, a principal ameaça é o desmatamento, seguido pela destruição e/ou alteração de habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, criação de corredores ecológicos e de novas Unidades de Conservação são medidas importantes para a conservação deste táxon.

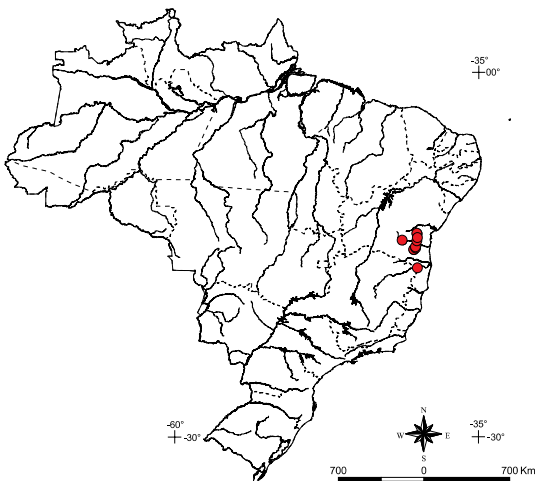
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil; Lemuel Leite (UnB).

REFERÊNCIAS

340, 421, 422, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Rhopornis ardesiacus (Wied, 1831)

NOME ATUAL: *Rhopornis ardesiacus*

NOME POPULAR: Gravatazeiro

SINONÍMIAS: *Rhopornis ardesiacus*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Rhopornis ardesiacus é um notável endemismo do centro-sul da Bahia, com registros recentes para o extremo nordeste do Estado de Minas Gerais. É encontrado apenas na formação vegetal conhecida



como “mata de cipó”, em altitudes entre 600 e 1.000 m, em locais com abundância de bromélias terrestres do gênero *Aechmea*. Vive no solo ou próximo dele, procurando por pequenos artrópodes dos quais se alimenta. Encontrado aos casais, é comum em algumas localidades e o seu canto forte e distinto chama muito a atenção, podendo ser ouvido a grandes distâncias. O comportamento reprodutivo é pouco conhecido e um ninho atribuído a esta espécie foi encontrado no mês de outubro.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Restrito à formação vegetal conhecida como “mata de cipó” no centro-sul da Bahia e extremo nordeste de Minas Gerais. Atualmente restrito a um pequeno número de localidades. As “matas de cipó” de Boa Nova constituem as áreas mais extensas e contínuas onde o gravatazeiro ainda é registrado. Em estudo recente, foram registradas novas localidades para esta espécie na região de Poções. Neste mesmo estudo, não foram localizados indivíduos nos fragmentos de “mata de cipó” de Jequié e Itirussu.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Desconhecida.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de hábitat é a principal ameaça para esta espécie. A “mata de cipó” vem sendo destruída continuamente nos últimos anos, a despeito das inúmeras solicitações de pesquisadores para que se crie uma Unidade de Conservação na região de Boa Nova. A extração de madeira para lenha e para a construção de cercas elimina boa parte da cobertura vegetal e permite que o gado bovino penetre no interior da mata. Além disso, a retirada das bromélias para o mercado de paisagismo vem provocando alterações significativas no hábitat do gravatazeiro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Criação urgente de uma Unidade de Conservação de uso indireto na região de Boa Nova. Procura por novas populações, especialmente em direção à região nordeste de Minas Gerais. Proteção das “matas de cipó” da fazenda Santana (MG). Estudos sobre a biologia desta espécie são importantes, bem como a restauração dos fragmentos de “mata de cipó” na região de Boa Nova e Poções, na Bahia.

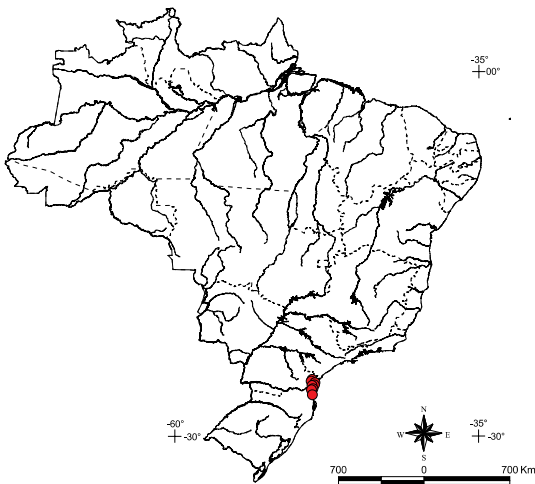
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

BirdLife International; Instituto Dríades; Edwin Willis (UNESP - Rio Claro).

REFERÊNCIAS

64, 136, 414, 509 e 563.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Stympthalornis acutirostris

Bornschein, Reinert & Teixeira, 1995

NOME POPULAR: Bicudinho-do-brejo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Stympthalornis acutirostris é uma espécie restrita à planície litorânea de parte do litoral do Paraná e do litoral norte de Santa Catarina, onde ocorre do nível do mar até cerca de 5 m de altitude em ambientes denominados como Formação Pioneira de Influência Fluviomarinha, Fluvial e Lacustre. Ocupa essas formações no estágio herbáceo, quando são conhecidas por banhado, e no estágio de transição entre herbáceo e arbóreo. Tais ambientes normalmente ocorrem como manchas ou faixas estreitas localizadas no interior de baías, nos trechos mais a jusante de rios que deságuam em baías, em planícies aluviais inundadas e em planícies quaternárias, especificamente entre cordões de deposição de areia marinha. *Stympthalornis acutirostris* vive na vegetação herbácea-arbustiva, sendo mais densamente populosa (8 indivíduos por ha) em três ambientes herbáceos, e menos populosa (1 indivíduo por 1,6 ha) em ambientes transicionais, o que permitiu estimar a população global da espécie em cerca de 17.700 indivíduos. Na vegetação arbórea, usa os galhos mais baixos para se deslocar e, eventualmente, pousar quando excitada por playback. Possui limitada capacidade de voo. Sobre a superfície de água, não se observou empreender vôos de mais de 15 m. Sobre a vegetação, um indivíduo excitado por playback voou uma distância de cerca de 25 m. O bicudinho-do-brejo é insetívoro e territorialista. Vive aos casais, construindo um ninho de palha e outras fibras vegetais em forma de cesta, que é fixado na vegetação herbácea-arbustiva abaixo de 1 m do solo. O casal participa das atividades reprodutivas, que se iniciam em meados da primavera, com postura de dois ovos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Aparentemente, os limites originais da distribuição desta espécie não foram alterados; se muito, o limite sul foi retraído em algumas dezenas de quilômetros. O limite norte de ocorrência é o interior da baía de Antonina, aproximadamente no litoral central do Paraná, e o limite sul é o rio Itapocu, no litoral norte de Santa Catarina. Nessa região, a espécie não ocorre de forma contínua, mas em oito populações isoladas, cinco no Paraná e três em Santa Catarina. A área de ocupação global foi estimada em cerca de 6.060 ha, dos quais 4.860 ha no Paraná e 1.200 ha em Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

No Paraná, existem diminutas áreas de ocorrência da espécie na EE do Guaraguaçu e no PE do Boguaçu, ainda sem qualquer avanço de implementação. Há, ainda, o recém-criado PM da Lagoa do Parado, que pela localização seria estratégico para a conservação da espécie, mas cujo tipo de manejo e objetivo



de criação é desconhecido dos autores. Em Santa Catarina, uma pequena área de ocorrência situa-se na RPPN Volta Velha.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A contaminação biológica, ocasionada pela invasão de vegetais exóticos, é o impacto mais sério. O lírio-do-brejo (*Hedychium coronarium*) e duas espécies de braquiárias (*Brachiaria mutica* e *Urochloa arrecta* = *B. subquadrifida*) invadem os ambientes de ocorrência da espécie e tornam-se tão densos que eliminam a vegetação herbácea nativa e, por consequência, *S. acutirostris*. Há, também, drenagem, aterro, pastoreio, queimada, extração de areia, extração de vegetais para artesanato e erosão, que eliminam ou descaracterizam o ambiente. Ainda, rajadas de vento, apesar de serem um impacto natural, descaracterizam rapidamente grandes trechos de ambiente herbáceo. Eventos de vazamento de derivados de petróleo, como o que ocorreu em 2001 e que afetou uma população de *S. acutirostris* no Paraná e outra em Santa Catarina, são preocupantes. Rompimento de dutos e/ou tombamento de veículos em vias de acesso e vazamentos produtos químicos podem atingir sete das oito populações, ficando livre apenas uma, que ocupa uma área de apenas 6,38 ha, onde a população está na iminência de extinção.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário criar ou ampliar pelo menos uma Unidade de Conservação de Proteção Integral para que se contemple uma boa parcela de alguma das populações da espécie. A maior e em melhor estado de conservação localiza-se na região da baía de Guaratuba, no litoral sul do Paraná. Dessa, o setor mais estratégico é o da “lagoa do Parado”, que poderia ser incorporado ao Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, proposta essa já formalizada ao IBAMA. Deve-se iniciar imediatamente um programa para controle da contaminação biológica e outro de monitoramento de populações da espécie, uma vez que algumas já estão quase extintas. Ao norte da baía de Antonina (região de Guaraqueçaba até a região de Iguape) e ao sul do rio Itapocu (até a região de Camboriú), a espécie não foi encontrada, apesar de existirem ambientes similares àqueles de ocorrência. Como *S. acutirostris* ocorre em populações isoladas, é importante realizar estudos genéticos a fim de avaliar a viabilidade e variabilidade das mesmas. Deve-se detalhar a quantificação da área de ocorrência da espécie em Santa Catarina e realizar uma nova quantificação da área global de ocorrência, com base em fotografias aéreas ou imagens atuais de satélites, para estimar a perda de ambiente ocorrida nos últimos anos (na quantificação efetuada, foram utilizadas fotografias aéreas de 1978, de Santa Catarina, e de 1980, do Paraná, na escala 1:25000). Sugere-se que também sejam considerados aspectos genéticos e ecológicos em estudos filogenéticos envolvendo a espécie, como por exemplo, o tempo e número de etapas na aquisição da plumagem adulta.

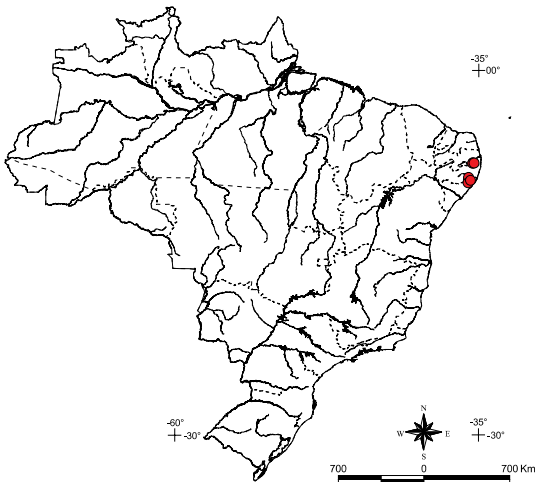
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

A espécie vem sendo estudada por Bianca Luiza Reinert (UNESP – Rio Claro) e Marcos R. Bornschein (Pesquisador autônomo) há cerca de dez anos, o que gerou algumas publicações, duas dissertações e relatórios, os quais estão em preparação para publicação. Atualmente, aspectos da ecologia da espécie são alvo do doutoramento de Bianca Luiza Reinert. Luiz Pedreira Gonzaga (UFRJ) incluiu a espécie no gênero *Formicivora*, fundamentado em aspectos morfológicos e vocais.

REFERÊNCIAS

64, 90, 94, 103, 163, 217, 300, 308, 407, 408, 457 e 489.

Autores: *Bianca Luiza Reinert e Marcos R. Bornschein*



Terenura sicki Teixeira & Gonzaga, 1983

NOME POPULAR: Zidedê-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Terenura sicki é uma espécie de pássaro endêmica da Mata Atlântica do Nordeste. Não se tem informações do tamanho populacional desta espécie devido a sua difícil visualização nos estratos mais altos da floresta. No entanto, são abundantes em praticamente todas as localidades de registro, exceto para Novo Lino (PE), de onde não há informações recentes. São fáceis de se detectar através do canto, peculiar desta espécie e comum de ser ouvido no período reprodutivo, e que parece coincidir com o da maioria da avifauna da região: nos períodos secos, entre os meses de outubro a março. Confecciona o ninho em forma de cesta alongada e pouco profunda, em forquilhas em copa densa. Alimenta-se de artrópodes encontrados em folhas, cipós e bromélias. Formam bandos mistos com *Herpsilochmus rufimarginatus*, *Picumnus exilis*, *Sittasomus griseicapillus*, *Xenops rutilans*, *Tangara cyanocephala*, *Hemithraupis flavicollis*, *Tachyphonus rufus*, *Tolmomyias sulphurescens*, *Myrmotherula axillaris*, *Euphonia violacea*, *Ramphocaelus melanurus*, *Coereba flaveola* e *Xiphorhynchus fuscus atlanticus*. São encontradas em áreas de vegetação tardia, raramente em áreas de crescimento secundário. A altitude mínima de registro é de 300 m (Novo Lino, PE), e a máxima, 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Nesses Estados foi registrada em oito localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RPPN Frei Caneca e EE de Murici (PE); REBIO de Pedra Talhada (AL).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição/alteração de habitats e desmatamento, principalmente das matas mais tardias.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção dos habitats, fiscalização, educação ambiental e pesquisa científica.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

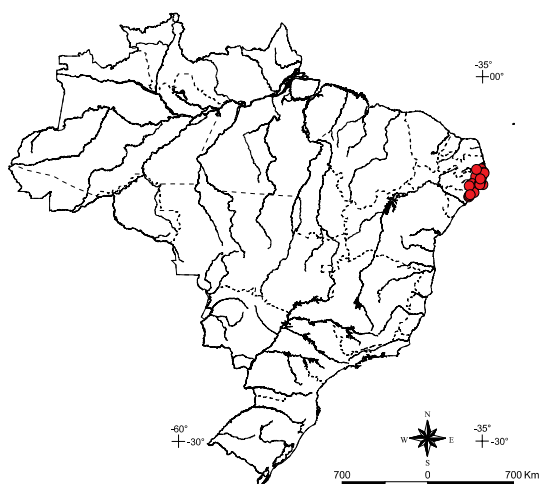
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil.



REFERÊNCIAS

36, 37, 82, 422, 425, 426, 497 e 503.

Autora: *Sônia Aline Roda*



Thamnophilus aethiops distans Pinto, 1954

NOME POPULAR: Choca-lisa-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thamnophilus aethiops distans é o representante amazônico de um grupo que apresenta nove subespécies. *Thamnophilus aethiops distans* está bastante isolado geograficamente e apresenta variações com relação a seu representante mais próximo, *T. a. incertus*, que ocorre no Pará e Maranhão. Encontrado geralmente aos pares ou em pequenos grupos, habita o sub-bosque baixo de florestas tardias e secundárias bem estruturadas. Alimenta-se principalmente de artrópodes coletados na vegetação, principalmente em folhas próximas ao chão. Uma análise das gônadas de quatro indivíduos coletados em Engenho Coimbra, em Pernambuco, no mês de julho, indica que este táxon apresenta seu período reprodutivo nos meses mais chuvosos da região (maio a agosto). É um táxon de fácil detecção, sendo atraído facilmente através de playback. A altitude mínima de registro é de 3 m (Recife, PE) e a máxima, 700 m acima do nível do mar (Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Nesses Estados o táxon foi registrado para 25 localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici (AL); EE de Gurjaú, RPPN Frei Caneca, PE Dois Irmãos e REBIO de Saltinho (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaçada é o desmatamento seguido pela destruição e/ou alteração de habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Medidas de proteção e recuperação de habitats e a criação de corredores florestais envolvendo áreas protegidas, públicas e particulares, seriam medidas importantes para evitar a perda de hábitat e assegurar a proteção de *T. a. distans*.

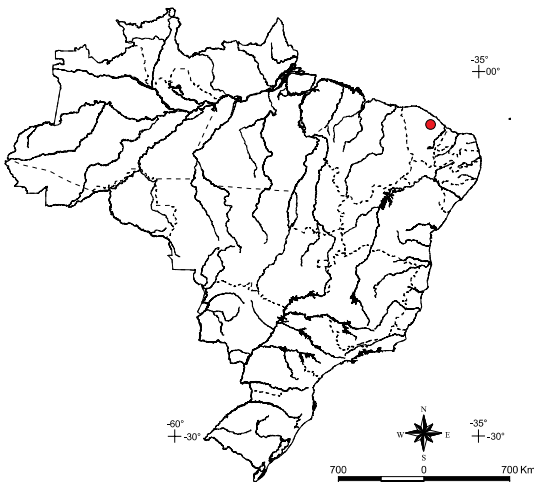
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

190, 387, 421, 422, 424, 426 e 474.

Autora: Sônia Aline Roda



Thamnophilus caerulescens cearensis (Cory, 1919)

NOME POPULAR: Choró-da-mata (CE); Choca-da-mata-de-baturité

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thamnophilus caerulescens cearensis foi descrito em 1919, com base em apenas um exemplar macho, obtido por Robert Becker na serra de Baturité, CE, em 1913. A primeira fêmea procedente desta localidade foi descrita por Hebert Friedmann em 1942, apoiando-se em dois espécimes obtidos na mesma década pelo Serviço de Estudos e Pesquisas da Febre Amarela. Em 1937, um táxon similar foi nomeado como *T. c. pernambucensis*, ocorrendo na Mata Atlântica dos Estados de Pernambuco e Alagoas. *T. c. pernambucensis* pode ser um sinônimo de *T. c. cearensis*; entretanto, há a necessidade de estudos mais detalhados. Caso seja realmente um sinônimo, *T. c. cearensis* ocuparia um território bem mais amplo e seu status de espécie ameaçada teria que ser reavaliado. A presença de *Thamnophilus caerulescens* na região da Ibiapaba, CE, foi confirmada em trabalhos de campo realizados em junho de 2005 (Weber Silva, Ciro Albano e Thieres Pinto) e apresentava vozes distintas tanto de *T. c. pernambucensis* quanto de *T. c. cearensis*. O uso de vocalizações para delimitar espécies crípticas na família Thamnophilidae é reconhecido, inclusive em *Thamnophilus caerulescens*, sendo necessário um estudo minucioso sobre esta ave na região Nordeste do Brasil. Este pássaro habita a mata úmida, que na serra de Baturité está localizada acima dos 600 m, alimentando-se de insetos imediatamente abaixo do dossel, descendo aos estratos florestais inferiores em menor frequência.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A choca-da-mata-de-baturité é conhecida somente para as matas úmidas da serra cearense de Baturité, onde esta fisionomia ocupa aproximadamente 20.000 ha. As serras cearenses de Aratanha e Maranguape são similares à serra de Baturité e precisam ser mais estudadas na busca desta ave. As relações taxonômicas das duas ou três formas nordestinas necessitam ser determinadas, elucidando, entre outras questões, qual a sua verdadeira distribuição geográfica.



PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

APA estadual da Serra de Baturité (CE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

O tráfico de animais silvestres não atinge esta ave, estranha ao cativeiro e sem nenhum valor comercial, nem tampouco a caça, devido ao tamanho pequeno (15 cm). A principal ameaça a sua conservação é a destruição do hábitat restrito, sobretudo pelas lavouras de banana e especulação imobiliária na serra de Baturité. Esta ave não é rara nas florestas da região. Lavouras que removem o dossel florestal são as mais prejudiciais para sua conservação, atingindo diretamente seu hábitat, e o impacto de inseticidas não é conhecido na cadeia alimentar, mas é potencialmente perigoso por este pássaro ser insetívoro.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

O esclarecimento das relações taxonômicas das formas nordestinas é necessário para o planejamento de ações conservacionistas eficientes. Contudo, seja qual for a relação encontrada, a conservação florestal da serra de Baturité é a melhor estratégia para a perpetuação desta ave. Sua área de ocorrência está inserida na Área de Proteção Ambiental estadual da serra de Baturité (CE), onde existem outras 12 aves ameaçadas de extinção. Uma associação de proprietários de terras florestadas para a proteção destas aves parece ser a opção mais eficiente para protegê-la, uma vez que a mudança de categoria desta Unidade de Conservação seria politicamente improvável.

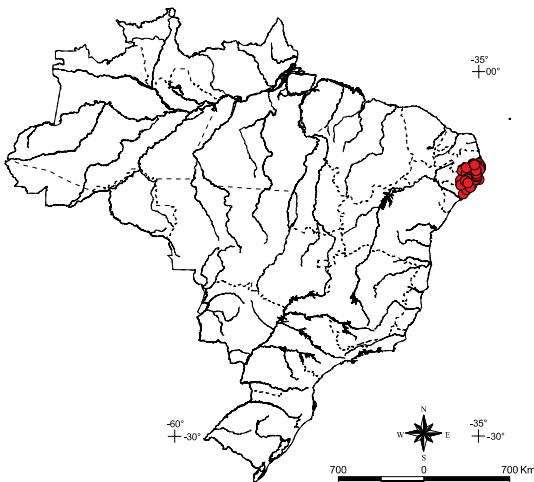
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Morton L. Isler e Phyllis R. Isler (Department of Systematic Biology/Vertebrate Zoology, Division of Birds/Smithsonian National Museum of Natural History, EUA); Ciro Albano, Thieres Pinto, Weber Girão (AQUASIS); Roberto Otoch (SEMACE).

REFERÊNCIAS

104, 245, 246, 247, 315, 382, 389, 387 e 561.

Autores: Weber Girão e Ciro Albano



Thamnophilus caerulescens pernambucensis

Naumburg, 1937

NOME POPULAR: Choca-da-mata-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thamnophilidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Thamnophilus caerulescens pernambucensis é um táxon de distribuição restrita, isolada das demais populações da espécie mais ao sul. Talvez indistinto de *T. c. cearensis*. O status taxonômico precisa ser reavaliado para determinar com mais precisão o seu status de ameaça. Geralmente é comum e abundante em várias localidades do Estado de Pernambuco. Enquanto que *T. c. cearensis* só habita a mata úmida acima de 600 m, *T. c. pernambucensis* habita áreas de vegetação secundária, áreas em regeneração e pequenos capoeirões no meio dos canaviais em localidades com diferentes altitudes: mínima de 1 m (Itamaracá) e máxima de 1.067 m (Taquaritinga do Norte). Vivem em grupos de até oito indivíduos, formados na maioria por fêmeas e indivíduos jovens. Análises de gônadas e placas de incubação em algumas fêmeas coletadas na região indicam que podem reproduzir-se tanto nos períodos secos como nas épocas chuvosas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Faixa oriental do Nordeste do Brasil, nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Nesses Estados foi encontrado em 64 localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Murici e REBIO de Pedra Talhada (AL); EE de Gurjaú, EE do Tapacurá, Parque Dois Irmãos, PM Vasconcelos Sobrinho (ou Brejo dos Cavalos), REBIO de Saltinho, Reserva Ecológica de Caetés, Reserva Ecológica Mata do Engenho Uchoa, RPPN Bitury, RPPN Carnijó e RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Apesar da sua plasticidade ambiental, as principais ameaças para este táxon são as constantes alterações e destruição de habitats, além do desmatamento.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats e a criação de corredores ecológicos, principalmente porque este táxon utiliza a matriz fora dos fragmentos para se deslocar entre fragmentos próximos. A pesquisa taxonômica também é fundamental.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

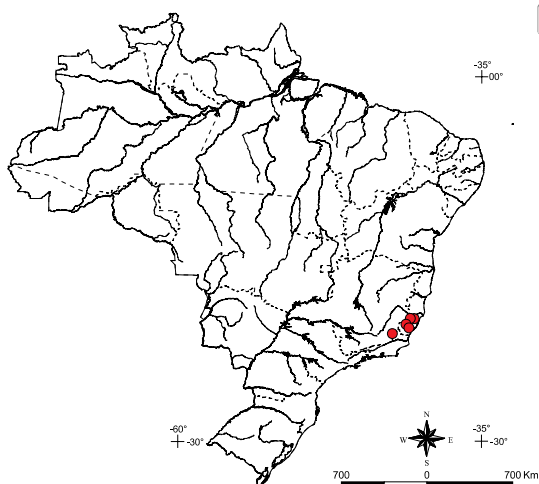
Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife – Programa do Brasil.



REFERÊNCIAS

190, 330, 331, 421, 422, 424, 426 e 474.

Autora: *Sônia Aline Roda*



Nemosia rourei Cabanis, 1870

NOME POPULAR: Saíra-apunhalada

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Thraupidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (PE_x); ES (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i) + 2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Nemosia rourei é uma das aves mais enigmáticas do Brasil, sendo conhecida apenas pelo exemplar-tipo, cuja autenticidade já foi questionada. Descrita em 1870, foi novamente observada em campo apenas em 1941. Aparentemente, sempre foi uma espécie muito rara e até pouco tempo nada se sabia sobre o seu hábitat e seus hábitos. Em 1995, uma ave observada na Reserva Biológica Augusto Ruschi (ES) foi atribuída a esta espécie (este registro foi confirmado recentemente), mas o primeiro registro devidamente documentado foi feito na fazenda Pindobas IV, no município de Conceição do Castelo, também no Espírito Santo, quando menos de dez indivíduos foram avistados, gravados e fotografados. Residente, vive em matas bem conservadas entre 900 e 1.200 m de altitude. É encontrada em pequenos grupos e faz parte de bandos mistos de copa. Aparentemente, é mais insetívora do que frugívora: captura pequenos invertebrados procurando-os ativamente entre a vegetação. Pouco se sabe sobre sua reprodução, mas a construção do ninho é reportada para o mês de novembro. Censos sugerem que a população não chegue a 20 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

O exemplar-tipo é dado como procedente de Muriaé, em Minas Gerais, mas suspeita-se que, na verdade, a localidade-tipo seja Macaé, no Rio de Janeiro. Entretanto, os quatro registros feitos no século XX vêm do Espírito Santo. Atualmente é conhecida apenas de quatro localidades, todas no Espírito Santo. Na fazenda Pindobas IV e na fazenda Caetés, ainda é vista com certa regularidade; na Reserva Biológica Augusto Ruschi, um registro atribuído à espécie foi feito em 1995, sendo apenas recentemente confirmado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente ocorre na REBIO Augusto Ruschi (ES).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A perda de hábitat foi o principal fator que contribuiu para a quase extinção desta espécie. As florestas submontanas do leste mineiro e do Rio de Janeiro foram severamente alteradas para dar lugar,

principalmente, às plantações de café. No Espírito Santo, a situação não foi muito diferente, embora ainda existam fragmentos de maiores proporções.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário continuar as buscas por novas populações desta espécie nos fragmentos de floresta adjacentes às fazendas Pindobas e Caetés, bem como em toda a região de Conceição do Castelo e na Reserva Biológica Augusto Ruschi. Pesquisas em busca de novas áreas também devem ser conduzidas nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nas matas entre 900 e 1.200 m de altitude, utilizando a gravação das vocalizações da espécie como uma ferramenta auxiliar. É importante que as matas das fazendas Pindobas IV e Caetés sejam transformadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural. O monitoramento e os estudos sobre a história natural e ecologia da espécie nessas fazendas devem ser mantidos.

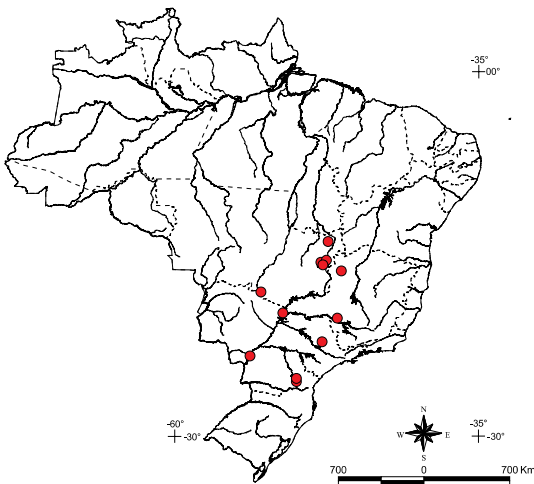
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Ana Cristina Venturini e Pedro Rogério da Paz (Faunativa); José Fernando Pacheco (CBRO); Cláudia Bauer César (Pesquisadora autônoma); BirdLife International – Programa do Brasil.

REFERÊNCIAS

44, 45, 64, 136 e 521.

Autor: *Luís Fábio Silveira*



Alectrurus tricolor (Vieillot, 1816)

NOME POPULAR: Galito

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (EN); SP (CR); MG (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU–A2c + 3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Alectrurus tricolor é uma espécie de pequeno porte (aproximadamente 15 cm de comprimento total) que apresenta acentuado dimorfismo sexual de plumagem. Habita principalmente as áreas de campo limpo, campo sujo, limpo e úmido, no bioma Cerrado; nos outros biomas está restrita às áreas abertas de campos, úmidos ou não, sempre com cobertura densa de gramíneas. A reprodução coincide com o início do período chuvoso, quando os machos realizam exibições aéreas para a atração de fêmeas. No Cerrado, a construção de ninhos tem início em outubro, com eclosão dos ovos até final de novembro. Os machos, durante as exibições, vocalizam frequentemente, produzindo ainda som com as retrizes modificadas, que são largas e rígidas, com rotação de aproximadamente 90°, similar à cauda de um avião.



Após o período reprodutivo, é comum observar grupos maiores de galitos se alimentando nas áreas de campo. O galito é sensível ao regime do fogo no Cerrado, desaparecendo ou reduzindo drasticamente a abundância depois das queimadas e reaparecendo logo após a rebrota da vegetação. No Parque Nacional das Emas (Goiás), é comum observar a espécie utilizando as áreas queimadas para alimentação, enquanto as áreas intactas (não queimadas recentemente) são usadas como abrigo. A espécie apresenta comportamento migratório no sul de Minas Gerais, no Parque Nacional da Serra da Canastra, chegando no auge do período seco (meados de agosto/setembro) e abandonando a área no final de dezembro. No Parque Nacional das Emas, as populações diminuem significativamente sua abundância na época de menor temperatura (junho e julho), mas não desaparecem completamente do parque. Está presente em cerca de 24% das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Cerrado, com poucos registros em outras localidades não protegidas ou sob outras formas de proteção oficial. É facilmente observada no Parque Nacional das Emas e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (Goiás), durante dos meses chuvosos (outubro a abril).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre em diversos Estados brasileiros (MS, GO, MG, DF, SP, PR, RS) e também na Bolívia, Paraguai e Argentina, em áreas de campos, nos biomas Cerrado, Mata Atlântica e Campos Sulinos. A espécie está extinta em boa parte de sua distribuição original, incluindo os Campos Sulinos do Rio Grande do Sul. Nos demais Estados, ainda está presente, mas boa parte das populações está isolada.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Canastra e Santuário da Vida Silvestre da Fazenda São Miguel (MG); PARNA das Emas e PARNA da Chapada dos Veadeiros, RPPN Campo Alegre (GO); PARNA de Brasília, REBIO do IBGE, EE Águas Emendadas e APA Gama Cabeça de Veado (DF); PARNA Ilha Grande (divisa de SP com MS); EE de Itirapina (SP); PE de Vila Velha (PR).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como outras espécies restritas a campos, *A. tricolor* sofre com a fragmentação das fisionomias das quais dependente para sobreviver. No Cerrado, as fisionomias abertas são rapidamente convertidas em áreas de agropastagens.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Dados sobre a biologia desta espécie são necessários para a elaboração de um plano de ação. O esclarecimento de questões importantes, como o padrão de movimentação das populações e suas flutuações em determinadas áreas durante o ano, assim como o efeito do fogo sobre a espécie, pode constituir uma ferramenta de manejo eficiente. A análise genética das populações e o estudo de suas necessidades básicas para a reprodução são outros exemplos de informações que ainda são insuficientes para essa espécie e que também podem ajudar no entendimento da viabilidade populacional em longo prazo.

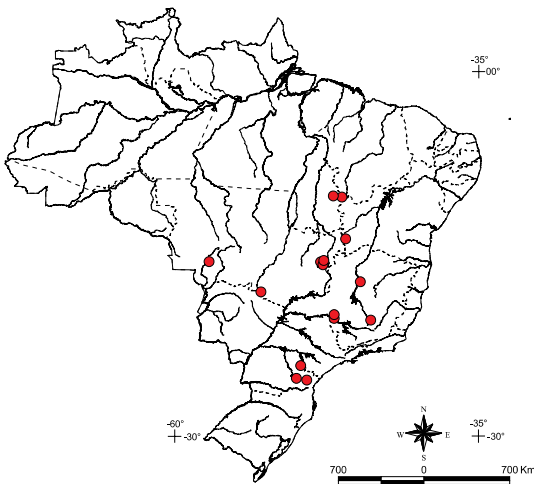
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Vivian da Silva Braz (aluna de doutorado da UnB, orientada pelo Dr. Roberto Cavalcanti) tem acompanhado populações no Parque Nacional de Brasília (DF) e no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), com o objetivo de estimar o tamanho populacional da espécie nessas Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS

64, 100, 195, 196, 235, 370, 457, 542 e 539.

Autora: *Adriani Hass*



Culicivora caudacuta (Vieillot, 1818)

NOME POPULAR: Papa-moscas-do-campo; Maria-do-campo

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: RS (CR); SP (EN); PR (VU); MG (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU–A2c + 3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Culicivora caudacuta possui dimorfismo sexual na plumagem e no tamanho, tendo o macho o píleo e o vértice anegrados, com larga faixa branca no supercílio. A fêmea é ligeiramente menor, com cauda mais curta que a do macho e píleo e vértice marrons. O gênero é monotípico e considerado de posição sistemática incerta, por causa da plumagem, tipo de cauda (retrizes de tamanho desigual, graduadas, raque espessa e barbicelas desgastadas), presença de somente dez retrizes e tarso não-exaspidiano (as escamas não englobam o perímetro total do tarso). Até que sejam estabelecidas as relações filogenéticas deste gênero, *Culicivora* está posicionada no final da subfamília *Elaeniinae*, próxima a *Polystictus pectoralis* e *P. superciliaris*, às quais se assemelha em plumagem e comportamento. *Culicivora caudacuta* é residente e territorial (pelo menos na fase reprodutiva), habita fisionomias abertas de Cerrado, como campo limpo e campo úmido, sendo mais abundante em áreas que possuem espécies de capim com talos reprodutivos emergentes, como o capim-flecha (*Tristachya leiostachya*). Não ocorre em áreas dominadas por capim exótico. Comumente encontrado sozinho ou aos pares, pode formar grupos familiares de até cinco indivíduos. Espécie incomum em bandos mistos, tendo em vista provavelmente a dieta, em grande parte constituída por grãos, de modo similar aos papacapins. No Parque Nacional das Emas (GO), é comum observar a espécie próxima a manchas de capim-flecha, vocalizando apoiada na haste central deste capim, antes do período reprodutivo. Nas outras épocas, vocaliza com muito menos frequência e intensidade. Não existem estudos enfocando a reprodução desta espécie, mas dois ninhos foram observados no Parque Nacional das Emas, no final de outubro e início de novembro de 2000, provavelmente coincidindo com o início das chuvas e com a rebrota do capim. Os ninhos possuem formato de taça, estando localizados próximos ao solo, dentro de macegas de capim (Parque Nacional das Emas) ou em arbustos (Argentina), sendo construídos com material vegetal (aparentemente colado com teias de aranhas e/ou fibras vegetais apodrecidas existentes no solo do campo úmido). A espécie incuba de um a três ovos durante cerca de duas semanas. De ocorrência ampla no Cerrado, atualmente está presente em cerca de 30% das Unidades de Conservação desse bioma, existindo registros para mais áreas não protegidas, como a região do Triângulo Mineiro (Gustavo Malacco, com. pess.) e sul de Goiás (Catalão, Robson Silva e Silva, com. pess.). No entanto, só a presença desta espécie nas Unidades de Conservação não fornece dados sobre a viabilidade das populações ao longo dos anos. Novas áreas de ocorrência são adicionadas à distribuição de *C. caudacuta*, à medida que regiões mais remotas de Cerrado são estudadas, como o sul do Maranhão e o norte de Tocantins. No entanto, isso não sugere tendência de ampliação de distribuição, mas somente a confirmação de alguns pontos dentro da distribuição esperada. É provável que a espécie desapareça em áreas mais fragmentadas e degradadas, localizadas nas bordas da distribuição geográfica, como os Cerrados de São Paulo e Paraná (atualmente, o status de ameaça é maior nesses Estados).



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Provavelmente, a espécie ocupava os ambientes de campo limpo e úmido dentro da distribuição do bioma Cerrado, estando restrita, na atualidade, às Unidades de Conservação e remanescentes desse tipo de fisionomia. Ocorre também na Argentina, Paraguai e Bolívia. *Culicivora caudacuta* possui ampla distribuição no Cerrado, abrangendo o leste da Bolívia e Paraguai, norte da Argentina, noroeste do Uruguai e grande parte da região central do Brasil. Ocorre em todo o Centro-Oeste brasileiro, centro-sul do Maranhão, sudoeste da Bahia, norte de São Paulo, centro-sudoeste de Minas Gerais e oeste do Paraná.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Serra da Canastra (MG); PARNA das Emas e PARNA da Chapada dos Veadeiros (GO); PARNA de Brasília, Reserva Ecológica do IBGE e EE Águas Emendadas (DF); EE da Serra das Araras (MT); PE do Jalapão (TO); EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A maior ameaça que esta espécie sofre é a redução das fisionomias das quais depende para sobreviver. Áreas úmidas são amplamente utilizadas para agricultura (plantação de monoculturas), assim como áreas de campo limpo. Um estudo realizado na região do Parque Nacional das Emas, onde *C. caudacuta* é abundante, falhou em encontrar esta espécie nos remanescentes de vegetação localizados nas fazendas, sendo que o raio de amostragem ultrapassou 100 km. Com a fragmentação de áreas antes contíguas às Unidades de Conservação, esta espécie tende ao confinamento em áreas de proteção, estando mais susceptível aos efeitos negativos do isolamento das populações.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Como a espécie depende de áreas de Cerrado aberto, políticas públicas que protejam essas áreas são estratégias eficazes para a conservação de *C. caudacuta* em longo prazo. É importante conhecer aspectos de sua biologia geral, para subsidiar qualquer estratégia de manejo e conservação, incluindo tamanho populacional, requisitos necessários para a reprodução, dieta, uso de habitat etc., ou seja, informação básica, atualmente proveniente de registros de campo esporádicos.

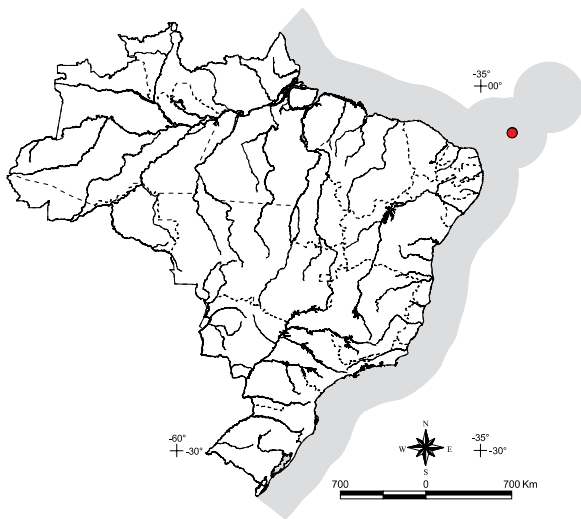
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Vivian da Silva Braz (aluna de doutorado da UnB, orientada pelo Dr. Roberto Cavalcanti) vem acompanhando indivíduos, testando territorialidade e buscando ninhos no Parque Nacional de Brasília (DF), com o objetivo de estimar o tamanho populacional da espécie nessa Unidade de Conservação. Existe um projeto aprovado no FNMA, sob execução da ONG Oréades Núcleo em Geoprocessamento, em fase de implantação, que tem como um dos objetivos coletar informações sobre a biologia de *C. caudacuta* no Parque Nacional das Emas (GO). Robson Silva e Silva (Pesquisador autônomo) também vem desenvolvendo trabalhos sobre a biologia básica da espécie, incluindo o anilhamento de alguns indivíduos em Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

64, 100, 168, 196, 235 e 457.

Autores: *Adriani Hass e Robson Silva e Silva*



Elaenia ridleyana Sharpe, 1888

NOME POPULAR: Cebito (nome local); Cocoruta

SINONÍMIAS: *Elaenia spectabilis ridleyana*

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Elaenia ridleyana é um pequeno pássaro, com cerca de 17 cm, que vive apenas no arquipélago de Fernando de Noronha. Seu colorido é discreto, cinzento amarronzado, levemente esverdeado nas partes superiores e mais claro, quase branco, no ventre. Ocupa as florestas, capoeiras e vegetação arbustivo-arbórea, inclusive jardins. Consome vários itens alimentares, mas prefere insetos voadores e mesmo larvas de várias espécies, além de frutos pequenos, em particular de uma espécie de figueira (*Ficus noronhae*) exclusiva de Fernando de Noronha. Constrói um ninho delicado, feito com ramos, pequenos gravetos, em forquilha ou em galhos protegidos. É reconhecida como a espécie menos comum entre as três outras aves residentes do arquipélago. Sua população, embora haja divergências quanto aos números (que variam entre 100 e 1.000 indivíduos), deve estar por volta de 500 aves. A área total ocupada por essa espécie, talvez uma das menores dentre as aves brasileiras, é de 18 km².

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Restrita ao arquipélago de Fernando de Noronha, ocupando apenas a ilha Principal e a ilha Rata.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA Marinho de Fernando de Noronha (PE), Unidade de Conservação com mais de 11.000 ha, porém mais voltada para a proteção do ambiente marinho. Uma parte expressiva da ilha principal encontra-se fora desse Parque.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As ameaças contra essa espécie são aquelas já consideradas clássicas envolvendo o arquipélago de Fernando de Noronha. A principal delas é a alteração dos ambientes florestais, pelo corte de árvores e modificação drástica da paisagem, para estabelecimento de moradias e aproveitamento turístico. A predação por parte de animais exóticos ali existentes, sejam domésticos (gatos e ratos) ou silvestres (lagartos), também constitui uma ameaça importante. A captura, ainda que oportunística e casual, deve ser considerada relevante, levando-se em consideração a pequena população e o grande grau de endemismo. Além disso, já foram encontrados diversos indivíduos atropelados por carros de turistas, o que parece ser uma ameaça adicional, visto o reduzido número de aves existentes.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessária e urgente a promoção de pesquisas destinadas a uma estimativa precisa da população desta espécie, aspecto que tem especial importância em propostas futuras para a conservação. Da mesma



forma, é imprescindível que se realizem estudos para identificar várias de suas exigências ecológicas, bem como a história natural como um todo, informações essas consideradas ainda incipientes. Sugere-se também o controle de espécies domésticas e exóticas, que poderia ser aplicado como prática conservacionista para todas as espécies nativas do arquipélago.

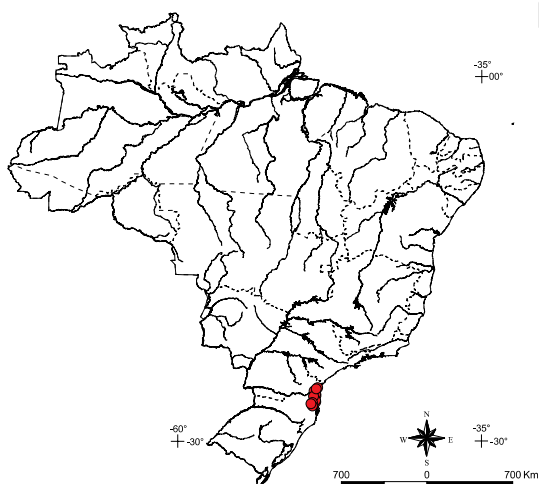
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não existem pesquisas sendo desenvolvidas com essa espécie.

REFERÊNCIAS

73, 445 e 457.

Autor: *Fernando Costa Straube*



Hemitriccus kaempferi (Zimmer, 1953)

NOME POPULAR: Maria-catarinense; Sebinho-de-peito-camurça

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: PR (CR)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Hemitriccus kaempferi foi descrita em 1953, a partir de uma fêmea coletada em 03 de junho de 1929, por Emil Kaempfer, na região do Salto do Pirai, em Joinville (SC). Não obstante algumas tentativas de reencontrar a espécie na década de 1980, no local onde havia sido coletada, até 1991 a maria-catarinense permaneceu conhecida apenas pelo espécime-tipo, quando M. Pearman encontrou um indivíduo, após dois dias de procura, na região do Salto do Pirai, mesmo ano em que foi divulgada a localização de um segundo espécime, coletado em 1950, em Brusque (100 km ao sul da localidade-tipo), e que está no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Posteriormente, em diversas outras ocasiões, a espécie foi registrada no Salto do Pirai e localizada em duas novas áreas: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Volta Velha, em Itapoá, extremo nordeste de Santa Catarina, e a baía de Guaratuba, no sudeste do Paraná. Este pequeno tiranídeo de cerca de 10 cm possui o dorso predominantemente marrom-oliva, com as costas puxando para o verde, face marrom um pouco mais clara que o resto da cabeça, peito marrom-acinzentado, abdômen amarelado, rêmiges secundárias marginadas de amarelo-pálido, terciárias marginadas de branco e cauda alargada na ponta. Habita as florestas de planície, incluindo bordas de mata e mesmo vegetação secundária, com altura de dossel por volta de 12-15 m, estando aparentemente associado a cursos d'água. Vive no estrato herbáceo, normalmente entre 1 e 3 m de altura (ocasionalmente subindo até 6 m), onde se movimenta constantemente, tal como diversas outras espécies do gênero. Alimenta-se de insetos capturados em vãos rápidos ou encontrados entre as folhas das árvores. Aparentemente, não participa de bandos mistos de aves, embora eventualmente possa forragear próximo a outras espécies. Muito pouco é conhecido acerca da ecologia dessa espécie.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Conhecida do nordeste de Santa Catarina (Salto do Piraí, Joinville; Itapoá) e sudeste do Paraná (Baía de Guaratuba), havendo ainda um registro antigo para Brusque, em Santa Catarina. Apesar dos constantes esforços para localizar novamente a espécie em Brusque, até o momento todas as tentativas foram frustradas, mesmo havendo habitat adequado, ainda que com grande fragmentação. Todavia, registros recentes para o vale do Itajaí reforçam a hipótese de que *H. kaempferi* ainda ocorra nesse município. Registros inéditos obtidos por E. Carrano ampliam a área de ocorrência da espécie para as seguintes localidades: Parque Nacional Saint-Hilaire Lange e Estação Ecológica Estadual do Guaraguaçu (Paranaguá), ambas no Paraná; São Francisco do Sul, Blumenau, Morro do Baú (município de Ilhota), Barra Velha e Itajuba/Piçarras, em Santa Catarina.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

RPPN Volta Velha (SC); APA Estadual de Guaratuba, PARNA Saint-Hilaire Lange e EE Estadual do Guaraguaçu (PR).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Distribuição restrita da espécie, agravada pela perda de habitat (florestas de baixada litorânea) causada pelo desmatamento, é a principal ameaça. Vários municípios onde a espécie foi registrada vêm apresentando grande crescimento demográfico nos últimos anos (Guaratuba – 4,76%; Barra Velha – 4,45%, Piçarras – 3,74%; Itapoá – 9,28%). A similaridade morfológica com outras aves da família Tyrannidae e o pouco conhecimento sobre o repertório vocal da espécie dificultam novos registros e estudos. As Unidades de Conservação no Paraná não têm sido efetivas na contenção do desmatamento e conseqüente ameaça à espécie (M. Bornschein, com. pess.).

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Embora a Estação Ecológica do Bracinho (Estadual) seja citada como uma Unidade de Conservação que protege a espécie, na verdade o tipo de habitat onde *H. kaempferi* é encontrado não está englobado nesta Unidade de Conservação, como já foi bem destacado por outros pesquisadores. A ampliação da Estação Ecológica do Bracinho ou mesmo a criação de uma nova Unidade de Conservação que contemple as matas de vale e baixada do Piraí e Vila Nova seria bastante desejável. São também extremamente importantes maior fiscalização e coibição do desmatamento das áreas de floresta de planície, notadamente na baía de Guaratuba e Itapoá, município este que teve o maior crescimento demográfico do Estado de Santa Catarina, entre 1991-2000. A ampliação do Parque Nacional Saint-Hilaire Lange, englobando áreas de floresta de planície, é outra medida que ajudaria na conservação da espécie.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

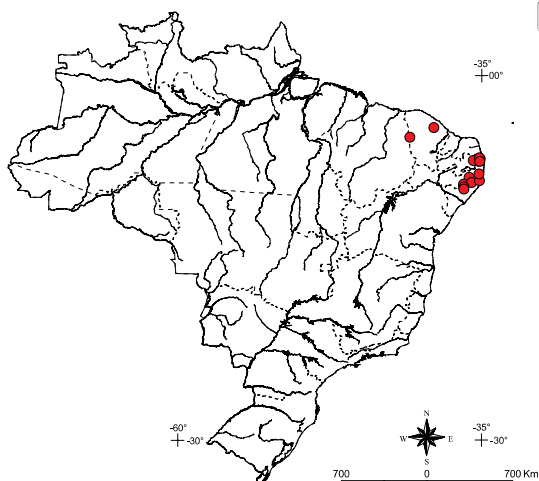
Marcos R. Bornschein (Pesquisador autônomo); Bianca Luiza Reinert (UNESP – Rio Claro); Eduardo Carrano (PUC/PR).

REFERÊNCIAS

39, 116, 136, 242, 432, 509 e 562.

Autores: Vítor de Queiroz Piacentini, Carlos Alberto Borchardt-Júnior e Eduardo Carrano





Hemitriccus mirandae (Snethlage, 1925)

NOME POPULAR: Maria-do-nordeste

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Hemitriccus mirandae é um pequeno pássaro de plumagem predominantemente esverdeada no dorso e bege levemente amarelado no ventre, especialmente na barriga. É notável um anel periocular esbranquiçado, pouco mais escuro na linha loreal. As rêmiges terciárias têm uma borda amarelada, destacando-se na visão dorsal. Mede cerca de 10 cm e é um típico representante do sub-bosque das florestas semidecíduais densas e bem preservadas do Nordeste brasileiro, que ocorrem em diferentes elevações. A altitude mínima de registro é de 58 m (Estação Ecológica do Tapacurá, PE) e a máxima alcança 980 m acima do nível do mar (Brejo dos Cavalos, PE). Eventualmente, pode ocorrer em matas menos preservadas, em suas bordas e também em capoeiras e adensamentos de palmeiras. É possível que ocorra em diversas outras áreas de sua distribuição, fato ainda não confirmado pelo pouco conhecimento de suas exigências de ambiente. Habita o interior e as bordas de matas tardias ou secundárias, preferencialmente no sub-bosque médio baixo, a pouca altura do solo, onde geralmente vive só. Vocaliza durante muito tempo, completamente imóvel em um galho, interrompendo apenas para capturar insetos nas proximidades e, retornando ao mesmo galho, continua a vocalização. Alimenta-se de pequenos insetos, que captura por meio de vãos rápidos de assalto, colhendo-os em voo ou diretamente sob as folhas.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Restrita ao Nordeste brasileiro, onde aparentemente possui distribuição disjunta em dois blocos: Ceará (elevações das serras do Baturité e Ibiapaba) e Paraíba-Pernambuco-Alagoas (Areia/PB, Jaqueiras/PE; Garanhuns e Lagoa do Ouro/PE; Pedra Talhada e Murici/AL). Possivelmente, possuiu uma área de distribuição original muito maior, que parece confinada, presentemente, a alguns sítios específicos que foram preservados, especialmente aqueles que restaram em decorrência de orografia. Mais recentemente, novos registros da espécie foram obtidos, e sua área de distribuição agora inclui também as áreas de terras baixas do Nordeste.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Principalmente em áreas protegidas que contenham encraves de floresta úmida, dentro do bioma da Caatinga, nos chamados “brejos de altitude”. Ocorre no Parque Ecológico de Guaramiranga e PARNA de Ubajara (CE); REBIO de Pedra Talhada (AL/PE); EE do Tapacurá, RPPN Frei Caneca e PM Vasconcelos Sobrinho (PE); Reserva Ecológica Mata do Pau Ferro, REBIO Guaribas e RPPN Fazenda Pacatuba (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Destruição das florestas primárias que restaram em sua já restrita área de distribuição, favorecendo extinções locais de populações pequenas e um forte isolamento genético, pela impossibilidade de

deslocamento entre fragmentos em que ocorre, decorrente do pequeno potencial de vôo e natureza sedentária. A utilização dessas áreas naturais decorre do estabelecimento de extensas áreas com plantações (particularmente de cana-de-açúcar), mas também de aproveitamento imobiliário, uma vez que coincidem com zonas de grande potencial turístico. Ações indiretamente relacionadas, mas igualmente relevantes, tais como extrativismos seletivos de essências arbóreas de grande valor comercial, bem como queimadas para facilitar o trabalho da colheita da cana-de-açúcar, são também ameaças importantes.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Recomenda-se pesquisa intensiva com a finalidade de encontrar novas populações da espécie, visando um planejamento conservacionista e, se possível, a criação de novas Unidades de Conservação que permitam a preservação das populações ainda viáveis. Áreas já protegidas merecem ações de fiscalização e recuperação da vegetação original, aspecto já em progresso em Serra Talhada (CE) e que deve ser expandido para outros sítios de ocorrência.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil; Galileu Coelho (Pesquisador autônomo).

REFERÊNCIAS

74, 387, 391, 421, 422 e 426.

Autores: *Fernando Costa Straube e Sônia Aline Roda*



Phylloscartes beckeri Gonzaga & Pacheco, 1995

NOME POPULAR: Borboletinha-baiano

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phylloscartes beckeri é um pequeno pássaro com cerca de 12 cm, caracterizado pela plumagem predominantemente verde olivácea, com a cabeça tingida de cinza e regiões loreal, peri-ocular e superciliar bege-amareladas. Nas partes centrais é amarelado claro, quase branco na garganta. As asas, em tom marrom escuro, têm duas faixas amareladas nas coberteiras e as rémiges são marginadas de verde claro. Seu habitat preferencial são as florestas preservadas ou pouco alteradas, em regiões montanhosas (de altitude entre 800 e 1.200 m), com abundantes rios e córregos e vegetação densa. Vive nas bordas ou dentro da mata, deslocando-se por entre as ramagens a média altura, especialmente nas copas. Com



muita frequência, associa-se a outras espécies de insetívoros ou mesmo frugívoros, compondo bandos mistos. Faz curtos e rápidos vôos para aprisionar seu alimento, composto principalmente por pequenos insetos, em especial besouros.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie é conhecida apenas nos fragmentos florestais montanos ao redor de sua localidade-tipo (7 km a sudeste de Boa Nova, na Bahia), na região do complexo de serras Lontras-Javi, bem como em alguns pontos da Chapada Diamantina, na Bahia.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

PARNA da Chapada Diamantina (BA).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

É uma espécie com grande restrição pelo hábitat natural, estando, inclusive, confinada a uma pequena área de distribuição. A principal ameaça, portanto, está na destruição e descaracterização do ambiente em que ocorre, bastante intensificadas na região de Boa Nova, sua localidade-tipo. Da mesma forma, a fragmentação também é fator importante para a sobrevivência das populações, uma vez que muitas áreas onde a espécie ocorria originalmente foram isoladas, sem qualquer possibilidade de fluxo gênico entre as populações residuais.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Já em sua descrição original, os autores alertaram para o sério problema ambiental a que está submetida a espécie e várias outras de relevante interesse conservacionista na região. Nesse sentido, apontaram para a urgência de localizar remanescentes de porte razoável entre a serra da Ouricana e a Chapada Diamantina que tivessem características orográficas similares às da localidade-tipo da espécie, a fim de criar novas Unidades de Conservação.

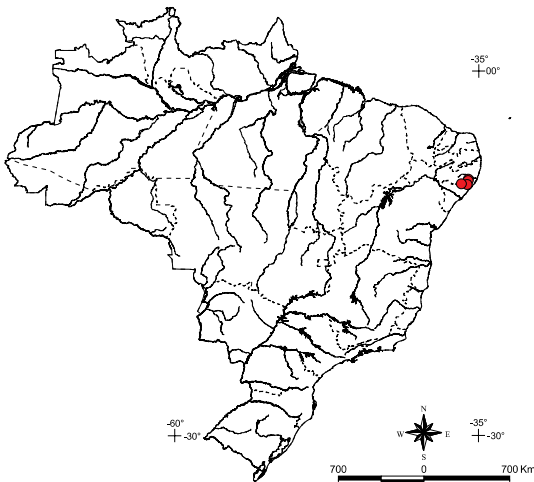
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Autores da espécie: Luiz Pedreira Gonzaga (UFRJ) e José Fernando Pacheco (CBRO), bem como as equipes da BirdLife International e do IESB.

REFERÊNCIAS

65 e 222.

Autores: *Fernando Costa Straube e Alberto Urben-Filho*



Phylloscartes ceciliae Teixeira, 1987

NOME POPULAR: Cara-pintada

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): EN

Brasil (Biodiversitas, 2002): **EN – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phylloscartes ceciliae é um pequeno pássaro, com pouco mais que 12 cm, de coloração verde olivácea, com uma longa linha superciliar esbranquiçada. Ventralmente, é quase branco, com os flancos do peito verdes e a barriga amarelada. As asas e cauda são em tom marrom-escuro, com duas linhas alares amarelas. Vive nas florestas úmidas de meia altitude no Nordeste do Brasil, associando-se frequentemente a bandos mistos do estrato médio e copa das árvores. Desloca-se rapidamente por entre as ramagens, capturando pequenos insetos que caça nos galhos e nas folhas. É uma espécie pouco conhecida, rara e confinada a pouquíssimas áreas dos Estados de Alagoas e Pernambuco.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Conhecida de poucas localidades nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Atualmente, é encontrada em Pernambuco, na Reserva Particular do Patrimônio Natural Frei Caneca, no Brejo de Cavalos e na Mata do Estado. Em Alagoas, ocorre no Engenho Coimbra e nas Reservas Biológicas de Pedra Talhada e Murici.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

REBIO da Pedra Talhada e REBIO Murici (AL). Apenas recentemente foi encontrada na RPPN Frei Caneca (PE).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

É uma espécie de distribuição geográfica naturalmente restrita, confinada a uma região severamente atingida pela ação humana, resultando em redução gradual de áreas de ocorrência e exagerada fragmentação de seu habitat. A alteração dos ambientes onde a espécie ocorreu deve-se basicamente à utilização para a agricultura, em especial a cana-de-açúcar. Atividades paralelas também se mostram nocivas, como as queimadas regulares realizadas nessas plantações e que atingem ao menos indiretamente as matas adjacentes. Ações ilegais de extrativismo de espécies arbóreas de interesse econômico também têm sido importantes na redução de sua área de ocorrência e descaracterização dos habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessário incrementar as atividades das poucas Unidades de Conservação onde a espécie ocorre, particularmente quanto à fiscalização, a fim de evitar alterações do ambiente. Pesquisas de campo para localizar novas populações e, eventualmente, reconhecê-las como áreas protegidas são também importantes, bem como a busca por novos locais onde potencialmente ocorre e, obviamente, a obtenção de informações relevantes sobre sua história natural.



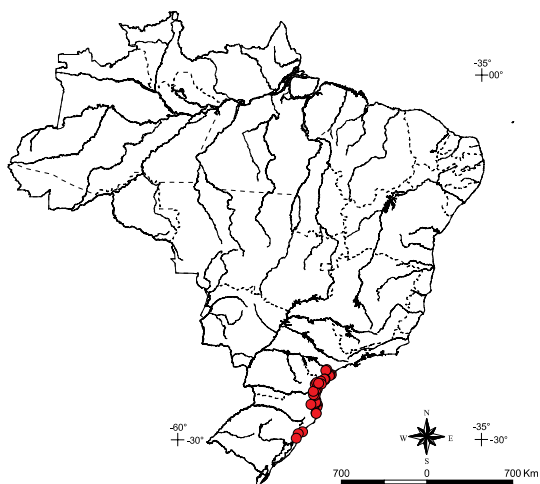
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Roda (CEPAN); BirdLife International – Programa Brasil. Pela SNE, Fábio Olmos (Pesquisador autônomo e CBRO) desenvolve um projeto com a espécie mediante financiamento do Programa de Proteção às Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira, coordenado em parceria pela Fundação Biodiversitas e CEPAN.

REFERÊNCIAS

37, 78, 474 e 496.

Autores: *Fernando Costa Straube e Alberto Urben-Filho*

**Phylloscartes kronei** Willis & Oniki, 1992

NOME POPULAR: Maria-da-restinga

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: SP (VU); RS (VU); PR (VU)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): VU

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phylloscartes kronei, pequeno pássaro endêmico da baixada litorânea do Sul e Sudeste do Brasil, só foi reconhecido como espécie independente no início da década passada. É típico de restingas da planície costeira do país, mas também pode ser encontrado em capoeiras, bordas de mata e outras formações vegetais de pequeno porte em áreas de baixa altitude. Muitos dos registros de sua espécie-irmã (*Phylloscartes ventralis*) para o litoral de Santa Catarina provavelmente se referem à maria-da-restinga. Recentemente, este pássaro foi também encontrado mais para o interior do Estado, registro que representa inclusive a altitude máxima conhecida para a espécie, de 450 m. Este tiranídeo de 12 cm de comprimento possui coloração predominantemente verde amarelada, com o dorso tendendo a verde-oliva e o ventre mais claro, amarelado no abdômen. Diferencia-se de *P. ventralis* principalmente pela faixa superciliar amarela –, e não branca – pela face mais amarelada e com mancha auricular mais escura, bem como por diferenças biométricas na largura do bico e comprimento da cauda. Contudo, tais diferenças são pouco perceptíveis em campo (notadamente as morfométricas), sendo mais facilmente identificado pela voz. Forrageia normalmente próximo às folhas mais externas das copas das árvores, sempre procurando insetos e outros invertebrados em meio à folhagem, mas eventualmente pode ingerir pequenos frutos. Participa muitas vezes de bandos mistos de aves. É importante ressaltar que, eventualmente, *P. kronei* e *P. ventralis* podem ser encontrados em simpatria, como já observado no Rio Grande do Sul e no Paraná.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre do vale do Ribeira, no sudeste de São Paulo, até o nordeste do Rio Grande do Sul, sempre acompanhando a restinga e outras formações vegetais similares da planície litorânea. Atualmente, essa distribuição é muito reduzida, em função das modificações no seu ambiente.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE Juréia-Itatins e PE da Ilha do Cardoso (SP); RPPN Salto Morato, PARNA Saint-Hilaire-Lange, PE do Palmito, Parque Florestal do Rio da Onça e EE Estadual do Guaraguaçu (PR); RPPN Volta Velha e PE da Serra do Tabuleiro (SC); PE de Itapeva (RS).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Perda de hábitat e isolamento das populações, em decorrência da forte especulação imobiliária e expansão agropecuária em áreas de restinga e floresta ombrófila densa de terras baixas, onde estão mais concentradas as populações desta espécie, são as principais ameaças. Entretanto, a plasticidade de *P. kronei* para ocupar áreas de capoeira e mesmo áreas abertas pode minimizar alguns dos efeitos dessas ameaças.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É importante implementar um sistema de Unidades de Conservação interligadas na baixada litorânea, principalmente nas áreas onde a espécie já foi registrada, buscando deter o seu declínio, bem como a ampliação das Unidades de Conservação já existentes. Estudos sobre biologia e ecologia de *P. kronei* são importantes para a obtenção de dados capazes de indicar estratégias mais efetivas à sua conservação. A fiscalização mais ostensiva, sobretudo nas áreas de restingas, é importante para a proteção do hábitat da espécie.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

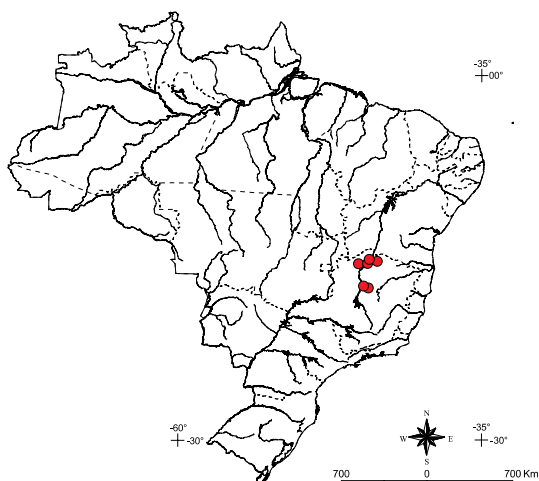
Atualmente não existem pesquisas sendo realizadas com esta espécie.

REFERÊNCIAS

38, 51, 53, 127, 308, 364, 493 e 544.

Autores: Vítor de Queiroz Piacentini, Eduardo Carrano, Carlos Alberto Bouchardt Júnior e Fernando Costa Straube





Phylloscartes roquettei Snethlage, 1928

NOME POPULAR: Cara-dourada

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: MG (EN)

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): CR

Brasil (Biodiversitas, 2002): **CR – B1ab(i)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Phylloscartes roquettei foi descrito com base em um exemplar coletado em 03 de julho de 1926, em Brejo Januária (hoje Brejo do Amparo), na margem esquerda do rio São Francisco, norte de Minas Gerais. É uma espécie de pequeno porte, chegando a apenas 11,5 cm de comprimento total. Possui a plumagem verde-olivácea, com loros e fronte em tom avermelhado-pálido e barras amareladas nas asas. As partes inferiores têm coloração próxima ao amarelo-pálido, sendo a garganta nesta cor mais viva. A cauda é longa e o formato do corpo e a postura são característicos do gênero. Após sua descrição, a espécie foi reencontrada apenas em 1977-1978, na região de Januária (MG), onde foram observados exemplares em áreas de mata seca, em ambas as margens do rio São Francisco. Buscas posteriores nesta região, em 1985, 1986 e 1987, não obtiveram sucesso, mas a espécie foi localizada em Várzea da Palma, próximo a Pirapora (190 km ao sul da localidade-tipo), em 1993, sendo considerada muito rara neste sítio em 1998, 1999 e 2002, não sendo reencontrada em 2003. Um espécime macho foi coletado em Francisco Dumont (cerca de 250 km ao sul da localidade-tipo) em 1995. Essas aves são comumente vistas em pares, procuram alimento na copa das árvores mais altas, especialmente aquelas que ainda conservam suas folhas durante a estação seca. No entanto, descem até o solo para recolher material para construir o ninho, que tem formato globular e é construído a uma altura média de 10 m. Um ninho encontrado em Várzea da Palma (Córrego dos Ovos) estava praticamente pronto na quarta semana de outubro. Florestas situadas junto a cursos d'água parecem ser importantes para a espécie, já que nesse ambiente várias árvores podem reter suas folhas durante a estação seca e assim manter populações de insetos das quais a ave depende. No entanto, as matas ciliares do rio São Francisco e de seus afluentes têm sofrido um longo histórico de degradação, pela retirada de lenha e extração seletiva de madeira, que visa as árvores maiores, justamente as preferidas por *P. roquettei*. Esta é uma espécie endêmica das florestas semidecíduas, florestas de galeria e matas secas da bacia do médio São Francisco. As florestas estacionais decíduas crescem principalmente sobre solos mesotróficos, sendo caracterizadas por espécies arbóreas decíduas, como ipês (*Tabebuia* spp.), aroeiras (*Myracrodon urundeuva*) e barrigudas (*Chorisia* sp. e *Cavallinesia arborea*). A presença de espécies com madeira valiosa torna essas florestas atrativas para madeireiros e carvoeiros. As matas secas da região do Jaíba (MG) também abrigam populações de *Penelope jacucaca* e da maioria dos endemismos da Caatinga com status de conservação mais delicado (*Crypturellus noctivagus zabele*, *Megaxenops parnaguai*, *Herpsilochmus sellowi*, *Sakesphorus cristatus*, *Hylopezus ochroleucus* e *Gyallophylax hellmayri*), além de *Phyllomyias reiseri* e *Arremon franciscanus*. Matas secas semelhantes no sudoeste da Bahia abrigam um contingente similar de espécies, além de *Knipolegus franciscanus*, um aparente endemismo dessa formação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Endêmica das florestas mais secas do médio São Francisco, no norte de Minas Gerais e aparentemente no sudoeste da Bahia (J.M. Cardoso da Silva, *in litt.*). Restrita a pelo menos quatro localidades, nas

duas margens do médio São Francisco, na região de Januária, Pirapora e Francisco Dumont. O alegado registro para a Bahia deve ser adequadamente documentado.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Phylloscartes roquettei foi recentemente documentado no PARNA Cavernas do Peruaçu (MG), na margem esquerda do rio São Francisco. O registro de sua vocalização na área do Projeto Jaíba (J. F. Pacheco, *in litt.*) torna possível a sua ocorrência na REBIO do Jaíba (MG) e no PE da Mata Seca (MG). Esta possibilidade deve ser investigada.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As matas secas que crescem principalmente sobre solos mais férteis derivados do calcário Bambuí, no oeste de Minas Gerais e da Bahia, constituem uma das ecorregiões mais ameaçadas no neotrópico, por terem sido eleitas para a implantação de projetos de irrigação (Jaíba I e Jaíba II, por exemplo) promovidos pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e outras agências de desenvolvimento. Na Bahia, essas florestas também têm sido transformadas em pastagens, sendo a madeira usada para alimentar as carvoarias. Essas, por sua vez, alimentam siderúrgicas localizadas em outras regiões do Estado, constituindo uma ameaça grave em Minas Gerais, onde têm atuado mesmo em áreas protegidas. Incêndios, como os registrados recentemente nas Áreas de Preservação Permanente do Projeto Jaíba, representam um problema sério, pois degradam as florestas, transformando-as em carrascos não utilizados pela espécie.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A implementação das várias áreas protegidas já decretadas ou previstas na região da mata seca de Minas Gerais é fundamental para a conservação desta espécie, que é muito local e parece ocorrer em baixas densidades. Nesse sentido, já foi projetado um “Sistema de Áreas Protegidas da Região do Jaíba (SAP-Jaíba)”, com área total de 436 mil ha de matas secas, carrascos e Cerrados. Também devem ser coibidos a produção de carvão e novos desmatamentos nas áreas de vegetação arbórea alta, que parecem constituir o habitat preferencial da espécie.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Marcos Raposo (MNRJ).

REFERÊNCIAS

248, 406 e 543.

Autores: *Fábio Olmos e Luís Fábio Silveira*





Platyrinchus mystaceus niveigularis Pinto, 1954

NOME POPULAR: Patinho-do-nordeste; Bico-chato-miudinho (PE)

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – B2ab(ii)**

INFORMAÇÕES GERAIS

Platyrinchus mystaceus niveigularis é um táxon bem distribuído no “Centro Pernambuco”. Habita os estratos baixos e densos das florestas, assim como as bordas e ambientes mais degradados, chegando a ser abundante em algumas localidades. Geralmente, é encontrado só, vocalizando intensamente ou parado durante longo tempo e sem vocalizar. Não participa de bandos mistos e alimenta-se de insetos capturados em voo. Análises das gônadas de três indivíduos coletados em janeiro e outubro indicam que o período reprodutivo deste táxon parece ocorrer na estação seca. Apesar de haver controvérsias no reconhecimento desta subespécie, dados moleculares recentes mostram que *P. m. niveigularis* é um táxon bastante distinto de *P. cancrum* e *P. mystaceus* (José Tello, com. pess.). A altitude mínima de registro é 3 m (Recife, PE) e a máxima é de 980 m acima do nível do mar (Brejo dos Cavalos, PE).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Nordeste do Brasil, na região costeira dos Estados de Alagoas até o Rio Grande do Norte, onde foi registrado para 40 localidades.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

EE de Gurjaú, PM Vasconcelos Sobrinho (ou Brejo dos Cavalos), REBIO de Saltinho, REBIO de Caetés, RPPN Frei Caneca e RPPN Parque Dois Irmãos (PE); REBIO Guaribas e Fazenda Pacatuba (PB).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Assim como outros táxons endêmicos do “Centro Pernambuco”, a principal ameaça é o desmatamento, seguido pela destruição e/ou alteração de habitats, reduzindo assim a sua área de distribuição.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

Proteção e recuperação de habitats, além de criação de corredores ecológicos e de novas Unidades de Conservação, são estratégias essenciais à conservação deste táxon.

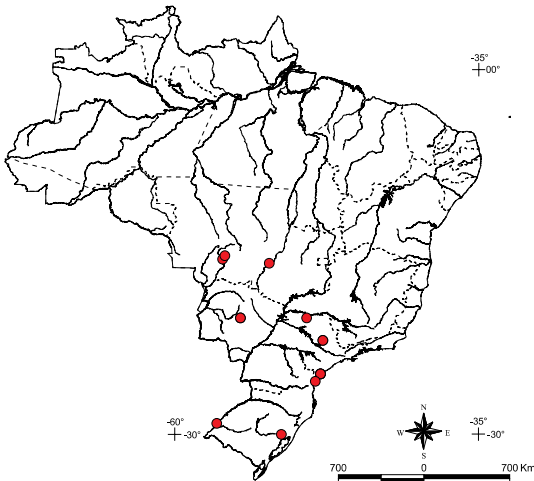
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Sônia Aline Roda (CEPAN); BirdLife - Programa do Brasil; José Tello (American Museum of Natural History, EUA).

REFERÊNCIAS

339, 421, 422, 426 e 474.

Autora: *Sônia Aline Roda*



Polystictus pectoralis pectoralis (Vieillot, 1817)

NOME POPULAR: Tricoliono-canela; Papa-moscas-canela

FILO: Chordata

CLASSE: Aves

ORDEM: Passeriformes

FAMÍLIA: Tyrannidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada

Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta

Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – A2c + 3c**

INFORMAÇÕES GERAIS

Polystictus pectoralis pectoralis é um pequeno passeriforme que mede aproximadamente 10 cm. Insetívoro, habita savanas e estepes e, especificamente no Paraná, restringe-se aos campos encharcados e secos da planície litorânea (municípios de Pontal do Paraná e Paranaguá). Embora seja considerada espécie não-migratória, os registros paranaenses, realizados ao longo do período invernal, sugerem que existam deslocamentos sazonais desta ave.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

Ocorre em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Apesar de não existirem registros dessa espécie para Santa Catarina, sua ocorrência é provável para a região de banhados e campos litorâneos (a exemplo do Paraná) ou mesmo para o oeste catarinense. Pode estar extinto no Rio Grande do Sul, onde, no entanto, o encontro de populações relictuais está condicionado a levantamentos sistemáticos nos locais de ocorrência histórica ou que abarquem suas necessidades ecológicas e biológicas.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Provavelmente ainda existe no PARNA da Chapada dos Guimarães (MT). Ocorre na EE de Itirapina (SP).

PRINCIPAIS AMEAÇAS

A principal ameaça a essa espécie é certamente a supressão de seu habitat preferencial, ou seja, as savanas, estepes e restingas. Esses tipos de vegetação têm sido erradicados em muitas porções do Brasil, sendo substituídos por monoculturas e pastos. Nas regiões litorâneas, somam-se ainda outras atividades adversas à sobrevivência da espécie, como loteamentos imobiliários em áreas de proteção permanente, uso do fogo para “limpar” áreas em sucessão vegetacional, drenagens das áreas encharcadas, construções de vias de acesso de veículos às praias, implantação de áreas de lazer ou comércio em áreas de



restinga (quadras esportivas, bares e casas noturnas) e substituição da vegetação autóctone por espécies alienígenas. A morte por intoxicação, direta ou indiretamente (ingestão de insetos contaminados, por exemplo), é esperada em áreas adjacentes a agriculturas.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A principal estratégia para a conservação de *P. p. pectoralis* consiste na conservação das estepes, savanas e restingas, mediante a instituição de Unidades de Conservação e restauração da vegetação original em áreas de preservação permanente. No caso específico das planícies litorâneas, o desenvolvimento de uma política que vise o uso ordenado e que tenha como objetivo a conservação dos habitats vestigiais do litoral, com especial ênfase aos empreendimentos imobiliários, deve ser considerado como prioridade. Julga-se ainda relevante intensificar a fiscalização de atividades irregulares, especialmente de desmatamentos, nas áreas adjacentes aos registros conhecidos. Buscas por populações relictuais, seguidas de pesquisas sistemáticas que investiguem aspectos da biologia e ecologia desse passeriforme, terão importante papel na efetividade de propostas de medidas para a conservação dessa e de outras espécies, com certo grau de restrição quanto à ocupação das savanas, estepes e restingas brasileiras.

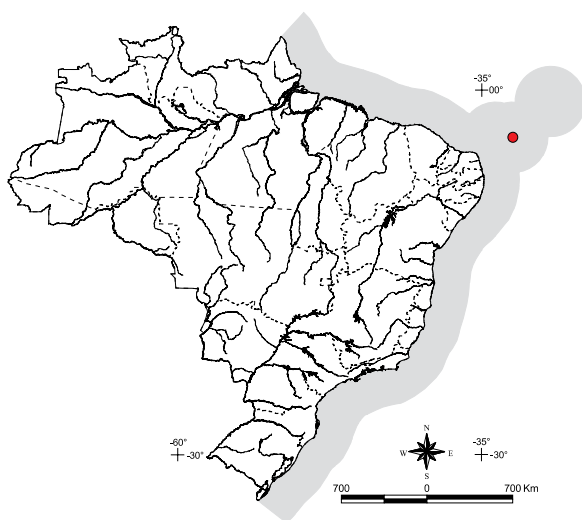
ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não estão sendo desenvolvidas pesquisas com essa espécie.

REFERÊNCIAS

91, 92, 93, 136, 262, 373 e 450.

Autores: *Alberto Urben-Filho e Fernando Costa Straube*



Vireo gracilirostris Sharpe, 1890

NOME POPULAR: Juruviara-de-noronha
FILO: Chordata
CLASSE: Aves
ORDEM: Passeriformes
FAMÍLIA: Vireonidae

STATUS DE AMEAÇA

Brasil (MMA, IN 03/03): Ameaçada
Estados Brasileiros: não consta

CATEGORIAS RECOMENDADAS

Mundial (IUCN, 2007): não consta
Brasil (Biodiversitas, 2002): **VU – D2**

INFORMAÇÕES GERAIS

Vireo gracilirostris é um pequeno pássaro com cerca de 15 cm de comprimento total, de colorido pouco destacado: verde-acinzentado e apagado nas partes superiores, e marrom-claro, quase esbranquiçado, no ventre. Apresenta uma linha superciliar notável, de cor branca. Espécie pouco conhecida, mas frequentemente encontrada em Fernando de Noronha, onde habita tanto as florestas e suas bordas quanto capoeiras, frutíctos, jardins e áreas arborizadas, em particular as copas de figueiras. Alimenta-se principalmente de frutos e insetos que, em geral, captura em rápidos vôos de assalto nas copas das árvores. Estima-se que sua população esteja em torno de 1.000 indivíduos.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

A espécie é endêmica da ilha de Fernando de Noronha, com registros esparsos em ilhas secundárias que compõem o arquipélago.

PRESENÇA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Ocorre no PARNA Marinho de Fernando de Noronha (PE) - cerca de 11.000 ha. Entretanto, essa Unidade de Conservação é mais voltada para a proteção do ambiente marinho e uma parte da área deste arquipélago encontra-se fora do Parque.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

As ameaças contra *V. gracilirostris* são aquelas já consideradas clássicas envolvendo o arquipélago de Fernando de Noronha: alteração – já secular – dos ambientes florestais, pelo corte de árvores e modificação drástica da paisagem, para estabelecimento de moradias e aproveitamento turístico. Também é importante a predação por parte de animais exóticos ali existentes, sejam domésticos (gatos e ratos), sejam silvestres (lagartos). Captura, ainda que oportunística e casual, deve ser considerada relevante, levando-se em consideração a pequena população e o grande grau de endemismo.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

É necessária e urgente a promoção de pesquisas visando a estimativa precisa da população desta espécie, aspecto que tem especial importância em propostas futuras para sua conservação. Da mesma forma, é imprescindível que se realizem estudos para identificar várias de suas exigências ecológicas, bem como da história natural como um todo, informações essas que devem ser consideradas ainda incipientes. Sugere-se também o controle de espécies domésticas e exóticas, sistemática que poderia ser aplicada como prática conservacionista para todas as espécies nativas do arquipélago.

ESPECIALISTAS/NÚCLEOS DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO

Atualmente não estão sendo desenvolvidas pesquisas com *V. gracilirostris*.

REFERÊNCIAS

83, 445 e 457.

Autor: *Fernando Costa Straube*



Referências Bibliográficas

1. Abe, L.M. 2000. Ecologia, distribuição e monitoramento de uma população de papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*) na região metropolitana de Curitiba, Paraná. Florianópolis, *Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.226.
2. Accordi, I.A. 2003. *Circus cinereus*. In: C.S. Fontana, G.A. Bencke e R.E. Reis (ed.). *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EDIPUCRS. 632p.
3. Accordi, I.A. 2003. Contribuição ao conhecimento ornitológico da Campanha gaúcha. *Atualidades Ornitol.* 112:12.
4. Accordi, I.A. 2003. *Estrutura Espacial e Sazonal da Avifauna e Considerações sobre a Conservação de Aves Aquáticas em uma Área Úmida no Rio Grande do Sul, Brasil*. Dissertação de Mestrado – Ecologia. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
5. Albuquerque, J.L.B. & F.M. Bürggemann. 1996. Avifauna do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, Santa Catarina, Brasil e suas implicações para sua conservação *Acta Biol. Leopoldesia*. 18(1):47-68.
6. Aleixo, A. & M. Galetti. 1997. The conservation of the avifauna in a lowland Atlantic Forest in south-east Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 7:235-261.
7. Almeida, A.C.C. 1992. *Taxonomia e distribuição geográfica de duas populações de Picumnus no nordeste do Brasil, com considerações zoogeográficas (Piciformes, Picidae)*. Dissertação de Conclusão de Curso – Ciências Biológicas. Paraíba, Universidade Federal da Paraíba.
8. Almeida, A.C.C. & D.L.M. Teixeira. 1994. Estudo da avifauna da Reserva Biológica Guaribas, Paraíba. Recife, *Resumos do IV Congresso Brasileiro de Ornitologia*. Sociedade Brasileira de Ornitologia. Vol. 1. p.51.
9. Alves, V.S., A.B.A. Soares e G.S. do Couto. 2004. Aves marinhas e aquáticas das ilhas do litoral do estado do Rio de Janeiro, p.83-100. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.
10. Alves, V.S., A.B.A. Soares, G.S. do Couto, A.B.B. Ribeiro e M.A. Efe. 1997. Aves do Arquipélago dos Abrolhos, Bahia, Brasil. *Ararajuba*. 5:209-218.
11. Alves, V.S., A.B.A. Soares, G.S. do Couto, A.B.B. Ribeiro e M.A. Efe. 2000. *As Aves do Arquipélago de Abrolhos (Bahia, Brasil)*. Brasília: IBAMA. 40p.
12. Alves, V.S., A.B.A. Soares, G.S. do Couto, M.A. Efe e A.B.B. Ribeiro. 2004. Aves marinhas de Abrolhos, p.213-232. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.
13. Andrade, M.A. 1998. *Tigrisoma fasciatum* (Such, 1825), p.193-194. In: A.B.M. Machado, G.A.B. Fonseca, R.B. Machado, L.M.S. Aguiar e L.V. Lins (ed.). *Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 608p.
14. Anjos, L. dos. 1992. *Riqueza e abundância de aves em “ilhas” de Floresta com Araucária*. Tese de Doutorado – Zoologia. Universidade Federal do Paraná.
15. Anjos, L. dos. 2002. Forest bird communities in the Tibagi River Hydrographic basin, Southern Brazil. *Ecotropica*. 8:67-79.
16. Anjos, L. dos & R. Bóçon. 1992. Primeiros registros de *Biatas nigropectus* no Estado do Paraná. *Resumos do II Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.53.
17. Anjos, L. dos & V. Graf. 1993. Riqueza de aves da fazenda Santa Rita, região dos Campos Gerais, Palmeira, Paraná, Brasil. *Revta. Brasil. Zool.* 10(4):673-698.
18. Anjos, L. dos & K.L. Schuchmann. 1997. Biogeographical affinities of the avifauna of the Tibagi river basin, Paraná drainage system, southern Brazil. *Ecotropica*. 3(1):43-66.
19. Anjos, L. dos & R. Bóçon. 1999. Bird communities in natural forest patches in Southern Brazil. *Wilson Bull.* 11(2):397-414.
20. Anjos, L. dos, K.L. Schuchmann and R.A. Berndt. 1997. Avifaunal composition, species richness, and status in Tibagi River Basin, Paraná state, Southern Brazil. *Ornitol. Neotrop.* 8:145-173.
21. Antas, P. de T.Z. 1991. Status and conservation of seabirds breeding in brazilian waters. In: J.P. Croxall (ed.). *Seabird status and conservation: a supplement. ICBP Tech. Public.* 11:141-158. 314p.
22. Antas, P. de T.Z. 2002. Notas sobre *Penelope ochrogaster* na Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC-Pantanal, Brasil. *Bull. Cracid Specialist Group*. 14:3-9.
23. Antas, P. de T.Z. 2005. *Aves da Reserva Natural Serra das Almas*. Disponível em: http://www.acaatinga.org.br/sa_lista_aves.htm. Acesso em: 30 nov. 2005.
24. Antas, P. de T.Z. & Jr. H. Palo. 2004. *Pantanal: Guia de aves*. Rio de Janeiro: SESC.

25. Arballo, E. & J. Cravino. 1999. *Aves del Uruguay. Struthioniformes a Gruiformes*. Vol. 1. Montevideo: Hemisferio Sur.
26. Ashmole, N. & H. Tovar. 1968. Prolonged parental care in Royal Terns and other birds. *Auk*. 85:90-100.
27. Azeredo, R. 1998. *Penelope ochrogaster* (Pelzeln, 1870), p.236-237. In: A.B.M. Machado, G.A.B. Fonseca, R.B. Machado, L.M.S. Aguiar e L.V. Lins (ed.). *Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Fundação Biodiversitas. 608p.
28. Azevedo Jr., S.M. 1990. A Estação Ecológica do Tapacurá e suas Aves. Recife, *Resumos do IV Encontro Nacional de Anilhadores de Aves*. UFRPE. p.92-99.
29. Azevedo Jr., S.M., J.L.X. Nascimento e I.L.S. Nascimento. 2000. Novos registros de ocorrência de *Antilophia bokermanni* (Coelho & Silva, 1999) na Chapada do Araripe, Ceará, Brasil. *Ararajuba*. 8(2):133-134.
30. Azevedo Jr., S.M., A.G.M. Coelho, M.E. Larrazabal, R.L. Neves e W. Telino Jr. 1998. Conservação e diversidade das aves da reserva ecológica de Dois Irmãos, p.241-252. In: I.C. Machado, A.V. Lopes e K.C. Porto (org.). *Reserva Ecológica de Dois Irmãos: estudos em um remanescente de Mata Atlântica em área urbana (Recife, Pernambuco, Brasil)*. Recife.
31. Azpiroz, A. 2000. Biología y conservación del Dragón (*Xanthopsar flavus*, Icteridae) em la Reserva de Biosfera Bañados del Este. Rocha, PROBIDES (Documentos de Trabajo, 29).
32. Azpiroz, A. 2001. *Aves del Uruguay. Lista e introducción a su biología y conservación*. Montevideo: GUPECA.
33. Bagno, M.A. & L.C. Baumgarten. 1998. Dados sobre a biologia da águia-cinzenta (*Harpyaliaetus coronatus*) (Vielliot, 1817) em áreas de Cerrado. Rio de Janeiro, *Resumos do VI Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.132.
34. Bampi, M.I. & M. Da-Ré. 1994. Recovery program for the Spix's Macaw (*Cyanopsitta spixii*): Conservation in the wild and reintroduction program. Loro Parque, Tenerife, *Proceedings of the III International Parrot Convention*. p.188-94.
35. Baptista, L.F., P.W. Trail and H.M. Horblit. 1997. Family Columbidae (Pigeons and Doves), p.60-243. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 4. Sandgrouse to Cuckoos. Barcelona, Lynx Edicions.
36. Barnett, J.M., C.J. Carlos and S.A. Roda. 2003. New site for the Alagoas endemics. *Cotinga*. 20:13.
37. Barnett, J.M., C.J. Carlos and S.A. Roda. 2005. Renewed hope for the threatened avian endemics of northeastern Brazil. *Biodiversity and Conservation*. 14:2265-2274.
38. Barnett, J.M., J. Minns, G.M. Kirwan e H. Remold. 2004. Informações adicionais sobre as aves dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. *Ararajuba*. 12(1):55-58.
39. Barnett, J.M., G.M. Kirwan, M. Pearman, L.N. Naka and J.A. Tobias. 2000. Rediscovery and subsequent observations of Kaempfer's Tody-Tyrant *Hemitriccus kaempferi* in Santa Catarina, Brazil, with notes on conservation, life history and plumage. *Bird Conserv. Intern.* 10:371-379.
40. Barnett, J.M., J. Klavins, H. del Castillo, E. Coconier and R. Clay. 2004. *Nothura minor* (Tinamidae) a globally threatened Cerrado species new to Paraguay. *Ararajuba*. 12(2):153-155.
41. Barros, Y.M. 2001. *Biologia Comportamental de Propyrrhura maracana* (Aves – Psittacidae): Fundamentos para conservação in situ de *Cyanopsitta spixii* (Aves – Psittacidae) na caatinga. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP, Universidade Estadual Paulista.
42. Baudet, G. 2001. Primeira observação do entufado-baiano (*Merulaxis stresemanni*) na natureza. *Tangara*. 1:51-56.
43. Bauer, C. 1999. *Padrões atuais de distribuição de aves florestais na região sul do estado do Espírito Santo, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
44. Bauer, C., J.F. Pacheco, A.C. Venturini and B.M. Whitney. 2000. Rediscovery of the Cherry-throated Tanager *Nemosia rourei* in southern Espírito Santo, Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 10:93-104.
45. Bauer, C., J.F. Pacheco, A.C. Venturini, P.R. Paz, M.P. Rehen e L.P. Carmo. 1998. O primeiro registro documentado do séc. XX da saíra-apunhalada, *Nemosia rourei* (Cabanis, 1870), uma espécie enigmática do sudeste do Brasil. *Atualidades Ornitol.* 82:6.
46. Belmonte-Lopes, R., R.M. Nagata, A.M.X. Lima, M.M. Guarido e J.L.F. Barros Jr. 2004. Macuquinho-da-várzea (*Scytalopus iraiensis*). Blumenau, *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
47. Belton, W. 1984. Birds of Rio Grande do Sul, Brazil. Part. I. Rheidae through Furnariidae. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.* 178(4):369-636.
48. Belton, W. 1994. *Aves do Rio Grande do Sul, distribuição e biologia*. São Leopoldo: Ed. Unisinos.
49. Bencke, G.A. 2001. *Lista de referência das aves do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul.



50. Bencke, G.A. & A. Kindel. 1999. Bird counts along an altitudinal gradient of Atlantic forest in northeastern Rio Grande do Sul, Brazil. *Ararajuba*. 7(2):91-107.
51. Bencke, G.A., A. Kindel e J.K. Mähler Jr. 2000. Adições à avifauna de Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, p.317-323. In: M.A.S. Alves, J.M.C. Silva *et al.* (org.) *A ornitologia no Brasil: pesquisa atual e perspectivas*. Rio de Janeiro, EDUERJ. 351p.
52. Bencke, G.A., C.S. Fontana, R.A. Dias, G.N. Maurício e J.K.F. Mähler Jr. 2003. Aves, p.189-479. In: C.S. Fontana, G.A. Bencke e R.E. Reis (ed.). *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EDIPUCRS. 632p.
53. Berla, H.F. 1946. Lista das aves colecionadas em Pernambuco com a descrição de uma nova subespécie, de um alótipo fêmea e notas de campo. *Bol. Mus. Nac. Zool.* 65:1-35.
54. Bernardes, A.T., A.B.M. Machado e A.B. Rylands. 1990. *Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 64p.
55. Berrow, S.D., A.G. Wood and P.A. Prince. 2000. Foraging location and range of White-chinned Petrels *Procellaria aequinoctialis* breeding in the South Atlantic. *J. of Avian Biology*. 31:303-311.
56. Berrow, S.D., J.P. Croxall and S.M. Grant. 2000. Status of White-chinned Petrels *Procellaria aequinoctialis* (Linnaeus 1758), at Bird Island, South Georgia. *Antarctic Science*. 12:399-405.
57. Bertonatti, C. & A.L. Guerra. 1997. Hibridization between the Yellow Cardinal (*Gubernatrix cristata*) and the Common Diuca Finch (Diuca diuca) in the wild in Argentina. *Hornero*. 14(4):235-242.
58. Bertonatti, C. & A.L. Guerra. 2001. Nuevos registros de híbridos entre cardenal amarillo (*Gubernatrix cristata*) y diuca común (Diuca diuca). *Nuestras Aves*. 41:27.
59. Bezerra, A. 1965. *Notas de viagem*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.
60. Bianchi, C.A., S. Brant, R.A. Brandão and B.F. Brito. 2005. New records of Brazilian Merganser *Mergus octosetaceus* in the rio das Pedras, Chapada dos Veadeiros, Brazil. *Cotinga*. 24:72-74.
61. Bianchi, C.A., M.L. Reis, A. Portella, F. Las-Casas, G. Péres e F. Lucci. 2001. *Distribuição, status populacional e ecologia de Pyrrhura pyrrhura*. Relatório para a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
62. Bianchi, C.A., P. Scherer-Neto, Y.M. Barros, E. Carrano, L. Baumgarten, H.J. Cunha e C.F. Ribas. 2003. *Distribuição e estimativa populacional de Anodorhynchus hyacinthinus na região central do Brasil*. Relatório para a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.
63. Bierragaard, R.O., M. Cohn-Haft and D.F. Stotz. 1997. Cryptic biodiversity: an overlooked species and new subspecies of antbird (Aves: Formicariidae) with a revision of *Cercomacra tyrannina* in northeastern South America. *Ornithological Monographs*. 48:111-128.
64. BirdLife International. 2000. *Threatened birds of the world*. Barcelona and Cambridge, UK: Lynx Edicions and BirdLife International. 370p.
65. Birdlife International. 2004. *Proyecto del Bosque Atlántico en Serra das Lontras, Bahia, Brasil*. Disponível em: <http://www.birdlife.net/action/ground/bahia/?language=es>. Acesso em: 13 jul. 2005.
66. BirdLife International. 2004. *Threatened birds of the world 2004*. CD-ROM. Cambridge, UK: BirdLife International.
67. BirdLife International. 2004. *Tracking ocean wanderers: the global distribution of albatrosses and petrels*. Results from the global Procellariiform tracking workshop, 1-5 September 2003. Cambridge, UK: BirdLife International.
68. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Amazona brasiliensis*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 14 jul. 2005.
69. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Antilophia bokermanni*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 20 jun. 2005.
70. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Carduelis yarrellii*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 28 mar. 2005.
71. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Claravis godefrida*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 19 jul. 2005.
72. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Curaeus forbesi*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 15 jul. 2005.
73. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Elaenia ridleyana*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 5 jul. 2005.
74. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Hemitriccus mirandae*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 7 jul. 2005.

75. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Oryzoborus maximiliani*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 16 jul. 2005.
76. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Philydor novaesi*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 15 jul. 2005.
77. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Phylloscartes beckeri*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 13 jul. 2005.
78. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Phylloscartes ceciliae*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 19 jul. 2005.
79. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Picumnus limae*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 20 jun. 2005.
80. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Piprites pileata*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 19 jul. 2005.
81. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Synallaxis infuscata*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 17 jul. 2005.
82. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Terenura sicki*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 15 jun. 2005.
83. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Vireo gracilirostris*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 19 jul. 2005.
84. BirdLife International. 2005. *Species factsheet: Xiphocolaptes falcirostris*. Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 19 jul. 2005.
85. Blake, E.R. 1977. *Manual of Neotropical Birds*. Vol. 1. Chicago: University of Chicago Press. 674p.
86. Bó, M.S., S.M. Cicchino and M.M. Martínez. 2000. Diet of breeding Cinereus Harriers (*Circus cinereus*) in southeastern Buenos Aires, Argentina. *J. Raptor Res.* 34:237-241.
87. Bócon, R., A.I. Lara, C. Seger e P. Scherer-Neto. 1992. Registro de quatro espécies de aves pouco comuns para o estado do Paraná. *Resumos do II Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.56.
88. Boev, Z. 1997. The Alagoas (Eastern-Brazil Razor-Billed) Curassow – *Mitu mitu* (L) – a world rarity in the collection of the National Museum of Natural History, Sofia (Aves: Galliformes: Cracidae). *Historia Naturalis Bulgarica*. 7:105-108.
89. Borboroglu, P. & P. Yorio. 2004. Habitat requirements and selection by Kelp Gulls (*Larus dominicanus*) in Central and Northern Patagonia, Argentina. *Auk*. 121: 243-252.
90. Bornschein, M.R. 2001. *Formações pioneiras do litoral centro-sul do Paraná: identificação, quantificação de áreas e caracterização ornitofaunística*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
91. Bornschein, M.R. & B.L. Reinert. 1997. Acrecido de Marinha em Pontal do Paraná: uma área a ser conservada para a manutenção das aves dos campos e banhados do litoral do Paraná, Sul do Brasil. *Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. 2:875-889.
92. Bornschein, M.R., B.L. Reinert e M. Pichorim. 1993. Aves dos campos e banhados do litoral do Estado do Paraná. *Resumos do III Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.26.
93. Bornschein, M.R., M. Pichorim e B.L. Reinert. 1994. Novos registros de algumas aves incomuns no sul do Brasil. *Resumos do XX Congresso Brasileiro de Zoologia*. R.516. p.114.
94. Bornschein, M.R., B.L. Reinert e D.M. Teixeira. 1995. Um novo Formicariidae do Sul do Brasil (Aves, Passeriformes). *Série Publicação Técnico-Científica do Instituto Iguaçu de Pesquisa e Preservação Ambiental 1*. Rio de Janeiro: Instituto Iguaçu de Pesquisa e Preservação Ambiental.
95. Bornschein, M.R., B.L. Reinert. e M. Pichorim. 1998. Descrição, ecologia e conservação de um novo *Scytalopus* (Rhinocryptidae) do sul do Brasil, com comentários sobre a morfologia da família. *Ararajuba*. 6(1):3-36.
96. Bornschein, M.R., M. Pichorim e B.L. Reinert. 2001. Novos registros de *Scytalopus iraiensis*. *Nattereria*. 2:29-33.
97. Brammer, F.B. 2002. *Species concepts and conservation priorities: a study of birds in north-east Brazil*. Dissertação de Mestrado – Zoologia. Copenhagen, Dinamarca, Universidade de Copenhagen – Museu de Zoologia.
98. Branco, J.O. 2001. Descartes da pesca do camarão sete-barbas como fonte de alimento para aves marinhas. *Revta. Brasil. Zool.* 18:293-300.
99. Brandt, A. & R.B. Machado. 1990. Área de alimentação e comportamento alimentar de *Anodorhynchus leari*. *Ararajuba*. 1:57-63.



100. Braz, V.S. 2003. *A representatividade de Unidades de Conservação do Cerrado na preservação da avifauna*. Dissertação de Mestrado. Brasília, Universidade de Brasília – Dep. de Ecologia.
101. Braz, V.S., T.L.S. Abreu, L.E. Lopes, L.O. Leite, F.G.R. França, M.M. Vasconcellos and S.F. Balbino. 2003. Brazilian Merganser *Mergus octosetaceus* discovered in Jalapão State Park, Tocantins, Brazil. *Cotinga*. 20:68-71.
102. Brooke, M. 2004. *Albatrosses and petrels across the world*. Oxford: Oxford University Press.
103. Brooks, T., J. Tobias and A. Balmford. 1999. Deforestation and bird extinctions in the Atlantic forest. *Animal Conservation*. 2:211-222.
104. Brumfield, R.T. 2005. Mitochondrial variation in bolivian populations of the variable antshrike (*Thamnophilus caerulescens*). *Auk*. 122(2):414-432.
105. Buckley, F. & P. Buckley. 1972. The breeding ecology of Royal Terns *Sterna (Thalasseus) maxima maxima*. *Ibis*. 114:344-359.
106. Bugoni, L. & C.M. Vooren. 2005. Distribution and abundance of six Tern species in Southern Brazil. *Waterbirds*. 28:110-119.
107. Bugoni, L., M. Sander, R.P. Silva-Filho, J.A.P. Moreira and J.C. Gastal. 2004. Inland displacement and mortality of the Atlantic Petrel, *Pterodroma incerta*, after a storm. Montevideo, Uruguay, *Resumos do III International Albatross and Petrel Conference*. p.22.
108. Burg, T.M. & J.P. Croxall. 2001. Global relationships amongst Black-browed and Grey-headed albatrosses: an analysis of population structure using mitochondrial DNA and microsatellites. *Molecular Ecology*. 10:2647-2660.
109. Burg, T.M. & J.P. Croxall. 2004. Global population structure and taxonomy of the wandering albatross species complex. *Molecular Ecology*. 13(8):2345-2355.
110. Burger, J. & M. Gochfeld. 1996. Family Laridae, p.572-623. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 3. Barcelona, Lynx Edicions.
111. Burger, A.E. & A.D. Lawrence. 2001. Census of Wedge-Tailed Shearwaters *Puffinus pacificus* and Audubons Shearwaters *P. lherminieri* on Cousin Island, Seychelles using call-playback. *Marine Ornithology*. 29:57-64.
112. Buzzetti, D.R.C. 1998. Novos registros de *Formicivora erythronotos* (Formicariidae [sic]), com extensão de sua distribuição ao município de Parati – RJ. Rio de Janeiro, *Resumos do VII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.104.
113. Buzzetti, D.R.C. 1999. Avifauna do Parque, p.69-96. In: Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente, Governo do Estado do Tocantins. *Avaliação Ecológica Rápida Parque Estadual do Cantão*. Disponível em: http://www.seplan.to.gov.br/dma/areas_protegidas/area_protegida_informacoes_uc.htm Acesso em: 20 abr. 2005.
114. Buzzetti, D.R.C. 2001. Novas informações sobre a ecologia de *Synallaxis simoni*, táxon endêmico da bacia do Rio Araguaia. *Resumos do IX Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.156.
115. Buzzetti, D.R.C. & J.M. Barnett. 2003. Description of the nest and eggs of two *Myrmeciza antbirds* endemic to the Atlantic forest of Brazil. *Cotinga*. 20:89-93.
116. Buzzetti, D.R.C., J.M. Barnett and G.M. Kirwan. 2003. Photospot: Kaempfer's Tody-Tyrant *Hemitriccus kaempferi*. *Cotinga*. 20:95-97.
117. Camargo, O.R. 1962. Aves sul-riograndenses do Museu de Caça e Pesca. *Pesquisas, Sér. Zool.* 14:1-67.
118. Campbell, B. & E. Lack. 1985. *A dictionary of birds*. London: Elsevier. 704p.
119. Campos, F., D. Paludo, P. Faria e P. Martuscelli. 2004. Aves insulares marinhas, residentes e migratórias, do litoral do Estado de São Paulo, p.233-254. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.
120. Carboneras, C. 1992. Family Procellariidae, p.216-257. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 1. Ostrich to Ducks. Barcelona, Lynx Edicions.
121. Cardoso da Silva, J.M. 1999. Seasonal movements and conservation of Seedeaters of the genus *Sporophila* in South America. *Studies in Avian Biology*. 19:272-280.
122. Carvalho, C.E.A., E.P.M. Carvalho-Filho and A.C. Filho. 2002. Observations of Crowned Solitary Eagle nesting behavior (*Harpyhaliaetus coronatus* – Falconiformes: Accipitridae) in southeast Brazil. Panamá, *Resumos da Conferencia sobre aves Rapaces Neotropicales y Simpósio Del Águia Arpia*.
123. Cerqueira Junior, M.C., G.A. de Paula e R. Ribon. 2004. Ocorrência do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) na porção meridional da cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
124. Chebez, J.C. 1994. *Los que se van: Especies argentinas en peligro*. Buenos Aires: Albanos. 604p.
125. Chebez, J.C. 1994. Charao, p.173-176. In: J.C. Chebez. *Los que se van: especies argentinas en peligro*. Buenos Aires: Albanos. 604p.

126. Cherel, Y. & N. Klages. 1998. A review of the food of albatrosses, p.113-136. *In*: G. Robertson & R. Gales (ed.). *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Surrey Beatty & Sons.
127. Clay, R.P., J.A. Tobias, J.C. Lowen and D. Beadle. 1998. Field identification of *Phylloscartes* and *Phyllomyias tyrannulets* in the Atlantic forest region. *Cotinga*. 10:82-95.
128. Clay, R.P., B. López Lanús, J.A. Tobias, J.C. Lowen and J.M. Barnett. 2000. The display of the White-winged Nightjar. *J. of Field Ornithology*. 71: 619-626.
129. Clay, R.P., D.R. Capper, J.M. Barnett, I.J. Burfield, E.Z. Esquivel, R. Fariña, C.P. Kennedy, M. Perrens and R.G. Pople. 1998. White-winged Nightjars *Caprimulgus candicans* and Cerrado conservation: the key findings of Project Aguará Ñu 1997. *Cotinga*. 9:52-55.
130. Cleere, N. 2002. A review of the taxonomy and systematics of the Sickie-winged and White-winged nightjars (Caprimulgidae). *Bull. B.O.C.* 122(3):168-179.
131. Coelho, A.G.M. 1981. Observações sobre a avifauna do Arquipélago dos Abrolhos, Bahia. *Publ. Avulsa da UFPE*. 1:1-7.
132. Coelho, A.G.M. 1987. Aves da reserva biológica de Serra Negra (Floresta, PE). Lista Preliminar. *Publ. Avulsa da UFPE*. n. 2.
133. Coelho, A.G.M. 1993. *In*: I.A. Pires Filho. (coord.). *Centro Turístico de Guadalupe (Relatório de Impacto Ambiental)*. Recife, Relatório Técnico.
134. Coelho, G. & W. Silva. 1998. A new species of *Antilophia* (Passeriformes: Pipridae) from Chapada do Araripe, Ceará, Brazil. *Ararajuba*. 6(2):81-84.
135. Collar, N.J. 1997. Family Psittacidae (Parrots), p.280-479. *In*: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 4. Sandgrouse to Cuckoos. Barcelon, Lynx Edicions.
136. Collar, N.J., L.A.P. Gonzaga, N. Krabbe, A. Madroño Nieto, L.G. Naranjo, T.A. Parker III and D.C. Wege. 1992. *Threatened Birds of the Americas: The ICBP/IUCN Red Data Book*. 3th Ed. Cambridge, U.K., International Council for Bird Preservation. 1150p.
137. Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos – CBRO. 2005. *Lista das aves do Brasil*. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/cbro/home.html>. Acesso em: 18 jul. 2005.
138. Copello, S. & M. Favero. 2001. Foraging ecology of Olrog's gull *Larus atlanticus* in Mar Chiquita Lagoon (Buenos Aires, Argentina): are there age-related differences? *Bird Conserv. Intern.* 11:175-188.
139. Cordeiro, P.C. 2003. Inventários de aves em remanescentes florestais de Mata Atlântica no sul da Bahia, lista das espécies observadas. *In*: P.I. Prado, E.C. Landau, R.T. Moura, L.P.S. Pinto, G.A.B. Fonseca e K.N. Alger (org.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM. Ilhéus, IESB, Conservação Internacional, CABS, UFMG e Unicamp.
140. Cordeiro, P.C. 2003. Padrões de distribuição da riqueza de espécies de aves no Parque Nacional do Descobrimento, sul da Bahia. *In*: P.I. Prado, E.C. Landau, R.T. Moura, L.P.S. Pinto, G.A.B. Fonseca e K.N. Alger (org.). *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia*. Publicação em CD-ROM. Ilhéus, IESB, Conservação Internacional, CABS, UFMG e Unicamp.
141. Cory, C.B. 1916. Descriptions of apparently new South American birds with notes on some little known species. *Ornithology*. 1(10):337-346.
142. Costa, C., U. Seeliger, C. Oliveira e A. Mazo. 1997. Distribuição, funções e valores das marismas e pradarias submersas no estuário da Lagoa dos Patos (RS, Brasil). *Atlântica*. 19:65-83.
143. Croxall, J.P. & P.A. Prince. 1990. Recoveries of Wandering Albatrosses *Diomedea exulans* ringed at South Georgia. *Ringling & Migration*. 11:43-51.
144. Croxall, J.P. & R. Gales. 1998. An assessment of the conservation status of albatrosses, p.46-65. *In*: G. Robertson & R. Gales (ed.). *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Australia, Surrey Beatty & Sons.
145. Croxall, J.P., P.A. Prince, P. Rothery and A.G. Wood. 1998. Population changes in albatrosses at South Georgia, p.68-83. *In*: G. Robertson & R. Gales (ed.). *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Australia, Surrey Beatty & Sons.
146. Croxall, J.P., J.R.D. Silk, R. A. Phillips, V. Afanasyev and D.R. Briggs. 2005. Global circumnavigations: tracking year-round ranges of nonbreeding albatrosses. *Science*. 307:249-250.
147. Cuthbert, R.J. 2005. Breeding biology of the Atlantic Petrel, *Pterodroma incerta*, and a population estimate of this and other burrowing petrels on Gough Island, South Atlantic Ocean. *Emu*. 104(3):221-228.
148. Cuthbert, R.J. & E.S. Sommer. 2004. Population size and trends of four globally threatened seabirds at Gough Island, South Atlantic Ocean. *Marine Ornithology*. 32:97-103.



149. Cuthbert, R.J., R.A. Phillips and P.G. Ryan. 2003. Separating the Tristan Albatross and the Wandering Albatross using morphometric measurements. *Waterbirds*. 26(3):338-344.
150. Cuthbert, R.J., P.G. Ryan, J. Cooper and G. Hilton. 2003. Demography and population trends of the Atlantic Yellow-nosed Albatross. *Condor*. 105(3):439-452.
151. Cuthbert, R.J., G. Hilton, P.G. Ryan and G.N. Tuck. 2005. At-sea distribution of breeding Tristan Albatrosses *Diomedea dabbenena* and potential interactions with pelagic longline fishing in the South Atlantic Ocean. *Biological Conservation*. 121:345-355.
152. Cuthbert, R.J., E.S. Sommer, P.G. Ryan, J. Cooper and G. Hilton. 2004. Demography and conservation status of the Tristan Albatross *Diomedea [exulans] dabbenena*. *Biological Conservation*. 117:471-481.
153. Daguerre, J. 1933. Dos aves nuevas para la fauna Argentina. *Hornero*. 5:213-215.
154. Davis, S.E. & E. Flores. 1994. First record of White-winged Nightjar *Caprimulgus candicans* for Bolivia. *Bull. B.O.C.* 114:127-128.
155. de la Peña, M.R. 1981. Notas nidológicas sobre pepiteros, cardenales, etc. (Aves, Emberizidae). Primera Parte. *Hist. Nat.* 2(1):1-4.
156. de la Peña, M.R. 1983. Hábitos parasitários de algunas especies de aves. *Hornero*. 12(NE):165-169.
157. de la Peña, M.R. 1987. *Nidos y huevos de aves argentinas*. Santa Fe, Edição do autor.
158. de Soye, Y. & Y. de Melo Barros. 2003. Saving the Spix's Macaw *Cyanopsitta spixii* – a Captive Management and Species Recovery Handbook. IBAMA/Loro Parque Fundación. [Relatório não publicado]
159. del Hoyo, J. 1994. Family Cracidae. In: J. del Hoyo, A. Elliot and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 2. New World vultures to guineafowl. Barcelona, Lynx Edicions.
160. del Hoyo, J. & A. Motis. 2004. Update Chapter. p.322-476. In: J. Delacour & D. Amadon. *Curassows and related birds*. 2nd Ed. Barcelona and New York: Lynx Edicions and The National Museum of Natural History.
161. del Hoyo, J., A. Elliott and J. Sargatal (ed.). 1992. *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 1. Ostrich to Ducks. Barcelona: Lynx Edicions.
162. del Hoyo, J., A. Elliott and J. Sargatal (ed.) 1996. *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 3. Hoatzin to Auk. Barcelona: Lynx Edicions. 824p.
163. del Hoyo, J., A. Elliott and D.A. Christie (ed.). 2003. *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 8. Broadbills to Tapaculos. Barcelona: Lynx Edicions. 845p.
164. Delacour, J. & D. Amadon. 1973. *Curassows and related birds*. New York: American Museum of Natural History.
165. Delhey, J., M. Carrete and M. Martinez. 2001. Diet and feeding behaviour of Olrogs Gull *Larus atlanticus* in Bahía Blanca, Argentina. *Ardea*. 89:319-329.
166. Delhey, J., P. Petracci y C. Grassini. 2001. Hallazgo de una nueva colonia de la gaviota de Olrog (*Larus atlanticus*) en la ría de Bahía Blanca, Argentina. *Hornero*. 16:39-42.
167. Develey, P.F. 2004. As aves da Estação Ecológica Juréia-Itatins. In: O.A.V. Marques & W. Duleba. *Estação Ecológica Juréia-Itatins Ambiente Físico, Flora e Fauna*. Ribeirão Preto, Holos. 384p.
168. Di Giacomo, A.G. 1996. Biología reproductiva del Tachurí Coludo *Culicivora caudacuta*. Buenos Aires, *Libro de Resúmenes do IX Reunión Argentina de Ornitología*. Asociación Ornitológica del Plata. p.16.
169. Dias, R.A. & G.N. Maurício. 1996. A reprodução de *Circus cinereus* (Falconiformes: Accipitridae) no Brasil: primeiro registro. Campinas, *Resumos do V Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
170. Dias, R.A. & G.N. Maurício. 1997. Aspectos reprodutivos de *Circus cinereus*. Belo Horizonte, *Resumos do VI Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
171. Dias, R.A. & G.N. Maurício. 1998. Lista preliminar da avifauna da extremidade sudoeste do Saco da Mangueira e arredores, Rio Grande, Rio Grande do Sul. *Atualidades Ornitol.* 86:10-11.
172. Dias, R.A. & G.N. Maurício. 2002. Natural history notes and conservation of a Saffron-cowled Blackbird *Xanthopsar flavus* population in the southern coastal plain of Rio Grande do Sul, Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 12:255-268.
173. do Rosario, L.A. 1996. *As Aves em Santa Catarina. Distribuição Geográfica e Meio Ambiente*. Fundação do Meio Ambiente. FATMA.
174. Efe, M.A. 2004. Aves marinhas das ilhas do Espírito Santo, p.101-118. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.

175. Efe, M.A., C. Musso e L. Glock. 2005. Sucesso reprodutivo de *Thalasseus sandvicensis eurygnathus* no Brasil. *Biociências*. 13:63-68.
176. Ehrlich, P.R., D.S. Dobkin and D. Wheye. 1992. *Birds in Jeopardy: the Imperiled and Extinct Birds of the United States and Canada, Including Hawaii and Puerto Rico*. Stanford, California, Stanford University Press. 259p.
177. Eisenman, E. 1965. (*Tigrisoma fasciatum*). *Hornero*. 10:225-234.
178. Eitnienar, J.C., J.T. Baccus, S.L. Dingle and J.P. Carroll. 2004. Conservation of Quail in the Neotropics. Monterrey, Mexico, *Proceedings of a Symposium held during the VI Neotropical Ornithological Congress*. 4-10 October 1999.
179. Elliott, H.F.I. 1957. A contribution to the ornithology of the Tristan da Cunha group. *Ibis*. 99:545-586.
180. Enticott, J.W. 1991. Distribution of the Atlantic Petrel *Pterodroma incerta* at sea. *Marine Ornithology*. 19:49-60.
181. Erwin, R. 1977. Foraging and breeding adaptations to different food regimes in three seabirds: the Common Tern, *Sterna hirundo*, Royal Tern, *Sterna maxima*, and Black Skimmer, *Rynchops niger*. *Ecology*. 58: 389-397.
182. Erwin, R. 1978. Coloniality in Terns: the role of social feeding. *Condor*. 80:211-215.
183. Escalante, R. 1966. Notes on the Uruguayan population of *Larus belcheri*. *Condor*. 68:507-510.
184. Esteban, J.G. 1949. Una nueva ave para Brasil "*Limnocites rectirostris*" (Gould). *Acta Zool. Lilloana*. 8:147-150.
185. Faanes, C.A. & S.E. Sennner. 1991. Status and conservation of the eskimo curlew. *American Birds*. 45:237-239.
186. Faria, P., F. Campos, R. Silva e Silva, R. Campana, F. Matioli e J. Morgante. 2002. Análises do citocromo b em espécies de *Sterna* (Charadriiformes) indicam baixa variabilidade genética em *Sterna maxima*. Fortaleza, *Resumos do X Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.166.
187. Farias, G.B. 1996. Distribuição do pintor-verdadeiro, *Tangara fastuosa*, no estado de Pernambuco. Campinas, *Resumos do V Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.36.
188. Farias, G.B., G.L. Pacheco e M.T. Brito. 1996. Lista das aves da Reserva Ecológica de Dois Irmãos – Recife – PE. Recife: *Observadores de Aves de Pernambuco*.
189. Farias, G.B., M.T. Brito e G.L. Pacheco. 2001. Levantamento das aves da RPPN Maurício Dantas, Betânia/Floresta (Pernambuco). Curitiba, *Resumos do IX Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.202.
190. Farias, G.B., M.T. Brito e G.L. Pacheco. 2002. *Registros ornitológicos de Pernambuco*. Recife: Observadores de Aves de Pernambuco. 67p.
191. Favero, M., M. Silva and L. Mauco. 2000. Diet of Royal (*Thalasseus maximus*) and Sandwich (*T. sandvicensis*) Terns during the austral winter in the Buenos Aires Province, Argentina. *Ornitol. Neotrop*. 11:259-262.
192. Ferguson-Lees, J. & D.A. Christie. 2001. *Raptors of the World*. London: Houghton Mifflin Company. 872p.
193. Figueiredo, L.F.A. & Lo, K. 2000. Lista das aves do município de São Paulo. *Boletim CEO*. 14:15-35.
194. Figueiredo, M. de S. L. & L.P. Gonzaga. 2004. Distribuição geográfica das espécies do gênero *Formicivora* (Passeriformes: Thamnophilidae) no Brasil. Blumenau, *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.216.
195. Figueiredo, S.V. de. 1991. *Efeito do fogo sobre o comportamento e sobre a estrutura da avifauna de cerrado*. Dissertação de Mestrado – Ecologia. Brasília, Universidade de Brasília.
196. Fitzpatrick, J.W. 2004. Family Tyrannidae (tyrant-flycatcher). p.170-462. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D. Christie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 9. Cotingas to Pipits and Wagtails. Barcelona, Lynx Edicions.
197. Fitzpatrick, J.W. & J.P. O'Neill. 1979. A new Tody-Tyrant from northern Peru. *Auk*. 96(3):443-447.
198. Fonseca Neto, F.P. 2004. Aves marinhas da ilha Trindade, p.119-146. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.
199. Fontana, C.S. 1994. *História natural de Heteroxolmis dominicana* (Vieillot, 1823) (Aves, Tyrannidae) com ênfase na relação ecológica com *Xanthopsar flavus* (Gmelin, 1788) (Aves, Icteridae) no nordeste do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
200. Fontana, C.S., G.A. Bencke e R.E. Reis (ed.). 2003. *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS. 632p.
201. Forbes, W.A. 1881. Eleven weeks in north-eastern Brazil. *Ibis*. 4(5):312-362.
202. Forero, M., G. Bortolotti, K. Hobson, J. Donazar, M. Bertellotti and G. Blanco. 2004. High trophic overlap within the seabird community of Argentinean Patagonia: a multiscale approach. *J. Anim. Ecol*. 73:789-801.
203. Forshaw, J.M. 1978. *Parrots of the world*. Melbourne, Austrália: T.H.F. Publications.
204. Forshaw, J. M. & W.T. Cooper. 1989. *Parrots of the world*. Willoughby: Lansdowne Editions.



205. Fraga, R.M. & J.M. Bates. 2005. Two unreported specimens of Oche-breasted Pipit *Anthus nattereri* from a new Brazilian locality. *Bull. B.O.C.* 125(1):66-68.
206. Fraga, R.M., H. Casañas and G. Pugnali. 1998. Natural history and conservation of the endangered Saffron-cowled Blackbird *Xanthopsar flavus* in Argentina. *Bird Conserv. Intern.* 8:255-267.
207. Fry, C.H. 1970. Ecological distribution of birds in north-eastern Mato Grosso State, Brazil. *An. Acad. Brasil. Ciênc.* 42:275-318.
208. Fundación Vida Silvestre. 2002. Gaviota de Olrog. *Revta. Vida Silvestre.* 82:33-34.
209. Gales, R. 1998. Albatross populations: status and threats, p.20-45. In: G. Robertson & R. Gales (ed.). *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Australia, Surrey Beatty & Sons.
210. Galetti, M. & D. Stotz. 1996. *Miconia hypoleuca* (Melastomataceae) como espécie-chave para as aves frugívoras no sudeste do Brasil. *Revta. Brasil. Biol.* 56:435-439.
211. Galetti, M., P. Martuscelli, F. Olmos and A. Aleixo. 1997. Ecology and conservation of the Piping-guan *Pipile jacutinga* in southeastern Brazil. *Biological Conservation.* 82:31-39.
212. Garske, C.E. & V.A. Andrade. 2004. Observações e capturas de *Leucopternis lacernulatus* (Accipitridae) na Ilha de Marambaia, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ararajuba.* 12(1):53-54.
213. Gibson, E. 1920. Further ornithological notes from the neighbourhood of Cape San Antonio, province of Buenos Ayres. *Ibis.* 2:1-97.
214. Gill, R.E., P. Canevari and E.H. Iversen. 1998. Eskimo Curlew (*Numenius borealis*). In: A. Poole & F. Gill (ed.). *The birds of North America.* n. 347. The Birds of North America, Inc., Philadelphia, PA. 28p.
215. Goerk, J., N.M.R. Guedes, C. Munn and C. Yamashita. 2000. Hyacinth macaw (*Anodorhynchus hyacinthinus*), p.119-120. In: N. Snyder, P. McGowan, J. Gilardi and A. Granjal (ed.). *Status, survey and Conservation Action Plan 2000-2004 Parrots*. IUCN – The World Conservation Union.
216. Gollop, J.B., T.W. Barry and E.H. Iversen. 1986. *Eskimo curlew: a vanishing species?* Saskatchewan Natural History Society, Special Publication. n. 17. 159p.
217. Gonzaga, L.P. 2001. *Análise filogenética do gênero Formicivora (Swainson, 1825) (Aves: Passeriformes, Thamnophilidae) baseada em caracteres morfológicos e vocais.* Resumo de tese. *Atualidades Ornitol.* 102:2.
218. Gonzaga, L.P. 2001. *Análise filogenética do gênero Formicivora (Swainson, 1825) (Aves: Passeriformes: Thamnophilidae) baseada em caracteres morfológicos e vocais.* Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
219. Gonzaga, L.P. 2003. *Automolus leucophthalmus lammi*. Ficha da espécie preenchida no Workshop de 2003.
220. Gonzaga, L.P. 2003. *Thamnophilus caerulescens pernambucensis*. Ficha da espécie preenchida no Workshop de 2003.
221. Gonzaga, L.P. & J.F. Pacheco. 1990. Two new subspecies of *Formicivora serrana* (Hellmayr) from southeastern Brazil, and notes on the type-locality of *Formicivora deluzae* Ménètrières. *Bull. B.O.C.* 110(4):187-193.
222. Gonzaga, L.P. & J.F. Pacheco. 1995. A new species of *Phylloscartes* (Tyrannidae) from the mountains of southern Bahia, Brazil. *Bull. B.O.C.* 115(2):88-97.
223. Gonzaga, L.P., J.F. Pacheco, C. Bauer and G.D.A. Castiglioni. 1995. An avifaunal survey of the vanishing montane Atlantic forest of southern Bahia, Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 5:279-290.
224. Grantsau, R. 1989. *Os beija-flores do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
225. Grau, E.T., S.L. Pereira, L.F. Silveira and A. Wajntal. 2003. Molecular markers contribute to a breeding program of the extinct in the wild Alagoas Curassow *Mitu mitu* and confirm the validity of the species. *Bird Conserv. Intern.* 13:115-126.
226. Grau, E.T., S.L. Pereira, L.F. Silveira, A. Wajntal and E. Höfling. 2005. Molecular phylogenetics and biogeography of Neotropical piping guans (Aves: Galliformes): *Pipile* Bonaparte, 1856 is synonym of *Aburria* Reichenbach, 1853. *Molecular Phylogenetics and Evolution.* 35:637-645.
227. Guedes, N.M.R. 2004. Management and Conservation of the large Macaws in the wild. *Ornitol. Neotrop.* 15:279-283.
228. Guedes, N.M.R. & L.H. Harper. 1995. Hyacinth macaw in the Pantanal, p.394-421. In: J. Abramson, B.L. Speer and J.B. Thomsen (ed.). *The large macaws: their care, breeding and conservation*. California, Raintree Publications.
229. Guedes, N.M.R. & G.H.F. Seixas. 2002. Métodos para estudos de reprodução de Psitacídeos, p.123-139. In: M. Galetti & M.A. Pizo (ed.). *Ecologia e conservação de psitacídeos no Brasil*. Belo Horizonte, Melopsittacus Pub. Científicas.
230. Haffer, J. 1974. *Avian speciation in tropical South America*. Vol.14. Publ. Nuttall Ornithol. Club. 390p.
231. Hall, A.J. 1987. The breeding biology of the White-chinned Petrel *Procellaria aequinoctialis* at South Georgia. *J. Zool. Lond.* 212:605-617.

232. Harris, M.P. 1969. Food as factor controlling the breeding of *Puffinus lherminieri*. *Ibis*. 111(2):139-156.
233. Harrison, P. 1987. *Seabirds of the world: a photographic guide*. London: Christopher Helm Publisher. 317p.
234. Hass, A. 2004. *Avifauna do Parque Nacional das Emas*. Relatório não publicado integrante do Plano de Manejo do Parque Nacional das Emas, Goiás. 95p.
235. Hass, A., V.S. Braz and R. Cavalcanti. 2005. Fragmentation and the role of Conservation Units in biodiversity conservation. *Texto apresentado no Simpósio sobre Conservação do Cerrado no SBC*. Brasília, DF.
236. Hellmayr, C.E. 1938. *Catalogue of birds of the Americas*. Part XI. Field Museum of Natural History (Field Mus. Nat. Hist. Zool. Ser., 13).
237. Herrera, G., G. Punta and P. Yorio. 2005. Diet specialization of Orlogs Gull *Larus atlanticus* during the breeding season at Golfo San Jorge, Argentina. *Bird Conserv. Intern.* 15:89-97.
238. Hinkelmann, C. 1988. Comments on recently described new species of hermit hummingbirds. *Bull. B.O.C.* 108:159-169.
239. Huin, N. 2001. *Census of the Black-browed albatross population of the Falkland islands*. Stanley: Falklands Conservation.
240. Huin, N. 2002. Foraging distribution of Black-browed Albatrosses *Thalassarche melanophris* breeding in the Falkland islands. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*. 12:89-99.
241. Ihering, H. von. 1899. As aves do Estado do Rio Grande do Sul, p.113-154. Porto Alegre, *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o anno de 1900*.
242. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2004. *Tendências Demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE. 155p.
243. Isabelle, A. 1983. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833–1834*. 2ª ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.
244. Isler, M.L. & P.R. Isler. 1999. *The tanagers: natural history, distribution and identification*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press.
245. Isler, M.L., P.R. Isler and B.M. Whitney. 1997. Biogeography and systematics of the *Thamnophilus punctatus* (Thamnophilidae) complex. *Ornithological Monographs*. 48:355-381.
246. Isler, M.L., P.R. Isler and B.M. Whitney. 1998. Use of vocalizations to establish species limits in antbirds (Passeriformes; Thamnophilidae). *Auk*. 115:577-590.
247. Isler, M.L., P.R. Isler and R.T. Brumfield. 2005. Clinal variation in vocalizations of an antbird (Thamnophilidae) and implications for defining species limits. *Auk*. 122(2):433-444.
248. Jaramillo, A. & P. Burke. 1999. *New World blackbirds. The icterids*. Princeton: Princeton University Press.
249. Joseph, L. 2000. Beginning an end to 63 years of uncertainty: the Neotropical parakeets *Pyrhura picta* and *P. leucotis* comprise more than two species. *Proceedings of the Academy of Natural Sciences*. 150:279-292.
250. Juniper, T. & C. Yamashita. 1990. The conservation of Spix's Macaw. *Oryx*. 24(4):224-228.
251. Juniper, T. & C. Yamashita. 1991. The habitat and status of Spix's Macaw *Cyanopsitta spixii*. *Bird Conserv. Intern.* 1:1-9.
252. Juniper, T. & M. Parr. 1998. *Parrots: a Guide to the Parrots of the World*. Sussex, UK: Pica Press.
253. Juniper, T. & M. Parr. 1998. *Parrots: a Guide to the Parrots of the World*. New Haven and London: Yale University Press.
254. Kirwan, G. M. & J.M. Barnett. 2001. New bird records from northeast Brazil. *Cotinga*. 15:67-68.
255. Kirwan, G.M., J.M. Barnett and J. Minns. 2001. Significant ornithological observations from the Rio São Francisco Valley, Minas Gerais, Brazil, with notes on conservation and biogeography. *Ararajuba*. 9:145-161.
256. Kirwan, G.M., J.M. Barnett, M.F. Vasconcelos, M.A. Raposo, S. D'Angelo Neto and I. Roesler. 2004. Further comments on the avifauna of the middle São Francisco Valley, Minas Gerais, Brazil. *Bull. B.O.C.* 124:207-220.
257. Klages, N.T.W. & J. Cooper. 1997. Diet of the Atlantic Petrel *Pterodroma incerta* during breeding at South Atlantic Gough Island. *Marine Ornithology*. 25:13-16.
258. Klemann Jr., L. & T.V. Monteiro. 2005. *Relatório anual de atividades do projeto "Em busca do chauá: ocorrência, abundância e condições de hábitat de Amazona rhodocorytha"*. Curitiba: Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza – Idéia Ambiental – SPS/ZGAP.
259. Kratter, A.W., T.S. Sillett, R.T. Chesser, J.P. O'Neill, T.A. Parker III and A. Castillo. 1993. Avifauna of a Chaco locality in Bolivia. *Wilson Bull.* 105(1):114-141.
260. Krauczuk, E.R. & J.D. Baldo. 2004. *Contribuição para o conhecimento da avifauna de um fragmento de floresta com araucária em Misiones, Argentina*. Disponível em: <http://luzfigueiredo.sites.uol.com.br/cbro/index.html>. Acesso em: 05 jan. 2005.



261. Krul, R. 2004. Aves marinhas costeiras do Paraná, p.37-56. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí: UNIVALI.
262. Krul, R. & V.S. Moraes. 1994. Caracterização da avifauna de Pontal do Sul, litoral do Paraná. *Resumos do IV Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.37.
263. Lamas, I.R. 2003. *Mergus octosetaceus*: nova estimativa do tamanho da população na região do Parque Nacional da Serra da Canastra. *Resumos do XI Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
264. Lamas, I.R. & J.P. Santos. 2004. A Brazilian Merganser *Mergus octosetaceus* nest in a rock crevice, with reproductive notes. *Cotinga*. 22:38-41.
265. Lamm, D.W. 1948. Notes on the birds of states of Pernambuco and Paraíba, Brazil. *Auk*. 65(2):261-283.
266. Laps, R. 2002. *Efeito da fragmentação na avifauna da região da Reserva Biológica de Una, Bahia*. Relatório não publicado.
267. Lima, A.M.X., R.G. Rodrigues, S. Bittencourt, L.H. Condrati, J.J. Roper e C.R. Sanquetta. 2004. Levantamento preliminar da avifauna em remanescentes de Floresta Ombrófila Mista próximos ao Rio Iguaçu, ao Sul do Estado do Paraná, com novo registro para *Scytalopus iraiensis* Bornschein, Reinert & Pichorim, 1998 (Passeriformes: Rhinocryptidae). Blumenau, *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
268. Lima, P.C., S.S. Santos e R.C.F.R. Lima. 2003. Levantamento e Anilhamento da Ornitofauna na Pátria da Arara-Azul-de-Lear (*Anodorhynchus leari*, Bonaparte, 1856): um complemento ao Levantamento realizado por H. Sick, L.P. Gonzaga e D.M. Teixeira, 1987. *Atualidades Ornitol.* 112:11.
269. Lima, P.C., R. Grantsau, R.C.F.R. Lima and S.S. Santos. 2004. Occurrence and mortality of seabirds along the northern coast of Bahia, and the identification key of the Procellariiformes order and the Stercorariidae family. Camaçari: CETREL.
270. López-Lanús, B., A.G. Di Giacomo y M. Babarskas. 1999. Estudios sobre la ecología y comportamiento de la Pajonlera Pico Recto *Limnornis rectirostris* en la Reserva Otamendi, Buenos Aires, Argentina. *Cotinga*. 12:61-63.
271. Lowen, J.C, R.P. Clay, J.M. Barnett, A. Madrono Nieto, M. Pearman, B.L. Lanus, J.A. Tobias, D.C. Liley, T.M. Brooks, E.Z. Esquivel and J.M. Reid. 1997. New and noteworthy observations on the Paraguayan avifauna. *Bull. B.O.C.* 117:248-256.
272. Luetzelburg, P. 1923. *Estudo botânico do Nordeste*. Rio de Janeiro: Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Publicação n.57, (Sér. I-A). Vol. 2. 126p. Vol.3. 283p.
273. Luigi, G. 1995. *Aspectos da biologia reprodutiva de Pterodroma arminjoniana* (Giglioli & Salvadori, 1869) (Aves: Procellariidae) na Ilha da Trindade, Atlântico Sul. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
274. Luigi, G. 1997. Observações sobre o desenvolvimento pós-natal de filhotes de *Pterodroma arminjoniana* (Giglioli & Salvadori, 1969) (Aves: Procellariidae) na Ilha da Trindade, ES. Belo Horizonte, *Resumos do VI Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.59.
275. Machado, A.B.M., G.A.B. da Fonseca, R.B. Machado, L.M. de S. Aguiar e L.V. Lins (ed.). 1998. *Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas de Extinção da Fauna de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 608p.
276. Mähler-Jr, J.K. 1995. Histórico avifaunístico do Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, Brasil. *Resumos do V Congresso de Ornitologia Neotropical*. R.177.
277. Mähler-Jr., J.K. 1996. Contribuição ao conhecimento da avifauna do Parque Estadual do Turvo, Rio Grande do Sul, Brasil. *Acta Biol. Leopoldensia*. 18(1):123-128.
278. Marantz, C., A. Aleixo, L.R. Bevier and M.A. Patten. 2003. Family Dendrocolaptidae (Woodcreepers), p.358-447. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D.A. Christie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 8. Broadbills to Tapaculos. Barcelona, Lynx Edicions. 845p.
279. Marini, M.Â., G.M. Oliveira and M.F. Pereira. 1995. The Helmeted Manakin (*Antilophia galeata*): a dichromatic, frugivorous, nonpromiscuous manakin. Assunción, Paraguai, *Resumos do V Neotropical Ornithological Congress*.
280. Marques, A.A.B., C.S. Fontana, E. Véles, G.A. Bencker, M. Schneider e R.E. Reis (org.). 2002. *Lista de Referência da Fauna Ameaçada de Extinção do Rio Grande de Sul. Decreto nº 41.672 de 11 de junho de 2002*. Publicações Avulsas FZB, 11. Porto Alegre: FZB/MCT-PUCRS/PANGA. 52p.
281. Martinez, J. 1996. Projeto Charão: Biologia, Monitoramento e Conservação do Papagaio-Charão, *Amazona pretrei*, p. 94-96. In: J.M.E. Vielliard, M.L. da Silva e W.R. Silva (ed.). Campinas, *Anais V Congresso Brasileiro de Ornitologia*. UNICAMP.
282. Martinez, J. 2004. *Ecologia e Comportamento das populações de Amazona pretrei no Sul do Brasil*. Tese de Doutorado. Leon, Espanha, Universidad de León.

283. Martinez, J. & N.P. Prestes. 2000. *Amazona pretrei*, p.111-112. In: N. Snyder, P. McGowan, J. Gilardi and A. Granjal (ed.). *Status, survey and Conservation Action Plan 2000-2004 Parrots*. IUCN – The World Conservation Union.
284. Martinez, J. & N.P. Prestes. 2002. Ecologia e Conservação do Papagaio-Charão, p.173-192. In: M. Galetti & M.A. Pizzo. *Ecologia e Conservação de Psitacídeos no Brasil*. Belo Horizonte, Melopsittacus Publicações Científicas.
285. Martinez, M., M. Bó and J. Isacch. 1997. Habitat y abundancia de *Coturnicops notata* y *Porzana spiloptera* em Mar Chiquita, Prov. de Buenos Aires, Argentina. *Hornero*. 14:274-277.
286. Martinez, M., J. Isacch and M. Rojas. 2000. Olrogs Gull *Larus atlanticus*: specialist or generalist? *Bird Conserv. Intern.* 10:89-92.
287. Martuscelli, P. 1995. Ecology and conservation of the Red-tailed Amazon *Amazona brasiliensis* in south-eastern Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 5:405-420.
288. Martuscelli, P. 1996. Hunting behavior of the Mantled Hawk *Leucopternis polionota* and the White-necked Hawk *Leucopternis lacernulata* in the southeastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 116(2):114-116.
289. Martuscelli, P & F. Olmos. 1997. Cracid conservation in São Paulo, southeastern Brazil, p.482-491. In: S. Beaujon Strahl, D.M. Brooks, A.J. Begazo, G. Sedaghatkish and F. Olmos (ed.). *The Cracidae: their Biology and Conservation*. Washington, Hancock House Publishers.
290. Mata, H., G.N. Maurício, C.S. Fontana e S.L. Bonatto. 2004. História evolutiva das espécies não-andinas de *Scytalopus inferida* através da variabilidade no DNA mitocondrial. Blumenau, *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
291. Maurício, G.N. 2005. Taxonomy of sothern populations in *Scytalopus apelnuncae* group, with description of a new species and remarks on the systematics and biogeography of the complex (Passeriformes: Rhinocryptidae). *Ararajuba*. 13(1):7-28.
292. Maurício, G.N. & R.A. Dias. 1996. Novos registros e extensões de distribuição de aves palustres e costeiras no litoral sul do Rio Grande do Sul. *Ararajuba*. 4:47-51.
293. Maurício, G.N. & R.A. Dias. 2001. Áreas prioritárias para a conservação de espécies de aves ameaçadas de extinção no litoral sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Pelotas, RS, *Anais do 1º Simpósio de Áreas Protegidas*. p.191-195. UCPEL.
294. Maurício, G.N. & R.A. Dias. 2001. Distribuição e conservação da avifauna florestal na Serra dos Tapes, Rio Grande do Sul, Brasil, p.137-158. In: J.L.B. Albuquerque, J.F. Candido Jr., F.C. Straube e A.L. Roos (ed.). *Ornitologia e Conservação: da ciência às estratégias*. Tubarão: Editora Unisul.
295. Medeiros, J. de D., M. Savi e B.F.A. Brito. 2005. Seleção de áreas para a criação de Unidades de Conservação na Floresta Ombrófila Mista. *Biotemas*. 18(2): 33-50.
296. Megyesi, J.L. & C.R. Griffin. 1996. Brown noddy chick predation by great frigatebirds in the northwestern hawaiian Islands. *Condor*. 98:322-327.
297. Mendonça, E. de C. 2001. *Biologia reprodutiva de Formicivora erythronotos* (Aves: Thamnophilidae). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
298. Mendonça, E. de C. & L.P. Gonzaga. 1998. Aspectos da biologia e conservação do papa-formigas-de-cabeça-negra *Formicivora erythronotos* (Thamnophilidae). *Rio de Janeiro, Resumos do VII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. 102p.
299. Mezquida, E.T. 2001. La reproducción de algunas especies de Dendrocolaptidae y Furnariidae en el desierto del Monte Central, Argentina. *Hornero*. 16(1):23-30.
300. Mikich, S.B. & R.S. Bérnils (ed.). 2004. *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná. 764p.
301. Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2006. *Plano de ação para a conservação do pato-mergulhão (Mergus octosetaceus)*. (Série Espécies Ameaçadas, 3). Brasília: IBAMA. 66p.
302. Ministério do Meio Ambiente – MMA. 2004. *Plano de ação para a conservação do mutum-do-sudeste Crax Blumrbachii*. (Série Espécies Ameaçadas, 1). Brasília: IBAMA. 66p.
303. Moloney, C.L., J. Cooper, P.G. Ryan and W.R. Siegfried. 1994. Use of a population model to assess the impact of longline fishing on Wandering Albatross *Diomedea exulans* populations. *Biological Conservation*. 70:195-203.
304. Morrison, R.I.G., Jr. R.E. Gill, B.A. Harrington, S. Skagen, G.W. Page, C.L. Gratto-Trevor and S.M. Haig. 2001. *Estimates of shorebird populations in North America*. Occasional Paper Number 104. Ottawa: Canadian Wildlife Service, Environment Canada. 64p.
305. Munn, C.A., J.B. Thomsen y C. Yamashita. 1987. Estudio e Situación de Ara Jacinto (*Anodorhynchus yacanthinus*) en Brasil, Bolivia y Paraguay. CITES. [Não publicado]



306. Murphy, R.C. 1936. *Oceanic birds of South America*. Vol. 2. New York: The American Museum of Natural History. 1245p.
307. Nacinovic, J.B. & D.M. Teixeira. 1989. As aves de Fernando de Noronha: uma lista sistemática anotada. *Revta. Brasil. Biol.* 49:709-729.
308. Naka, L.N., J.M. Barnet, G.M. Kirwan, J.A. Tobias and M.A.G. Azevedo. 2000. New and noteworthy bird records from Santa Catarina state, Brazil. *Bull. B.O.C.* 120(4):237-250.
309. Nardelli, P.M. 1993. *A preservação do mutum-de-alagoas, Mitu mitu*. Rio de Janeiro: Semana Ilustrada Editorial.
310. Narosky, S., R. Fraga y M. de la Peña. 1983. *Nidificación de las aves argentinas (Dendrocolaptidae y Furnariidae)*. Buenos Aires: Asociación Ornitológica del Plata.
311. Narosky, T. & D. Yzurieta. 1973. Nidificación de dos círcidos en la zona de San Vicente (Pcia. de Buenos Aires). *Hornero*. 11:172-176.
312. Narosky, T. & D. Yzurieta. 2003. *Guia para la identificación de las aves de Argentina y Uruguay*. Buenos Aires: Vazquez Manzini.
313. Nascimento, I. 1995. *Aves do Parque Nacional da Lagoa do Peixe*. Brasília: IBAMA.
314. Nascimento, J.L.X. 1996. *Aves da Floresta Nacional do Araripe, Ceará*. Brasília: IBAMA.
315. Nascimento, J.L.X., L.G. Sales-Junior, A.E.B.A. de Souza e J. Minns. 2005. Avaliação rápida das potencialidades ecológicas e econômicas do Parque Nacional de Ubajara, Ceará, usando aves como indicadores. *Ornithologia*. 1(1):33-42. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/cemave/download.php?id_download=333. Acesso em: jul. 2006.
316. Naumburg, E.M.B. 1930. The birds of Matto Grosso, Brazil. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.* 60:1-432.
317. Naumburg, E.M.B. 1935. Gazetteer and maps showing collecting stations visited by Emil Kaempfer in eastern Brazil and Paraguay. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.* 68:449-469.
318. Navas, J.R. & N.A. Bó. 1987. Notas sobre Furnariidae argentinos (Aves, Passeriformes). *Revta. Mus. Arg. Cien. Nat. "Bernardino Rivadavia"*, *Zool.* 14(4):55-86.
319. Neves, R.M.L., W.R. Telino Jr., R.C. Rodrigues e M.C.N. Botelho. 2000. *Caracterização e Avaliação da população Avifaunística da APA de Guadalupe, Pernambuco, Brasil*.
320. Neves, R.M.L., M.M. Dias, S.M. Azevedo Jr., W.R. Telino Jr. e M.E.L. Larrazabal. 2004. Comunidades de aves da Reserva Estadual de Gurjaú, Pernambuco, Brasil. *Revta. Brasil. Zool.* 21(3):581-592.
321. Neves, T.S. 1994. Ocorrência de atividade reprodutiva de *Sterna maxima* no Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. Rio de Janeiro, *Resumos do XX Congresso Brasileiro de Zoologia*.
322. Neves, T.S. & F. Olmos. 1998. Albatross mortality in fisheries off the coast of Brazil, p.214-219. In: G. Robertson & R. Gales (ed.) *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Australia, Surrey Beatty & Sons.
323. Neves, T.S. & F. Olmos. 2001. O Albatroz-de-Tristão *Diomedea dabbenena* no Brasil. *Nattereria*. 2:28-30.
324. Neves, T., F. Olmos, F. Peppes e L.V. Mohr. 2006. *Plano de Ação Nacional para a Conservação de Albatrozes e Petréis (Planacap)*. (Série Espécies Ameaçadas, 2). Brasília: IBAMA. 124p.
325. Nogueira, P. 1887. Vocabulário Indígena em uso na Província do Ceará, com explicações, Etymologicas, Orthographicas, Topographicas, Históricas, Therapeuticas, etc. *Revta. do Instituto do Ceará*. 1(1):207-307.
326. Novaes, F.C. 1947. Notas sobre os Conopophagidae do Museu Nacional (Passeriformes, Aves). *Sum. Bras. Biol.* 1(13):243-250.
327. Novaes, F.C. 1967. Sobre algumas aves pouco conhecidas na Amazônia brasileira. *Bol. do Museu Paraense "Emílio Goeldi"*. 64:1-8.
328. Nunn, G.B. & S.E. Stanley. 1998. Body size effects and rates of cytochrome b evolution in tube-nosed seabirds. *Mol. Biol. Evol.* 15:1360-1371.
329. Nunn, G.B., J. Cooper, P. Jouventin, C.J.R. Robertson and G.G. Robertson. 1996. Evolutionary relationships among extant albatrosses (Procellariiformes: Diomedidae) established from complete cytochrome-b gene sequences. *Auk*. 113:784-801.
330. Observadores de Aves de Pernambuco - OAP. 2005. *Lista das aves da RPPN Reserva Ecológica Carnijó, Moreno – Pernambuco – Brasil*. Disponível em: <http://www.oap.org.br/birdlistcarnijo.htm>.
331. Observadores de Aves de Pernambuco - OAP. 2005. *Lista das Aves da Fazenda Bituri, Brejo da Madre de Deus – Pernambuco – Brasil*. Disponível em: <http://www.oap.org.br/birdlistbituri.htm>.

332. Oikos Pesquisa Aplicada. 2002. *Estudos ambientais complementares ao EIA/RIMA da Ferrovia Norte-Sul nos estados de Goiás e Tocantins*. Vol. 4, tomo I – flora. Rio de Janeiro: OIKOS.
333. Olmos, F. 1993. The birds of Serra da Capivara National Park. *Bird Conserv. Intern.* 3(1):21-36.
334. Olmos, F. 1997. Seabird flocks attending bottom long-line fishing off southeastern Brazil. *Ibis*. 139(4):685-691.
335. Olmos, F. 1998. O raro jacu-de-barriga-castanha (*Penelope ochrogaster*) no pantanal de Poconé, Matto Grosso, Brazil. *Bull. IUCN/ BirdLife/WPA Cracid Specialist Group*. 6:10-11. [versão em inglês: 12-14]
336. Olmos, F. 2001. Revisão dos registros de *Procellaria conspicillata* (Procellariidae: Procellariiformes) no Brasil, com novas observações sobre sua distribuição. *Nattereria*. 2:25-27.
337. Olmos, F. 2002. First record of Northern Royal Albatross (*Diomedea sanfordi*) in Brazil. *Ararajuba*. 10(2):271-272.
338. Olmos, F. 2002. Non-breeding seabirds in Brazil: a review of band recoveries. *Ararajuba*. 10(1): 31-42.
339. Olmos, F. 2003. Birds of Mata Estrela private reserve, Rio Grande do Norte, Brazil. *Cotinga*. 20:26-30.
340. Olmos, F. 2003. *Pyriglena leuconota pernambucensis*. Ficha da espécie preenchida no Workshop de 2003.
341. Olmos, F. 2003. The Chestnut-bellied Guan *Penelope ochrogaster* in the Araguaia valley, Tocantins. *Cotinga*. 20:64-65.
342. Olmos, F. & R. Silva e Silva. 2001. The avifauna of a southeastern Brazilian mangrove swamp. *International J. of Ornithology*. 4(3/4):135-205.
343. Olmos, F. & R. Silva e Silva. 2003. *Survey of the Brazilian Merganser Mergus octosetaceus along the rivers Formoso, Corrente and Pratidão, Bahia, Brazil: results of a preliminary survey*. Relatório não publicado, BirdLife International – Programa do Brasil.
344. Olmos, F., P. Martuscelli and R. Silva e Silva. 1997. Distribution and dry-season ecology of Pfrimer's conure *Pyrrhura pfrimeri*, with a reappraisal of Brazilian *Pyrrhura "leucotis"*. *Ornitol. Neotropical*. 8:121-132.
345. Olmos, F., T.S. Neves and C.M. Vooren. 2000. Spatio-temporal distribution of White-chinned and Spectacled Petrels off Brazil. Waikiki, Hawaii, *II International Conference on the Biology and Conservation of Albatrosses and Other Petrels*.
346. Olmos, F., T.S. Neves e G.C.C. Bastos. 2001. A pesca com espinhéis e a mortalidade de aves marinhas no Brasil, p.327-337. In: J. Albuquerque, J.F. Cândido, F.C. Straube e A. Roos (org.). *Ornitologia e Conservação: da Ciência às Estratégias*. Tubarão. Soc. Brasil. Ornitol., UNISUL/CNPq.
347. Olmos, F., W.A.G. Silva e C.G. Albano. 2005. Aves em oito áreas da Caatinga no sul do Ceará e oeste de Pernambuco, nordeste do Brasil: composição, riqueza e similaridade. *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 45(14):179-199. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0031-10492005001400001&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: jul. 2006.
348. Olmos, F., W.A.G. Silva and C.G. Albano. 2005. The Grey-breasted Conure *Pyrrhura griseipectus*, an Overlooked Endangered Species. *Cotinga*. 24.
349. Olrog, C. 1958. Notas ornitológicas sobre la colección del Instituto Miguel Lillo, Tucumán. *Acta Zool. Lilloana* 15:5-18.
350. Olrog, C. 1967. Breeding of the Band-Tailed Gull (*Larus belcheri*) on the atlantic coast of Argentina. *Condor*. 69:42-48.
351. Olson, S.L. 1975. Paleornithology of St Helena island, South Atlantic Ocean. *Smith. Contrs. Paleobiol.* 23.
352. Olson, S.L. 1977. Additional notes on subfossil bird remains from Ascension island. *Ibis*. 119:37-43.
353. Olson, S.L. 1981. Natural history of vertebrates on the Brazilian islands of the Mid South Atlantic. *Nat. Geog. Res. Rep.* 13:481-492.
354. Oren, D.C. 1982. A avifauna do Arquipélago de Fernando de Noronha. *Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi*. 118:1-22.
355. Oren, D.C. & F.C. Novaes. 1986. Observations on the Golden Parakeet *Aratinga guarouba* in Northern Brazil. *Biological Conservation*. 36:329-337.
356. Oren, D.C. & T.A. Parker III. 1997. Avifauna of the Tapajós National Park and vicinity, Amazonian Brazil. *Ornithological Monographs*. 48:493-525.
357. Orta, J. 1992. Family Fregatidae (Frigatebirds), p.362-374. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 1. Ostrich to Ducks. Barcelona, Lynx Edicions.
358. Orta, J. 1992. Family Phaethontidae (Tropicbirds), p.280-289. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 1. Ostrich to Ducks. Barcelona, Lynx Edicions.
359. Pacheco, J.F. 1988. Black-hooded Antwren *Formicivora* [Myrmotherula] *erythronotos* re-discovered in Brazil. *Bull. B.O.C.* 108:179-182.
360. Pacheco, J.F. & B.M. Whitney. 1995. Range extensions for some birds in northeastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 115(3):157-163.



361. Pacheco, J.F. & P.S.M. da Fonseca. 1999. Evidência de ocorrência histórica do pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) no estado do Rio de Janeiro. *Atualidades Ornitol.* 88:10.
362. Pacheco, J.F. & P.S.M. Fonseca. 2000. A admirável redescoberta de *Calyptura cristata* por Ricardo Parrini no contexto das preciosidades aladas da Mata Atlântica. *Atualidades Ornitol.* 93:6.
363. Pacheco, J.F. & P.S.M. Fonseca. 2001. The remarkable rediscovery of the Kinglet Calyptura *Calyptura cristata*. *Cotinga*. 16:48-51.
364. Pacheco, J.F. & R.R. Laps. 2001. Notas sobre primeiros registros de seis espécies de Suboscines de Santa Catarina a partir de coleções seriadas, incluindo uma ocorrência não divulgada. *Tangara*. 1(4):169-171.
365. Pacheco, J.F. & G.A. Bencke. 2003. *Caryothraustes canadensis frontalis*. *Ficha da espécie preenchida no Workshop*.
366. Pacheco, J.F., B.M. Whitney and L.P. Gonzaga. 1996. A new genus and species of Furnariid (Aves: Furnariidae) from the cocoa-growing region of southeastern Bahia, Brazil. *Wilson Bull.* 108(3):397-433.
367. Pacheco, J.F., R. Parrini, P.S.M. Fonseca, B.M. Whitney e N.C. Maciel. 1996. Novos registros de aves para o Estado do Rio de Janeiro: Região Norte. *Atualidades Ornitol.* 72:10-12.
368. Paglia, A.P., A. Paese, L. Bedê, M. Fonseca, L.P. Pinto e R.B. Machado. 2004. Lacunas de conservação e áreas insubstituíveis para vertebrados ameaçados da Mata Atlântica. Curitiba, *Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*. Vol. II. Fundação o Boticário de Proteção à Natureza e Rede Nacional Pró Unidades de Conservação. p.39-50.
369. Papavero, N. & D.M. Teixeira. 2001. Os viajantes e a biogeografia. *História, Ciências, Saúde*. 8:1015-1037.
370. Parker III, T.A. & E.O. Willis. 1997. Notes on three tiny grassland flycatchers, with comments on the disappearance of South American fire-diversified savannas. *Ornithological Monographs*. 48:549-555.
371. Parker III, T.A. & J.M. Goerck. 1997. The importance of National Parks and Biological Reserves to bird conservation in the Atlantic Forest region of Brazil. *Ornithological Monographs*. 48:527-541.
372. Parrini, R., M.A. Raposo, J.F. Pacheco, A.M.P. Carvalhaes, T.A. Melo Júnior, P.S.M. Fonseca and J. Minns. 1999. Birds of the Chapada Diamantina, Brazil. *Cotinga*. 11:86-95.
373. Pedroso-Junior, N.N. 2003. Microhabitat occupation by birds in a restinga fragment of Paraná coast, PR, Brazil. *Brazilian Archives of Biology and Technology: an international journal*. 46(1):83-90.
374. Peña, M. de la. 1994. *Guia de aves Argentinas*. 2ª Ed. Buenos Aires, Argentina: L.O.L.A. 142p.
375. Pessoa, R.O. 2001. *Variação geográfica em Conopophaga melanops* (Aves: Conopophagidae), uma espécie endêmica da Mata Atlântica. Dissertação de Mestrado – Ciências Biológicas. Universidade Federal da Paraíba.
376. Petermann, P., D.M.M. de Oliveira, A. Hass, F.A. Sonoda e M.M. Volpe. 2005. *Aves da região do Rio Sepotuba*. Cap. 8. Conservação Internacional do Brasil.
377. Peters, S. 2004. The third museum specimen of Stresemann's Bristlefront (*Merulaxis stresemanni* Sick, 1960). *J. Ornithol.* 145:269-270.
378. Petry, M.V. & V.S.S. Fonseca. 2002. Effects of human activities in the marine environment on seabirds along the coast of Rio Grande do Sul, Brasil. *Ornitol. Neotrop.* 13:137-142.
379. Petry, M.V., V.S.S. Fonseca and M. Sander. 2001. Food habits of the Royal Albatross *Diomedea epomophora* (Lesson, 1825) at the seacoast of Brazil. *Acta Biologica Leopoldensia*. 23:207-212.
380. Piacentini, V. de Q., M.A. Tortato e F.R. Tortato. 2004. Aves raras de Santa Catarina registradas em uma área de floresta de faxinal no alto Vale do Itajaí, Vitor Meireles, SC. *Resumos do XXV Congresso Brasileiro de Zoologia*. p.40.
381. Pineschi, R.B. & C. Yamashita. 2000. Ocorrência e notas sobre o comportamento do Pato Mergulhão *Mergus octosetaceus* no Estado da Bahia. *Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
382. Pinto, O.M. de O. 1938. Catálogo das aves do Brasil e lista dos exemplares que as representam no Museu Paulista (1ª parte). *Revta. Mus. Paulista*. 22:1-566.
383. Pinto, O.M. de O. 1939. Duas formas novas da avifauna de Pernambuco. *Bol. Biológico*. 4:189-195.
384. Pinto, O.M. de O. 1940. Aves de Pernambuco. *Arq. Zool. S. Paulo*. 1:219-282.
385. Pinto, O.M. de O. 1950. Descrição de uma subespécie nordestina em *Synallaxis ruficapilla* Vieillot (Fam. Furnariidae). *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 9:361-365.
386. Pinto, O.M. de O. 1952. Redescobrimto de *Mitu mitu* (Linné) no nordeste do Brasil (est. de Alagoas) – Provada a independência de *Mitu tuberosus* (Spix) como espécie à parte (sic). *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 10:325-334.
387. Pinto, O.M. de O. 1954. Resultados ornitológicos de duas viagens científicas ao Estado de Alagoas. *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 12:1-98.

388. Pinto, O.M. de O. 1964. *Ornitologia Brasileira*. Vol. 1. São Paulo: Secretaria de Agricultura de São Paulo. 182p.
389. Pinto, O.M. de O. 1978. *Novo Catálogo das Aves do Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais.
390. Pinto, O.M. de O & E.A. Camargo. 1961. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do Departamento de Zoologia ao nordeste do Brasil, com a descrição de seis novas subespécies. *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 13:51-69.
391. Pinto, O.M. de O. & E.A. Camargo. 1961. Resultados ornitológicos de quatro recentes expedições do departamento de zoologia ao nordeste do Brasil, com a descrição de seis novas subespécies. *Arq. Zool. S. Paulo*. 11(9):193-284.
392. Pivatto, M.A. de C., D.D. Manço, F.C. Straube and M. Milano. 2005. Birds, ecoturistic region of Bonito, state of Mato Grosso do Sul, Brazil. *Checklist [submetido]*.
393. Pivatto, M.A. de C., D.D. Manço, F.C. Straube, A. Urben-Filho and M. Milano [Em preparação]. Aves do Planalto da Bodoquena (Mato Grosso do Sul, Brasil).
394. Pople, R. 2003. *Ecology and status of the White-winged Nightjar Caprimulgus candicans*. Relatório não publicado. University of Cambridge, UK.
395. Prestes, N.P. 1996. *Estudo Eco-Etológico de Amazona pretrei* (Temminck, 1830) (Aves, Psittaciformes), em *Condição de Cativeiro*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
396. Prestes, N.P. & J. Martinez. 1995. Nota de ocorrência de *Amazona vinacea* (Kuhl, 1820) para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Campinas, *Resumos do V Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.93.
397. Prestes, N.P., J. Martinez, P.A. Meyrer, D. Sana e M.N. Xavier. 1993. Identificação de ninhos do papagaio-charão, *Amazona pretrei* (Psittacidae, Aves) no RS, Brasil. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, *Resumos do VI Congresso Iberoamericano de Conservación y Zoología de Vertebrados*. R.18-19.
398. Prestes, N.P., J. Martinez, P.A. Meyrer, J.H. Hansen and M.N. Xavier. 1997. Nest Characteristics Of The Red-Spectacled Amazon *Amazona pretrei* (Temminck, 1830) (Aves, Psittacidae). *Ararajuba*. 5(2):151-158.
399. Prince, P.A. & J.P. Croxall. 1983. Birds of South Georgia new records and re-evaluation of status. *British Antarctic Survey Bull.* 59:15-27.
400. Prince, P.A., A.G. Wood, T. Barton and J.P. Croxall. 1992. Satellite tracking of Wandering Albatrosses (*Diomedea exulans*) in the South Atlantic. *Antarctic Science*. 4:31-36.
401. Quintana, F. & P. Yorio. 1997. Breeding biology of Royal and Cayenne Terns at a mixed-species colony in Patagonia. *Wilson Bull.* 109:650-662.
402. Quintana, F. & P. Yorio. 1998. Competition for nest sites between Kelp Gulls (*Larus dominicanus*) and Terns (*Sterna maxima* and *S. eurygnatha*) in Patagonia. *Auk*. 115:1068-1071.
403. Quintana, F. & P. Yorio. 1999. Kleptoparasitism by Kelp Gulls on Royal and Cayenne Terns at Punta Leon, Argentina. *J. Field Ornithol.* 70:337-342.
404. Rábano, D., P. Borboroglu y P. Yorio. 2002. Nueva localidad de reproducción de la gaviota de Olrog (*Larus atlanticus*) en la Provincia de Buenos Aires, Argentina. *Hornero*. 17:105-107.
405. Raposo, M.A., J.B. Nacinovic e R. Parrini. 1994. Notas sobre algumas aves raras ou ameaçadas de extinção no município de Teresópolis, Rio de Janeiro. Recife, *Resumos IV Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.71.
406. Raposo, M.A., J.M. Barnett, G.M. Kirwan and R. Parrini. 2002. New data concerning the distribution, behaviour, ecology and taxonomic relationships of Minas Gerais Tyrannulet *Phylloscartes roquettei*. *Bird Conserv. Intern.* 12(3):241-253.
407. Reinert, B.L. 2001. *Distribuição geográfica, caracterização dos ambientes de ocorrência e conservação do bicudinho-do-brejo (Stymphalornis acutirostris Bornschein, Reinert & Teixeira, 1995 – Aves, Formicariidae)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
408. Reinert, B.L. & M.R. Bornschein. 1996. Descrição do macho adulto de *Stymphalornis acutirostris* (Aves: Formicariidae). *Ararajuba*. 4(2):103-105.
409. Reis, H.B.R. & L.P. Gonzaga. 2000. Análise da distribuição geográfica das aves das restingas do Estado do Rio de Janeiro, p.165-178. In: F.A. Esteves & L.D. Lacerda (org.). *Ecologia das restingas e lagoas costeiras*. Macaé, NUPEM/UFRJ,
410. Reiser, O. 1910. Liste der Vogelarten welche auf der von der Kaiserl. Akademie der Wissenschaften 1903 nach Nordostbrasilien entsendeten Expedition unter Leitung des Herrn Hofrates Dr. F. Steindachner gesammelt wurden. Wien, *Denkschr. Akad. Wiss.* 76:55-100.
411. Remsen, J.V., Jr. 2003. Family Furnariidae (Ovenbirds), p.162-357. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D.A. Chistie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 8. Broadbills to Tapaculos. Barcelona, Lynx Edicions. 845p.



412. Remsen, J.V., Jr. & T.A. Parker III. 1990. Seasonal distribution of the Azure Gallinule (*Porphyryla flavirostris*), with comments on vagrancy in Rails and Gallinules. *Wilson Bull.* 102:380-399.
413. Ribas, C.C. 2005. *Filogenias moleculares e biogeografia histórica em psitacídeos (Aves; Psittacidae): padrões e processos de diversificação no Neotrópico*. Tese de Doutorado – Biologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
414. Ribon, R. & M. Maldonado-Coelho. 2001. Range extension for Slender Antbird *Rhopornis ardesiaca* with comments on external morphology of adults. *Cotinga*. 16:52-56.
415. Ribon, R., G.T. Mattos, E.R. Luiz, F.C. Morais, R.N. Andrade, F.C. Resende, F.R. Melo, A.G. Chiarello e C.R.M. Abreu. 2004. Avifauna da floresta ombrófila densa do vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais. Blumenau, *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*.
416. Ricci, J.J. & F. Ricci. 1984. Nidificación de la pajonera de pico reto (*Limnornis rectirostris*) en Benavidez, Buenos Aires, Argentina. *Hornero*. 12(3):205-208.
417. Ridgely, R.S. & G. Tudor. 1989. *The birds of South America*. Vol. 1. The oscine passerines. Austin: University of Texas Press.
418. Ridgely, R.S. & G. Tudor. 1994. *The birds of South America*. Vol. 2. The suboscine passerines. Austin: University of Texas Press.
419. Rio Grande do Sul. Decreto 41.672 de 10 de junho de 2002. Lista das espécies da fauna ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul.
420. Robertson, C. 1998. Factors influencing breeding performance of the Northern Royal Albatross, p.99-104. In: G. Robertson & R. Gales (ed.). *The Albatross Biology and Conservation*. Chipping Norton, Australia, Surrey Beatty & Sons.
421. Roda, S.A. 2002. Aves endêmicas e ameaçadas de extinção no estado de Pernambuco, p.537-556. In: M. Tabarelli & J.M.C. Silva (org.). *Diagnóstico da biodiversidade de Pernambuco*. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife, Ed. Massangana. 722p.
422. Roda, S.A. 2003. *Aves do Centro de Endemismo Pernambuco: composição, biogeografia e conservação*. Tese de Doutorado. Belém, Universidade Federal do Pará / Museu Paraense Emílio Goeldi.
423. Roda, S.A. 2004. *Aves da Fazenda Morim, São José da Coroa Grande, PE*. Série de relatórios da avifauna 01. Relatório Técnico. Recife, PE. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN).
424. Roda, S.A. 2004. *Composição e conservação de aves em ambientes fragmentados na floresta Atlântica nordestina*. Relatório Final de Pesquisa. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN). Disponível em: <http://cepan.org.br/relatorios>.
425. Roda, S.A. 2005. Aves, p.279-299. In: K.C. Pôrto, M. Tabarelli e J.A. Córtez (org.). *Sítios chaves para a conservação da biodiversidade da floresta Atlântica ao norte do São Francisco*. Brasília, MMA. Universidade Federal de Pernambuco.
426. Roda, S.A. 2005. *Distribuição de aves endêmicas e ameaçadas em usinas de açúcar e Unidades de Conservação do Centro Pernambuco*. Recife, PE. Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste (CEPAN). Disponível em: <http://cepan.org.br/publicações/relatórios>.
427. Roda, S.A. & C.J. Carlos. 2003. Composição e sensibilidade da avifauna dos brejos de altitude do estado de Pernambuco, p.203-219. In: K.C. Pôrto, J. Cabral e M. Tabarelli (org.). *Brejos de altitude: História Natural, Ecologia e Conservação*. Brasília, MMA. Universidade Federal de Pernambuco. 318p.
428. Roda, S.A. & C.J. Carlos. 2003. New records for some poorly know birds of Atlantic forest of northeastern Brazil. *Cotinga*. 20:17-20.
429. Roda, S.A., C.J. Carlos and R.C. Rodrigues. 2003. New and noteworthy records for some endemic and threatened birds of the Atlantic forest of north-eastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 123(4):227-236.
430. Rodrigues, F.H.G., A. Hass, O.J. Marini-Filho, M.M. Guimarães and M.A. Bagno. 1999. A new record of White-winged Nightjar *Caprimulgus candicans* in Emas National Park, Goiás, Brazil. *Cotinga*. 11:83-85.
431. Rodrigues, R.C., A.C.A. Amaral e L.G. Sales-Junior. 2004. *Aves do Maciço do Baturité, Ceará*. Brasília: IBAMA.
432. Roma, J.C. 1996. *Composição e vulnerabilidade da avifauna do leste do estado do Pará, Brasil*. Dissertação de Mestrado. Belém, Universidade Federal do Pará / Museu Paraense Emílio Goeldi.
433. Rosário, L.A. 1996. *As aves em Santa Catarina: distribuição geográfica e meio ambiente*. Florianópolis: FATMA. 326p.
434. Roth, P.G. 1990. Spix-Ara *Cyanopsitta spixii*: was wissen wir heute über diese seltenen Vögel? Bericht über ein 1985-1988 durchgeführtes Projekt. *Papageien*. 3/90:86-88. 4/90:121-125.
435. Ruschi, A. 1979. *Aves do Brasil*. São Paulo: Editora Rios.

436. Ryan, P.G. 1998. The taxonomic and conservation status of the Spectacled Petrel *Procellaria conspicillata*. *Bird Conserv. Intern.* 8:223-235.
437. Ryan, P.G. 2000. Separating albatrosses: Tristan or Wandering? *Africa – Birds & Birding*. 5(4):35-39.
438. Ryan, P.G. & C.L. Moloney. 2000. The status of Spectacled Petrels *Procellaria conspicillata* and other seabirds at Inaccessible island. *Marine Ornithology*. 28:93-100.
439. Ryan, P.G., J. Cooper and J. Glass. 2001. Population status, breeding biology and conservation of the Tristan Albatross *Diomedea [exulans] dabbenena*. *Bird Conserv. Intern.* 11:35-48.
440. Saggese, M.D. & E.R. De Lucca. 1995. Reproducción del Gavilán Ceniciento *Circus cinereus* en la patagonia argentina. *Hornero*. 14:21-26.
441. Schauensee, R.M. de. 1970. *The species of birds of South America and their distribution*. Philadelphia: The Academy of Natural Science of Philadelphia.
442. Scherer-Neto, P. 1988. Die Rotschwanz-amazone *Amazona brasiliensis* hat eine unge-wisse Zukunft. *Papageien*. 1:23-26.
443. Scherer-Neto, P. 1989. *Contribuição à biologia do papagaio-da-cara-roxa Amazona brasiliensis (Linnaeus, 1758) (Psittacidae, Aves)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná – Departamento de Zoologia.
444. Schuchmann, K.L. 1999. Family Trochilidae (Hummingbirds), p.468-682. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 5. Barcelona, Lynx Edicions.
445. Schulz-Neto, A. 1995. *Observando aves no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha*. Brasília: IBAMA.
446. Schulz-Neto, A. 2004. Aves insulares do arquipélago de Fernando de Noronha, p.147-168. In: J.O. Branco (org.). *Aves marinhas e insulares brasileiras: bioecologia e conservação*. Itajaí, UNIVALI.
447. Seeliger, U. & C. Costa. 1998. Impactos naturais e humanos, p.219-226. In: U. Seeliger, C. Odebrecht e J.P. Castello (ed.). *Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil*. Rio Grande, Ecoscientia. 326p.
448. Seeliger, U., C. Odebrecht e J.P. Castello (ed.). 1998. *Os ecossistemas costeiro e marinho do extremo sul do Brasil*. Rio Grande: Ecoscientia. 326p.
449. Shirihai, H. 2003. *The complete guide to Antarctic wildlife: birds and marine mammals of the Antarctic continent and the southern ocean*. Princeton: Princeton University Press.
450. Short, L.L. 1975. A zoogeographic analysis of the south american chaco avifauna. *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.* 154(3):165-352.
451. Short, L.L. 1982. Woodpeckers of the world. Delaware: Delaware Mus. Nat. Hist. Monogr. Ser. n. 4.
452. Sick, H. 1950. Eine neue Form von *Dendrocincla fuliginosa* vom Alto Xingu, Zentralbrasilien: (*D. f. trumaii* subsp. nova). *Ornithol. Ber.* 3:23-26.
453. Sick, H. 1960. Zur Systematik und Biologie der Bürzelstelze (Rhinocryptidae), speziell Brasiliens. *J. Ornithol.* 101:141-174.
454. Sick, H. 1967. *Coryphaspiza melanotis marajoara* subsp. nov. *J. Ornithol.* 108:218-221.
455. Sick, H. 1969. Über einige Töpfervögel (Furnariidae) aus Rio Grande do Sul, Brasilien, mit Beschreibung eines neuen Cinclodes. *Neotrop. Fauna*. 6(2):63-79.
456. Sick, H. 1980. Characteristics of the Razor Billed Curassow (*Mitu mitu mitu*). *Condor*. 82:227-228.
457. Sick, H. 1997. *Ornitologia brasileira*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 912p.
458. Silva e Silva, R. 2005. Biologia reprodutiva de *Geositta poeciloptera* (Passeriformes: Furnariidae) em Minas Gerais. Belém, *Resumos do XIII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.28.
459. Silva, F. 1981. Contribuição ao conhecimento da biologia do papagaio-charão, *Amazona pretrei* (Temminck, 1830) (Psittacidae, Aves). *Iheringia*. 58:79-85.
460. Silva, J.M.C. 1992. Phylogeny of the *Cercomacra nigricans* species group (Aves: Thamnophilidae) and the biogeographical importance of Pliocene-Pleistocene tectonic movements. *Goeldiana, Zool.* 18:1-8.
461. Silva, J.M.C. 1995. Biogeographic analysis of the South American Cerrado avifauna. *Steenstrupia*. 21:49-67.
462. Silva, J.M.C. 1995. Birds of the cerrado region, South America. *Steenstrupia*. 21:69-92.
463. Silva, J.M.C. 1997. Endemic bird species and conservation in the Cerrado Region, South América. *Biodiversity and Conservation*. 6:435-450.
464. Silva, J.M.C. & Y. Oniki. 1988. Lista preliminar da avifauna da Estação Ecológica Serra das Araras, Mato Grosso, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Sér. 7*. 4(2):123-142
465. Silva, J.M.C. & F.C. Straube. 1996. Systematics and biogeography of scaled woodcreepers (Aves: Dendrocolaptidae). *Stud. Neotrop. Fauna & Environm.* 31:3-10.



466. Silva, J.M.C. & D.C. Oren. 1997. Geographic variation and conservation of the Moustached Woodcreeper *Xiphocolaptes falcirostris*, an endemic and threatened species of the north-eastern Brazil. *Bird Conser. Intern.* 7:263-274.
467. Silva, W.A.G. & P.S. Rêgo. 2003. *Conservação do soldadinho-do-araripe Antilophia bokermanni* (Aves: Pipridae). Subsídios para a elaboração do Plano de Manejo. OAP/FBPN. 32p.
468. Silveira, L.F. 1998. The birds of Serra da Canastra National Park and adjacent areas, Minas Gerais, Brazil. *Cotinga*. 10:55-63.
469. Silveira, L.F. & V.J. Silveira. 1998. The biology of Dwarf Tinamou *Taoniscus nanus*, with notes on its breeding in captivity. *Cotinga*. 9:42-46.
470. Silveira, L.F. & W. Bartmann. 2001. Natural history and conservation of the Brazilian Merganser *Mergus octosetaceus* at Serra da Canastra National Park, Minas Gerais, Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 11:287-300.
471. Silveira, L.F. & F. D'Horta. 2002. A avifauna da região de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 42(10):265-287.
472. Silveira, L.F. & F. Olmos. 2003. Cracids in coastal Alagoas State, Northeastern Brazil. Hampshire, UK, *Annual Review of the World Pheasant Association, 2002/2003*. p.49-52.
473. Silveira, L.F. & F. Belmonte. 2005. Comportamento reprodutivo e hábitos da ararajuba, *Guarouba guarouba*, no município de Tailândia, Pará. *Ararajuba*. 13(1):89-93.
474. Silveira, L.F., F. Olmos and A.J. Long. 2003. Birds in Atlantic Forest Fragments in north-eastern Brazil. *Cotinga*. 20:32-46.
475. Silveira, L.F., F. Olmos and A.J. Long. 2004. Taxonomy, history, and status of Alagoas Curassow *Mitu mitu* (Linnaeus, 1766), the world's most threatened cracidae. *Ararajuba*. 12(2):43-50.
476. Silveira, L.F., P.F. Develey, J.F. Pacheco and B.M. Whitney. 2005. Avifauna of the Serra das Lontras-Javi mountain complex, Bahia, Brazil. *Cotinga*. 24:45-54.
477. Silveira, L.F., P.F. Develey, J.F. Pacheco and B.M. Whitney. 2005. Avifauna of the Serra das Lontras-Javi mountain complex, Bahia, Brazil. *Cotinga*. 24:45-54.
478. Snethlage, E. 1926. Resumo de trabalhos executados na Europa de 1924 a 1925 em Museu de História Natural principalmente no Museum Tur Naturkunde. *Bol. Mus. Nac.* 2(6):48.
479. Snethlage, E. 1928. Novas espécies e subespécies de aves do Brasil Central. *Bol. Mus. Nac.* 4(2):1-7.
480. Snow, D.W. 1965. The breeding of Audubons Shearwater (*Puffinus lherminieri*) in the Galapagos. *Auk*. 82:591-597.
481. Snow, D.W. 1982. *The cotingas*. London: British Museum (Natural History) and Oxford: Oxford University Press.
482. Snow, D.W. 2004. Family Cotingidae (Cotingas), p.32-110. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D.A. Christie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 9. Mousebirds to Hornbills. Barcelona, Lynx Edicions.
483. Snow, D.W. 2004. Family Pipridae. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D.A. Christie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 9. Mousebirds to Hornbills. Barcelona, Lynx Edicions.
484. Soto, J. & R.S. Riva. 2000. Análise da captura de aves oceânicas pelo espinhel pelágico e rede de deriva no extremo sul do Brasil, com destaque ao impacto sofrido pelo albatroz *Diomedea exulans* Linnaeus, 1758 (Procellariiformes, Diomedidae) e a proposta de um método para minimizar a interação com a pesca. Itajaí, *Anais da XIII Semana Nacional de Oceanografia*. p.718-720.
485. Soto, J. & R.S. Riva. 2001. Recaptura de um espécime de albatroz-de-nariz-amarelo *Thalassarche chlororhynchos* (Procellariiformes, Diomedidae) no sul do Brasil, anilhado na ilha Gough, Atlântico Sul. *Resumos do IX Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.369.
486. Souza, M.C. 1994. Ocorrência de *Pyriglena atra* (Passeriformes: Formicariidae) no estado de Sergipe. Recife, PE, *Resumos do IV Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.134.
487. Spivak, E. & N. Sanchez. 1992. Prey selection by *Larus belcheri* atlanticus in Mar Chiquita lagoon, Buenos Aires, Argentina: a possible explanation for its discontinuous distribution. *Revta. Chil. Hist. Nat.* 65:209-220.
488. Straube, F.C. 1991. Novos registros de aves raras no Estado do Paraná: *Crypturellus noctivagus* (Tinamiformes: Tinamidae) e *Tigrisoma fasciatum* (Ciconiiformes: Ardeidae). *Ararajuba*. 2:93-94.
489. Straube, F.C., A. Urben-Filho e D. Kajiwarra. 2004. Aves, p. 145-496. In: S.B. Mikich, & R.S. Bérnils (org.). *Livro Vermelho da Fauna Ameaçada no Estado do Paraná*. Curitiba, Instituto Ambiental do Paraná. 764p.
490. Straube, F.C., A. Urben-Filho e J.F. Cândido-Jr. 2004. Novas informações sobre a avifauna do Parque Nacional do Iguaçu (Paraná). *Atualidades Ornitol.* 120:10.
491. Straube, F.C., M.R. Bornschein, B.L. Reinert e M. Pichorim. 1993. Novas informações sobre *Tigrisoma fasciatum* do Estado do Paraná. Pelotas, *Resumos do III Congresso Brasileiro de Ornitologia*. R.43.

492. Studer, A. & J.J. Vielliard. 1988. Premieres donnés ethno-ecologiques sur l'icteride bresilien *Curaeus forbesi* (Sclater, 1886) (Aves, Passeriformes). *Revue Suisse de Zoologie*. 95:1063-1077.
493. Swales, M.K. 1965. The sea-birds of Gough island. *Ibis*. 107:17-42.
494. Taylor, P. 1996. Family Rallidae, p.108-209. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 3. Barcelona, Lynx Edicions.
495. Teixeira, D.L.M. 1986. The avifauna of the north-eastern Brazilian Atlantic Forest: a case of mass extinction? *Ibis*. 128:167-168.
496. Teixeira, D.L.M. 1987. A new tyrannulet (*Phylloscartes*) from northeastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 107:37-41.
497. Teixeira, D.L.M. 1987. Notas sobre *Terenura sicki* (Teixeira & Gonzaga, 1983) (Aves, Formicariidae). *Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi, Sér. Zool.* 3: 241-251.
498. Teixeira, D.L.M. 1989. As aves de Fernando de Noronha: uma lista sistemática anotada. *Revta. Brasil. Biol.* 49:709-729.
499. Teixeira, D.L.M. 1990. Notas sobre algumas aves descritas por Emile Snethlage. *Bol. do Museu Nacional*. 337:1-6.
500. Teixeira, D.L.M. 1991. Revalidação de *Pyrhura anaca* (Gmelin, 1788) do nordeste do Brasil (Psittaciformes, Psittacidae). *Ararajuba*. 2:103-104.
501. Teixeira, D.L.M. 1992. As fontes do paraíso – um ensaio sobre a ornitologia no Brasil holandês (1624-1654). *Revta. Nordestina Biol.* 7(1/2):1-219.
502. Teixeira, D.L.M. 1997. A conservação dos Cracidae no nordeste extremo do Brasil, p.273-280. In: S. Strahl, D.M. Beaujon, D.M. Brooks, A.J. Begazo, G. Sedaghatkish and F. Olmos (ed.). *The Cracidae: their Biology and Conservation*. Blaine, WA: Hancock House Publishers.
503. Teixeira, D.L.M. & L.P. Gonzaga. 1983. A new antwren from northeastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 103:133-135.
504. Teixeira, D.L.M. & A.C.C. Almeida. 1993. Notas sobre algumas espécies do gênero *Picumnus* no nordeste extremo do Brasil. Pelotas, *Resumos do III Congresso Brasileiro de Ornitologia*. Sociedade Brasileira de Ornitologia. p.107.
505. Teixeira, D.L.M. & A.C.C. Almeida. 1997. A biologia da “escarradeira”, *Xipholena atropurpurea* (Wied, 1820) (Aves, Cotingidae). Estação Veracruz, Publicação Técnico Científica nº 2, Eunápolis, BA.
506. Teixeira, D.L.M., J.B. Nacinovic and F.B. Pontual. 1987. Notes on some birds of northeastern Brazil (2). *Bull. B.O.C.* 107:151-157.
507. Teixeira, D.L.M., J.B. Nacinovic and G. Luigi. 1988. Notes on some birds of northeastern Brazil (3). *Bull. B.O.C.* 108:75-79.
508. Teixeira, D.L.M., J.B. Nacinovic and G. Luigi. 1989. Notes on some birds of northeastern Brazil (4). *Bull. B.O.C.* 109(3):152-157.
509. Teixeira, D.L.M., J.B. Nacinovic e I.M. Schloemp. 1991. Notas sobre alguns Passeriformes brasileiros pouco conhecidos. *Ararajuba*. 2:97-100.
510. Teixeira, D.L.M., M. Porto, M.L. Lourine e V.G. Person. 1995. *Animais vertebrados ameaçados de extinção presentes na Estação Veracruz*. Eunápolis: Veracruz Florestal (Publicação técnico-científica/Estação Veracruz n. 1).
511. The World Conservation Union - IUCN. 2005. *IUCN Red List of Threatened Species*. Disponível em: <http://www.redlist.org>. Acesso em: fev. 2006.
512. Thiollay, J.M. 1994. Family Accipitridae (Hawks and Eagles), p.52–205. In: J. del Hoyo, A. Elliot and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 2. New World vultures to Guinea-fowl. Barcelona, Lynx Edicions.
513. Tobias, J.A. & R.S.R. Williams. 1996. Threatened Formicivora antwrens of Rio de Janeiro state, Brazil. *Cotinga*. 5:62-66.
514. Tocantins, Governo do Estado do. 2004 *Avaliação ecológica rápida: Parque Estadual do Cantão*. Palmas: SEPLAN.
515. Tuck, G.N., T. Polacheck, J.P. Croxall and H. Weimerskirch. 2001. Modelling the impact of fishery by-catches on albatross populations. *J. of Applied Ecology*. 38(6):1182.
516. United States Fish and Wildlife Service. 1980. *Selected vertebrate endangered species of the seacoast of the United States- eskimo curlew*. FWS/OBS-80/01.17. 7p.
517. Uchoa Neto, C.A.M. & M. Tabarelli. 2003. *Prospecção de novas áreas de conservação do Centro de Endemismo Pernambuco. Relatório Técnico*. Recife, Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste.
518. Varty, N., G.A. Bencke, L. de M. Bernardini, A.S. da Cunha, E.V. Dias, C.S. Fontana, D.L. Guadagnin, A. Kindel, E. Kindel, M.M. Raymundo, M. Richter, A.O. Rosa e C.S. Tostes. 1994. Conservação do papagaio-charão *Amazona pretrei* no sul do Brasil: um plano de ação preliminar. Porto Alegre: *Divulgações do Museu de Ciências e Tecnologia – UBEA/PUCRS*. 1:1-70.



519. Vasconcelos, M.F. 2002. O pixoxó (*Sporophila frontalis*) nos municípios de Serro e Santa Bárbara, Minas Gerais: possíveis casos de extinções locais. *Atual. Ornít.* 106:2.
520. Vecchi, M.B. & M.A.S. Alves. 2004. Novo registro de distribuição de *Formicivora littoralis* no Estado do Rio de Janeiro. Blumenau. *Resumos do XII Congresso Brasileiro de Ornitologia*. p.409.
521. Venturini, A.C., P.R. de Paz and G.M. Kirwan. 2002. First breeding data for Cherry-throated Tanager *Nemosia rourei*. *Cotinga*. 17:42-45.
522. Vielliard, J.M.E. 1994. *Catálogo dos troquilídeos do Museu de Biologia Mello Leitão*. MBML-IBPC/MinC.
523. Vooren, C.M. & A. Chiaradia. 1990. Seasonal abundance and behaviour of coastal birds on Cassino Beach, Brazil. *Ornitol. Neotrop.* 1:9-24.
524. Vooren, C.M. & L.F. Brusque. *As aves do ambiente costeiro do Brasil: biodiversidade e conservação*. Disponível em: <http://www.bdt.org.br/workshop/costa/aves>. Acesso em: 18 out. 2000.
525. Wambach, E. & S. Emslie. 2003. Seasonal and annual variation in the diet of breeding, known-age Royal Terns in North Carolina. *Wilson Bull.* 115:448-453.
526. Warham, J. 1990. *The petrels: their ecology and breeding systems*. London: Academic Press.
527. Warham, J. 1996. *The behaviour, population biology and physiology of the petrels*. London: Academic Press.
528. Watson, G.E. 1966. *Seabirds of the Tropical Atlantic Ocean*. Washington D.C.: Smithsonian Press. 120p.
529. Whitney, B.M. 2003. Conopophagidae. In: J. del Hoyo, A. Elliott and D. Christie (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 8. Broadbills to Tapaculos. Barcelona, Lynx Edicions. 845p.
530. Whitney, B.M. & J.F. Pacheco. 1995. Distribution and conservation status of four *Myrmotherula antwrens* (Formicariidae) in the Atlantic Forest of Brazil. *Bird Conserv. Intern.* 5:421-439.
531. Whitney, B.M. & J.F. Pacheco. 1997. Behavior, vocalizations, and relationships of some *Myrmotherula antwrens* (Thamnophilidae) in eastern Brazil, with comments on the “plain-winged” group. *Ornithological Monographs*. 48:809-819.
532. Whitney, B.M. & J. Rowlett. 2003. *Southeastern Brazil: October 30, 2003 to November 25, 2003*. Disponível em: <http://www.fieldguides.com/2003weblists/seb03LIST.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2005.
533. Whitney, B.M., J.F. Pacheco, P.S.M. Fonseca and R.H. Barth Jr. 1996. The nest and nesting ecology of *Acrobatornis fonsecai* (Furnariidae), with implications for intrafamilial relationships. *Wilson Bull.* 108(3):434-448.
534. Whitney, B.M., J.F. Pacheco, D.R.C. Buzzetti and R. Parrini. 2000. Systematic revision and biogeography of the *Herpsilochmus pileatus* complex, with description of a new species from Northeastern Brazil. *Auk*. 117(4):869-891.
535. Willis, E.O. 1979. Behavior and ecology of two forms of white-chinned woodcreepers (*Dendrocincla merula*, Dendrocolaptidae) in Amazônia. *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 33:27-66.
536. Willis, E.O. 1979. Comportamento e ecologia da mãe-de-taóca, *Phlegopsis nigromaculata* (D’Orbigny e Lafresnaye) (Aves, Formicariidae). *Revta. Brasil. Biol.* 39:117-159.
537. Willis, E.O. 1992. Comportamento e ecologia do arapaçu-barrado *Dendrocolaptes certhia* (Aves, Dendrocolaptidae). *Bol. do Museu Paraense Emílio Goeldi*. 8:151-216.
538. Willis, E.O. 1992. Losses of São Paulo birds are worse in the interior than Atlantic Forest. *Ciência e Cultura*. 44(5):326-328.
539. Willis, E.O. 2004. Birds of a habitat spectrum in the Itirapina Savanna, São Paulo, Brazil (1982-2003). *Braz. J. Biol.* 64(4):901-910.
540. Willis, E.O. & Y. Oniki. 1981. Notes on Slender Antbird. *Wilson Bull.* 93:103-107.
541. Willis, E.O. & Y. Oniki. 1982. Behavior of fringe-backed fire-eyes (*Pyriglena atra*, Formicariidae): a test case for taxonomy versus conservation. *Revta. Brasil. Biol.* 42(1):213-223
542. Willis, E.O. & Y. Oniki. 1988. Bird conservation in open vegetation of São Paulo state, Brazil, p.67-70. In: P.D. Goriup (ed.). *Ecology and conservation of grassland birds*. Cambridge, U.K., International Council for Bird Preservation (Techn. Publ. 7).
543. Willis, E.O. & Y. Oniki. 1991. Avifaunal transects across the open zones of northern Minas Gerais, Brazil. *Ararajuba*. 2:41-58.
544. Willis, E.O. & Y. Oniki. 1992. A new *Phylloscartes* (Tyrannidae) from southeastern Brazil. *Bull. B.O.C.* 112(3):158-165.
545. Willis, E.O. & Y. Oniki. 2002. Birds of Santa Teresa, Espírito Santo, Brazil: do humans add or subtract species? *Pap. Avul. Dep. Zool. S. Paulo*. 42(9):193-264.
546. Willis, E.O. & Y. Oniki. 2003. *Aves do Estado de São Paulo*. Rio Claro: Divisa. 400p.

547. Winkler, H. & D.A. Christie. 2002. Family Picidae (Woodpeckers), p.296-558. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 7. Barcelona, Lynx Edicions.
548. Woehler, E.J., J. Cooper, J.P. Croxall, W.R. Fraser, G.L. Kooyman, G.D. Miller, D.C. Nel, D.L. Patterson, H.U. Peter, C.A. Ribic, K. Salwicka, W.Z. Trivelpiece and H. Weimerskirch. 2001. A statistical assessment of the status and trends of Antarctic and Subantarctic seabirds. *Report on SCAR BBS Workshop on Southern Ocean seabird populations*. p.43.
549. Xavier, J.C., J.P. Croxall, P.N. Trathan and A.G. Wood. 2003. Feeding strategies and diets of breeding grey-headed and wandering albatrosses at South Georgia. *Marine Biology*. 143(2):221-232.
550. Yamashita, C. 1997. *Anodorhynchus macaws* as followers of extinct megafauna: an hypothesis. *Ararajuba*. 5(2):176-182.
551. Yamashita, C. & M.P. Valle. 1990. Ocorrência de duas aves raras no Brasil Central: *Mergus octosetaceus* e *Tigrisoma f. fasciatum*. *Ararajuba*. 1:107-109.
552. Yamashita, C. & M.P. Valle. 1993. On the linkage between *Anodorhynchus macaws* and palm nuts, and the extinction of the Glaucous Macaw. *Bull. B.O.C.* 113(1):53-60.
553. Yorio, P. & G. Harris. 1992. Actualizacion de la distribucion reproductiva, estado poblacional y de conservacion de la gaviota de Olrog (*Larus atlanticus*). *Hornero*. 13:200-202.
554. Yorio, P. & F. Quintana. 1997. Predation by Kelp Gulls *Larus dominicanus* at a mixed-species colony of Royal Terns *Sterna maxima* and Cayenne Terns *Sterna eurygnatha* in Patagonia. *Ibis*. 139: 536-541.
555. Yorio, P. & G. Caille. 1999. Seabird interactions with coastal fisheries in northern Patagonia: use of discards and incidental captures in nets. *Waterbirds*. 22:207-216.
556. Yorio, P., D. Rábano and P. Friedrich. 2001. Habitat and nest site characteristics of Olrogs Gull *Larus atlanticus* breeding at Bahía San Blas, Argentina. *Bird Conserv. Intern.* 11:27-34.
557. Yorio, P., E. Frere, P. Gandini and W. Conway. 1999. Status and conservation of seabirds breeding in Argentina. *Bird Conserv. Intern.* 9:299-314.
558. Yorio, P., E. Frere, P. Gandini and A. Schiavini. 2001. Tourism and recreation at seabird breeding sites in Patagonia, Argentina: current concerns and future prospects. *Bird Conserv. Intern.* 11:231-245.
559. Yorio, P., F. Quintana, A. Gatto, N. Lisnizer and N. Suárez. 2004. Foraging patterns of breeding Olrog's Gull at Golfo San Jorge, Argentina. *Waterbirds*. 27:193-199.
560. Yorio, P., G. Punta, D. Rabano, F. Rabuffetti, G. Herrera, J. Saravia and P. Friedrich. 1997. Newly discovered breeding sites of Olrog's Gull *Larus atlanticus* in Argentina. *Bird Conserv. Intern.* 7:161-165.
561. Yorio, P., M. Bertellotti, P. Borboroglu, A. Carribero, M. Giaccardi, M. Lizurume, D. Boersma y F. Quintana. 1998. Distribución reproductiva y abundancia de las aves marinas de Chubut. Parte I: de Península Valdés a Islas Blancas, p.39-74. In: P. Yorio, E. Frere, P. Gandini y G. Harris. (ed.). *Atlas de la distribución reproductiva de aves marinas en el litoral patagonico argentino*. Puerto Madryn, Fundación Patagonia Natural.
562. Zimmer, J.T. 1953. Notes on Tyrant Flycatchers (Tyrannidae). *American Museum Novitates*. 1605.
563. Zimmer, K. & M.L. Isler. 2003. Family Thamnophilidae (Typical antbirds), p.448-681. In: J. del Hoyo, A. Elliott and J. Sargatal (ed.). *Handbook of the Birds of the World*. Vol. 8. Broadbills to Tapacubos. Barcelona, Lynx Edicions. 845p.
564. Zorrilla de San Martín, J.C. 1963. Notes on the rare furnariid *Limnortyx rectirostris* of Uruguay. *Condor*. 65:531-533.
565. Zyskowski, K. & R.O. Prum. 1999. Phylogenetic analysis of the nest architecture of neotropical ovenbirds (Furnariidae). *Auk*. 116:891-911.



Mergus octosetaceus
(Pato-mergulhão)
Foto: Carlos E. Carvalho



Harpyhaliaetus coronatus
(Águia-cinzenta)
Foto: Luís F. Silveira



Mitu mitu
(Mutum-do-nordeste)
Foto: João M. Rosa





Penelope jacucaca
(Jacucaca)
Foto: Ciro Albano



Penelope ochrogaster
(Jacu-de-barriga-castanha)
Foto: Renato T. Pinheiro



Psophia viridis
(Jacamim-de-costas-verdes)
Foto: Zig Koch

Amazona pretrei
(Papagaio-charão)
Foto: Zig Koch



Amazona rhodocorytha
(Papagaio-chauá)
Foto: Luís F. Silveira



Anodorhynchus hyacinthinus
(Arara-azul)
Foto: Marcos Amend





Guaruba guarouba
(Ararajuba)
Foto: Zig Koch



Pyrrhura griseipectus
(Periquito-cara-suja)
Foto: Ciro Albano



Thalurania watertonii
(Beija-flor-das-costas-violetas)
Foto: Sônia Aline Roda

Picumnus limae
(Pinica-pau-miudinho)
Foto: Ciro Albano



Conopophaga lineata cearae
(Sabiazinha)
Foto: Alberto Campos



Procnias averano averano
(Araponga-de-barbela)
Foto: Ciro Albano





*Tangara cyanocephala
cearensis* (Pintor)
Foto: Ciro Albano



Dendrocincla merula badia
(Arapaçu-da-taoca)
Foto: Luís F. Silveira



Xiphocolaptes falcistrotris
(Arapaçu-do-nordeste)
Foto: Ciro Albano

Xiphorhynchus fuscus
atlanticus (Arapaçu-de-
garganta-amarela-
do-nordeste)
Foto: Ciro Albano



Xanthopsar flavus
(Veste-amarela)
Foto: James F. Amorim



Carduelis yarrellii
(Coroinha)
Foto: Ciro Albano





Sclerurus scansor cearensis
(Folhaeiro)
Foto: Ciro Albano



Antilophia bokermanni
(Soldadinho-do-araripe)
Foto: Ciro Albano



Myrmotherula snowi
(Choquinha-de-alagoas)
Foto: Ciro Albano

Phlegopsis nigromaculata
paraensis
(Mãe-de-taoca-pintada)
Foto: Luís F. Silveira



Pyriglena atra - Macho
(Olho-de-fogo-rendado)
Foto: Sidinei Sampaio



Pyriglena atra - Fêmea
(Olho-de-fogo-rendado)
Foto: Sidinei Sampaio





Stymphalornis acutirostris
Macho (Bicudinho-do-brejo)
Foto: Zig Koch



Stymphalornis acutirostris
Fêmea (Bicudinho-do-brejo)
Foto: Zig Koch



Thamnophilus aethiops distans
Macho (Choca-lisa-do-nordeste)
Foto: Sônia Aline Roda

Thamnophilus aethiops distans
Fêmea (Choca-lisa-do-nordeste)
Foto: Sônia Aline Roda



Thamnophilus caerulescens
cearensis (Choró-da-mata)
Foto: Ciro Albano



Alectrurus tricolor
(Galito)
Foto: Zig Koch

